



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 36 QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 39ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE MARÇO DE 2016	
1.1 – ATA	11
1.1.1 – ABERTURA	11
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	11
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Registro do transcurso, em 21 de março, do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; e outro assunto	11
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas ao processo de impeachment contra a Presidente da República	16
SENADORA ANA AMÉLIA – Críticas ao Governo por insistir na tese de que o impeachment é golpe	18
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Crítica aos argumentos utilizados pela base governista para tentar deslegitimar o processo de impeachment	22
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Insatisfação com a tentativa de interrupção do mandato da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos	23
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Apelo à tolerância religiosa e à convivência pacífica que deve existir entre os diferentes credos	32
SENADOR PAULO BAUER – Comentários sobre a decisão tomada pelo PMDB de deixar a base governista; e outros assuntos	34
SENADOR REGUFFE – Defesa de PEC subscrita por S. Exª que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular visando maior celeridade ao processo; e outro assunto	38
SENADOR EDUARDO AMORIM – Preocupação com a crise política e econômica instalada no País	39
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Defesa da legalidade do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff	40
SENADORA LÍDICE DA MATA – Homenagem à cidade de Salvador pelos 467 anos de sua fundação	47
SENADOR VALDIR RAUPP – Registro do transcurso dos 50 anos de fundação do PMDB, em 24 do corrente; e outro assunto	49
1.1.3 – ORDEM DO DIA	
1.1.3.1 – Item extrapauta	
Mensagem nº 8/2016 (nº 37/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova. Aprovada, após Parecer nº 286/2016-CRE (votação nominal)	50
1.1.3.2 – Item extrapauta	
Parecer nº 272/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 23/2016 (nº 76/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Aprovado (votação nominal)	51
1.1.3.3 – Item extrapauta	
Parecer nº 270/2016, da Comissão de Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 21/2016 (nº 74/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Aprovado (votação nominal)	52
1.1.3.4 – Item extrapauta	
Parecer nº 271/2016, da Comissão de Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 22/2016 (nº 75/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do	

Sr. HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	
Aprovado (votação nominal).....	53
1.1.3.5 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 3/2016, que altera a Lei nº 11.977, de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. Apreciação adiada	54
1.1.3.6 – Item 5	
Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015-Complementar (nº 278/2013, na Câmara dos Deputados), que altera da Lei Complementar nº 123, de 2006 (o microempresário poderá utilizar a residência como sede da empresa). Aprovado , com emenda (votação nominal)	56
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015-Complementar (Parecer nº 287/2016-CDIR). Aprovado . À sanção	61
1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.1.4.1 – Oradores	
SENADOR ANTONIO ANASTASIA – Observações sobre o momento político atual	62
1.1.4.2 – Apreciação de requerimentos	
Requerimento nº 223/2016, do Senador Roberto Requião. Aprovado	67
Requerimento nº 224/2016, da Senadora Fátima Bezerra. Aprovado	67
Requerimento nº 226/2016, do Senador Blairo Maggi. Aprovado	67
Requerimento nº 227/2016, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores. Aprovado	67
1.1.4.3 – Oradores (continuação)	
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas ao PMDB pela saída da base de apoio ao Governo; e outros assuntos	67
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Explanação sobre os eixos temáticos das 10 medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público e pela sociedade civil	70
SENADORA ROSE DE FREITAS – Balanço das atividades executadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização nos últimos 12 meses, período em que esteve sob a Presidência de S. Exª	74
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Discussão sobre o mérito do instituto do impeachment que pretende afastar a Presidente Dilma Rousseff	78
1.1.5 – ENCERRAMENTO	80
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
1.2.1.1 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016	81
1.2.1.2 – Arquivamento	
Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 519/2015	81
1.2.1.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 16/2016 (nº 100/2016, na Origem), que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro do corrente, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios	81
1.2.1.4 – Comunicações	
Da Liderança do PT no Senado Federal, de desfiliação do Senador Delcídio do Amaral da bancada do PT (Ofício nº 6/2016).....	168
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de desligamento do Senador Delcídio do Amaral da composição da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional (Ofício nº 25/2016).....	170
Da Liderança do PT do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de desligamento do Senador Delcídio do Amaral da composição da Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 26/2016).....	171
Da Liderança do PT do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de desligamento do Senador Delcídio do Amaral da composição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Ofício nº 27/2016).....	172
Da Liderança do PT do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de desligamento do Senador Delcídio do Amaral da composição da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 28/2016).....	173
Da Liderança do PT do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de desligamento do Senador Delcídio do Amaral da composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 29/2016).....	174
Do Senador Walter Pinheiro, de desfiliação partidária de S. Exª do PT (Ofício nº 1/2015).....	175
Do Senador Fernando Collor, de filiação partidária de S. Exª ao PTC.....	178

1.2.1.5 – Deliberações da Mesa do Senado Federal

Deferimento dos Requerimentos nºs 866, 1.150, 1.222, 1.280, 1.282, 1.303, 1.321, 1.322, 1.346, 1.347, 1.356, 1.363, 1.366, 1.367, 1.390, 1.391, 1.392, 1.393, 1.397, 1.405, 1.423, 1.429, 1.446, 1.447, 1.450/2015; 1, 21, 29, 31, 61, 67, 85, 106, 108, 111, 120 e 216/2016. <i>Interrupção da tramitação dos Ofícios nºs S/35, S/40 e S/41/2015; do Projeto de Decreto Legislativo nº 119/2015; e dos Ofícios nºs S/37 e S/44/2014; e S/49 e S/16/2015</i>	179
Deferimento dos Requerimentos nºs 1.125/2015; 37, 58, 87, 88 e 107/2016	179
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 23/2014. <i>Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para apresentação de emendas</i>	179
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 12/2015	179
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 49/2015	179
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 35/2015. <i>Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para apresentação de emendas</i>	179
Aprovação do parecer favorável à Emenda nº 1-PLen ao Projeto de Resolução do Senado nº 61/2015	179
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 9/2015-CN	180
Aprovação do Requerimento nº 1.457/2015	180
Aprovação do Requerimento nº 123/2016	180
Aprovação do Requerimento nº 192/2016	180

1.2.1.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GLADSON CAMELI – Conclamação aos parlamentares para que atuem de forma proativa a fim de superar a crise político-econômica por que passa o País; e outro assunto	181
---	-----

1.2.1.7 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 4/2016 (nº 173/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha</i>	182
Projeto de Lei da Câmara nº 5/2016 (nº 4.409/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 9.797, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer</i>	184
Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016 (nº 84/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011</i>	185

1.2.1.8 – Pareceres

Nº 288/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 106/2016	205
Nºs 289 e 290/2016, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 23/2014	208
Nº 291/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 107/2016	219
Nº 292/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 108/2016	223
Nºs 293 e 294/2016, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 35/2015	227
Nº 295/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 111/2016	235
Nº 296/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 120/2016	239
Nº 297/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 216/2016	242
Nº 298/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 866/2015	245
Nº 299/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.125/2015	248
Nº 300/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.150/2015	253
Nº 301/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.222/2015	256
Nº 302/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.280/2015	259
Nº 303/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.282/2015	262
Nº 304/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.303/2015	265
Nº 305/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.321/2015	269
Nº 306/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.322/2015	273
Nº 307/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.346/2015	277
Nº 308/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.347/2015	281
Nº 309/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.356/2015	285
Nº 310/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.363/2015	289
Nº 311/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.366/2015	293
Nº 312/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.367/2015	297
Nº 313/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.390/2015	301
Nº 314/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.391/2015	304
Nº 315/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.392/2015	308
Nº 316/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.393/2015	312

Nº 317/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.397/2015	316
Nº 318/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.405/2015	320
Nº 319/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.423/2015	323
Nº 320/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.429/2015	327
Nº 321/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.446/2015	330
Nº 322/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.447/2015	333
Nº 323/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.450/2015	336
Nº 324/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1/2016.....	339
Nº 325/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 21/2016	342
Nº 326/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 29/2016	346
Nº 327/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 31/2016	350
Nº 328/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 37/2016	353
Nº 329/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 58/2016	357
Nº 330/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 61/2016	361
Nº 331/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 67/2016	365
Nº 332/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 85/2016	369
Nº 333/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 87/2016	372
Nº 334/2016, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 88/2016	375
1.2.1.9 – Projetos de Decreto Legislativo	
Nº 12/2016, do Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, que <i>susta a Portaria Normativa n.º 2.047/MD, de 17 de setembro de 2015, do Ministro de Estado da Defesa, que subdelega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica</i>	378
Nº 13/2016, do Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, que <i>susta o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, da Presidente da República, que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos a pessoal militar</i>	384
1.2.1.10 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 141/2016, do Senador Valdir Raupp, que <i>altera o art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para regular a aceitação da oferta de bens e serviços ao consumidor por meio de mensagem telefônica</i>	390
Nº 142/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador</i>	393
Nº 143/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente</i>	395
Nº 144/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>isenta as pessoas reconhecidamente pobres do pagamento de emolumentos pelo reconhecimento de firmas e autenticações. Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e o art. 45-A à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994</i>	398
Nº 145/2016, do Senador Donizeti Nogueira, que <i>dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências</i>	400
Nº 146/2016-Complementar, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos</i>	402
1.2.1.11 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 13/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que <i>altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195</i>	407
1.2.1.12 – Requerimentos	
Nº 223/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão no período de 24 a 26 de abril próximo	410
Nº 224/2016, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão no período de 24 a 26 de abril próximo.....	411
Nº 225/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Srª Elisa Orth.....	412
Nº 226/2016, do Senador Blairo Maggi, de autorização para desempenho de missão no período de 24 a 26 de abril próximo	414

Nº 227/2016, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de prorrogação do prazo de duração e de ampliação dos limites das despesas a serem realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça	415
Nº 228/2016, do Senador Romário, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30/2016	418
1.2.1.13 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 211/2012	419
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 463/2015 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519/2015)	419
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL	
1.2.2.1 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Congresso Nacional, de indicação do Senador Ronaldo Caiado como Vice-Líder do referido Bloco (Ofício nº 2/2016)	420
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a medida Provisória nº 717/2016 (Ofício nº 205/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	421
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a medida Provisória nº 717/2016 (Ofício nº 56/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	422
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a medida Provisória nº 718/2016 (Ofício nº 206/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	423
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a medida Provisória nº 718/2016 (Ofício nº 57/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	424
1.2.3 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
1.2.3.1 – Mensagem nº 8/2016	
Lista de votação	425
1.2.3.2 – Parecer nº 272/2016	
Lista de votação	427
1.2.3.3 – Parecer nº 270/2016	
Lista de votação	429
1.2.3.4 – Parecer nº 271/2016	
Lista de votação	431
1.2.3.5 – Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015-Complementar	
Redação final (Parecer nº 287/2016-CDIR)	433
Listas de votação	435
2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 43 a 77/2016	439
3 – RESOLUÇÕES	
Nºs 7 e 8/2016	451
4 – ATAS	
4.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 23 de março de 2016	454
5 – ATOS	
5.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 2/2016	494
5.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 14 a 16/2016	495
5.3 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 6/2016	496
<u>SENADO FEDERAL</u>	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	497
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	500
8 – LIDERANÇAS	501
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	504
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	523

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	533
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	581
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
13 – COMISSÕES MISTAS	605
14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	619

39ª Sessão, Deliberativa Ordinária , em 29 de Março de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Elmano Férrer, José Medeiros, Marcelo Crivella, da Srª Vanessa Grazziotin e dos Srs. Randolfe Rodrigues e Raimundo Lira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 44 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

39ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 29/03/2016 07:00:01 até 29/03/2016 20:45:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
-	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 71 senadores.

ATA

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Há número regimental e declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

O nosso primeiro orador é o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Medeiros, eu vou falar de um tema que, não por casualidade, tem a sua participação – e não sabia que V. Ex^a iria presidir a sessão –, V. Ex^a aqui é citado.

Eu recebi da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil (Fenojus) o relatório sobre homicídios cometidos contra oficiais de Justiça no decorrer da sua atividade, a partir do seu trabalho.

O documento revela a barbárie cometida contra esses profissionais da Justiça em todo o Brasil. A eles cabe fazer cumprimento de mandados de penhora, reintegração de posse, despejos, busca e apreensão de pessoas e bens, prisões e citações, além de condução e afastamento de maridos agressores, até sob vara, do lar conjugal, na defesa, neste caso, das mulheres agredidas.

Os oficiais de Justiça se encontram em situação totalmente vulnerável. O texto relata os vários tipos de crime cometidos contra os oficiais de Justiça no nosso País. Lembra o relatório casos como ameaças, injúrias, desacatos, lesão corporal, sequestros, furtos, roubos e o pior: homicídios.

Esse importante profissional é visto pelo campo jurídico como a mão longa de juiz, porque executa, de forma efetiva e material, as determinações do magistrado. Ele concretiza as ordens transformando dever ser no ser. É o executor da concretude da prestação jurisdicional. Além disso, Sr. Presidente, é importante atentar que o oficial de Justiça é o agente da lei, sim, como arrecadador, ao cumprir mandados de citação, penhoras, sequestros e arrestos nas ações de execução fiscal.

Segundo o relatório, é o cargo mais importante dos servidores da Justiça. Afinal, se deixar de cumprir sua função, o processo não anda, não ganha rapidez. O oficial de Justiça executa atividades de risco, e, por isso, a Federação Nacional dos Oficiais de Justiça exige o direito à defesa, pede o porte de arma.

Eles enfatizam que a possibilidade de risco é tão grande que, da União e de alguns Estados, o oficial recebe adicional de periculosidade, ou seja, o adicional de risco de morte.

Em 2003, foi criado o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, que proibiu o porte de arma de fogo em todo o País. No entanto, as exceções importantes infelizmente não contemplaram o porte de arma para os oficiais de Justiça do Poder Judiciário. De acordo com a Fenojus, é um grande equívoco, porque esse servidor atua na seara cível e criminal, exercendo também um papel relevante na segurança pública.

Sem porte de arma para defesa pessoal, os oficiais de Justiça ficam sujeitos à vingança e à represália de bandidos ou de pessoas que tenham sido atingidas pelo cumprimento de mandados judiciais.

Ao consultar os profissionais em segurança do trabalho e saúde do trabalhador, a Fenojus relata que foram apontadas as seguintes providências: realização constante de cursos de defesa pessoal para esses profissionais e fornecimento de coletes à prova de bala. Só podem ter colete? Daqui a pouco, vão colocar capacete e vão ter que colocar um coturno à prova de bala, mas eles não podem se defender.

Reitero a conclusão dada no relatório da Fenojus. Diz a conclusão:

Parece que se está esperando um extermínio de Oficiais de Justiça, para que alguém acorde e veja que o Congresso Nacional cometeu um erro [absurdo] ao retirar o direito do Oficial de Justiça de portar arma para defesa pessoal do projeto original do Estatuto do Desarmamento.

Sr. Presidente, aqui cito V. Ex^a por escrito – por coincidência, V. Ex^a está presidindo.

Sr. Presidente, lembro que, na comissão que presido, designei o Senador José Medeiros, que preside a sessão neste momento, para relatar, na Comissão de Direitos Humanos, o PLC 30, de 2007, que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo.

V. Ex^a é da área, V. Ex^a atua em todas as áreas. Eu também gostaria de atuar em todas: rendo minhas homenagens a V. Ex^a.

Da mesma forma, lembro também que, em agosto de 2015, a Presidente da República sancionou a Lei nº 13.157, de 2015, que instituiu o dia 25 de março como o Dia Nacional do Oficial de Justiça, lei da qual eu tive a alegria de ter sido o autor e que contou com o apoio de V. Ex^a.

Faço este registro e ainda quero passar para outro assunto, se V. Exª permitir – últimos quatro minutos –, mas, como citei seu nome, V. Exª é capaz de dizer: “Paim, pelo art. 14”.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pelo art. 14.

Senador Paim, V. Exª traz um assunto da maior relevância. Do Oiapoque até aquele novo Município brasileiro, que dizem que é o extremo do País – mas é do Oiapoque ao Chuí –, não há um Município em que não esteja ali trabalhando, por vez ou outra, o oficial de Justiça. A capilaridade dessa classe é muito grande, e a visita deles nem sempre é bem recebida.

Apesar do ditado de que “o mensageiro não merece castigo”...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... nem sempre é assim. As pessoas entendem erradamente. Não é o oficial de Justiça que o está prendendo; não é o oficial de Justiça que está arretando o seu bem; não é o oficial de Justiça que, de repente, está levando aquele filho – que está em um lar que, de repente, foi desfeito – da mãe para o pai ou vice-versa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até para proteção.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, elas se irritam. Naquele momento em que a longa mão do Estado está agindo e em que o poder de polícia faz isso que V. Exª falou – transforma o dever ser em ser –, vem aquela revolta, o inconformismo, e aí, às vezes, as pessoas querem extravasar aquele sentimento no oficial de Justiça.

Temos inúmeros casos de violência, de mortes, de homicídios contra essa classe. Então, acho muito legítimo que eles possam ter o direito de se defender. Nós temos que enfrentar a realidade. Seria o ideal que nós não precisássemos ter arma nenhuma, de espécie alguma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... mas nós temos que nos curvar à realidade de que, em alguns casos, é muito necessário.

Eu até sou mais de vanguarda nesse assunto, mas isso é um debate para outro momento.

Louvo V. Exª por trazer o tema e por também ser defensor dessa classe que necessita se proteger. Dizer que o oficial de Justiça não pode usar arma porque existe a polícia é como proibir, Senador Paim, alguém de colocar um extintor em casa porque existe o corpo de bombeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Permita-me ainda, Sr. Presidente, já que na semana passada eu estive afastado por tratamento e outros motivos, lembrar aqui a data de 21 de março.

A data de 21 de março surge contra o massacre que aconteceu na África do Sul, quando 70 pessoas foram mortas em uma manifestação de cerca de 20 mil pessoas, pacífica, contra a Lei do Passe. Essa lei obrigava os cidadãos negros a aportar cartões de identificação, especificando locais onde poderiam circular, ou seja, a proibição de eles poderem livremente entrar nos ônibus. Esse massacre ficou conhecido como Massacre de Sharpeville.

Diante dessa atrocidade, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, uma data de reflexão, para que todos possam combater qualquer tipo, na minha avaliação, de preconceito, de racismo contra emigrante, de ódio e de agressão de um ser humano contra outro.

Sr. Presidente, queria lembrar, neste momento, que o Brasil tem infelizmente, em matéria de escravidão, uma lembrança triste. Fomos o último País do mundo a abolir a escravidão, e os reflexos estão até hoje. O racismo criou raízes e funciona como forma segregadora, mesmo em tempos de liberdade, quando seu disfarce alimenta o mito da igualdade.

Conforme dados recentes do Ipea, homens e mulheres, brancos e negros apresentam uma diferença enorme no campo salarial, no campo de empregos, no campo de postos que ocupam, quer seja na área pública, quer seja na área privada.

Sr. Presidente, o resumo do meu pronunciamento vai na linha, inclusive, de falar um pouco sobre o trabalho doméstico. O trabalho doméstico continua sendo um dos líderes entre os postos ocupados por mulheres, concentrando 14% da população feminina ou cerca de 6 milhões de pessoas. As mulheres negras estão entre as trabalhadoras domésticas que menos ganham e mais trabalham em quantidade. São aproximadamente 18% contra 10%.

De fato, ocorreu uma mudança nas condições de vida de mulheres e homens negros, como verificamos nos últimos anos, resultado de efeito combinado de iniciativas governamentais que sustentam a política de promoção da igualdade, a partir de quatro dimensões: políticas socioeconômicas gerais, que impulsionam a inclusão dos mais vulneráveis, com destaque à expansão do mercado de trabalho formal; a política de valori-

zação do salário mínimo, que eu tive a alegria de viajar o Brasil construindo – e aumentamos o salário mínimo de US\$60 para, hoje, US\$300 –; a ampliação da cobertura da Previdência Social e dos programas que tiraram da pobreza absoluta cerca de 30 milhões de brasileiros...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e desses, com certeza, cerca de 25 milhões eram negros e negras; ações para o atendimento básico da população mais vulnerável – e todos sabem que a pobreza tem cor no País, e a cor é preta –, por meio da incorporação da perspectiva racial na execução de políticas setoriais, como previsto no Programa Brasil Quilombola e no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, além da mudança na lei que mandou recontar na sala de aula a história de negros, índios, enfim, dos imigrantes; ações afirmativas para promoção da igualdade de oportunidade, como é o caso do estabelecimento de cotas para pobres – sejam negros, brancos ou índios – em programas como o Universidade para Todos, o Prouni; o Estatuto de Igualdade Racial, de nossa autoria, Sr. Presidente, que tenho orgulho de ter apresentado e que recebeu aprovação de todos os Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, claro que eu mostro aqui, ao mesmo tempo, alegria – pois reconheço que houve esforço, fruto de um trabalho permanente do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário. Lembro-me de que fui ao Supremo Tribunal defender as políticas afirmativas, e lá provamos que era constitucional. Houve um Senador que defendeu contra, eu defendi a favor, mas tudo, digamos, dentro dos parâmetros da democracia e da legalidade. Conseguimos provar por dez a zero que as ações afirmativas são legais.

Sr. Presidente, diante de dados, ainda, ...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... da Anistia Internacional em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Dessas, 30 mil são jovens de 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. Ou seja, de 56 mil assassinados, Sr. Presidente, quase 80% são negros. A maioria dos homicídios que acontecem não são aprofundados, ou seja, menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

O mapa da violência do ano de 2015 afirma, ainda, que as mulheres negras são as maiores vítimas de homicídio.

As taxas de homicídio de mulheres – é lamentável – crescem, e a Lei Maria da Penha, tão defendida por todos nós que ajudamos na elaboração e na votação, ainda continua...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... não atingindo o seu objetivo, que é diminuir a violência contra todas as mulheres – brancas, negras e índias.

Sr. Presidente, em 2013, morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que o período anterior.

Nessa década, ocorreu um aumento de 190,9% na vitimização das mulheres, principalmente as negras. Alguns Estados chegam a limites absurdos de vitimização dessas mulheres, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e o próprio DF, Sr. Presidente, em que os índices aumentaram em 300%.

Não podemos permitir que isso continue.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lutar, sim, por um Brasil mais justo e igualitário; lutar pela permanência do Estado democrático de direito; lutar pela igualdade, pela liberdade e pela justiça e lutar pelas conquistas sociais e que elas sejam respeitadas e avancem.

Espero que a violência não predomine, que diminua, e que o nosso povo possa se manifestar abertamente, expressando o seu ponto de vista de forma fraternal, solidária e não violenta.

Sr. Presidente, nesses tempos de tanta violência no Brasil e no mundo é que eu lembro o massacre de Sharpeville, 21 de março, data também do meu aniversário.

Que entre os homens do bem prevaleça aquela...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... frase do Mestre de todos os mestres, que é Jesus. Ele disse um dia: vamos, na caminhada, fazer o bem não interessando a quem.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Considere na íntegra os dois pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil (FENOJUS) elaborou relatório sobre os homicídios cometidos a oficiais de justiça durante seu trabalho a partir da vigência do Estatuto do Desarmamento.

O documento revela a barbárie cometida a esses profissionais em todo o Brasil.

Incumbidos de fazer cumprimento de mandados de penhoras, reintegrações de posse, despejos, buscas e apreensões (de pessoas e bens), prisões, citações, além de conduções coercitivas e afastamento de maridos agressores do lar conjugal, os oficiais de justiça se encontram em situação totalmente vulnerável.

O texto relata os vários tipos de crimes cometidos contra os Oficiais de Justiça, tais como: ameaças, injúria, desacato, lesão corporal, sequestros, furtos, roubos e o pior: homicídios.

Esse importante profissional, é visto pelo campo jurídico como a mão longa do juiz, porque executa de forma efetiva e material as determinações do magistrado.

Ele concretiza as ordens, transformando o dever ser, no ser. É o executor da concretude da prestação jurisdicional.

Além disso, é importante atentar que o Oficial de Justiça age como agente arrecadador, ao cumprir mandados de citação, penhoras, sequestros e arrestos, nas ações de execução fiscal.

Segundo o relatório, é o cargo mais importante dos servidores da justiça. Afinal, se deixar de cumprir sua função, o processo não ganha efetividade e rapidez.

O Oficial de Justiça executa atividade de risco, e a Federação Nacional dos Oficiais de Justiça exige o direito a porte de arma.

Eles enfatizam que a possibilidade de risco é tão grande que, perante a União e alguns estados, o oficial recebe adicional de periculosidade ou de risco de morte.

Em 2003, foi criado Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826), que proibiu o porte de arma de fogo em todo o país.

No entanto, as exceções não contemplaram o porte de arma para os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário.

De acordo com a Fenojus, um grande equívoco, porque esse servidor atua na seara cível e criminal, exercendo também um papel relevante na segurança pública.

Sem porte de arma para defesa pessoal, os Oficiais de Justiça ficam sujeitos a vingança e represália de bandidos ou pessoas que tenham sido atingidas pelo cumprimento de mandados judiciais.

Ao consultar os profissionais em segurança do trabalho e saúde do trabalhador, a Fenojus relata que foram apontadas as seguintes providências:

Realização constante de cursos de defesa pessoal para os Oficiais de Justiça, fornecimento de coletes balísticos, regulamentação do Direito ao porte de armas, fornecimento de protetor solar, devido a constante exposição ao sol.

Reitero a conclusão dada no relatório da Fenojus:

“Parece que se está esperando um extermínio de Oficiais de Justiça, para que alguém acorde e veja que o Congresso Nacional cometeu um erro absurdo, ao retirar do projeto original do Estatuto do Desarmamento, o direito do Oficial de Justiça portar arma para defesa pessoal”.

Sr. Presidente, lembro que designei o senador José Medeiros para relatar na Comissão de Direitos Humanos o PLC 30/2007 que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo.

Da mesma forma, lembro também que em agosto de 2015, a Presidência da República sancionou a Lei 13.157/2015, que instituiu o 25 de março como o Dia Nacional do Oficial de Justiça, lei originária de projeto de minha autoria.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 56 anos atrás na cidade de Joanesburgo, na capital da África do Sul, milhares de pessoas marchavam pacificamente, contra a lei do passe, lei essa, que obrigava os cidadãos negros a portarem cartões de identificação, especificando os locais por onde eles poderiam circular.

A manifestação com cerca de vinte mil pessoas, permanecia pacífica, até a chegada da polícia, que abriu fogo na direção dos manifestantes negros.

Este massacre resultou na morte de mais de 70 (setenta) pessoas, e centenas ficaram feridas.

Esta atrocidade ficou conhecida mundialmente, como o Massacre de Shaperville.

Diante desta atrocidade a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, estabeleceu a data do dia 21 de março como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Uma data de reflexão, pelo movimento negro e entidades que lutam pelo Combate ao Racismo, como a Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que foi criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, onde nasceu do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas, não devemos esquecer as terríveis formas de opressão que existiu no mundo e no Brasil, para que elas nunca se repitam.

No Brasil vivemos um período devastador, que foi a Escravidão, e os seus reflexos são sentidos até os dias de hoje.

O racismo criou raízes e funciona como forma segregadora, mesmo em tempos de liberdade, onde o seu disfarce alimenta, o mito da igualdade racial.

Conforme dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, os homens, negros ou brancos, continuam sendo a maioria no mercado de trabalho, com uma taxa de 80% de presença, enquanto as mulheres dos dois grupos raciais não chegavam a 60% de ocupação em postos de trabalho.

A pesquisa traz ainda, que a renda também melhorou nos últimos dez anos, 2004 a 2014, mas não foi suficiente para equiparar os ganhos entre gênero e raça.

O rendimento médio do brasileiro cresceu quase 50%, ao passar dos R\$ 1.000,00 em 2004 para R\$ 1.595,00 em 2014.

As mulheres negras foram as mais beneficiadas, com 77% de aumento no período.

Os homens conseguiram 43%, e as mulheres, 61 %.

Os homens, no entanto, continuam ganhando mais do que as mulheres (em média, R\$ 1.831, contra R\$ 1.288, em 2014), e os homens brancos ganham ainda mais (R\$ 2.393, em 2014).

As mulheres negras seguem na base, com renda de R\$ 946,00 no mesmo ano.

Sr. Presidente, o trabalho doméstico continua sendo um dos líderes entre os postos ocupados por mulheres, concentrando 14% da população feminina, ou 5,9 milhões.

As mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas: 17,7%, contra 10% das brancas.

Ocorreu de fato, mudança nas condições de vida de mulheres e homens negros, como verificada nos últimos anos resulta do efeito combinado de iniciativas governamentais que sustentam a política de promoção da igualdade racial, a partir de quatro dimensões principais.

1) Políticas socioeconômicas gerais que impulsionam a inclusão da população negra, com destaque para a expansão do mercado de trabalho formal, a política de valorização do salário-mínimo e a ampliação da cobertura da previdência social e dos programas de redução da pobreza.

2) Ações para o atendimento a direitos básicos da população negra, por meio da incorporação da perspectiva racial na execução de políticas setoriais, como previsto no Programa Brasil Quilombola e no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

3) Ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades, como é o caso do estabelecimento de cotas para negros no acesso ao ensino superior público e no Programa Universidade para Todos (Prouni), voltado para instituições privadas.

4) O Estatuto da Igualdade Racial e Social (Lei Federal 12.288 de 2010).

Meus amigos e minhas amigas, fico muito feliz com todo este o esforço que o Brasil, faz para as políticas de Promoção da Igualdade Racial, mas ainda estamos sofrendo.

Diante dados da Anistia Internacional, em 2012, 56.000 (cinquenta e seis mil) pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 (trinta mil) são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros.

A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

O mapa da violência do ano de 2015, afirma que as mulheres negras são as maiores vítimas de homicídio.

As taxas de homicídio de mulheres brancas caem na década analisada (2003 a 2013): de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9%; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%.

Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresce para 66,7% em 2013. Isto significa que:

– Em 2013 morrem assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.

Minhas amigas e meus amigos, nessa década, ocorreu um aumento de 190,9% na vitimização das mulheres negras.

Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300%.

Não podemos permitir que isto aconteça!!!!

Vamos lutar por uma Brasil mais justo e igualitário, lutar pela permanência do nosso estado Democrático de Direito, e que todas as conquistas sociais sejam respeitadas !!!!

E que o povo possa se manifestar sem violência!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns pela fala, Senador Paulo Paim.

Agora com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, quero abordar aqui, diante deste cronograma do falso *impeachment*, na verdade, de um golpe, que foi elaborado pela oposição e está em andamento, alguns pontos extremamente importantes que precisam ser muito bem compreendidos por todos os brasileiros que defendem a democracia.

Primeiramente, é imprescindível dizer que o *impeachment* é, sim, algo previsto na nossa Constituição. Não há dúvida, e nunca negamos isso. O que não existe no texto constitucional é abertura de um processo dessa natureza sem que o Presidente da República tenha cometido crime de responsabilidade. As chamadas pedaladas fiscais de que acusam a Presidenta Dilma jamais foram julgadas, em razão de que processá-la por este motivo afronta uma premissa elementar do Direito, que é querer condenar alguém por um delito inexistente. De forma que, quando se violenta o texto constitucional para fazer caber nele o que lá não está previsto, não há outro nome a se dar a essa violência legal que não o de uma quartelada civil, o de um vergonhoso e despidoroso golpe.

Esse processo foi aberto pelo Presidente da Câmara dos Deputados como uma forma de vingança contra Dilma, por ela jamais ter-se dobrado às suas chantagens e aos seus achaques. E Eduardo Cunha, do PMDB, um sujeito que responde a três inquéritos no Supremo Tribunal Federal, que está sendo processado naquela Corte e a quem são associadas mais de 15 contas ilegais no exterior, comanda esse processo contra uma mulher honesta, largamente amparado, ele, pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, pelo PSDB, pelo DEM, pelo Solidariedade, por Bolsonaro e seus fascistas, bem como por outros setores que se agregaram sem pudor a essa associação antidemocrática.

Como bem disse o jornalista Mario Sergio Conti, em artigo publicado hoje na *Folha de S.Paulo* – abre aspas: “Dilma não tem nódoa. Não roubou e será julgada por muitos ladrões” – fecha aspas.

Esse acordo, do qual Eduardo Cunha é operador e o Vice-Presidente da República é potencial beneficiário direto, tem as bençãos de uma oposição que, derrotada em quatro eleições presidenciais consecutivas, quer chegar ao Palácio do Planalto pela sarjeta.

É uma trama feita pelas costas dos brasileiros, subvertendo a ordem democrática, que passa pelos acertos mais espúrios, entre eles o de tornar refém do PSDB um eventual Governo de Michel Temer...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... com a finalidade de deixar aos tucanos os caminhos abertos para 2018.

Ou seja, a ideia é derrubar Dilma, instalar um governo ilegítimo, ilegal e imoral com um presidente fraco, impopular e prisioneiro de um grupo que o sustenta até que ele, títere nas mãos desses usurpadores, passe a faixa presidencial nas próximas eleições para o PSDB sem qualquer resistência e sem a oposição do PT.

Já disse e repito: esqueçam isso. Todas essas tenebrosas transações que passam ainda por salvar Eduardo Cunha e tentar enterrar a Operação Lava Jato vêm sendo arquitetadas à revelia do povo brasileiro, que jamais seria chamado a participar dessa festa, porque essa trama é um convescote que vem sendo armado apenas para a confraternização do andar de cima.

É preciso, também, que todos os brasileiros saibam que esse acordo passa pela aplicação de um programa neoliberal que porá em risco todas as conquistas alcançadas ao longo desses últimos 13 anos.

O documento “Uma ponte para o futuro”, que o Vice-Presidente Michel Temer toma como programa de um governo que sonha comandar – e vai continuar sonhando –, é uma destruição de todas as políticas públicas que salvaram mais de 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza, elevaram mais de 42 milhões à classe média e tiraram o Brasil do mapa da fome.

É um negócio que parece obra da vilania do PSDB, se é que já não tem tinta dos tucanos nesse petardo contra a população.

Acompanhem comigo: esse plano acaba com os pilares da nossa política industrial, o que levaria ao fechamento em massa de indústrias no País; destrói o financiamento habitacional de programas como o Minha Casa, Minha Vida, que deu a milhões de brasileiros o direito de ter um imóvel próprio e reduziu o déficit habitacional do Brasil em mais de 10%; produz um desemprego devastador na indústria da construção civil; privatiza o ensino médio, esvaziando as escolas públicas em favor das instituições privadas; desmantela o Pronatec, que já profissionalizou mais de nove milhões de jovens em todo o País; limita as concessões de empréstimos estudantis pelo Fies, deixando milhões de jovens sem acesso às universidades; propõe que o SUS passe por uma reformulação. Que reformulação é essa que esse programa propõe? Esse documento quer ainda reduzir o número de pessoas inscritas em programas sociais fundamentais, como o Bolsa Família, cortando os benefícios hoje destinados a garantir o sustento de milhões de brasileiros.

Em suma, o “Ponte para o Futuro”, do Vice-Presidente Michel Temer, é, na verdade, um “De Volta para o Passado”, é uma obra de terror para que o Brasil seja devolvido à década de 90. Felizmente, não será adotado. Ficará como uma peça menor para o acervo do “Museu do Golpe que Não Houve”, uma instituição com muitos patronos e curadores frustrados.

Então, é importante que os brasileiros atentem para o fato de que esse é o roteiro da novela do golpe.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Darei, com prazer.

Um facínora, que quer livrar a própria cara, inicia um processo ilegal contra uma presidente honesta – que será julgada, sem ter cometido crime, por implicados na Justiça – com a finalidade de caçá-la e abrir caminho para que uma turma que quer tomar o País sem vencer eleições possa chegar ao poder e implantar políticas que prejudiquem os pobres e façam a alegria dos ricos, como ocorria há mais de uma década. É um negócio muito mais ardiloso do que qualquer trama da teledramaturgia brasileira.

Ouçó, com atenção, o aparte de V. Exª, com a autorização e a vênua do Presidente da Mesa.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Humberto Costa, creio que V. Exª está exagerando, se não estiver radicalizando. Na verdade, V. Exª primeiro acusa de um golpe aqueles que vão se reunir hoje, para decidir deixar o Governo, se afastar do Governo, e isso não significa nenhum golpe. É uma decisão democrática de um partido. Depois, creio que vou chover no molhado, mas, na verdade, os Ministros do Supremo já deixaram bem claro que o processo de *impeachment* não se trata de um golpe.

(Soa a campanha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – E, depois, queria dizer a V. Exª que o Presidente do PMDB e Vice-Presidente da República, Michel Temer, não é nenhum facínora. Acredito que ele não possa ser classificado dessa maneira, se é que ouvi bem, porque sei que V. Exª não seria capaz, pelo que o conheço, de chegar a essa adjetivação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Senador Garibaldi Alves, primeiro, eu me referi como facínora não ao Vice-Presidente da República, mas ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é o primeiro esclarecimento que dou a V. Exª.

Segundo, em nenhum momento eu tratei da reunião do PMDB. O PMDB e qualquer partido têm o direito democrático de tomar qualquer posição sobre estar ou não dentro de um governo. Sair de um governo não é golpe, não foi a isso que me referi.

Quando falei de golpe é sobre esse movimento puxado pela grande mídia, puxado pela oposição, e do qual, lamentavelmente, figuras do PMDB, em especial o Vice-Presidente da República, que é diretamente beneficiário disso, passam a fazer parte. Nós, aliás, esperamos que o PMDB, conforme sua tradição histórica, conforme sua posição democrática, até que se prove o contrário, não embarque plenamente nem definitivamente nisso. Nossa expectativa é de que nós possamos reverter essa tentativa com o apoio do próprio PMDB.

E aqui as colocações que estou fazendo sobre propostas políticas são propostas políticas que estão nesse programa. Se nem todos os peemedebistas participaram dessa discussão, pior ainda, mas todas elas estão ali para quem quiser ler e defender. Aliás, seria até bom que o Vice-Presidente da República deixasse clara a sua posição sobre cada um desses pontos. Portanto, só para esclarecer a V. Exª, em nenhum momento me passou pela cabeça fazer qualquer ataque pessoal ao Vice-Presidente da República, mas não posso deixar de dizer que ele está sendo um instrumento de uma ação política absolutamente equivocada.

O nosso campo está fortemente mobilizado para impedir que esse ataque à ordem constitucional e ao Estado democrático de direito seja perpetrado por quem não aspira ao bem do Brasil, mas à satisfação de seus

próprios caprichos. A Câmara dos Deputados sentirá a pressão das ruas contra esse golpe, que alguns estão articulando.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Vou concluir.

E eu tenho certeza, não se curvará a acordos menores, que rifem a democracia em favor de interesses pessoais.

O Palácio do Planalto deve ser ocupado por quem tem voto e entrou lá pela porta da frente. É o caso de Dilma. A faixa presidencial é algo sério demais para servir de adorno ao peito de quem se coloca como golpista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

E, enquanto ela chega à mesa, só lembrando aqui que o Presidente Michel Temer também foi votado na mesma chapa que a Presidente Dilma. Portanto, eu creio que o Senador Humberto Costa não quis se referir a ele como o que está entrando pela porta dos fundos.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite apenas um comentário, antes que a Senadora chegue até a tribuna, o que o Senador Humberto disse não tem nada a ver com a observação que V. Exª faz agora. O que V. Exª diz é que o Vice-Presidente eleito juntamente com a Presidente da República está querendo assumir a Presidência da República pela porta dos fundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não, é que ele falou que a Presidência não é lugar para entrar quem não teve voto, quem não foi votado. E eu só disse que o Vice-Presidente também foi votado na mesma chapa da Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para Vice-Presidente, e não para a Presidência da República. Foi isso que ele quis dizer, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

Eu reafirmo que o Presidente recebeu votos. E o Vice possui uma expectativa de direito, na falta da Presidente, de exercer o cargo de Presidente da República. Para isso, ele foi votado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador José Medeiros, caros colegas Senadores, eu espero ter aqui o mesmo direito dos demais Senadores em relação ao tempo. Caro Presidente, sei que V. Exª tem sido extremamente correto nesses aspectos.

Eu imaginei que o Líder do Governo tivesse chegado hoje aqui à tribuna para defender a proposta de readequação fiscal para este ano, que foi apresentada, agora há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Achei que esse era o tema, porque, veja, vai depender de a Câmara e o Senado votarem uma readequação à lei já aprovada por nós, alterando as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016. Nós vamos mudar a Lei Orçamentária para este ano, prevendo o déficit primário chegar a R\$96,6 bilhões – o déficit primário de R\$96,6 bilhões, Senador Jucá! –, que antes era de R\$60,2 bilhões.

E por que isso está acontecendo? Até as justificativas do Ministro da Fazenda têm lógica e razão de ser. Afinal, hoje, se você está com um projeto como, por exemplo, a construção do KC-390, um avião militar desenvolvido pela Embraer Defesa, de altíssima introdução de tecnologia e inovação, ou orçamento em outras obras de infraestrutura, ou de educação, ou vários programas relevantes, teria a defesa disso para continuar, porque, quando você retomar uma obra incompleta, ela vai custar muito mais caro do que se a tivesse concluído, caro Ministro Garibaldi Alves. Muito lógico, e eu diria até com procedência e competência do Sr. Ministro.

Mas quem acredita que essa proposta será, de fato, implementada? Porque o Governo perdeu as condições de credibilidade, de confiança em quem opera isso, que é o próprio Governo, que briga entre si.

O Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário falam linguagens completamente diferentes; e é diferente a linguagem do MDIC, do Ministério das Relações Exteriores e do outro Ministério, do Ministério da Defesa.

As contradições que enxergamos, que vemos e que identificamos e, de fato... Vejam só a situação, e o Ministro não tem outra saída, a não ser fazer essa proposta ao Congresso, mas, em vez de estarmos debatendo

isso, que é saída para a crise, vem aqui com essa lenga-lenga, com essa conversa mole, com esse realejo, com esse samba de uma nota só do golpe. Pelo amor de Deus!

Vou falar sobre isso direitinho daqui a pouco, mas antes quero voltar à questão econômica. Os sinais de que a economia desaba são muito claros. Leilões de portos estão sendo adiados e os juros do cheque especial, em fevereiro, já é o maior em quase 22 anos.

Cheque especial e rotativo do cartão têm os juros mais caros do mercado, eu diria até mundial. Só neste ano, os brasileiros já pagaram R\$500 milhões em impostos. E 2015 fechou com recorde de mais de R\$2 trilhões em imposto.

O que recebemos em troca em serviços? Eles estão cada vez piores, sem qualidade. As pessoas estão nas filas morrendo, para ter uma vaga em um hospital, para ter uma vaga em uma escola pública, seja no ensino fundamental, médio ou técnico.

A crise econômica se agrava. Cerca de seis em cada dez consumidores, 58,95%, não sabem quanto estão devendo, segundo pesquisa do SPC e também da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. Além disso, o desemprego está assustando, empurrando para as ruas e metrô milhares de pessoas que estão sendo obrigadas a viver como ambulantes. Agora, apesar dessa aguda crise, só falam isto: “*Impeachment* é golpe!”, aliás, mudaram um pouco a versão.

Mas gostaria de refrescar memória de quem tem memória fraca, Ministro Garibaldi. E interessante que, conforme a conveniência... As coisas são interpretadas de acordo com a conveniência da hora.

Faço questão de mostrar, e pediria à câmera que chegasse próximo desta foto. (*Pausa.*)

Esta foto está nítida lá. Agora, estou enxergando bem na câmera.

Olhem as personagens que estão nesta foto! Quem está com essa camiseta das 100 mil assinaturas é ninguém mais, ninguém menos do que o ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores, ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele era o Presidente do Partido, e, ao seu lado, está José Dirceu, que era, então, o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores.

E o que eles estão entregando, ali naquele documento, para Michel Temer, que, em 1999, março de 1999, presidia a Câmara dos Deputados? Eles estão entregando ao então Presidente da Câmara dos Deputados o quê? O quê? Um pedido de *impeachment*, *impeachment* contra Fernando Henrique Cardoso, que tinha acabado de sair, fazia alguns meses, de uma eleição, a qual tinha ganhado, para um segundo mandato, com 53% dos votos, e, portanto, ganhou no primeiro turno.

E, nesta foto, em março de 1999, estavam lá essas figuras bem conhecidas – algumas já falecidas, como é Miguel Arraes, de saudosa memória. Pedindo o quê? *Impeachment* do Fernando Henrique Cardoso.

Que interessante: naquela época, *impeachment* não era golpe – não era golpe! E agora é golpe? Tudo dentro da lei.

E o que aconteceu? No pedido de 1999, Milton Temer – não sei nem se é parente do Michel Temer – era um Deputado Federal, de São Paulo, do PT. E ele acusava, em nome do Partido e pelo movimento, o Fernando Henrique de ter cometido crimes de responsabilidade – crimes de responsabilidade! – durante a execução do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer); o programa fora iniciado em 1995, no primeiro mandato de FHC. Havia também a acusação – negada pelo então Presidente FHC – de que o Planalto teria constrangido o Ministério Público e outros órgãos durante a investigação do que havia se passado.

Nada como um dia após o outro – nada como um dia após o outro! Nada como os documentos. Nada como a História. E não vamos discutir aqui o estelionato eleitoral do Fernando Henrique Cardoso, ao prometer um segundo mandato – vejam só! – de crescimento e criação de empregos, ao tempo em que negociava com o Fundo Monetário Internacional a política de recessão em que nos encontramos.

Não vamos discutir aqui o estelionato eleitoral do Fernando Henrique Cardoso ao prometer um segundo mandato – vejam só – de crescimento e criação de empregos, ao tempo em que negociava com o Fundo Monetário Internacional a política de recessão em que nos encontramos, e o que aconteceu em 2014, quando a campanha eleitoral mostrou cenários maravilhosos de um Brasil crescendo, de um País de mais especialidades na área médica, de um País de Pronatec infinito e ilimitado, de mais moradias na Minha Casa, Minha Vida – que agora se chama “Minha Casa, Minha Dívida”.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, não há mais recursos, aumentaram os juros para o financiamento da casa própria, a inflação chegou a um nível assustador, o desemprego é assustador. O que aconteceu? E agora golpe é *impeachment*, retirando da sociedade, retirando do Parlamento aquilo que é um direito constitucional.

Ontem, aqui falei dos Ministros Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello. Serão golpistas todos esses Ministros que ocupam com dignidade a Suprema Corte? O País todo olha para aquela Casa, na Praça dos Três Poderes, ali do lado, com a estátua simbolizando a Justiça cega, venerando, aplaudindo as decisões da Suprema Corte. Serão esses Ministros todos que eu acabei de citar golpistas quando dizem que *impeachment* não é golpe? O julgamento de *impeachment* é político e, por isso, ele está na Câmara e foi acolhido.

Vou ler os pedidos de *impeachment*. Sob o comando de Lula, ele apoiou nada menos do que 50 petições similares, 50 petições de *impeachment* contra 3 Presidentes entre 1990 e 2012. Foram 29 pedidos de *impeachment* feitos por Lula contra Fernando Collor, 4 contra Itamar Franco – Itamar Franco teve 4 pedidos de *impeachment* feitos pelo PT! – e 17 contra Fernando Henrique Cardoso! Lula também teve 34 pedidos contra ele.

E agora, José? Eu poderia me referir ao José Maranhão, o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – e vejam só que quis o destino que o senhor estivesse aqui, meu querido Presidente. Como diz o poema, e agora, José?

Contra fatos não há argumentos. Nós não podemos tapar o sol com a peneira.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Não são fatos, são fotos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – *Fatos e Fotos* era o nome de uma revista muito linda, meu querido Ministro Garibaldi Alves. Então, há as fotos e os fatos, e não podemos fazer versões sobre isso, porque são fatos e são fotos.

É preciso ter coerência nas atitudes, é preciso ter coerência nos discursos, é preciso ter respeito com a inteligência do povo brasileiro, é preciso ter respeito à sociedade brasileira, é preciso ter respeito ao pensamento da sociedade brasileira.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós Senadores estamos todos os dias aqui batendo na mesma tecla. Eu acho que V. Exª cumpre seu papel, e nós do nosso lado também cumprimos o nosso. V. Exª volta hoje basicamente repetindo todas as afirmações do dia de ontem, e, portanto, eu me vejo na obrigação de repetir, Senadora, que nós não estamos usando o discurso vazio de que *impeachment* é golpe. E, quando os Ministros se pronunciam a respeito do *impeachment*, eles o fazem acerca de um instituto previsto constitucionalmente, sobre o qual eles é que, através de um julgamento, determinaram quais as normas e as regras processuais. Aqui quero fazer um desafio a V. Exª. Nenhum Ministro, Senadora Ana Amélia, se manifestou até o momento sobre o mérito do *impeachment*, e o que falamos é o seguinte: quando não há um crime plenamente estabelecido, o *impeachment* deixa de ser um instrumento constitucional de impedimento do governante maior deste País para ser um instrumento que viabiliza um golpe. Esse é o nosso pronunciamento. E V. Exª diz: “Só o Presidente Lula, no passado, apresentou mais de 50 representações”. Normal! Não há nenhum Presidente que não tivesse sofrido nenhum pedido de *impeachment*. Mas qual foi o destino deles todos, Senadora Ana Amélia, com exceção de um? Todos eles foram arquivados, ou por decisão de Plenário – pouquíssimos –, ou por uma decisão monocrática do Presidente em exercício da Câmara dos Deputados à época. Portanto, há uma diferença muito grande.

(*Soa a campanha.*)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E agora o que acontece? Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados – não sei como até hoje, pois esse, sim, todo melado, porque denunciado está –, entende de acatar o pedido de *impeachment*. E hoje o conteúdo do pedido de *impeachment*, Senadora Ana Amélia, é o que menos importa ser discutido, mas nós queremos trazer ao debate o conteúdo do *impeachment*, até para esclarecer as pessoas que estão ouvindo. Somos uma Casa política, mas, na hora em que se abre um processo, deixamos de ser os políticos e passamos a ser os julgadores, cujo tema julgado está também escrito na Constituição. E, se dele nós nos desviarmos, Senadora, estaremos, sim, ajudando a praticar um golpe neste País. Eu agradeço, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa, eu agradeço muito a sua intervenção e o seu aparte, que são sempre muito bons e oportunos.

Na minha terra, na minha querida Lagoa Vermelha, há um ditado que diz...

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que quem não deve não teme. É muito simples. Acho que lá na sua terra também, Senador Medeiros. Quem não deve não teme. Então,

eu fico muito preocupada. Por que essa reação de faca nos dentes, aqui, na tribuna, da Base governista, empedernida, em relação a essa questão? Todos os outros, inclusive o Lula e o Fernando Henrique, enfrentaram o debate, mas não com esse grau de – eu diria – exacerbação, de radicalização. Só falta dizerem isto: “Quem está contra mim está contra Deus”. Então, Senadora, quem não deve não teme. Por que o Governo não enfrenta isso com naturalidade e mostra o seu lado e as suas razões?

Outra coisa, Senadora.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os Ministros do Supremo, Senadora Vanessa, não foram eleitos, não têm voto popular. Eles estão lá legitimados pelo seu saber e pela sua competência jurídica da ciência de interpretar as leis e a Constituição. Por isso, é a Suprema Corte. E estão fazendo isso com um zelo exemplar, merecendo as grandes homenagens da população brasileira. Julgamento de *impeachment* tem argumentos políticos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. E, felizmente, o rito decidido, meu caro Senador Marcelo Crivella, foi o voto aberto. V. Exª sabe, porque fala para as almas, fala para os devotos, fala para as pessoas, do...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... valor dos princípios éticos e da transparência. Então, esse voto será aberto lá e aqui, grande e sábia interpretação do rito que o Supremo Tribunal Federal acolheu e apresentou, respondendo ao questionamento feito pela Câmara dos Deputados.

Nas democracias, é assim que acontece: o *impeachment* é um dos instrumentos que tem a democracia para ser usado nas horas oportunas e necessárias, como a que estamos vivendo agora.

Eu, com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Medeiros e já vou concluindo, meu querido Presidente, a minha manifestação nesta tarde.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, os advogados do Governo e também os Senadores que aqui o defendem – e com todo o direito, pois, afinal, seria de se estranhar se falassem de forma diferente – tentam relativizar as pedaladas fiscais e a questão da suplementação orçamentária sem autorização, como se isso não fosse nada e como se fosse a Presidente, neste momento, vítima de uma tremenda injustiça. Não é o que pensa o Tribunal de Contas da União, em sua unanimidade, e também não é o que pensa o Ministério Público Federal. E é bom que digamos isso aqui, porque, neste debate todo, quase não se perceberam que neste momento as pedaladas fiscais são parte de inquérito aberto pelo Ministério Público Federal. Então, elas são também tema de investigação. É bom deixarmos claro, para que não fique essa ideia de que a Presidente Dilma está sendo vítima simplesmente dessa montagem que está sendo passada. Na verdade, tem base legal, sim, sobra apoio político e sobra apoio das ruas também.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora, o mérito vai ser discutido, com certeza, no decorrer do *impeachment*. Acho que, na verdade, estamos antecipando o debate aqui, mas esse debate será feito depois. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Medeiros. De fato, V. Exª tem razão.

Além do mais, aqui foi falado sobre a honestidade da Presidente. Esse não é um fato relevante – a honestidade da Presidente –, porque é uma questão óbvia, já que todos nós temos que ter responsabilidade e honestidade. A questão são os atos praticados pela Presidente da República que, eventualmente, possam ter consequências negativas para a economia brasileira, para a Lei de Responsabilidade Fiscal em relação a tudo o que foi praticado, como as pedaladas. Agora, está se propondo, mais uma vez, também uma mudança na meta fiscal, exatamente...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque o Governo (*Fora do microfone.*) não conseguiu cumprir as metas fiscais para 2016, tendo que refazê-las com um acréscimo de cerca de R\$30 bilhões.

Muito obrigada, Presidente, caro Senadores.

(Durante o discurso da Srª. Ana Amélia, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Nós que agradecemos o pronunciamento da Ana Amélia, Senadora pelo bravo Estado do Rio Grande do Sul.

Chamamos, agora, a fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador José Medeiros, do PSD. V. Exª dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento à Nação.

Logo em seguida, nós vamos chamar a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, do Amazonas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham, eu ouvi, há pouco, as palavras do Líder do Governo aqui no Senado Federal e não poderia deixar de também fazer minhas colocações, porque acredito piamente que o papel da oposição, principalmente neste momento, é deixar as coisas bem claras e deixar transparente esse debate, para que não paire nenhuma dúvida nas pessoas, neste momento tão conturbado da vida política nacional.

O Líder do Governo, agora há pouco, tentou colocar em dúvida a legitimidade do *impeachment* por estar sendo conduzido, na Câmara, sob a batuta do Presidente Eduardo Cunha. Sr. Presidente, eu tenho visto também aqui o debate de que o rito do *impeachment* da Presidente Dilma corre em uma velocidade e o do Presidente da Câmara em outra. É bom que deixemos claro isto: são ritos diferentes e liturgias diferentes. Portanto, essa é a razão de um demorar mais que o outro, mas não vou entrar nessas filigranas. O fato de um juiz estar conduzindo um caso e, eventualmente, estar respondendo por um crime nada tem a ver nem tem ligação com a conduta do réu que está sendo julgado naquele caso. Então, não podemos confundir. Cada um responde pelos seus atos. O caso *impeachment* é uma coisa, e o caso Eduardo Cunha é outra. Com certeza, ambos vão responder aos processos a que estão sendo submetidos, e a Justiça e o Congresso Nacional vão dizer o que cada um vai receber como pena ou não. Ambos, de repente, na condução do processo, poderão até vir a ser absolvidos e a permanecer em seus cargos. Então, eu quero só deixar claro que o fato de ser Eduardo Cunha o condutor desse processo em nada deslegitima o instrumento legítimo constitucional que é o *impeachment*.

Dizer que existe uma trama pelas costas dos brasileiros sendo urdida pelo PMDB, pelas pessoas que apoiam o *impeachment* e pelos Congressistas também não é uma verdade. Temos que deixar isso bem claro. Trama, é bem verdade, nós notamos que estava havendo, pelas costas dos brasileiros, por essas gravações que vieram à tona. Isso, sim, mostrava que havia uma trama muito forte no sentido de fazer a obstrução da Justiça, inclusive com a participação da Srª Presidente da República, dos seus Ministros. Isso tudo foi confirmado, inclusive, pelo ex-Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral e também pelas gravações.

Mas, para mim, a acusação mais grave – e essa é preocupante – é a postura, porque, como o Partido dos Trabalhadores já percebeu que esse Governo já caiu e tem data de validade para isso, já começa a fazer o pós-governo. Eu ouvi aqui o Líder do Governo dizer que existe um “acordão” para tirar programas sociais para acabar com a indústria nacional e implantar privatizações.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não existe “acordão” algum. Isso já está acontecendo. Isso já está acontecendo! As privatizações já são uma realidade. Não vou entrar no mérito se são boas ou más, mas o fato é que o PT criticou tanto e as está fazendo. E determinados casos – por exemplo, de rodovias que o Governo não tem como fazer – estão sendo, muitos deles, casos de sucesso.

Dizer que existe um complô neoliberal? Primeiro, temos que desmistificar. Nem existe esse sistema chamado neoliberal, não existe essa linha. Existe uma rotulagem chamada neoliberal. Existe o liberalismo. Eu não conheço um escritor, um economista, um doutor que tenha escrito um livro sobre a teoria neoliberal. Isso foi uma construção que faz parte dessa rotulagem para tentar desconstruir alguém que...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – ... não concorda com as ideias.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Já concluindo, Sr. Presidente, passo a dizer, e repiso as palavras da Senadora Ana Amélia, que essa construção, muito bem urdida e provavelmente feita por algum discípulo de João Santana, de que o *impeachment* é golpe – e ontem nós tratamos desse tema –, cola bem e soa como música aos ouvidos de quem defende o Governo, das pessoas

que neste momento estão mobilizadas pró-Governo, ou por estarem aparelhadas em algum sindicato ou por defenderem ou serem membros do Partido. Enfim, o certo é que precisavam de algum tema, algum mote para que essas pessoas permaneçam unidas, e esse tema, essa construção de que *impeachment* é golpe, realmente, veio a ser esse amálgama...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... esse cimento para construir essa união em torno do projeto do Partido dos Trabalhadores.

Mas a grande verdade é que não se sustenta. Tanto é que tentaram fazer essa mesma construção quando houve o afastamento do Fernando Lugo ali no Paraguai – disseram que era um golpe. Hoje o Paraguai, Senador Crivella, está com a sua economia em ebulição. Boa parte das nossas indústrias e empresas estão indo para o Paraguai porque a economia está realmente, como diz a Presidente Dilma, bombando; está bombando no sentido positivo da palavra. Esse foi o legado do chamado “golpe”, entre aspas, que houve no Paraguai. Na verdade, ali o que houve foi também as instituições e a democracia em plena ebulição. As instituições acabaram afastando, dentro do processo legal, o Presidente do Paraguai. Aqui vai pelo mesmo caminho.

É óbvio, é natural, e não podemos...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... tirar o direito de quem defende o Governo de tentar fazer construções. Agora, cabe à oposição... Eu conclamo a oposição para que possamos nos fazer mais presentes aqui no plenário para fazer esse debate, porque senão fica só a fala do Governo. O secretário do Hitler já dizia: uma mentira dita mil vezes acaba virando verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Nós que agradecemos o pronunciamento de V. Ex^a.

Convidamos para fazer uso da tribuna a Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a tem dez minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Presidente Crivella, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a benevolência, para com a minha pessoa, que V. Ex^a e os Presidentes que estavam na direção dos trabalhos demonstraram com os oradores anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com certeza, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu tenho certeza e convicção absoluta disso.

Sr. Presidente, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de encaminhar à Mesa, para que V. Ex^a fizesse constar nos *Anais* da Casa, um pronunciamento que trata do aniversário de 40 anos da BR-319, um tema que tem me trazido à tribuna com muita frequência.

No último dia 27 de março, a BR-319, essa pela qual lutamos muito para que tenha não apenas suas obras de manutenção realizadas, mas também suas obras de recuperação autorizadas... Não é uma BR nova, é uma BR que, no último dia 27, completou 40 anos de existência.

Nós temos, no Estado do Amazonas, uma associação denominada Associação dos Amigos e Defensores da BR-319. É um pronunciamento que fiz com minha assessoria daqui de Brasília e de Manaus, sobretudo, e que encaminho a V. Ex^a, para que o coloque nos *Anais* desta Casa, na sua íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – A Presidência vai atender ao pedido de V. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Será publicado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo-me na iminência e até na obrigação de voltar a debater esse tema, que tem sido comum em todas as rodas do País. Hoje, mesmo aquelas pessoas que não se dedicam à política, que não gostam de política, têm como tema central o debate sobre a situação e a crise política por que passa o nosso País.

Sr. Presidente, tenho destacado muito – e faço questão de voltar a destacar – o fato de que o Plenário deste Senado Federal talvez tenha sido o maior exemplo do exercício da plena democracia, porque, aqui neste Plenário, temos a possibilidade de falar, mas também de ouvir posições contrárias àquelas de que estamos falando.

Infelizmente, as pessoas que estão em suas casas, que estão nos assistindo, ou que assistem, todos os dias, aos meios de comunicação – os canais mais diferentes de televisão, as rádios –, que leem os jornais, as

revistas semanais, os periódicos, no geral – e tenho muita convicção do que falo, porque está registrado na nossa história, para qualquer pesquisador ou cientista que queira analisar, e seria importante essa análise –, têm acesso a apenas uma versão dos fatos: aquela que interessa a quem essas pessoas, esses meios de comunicação, representam.

Aqui refiro-me ao grande capital, não só ao grande capital nacional, mas também ao internacional. Digo isso, Sr. Presidente, porque tem sido frequente o debate e a comunicação de que o Brasil vive um caos, está atolado num mar de corrupção. Infelizmente, reconhecemos que, de fato – não de hoje, não de agora, não só neste Governo, mas há muito tempo –, muita coisa errada vem sendo feita em nosso País; no Poder Público, em todos os níveis; nas empresas públicas, de todos os níveis.

A diferença de agora para tempos anteriores é que agora as investigações tiveram curso, tiveram sequência, como nunca antes na história do nosso País, como nunca ocorreu em tempos anteriores, e essas investigações estão revelando tramas gravíssimas e formas gravíssimas de desvios de recursos públicos, não só no Governo Federal. Hoje, todos tivemos a informação de que ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo também foi preso por conta de envolvimento em ações de desvio de recursos públicos naquele Estado. São essas as notícias que são passadas todos os dias pelos meios de comunicação e que tentam vincular esses fatos de corrupção à figura da Presidente da República, à figura do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. E tome informação, todos os dias.

Isso posto, Sr. Presidente, um conjunto de militantes, advogados, juristas apresenta uma representação, uma denúncia por crime de responsabilidade pedindo a abertura de um processo de *impeachment*, que, no ano passado, andou muito devagar, muito devagar – aliás, teria andado mais rapidamente não fosse uma correta intervenção do Poder Judiciário do País, do Supremo Tribunal Federal, porque, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a regra estava aberta e era um vale-tudo para instalar a Comissão e, rapidamente, resolver o problema determinando, quem sabe... Essa seria a vontade dele, o *impeachment* da Presidente Dilma.

Mas do que estamos tratando, quando falamos de *impeachment*? De denúncias de duas ordens: uma, que foi rejeitada inicialmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que tratava das pedaladas. Aliás, esta foi a primeira denúncia, a primeira e a única contra a Presidente Dilma: pedaladas. O que significam pedaladas? Ela ter utilizado momentaneamente recursos de bancos públicos para pagar o Programa Minha Casa, Minha Vida, ou para pagar o Bolsa Família ou outros programas sociais. A isso, deram o nome de pedaladas. Mas eles próprios, que, no início, entraram com um pedido de impedimento contra a Presidente pelas pedaladas, viram que não teriam muito sucesso. Aí, acrescentaram outra razão. E qual foi a outra razão? Decretos. Decretos, alguns assinados pela Presidente Dilma, outros pelo Presidente em exercício, Michel Temer, abrindo os créditos suplementares. Segundo eles, não havia a possibilidade de abrir crédito suplementar porque não havia autorização legal para tal, o que também não é verdade. Não é verdade, porque a Lei Orçamentária Anual prevê essa possibilidade. Mas está lá. O processo trata disso.

Hoje eu ouvi oradores, desta tribuna, dizerem o seguinte: que quem fala, quem dá a última palavra, é o povo na rua, a cidadania. Eu concordo, mas para que a cidadania possa ser exercida na sua plenitude ela tem que ter acesso a todas as informações, porque uma cidadania, um conjunto de pessoas que trabalha com informações pela metade não pode chegar a uma conclusão justa e correta.

No dia seguinte, a cidadania acordou e quando a cidadania acorda não tem problema. Mas vão além, e dizem o seguinte: nós somos juízes – nós, os Parlamentares, somos juízes –, mas se o resultado não for aquele que a Nação quer, e hoje nós sabemos que a Presidente Dilma não tem uma boa aceitação política perante a população, não apenas por essas razões que eu aqui enumerei, mas também por conta da crise econômica, se o resultado não for aquele que a Nação quer, nós passaremos a réus. Nós passaremos a réus!

E mais lá adiante diz o seguinte: que o julgamento não é um julgamento técnico, é um julgamento político. Eu tenho ouvido isso. O julgamento é político, Sr. Presidente, porque esta Casa é uma Casa política, mas o julgamento tem que ser estritamente técnico, porque é assim que determina a Constituição.

Mas não, esses senhores e essas senhoras teimam em insistir, em dizer: “não, eles agora querem macular o instituto do *impeachment* dizendo que o *impeachment* é golpe”. Eles dizem isso de nós outros aqui.

E nós temos insistido: nunca! Ontem mesmo eu falei em um aparte a Senadores o seguinte: nunca ouvi ninguém dizer que *impeachment* é golpe. O que eu tenho ouvido muito e o que eu tenho dito muito, Sr. Presidente, é que primeiro, o *impeachment* é constitucional, é um instituto previsto na Constituição Federal, é legal. O Supremo Tribunal Federal determinou as normas processuais ...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... para afastar qualquer ilegalidade. Entretanto, quando não se caracteriza crime de responsabilidade – conforme está previsto na Constituição – o *impeachment*, obviamente, Sr. Presidente, deixa de ser *impeachment* e passa a ser um golpe.

É disso que nós estamos falando; e mais, é isso que nós estamos publicando! Vi agora uma foto e estou mostrando – não uma foto, mas um cartaz que gostaria também que fosse bem focado. O que diz o cartaz? Esse cartaz peguei ontem em uma manifestação que criou o Comitê Pró-Democracia; um comitê formado por várias entidades do Brasil – e advogados inclusive –, várias entidades. E o que diz esse cartaz? De forma muito simples, expressa aquilo que estamos repetindo todos os dias, mas que infelizmente alguns insistem em deturpar. O que estamos dizendo? Que *impeachment* sem crime é golpe! *Impeachment* sem crime é golpe! E aí volto a repetir: o que consta do processo são os decretos – e precisamos, sim, discutir os decretos. Nós precisamos discutir se eles estão legais ou se não estão legais e, a partir disso, tomarmos uma decisão aqui.

E eu poderia também – não posso, neste momento, porque não tenho tempo – discorrer muito sobre a economia, que, aliás, tem sido um forte combustível da crise política em nosso País, a economia de fato. Desde o final de 2014, mas particularmente a partir de 2015, a economia passou a sofrer significativamente. E a sofrer por quê? Por várias razões; uma delas pela queda de arrecadação do Estado brasileiro e, quando falo em Estado brasileiro...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não me refiro somente ao Poder Central, refiro-me aos Estados e aos Municípios. E essa crise que outros países viveram lá em 2008, em 2009, em 2010 e em 2011, e que nós não vivemos, pois andávamos em uma mão diferente da que andava a maior parte do mundo... Tivemos uma economia tão evoluída que só foi menor do que dois grandes países do mundo: China e Índia. A nossa produção só não cresceu mais do que essas economias, enquanto todas as outras declinavam: economia americana, economia japonesa, de todos os países da União Europeia – Espanha, Portugal e todos eles.

E isso por quê? Por uma decisão presidencial, não de adotar um receituário neoliberal, mas, pelo contrário, de adotar medidas anticíclicas. E passamos praticamente sete anos convivendo com medidas anticíclicas.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Encaminho para a conclusão, Sr. Presidente.

É óbvio que essas medidas trariam alguma consequência, como trouxeram, porque a partir do momento em que se oferecem incentivos fiscais às empresas, que se oferecem subsídios às pessoas de mais baixa renda, que se garante a manutenção de políticas sociais importantes, como o Bolsa Família, como o FIES, o Prouni, obviamente que o caixa não suporta tudo isso; mas, quando a gente chega a essa situação de crise, o que é que nós precisamos fazer? Nós precisamos nos unir para combater a crise.

Só que no Brasil não está acontecendo isso. E é por isso que eu digo e subo a esta tribuna para repetir quantas vezes for preciso, por que é que isso não aconteceu e não está acontecendo no Brasil? Porque a oposição se aproveita da crise econômica para amplificar a crise política; porque atua dentro da tese do quanto pior melhor.

E muitas pessoas me procuram e me dizem: “Mas a senhora está se desgastando perante seus eleitores.”

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sou uma Senadora e tenho muito orgulho da minha história. E tenho certeza de que cada eleitor pode ter e só tem razão de se orgulhar desses meus quase 30 anos de Parlamento brasileiro.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que atuo, Sr. Presidente, dentro da ética, porque não vejo a ética como uma bandeira de luta; eu vejo a ética como uma conduta de vida do nosso dia a dia.

Então, veja, se aproveitam disso. Essa semana mesmo que passou, o Ministro da Fazenda anunciou algumas medidas, e eu tenho alguns pontos divergentes, particularmente em uma medida. Mas anunciou, e, entre essas medidas, está a do déficit de R\$96 bilhões aproximadamente, o que não é quase nada para um

País que tem mais de 370 milhões de superávit; que não é quase nada perto dos déficits que todos os outros países assumiram nos últimos anos, enquanto nós fizemos superávit, inclusive até o ano de 2013. Enquanto todos faziam déficit, o Brasil fazia...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...superávit.

Dizem que isso (*Fora do microfone.*) é um ato de irresponsabilidade, porque faz com que o País perca a credibilidade internacional, porque a nossa dívida está crescendo de forma estratosférica. Veja, nossa dívida cresceu de fato; mas não foi mais do que 3,3% o crescimento da nossa dívida nesses últimos tempos, nesse último período. E, veja, chegamos a uma dívida bruta – não estou falando da líquida, que é trinta e poucos por cento – de 65,2%. Esse foi o valor a que se chegou recentemente, contra 94% de dívida da área do euro; contra 80% quase, que é a média mundial; contra 104,8% de uma dívida bruta em relação ao PIB dos americanos, dos Estados Unidos; de 74% da China; de 191% do Japão.

Então, veja, nós deveríamos estar todos aqui discutindo maneiras e formas de superar a crise econômica do Brasil para que o povo sofra menos.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas não. Só querem saber de *impeachment*, de tirar uma Presidente contra quem não há uma denúncia de corrupção, que não responde a um processo, contra quem não paira uma dúvida se está ou não vinculada a todos esses esquemas. Aliás, repito: foi o próprio Deputado Paulo Pereira da Silva que disse para todos os seus correligionários, em uma reunião pública, que o *impeachment*, no passado, foi muito devagar e que ele tem que reconhecer que este ano só está andando graças à ajuda, à contribuição do Eduardo Cunha. Quem é Eduardo Cunha?

Olha, Sr. Presidente, muita gente está achando que, tirando a Presidente, vamos, como em um passe de mágica, resolver todos os problemas do País. Eu temo, eu temo muito, Sr. Presidente. Não quero que entendam isso como ameaça, longe de fazer qualquer ameaça, mas eu, Sr. Presidente, entendo que nós...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...estaremos inaugurando momentos piores do que já vivemos hoje – momentos piores –, mesmo porque – acho que os Senadores que me antecederam foram muito claros – esse tal acordão que se está apresentando e se revelando, Sr. Presidente, é um acordão muito claro, em torno de propostas muito objetivas, propostas que caminham não para a recessão da economia, mas para a recessão do bolso do trabalhador, para arrancar os direitos, porque essas pessoas que tramam o acordão são exatamente aquelas que acham que o problema do Brasil é o salário mínimo muito alto, um salário mínimo que tem a garantia do momento conforme o crescimento da economia. Esse é o problema. É isso que está sendo armado em nosso País.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concedo.

Então, eu não tenho problema nenhum porque tenho consciência tranquila. Sei que não estou do lado mais fácil, porque hoje o moderno, o bacana é ir à rua dizer que é a favor do *impeachment*. Esse é o bacana. Esse é o moderno.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu tenho visto muitos Parlamentares, Senador Cássio, antes de conceder um aparte a V. Exª, dizerem que, na frente das suas casas, aconteceu tal qual aconteceu na frente da casa do filho do Ministro Teori: pessoas vão para a frente das casas, das residências, xingar. Não é pedir, não é tentar convencer, mas xingar. “Tem que votar contra!” Então, vejo que o momento em que vivemos é muito delicado.

Este final de semana foi basicamente um feriado santo. Não participei de nenhum evento político, mas andei muito nas ruas da minha cidade, andei muito no comércio. E aonde quer que eu chegasse, eu era abordada, Senador Cássio, seja onde transita grande parte da população, aquela que vive de salário mínimo, ou onde transitam pessoas com melhor poder aquisitivo. Em todos os lugares, fui abordada.

Com todas as pessoas, eu sentei, eu dialoguei, eu conversei, dei informações que, infelizmente, elas não recebem no dia a dia.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A elas não são repassadas as informações verdadeiras.

Concedo o aparte ao Senador Cássio, com a benevolência da nossa Presidência. Senador Elmano, obrigada!

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço a oportunidade, Senadora Vanessa, para fazer três breves comentários ao discurso de V. Exª. Primeiro, a discussão central sobre o *impeachment*. V. Exª diz que não há crime e advogados renomados, juristas conceituados e, ontem, nada mais nada menos que a Ordem dos Advogados do Brasil atestam que os crimes foram praticados. O que se faz em uma democracia quando alguém diz que um crime foi praticado e outrem afirma que não houve crime, nega a autoria? Se recorre ao Poder Judiciário. É assim que funciona.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Você diz que houve um delito, a outra pessoa diz que não houve o delito, o que se faz? Chama-se o Poder Judiciário. A nossa Constituição determina que, nos casos de crime de responsabilidade, o juiz natural da causa para julgar o Presidente da República, ou seja, quem passa a ter as funções do Poder Judiciário é o Congresso Nacional. Então, não passa de proselitismo político, não passa de discurso de desespero tentar classificar como golpe o estrito cumprimento do que está previsto na Constituição, até porque V. Exª parte do pressuposto de que a Presidente Dilma já estará condenada. Ela terá ainda chance de se defender, terá chance de provar que realmente os crimes não ocorreram. E eu encontro crime de responsabilidade, sim, não apenas só nas pedaladas fiscais, mas, sobretudo, nos decretos de suplementação orçamentária sem autorização legislativa. A jurisprudência do Brasil é farta em relação a prefeitos, governadores que já foram punidos por terem suplementado o orçamento, que é uma lei, sem autorização do Poder Legislativo. Diferentemente do setor privado, em que o orçamento é mera peça contábil, no setor público, como todos sabemos, o orçamento é uma lei, e uma lei não pode ser modificada sem autorização legislativa, por óbvio. Há dúvidas quanto a isso. Vamos discutir. É exatamente o que está sendo feito. Há uma comissão processante; o Plenário da Câmara terá que admitir o processo que virá para esta Casa senatorial, para dizer se o processo será ou não aberto. É assim que é. Portanto, esse discurso de golpe é proselitismo puro de quem demonstra, mais do que qualquer outra coisa, desamor ao Brasil. A sede de poder que vocês têm é tão grande que vocês se agarraram ao poder como se fosse...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... uma propriedade do PT e do PCdoB, de tal forma que não querem largar o osso como se fossem governar o Brasil *ad eternum*, que não admitem sequer a análise e a discussão desse projeto. Ontem, eu ouvi, Sr. Presidente, estarecido, um Deputado de nome difícil, com os olhos esbugalhados – V. Exª estava por trás, na cena –, eu vi um Deputado de nome complicado, é um Deputado do PT – confesso que eu não sei o nome dele mesmo –, com os olhos esbugalhados, o rosto transfigurado, babando de raiva, dizendo que ia à luta. Que luta? Essa guerra vocês já perderam, porque perderam o respeito, perderam o apoio do povo brasileiro, que sabe e que tem consciência de que todas as consequências econômicas e as dificuldades vividas hoje foram para construir um projeto permanente de poder. Vociferando raiva, um...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... um alarido de quem vai para a rua. Ontem, o Senador Humberto Costa ameaçou, de forma explícita, a paz social no Brasil. A Presidente Dilma convoca a imprensa internacional para falar mal do nosso próprio País. Quem ama o Brasil não fala mal do Brasil no exterior. Ou seja, a sede de poder é tamanha, a sanha em torno do poder é tão grande que resta até um mínimo de amor à nossa Pátria, resta um mínimo de amor ao nosso País. Como se não bastassem todas as mazelas que já foram provocadas com os milhões de desempregados; a volta da inflação; a corrupção desenfreada; a economia se esfacelando a cada dia; o País caminhando para o abismo; como se não bastassem todos os imensos problemas internos, ainda vem...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... esse ato derradeiro de desrespeito ao nosso Brasil ao atacar e denegrir a imagem do País no estrangeiro. Quem ama o Brasil não fala mal do Brasil no es-

trangeiro. E para tentar se manter no poder, a toda forma, vem essa ficção, esse enredo ficcional de dizer que *impeachment*, que é previsão constitucional, é golpe. Discurseira, blá-blá-blá, proselitismo político – e nisso nós sabemos que vocês são muito bons! O que nós queremos agora é tentar sair dessa crise, e essa crise terá uma chance, uma esperança de terminar quando esse processo de *impeachment* for concluído. E aí nós vamos tentar fazer a concertação que for preciso para que possamos consertar o País. Então, o crime de responsabilidade houve, na nossa opinião, mas na de V. Exª não houve. O que é que cabe? Cabe julgar, que é exatamente o que está sendo feito. É o Poder Judiciário que julga quando há uma lide, quando há um conflito, na democracia, no Estado de direito democrático. E Estado de direito democrático já virou uma expressão tão gasta, pois já falaram muito dela.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E eu concluo o aparte. Então, no Estado democrático de direito, quando há um conflito, quando há uma opinião dual, quando há dois lados, o Poder Judiciário é que decide. E é o que está sendo feito. Onde é que há golpe? Vamos deixar o julgamento acontecer. O próprio Supremo Tribunal Federal já disse, por meio de todos os seus Ministros, que não há golpe. É a OAB dizendo que há crime de responsabilidade. Então, vocês estão numa cegueira tamanha para tentar salvar um discurso futuro. Porque é isso mesmo, vocês já sabem que o *impeachment* virá, porque o crime foi feito. E, aí, tentam construir um discurso para falar para uma parcela de eleitores – quando daqui a mais ou menos um ano ou um ano e meio a solução para o Brasil não estiver ainda completa, e os problemas ainda existirem –: “Olha, fomos vítimas de um golpe.” Ou seja, o velho e bom proselitismo político que ninguém aguenta mais. Foi muito caro para o Brasil o preço desse proselitismo, dessa demagogia, desse projeto...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... ensandecido, dessa sede enlouquecida de poder que vocês demonstram ter. Chega! Basta! O povo brasileiro merece pelo menos gestos de respeito e de amor e nem mesmo amor estão tendo ao nosso País, quando a própria Presidente da República, ao conceder entrevistas a correspondentes do exterior, denigre a imagem do País que ela acha que ainda preside.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Cássio, primeiro, eu quero, antes de rapidamente fazer alguns comentários sobre o aparte de V. Exª, registrar que aquilo que nós estamos fazendo aqui é o exercício da democracia, que está faltando em nosso País. Por que, Senador Cássio? Porque o que ouvimos nas rádios, o que vemos nas televisões não é tal e qual o debate que se dá aqui, em que ambos os lados, que têm opiniões contrárias, têm a oportunidade de se manifestarem. E, quando isso acontece, ocorre uma coisa que é muito simples: um desequilíbrio de opiniões. V. Exª mesma, quando fala,... Eu não entendi como é que V. Exª...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a capacidade que V. Exª tem de misturar o processo do *impeachment* com a crise econômica. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Talvez tenham em um único aspecto: que a crise econômica vem recebendo um combustível adicional da crise política. E, para mostrar a V. Exª como as suas palavras não passam de um mero jogo de palavras, devo dizer que aprendi muito nova, na minha vida, em uma família muito simples, que, muito mais do que as palavras, o que vale são os gestos, o que vale são os atos, o que vale são as ações. Sabe por que, Senador Cássio? Porque as palavras o vento leva, o gesto, não. O gesto fica marcado na história, fica exatamente marcado na história.

E V. Exª, primeiro, subia a essa tribuna aqui e dizia, ano passado, que a Presidente tinha de ser “impitima-da”, porque cometeu o crime de responsabilidade por conta das pedaladas, porque essa era a única razão da denúncia de crime de responsabilidade, do DCR do processo de *impeachment*.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Depois o debate veio à tona, viram que não havia fortaleza e base jurídica nenhuma quanto a isso. V. Exª chegou a dizer aqui: “Não, de fato, pedalada pode não ser considerada um crime.” Aí vieram os decretos legislativos. Gente que está nos ouvindo, preste atenção, os decretos legislativos, quando a Presidente abriu crédito suplementar para além da autorização legal de que dispunha, é isso que está lá no processo. Não misture alhos com bugalhos – eu que digo agora, Senador –, não confunda mais as pessoas, vamos trabalhar com clareza, vamos falar na linguagem popular do povo.

O processo do *impeachment* contra a Presidente Dilma trata de uma única questão: decretos. Mas o povo brasileiro sabe disso? Não, o povo brasileiro não tem nem ideia de que é esse o argumento único do processo.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Respeita o povo brasileiro, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tanto que o que tenho ouvido aqui dos meus pares, Srs. Senadores,...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... é o seguinte: esse não é um julgamento técnico; é um julgamento político. Não! Político, porque a Casa é política, mas o julgamento é técnico. Está aqui o art. 85 da Constituição, o crime tem que ser caracterizado. Então, vamos discutir o crime. Se queremos discutir a economia, vamos lá.

Aliás, hoje, tivemos um belo debate com o Ministro da Fazenda, e já disse que veio expor aqui os planos do Governo. Não tenho 100% de concordância com eles, mas acho que, no central, é um plano que tem linha para tirar o Brasil da recessão, diferentemente do que esse acordo que está na nossa frente quer, é um acordo de recessão.

Peço, sim, à população que tenha calma, mas não vamos iludi-la dizendo que a Dilma saindo todos os problemas estarão resolvidos. Isso, sim, é a maior enganação da nossa vida.

Essas pessoas que falam em concertação hoje saíram das eleições...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nosso colega, Senador por Minas Gerais, que perdeu as eleições no voto, a primeira medida que adotou foi entrar no Tribunal Superior Eleitoral com uma ação contra a Presidente Dilma, questionando a vitória da Presidente Dilma. Isso não é ato nem ação de quem quer o diálogo. Não é, Sr. Presidente.

Falar com as palavras é muito fácil, poderia devolver todas a V. Exª, Senador Cássio. Desrespeito para com a população é o grupo de V. Exª que tem, quando não trata e não fala a verdade ao povo brasileiro, quando manipula informações.

Desespero é o do grupo de V. Exª, que, desde a hora em que perdeu as eleições no voto, tenta tirar a Presidente do poder a qualquer custo. A razão é o que menos importa. Se há ou não crime, não importa; o importante é que ela saia para suas políticas poderem ser aplicadas.

Então, eu poderia devolver, um a um, todos esses adjetivos que – tenha V. Exª a certeza – não se encaixam em nós,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas, sim, ao grupo de V. Exª.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sempre lhe dou o aparte; então, eu peço...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, claro, com o maior prazer. Imagine! Não vi que V. Exª estava solicitando ainda o aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero apenas fazer uma indagação: V. Exª tem noção de uma pessoa que, hoje, ontem, ou amanhã, recebe a notícia da sua demissão, da perda do seu emprego, ou daquela dona de casa que vai a um supermercado, hoje, e não compra as coisas da sua feira que comprava ontem com o mesmo dinheiro? A inflação e o desemprego não foram provocados por quem está lutando contra o Brasil. Não, Senadora. Essa é uma gestão equivocada de uma política econômica que levou o Brasil a perder o rumo da maior conquista da sociedade brasileira...

(Soa a campanha.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que foi a estabilidade econômica e social. O seguro-desemprego, Senadora, está sendo cortado não pela oposição, que não é Governo! Está sendo cortado pelas deficiências. O Pronatec está sendo cortado; o Fies, cortado, Senadora. Tudo isso está acontecendo, e a oposição quer que se conserte isso. Esse terrorismo de dizer que vão acabar com essas coisas,

sinceramente... Bolsa Família foi criação do governo anterior. O Governo mudou algumas coisas, ampliou o dinheiro. O Pronaf é do governo anterior. Então, não dá para fazer um discurso para a pessoa que está perdendo o emprego hoje. A dona de casa que está indo ao mercado, hoje, Senadora Vanessa, não entende que o discurso seja o de um lado estar certo e o outro lado estar errado. Não adianta. Tem que mostrar para essas pessoas qual é o caminho para resolver essa situação dramática de uma crise profunda. V. Exª mesma usou a palavra: recessão. Recessão foi a palavra usada por V. Exª, que repito aqui. É uma recessão. Quem está pagando essa conta, Senador, são os trabalhadores, a classe assalariada. É isso que tem que ser dito, e essa é a verdade, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É verdade, Senadora.

Eu já exagerei no tempo, Presidente, contando... *(Fora do microfone.)* ... com a benevolência de V. Exª.

Senadora, eu gosto muito deste debate sobre a economia brasileira e tenho certeza absoluta de que o maior sentimento que pesa na população brasileira – e talvez por isso a população brasileira desaprove o Governo da Presidente Dilma, uma parcela significativa – são os problemas econômicos. Eu não tenho dúvida que esse seja o problema do Brasil.

Agora, há um grupo – e não me refiro a V. Exª, Senadora Amélia – de partidos políticos, aqueles que perderam eleições, que acha que tirando-a do poder – e estão vendendo essa ilusão para o povo –, tirando a Presidente Dilma do poder vai resolver rapidamente esse problema.

Eu tentei aqui, em poucas palavras, entrar na questão da economia, porque como V. Exª, considero isso importante também. Senadora, os países do mundo inteiro vivem em crise desde 2008. Enquanto nós fazíamos superávits – 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 –, o que acontecia com os outros países? Nos grupos dos países do G7 e do G20, eles apresentaram déficit primário, todos, desde 2009. Em 2014, no Brasil, nós tivemos superávit, e, nos outros países, déficit de 3,8%, na Austrália; 3,2%, no Reino Unido; 2,7%. E agora o que está acontecendo, Senadora Ana Amélia? Uma das medidas anunciadas pelo Governo é que o nosso déficit primário deverá ser em torno R\$96 bilhões. E o que esta oposição, que vende a ilusão para o povo de que vai resolver tudo, diz?

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – “Não, não pode ter déficit, tem que ter corte.”

Aliás, se dependesse do Relator do Orçamento no Congresso Nacional, um Deputado de oposição a esse Governo, ele teria cortado R\$20 bilhões do Bolsa Família ou R\$10 bilhões, era isso, e a Presidente Dilma disse: “Eu prefiro o déficit do que cortar o Bolsa Família.”

Então, eu acho que o que nós temos de fazer é sermos sinceros com a população brasileira que está apoiando muito esse golpe. Quando falamos em golpe, é porque querem impedir uma Presidente sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade. Estão iludindo a população brasileira de que, ela saindo, todos os problemas serão resolvidos: do emprego, do Bolsa Família, de tudo.

Então, vamos esperar para ver. Primeiro, eu quero dizer que luto muito para que isso não aconteça porque sei que, aí, sim, Senadora Ana Amélia, o povo brasileiro, aí, sim, os que estão empregados vão sofrer ainda muito mais.

Obrigada, Sr. Presidente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não sei se o Relator do Orçamento, o Deputado Ricardo Barros, do PP, do Paraná...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... vai gostar de saber que *(Fora do microfone.)* V. Exª o chama de oposição, ele que sempre foi um aliado muito fiel e leal no Governo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, para mim, Senadora, eu apenas analisei a partir da proposta que ele queria, que ele apresentou que era de contar o Bolsa Família. Quem apresenta uma proposta de cortar o Bolsa Família eu não considero como apoiador programático do Governo que aí está.

Muito obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no último domingo, dia 27 de março, a BR-319, que interliga Manaus a Porto Velho, completou 40 anos desde a sua inauguração. Projetada para ser mais

uma rodovia de integração da Amazônia ao restante do Brasil, sua missão esteve comprometida durante décadas.

Em 1996, no governo FHC, a recuperação da BR-319 foi incluída no plano Brasil em Ação, mas este sequer saiu do papel.

Foi só em 2008, no governo do ex-presidente Lula que as obras de recuperação da BR foram retomadas, num esforço para que a sua trafegabilidade fosse garantida.

Inicialmente, naquele ano, duas frentes de obras foram lançadas, partindo dos extremos da rodovia, a partir do Amazonas e de Porto Velho, no Estado de Rondônia, num trabalho de recuperação total da estrada, incluindo um novo recapeamento que há décadas não existia mais.

São 877 km dos quais os primeiros 200 km iniciais saindo de Manaus estão perfeitamente trafegáveis e os 230 km de Porto Velho e Humaitá também. O maior problema está no chamado “trecho do meio” (entre os quilômetros 250 e 655,7) para o qual o governo federal já investiu mais de R\$ 100 milhões para resolver os problemas ambientais.

Para se ter ideia, o Dnit está atualizando as três versões de estudos de impacto ambiental que foram apresentados ao Ibama em 2007. Até mesmo a manutenção para tornar esse trecho trafegável, mesmo sem o asfalto, foi interrompida por motivos ambientais.

Em 2009, foi entregue o EIA-Rima favorável à recuperação total dos 405 quilômetros do trecho do meio, mas esse asfaltamento ainda encontra resistências. O Ibama não aceitou o estudo feito pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), alegando inconformidades. Ainda em 2009, após a devolução de outros dois estudos, uma terceira versão do EIA-Rima foi elaborado pelo Dnit, mas o impasse persistiu, e perdura até hoje.

De 2010 a 2014, o Ibama negou sistematicamente a licença para o recapeamento da BR, sempre alegando alguma inconformidade nos estudos. Todos os problemas alegados pelo órgão ambiental foram sanados nos novos estudos, áreas de preservação foram criadas ao longo da estrada, mas o impasse para recapear persiste, mesmo que se trate de uma estrada com seu percurso e construção feitos na década de 1970.

E como se não bastasse, no final do ano passado, as próprias obras de manutenção foram paradas. Em outubro de 2015, o Ibama embargou o próprio trabalho de manutenção do trecho do meio, entre os quilômetros 250 e 655, entre os municípios amazonenses de Manaus e Humaitá.

Na ocasião, o Ibama alegou que a manutenção estava causando danos ambientais, o que nós parlamentares não constatamos. Formamos uma caravana para percorrer a estrada e não constatamos nenhum dano ambiental, como assoreamento de igarapés, supressão de mata nativa decorrentes das obras de manutenção da estrada como havia alegado o Ibama.

Quero destacar aqui o empenho do Senador Acir Gurgacz, que disponibilizou os meios para realizarmos essa viagem, que para nós foi reveladora sobre o quanto nos parece falta de interesse dos órgãos ambientais em liberar a manutenção e recapeamento da estrada.

Da mesma forma tem sido incansável o empenho e o apoio da Rede Amazônica da Rádio e Televisão e dos demais veículos de comunicação do meu Estado em mostrar o quanto é importante essa rodovia para a Amazônia. E agradeço aqui esse apoio incondicional no nome do presidente-fundador da Rede Amazônica, o Doutor Phelipe Daou.

Quero repetir mais uma vez! Assim como os órgãos ambientais, todos nós não queremos que a BR-319 se transforme num novo vetor de desmatamento na Amazônia, sobretudo numa região ainda tão preservada. É evidente que nós também defendemos a preservação da Amazônia, aliás a maior riqueza que o nosso País tem. Agora não podemos condenar essa região ao isolamento. O direito de ir e vir é de todos, e estamos lutando por isso, e com muita responsabilidade.

Eu entendo que devemos ser capazes de garantir esse direito, de retomar a BR-319 para ajudar a integrar a região ao restante do País e desenvolver a região sustentavelmente, com todas as garantias que pudermos dar ao meio ambiente.

O conceito de estrada-parque também é muito importante no que tange a questão ambiental. Serão diversos postos de fiscalização ao longo da estrada para evitar desmatamento em 17 unidades de conservação criadas, envolvendo mais de 11 milhões de hectares de floresta que margeiam a rodovia.

As áreas de preservação foram criadas, defendemos ainda a instalação de um batalhão do Exército na BR-319 como forma de garantir a fiscalização e o combate à depredação do meio ambiente. O próprio Exército apoia essa proposta e diz com clareza que o batalhão o auxiliará nas suas operações na região, além claro da defesa que o Exército sempre fez da preservação e exploração sustentável da Amazônia.

Já discutimos aqui no Senado e voltaremos a discutir amanhã na Comissão de Infraestrutura a proposta da BR-319 se tornar uma estrada-parque como forma de preservar e valorizar o meio ambiente ao longo da rodovia e é isso que devemos defender. Ou seja, não tirar o direito da região e das populações que nela vivem de se integrar ao restante do País. É nosso dever como parlamentares tirar os municípios e populações que vivem nessa região do isolamento socioeconômico, sem, contudo, deixar de preservar a região.

O embargo das obras de manutenção do trecho do meio da BR-319 foi derrubado pela Justiça Federal e agora precisamos avançar, garantindo mais uma vez a licença ambiental para a continuidade das obras de manutenção da estrada, retomando assim a sua trafegabilidade para em seguida chegarmos ao entendimento necessário ao recapeamento completo da BR-319.

Após o Ipaam, órgão de meio ambiente do Governo do Amazonas ter declinado da competência de expedir a licença ambiental para a retomada das obras de manutenção da rodovia, esperamos agora que essa licença seja expedida pelo Ibama. O próprio Dnit fez o pedido da licença ao órgão no Amazonas e acredito que nos próximos dias essa etapa estará superada.

Em debate promovido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) nesta segunda-feira, o Dnit disse que tem recursos para retomar as obras de manutenção, as empresas contratadas para tal estão na região e o que falta é a autorização do Ibama.

Não tenho dúvida de que somos capazes de voltar a ter a BR-319 asfaltada, como a tivemos em sua inauguração em 1976, sem, contudo, deixar de preservar a floresta Amazônica e toda a sua riqueza que deve ser explorada racionalmente, de forma sustentável, para que assim sirva a atual, mas sobretudo às futuras gerações.

Hoje registramos os 40 anos da BR-319 desde a sua inauguração sem muito o que comemorar, mas tenho certeza que em pouco tempo poderemos reinaugurá-la com alegria, servindo aos que vivem nessa parte da Amazônia, ainda com grandes problemas logísticos. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

(Durante o discurso da Srª. Vanessa Grazziotin, o Sr. Marcelo Crivella deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pela ordem aqui, eu convido o Senador Marcelo Crivella, como orador escrito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, enquanto orador se posiciona na tribuna, eu requeiro a V. Exª minha inscrição pela Liderança do PSDB, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Nós vamos ter, para uma comunicação inadiável, o Senador Reguffe, em seguida, o Senador Paulo Bauer, aí é V. Exª, pela Liderança do PSDB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, público que se encontra nestas dependências, no último domingo, dia 27, um homem bomba assassinou no Paquistão 65 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças. Mais de 300 ficaram feridas.

O local escolhido pelo suicida para esse ato foi o estacionamento de um parque localizado em Punjab, popular entre a comunidade cristã, que se encontrava lotado de famílias celebrando a Páscoa.

A Jamaat-ut-Ahrar, uma facção vinculada ao grupo radical islâmico Taliban, reivindicou a autoria do ataque, desencadeado próximo à área onde ficava um parque para crianças. O porta-voz do movimento afirmou que o governo não poderá detê-los e que os seus homens-bombas continuarão com essa saga funesta.

O Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), do meu Estado do Rio de Janeiro, registrou, entre julho de 2012 e dezembro de 2014, 948 queixas relacionadas à intolerância religiosa.

O Disque 100 do Governo Federal recebeu, em 2014, 149 denúncias de violações de direitos motivadas por intolerância religiosa. Esses dados ainda dizem muito pouco sobre a realidade brasileira. É preciso um esforço de todos os âmbitos federativos – federal, estadual e municipal – para a sistematização das ocorrências de intolerância religiosa.

Os ataques ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, no ano passado, e a um mercado de produtos judaicos, no início do ano, refletiram no Brasil com casos de agressão a muçulmanos e aumento da preocupação com a discriminação religiosa.

Pela primeira vez, atos de violência foram cometidos em série contra fiéis, de acordo com a Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a Mesquita Brasil, a maior do País, foi alvo de pichações, enquanto o carro de um islamita sofreu ação de vândalos. Em ação mais agressiva, uma mulher foi apedrejada e outra, chamada de “muçulmana maldita”, recebeu uma cusparada no rosto.

Essas reações me trazem a preocupação com a visão do público brasileiro sobre a convivência pacífica entre as religiões e sobre o Islã, cujos representantes, claro, tentam desvincular o islamismo da ação dos radicais e ressaltam a boa convivência entre fiéis de diferentes crenças.

É urgente que adotemos medidas corajosas para não sermos vítimas do radicalismo das religiões.

Na história da humanidade, em nenhum momento, qualquer praga, qualquer acidente natural – terremotos, *tsunamis*, vulcões em erupção – ou mesmo a ambição desvairada de líderes, nada matou mais do que guerras religiosas.

Quando ocupo esta tribuna hoje para prestar reverente e solene homenagem aos cristãos do Paquistão que foram vítimas de um homem-bomba, faço um apelo, um apelo à tolerância cristã, à tolerância religiosa, à convivência pacífica que deve existir entre os diferentes credos. No Brasil, nós temos tido essa tradição, vez ou outra ferida por alguns radicais, que, adotando um discurso demagógico e contrário ao que Cristo ensinou, atacam ou outros cristãos ou outras religiões.

Eu gostaria de lembrar que a única guerra, o único combate legitimado por Cristo é o combate contra si mesmo, é a luta contra o medo, contra as hesitações, contra as tentações, contra as fraquezas. Essa é a única luta que se prevê no âmbito da fé. Qualquer outra é motivada pelo orgulho, pela prepotência. E digo mais: o pior pecador é o acusador. Repito: o pior pecado é o pecado do acusador.

Dessa maneira, Sr. Presidente, ao mesmo tempo que tenho meu coração esvaado de dor e de tristeza por imaginar aquelas crianças celebrando a Páscoa, celebrando a ressurreição de Cristo no domingo, eu não poderia deixar de vir à tribuna do Senado Federal para clamar pela tolerância religiosa, pelo respeito que deve haver pela diferença das crenças, pelo respeito que deve haver por sermos todos criaturas de Deus. Se desejamos ser respeitados, então temos a obrigação de respeitar.

Também não quero estigmatizar o mundo islâmico devido aos homens-bomba. Em todos os países islâmicos, os partidos radicais têm perdido eleições sistematicamente, têm perdido espaço. Desgraçadamente, os fanáticos, sobretudo os mais jovens, contaminados pela ira insana, pelo ódio, por um puritanismo sectário e pela ignorância, acabam matando a si mesmos, achando que vão encontrar, dessa maneira, na imolação, o caminho para o céu. Encontram o caminho para a desgraça, para a morte de famílias, de crianças, para derramar sangue.

Eu espero mesmo que, em cada Parlamento do mundo, seja do mundo islâmico, seja do mundo hindu, seja do mundo cristão, haja pronunciamentos em nome da paz, haja pronunciamentos que promovam a tolerância religiosa e o respeito que se deve ter às convicções de foro íntimo e às maneiras como as pessoas se relacionam com Deus, com as suas crenças.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras, pobres palavras, do meu pronunciamento que expressam a minha dor. Talvez não haja palavras para expressar uma dor tão grande por, em um domingo de Páscoa, presenciarmos um derramamento de sangue de crianças inocentes. Mais de 300 pessoas foram feridas, e 63, na maioria mulheres e crianças, morreram degoladas por um fanático.

Também não devemos descansar, porque essas coisas podem acontecer no Brasil. É preciso que haja vigilância dos homens de bem, vigilância dos religiosos e dos que não são religiosos, de todos os democratas, de todos os partidos, para que, no nosso País, esses atos sejam, todos eles, veementemente recriminados e possamos caminhar o caminho da paz e da convivência pacífica entre todas as religiões.

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Crivella, permita-me apenas endossar as suas palavras e a sua exortação à paz. Quero dizer também, como V. Exª lembrou, que, embora o Brasil seja um país pacífico e o brasileiro seja um povo cordial...

(Soa a campanha.)

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... não estamos livres de acontecerem essas atrocidades e essas covardias e selvagerias. Bem lembrado. Penso que a crise interna que estamos vivendo no Brasil, de certa forma, acabou deixando de lado a gravidade do que aconteceu nessas regiões, com esse grau de atrocidade revelado por V. Exª: degola de crianças, de mulheres, pessoas indefesas. É de uma violência inexplicável, e não há nada – nem religião, nem política, nem ideologia – que justifique esse grau de violência no século XXI. Acho que está faltando Deus na mente de muita gente, mas um Deus bom, um Deus que não prega esse tipo de violência. Parabéns, Senador Marcelo Crivella, pela abordagem desse tema nesta tarde.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado. Agradeço à senhora o aparte, que peço que seja incorporado ao meu discurso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª. Pela ordem de oradores inscritos, convido o Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente.

Enquanto o Senador Bauer não chega à tribuna, eu queria agradecer à D. Maria Mantovani, lá de São Paulo, que ontem ligou; também de São Paulo, à D. Palmira Perrotta; ao Homero Marcondes, também de São Paulo, de Itupeva; ao Denis Antunes, de Praia Grande, também em São Paulo; lá de Belém do Pará, à Cristiane Alberti, que é catarinense, como a Senadora Vanessa, mas mora em Belém do Pará; ao Francisco Alípio, de Divinópolis, Minas Gerais; e à Gisele Monteiro, de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, pelas ligações que fizeram para manifestar que estão acompanhando, pela TV Senado, o desempenho e a atuação dos Parlamentares aqui na Casa.

Então, agradeço a todos eles. Alguns explicaram, como já falamos com a Senadora Vanessa, que não houve liberação de catraca – a Senadora já se manifestou – em Vila Madalena, em Praia Grande, em vários lugares. As pessoas ligando para informar que todos pagaram a sua passagem para ir àquela manifestação do dia 13 de março.

Então, já foi esclarecido, mas agradeço as ligações dessas pessoas, porque isso faz parte, inclusive de Santa Catarina: a nossa Cristiane Alberti nasceu em Santa Catarina, mas agora mora em Belém do Pará.

Aproveito a presença do Senador Paulo Bauer para fazer essa referência. Quero agradecer a todos eles.

Quanto mais o cidadão acompanhar o que fazem os Senadores e os Deputados, melhor será a democracia, sem dúvida, meu caro Presidente, que tão bem representa o Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer.

Meus cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras presentes na sessão, bem como a todos que nos acompanham, através da TV Senado, através da Rádio Senado ou nos gabinetes da Casa, neste momento em que vários Senadores ocupam à tribuna para aqui se manifestarem sobre o momento político, sobre a realidade política do nosso País.

Também quero aqui fazer uma saudação muito especial ao Vice-Governador de Santa Catarina, Dr. Eduardo Pinho Moreira, que acaba de chegar a este plenário, nosso grande amigo, companheiro de grandes e vitoriosas caminhadas que fizemos em Santa Catarina.

Quero saudar o Deputado Estadual Valdir Cobalchini, que, em Santa Catarina, tem uma destacada atuação parlamentar e política no PMDB, partido ao qual também pertence nosso Vice-Governador, que agora está conversando com nosso querido colega, Senador Dário Berger, que também, junto com os demais, participou de uma decisão histórica e importante, Senador Cássio Cunha Lima, acontecida há poucos minutos, que foi exatamente a decisão do maior partido do Brasil, o PMDB, de se posicionar em relação a esse grave momento político no qual o Brasil se encontra.

O PMDB acabou de decidir que deixa o Governo Dilma, que entrega os cargos que ocupa naquele Governo e que se posiciona, Deputado Valdir Colatto – também Senador, por que não? Certamente, um dia, o povo de Santa Catarina o colocará aqui nesta Casa. É uma decisão que o PMDB toma por uma razão política, democrática, de responsabilidade e, acima de tudo, porque – e posso aqui dar um testemunho, já que participei de uma campanha eleitoral disputando votos e pedindo votos para exercer este mandato numa coligação em que o PMDB tinha presença e destacada participação – uma coisa que o PMDB consegue fazer, e talvez se destaque muito por isso, é compreender a voz das ruas, ele consegue ouvir a opinião pública, ele consegue compreender a aspiração do povo brasileiro.

Por isso, o PMDB foi um partido de vanguarda no momento em que se buscou a redemocratização do País. O PMDB foi importante no momento em que Fernando Henrique governou o Brasil. O PMDB foi também um parceiro do PT na hora em que este conseguiu finalmente alcançar a posição de comandar o País, mas o PMDB hoje, Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, mostra-se, mais uma vez, um Partido dotado de elevada maturidade política e elevada capacidade de compreensão do momento político brasileiro.

Não estou aqui para fazer defesa, nem para fazer elogios a partido político ao qual não pertenço, mas é preciso mencionar e registrar que o Brasil quer que as coisas andem. O Brasil e os brasileiros querem um novo momento para o nosso País. O Brasil e os brasileiros não aceitam mais este engodo, esta falta de Governo, esta falta de verdade, esta falta de transparência, de honestidade, e falo no sentido mais amplo da palavra.

Não podemos mais ter, em nosso País, um Governo que não consegue tocar as obras. Ora não toca as obras porque não tem dinheiro; ora não toca as obras porque não tem vontade política; ora não toca as obras porque não tem negociação feita com aqueles que julga serem não seus aliados, mas, sim, seus subordinados na política. O PT infelizmente, ao chegar ao Governo Federal, tratou todos aqueles que eram seus aliados como verdadeiros subordinados.

Eu mesmo devo dizer que nós, da oposição, muitas vezes aqui estivemos para reivindicar, para criticar, para sugerir, mas nunca fomos ouvidos, como se não fôssemos brasileiros, como se não estivéssemos querendo contribuir. Ser oposição é uma contribuição, desde que a oposição seja feita com responsabilidade, com serenidade, com compromisso e com patriotismo. E tenho certeza, Senador José Medeiros e tantos outros que aqui estão, sou um destes que cumpre este papel, mas o Governo não quis, principalmente o Governo da Presidente Dilma. Nesta gestão da Presidente Dilma, tanto na primeira quanto na segunda, observamos que há uma linha política e uma linha administrativa que estão completamente fora da sintonia em relação àquilo que os brasileiros querem.

Não é por outro motivo que a indústria brasileira está hoje com uma produção 25% ociosa, ou seja, o parque fabril brasileiro está 25% ocioso. Há uma movimentação econômica da produção industrial 10%, 12%, 15%, em alguns setores, menor do que o ano passado. Chegamos a quase 10 milhões de desempregados. Temos inflação de 10%. O endividamento público nunca esteve tão elevado.

Nós estamos ouvindo agora o Governo falar em aumento de carga tributária. Nós não ouvimos e não compreendemos por que o Governo não toma providências para sanear, para reduzir despesas, para dar exemplo. Certamente esses motivos todos estão preocupando os brasileiros diariamente. E nós que integramos os partidos políticos, que exercemos mandato no Senado, e também nossos colegas na Câmara dos Deputados, estamos agora tendo que decidir o futuro do País através de um processo de *impeachment* legítimo, democrático, constitucional e legal. Não há golpe. Nunca houve golpe.

Eu estive aqui em Brasília, como Deputado Federal, quando se votou um *impeachment* neste País, eu estive. Eu estava presente, Senadores, naquela sessão. Não sei quantos estavam, mas eu estava lá. E agora, lamentavelmente, como Senador, terei outra vez essa responsabilidade, essa missão. Eu não gostaria de ter estado lá, como não gostaria de estar aqui para fazer isso, preferia estar fazendo oposição e ser ouvido. Ou se fosse Governo, estar governando em favor do povo e não em favor do meu Partido ou com os olhos voltados para a próxima eleição, que desejaria apenas vencer. Vencer por vencer não é suficiente. Na democracia e na política, a vitória deve ser levada em favor e em benefício da população.

Ouçó V. Ex^a, Senador, com muito prazer.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Paulo Bauer, V. Ex^a, com a oratória clara e com a cabeça muito organizada que tem...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... traz ao povo brasileiro um cenário que deve ser posto. Nós temos visto aqui, nesses últimos dias, um verdadeiro cerco do Governo, com os que o defendem, criando uma cortina de fumaça muito preocupante e, às vezes, confundindo a população brasileira. Por exemplo, uma das coisas é esse dogma criado aí, essa peça publicitária chamada golpe. Na verdade, cansamos de dizer aqui que isso não se sustenta por si só. Mas queria me coadunar com V. Ex^a no elogio também ao Partido do PMDB, que nunca se furtou a contribuir com a democracia deste País, mas, neste momento, não se esperava que ele pudesse ter esse vanguardismo e fizesse essa sinalização que é histórica para o País hoje. Todo o País hoje estava esperando essa decisão, e o PMDB foi... se fosse um pênalti que tivesse sido batido: foi forte, rasteiro e no canto. A decisão foi rápida e trouxe uma contribuição imensa para o País. Devo lembrar aqui, apenas para fazer também um registro histórico, a contribuição que o Partido de V. Ex^a fez para este País. E há um *link* com este momento. E remeto aqui...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... à CPI do Banestado, que, naquela época, já conduzida por um membro do PSDB – o Senador do meu Estado Antero Paes de Barros –, deu subsídio para a equipe do Juiz Moro, que estava naquele momento e que hoje conduz essa Lava Jato que está trazendo todos esses problemas. Então, faço este registro histórico para dizer como é que essas coisas se constroem. E quero dizer que a contribuição, naquele momento, também, do seu Partido em tirar daqui da Casa Antonio Palocci e José Dirceu foi muito boa para o País. Já imaginou, neste momento que o País está passando, se aquelas figuras estivessem aqui? O cenário estaria mais difícil ainda. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a. Consulto o Senador Eduardo Amorim se havia me solicitado um aparte. Concedo-o com muito prazer. Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Bauer, mais uma vez, para corroborar e concordar com as suas palavras e parabenizar V. Ex^a. Hoje é um dia diferente. Hoje é um dia em que o País retoma, realmente, com essa decisão do PMDB, a esperança de termos dias melhores, porque o presente já está comprometido. É hora, mais do que nunca, de ajudarmos a construir um futuro melhor, de entregarmos para as novas gerações um Brasil muito melhor. Então, parabéns pelas palavras. Concordamos plenamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Bauer, V. Ex^a começou o pronunciamento falando deste fato histórico e inegável da posição tomada pelo PMDB, pela sua Bancada, de forma unânime, da saída do Governo. Não é um fato pequeno. É um fato extremamente relevante. Tanto que ocupou o horário de tribuna de um Senador do PSDB. E lembro também uma figura do seu Estado, notável, cuja ausência se faz sentir nesta Casa, que é o Senador Luiz Henrique da Silveira,...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que nos deixou precocemente. Mas há outro fato histórico hoje, Senador Paulo Bauer, e V. Ex^a, sem dúvida, estará do lado desta iniciativa. É uma ação popular entregue agora, neste momento, pelo Ministério Público, com as dez medidas de combate à corrupção, contendo o apoio de dois milhões de assinaturas de brasileiros e brasileiras que não suportam mais esta chaga, este mal e este câncer que corrói o dinheiro do povo, que falta em vários setores. Eu não vou citar as dez medidas, porque ocuparia muito tempo neste aparte, mas apenas estas: prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação; criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores; responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois; e recuperação do lucro...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...derivado do crime. Dou apenas parte dessas dez medidas contra a corrupção, que ganham agora corpo na tramitação. E tenho certeza de que a necessidade deste momento exige não só da Câmara, mas também do Senado, uma atitude de apoio a essas iniciativas. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço, Senadora Ana Amélia. Também agradeço ao Senador Eduardo Amorim, bem como ao Senador José Medeiros pelos apartes que fizeram ao meu pronunciamento.

E ouço também o meu Líder, o Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Paulo Bauer, quero também trazer minha palavra de felicitações pela oportunidade do seu pronunciamento. Não nos cabe nem muito menos compete analisar as decisões internas de qualquer outra legenda, sobretudo uma legenda importante como é a do PMDB. Mas inegavelmente a decisão tomada há poucos instantes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro é de grande repercussão na vida nacional e praticamente encerra esse processo, com a previsão da votação do julgamento do *impeachment* da Presidente Dilma até meados do dia 14 de abril. E o que nos cabe, neste instante, com muita serenidade, sem aceitar provocações – e o grau de provocações tem se elevado a cada instante. O que se percebe é que o PT e alguns dos aliados mais próximos partiram para, primeiro, fazer ataques à figura do Vice-Presidente da República; segundo, criar um clima de terror, de pânico, no meio da sociedade, ameaçando com confrontos de rua, com expressões belicosas. Eu disse, há poucos instantes, durante um aparte que fiz à Senadora Vanessa, que vi com perplexidade um Deputado do PT,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...que tem um nome esquisito, eu confesso que não memorizei o nome dele, mas com o rosto transfigurado, olhos esbugalhados, vociferando, com baba no rosto, com raiva, com ódio, dizendo que iria à luta. Mas é uma luta de uma guerra que já está perdida, porque eles perderam o respeito do povo brasileiro. Não se trata apenas de perder o apoio. Perder o apoio é eventual. Perder o apoio é conjuntural e acontece na vida pública. O que é completamente diferente é quando você não só perde o apoio, mas quando perde o respeito. E eles não têm capacidade, a não ser que queiram fazer, realmente, um ambiente de balbúrdia, de criar qualquer tipo de instabilidade nas ruas do Brasil, porque, simplesmente, não contam com o povo brasileiro para fazer isso. Podem contar, no máximo, com uma militância paga, com uma militância que está ainda infiltrada no Estado brasileiro e que se mantém com recursos públicos, em detrimento do suor do imposto que o trabalhador brasileiro paga e, sobretudo, da dor do trabalhador desempregado neste instante. Então, é o momento de olharmos para o futuro. Acredito que é uma contagem irreversível de prazo até que se consume o afastamento da Presidente Dilma Rousseff. Não vamos aceitar essas provocações e muito menos esse discurso de golpe. Basta olhar todos os depoimentos recentes dos Ministros e Ministras da nossa Suprema Corte, que não podem ser, de forma nenhuma, intitulados nem muito menos

rotulados de golpistas, todos eles, sem exceção, garantindo a legitimidade do processo do *impeachment*, que está, naturalmente, previsto na nossa Constituição. Então, é o momento de olharmos para o futuro para que, com muita responsabilidade e compromisso com o Brasil, possamos minimizar os efeitos dessa crise econômica gravíssima que o País enfrenta...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... e restaurar o mínimo de autoestima e de amor à nossa Pátria. A sede de poder do PT é tão grande que, diante de todos os males que foram provocados com essa economia caótica que eles criaram, agora a própria Presidente Dilma Rousseff chama a imprensa estrangeira para falar mal do nosso próprio País. Quem ama o Brasil não fala mal do Brasil no estrangeiro. Quem ama o Brasil não detrata a imagem do nosso País lá fora. Vamos resolver internamente os nossos problemas internos. Mas uma Presidente da República convocar a imprensa internacional para denegrir, para detrair, para falar mal do seu próprio País é o cúmulo do cúmulo, é o que não pode ser considerado ato de respeito à nossa Nação. Chegaram a esse ponto de criar essa ficção, essa obra ficcional que é esse suposto golpe, para construir um discurso mais adiante. Daqui a mais três, quatro anos, em novas eleições, eles vão se apresentar como vítimas de um golpe para falar para aquele percentual de eleitores que porventura ainda tenham disposição de escutar a sua linha de pensamento. Desespero puro. O pronunciamento de V. Ex^a, com serenidade, com a competência habitual, aponta para os caminhos que precisamos trilhar para dar pelo menos uma esperança ao povo brasileiro e devolver o mínimo de amor próprio ao nosso País.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu devo lembrar a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que, logo no início deste ano legislativo, ocupei esta tribuna e aqui disse que a Presidente Dilma faria um grande favor ao País se naquela época, naquele momento renunciasse ao seu mandato. Fui o primeiro a falar isso. Ela não tomou essa providência e, pior, não tomou outras providências.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Poderia tê-las tomado.

Eu sempre faço um exercício e um raciocínio. Se a culpa das grandes dificuldades é da oposição, se a responsabilidade de o Governo não andar bem é do Congresso, por que, então, a Presidente da República não aproveitou o recesso parlamentar, que começou no dia 20 de dezembro e terminou no dia 30 de janeiro, para fazer alguma coisa acontecer? Por que ela não chamou os representantes das entidades de classe, os dirigentes dos setores produtivos? Por que ela não fez reforma do Ministério? Por que não aproveitou as férias ou o recesso parlamentar, que temos no Brasil, para colocar ordem na casa? Ela esperou que as coisas se resolvessem sozinhas, e sozinhas elas não vão se resolver. Mesmo porque a Presidente Dilma não tem aquilo que é essencial e fundamental para um presidente ou um dirigente de um país como o Brasil. Alguém que dirige o Brasil, que presida o Brasil precisa ter partido político, sem dúvida nenhuma, precisa ter militância política, sem dúvida nenhuma, precisa ter base política, sem dúvida nenhuma, mas precisa, acima de tudo, ter liderança e credibilidade. E liderança e credibilidade a Presidente Dilma nunca teve! Eventualmente, em um momento eleitoral, ela conquistou a confiança de uma maioria, uma maioria muito modesta. Foram poucos milhões de votos à frente do candidato Aécio Neves, no segundo turno da última eleição.

Portanto, é preciso dizer que, para se governar um país, para se liderar uma nação, deve-se ter, sim, partido, deve-se ter base política, deve-se ter militância, deve-se ter aliados, mas, acima de tudo, deve-se ter confiabilidade e liderança, coisas que a Presidente não tem mais.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E se ela não tem mais, lamentavelmente, não pode mais governar. O País precisa tomar um novo rumo. O País precisa, Senador Reguffe, ter uma nova história.

Semana passada, no feriado de Páscoa, Sr. Presidente, eu fui ao Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, eu fui conhecer um lugar que nunca tinha visitado.

Eu fui conhecer o Palácio do Catete, onde Juscelino Kubitschek governou como o último Presidente do Brasil, antes de trazer a Capital para Brasília.

E, visitando aquele palácio, que é muito bonito, por sinal, eu pude conhecer as dependências onde Getúlio Vargas suicidou-se. E eu fui tomado por tristeza, porque é muito ruim ver uma história como essa ser contada e ser vivenciada pelo nosso País. Quem vivenciou ela foram meus pais, eu não a vivi, mas posso dizer

a V. Ex^{as}: aquela, a renúncia do Jânio, o falecimento do Tancredo, o encerramento do mandato do Presidente Collor, tudo isso aconteceu no Brasil, e o Brasil continua avançando.

Este não é o fim da História do Brasil; este *impeachment*, este momento que nós estamos vivendo pode ser um começo. Nós vamos cumprir o nosso papel, nós vamos decidir o que é melhor para o País. E, com certeza, depois da decisão da Câmara dos Deputados, agora com a posição favorável do PMDB, haverá de fazer com que o processo do *impeachment* chegue a esta Casa e, aqui, Senadores da República, 81 homens e mulheres, que falam pelo povo brasileiro, Senador Anastasia, vão decidir o que é melhor para o País.

E, se o País sobreviveu a tantas coisas, a tantas tragédias, a tantas dificuldades, a tantas tristezas, vai vencer também esta, porque o povo brasileiro...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... sabe construir e recomeçar tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras do Senador Paulo Bauer.

E, pela ordem, eu convido o Senador Reguffe a ocupar a tribuna, e, em seguida, pela Liderança do PSDB, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje é um dia histórico, Sr. Presidente: 2.028.263 brasileiros assinaram um projeto de iniciativa popular com dez medidas contra a corrupção, projeto esse liderado pelo Ministério Público Federal e que teve assinaturas – volto a dizer, Sr. Presidente – de 2.028.263 brasileiros!

O art. 61, da Constituição Federal, no seu §2º, determina um instrumento de projeto de iniciativa popular, desde que tenha 1% de assinaturas dos eleitores brasileiros, distribuídos em pelo menos cinco Estados, cinco unidades da Federação, com pelo menos 0,3% em cada uma delas. É muito importante que o Poder Legislativo cumpra, neste momento, o seu papel com a sociedade brasileira, com o contribuinte brasileiro. O Ministério Público está cumprindo brilhantemente o seu papel; a Polícia Federal também, agindo como órgão de Estado, e não de Governo, e, todas as vezes em que agir assim, merece ter o seu papel reconhecido; o Poder Judiciário também está cumprindo o seu papel.

Cabe ao Poder Legislativo também cumprir o seu. É importante que o Poder Legislativo vote todas essas medidas, e não apenas algumas, para dar uma resposta à sociedade, votando algumas, e deixando outras na gaveta. É importante que vote as dez medidas.

Eu apresentei nesta Casa, Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2016, que está na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado, que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular, para que os projetos de iniciativa popular tranquem a pauta, se não forem votados em 45 dias. Não pode uma proposição oriunda da Presidência da República ter precedência e mais importância no processo legislativo do que um projeto que tem a assinatura de mais de 2 milhões de brasileiros. Não pode um projeto com a assinatura de tantos brasileiros ficar dormitando numa gaveta.

Por que uma medida provisória tranca a pauta com 45 dias, e um projeto de iniciativa popular pode ficar anos para ser votado? É correto isso? É justo isso? É isto que eu queria saber: é justo isso?

Se não é, eu queria aqui a benevolência dos meus pares, dos Srs. Senadores, no sentido de que votassem essa minha PEC, essa minha Proposta de Emenda à Constituição, que não faz nada mais do que dar rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular, passando os estes a trancarem a pauta, se não forem votados em 45 dias. Um projeto passar ou não faz parte da democracia. Isso depende da consciência de cada um.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Agora, não votar os projetos considero grave.

As medidas são muito importantes, Sr. Presidente. Estão, entre elas, a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; a celeridade nas ações de improbidade administrativa, com a diminuição da quantidade de recursos, recursos esses que fazem com que notórios corruptos fiquem soltos por anos, e a população esperando que se faça justiça, e a justiça nunca chega. Também estão aí o aumento das penas, incluindo a determinação de crime hediondo para a corrupção; a reforma no sistema de prescrição penal; a criminalização do caixa dois de campanhas políticas; e também a responsabilização objetiva dos partidos políticos em relação a práticas corruptas.

Também há uma medida para que o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público assumam a sua responsabilidade, uma medida que coloca a obrigação do Judiciário e do Ministério Público terem que prestar contas da duração dos processos em seus escaninhos. Isso, porque, hoje, se a pessoa é corrupta, fica aquele processo todo, e a pessoa sem pagar pelo crime que cometeu contra a sociedade brasileira. E, se é inocente, fica aquele

processo como uma espada no peito da pessoa. É importante que também isso seja levado em consideração e que o Judiciário e o Ministério Público também prestem contas da duração dos processos em seus escaninhos.

São medidas justas, Sr. Presidente, assim como é uma necessidade do Poder Legislativo também cumprir o seu papel. No momento em que o Ministério Público está agindo brilhantemente, no momento em que o Poder Judiciário está funcionando, que a Polícia Federal está funcionando, que as instituições de controle deste País estão funcionando, cabe ao Poder Legislativo também fazer a sua parte. E não podem ficar dormitando aqui, nas gavetas do Parlamento, projetos que são importantes para a população brasileira.

Então, eu peço a celeridade, a agilidade, na votação dessa minha PEC, que nada mais faz do que dar rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular, que passam a trancar a pauta, se não forem votados em 45 dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

E, considerando a compreensão do Senador Cássio Cunha Lima, concedo a palavra ao nosso Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado, expectadores da TV Senado e todos que nos acompanham pelas redes sociais, serei breve nas minhas palavras.

Sr. Presidente, hoje, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de, diante de tudo o que estamos vivendo, falar de renascimento e esperança. A Páscoa cristã é uma das festividades mais importantes para os cristãos, pois representa a ressurreição de Jesus Cristo, o filho de Deus.

E, aqui, Sr. Presidente, gostaria de citar Jean-Yves, escritor, filósofo, teólogo e sacerdote ortodoxo, que escreveu – abro aspas:

Sede passantes! Este tema da passagem é o tema da Páscoa. *Pessah*, em hebraico, quer dizer passagem. A passagem, no rio, de uma margem à outra margem; a passagem de um pensamento a outro pensamento; a passagem de um estado de consciência a outro estado de consciência; a passagem de um modo de vida a outro modo de vida. Somos passageiros. [Fecha aspas.]

E este é o momento que estamos vivendo, Sr. Presidente, um momento de passagem, um momento de mudanças, um momento que – como em qualquer transição – traz consigo a instabilidade, a insegurança, mas, sobretudo, nos convoca ao equilíbrio e à responsabilidade com a Nação. Vivemos a angústia deste agora. Entretanto, rebaixar a política a uma situação de total descrença nunca foi uma boa ideia perante o presente, e muito menos com relação ao futuro. E, quando agimos, baseados unicamente nas paixões, perdemos foco e eliminamos, muitas vezes, as nuances e a complexidade da situação.

Hoje, entretanto, o que temos é a perspectiva de uma diminuição do PIB em 4% neste ano. Já foram aproximadamente 4% no ano passado, uma inflação superior a 10%, e a redução dos salários reais. A taxa de desemprego quase dobrou desde 2014. E um, em cada cinco jovens brasileiros, está sem trabalho.

Economistas alertam para uma geração perdida. Para a maioria das empresas e para os trabalhadores, a perspectiva é sombria. A economia sofre sua pior recessão desde a década de 30.

O Brasil, Sr. Presidente, colegas Senadores, vem construindo sua história democrática – é verdade! E, em uma democracia, espera-se que todos os cidadãos se responsabilizem por suas escolhas e pelas suas atitudes. Apoiar-se na razão e no conhecimento pode ser difícil, entretanto, acredito ser este o caminho para a construção de um projeto que recoloque, definitivamente, o País, o nosso Brasil, nos trilhos da dignidade; que traga de volta o crescimento; que traga de volta os postos de trabalho; que traga de volta a confiança na nossa economia; que traga de volta a paz de cada brasileiro. O momento é de agir com determinação, de honrar o que determina nossa Carta Magna, aqui presente, fazer o que precisa ser feito, de agir pelo bem do País e de todos os cidadãos que aqui vivem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, independentemente de bandeiras partidárias, o Congresso Nacional precisa atuar em consonância com as leis deste País e com o bem-estar desta Nação. Foi para isso que fomos eleitos. De fato, o momento é de mudanças e, de fato, para todos nós a esperança é a última que morre, Sr. Presidente, mas, para que ela se torne realidade e se transforme em dignidade, precisamos ter atitudes dignas, corajosas e coerentes.

Então, que Deus nos ilumine neste momento e que hajamos com as nossas consciências, para o que precisa ser feito, porque do jeito que está, Sr. Presidente, não dá para continuar!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

E convido o Senador Cássio Cunha Lima, pela Liderança do PSDB, para ocupar a tribuna.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV Senado, há momentos em nossas vidas que nós precisamos, mais do que nunca, exercer um dom chamado paciência. É uma qualidade que nem todos conseguem tê-la, mas absolutamente necessária para que nós possamos fazer algumas travessias nos desertos que a vida nos impõe.

E é exatamente de paciência, prudência e muita maturidade que todos nós brasileiros precisamos ter neste instante, para não cair no jogo desesperado daqueles que se agarram ao poder com uma sede, uma sanha que não é comum de se enxergar.

Nas últimas horas, tem sido visível o movimento do PT de tentar, em primeiro lugar, desqualificar o Vice-Presidente da República. E não tenho procuração para defendê-lo, até porque sequer do meu Partido ele é, mas o que chama a atenção é que, até bem pouco tempo atrás, o Vice-Presidente Michel Temer serviu, sim, para os projetos políticos do Partido dos Trabalhadores, para compor, em duas oportunidades, a chapa como Vice da ainda Presidente Dilma Rousseff.

O outro movimento é tentar ganhar no grito, como se grito fosse nos intimidar, como se eles fossem detentores do monopólio do povo brasileiro. Bravata pura, alarido, vociferação de quem já não tem sequer o respeito do povo brasileiro, quicá o apoio. Não se fala mais de perda de apoio, fala-se de respeito. A população brasileira já não respeita mais, por tudo o que foi revelado, por tudo o que foi descoberto, por tudo o que foi mostrado nos últimos tempos em relação ao atual Governo.

Compete-nos, portanto, não aceitar as provocações, manter a serenidade necessária, a firmeza, e lançar um olhar para o amanhã. Ao projetarmos esse olhar para o futuro de curto prazo, poderemos encontrar, Senador Anastasia, Senador José Medeiros, alternativas que minimizem a profunda crise. E isso é o que me preocupa, porque o que bate de real na vida das pessoas é o desemprego, a inflação, uma economia que está se esfacelando. Não há parâmetro na história da humanidade, muito menos em países em desenvolvimento como o nosso, que consiga tamanha façanha de catástrofe econômica. Sim, porque tivemos, em 2014, 0% de crescimento; e em 2015, praticamente 4%. Todas as projeções apontam para -4% para 2016, se tudo correr bem; pode chegar a -5%. Em 2017, no mínimo -2%.

Ou seja, nós estamos falando de uma retração do Produto Interno Bruto de menos dez pontos percentuais. É uma catástrofe. Não se tem notícias, no mundo, de algo tão arrebatador na vida das pessoas. É a economia do País se esfacelando por completo, se deteriorando, fruto de equívocos que foram cometidos ao longo do tempo. E o Governo não tem sequer a humildade de se dirigir à Nação e dizer: "Olha, nós erramos. Tivemos a ideia de uma política que chamam de anticíclica, que deu errado, e o preço é esse". Não, querem partir para o confronto, querem partir para ganhar no grito. E não vão nos intimidar, porque nada vai calar o povo brasileiro, que terá como resposta gestos de paz e de patriotismo.

Não sei se os senhores têm notado, eu tenho, o número crescente de bandeiras do Brasil em janelas de apartamentos, em frontispícios de prédios, de casas, em automóveis. Pelo menos na Paraíba, tenho observado que tem aumentado o número de pessoas que, espontaneamente, como resposta a isso tudo, desfralda, com orgulho, com amor e com patriotismo, o Pavilhão Nacional, a nossa Bandeira.

Quem sabe não é uma boa ideia para ser lançada, aqui da tribuna do Senado, que todos nós brasileiros independentes, que queremos um Brasil melhor, possamos colocar nas janelas de nossas casas, dos nossos apartamentos, dos carros, uma Bandeira do Brasil, para, com esse gesto simbólico, proclamar o amor que temos por este País.

A sanha e a sede de poder às vezes cegam. Quando as pessoas entram em colapso – e isso serve também para governos –, há uma falência múltipla. E o que se vê neste instante derradeiro do Governo da Presidente Dilma é um verdadeiro colapso, uma falência múltipla e um desencadear de erros em sucessão. É uma cachoeira de equívocos, ao ponto de a Presidente não perceber que ela não pode, como Presidente da República, agir desta maneira, que não cabe nem ao mais humilde brasileiro, pois há uma regra básica, a de que um brasileiro que ama a sua terra não fala mal do Brasil no estrangeiro. Pode ser o que for, mas quando chegamos em terras estrangeiras, vamos defender o nosso País.

Vejam o que fez recentemente a Presidente Dilma Rousseff nesse conjunto de equívocos. Ela própria convoca, ainda na condição de Presidente da República, a imprensa internacional para falar mal do Brasil, para denegrir a imagem do nosso País.

Como se não bastassem os danos causados por todos os equívocos econômicos, ela própria agora vem criar esse enredo fantasioso de golpe, proselitismo político puro, vociferação de desesperados. É um alarido de desalentos de quem já não consegue mais argumentar em bases razoáveis e tenta construir um discurso para o amanhã, para, talvez, na eleição de 2018 ou 2020, um segmento da população para o qual eles ainda vão se dirigir, um discurso de vitimização de que foi vítima de um golpe, quando a Suprema Corte, por intermédio

de praticamente todos os seus Ministros e Ministras, tem declarado que, por óbvio, *impeachment* não é golpe, porque está previsto na nossa Constituição.

E há, sim, o crime de responsabilidade. Insistem que a Presidente Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Até aí, tudo certo. Outros afirmam que os crimes foram cometidos. E, dentre esses outros, estamos agora incluindo nada mais nada menos que a Ordem dos Advogados do Brasil, que, ontem, protocolou mais um pedido de *impeachment*. E, quando o Presidente Renan estiver à mesa, vou indagá-lo sobre os abusos praticados por funcionários, cargos comissionados, com crachá – basta verificar a filmagem que vai ser possível identificá-los –, tentando, fisicamente, impedir o ato de protocolar um pedido de *impeachment*. Crime de responsabilidade nas pedaladas fiscais. Crime de responsabilidade, sobretudo, nos decretos de suplementação orçamentária.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Concedo, com prazer, Senador Lindbergh. Apenas para concluir o raciocínio.

E há quem diga: “Não, mas o crime não aconteceu”. O que acontece? Eu dizia há poucos instantes: na relação entre duas pessoas, na relação entre cidadãos, quando a uma pessoa é atribuída um crime e ela nega, ou qualquer outro fato,...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... qualquer outro conflito, qualquer tipo de lide, chama-se o Poder Judiciário, que existe exatamente para isso.

Fulano furtou ciclano. Há dúvida sobre o furto. O que se faz? Investiga-se, apura-se, e o Poder Judiciário julga. A nossa Constituição estabelece que, nos casos de crime de responsabilidade, o juiz natural da causa é o Congresso Nacional, com o primeiro juiz de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados, e o julgamento de mérito, pelo Senado. Onde há golpe nisso?

Eu estou dizendo, e tenho direito, tenho legitimidade, assim como a OAB e os partidos políticos, através de seus advogados, têm legitimidade de dizer: “Foi praticado um crime”. Quem não cometeu o crime vai se defender. É assim que funciona, é assim que deveria funcionar para quem tem espírito democrático verdadeiro, para quem respeita as leis, quem compreende que o poder não é eterno, quem entende que não se pode agarrar com sede, com sanha, com volúpia, com ganância o poder, como se fosse algo seu. Não, não pode ser assim. E se tenta sobreviver politicamente com proselitismo político, puro proselitismo político, achando que vai amedrontar.

Ontem, eu vi o Deputado... Ajude-me, Senador Lindbergh, com o nome do Deputado do Rio de Janeiro, Deputado do PT, é Damous? Eu quis lembrar o nome dele...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Wadih Damous.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Wadih Damous.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Grande Deputado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É um nome incomum, mas eu assisti ao Deputado Damous na televisão, olhos esbugalhados, face transtornada, babando de raiva, vociferando na televisão: “Vamos à luta!”. Que luta? É uma guerra que vocês já perderam, porque vocês perderam simplesmente o respeito do povo brasileiro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então me conceda um aparte.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Está concedido. Vamos lá para o bom debate.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª fala que perdemos o respeito do povo brasileiro. Na verdade, o desgaste é muito maior. Olha aqui, veja bem, vocês tentavam construir uma narrativa que era o crime, o PT, corrupção. O que está aparecendo aqui não é isso. Quantos investigados do PSDB, de outros partidos há aqui também? Primeiro, é preciso que vocês entendam o tamanho da crise do nosso sistema representativo. Agora vamos aos fatos. V. Exª diz que o *impeachment* está previsto na Constituição. Isso todos nós sabemos, só que é preciso um crime de responsabilidade. E eu pergunto a V. Exª: qual é o crime de responsabilidade? V. Exª vai dizer: “Créditos suplementares”. Foram seis créditos suplementares assinados pela Presidenta Dilma.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sabe quantos assinados pelo Governador Geraldo Alckmin? Trinta e um. Trinta e um. E vou analisar agora todos, ouviu? Inclusive, V. Exª, quando era Governador, não é nem uma questão pessoal, porque Minas Gerais também. Vamos lá. São quatorze governadores. Então vamos tirar todo mundo. Crédito suplementar, inclusive eu já disse isso a V. Exª, e por isso eu digo que

é golpe, não tem base jurídica. O art. 4º da Lei Orçamentária de 2014/2015 fala da possibilidade de crédito suplementar, sim, sem autorização legislativa, desde que condicionado ao superávit primário. E nós sabemos que houve aquele PLN 5, que corrigiu a frustração de receitas, porque não foi só a Presidenta Dilma que mudou a meta de superávit primário, todos os governadores mudaram. Agora, em Alckmin não é crime. Com a Presidenta Dilma é crime?! Por isso que é golpe, Senador Cássio. V. Exª fala da OAB. Acho engraçado, porque, veja bem, a OAB usa os mesmos argumentos do primeiro pedido de *impeachment* e coloca o que mais? A delação do Delcídio. Tratam a delação como verdade incontestável. E a parte da delação do Delcídio que fala de vocês, que fala do Presidente do partido de vocês? Porque se ele pede a cassação de Dilma, tinha que pedir também a cassação do Presidente do PSDB. Vamos ser coerentes. E a parte da delação do Delcídio que fala do Michel Temer? Michel Temer que, inclusive, também assinou decreto de crédito suplementar. Onde está a coerência disso tudo? E a OAB cita as isenções para a FIFA. Então, tem que pedir a cassação de todos nós Parlamentares, porque isso foi votado no Congresso Nacional. Então, senhores, paciência. O que está acontecendo não tem como ser contestado pelos senhores. Vamos dizer o tempo inteiro que é um golpe, um golpe parlamentar que está sendo construído.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – As ruas querem uma coisa, mas o Seu Michel Temer, o velho PMDB, quer assaltar o poder. As ruas querem mais investigação. Viva Moro! Viva a Lava Jato! E o que quer esse acordão de cúpula? Quer abafar, quer diminuir, quer esfriar. Hoje, está a jornalista Mônica Bergamo falando da possibilidade de acordo para salvar o mandato do Dr. Eduardo Cunha, que está aliado com os senhores. E o mais grave, Senador Cássio – e eu concluo –, com o programa Uma Ponte para o Futuro, que é o programa mais antipovo de que eu já tive notícia em toda a minha existência. Um programa que fala do fim da política de valorização do salário mínimo; um programa que fala do fim da indexação do salário mínimo com os benefícios previdenciários – está tudo escrito, eu não estou inventando nada –; um programa que fala do negociado na frente do legislado – isso é emperrar a CLT –; um programa que fala da desvinculação de receita orçamentária. V. Exª foi governador e sabe o impacto que pode ter nas prefeituras e nos governos dos Estados não haver mais a vinculação orçamentária para a saúde e a educação. É o caos. É o aprofundamento da crise da saúde. Os professores brasileiros têm que reagir a isso tudo. É um conjunto de propostas que tenta dar consistência programática a esse golpe. E os senhores, na minha avaliação, estão errando, porque o PSDB deu as mãos a Eduardo Cunha e a Temer, num movimento que – eu volto a dizer – é inverso ao que querem as ruas brasileiras. É um movimento para tentar esfriar, tentar abafar as investigações. Senador Cássio, nós somos conterrâneos, V. Exª sabe que nós fazemos o debate aqui sempre respeitoso, agora eu digo a V. Exª aqui, como quem conhece, V. Exª sabe que é muito frágil esse pedido de *impeachment*. Os senhores sabem que estão com a batata quente na mão, porque estão querendo afastar uma Presidente com decreto de crédito suplementar! Haja paciência! Se querem fazer, que recomecem novamente. Os senhores sabem disso. No íntimo vocês sabem dessa fragilidade. Então, esse é um problema, Senador Cássio, porque o *impeachment* é um processo político e é um processo jurídico também. Eu acho que os senhores vão pagar para a história, porque, na história, eu não tenho dúvida de dizer: se esse golpe for à frente, isso vai entrar para a história do Brasil como um momento de ruptura da ordem democrática. Isso vai ficar marcado na história como golpe parlamentar. Eu lamento que o PSDB...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... tenha embarcado nessa aliança com Michel Temer e Eduardo Cunha.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Lindbergh, eu vou fazer rápido os comentários ao aparte de V. Exª, depois eu vou escutar o Senador Anastasia e também o Senador Humberto Costa.

Eu começo com uma expressão que V. Exª usou: que a proposta denominada Uma Ponte para o Futuro, apresentada pelo PMDB – e eu não tenho procuração para defender o PMDB, não pertenço aos quadros dessa legenda – é um documento antipovo. Chegou V. Exª a dizer: “Nunca vi nada mais antipovo do que esse documento”. Pois eu já vi algo mais antipovo...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fernando Henrique disse que era muito... Desculpe a interferência.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Pois não.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fernando Henrique, quando foi lançado, disse que era muito radical do ponto de vista liberal, na área econômica.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É, o Fernando Henrique serve para ser arrimo de argumento, como serve também para ser demolição de estruturas. É curioso como as conveniências mudam de acordo com o sabor do interesse.

Mas me pegando a essa visão trazida por V. Ex^a, que nunca viu nada mais antipovo, eu vou lhe sugerir: coloque os olhos na Petrobras. Olhe para a Petrobras. Nada mais antipovo do que o assalto que se fez à maior empresa brasileira. Nada mais antipovo...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E os senhores que estão todo enrolados em delações aqui? Os senhores do PSDB?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu já lhe concedi o aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Os senhores do PSDB!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Já lhe concedi o aparte e vou chegar a esse ponto. Tenha calma, não se impaciente. Todo o Brasil ouviu o seu telefonema para o ex-Presidente Lula. O senhor cumpre bem o seu papel, o que foi combinado com Lula está sendo cumprido aqui: “Deixe comigo, Presidente, vou partir para cima de Aécio”. Tem partido todos os dias. Calma, Lindbergh, calma! Já lhe dei o aparte. Vou agora comentar aquilo que foi comentado por V. Ex^a.

Como nunca viu, na sua expressão, “nada antipovo”, estou sugerindo a V. Ex^a, de forma fraterna: olhe para o que acontece na Petrobras, olhe para o que acontece em outros grandes esquemas de corrupção que estão sendo revelados, porque nada mais antipovo do que roubar o povo. É o que está acontecendo todos os dias neste País.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E o “merendão”? E o “trensão”?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Ao pretexto...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E o “merendão”? E o “trensão”? Vocês não são santos do pau oco, Senador Cássio. Não cola. Quantos de vocês foram delatados aqui? Não cola.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Olha, a sua postura de intolerância e de autoritarismo é tão grande que eu lhe concedo um aparte – o discurso é meu –, e o escudo civilizadamente; depois, quando vou comentar, V. Ex^a fica me interrompendo. Tenha paciência, escute-me. Escute o que vou falar sobre as investigações. Sabe o que é que diferencia...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É que me irrita ver...

(Interrupção do som.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não se irrite, tenha calma. Não fique irritado que não vai levar a lugar nenhum. O Brasil todo ouviu o seu telefonema com Lula dizendo que o senhor ia comprar esse papel. Está cumprindo bem, cumpre bem. O senhor tem talento.

Agora, é preciso compreender as nossas diferenças. Quais são elas? Primeiro, em nenhum instante, atacamos a Justiça Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público. Em todos os momentos, defendemos as investigações. Em nenhum instante, transformamos condenados em heróis do povo brasileiro. O PT pega os condenados do mensalão e tenta transformá-los em heróis do povo brasileiro.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não adota uma só providência. Então, nós queremos investigações, defendemos as investigações, não obstruímos a Justiça. Essas diferenças são visíveis na nossa postura em relação ao comportamento que vem tendo o Governo e o PMDB, o Governo e o PT. Nós outros vamos nos manter nessa mesma linha de apoio às instituições, de apoio às investigações. Não transformaremos condenados em heróis do povo brasileiro.

Não tivemos, durante todo esse processo, qualquer ato que possa ser interpretado como de desestabilização das investigações. Pelo contrário, sempre estivemos em apoio a cada uma delas.

Agora, é importante também lembrar que, quando estamos diante do crime de responsabilidade praticado, sim, pela Presidente Dilma Rousseff, V. Ex^a tem todo o direito de dizer que não praticou o crime. A Constituição garante o direito de ampla defesa. Agora, o simples fato de negar a existência do crime não desautoriza a abertura do processo. É isso o que não se entendeu até agora.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É isso o que não se entendeu. De forma robusta, com argumentos consubstanciados, apresentaram-se argumentos para a prática do crime de responsabilidade. O que cabe é abrir o processo, como foi aberto, e se defender.

Por várias vezes, desta tribuna, pedi o afastamento de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara. Nós não votamos em Eduardo Cunha na Presidência da Câmara. Na semana passada, o Líder do PSDB na Câmara Federal, Imbassahy, foi à tribuna pedindo e exigindo a renúncia dele.

Então, tudo isso, Senador Lindbergh, tem muito de estratégia, de embate eleitoral, o que é compreensível, do velho e bom proselitismo, da cansada retórica, de tentar criar esse ambiente de confronto, de tentar talvez amedrontar as pessoas para que elas deixem de ir às ruas. Isso não acontecerá.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Restará a vocês o fim trágico de um ciclo de poder que podia ter sido muito proveitoso para o Brasil, porque não tenho dificuldade de reconhecer acertos que foram cometidos e praticados.

Sim, muitos acertos, coisas boas, coisas positivas. Mas não são essas coisas boas nem essas coisas positivas que estão em julgamento neste instante. Não é isso que se está analisando. Isso ficará para a história, sim, e, com certeza, nós vamos reconhecer os acertos. Mas não são esses acertos que estão em julgamento, são os erros. Sobretudo, Senador, a capacidade de uma sociedade transformar a sua cultura. O homem é a sua cultura, e essa cultura vive em transformação.

V. Exª usa um argumento pueril: “Mas outros Presidentes fizeram decretos, governadores...

(Interrupção do som.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu vou só solicitar à Presidência a mesma tolerância que teve com a Senadora Vanessa Grazziotin, que ficou quase 40 minutos nesta Tribuna, mas eu vou ouvir o Senador Humberto, o Senador Anastasia e concluo, Sr. Presidente, garanto que concluo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Prometo.

Vou dar um exemplo muito simples: o uso do cinto de segurança sempre foi lei no Brasil, só que as pessoas não usavam – não usavam simplesmente. Até que se mudou a cultura e se passou a punir, porque esse é o grande mal do Brasil, Senador Lindbergh: a falta de punição, a impunidade. Então, o argumento de que no passado se fazia e dava nisso mesmo, ora! Se agora está sendo identificado e punido, é assim que se constrói um novo Brasil.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Governador Alckmin fez, em 2015, 31 decretos de créditos suplementares. *Impeachment* nele, é isso?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – A Assembleia Legislativa vai analisar...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder.) – Sr. Presidente, não dá. Há orador para falar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... todas as circunstâncias. O que não pode é achar que, pelo fato de ter sido feito no passado, nós não vamos evoluir culturalmente em direção à punibilidade. Eu escuto o Senador Humberto, escuto o Senador Anastasia e encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu só queria fazer um apelo e um pedido aos nossos queridíssimos Senadores e Senadoras, para que nos ajudem a continuar presidindo esta sessão, inclusive, respeitando o que dita o nosso Regimento Interno, especificamente, relacionado ao tempo concedido a cada orador.

Eu reconheço aqui a observação feita pelo nobre Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, no que refere ao tempo que a Senadora Vanessa Grazziotin usou. Realmente procede a observação.

(Soa a campanha.)

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Posso falar, Sr. Presidente? Senador Cássio Cunha Lima, eu gostaria de usar esse aparte que V. Exª me concede para fazer alguns registros, algumas colocações, algumas contraposições e algumas correções. Em primeiro lugar, uma correção: o Supremo Tribunal Federal não se manifestou, em nenhum momento, sobre o mérito dos argumentos que estão sendo colocados acerca da existência ou não de crime de responsabilidade. Ao contrário, nós tivemos a manifestação do Ministro Barroso dizendo que esse mérito não caberá ao Supremo analisar. O que os Ministros do Supremo têm dito é uma coisa óbvia, que o mecanismo do *impeachment* está previsto na Constituição brasileira. Agora, a legitimidade do *impeachment*, a legalidade do *impeachment* depende exatamente de que o governante tenha cometido crime de responsabilidade. Isso, até o presente momento, apesar de todo o malabarismo verbal da oposição, não se comprovou. E é um tema absolutamente polêmico se isso representa ou não crime de responsabilidade.

de; certamente que não representa. Os acréscimos feitos pela OAB, uma instituição que sempre esteve acima das disputas políticas no Brasil, na defesa permanente da Constituição brasileira, que se prestou ao papel lamentável de ser instrumento político partidário no momento em que o Brasil está clara e nitidamente dividido.

(Soa a campanha.)

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Então, é importante nós dizermos que consideramos o que está acontecendo um golpe, porque não se cumpre o essencial: para que o *impeachment* exista é necessário crime de responsabilidade. Segundo, Senador, V. Ex^{as} não são donos da bandeira do Brasil. Querer identificar – eu tenho visto isso também – que as pessoas que são a favor do *impeachment* são as que estão colocando a bandeira do Brasil na frente de suas casas é engano de V. Ex^a. Os que defendem efetivamente o Brasil são os que querem a manutenção da normalidade democrática, os que querem o cumprimento estrito da Constituição. Esses colocam também a bandeira do Brasil na frente das suas casas, vão para a rua com a bandeira do Brasil. Por último, o que eu queria dizer a V. Ex^a, lamento dizer, mas V. Ex^a precisa urgentemente consultar um neurologista para que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... V. Ex^a faça uma avaliação de como anda...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Ex^a é médico?

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim, sou.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Ainda bem que não será com V. Ex^a, com certeza, qualquer outro, menos V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas ele é psiquiatra.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Ex^a está sendo deselegante, eu estou fazendo uma brincadeira e V. Ex^a está sendo deselegante.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E ele é psiquiatra, Cássio.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não tem V. Ex^a condição de julgar minha capacidade profissional.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Nem quero experimentá-la.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O que eu quero dizer é que V. Ex^a está esquecendo que quem sai do Brasil para falar mal do nosso País é Fernando Henrique Cardoso, é o Presidente do seu Partido. Ex-integrantes do governo passado vão para Nova York, para Wall Street dizer para não investirem no Brasil, porque não há segurança para isso. Por isso eu sugeri brincando que V. Ex^a consultasse um neurologista e o refaço, brincando também, para que V. Ex^a recupere a memória disso. O nosso debate tem que ser um debate avançado, liso, isento, mas nós temos que dizer a verdade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Humberto Costa, eu lhe digo que nem brincando eu me consulto com V. Ex^a.

Tenha certeza de que vamos dar sequência a esse processo que está, como foi sobejamente dito, dentro da nossa Constituição. E é assim que funcionam as coisas. Há uma acusação, abre-se um processo, estabelece-se prazo para a defesa. A Presidente Dilma terá até a próxima segunda-feira para apresentar a sua defesa. Testemunhas de acusação e defesa serão arroladas. E assim se estabelece o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa. E se procede o julgamento que será realizado pela Câmara dos Deputados, num primeiro momento, de admissibilidade, e, num segundo instante, já na análise de mérito, pelo Senado Federal.

O resto será sempre discurso e argumentação política, que é absolutamente compressível.

O pedido que a OAB fez traz novos elementos, inclusive o mais recente, com base no parecer do próprio Ministério Público Federal através do douto Procurador-Geral da República, que encontra crime de responsabilidade no ato da Presidente Dilma em nomear o ex-Presidente Lula Ministro da Casa Civil, numa tentativa de obstruir o trabalho da Justiça.

Tudo isso será discutido, tudo isso será analisado.

Enfim, não quero abusar da paciência do Presidente, porque outros oradores aguardam para ocupar a tribuna. Mas peço apenas para ouvir, por fim, o Senador Anastasia, e peço desculpas ao Senador Ataídes por não conceder o aparte neste instante porque, após o aparte do Senador Antonio Anastasia, vou encerrar o meu pronunciamento já que outros oradores estão aguardando há algum tempo para o uso da palavra.

Senador Anastasia, com muita alegria escuto V. Ex^a.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Cássio Cunha Lima. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de fazer este aparte. Não vou me alongar exatamente em respeito às ponderações do nosso Presidente. Mas, de maneira célere, queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e re-

lembrar aqui que a nossa democracia tem alguns mecanismos de defesa que foram concebidos com base na teoria original de Montesquieu, da separação dos Poderes, nos chamados freios e contrapesos. No caso brasileiro, da nossa Constituição, nós não adotamos o modelo parlamentarista, que é vigente em alguns países europeus onde existe, inclusive, a figura do voto de confiança. Aqui é o contrário, aqui, de fato, o Poder Executivo é encarnado e exercido pela chefia do Poder Executivo, que é o Presidente da República. E, por isso mesmo, a nossa Constituição corretamente faz a previsão de atos que, evidentemente...

(Soa a campanha.)

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... e eventualmente, perpetrados pelo Presidente da República, incorrem no denominado crime de responsabilidade. Na realidade, o crime de responsabilidade não se contrapõe ao chamado crime comum, o crime comum próprio do julgamento da Justiça comum, de acordo com os respectivos foros e as respectivas competências. O crime de responsabilidade é distinto. Ele decorre exatamente da quebra do equilíbrio entre os Poderes, do exercício desmesurado do poder pelo Chefe do Poder Executivo, que atenta, por exemplo, contra a União, que atenta contra os Poderes constituídos, que viola a Lei Orçamentária, que desrespeita a autonomia de Estados e Municípios, todos esses objetos elencados na Constituição e que são objetos do procedimento previsto na velha Lei nº 1.079, de 1950. Então, esse é o objeto do grande debate agora. E se faz, na verdade, uma grande celeuma – como V. Exª diz muito bem – muito mais sobre o manto e a fumaça das questões de ordem política do que das questões de ordem jurídica, que estão bem fundamentas e lastreadas. E V. Exª foi muito feliz no seu pronunciamento, porque, diante da *notitia criminis*, da notícia da existência do crime de responsabilidade, o processamento se faz no Congresso exatamente porque não se trata de um crime comum próprio do Poder Judiciário. Ele tem uma natureza de uma infração constitucional. Por isso mesmo é o povo brasileiro, através de seus representantes na Câmara e no Senado, que vai averiguar, claro, garantido o amplo direito de defesa, a existência desse crime de responsabilidade, que, reitero e insisto, não tem nenhuma vinculação com os chamados crimes comuns. Nesse caso, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, cada qual com seu papel e cada qual com a sua atribuição, vão realizar esse julgamento: a Câmara fazendo juízo de admissibilidade; e o Senado fazendo julgamento de mérito. Por isso, com muito acerto, ontem, o Ministro Barroso disse que não entra no mérito do processo de impedimento, porque o mérito cabe a esta Casa, ao Senado. Nós seremos juízes desse momento; nós vamos julgar diante das provas que serão aqui elencadas, provas robustas, mas que serão discutidas no momento oportuno. Então não há nenhum objetivo de dizer, como se tem alardeado, “golpe”, “isso” e “aquilo”. É um julgamento, um julgamento especial, mas nobre, realizado de modo específico e singular, mas um julgamento previsto em nossa Constituição para preservar o equilíbrio e a harmonia dos Poderes, sob o título do chamado crime de responsabilidade. Por isso, louvo muito V. Exª. E quero, ao finalizar, Sr. Presidente, tão somente acrescentar aqui um artigo publicado pelo ex-Ministro Paulo Paiva em uma revista de Belo Horizonte. Em razão do clima que nós estamos vivendo com esse Governo, ele encontrou em Machado de Assis, em um breve enxerto de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o quadro exato do Governo, que nós estamos vivendo agora.

(Soa a campanha.)

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aspas:

Soluços, lágrimas, casa armada, veludo preto nos portais, um homem que veio vestir o cadáver, outro que tomou a medida do caixão, caixão, essa, tocheiros, convites, convidados que entravam, lentamente, a passo surdo, e apertavam a mão à família, alguns tristes, todos sérios e calados, padre e sacristão, rezas, aspersões d'água benta, o fechar do caixão a prego e martelo, seis pessoas que o tomam da essa, e o levantam, e o descem a custo pela escada, não obstante os gritos, soluços e novas lágrimas da família, e vão até o coche fúnebre, e o colocam em cima e traspassam e apertam as corréas, o rodar do coche, o rodar dos carros, um a um[...]

Amém. É o quadro do atual Governo. Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Anastasia, a praxe do Parlamento é solicitar aos Anais a incorporação do aparte ao discurso. Neste instante, eu solicito que se incorpore a aula de V. Exª ao meu modesto pronunciamento. Uma verdadeira aula, com a proficiência já conhecida, o talento reconhecido por todos nós. É um orgulho tê-lo na nossa Bancada. V. Exª é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores quadros da política deste País, pela sua capacidade intelectual, por sua capacidade de fazer, de realizar, de planejar, de, enfim, contribuir com todo o seu espírito público para esse momento grave que o Brasil vive. Então, incorporo a aula de V. Exª ao pronunciamento.

E agradeço, Sr. Presidente, a tolerância aos oradores que aguardaram a conclusão do meu pronunciamento. Saio desta tribuna para me dirigir até a Câmara dos Deputados, onde participarei do evento promovido pelo Ministério Público Federal de entrega das dez medidas anticorrupção, projeto de iniciativa popular com mais de dois milhões de assinaturas, para que nós possamos continuar aprimorando a nossa legislação, na direção de um País melhor, que todos nós queremos.

Muito obrigado pela atenção de todos. Peço desculpas ao Senador Ataídes, por não ter podido conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros, senhoras e senhores brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos diversos meios de comunicação da Casa, eu quero começar pedindo desculpas às Sr^{as} e aos Srs. Senadores por sair do apaixonante tema em debate. Alguns dizem que se trata do Fla x Flu. Como eu não acho que as disputas brasileiras possam se resumir à disputa de um clássico entre dois times de futebol do Rio de Janeiro, eu poderia dizer que se trata de um Ba x Vi. Mas não é sobre isso. Eu quero apenas dizer que não vou tratar desse apaixonante debate, mas, sim, de um assunto que faço sempre, todos os anos, nesta data.

Quando saí da Prefeitura de Salvador e me elegi Deputada Estadual dois anos depois, justamente no dia 29 de março, fiz o meu primeiro discurso na Assembleia Legislativa. Naquele momento, recebi quase vinte ou cerca de vinte ameaçadores ataques, um dos quais do Líder do Governo à época, que me ameaçava de garantir que eu não falaria mais na tribuna daquela Casa. Eu não só falei no dia seguinte, como em todos os outros dias em que tive vontade, com o apoio de uma pequena Bancada de dezesseis Deputados Estaduais, que à época significava menos de um terço da Assembleia Legislativa da Bahia.

Não pensem que vou tratar, portanto, de um tema belicoso por esse histórico. Pelo contrário. Eu quero falar, Sr. Presidente, sobre Salvador e seus 467 anos. Acerca desses 467 anos, dei o título ao meu discurso de *Salvador, 467 anos: a criação da cidade e a cidade criativa*.

Em 29 de março de 1549, Tomé de Sousa, nomeado Governador Geral do Brasil por Dom João III, Rei de Portugal, desembarcou no Porto da Barra com a incumbência de efetivamente colonizar a América Lusitana.

Para sediar o Governo Geral, foi construída a cidade do Salvador, de acordo com o projeto do mestre de obras e decano dos arquitetos brasileiros, Luís Dias. Tomé de Souza escolheu a encosta de uma montanha para construir a cidade. A localização era excelente do ponto de vista militar, por facilitar a defesa, além de oferecer vista magnífica da Bahia de Todos os Santos. Mas deu muito trabalho e preocupação a Luís Dias a execução das obras, devido aos constantes deslizamentos de terra, realidade com que ainda convivemos na nossa cidade.

Salvador foi o braço do Império português nas Américas, o centro da administração colonial, posto que manteve por mais de 200 anos. Nasceu já cidade, já capital, sem nunca ter sido província, e foi, por muitos anos, a maior cidade das Américas. Em pouco tempo, tornou-se o principal centro da indústria de açúcar, infelizmente com a sua consequência do comércio de escravos.

Para viabilizar a agroindústria açucareira, os portugueses, e mais tarde os brasileiros, utilizaram mão de obra escrava, trazida à força da África nos chamados navios negreiros. O Porto de Salvador, lamentavelmente, foi o que mais recebeu africanos escravizados durante a vigência da escravatura no Brasil, esse período de tão triste memória para o povo brasileiro. E, como consequência, converteu-se em uma das razões do nosso orgulho. Hoje é a cidade com o maior número de negros e pardos no Brasil e a cidade mais negra fora da África.

Também em Salvador ocorreu um acentuado processo de miscigenação racial. Índios, brancos, negros, na Terra de todos os Santos, formaram um impressionante caldeirão multirracial, de onde surgiram ricas e diversificadas manifestações culturais, consolidando uma cultura singular no Brasil, especialmente inspirada na influência portuguesa e afro-brasileira. Salvador, há muito anos, há muito reúne alguns dos fatores fundamentais para promover a criatividade na cidade, a exemplo de sua história, tradição e força cultural, abertura a novas ideias e mestiçagem cultural, bem como condições para gerar processos de interesse geral em iniciativas públicas e privadas. Enfim, é uma cidade de grande potencial criativo.

É uma cidade que ainda, de forma tímida, vem explorando esse enorme potencial.

A economia criativa tem prosperado quase que espontaneamente, em especial nas áreas artística e cultural. Um destacado exemplo de parceria público-privada é o Carnaval de Salvador, considerado a maior festa popular do planeta.

Quando prefeita da capital baiana, propicie as condições para a profissionalização desse megaevento. Na minha gestão, transformamos a Casa do Carnaval num centro de operações profissionalizado, que tinha como objetivo dotar a prefeitura de uma visão coordenada de todas as ações e recursos referentes à grande festa. E

o Carnaval continua sendo a maior expressão da economia criativa na cidade, pois envolve os mais diversos setores econômicos dessa cadeia produtiva e insere também as diversas camadas sociais.

Essa festa democrática, que envolve toda a cidade e recebe milhares de turistas do exterior e de outros Estados brasileiros, precisa de ajustes para não esgotar sua capacidade de criar novas formas de expressão cultural e também novos produtos da economia criativa.

Outro importante exemplo da economia criativa de Salvador, nascido da luta de resistência ao racismo, tem início na década de 1970, precisamente em 1974, com a criação do bloco afro Ilê Ayê. Em seguida, os blocos Olodum (1979), Ara Ketu (1980), Muzenza (1981), entre outros. Esses blocos afro, que foram criados com o objetivo de garantir um espaço próprio no Carnaval e afirmar os valores da resistência antirracista e os valores afro-baianos, tiveram grande importância para a criação e consolidação de um mercado fonográfico local, ao lado de uma nova geração de artistas, hoje consagrados nacional e internacionalmente, a exemplo de Ivete Sangalo, Daniela Mercury, Carlinhos Brown, Margareth Menezes, entre inúmeros outros talentosos artistas baianos, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros.

Além de promoverem, no Brasil e no mundo, a música baiana, geram emprego e renda para a cidade com a contratação de funcionários, músicos, produtores culturais...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e apresentações em espaços revitalizados, como o Museu do Ritmo, de Carlinhos Brown, instalado numa antiga ruína no bairro do Comércio.

Presidente Renan Calheiros, queria pedir a V. Exª o favor de me conceder o tempo necessário para que eu termine o discurso, até porque, durante muito tempo, esperei Senadores que aqui falaram por mais de 40 minutos, apaixonadamente, debatendo o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Por tudo isso, preciso fazer a homenagem à cidade de Salvador até o final.

Muito obrigada.

É preciso, no entanto, que essas experiências de economia criativa deixem de ser exemplos isolados e se tornem uma política pública, com a capacidade de atravessar governos e partidos. Creio ser possível abrir, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), um espaço institucional para o debate sobre os distritos criativos, tal como foi feito recentemente em São Paulo.

Mesmo sem uma pesquisa específica que nos indique os caminhos de surgimento dos distritos criativos, dispomos de algumas pistas óbvias para defini-los, como, por exemplo, o Pelourinho, o Rio Vermelho, o Curuzu e a Ribeira – agora com o Mercado Ilaê, bela iniciativa de Margareth Menezes.

Como bem lembrou o ex-Secretário de Turismo da Bahia Domingos Leonelli, a inclusão da economia criativa no PDDU de Salvador não dispensa o Município, nem o Estado de formularem uma política pública para a área, o que já seria um grande começo.

Assim, temos como exemplo o Centro Histórico de Salvador, tombado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade e um dos maiores e importantes conjuntos arquitetônicos do período colonial das Américas. A área tem recebido, desde a década de 1970, recursos federais e internacionais para sua restauração e revitalização. O melhor aproveitamento econômico desse espaço, sem dúvida, resultará em mais autoestima e prosperidade para nossa cidade.

Um significativo exemplo de empreendedorismo no Centro Histórico é o Elevador Lacerda, inaugurado em 1873, na época o maior elevador público do mundo.

O mais importante, Srªs e Srs. Senadores, é o que Salvador tem em si mesma: o seu povo. Um povo criativo, lutador, musical, de bem com a vida, que ama a sua cidade, hospitaleiro com os visitantes, orgulhoso da sua história e das suas origens étnicas.

Portanto, Sr. Presidente, compreendendo que a vocação de Salvador é voltada para a indústria criativa e para o turismo, compreendendo que o seu principal desafio é combater as desigualdades sociais e fazer dela a cidade mãe do Brasil para os soteropolitanos é que nós defendemos o fortalecimento da economia criativa em Salvador como caminho, como alternativa de mobilização da sua economia e de incorporação do seu povo nesse espaço econômico.

Salvador não é uma cidade industrial, não podemos pensar em soluções de chaminé e indústria comum para Salvador. Nós temos que ter em Salvador o turismo, os serviços – serviços em educação e serviços em saúde – e toda a estrutura da cadeia produtiva de uma indústria criativa que cresce no mundo inteiro hoje e que não se justifica que não possa ser adotada como principal meta de desenvolvimento da nossa cidade.

Quero deixar, portanto, para os soteropolitanos, para o povo da Bahia, para o povo brasileiro os meus parabéns pela existência dessa cidade de Salvador, que hoje completa seus 467 anos de idade, representando a identidade do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a. Lídice da Mata, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, e, logo em seguida, nós vamos começar a Ordem do Dia.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Senador Randolfe Rodrigues...

Nós temos hoje duas medidas provisórias para apreciarmos que estão trancando a pauta. Seria muito importante se nós pudéssemos apreciá-las hoje, de modo a retomarmos amanhã a nossa pauta ordinária, Senador Capiberibe e Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, queria, antes de iniciar o meu pronunciamento, cumprimentar o Senador Tomás Correia, primeiro suplente nosso, no Senado Federal. Ele, que já assumiu um período aqui no Senado, também já foi Deputado Estadual Constituinte e prefeito da capital do meu Estado, Porto Velho. Então, desejo-lhe as boas-vindas. Ele veio cumprir a missão, como Presidente do PMDB do meu Estado, de votar na decisão que o Diretório Nacional do PMDB tomou, decisão histórica, no dia de hoje.

Seja bem-vindo ao Senado, mais uma vez, Senador Tomás Correia.

Sr. Presidente, na última quinta-feira, o maior Partido do País, o PMDB, completou 50 anos.

O marco oficial da fundação do Partido é o dia 24 de março de 1966, quando o Movimento Democrático Brasileiro teve aceito o seu registro na Justiça Eleitoral.

Eram tempos sombrios! O regime militar completava o seu segundo ano no poder e desvelava, sem pudor algum, o seu verdadeiro *ethos*, o caráter autocrático e ditatorial, expresso na edição do famigerado Ato Institucional nº 2.

O AI 2 foi uma reação da ditadura à vitória, nas eleições estaduais de 1965, de cinco candidatos oposicionistas, entre os quais os novos governadores de Minas Gerais e do Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. O Ato promoveu uma alteração despótica na Constituição, eliminando o pluripartidarismo e instituindo à força um sistema bipartidário em nosso País.

Os apoiadores do regime, que eram a maioria até então, reuniram-se na Arena (Aliança Renovadora Nacional), Partido que teria toda a força e todo o apoio do Governo e, logo, a garantia de cargos e benesses para seus membros.

Não era segredo para ninguém a intenção dos militares, ao permitir a formação de um pequeno partido de oposição. Eles queriam apenas dar um verniz democrático a um regime absolutamente ditatorial.

Aos oposicionistas restava um grande dilema: aceitar as regras impostas pelos militares e fundar um novo partido ou simplesmente serem banidos da vida pública. Foi um cálculo difícil! Os oposicionistas sabiam que, em política, não existe vácuo. Se eles se recusassem a formar um novo partido, além de serem obrigados ao exílio, como foram tantos de seus companheiros, veriam apoiadores dos militares formarem um segundo partido, eles próprios. Assim, a ditadura teria dois partidos a seu serviço e nenhuma oposição no Congresso Nacional.

Para aqueles homens de espírito verdadeiramente democrático, a luta armada não era opção, pois ela não tinha como objetivo o restabelecimento da democracia, mas, sim, a substituição da ditadura militar por uma ditadura de viés marxista.

Liderados pelas míticas figuras de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, os oposicionistas decidiram ingressar no que eles sabiam seria uma longa e penosa luta pela volta da democracia, uma luta que eles travariam com as armas de que podiam dispor: suas vozes, suas mentes e seus corações.

O incansável e resiliente trabalho dos emedebistas...

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... começou a dar frutos em 1974, com a anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência, que ajudou o MDB a conquistar mais de 40% das vagas da Câmara dos Deputados.

Dois anos depois, nas eleições municipais, o MDB crescia ainda mais, assustando os militares. Estes reagiram criando os Senadores biônicos e a Lei Falcão, que aboliu a exposição de ideias nas campanhas eleitorais.

Mas a semente da esperança estava florescendo. Em 1979, o MDB conseguiu a aprovação da Lei da Anistia. O regime começava a ruir. Os militares passaram a sinalizar uma abertura lenta e gradual, e aceitaram o retorno do pluripartidarismo.

Em 1982, já como PMDB – só mais uns três minutinhos, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em 1982, já como PMDB, o partido elegeu os governadores de nove Estados, entre eles, Tancredo Neves, em Minas Gerais; Franco Montoro, em São Paulo; e José Richa, no Paraná.

Em seguida, liderou as Diretas Já, campanha que, se não foi imediatamente exitosa, teve o mérito de constituir as bases para a vitória de Tancredo à Presidência na eleição indireta de 1985, colocando um fim a um período de 21 anos de ditadura no Brasil.

Assim, o PMDB inaugurou a Nova República, liderou a Assembleia Constituinte e entregou ao povo a Constituição Cidadã, promulgada por Ulysses Guimarães. Hoje, continua sendo o maior Partido do País, o fiador da democracia.

Não posso esconder o meu orgulho por fazer parte desse partido grandioso, que está sempre ao lado do povo, sempre ao lado da democracia.

Encerro, deixando claro que, neste momento novamente tão conturbado que atravessa nosso País, o PMDB não se furtará a apresentar uma solução, posicionando-se ao lado do povo brasileiro, ao lado da população, como já fez ao longo de toda a sua história, nessa história de 50 anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Antes de encerrar, gostaria também, Sr. Presidente, de parabenizar a Federação de Comércio de Rondônia pelo transcurso de seu 33º ano de fundação, no último dia 26. Ao Presidente Ranieri, a todos os associados e a todos os comerciantes de Rondônia os nossos parabéns pela passagem de seu 33º aniversário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu peço aos Senadores que venham ao plenário. Nós vamos começar a Ordem do Dia.

E vamos começar, como sempre fazemos, apreciando a indicação de uma autoridade.

Nós vamos começar a Ordem do Dia apreciando a indicação do Sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Ucrânia e, cumulativamente, na República de Moldova:

MENSAGEM Nº 8, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 8, de 2016, pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.*

O parecer é do Senador Cristovam Buarque. **(Parecer nº 286/2016-CRE)**

Passa-se à votação da matéria que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Peço às Senadoras e Senadores que venham ao plenário. Nós já começamos a Ordem do Dia e estamos apreciando a indicação do Embaixador Oswaldo Biato Júnior, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República de Moldova.

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Walter Pinheiro.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Se todos já votaram, nós vamos...

Senador Lindbergh. Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 47; NÃO, 02.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Oswaldo Biato Júnior para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

Parecer nº 272, de 2016, que teve como Relator o Senador Valdir Raupp, pelo qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil:

PARECER Nº 272, DE 2016

Discussão, em turno único, do Parecer nº 272, de 2016, da CI, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 23, de 2016 (nº 76/2016, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para ser exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero me justificar. Nós da Bancada da Amazônia estávamos em reunião e não consegui chegar a tempo. Quero justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa, a Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na primeira votação, eu gostaria de justificar a minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, só para registrar o meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Ata registrará, Senador Acir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – ... a manifestação de V. Exª. *(Pausa.)*

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Só quero registrar o meu voto no indicado anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Gostaria de, na votação anterior, confirmar o meu voto concordando com a Bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, quero registrar também o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Dário Berger, a Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi, com a palavra V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto nossos colegas votam e esperamos para votar, gostaria de fazer um comunicado.

Hoje, dia 29, no Estado de Mato Grosso, temos dois Municípios importantes comemorando as suas fundações. É o Município de Ipiranga do Norte e do Município de Itanhangá. Eles ficam na região médio norte do Estado de Mato Grosso, no circuito, numa área onde se produz muita soja, muito milho, muito algodão. São Municípios muito novos, um fundado em 2000 e outro fundado em 2005. Que dizer, são jovens, são bebês como Municípios, mas têm uma economia pujante, uma população oriunda do Sul do Brasil, principalmente gaúchos do Estado da Senadora Ana Amélia, que fazem a diferença na economia e na política nesses Municípios.

Onde nós temos agricultura, no Estado de Mato Grosso, as pessoas, os agricultores moram nesses Municípios, vivem nesses Municípios e, portanto, participam efetivamente da vida social e da vida política.

Envolvem-se a ponto de fazer parcerias público-privadas com o Governo.

Quando Governador do Estado, de 2003 a 2010, eu fiz parcerias com esses produtores para a construção de rodovias, quando eles participaram efetivamente com recursos da ordem de até 50% do custo de uma estrada que liga esses Municípios.

Não só em relação às estradas. Fizemos parcerias na construção de escolas, como em Itanhangá, aonde o Governo entregou os recursos para a sociedade civil organizada, à época pelo amigo Helmut Lavinski, que construiu escolas, prestou contas ao governo e devolveu alguns centavos, alguns reais que sobraram.

Isso é só para demonstrar como, em Mato Grosso, esses Municípios que vivem da agricultura, aonde o empresariado vive, a vida é bem diferente. A vida prossegue, as crises vêm, mas são superadas, porque, diferentemente dos produtores que moram nas cidades grandes, eles moram na localidade, moram ali e têm de se preocupar, Presidente Renan, com a escola, com a segurança, com a saúde, com a estrada, com os clubes de serviço.

Portanto, nós temos, no médio norte mato-grossense dois Municípios hoje, Itanhangá e Ipiranga do Norte, que comemoram os seus aniversários de fundação. Como eu disse, são Municípios muito novos que merecem todo o nosso respaldo, a nossa atenção, cumprimentando os Prefeitos locais, os Vereadores e a população pelo aniversário desses Municípios.

Quero deixar registrado nos *Anais* da Casa o dia de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o Resultado. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.2 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 48; NÃO, 02; uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.

Será feita a comunicação à Presidente da República.

Parecer nº 270, que teve como Relator o Senador Blairo Maggi, sobre a Mensagem nº 21, pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil:

PARECER Nº 270, de 2016

Discussão, em turno único, do Parecer nº 270, de 2016, da CI, Relator: Senador Blairo Maggi, sobre a Mensagem nº 21, de 2016 (nº 74/2016, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

As Senadores e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Renan, só para orientar meus colegas e colegas Senadoras, o Juliano Alcântara Noman é, talvez, o primeiro servidor da Anac que vem assumir uma diretoria.

Ele é um efetivo, é uma pessoa de carreira que faz parte desde o início da Anac e construiu a sua carreira, a sua ascensão dentro desse órgão. Portanto, quando fui fazer o relatório e ler, depois, na Comissão de Infraestrutura, a conclusão foi de que ele é uma pessoa qualificada, gabaritada para exercer esse cargo.

Como todos nós defendemos aqui no Senado, as agências devem ser uma estrutura de governo, e não do governo. Com toda a certeza a indicação é do voto “sim”. Ele já teve os votos necessários na Comissão e tenho certeza de que os colegas aqui avaliarão o nome do Sr. Juliano Alcântara Noman para uma das diretorias da Anac.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só para justificar, nas votações anteriores votei com o partido. Wellington Fagundes. Aliás, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Wellington Fagundes, a ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senadora Regina, Senador Fernando Collor. *(Pausa.)*

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só registrar na votação anterior o meu voto “sim”, seguindo a orientação da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V. Ex^a se a Mesa Diretora e esta Presidência já têm uma resposta à questão de ordem que formulei na sessão da semana passada em torno da Medida Provisória nº 717, que transformou em ministério o cargo de chefe de gabinete da Presidência da República.

A questão de ordem em pauta pede para que V. Ex^a devolva a medida provisória, como já foi feito em outras oportunidades, por não preencher os requisitos estabelecidos na nossa Constituição, de urgência e relevância. É claro que não há urgência alguma em se transformar um cargo de chefe de gabinete em ministério, muito menos relevância, a não ser para o futuro ocupante, que manterá a sua jurisdição no Supremo Tribunal Federal do nosso País.

Então indago a V. Ex^a se já há uma resposta para a questão de ordem por mim formulada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu queria pedir desculpas ao Senador Cássio Cunha Lima. A Secretaria-Geral da Mesa ainda não concluiu o estudo pedido por nós, para sustentarmos a resposta à questão de ordem formulada por V. Ex^a, mas faremos isso o mais rapidamente possível, talvez no início da próxima semana.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.3 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – SIM, 48; Não, 1.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Fica prejudicada a Mensagem nº 81, de 2015.

Parecer nº 271, que teve como relator o Senador Ricardo Ferraço, sobre a Mensagem 22, pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil:

PARECER Nº 271, de 2016

Discussão, em turno único, do Parecer nº 271, de 2016, da CI, Relator: Senador Ricardo Ferraço, sobre a Mensagem nº 22, de 2016 (nº 75/2016, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para ser exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Requião, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu só queria declarar o meu voto.

Atendendo ao pedido do nosso ex-Líder do Governo, Senador Romero Jucá, eu votei contra a indicação do Juliano, porque me consta que ele é do PMDB e foi indicado pelo Cunha, e nós, peemedebistas, não podemos mais, sob pena de sanção do Diretório Nacional, votar em indicações do PMDB. Eu não sei como ele teve tanto voto com tanto peemedebista no plenário. Alguém deve ter traído o Diretório Nacional hoje, e não fui eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Roberto. *(Pausa.)*

Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação.

Senadora Ana Amélia, Senador Eunício, Senador Wellington! *(Pausa.)*

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero registrar meus votos na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.4 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – SIM, 49; NÃO, 7; nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Anac. Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, proveniente da Medida Provisória nº 698, de 2015.

O Relator da matéria na Câmara dos Deputados foi o Deputado Arnon Bezerra e a Relatora revisora: Senadora Regina Sousa, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 7, 13, 15 e 16, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016, que oferece; pela inconstitucionalidade da Emenda nº 5 e inadmissibilidade da Emenda nº 4; e pela rejeição das demais emendas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2016 (Proveniente da Medida Provisória nº 698, de 2015)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016, que *altera a Lei nº 11.977, de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial.*

Parecer sob nº 3, de 2016, da Comissão Mista, Relator: Deputado Arnon Bezerra e Relatora revisora: Senadora Regina Sousa, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 7, 13, 15 e 16, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016, que oferece; pela inconstitucionalidade da Emenda nº 5 e inadmissibilidade da Emenda nº 4; e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Foram apresentadas 18 emendas à medida provisória. O projeto de lei de conversão foi aprovado na Câmara no dia 21 de março, com a rejeição da Emenda nº 7, destacada.

O prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48 e se esgotará no dia 31 de março.

O Projeto de Lei de Conversão nº 3 foi lido no Senado no dia 22 de março, oportunidade em que passou a sobrestar a pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima e, em seguida, ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para dirimir a dúvida, as medidas provisórias não são de grande complexidade. O Senador Caiado trará algumas observações de mérito. Mas me resta dúvida quanto à contagem do prazo.

Segundo informação da assessoria da Liderança do PSDB, a medida provisória foi lida ao final da Ordem do Dia da última quarta-feira. Então, ao final da Ordem do Dia da quarta-feira, as duas medidas provisórias foram lidas e, conseqüentemente, passaram a trancar a pauta. Como na quinta-feira, em decorrência do feriado da Semana Santa, nós não tivemos sessão, na nossa contagem, salvo melhor juízo, essa medida provisória estaria apta para votação só a partir da sessão de amanhã.

Nós queremos apenas manter o critério.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – A nossa preocupação não é quanto ao mérito. Queremos apenas manter o critério. A contagem que está sendo feita pela Liderança do PSDB, através do seu quadro técnico, diverge daquela posta pela Mesa, porque estamos contando e considerando que a leitura ocorreu, repito, na sessão de quarta-feira, às 20 horas e alguns minutos, ou seja, ao término da Ordem do Dia. E, na quinta-feira, não tivemos sessão. Tivemos sessão ontem e hoje. Então, são duas sessões de intervalo. Aí, sim, só amanhã, essas medidas provisórias poderiam ser votadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu queria ponderar a V. Exª o seguinte: a medida provisória foi lida durante a Ordem do Dia da terça-feira, 22. Foi lida ainda durante a Ordem do Dia da terça-feira, 22. Acerca da dúvida, Senador Cássio, a ponderação que faço é exatamente esta: tendo sido a medida lida durante a Ordem do Dia de terça-feira, nós poderemos contar a terça-feira. Contando a terça-feira, dia 22, houve a sessão do dia 23 e a do dia 29, que é hoje, que seria a terceira sessão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Com a máxima vênia, Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Com a máxima vênia à interpretação da Mesa, interpretado dessa forma, nós deixaríamos de ter o intervalo de duas sessões para uma sessão.

Poderíamos fazer a leitura da medida provisória ao término da Ordem do Dia, a sessão subsequente já seria contada com a da própria leitura, e nós não teríamos as duas sessões. Como a praxe tem sido o respeito às duas sessões, creio que não traz nenhum prejuízo e nenhuma dificuldade se deixarmos para amanhã, mantida a regra. As regras, quando observadas, sempre constroem para as melhores relações no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concordo com V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª tem sido muito zeloso, cuidadoso, nesse aspecto. Tenho a certeza de que não é uma questão que vá fazer a quebra dessa regra de forma desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concordo com V. Exª.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação a essa questão colocada pelo Senador Cássio Cunha Lima, é lógico que o Democratas caminhará favoravelmente à manutenção do prazo estipulado por V. Exª, mas quero pedir a atenção dos colegas para o fato de que a medida provisória, objetivamente, monta mais uma pedalada do Governo Federal. Ou seja, nós temos a rubrica no Orçamento para o Fundo de Arrendamento Residencial. Está lá previsto, ou seja, o Governo saca do Tesouro para poder contemplar o programa Minha Casa, Minha Vida.

Ora, o que o Governo fez agora? O Governo fez um repasse do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exatamente de R\$4,8 bilhões em 2016 para financiar o programa. Então, o que o Governo está fazendo? Ele está se beneficiando do Fundo de Garantia dos Trabalhadores para fazer o programa Minha Casa, Minha Vida sobreviver. No entanto, ele não tem de tomar emprestado esse dinheiro. Há uma rubrica no Orçamento de que ele seria obrigado a retirar do Tesouro, e não fazer esse repasse, como ele está fazendo, exatamente como ele fez no caso específico da Bolsa Família, ou seja, mandou a Caixa Econômica pagar e depois não quitou a Caixa Econômica.

Ora, o programa Minha Casa, Minha Vida já tem essa garantia orçamentária. Ela tinha de tirar esse dinheiro exatamente do Tesouro Nacional. O que ela está fazendo? Está simplesmente dizendo o seguinte: "O FGTS vai pagar essa conta." O FGTS está depositando R\$4,6 bilhões para que o programa tenha continuidade.

Então, o Governo está falseando o resultado final, está encobrindo o resultado final, por não cumprir a regra orçamentária prevista.

Com isso, Sr. Presidente, acho que todos nós temos de ter uma cautela enorme ao votar essa medida provisória. Encaminharemos o voto contrário, ou, senão, amanhã, o Congresso Nacional convalidará exatamente o desrespeito à Lei Orçamentária, dando autorização para que a Presidente utilize o Fundo de Garantia ou outros depósitos dos trabalhadores para cumprir a obrigação do Governo.

É exatamente como a pedalada que o Governo deu em 2014 e em 2015. Não há diferença alguma. Ele não retira do Tesouro e exige do programa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a responsabilidade para viabilizar o programa Minha Casa, Minha Vida. É exatamente uma pedalada típica do Governo, vinda por medida provisória. Se ela for votada e aprovada aqui, a Casa estará dizendo: “Olha, não precisa mais respeitar a Lei Orçamentária. Nós autorizamos o Governo a fazer empréstimo com a Caixa Econômica, com o FGTS, com quer for, para poder amanhã atender aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal não autoriza o Governo a fazer.”

Como tal, Sr. Presidente, encaminho a votação contrária, por ver aqui uma total afronta à Lei Orçamentária e à Lei de Responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trato de dois assuntos muito rápidos. Primeiro, quero pedir a V. Exª que coloque em votação o PRS que está sobre a mesa, o PRS 35. Quero também expressar uma indignação, uma revolta do povo do Maranhão em relação à única via terrestre que chega à nossa capital, São Luís, o maior aglomerado do Estado, com quase dois milhões de habitantes. A BR-135 fez mais uma vítima esta semana.

Quero expressar aqui – sei que expresso também o sentimento do Senador João Alberto e o do Senador Edison Lobão – um sentimento de pesar à família de Ana Lúcia Duarte Silva, bailarina, que foi assassinada num trecho desta rodovia, onde o carro praticamente é obrigado a parar. A obra desse trecho está parada há alguns meses, levando um transtorno imenso para a capital do Estado do Maranhão.

Queremos deixar aqui a nossa indignação e um apelo ao Governo Federal para, definitivamente, resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em razão do atendimento à ponderação feita pelo Senador Cássio Cunha Lima e pelo Senador Ronaldo Caiado, também com relação aos prazos da medida provisória, nós vamos deixar a apreciação dessas duas medidas provisórias para amanhã.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos votar, conforme entendimento que fizemos na sessão anterior, o Projeto de Lei da Câmara 167, que foi um pedido – todos se lembram, do Senador Eunício Oliveira, com o qual todos concordamos – no sentido de alterar a Lei Complementar 123, do microempresário, autorizando o microempresário a utilizar a residência como sede da empresa.

Pareceres da CAE nºs 9 e 207, de 2016, respectivamente.

Primeiro pronunciamento, do Senador Flexa Ribeiro e segundo pronunciamento, do Senador José Pimentel. Ao projeto foi apresentada a Emenda nº 2, de Plenário, no prazo regimental, perante a Mesa:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 2015 - Complementar

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 (nº 278/2013, na Casa de origem), que *altera da Lei Complementar nº 123, de 2006 (o microempresário poderá utilizar a residência como sede da empresa)*.

Pareceres da CAE sob nºs 9 e 207, de 2016, respectivamente:

- 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, de redação, que apresenta; e
- 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador José Pimentel, contrário.

Discussão do projeto e das emendas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto e as emendas, em turno único, nós encerramos a discussão e passamos à votação do projeto e da Emenda nº 1 da CAE, de redação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim” e lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que estão nos seus gabinetes que essa é uma votação de projeto de lei complementar. Portanto, é preciso que haja 41 votos “sim” para aprovar a matéria.

Então, convido todos os Senadores e Senadoras para votarem essa matéria, que facilita a vida do microempresário, utilizando a sua residência como endereço comercial. É algo que facilita a atividade do microempresário e, portanto, gera emprego e renda.

O PMDB encaminha favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PMDB encaminha favoravelmente.

Senador Pimentel e Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone.*) – O PT encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PT encaminha favoravelmente. O Governo encaminha favoravelmente.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas não só encaminha favoravelmente como aplaude a iniciativa dos projetos de lei complementar, porque, afinal de contas, diminui a burocracia, facilita a vida do microempresário e dá a ele condição de ter a sua residência também como endereço da sua pequena empresa.

Então, Sr. Presidente, voto favorável.

Vamos chamar todos os Senadores que estão em seus gabinetes para que venham, para podermos atingir o quórum de 41 o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima e Senador Valadares, na sequência.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSDB vota “sim” e também aplaude a iniciativa que visa a desburocratizar e a facilitar a vida das microempresas do nosso País. Aliás, um dos grandes desafios nacionais é exatamente a modernização da nossa economia. Tornar o Brasil um País mais produtivo e competitivo é o desafio que o futuro nos reserva.

Fazendo uma comparação com a Coreia, enquanto o país sul-coreano teve um crescimento vertiginoso da escolaridade do seu povo, e acompanhando esse crescimento de escolaridade, viu-se a evolução da produtividade da economia da Coreia. No Brasil, infelizmente, tivemos um aumento naturalmente positivo da escolaridade, mas que não foi acompanhado pela produtividade da nossa economia.

Esse é um desafio, sim, para o Brasil, além, é claro, do ajuste fiscal. Eu diria que o País se depara com dois grandes desafios para o futuro: o equilíbrio fiscal e a competitividade e a produtividade da nossa economia, e essa medida simples vem facilitar a vida dos microempresários e das microempresas do Brasil.

Por essa razão, o PSDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares e, na sequência, Senador José Agripino. O Senador Amorim falará logo após o Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me somar às manifestações dos Senadores e das Senadoras favoráveis a esse projeto, em nome do PSB. Sabemos da importância que têm as microempresas na formulação de projetos de empregos em favor do Brasil.

De forma tão simples, elaborou-se um projeto, conferindo à microempresa, ao seu proprietário, o direito de utilizar a sua residência como o endereço da sua atividade empresarial.

Essa é uma medida simples, como eu disse, mas uma medida inteligente, que vem ao encontro, sem dúvida alguma, do fortalecimento de uma atividade que vem ajudar o Brasil neste momento de crise.

Por isso, o PSB é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino, com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu uso o microfone do Senador Eunício Oliveira como homenagem ao relatório muito bem preparado que ele fez nas comissões, recomendando a aprovação desta matéria.

Eu sou fã ardoroso do empreendedorismo. Recentemente, numa sessão de quinta-feira, nós aprovamos um projeto do qual muito me orgulho, que é o projeto das empresas juniores, organização de jovens universitários que prestam serviços e que são amparados pela única lei que protege empresas juniores no mundo inteiro. Empresas juniores existem no mundo inteiro; projeto de lei que ampare institucionalmente empresas juniores, só no Brasil, e é um projeto da minha modesta autoria.

Eu tenho vários projetos que amparam a juventude, principalmente no campo do empreendedorismo, tanto no campo quanto nas cidades, as empresas *start up*, etc.

Esse projeto que o Senador Eunício relata vai quebrar o galho de um mundo de pessoas que tem espírito empreendedor, mas que deixam de ter a sua empresa porque não têm endereço. Moram em algum lugar,

mas não têm endereço. Então, não podem ter empresa. Têm dificuldade de instalar empresa. Do ponto de vista institucional, não se habilitam a serem empresários e empreendedores. Com esse projeto, fica garantido que, na casa onde ele mora, ele pode ter o endereço de sua empresa e, ali, ele pode desenvolver a sua atividade e pode ter a sede da sua empresa. Do ponto de vista institucional, isso é muito importante.

Só quem luta pela vida, só quem tem capacidade de iniciativa é que sabe como esse projeto é importante e valioso.

Por essa razão, quero dizer, entusiasticamente e com toda a convicção que tenho, que a saída para o nosso País passa necessariamente pela capacidade individual das pessoas de se transformarem em empreendedores.

Voto “sim” a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Amorim, Senador Moka e Senador Blairo Maggi, na sequência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC orienta o voto “sim”.

Até que enfim uma boa ideia, especialmente para o microempreendedor, para os microempresários. Uma ideia que não custa absolutamente nada para o Governo, não onera de forma nenhuma o Governo, mas possibilita a milhares e milhares de microempresários constituir sua empresa, Sr. Presidente, especialmente em um momento como esse, de inúmeras crises. É crise econômica, é crise fiscal, é crise na saúde. Até que enfim uma boa notícia, especialmente para o microempresário.

Até que enfim uma boa notícia, especialmente para o microempresário.

O PSC orienta, com muito louvor, o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, o PR indica o voto “sim”, até porque se percebe que será por unanimidade, visto que é um projeto que atende a toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, eu quero parabenizar o Líder Eunício porque, na prática, existem várias situações em que o microempresário já trabalha na casa dele. Então, o projeto do Líder Eunício vem, na verdade, ratificar aquilo que, na prática, já existe. E aqueles que ainda não o fazem poderão fazê-lo. É uma grande ideia; é, realmente, um projeto, embora simples, mas de um alcance social muito grande.

Aproveito também, Sr. Presidente, para dizer – foi distração minha – que, em relação a uma das autoridades, o Sr. Juliano Alcântara Noman, acabei não votando. Eu gostaria de declarar o meu voto “sim”, até porque eu estive na sabatina e votei favoravelmente na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi e Senadora Vanessa, na sequência; Senador Requião, Senador Flexa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu também quero fazer um registro sobre esse projeto, do qual fui Relator na CAE. Tivemos oportunidade de discutir intensamente esse projeto na Comissão.

É um projeto, como os colegas aqui estão se referindo, que vem ao encontro do momento em que nós vivemos e vai facilitar muito a vida dos pequenos empreendedores.

Quando alguém começa não começa muito além da sua própria casa. Há um pouco de recursos ou uma dívida já fundada, e a pessoa tem que trabalhar. É ele, a casa e a dívida ou o dinheiro. Portanto, o projeto vem ao encontro do que nós precisamos.

Quero saudar também a Senadora Rose, que não está presente, mas, nas discussões, ela fez a Emenda nº 2, em que acrescentou a possibilidade de a sede do estabelecimento do microempreendedor individual ser escritórios compartilhados ou virtuais. Quer dizer, na discussão, acabamos ampliando mais esse assunto, que vem ao encontro exatamente do que nós desejamos aqui no plenário.

Parabéns a todos!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também é só para encaminhar o voto do meu Partido, PCdoB, a favor dessa matéria importante. Aparentemente simples, mas com um impacto social muito importante para aqueles pequenos empreendedores do nosso País.

Portanto, encaminho o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro e Senador Reguffe, na sequência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, quero também festejar a aprovação desse projeto.

Tive oportunidade de ser Relator, junto com o Senador José Pimentel, do projeto que atende ao microempreendedor individual, que pode fazer o seu trabalho na sua própria residência, ou seja, facilita a ele exercer a sua atividade profissional. Não há necessidade de ele ter que alugar uma sala, ter despesas para que possa efetuar o seu trabalho.

Esse projeto, apesar de parecer simples, tem uma abrangência muito grande.

O Senador Blairo falou sobre a Emenda nº 2, que é importante pelo compartilhamento também do espaço. Só que ela foi rejeitada para que o projeto não voltasse à Câmara, porque, hoje, já é possível o compartilhamento do espaço pelos microempreendedores individuais.

Então, quero aqui parabenizar todos eles, para que, de forma facilitada, da própria residência, possam exercer a sua profissão.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Reguffe, com a palavra V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu voto vai ser favorável a esse projeto. Eu o considero de suma importância para este País.

Hoje, há uma série de microempreendedores individuais que tem despesa extra e dificuldade extra de abrir o seu empreendimento por ter que alugar um local para ser sede da sua empresa. Ele, sendo microempreendedor individual, não vai receber ninguém na sua empresa; ele tem que ter apenas um endereço ali e, muitas vezes, ele não abre a empresa por essa dificuldade. Alguns colocam em um lugar onde não efetivamente a empresa vai funcionar. Há uma informalidade.

Na minha concepção, é um projeto importante. Nós temos que incentivar, aqui, no Parlamento, a prática do empreendedorismo; temos que reduzir a carga tributária. Alguns acham que o País tem que aumentar a carga tributária. O que se tem que fazer é o oposto: reduzir a carga tributária. Isso vai incentivar a geração de emprego e renda, vai movimentar a economia, vai fazer o País retomar o seu desenvolvimento econômico e também vai facilitar a vida de quem quer empreender.

E este é um projeto típico, um projeto que facilita a vida do empreendedor, possibilitando a ele colocar, desde que seja um microempreendedor individual e não receba ninguém em sua casa, o endereço de sua residência como o endereço de sua empresa.

O País precisa incentivar as pessoas a empreenderem, incentivar as pessoas a abrirem os seus negócios.

Considero o projeto importante e, por isso, o meu voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Benedito, ao Senador Petecão e ao Senador Ataídes, quero propor só um encaminhamento.

Para completar a apreciação da matéria, vamos ter que votar, na sequência, a Emenda nº 2, de parecer contrário. E como já há quorum para anunciar o resultado, vou fazê-lo. Em seguida, anunciaremos a emenda e daremos a palavra a V. Ex^{as}.

Vamos proclamar o resultado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, para encaminhar?

O PRB encaminha “sim”.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.5 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 59; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 167, de 2015, Projeto de Lei Complementar.

Passamos agora à votação da Emenda nº 2, de Plenário, que tem parecer contrário.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu votei favoravelmente a este projeto. É, sem dúvida nenhuma, um projeto importante, principalmente neste momento econômico em que vivemos. E ele vem racionalizar os custos do pequeno empresário.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu pergunto às Lideranças se querem orientar as suas bancadas novamente. Estamos votando a Emenda nº 2, de parecer contrário.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, o Partido Progressista não só se solidariza com este projeto como também cumprimenta o Senador Eunício, porque, na verdade, é a pequena e a microempresa neste País que têm feito a geração de emprego. Infelizmente, estamos enfrentando uma dificuldade enorme, e, em bom momento, o Senado aprecia esta matéria.

Por conta disso, o PP encaminha o voto “sim” ao projeto e, logicamente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, eu voto com o parecer do Relator, pela inobservância da emenda. É “não”.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, para esclarecer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício, com a palavra V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE. Sem revisão do orador.) – Presidente, é o seguinte: essa emenda é uma emenda meritória. O problema é que ela já consta da lei anterior. Se nós a aprovarmos aqui, esta matéria tão importante para o microempreendedor, para aqueles que querem utilizar a sua residência sem ferir a legislação do ponto de vista da utilização da sua própria residência, a matéria voltaria para a Câmara desnecessariamente. Então, a emenda da Senadora é meritória, mas nós temos que dar parecer contrário para ela não voltar para a Câmara, porque já consta da matéria principal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Petecão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – PT, “não”.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria comunicar a V. Exª que, por motivo de viagem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PT “não”.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – PMDB, “não”.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... eu deixei de votar nas três autoridades, mas, presente, votaria como a orientação do meu Partido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Exª, Senador Benedito de Lira.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, é apenas para fazer um registro especial.

Nós tivemos o prazer de receber em nosso Partido o nosso querido amigo Senador José Medeiros, que vai estar conosco agora no PSD, com certeza na primeira reunião com o nosso Presidente Kassab, com o nosso Líder Omar. Foi muito bem recebido. Eu, pessoalmente, estou muito feliz, porque é um grande amigo que tenho aqui na Casa e, com certeza, juntos, poderemos ajudar o nosso País e, conseqüentemente, ajudar o nosso Poder.

Seja bem-vindo, José Medeiros. É um prazer tê-lo conosco na família PSD, a família 55.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para reafirmar as palavras do nosso Senador Petecão, eu quero aqui dar as boas-vindas ao Senador José Medeiros, do Mato Grosso. Para nós é uma honra muito grande tê-lo em nossos quadros. Um Senador que tem demonstrado uma atuação muito voltada para o seu Estado, mas pensando no Brasil. E nos dá um prazer enorme ter um jovem Senador que venha somar; somar para que possamos melhorar o Brasil, melhorar as condições do Brasil.

Por isso, seja bem-vindo, José Medeiros. O PSD é uma casa em que todos têm direito a opinar, e esperamos contar com você para que possamos melhorar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu cumprimento o PSD pela filiação do Senador José Medeiros. Como todos sabem, o Senador Medeiros é uma das melhores revelações do Senado Federal. Senador competente, atuante, sobretudo um grande amigo. Parabéns ao PSD.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, como vota o PSDB?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB vota, também, “não”, acompanhando a manifestação do Relator, até para que possamos evitar que a matéria retorne à Câmara, como bem argumentou o Senador Eunício Oliveira. Considerando o que está sendo proposto, sobre a emenda, já está contemplado em outro diploma legal, para evitar um longo percurso de tramitação, novamente, na Câmara, votaremos com o Relator, votaremos “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Ataídes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O Democratas encaminha o voto não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estava, há poucos minutos, na Câmara Federal, protocolando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB, “não”.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... protocolando o projeto sobre as dez medidas contra a corrupção. Não pude estar aqui na votação das autoridades. Portanto, quero declarar o meu voto, Sr. Presidente, às três autoridades da Anac, bem como ao Embaixador. Quero registrar “sim”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Wellington. (*Pausa.*)

Quero comunicar aos Senadores que nós constituímos, aqui no Senado Federal, uma Comissão de Desburocratização, que é presidida pelo Ministro Mauro Campbell e tem como Relator o Ministro Dias Toffoli. Já votaram algumas matérias que serão encaminhadas para a leitura e para a tramitação nas comissões respectivas. Esta matéria que ora votamos como prioridade absoluta, por unanimidade, é uma das matérias que, sem dúvida nenhuma, ajudarão a alavancar a nossa economia.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Voto “não”, também, pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O PR vota “não”.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

(Vide item 1.2.3.5 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – SIM 3; NÃO 47.

Uma abstenção.

Está, portanto, rejeitada a emenda de parecer contrário, a Emenda nº 2.

Discussão da redação final. (*Pausa.*) (**Parecer nº 287/2016-CDIR -Vide item 1.2.3.5 do sumário**)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a redação final.

Registramos, com muita satisfação, o voto da Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, para justificar que eu estava aqui e não vi que tinha encerrado a votação. Mas estava aqui no plenário. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia e convido o Senador Walter Pinheiro para presidir a sessão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, Sr^a Presidente, com a licença de V. Ex^a, de tratar aqui de um assunto a respeito de que, em rápido aparte ao Senador Cássio Cunha Lima, fiz algumas observações, ainda que céleres. Trata-se do momento político que atravessamos atualmente.

Tenho acompanhado, com muita atenção, como todos nós Parlamentares, o grave quadro institucional que vivemos neste momento. E tenho observado também, inclusive instado por diversas pessoas, cidadãos, pessoas comuns, que, muitas vezes, não têm o conhecimento pleno do que acontece, sob o ponto de vista jurídico e institucional, no processo de impedimento que neste momento tramita na Câmara dos Deputados e que, provavelmente, chegará à apreciação do Senado da República.

Desse modo, tomo a iniciativa, neste pronunciamento – e não pretendo me alongar muito –, de fazer rápidas distinções entre o que significa o atual processo.

Em primeiro lugar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e todos aqueles que me acompanham pela TV Senado, quero reiterar que vivemos em um sistema, felizmente, democrático. E o sistema democrático brasileiro, amparado em sua concepção na teoria da separação dos Poderes, concebido originalmente por Montesquieu, na França, e aperfeiçoado nas experiências inglesas e norte-americanas, se ampara, de modo substancial, na concepção exatamente de Três Poderes autônomos e independentes, cada qual com a sua atribuição e competência.

Diziam os franceses: “*Le pouvoir arrête le pouvoir*”, ou seja, um poder segura o outro poder, em um sistema de freios e contrapesos. Em verdade, o sistema democrático é um conjunto de mecanismos, princípios e diretrizes que garantem a participação do cidadão. E a democracia se revela e se apresenta, em cada nação, consoante um determinado figurino.

E entre nós, do Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós adotamos, desde a proclamação da República, na nossa primeira Constituição, em 1891, o modelo de regime presidencial, no qual o Poder Executivo exerce, na plenitude, a potestade do Poder Executivo.

Não adotamos o regime parlamentar, em que há uma distribuição de responsabilidades entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no exercício do chamado governo.

No regime presidencialista, todavia, não significa, nesse exercício pleno de poderes pela chefia do Poder Executivo, que nós teremos todos os poderes sem controle exarados pelo Executivo ou pelo Presidente da República. Jamais! No sistema de freios e contrapesos que adotamos, há uma previsão desse equilíbrio e de forma exatamente do acompanhamento desses mecanismos.

E por isso mesmo a nossa Constituição atual, de 1988, Sr^a Presidente, estabeleceu critérios para averiguar quando o Presidente da República, eventualmente, comete excessos e executa ou implementa atos contrários à própria Constituição. E deu-se o nome, a esse conjunto de atos, de crimes de responsabilidade.

E eu mencionava, há pouco, que há uma distinção técnica muito importante entre o chamado crime comum, aquele elencado e apontado no Código Penal, regido pelo Código de Processo Penal na sua apuração e cuja competência de julgamento e apuração e consequente apenamento compete ao Poder Judiciário, ou ao Poder Judiciário Estadual ou ao Poder Judiciário Federal, conforme aquele crime comum que vem a ser cometido e a sua respectiva competência.

Todavia, outro caso é o crime de responsabilidade. Esse não tem nenhuma vinculação com o crime comum. Na verdade, ele se baseia, de maneira muito clara, no exercício de razões e atos que contrariam a Constituição, não tem natureza criminal no sentido leigo da expressão, mas sim no sentido institucional.

São crimes que atentam contra a Federação, contra os Poderes, contra as competências institucionais das organizações constitucionais brasileiras e estão elencados no art. 85 da nossa Constituição.

No caso da ocorrência do crime de responsabilidade, a consequência a essa infração é o processo de impedimento. O *impeachment*, como se diz em inglês, significa na prática o julgamento dessa infração, que é uma infração político-institucional denominada crime de responsabilidade. Os crimes de responsabilidade estão elencados de maneira clara, como eu disse, na Lei nº 1079, de abril de 1950, que dá o procedimento e foi recebida pela nossa Constituição nos termos, nos contornos e nos cânones colocados pelo Supremo Tribunal Federal, que cuida do acompanhamento relativo à parte formal.

No merecimento, no mérito, no julgamento efetivo, se houve ou não houve ocorrência do crime para a consequente aplicação da penalidade, que é o impedimento presidencial, nós temos a substituição dos órgãos regulares do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo. Isso se faz de maneira lógica, não é um caso excepcional do Brasil. O modelo é o mesmo modelo que se aplica em diversos países que adotam o regime presidencial, como é o caso do modelo norte-americano.

Nessa hipótese, o que nós temos é que o povo, através de seus representantes na Câmara ou no Senado, onde também somos representantes dos Estados, nós passamos a ter a competência e a atribuição de julga-

dores. Nesse momento, despimos a toga, ou a farda, ou as vestes próprias de Parlamentares para vestirmos a toga própria dos magistrados. É claro, garantido o amplo direito de defesa e conforme o juízo de admissibilidade vindo da Câmara, caberá ao Senado fazer o julgamento.

Permito-me, aliás, um parêntese, Sr^a Presidente, para lembrar que esse julgamento, pelo seu caráter especial, é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, não pelo seu caráter de julgamento; na realidade, trata-se de uma questão histórica: no modelo constitucional anterior, quem presidia o Senado era o Vice-Presidente da República, até a Constituição de 1967, Senador Elmano. Como o Vice-Presidente da República, no caso do processo de impedimento, é diretamente interessado no resultado, o modelo constitucional anterior, já de 1891, previa, nesse julgamento, que é um julgamento judicial, a substituição do Presidente do Senado – Vice-Presidente da República – pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E assim se manteve essa tradição que se tornou, em tese, despidianda, em razão do fato de o Vice-Presidente da República não ser mais, desde 1967, Presidente do Senado Federal. Fecho esse parêntese dessa curiosidade constitucional que remanesce no nosso Texto.

Mas o que é fundamental, e insisto no curso de minha exposição, é exatamente a necessidade de nós diferenciarmos o julgamento por um crime comum do julgamento por um crime de responsabilidade. No crime de responsabilidade, cuja consequência é o impedimento, apura-se infração político-institucional à norma constitucional, prevista no art. 85 e, é claro, nas disposições legais consequentes. E nós – quando dizemos nós, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado – faremos o julgamento para apurar se o crime existiu ou não.

Em síntese, é o que ocorre, porque muitas pessoas confundem e acham que o crime de responsabilidade, por ter o nome crime nessa expressão, tem alguma dependência de manifestação judicial prévia do Poder Judiciário. Não é nada disso. Nesse caso concreto, cabe ao Congresso Nacional exercer na plenitude os encargos do Poder Judiciário. Tanto assim que, nas manifestações recentes dos eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, ficou claro e remansoso que o Supremo Tribunal Federal não fará qualquer observação quanto ao conteúdo, quanto ao mérito do processo, tão somente será responsável por velar pelas observações relativas ao procedimento e à garantia do devido processo legal. Esse é o cunho fundamental dessa distinção.

E caberá a nós, eminente Senador Tasso Jereissati, Senadora Marta Suplicy, no uso e no exercício das funções de magistrado, termos o tirocínio e a capacidade de fazermos o que se chama em direito de livre convicção do juiz, qual seja, a capacidade e o conhecimento para, no caso concreto, apurarmos e definirmos se houve ou se não houve crime de responsabilidade.

A Senadora Simone Tebet, minha cara amiga, distinta companheira e par neste Senado Federal, professora de Direito Constitucional e Administrativo, conhece na inteireza esses dispositivos que trago aqui a lume, tão somente com o propósito de esclarecer a opinião pública. Muitas vezes, de fato, Senadora Simone, as pessoas confundem: algumas vezes, de modo proposital, o que é natural e curial na quadra política em que vivemos; de outras vezes, essa confusão decorre do desconhecimento técnico dos aspectos relativos ao impedimento.

Nós não temos no Brasil outras figuras de afastamento como existem nos Estados Unidos, como o *recall*. Aliás, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, do qual eu tenho a honra de ser Relator – já ultimo esse relatório, não acredito que seja o momento oportuno apresentá-lo e já expliquei isso ao eminente autor –, que permitiria também, em momento certo, o afastamento por questões relativas ao desempenho, mas isso não é o crime de responsabilidade.

Insisto e reitero que, no caso do crime de responsabilidade, estamos diante de infrações que são de natureza constitucional e elencadas de maneira clara. Até porque, no caso concreto ora sob exame, nós temos uma decisão do Tribunal de Contas da União que aponta, de maneira cabal, às mãos cheias, o rol de infrações que foram cometidas e que dão sustentação a essa figura.

A democracia, como um conjunto de mecanismos necessários para a efetiva participação do cidadão, necessita desses mecanismos para dar garantia à Constituição.

Escuto com atenção o aparte da eminente Senadora Simone Tebet.

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Senador Anastasia, antes de mais nada, eu peço desculpas a V. Ex^a por me atrever a fazer um aparte num pronunciamento tão brilhante e didático. V. Ex^a vem, através da TV Senado, uma tevê que hoje atinge todos os rincões deste País, dar uma verdadeira aula, não é uma aula de Direito Constitucional ou Eleitoral, é uma aula de cidadania, e eu acho importante passar para os cidadãos o que efetivamente está acontecendo. V. Ex^a fala da democracia, do sistema de pesos e contrapesos, faz referência ao art. 85 da Constituição Federal e à própria Lei de Crime de Responsabilidade, que é de 1950, mas recepcionada pela Constituição Federal, para mostrar exatamente que aquilo que está acontecendo hoje na Câmara de Deputados não é um golpe, aquilo que está acontecendo tem previsão constitucional, tem previsão legal e o que está sendo analisado na Comissão Especial é apenas, nesse primeiro momento, um juízo de admissibilidade. Ou seja, o que os Deputados estão fazendo ali é verificando se há indícios e se esses indícios são elementos

contundentes a ponto de se levar para o Plenário da Câmara de Deputados a seguinte pergunta: “Nós temos que iniciar ou não o processo de *impeachment*?” A partir daí, vem para o Senado, para que nós, numa decisão política, mas jamais à margem da lei ou da Constituição, num juízo de valor de cada um dos Parlamentares, analisemos: as pedaladas fiscais são crimes de responsabilidade ou não e são graves a ponto de se tirar uma Presidente do cargo? Os créditos extraordinários que foram realizados em pelo menos cinco ou seis decretos não enumerados, sem autorização do Congresso Nacional, do Senado Federal, é um crime de responsabilidade ou não e é grave a ponto de se tirar uma Presidente do cargo? Acho que esses esclarecimentos precisam ser feitos. E estou aqui, com muita tranquilidade, aprendendo com V. Ex^a. Eu estava brincando com o Senador Tasso que sou uma pupila, como muitos somos, de V. Ex^a, que sabe, com muita maestria, com muita tranquilidade, expor a questão de forma muito didática. Encerro minha fala somente preocupada com esse Governo. A impressão que tenho é de que aqueles casos que poderiam ser simples de serem resolvidos estão tomando uma dimensão muito maior. Acho que o Governo está, no afã de se salvar, cometendo, aí sim, crimes que podem ser muito claramente tipificados na Lei de Crime de Responsabilidade de 1950. Por exemplo – e aí quero deixar muito claro que ouvi pela imprensa – essa possível distribuição de cargos públicos para Parlamentares, no intuito de assegurar o voto do Parlamentar, do Deputado Federal no Congresso Nacional. Nada é mais grave do que isso, nem pedalada fiscal, nem crédito extraordinário sem autorização, nem possível nomeação do ex-Presidente Lula com intuito ou não – não estou aqui para dizer, não sei o que se passou na cabeça da Presidente da República – de garantir foro privilegiado ao ex-presidente. Nada é mais grave do que este crime, se acontecer, ou seja, utilizar-se de cargos que não são próprios, são públicos, portanto, da sociedade, para garantir, através de um suborno, de um leilão ou mesmo de qualquer forma de corrupção, um voto de um Parlamentar. Isso sim é grave! É nesse aspecto que vou ficar muito atenta, porque isso é muito sério e fere de morte a democracia brasileira. Obrigada e me desculpe pelo tempo da minha fala.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço em demasia à eminente Senadora Simone Tebet e tomo a liberdade de incluir *in totum* seu aparte no meu pronunciamento.

Quero agradecer suas palavras generosas, fruto de um gigantesco coração sul-mato-grossense, tão gentil e afetuoso.

Na realidade, Senadora Simone, estamos diante de uma quadra muito difícil da realidade nacional. É natural também, sob o ponto de vista da aflição do dia a dia político, que essas questões, como V. Ex^a bem aponta, possam atropelar outros princípios, outros institutos, como temos acompanhado pela imprensa. Isso é muito delicado. Tenho certeza de que nenhum Senador da República, nenhum cidadão brasileiro, seja empresário, seja trabalhador, seja um professor, um aluno, qualquer categoria de qualquer rincão do Brasil, deseja sentir, de fato, a crise que o Brasil atravessa, sob o ponto de vista ético, econômico, político, as dificuldades que estamos enfrentando. É muito triste observar essa realidade.

E lamentavelmente o Governo... Aqui desta tribuna, no passado, eu já alertava, já indigitava a falta de unidade, a falta de coordenação, a lacuna no planejamento, a omissão absoluta em diversos aspectos importantes que levaram a isso, inclusive, a um ponto interessante: V. Ex^a deve ter também tomado conhecimento, como eu, pelo noticiário, do parecer do Sr. Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, sobre a questão da indicação para Ministro do ex-Presidente Lula. De maneira até insólita e singular, num caso concreto, ele reconhece o desvio de finalidade claramente, o *détournement de pouvoir* tão famoso, para excluir o ex-Presidente do foro privilegiado, sugerindo, é claro, a manutenção da nomeação, mas que o foro remanescesse no primeiro grau. Quer dizer, é um caso único de desvio de finalidade reconhecido, no caso, o que é delicado.

V. Ex^a também traz aqui à colação aspectos que podem gerar ainda mais dificuldade, porque, aparentemente, agora sob ponto de vista político, o Governo erra e insiste na mesma tecla, no mesmo erro, em mecanismos que já não funcionaram no passado. Agradeço muito o aparte de V. Ex^a e sua gentileza.

Eu gostaria, ao concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, eminente Senador Elmano, de dizer, de fato,...

Antes disso, um aparte, então, ao Senador Tasso Jereissati, nosso companheiro do Estado do Ceará. E eu agradeço sempre pela recepção carinhosa de todas as terças-feiras.

O Sr. Tasso Jereissati (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Anastasia, eu não poderia deixar de apartear-lo e parabenizá-lo pela aula e pelo didatismo de sua exposição. Nesse momento em que o País vive uma crise tão grande, em que nós todos temos o interesse tão relevante de preservar a Constituição, para que ela não venha a ser arranhada um milímetro sequer e, ao mesmo tempo, temos essa ansiedade de ver acontecer esse processo que se desenvolve agora, de *impeachment* da Presidente, em função de vários acontecimentos, V. Ex^a, como sempre, com um didatismo excepcional, dá uma aula a todos nós do significado do *impeachment*, até onde ele é constitucional, por que é constitucional...

(Soa a campanha.)

O Sr. Tasso Jereissati (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... o que é crime de responsabilidade, quando se caracteriza como crime de responsabilidade. Quero até falar aqui que tanto a Senadora Marta quanto eu ouvimos boquiabertos a sua aula, a fluidez dessa aula, o didatismo dessa aula. Eu não poderia deixar de agradecer-lhe pela explicação, que torna tudo tão claro, como se fosse uma coisa muito simples. Parabéns.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Tasso. Agradeço muito suas palavras também, igualmente muito gentis e acolhedoras.

Concedo aparte à Senadora Marta Suplicy, havendo a paciência e a benevolência do nosso Senador Elmano.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Senador Anastasia, a quem tenho muito apreço: realmente foi uma aula muito esclarecedora. A didática, a fluência, a clareza das ideias... nos deu enorme prazer escutar. E o aparte da Senadora também,...

(Interrupção do som.)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – ... que é outra colega que tem feito inúmeras contribuições na área do Direito. Então, aqui, nós dois realmente – eu e o Senador Tasso – estávamos embevecidos. Essa é a palavra que descreve bem o nosso encantamento com uma exposição tão clara. E é muito bom que nós, aqui no plenário, estejamos aproveitando essa aula, mas sabendo que milhões de brasileiros, pela TV Senado e pelo rádio, também estão se aproveitando dela. Parabéns.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Marta, mas o nosso aprendizado é sempre coletivo: todos nós aprendemos muito uns com os outros.

É interessante observar, em caminho pelas ruas, em Belo Horizonte, no interior de Minas, que as pessoas me abordam sobre essa questão do *impeachment*, do impedimento. Aliás, é uma palavra utilizada em Inglês, mas que já se incorporou ao nosso vernáculo, na sua origem saxã, e as pessoas falam até... Algumas pessoas erram um pouco a pronúncia, mas todos conhecem o que significa. É interessante observar isso. Por isso, eu acho muito importante a nossa responsabilidade, de nós, como juízes no caso do *impeachment*, do impedimento, fazermos esses esclarecimentos prévios e tranquilizar a população, demonstrando que nós estamos garantindo a democracia, garantindo a Constituição, sob o velamento e sendo resguardados pela nossa Suprema Corte.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senador Anastasia, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Logo após o Senador Valadares, com muita honra, Senador Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com muita paciência e tranquilidade, V. Exª ocupa a tribuna, para falar sobre um tema bastante delicado, que é o impedimento de um presidente da República, algo que não acontece todos os dias, principalmente no regime presidencial, uma vez que isso causa um sentimento de trauma, de revolta em algumas pessoas, de divisionismo no Poder Legislativo, na sociedade. E não é fácil a convivência com um problema desse tipo, uma vez que a Presidente da República, por mais que esteja errada... trata-se de uma pessoa honesta. De uma pessoa que não subtraiu dinheiro público, para aumentar o seu patrimônio. Ou seja, não roubou. Mas cometeu falhas que, sem dúvida alguma, chamaram a atenção do Congresso Nacional e, conseqüentemente, da sociedade. Falhas que terminaram provocando uma crise que os especialistas chamam de “a crise perfeita”: A crise econômica misturada com a crise política, a crise ética. Afinal, estamos em um regime presidencialista. E V. Exª é autor de propostas que visam mudar o sistema e Relator de uma matéria da qual sou o Autor: é a implantação do *recall* no Brasil, que seria, por meio do voto popular, destituir não só o Presidente da República, como os Governadores e até Senadores da República. Infelizmente, essa proposta está aqui, no Senado Federal – e eu a reeditei em 2013 –, desde o ano de 2003. O primeiro Relator foi o Senador Pinheiro, do Estado da Bahia. Mas, por decurso de tempo – essa PEC ficou tanto tempo aqui, na Comissão de Justiça –, eu tive de apresentar outra PEC para substituí-la. E V. Exª foi designado o Relator, um relator com muita categoria, com muita competência. Eu tenho certeza de que essa PEC está sendo devidamente aperfeiçoada e contará com o meu integral apoio. Então, *recall* nós não temos para substituir a Presidente; o Parlamentarismo já foi derrubado anteriormente, e estamos tentando novamente reimplantá-lo. Agora não, por causa da crise e porque nós não queremos que esse projeto seja confundido com uma saída institucional fora da nossa Constituição. No futuro, quem sabe o futuro Presidente já seja de um regime parlamentarista. Estou apenas pedindo esse aparte a V. Exª para parabenizá-lo, felicitá-lo pela sua aula, já que V. Exª aqui, além de Senador, é professor também, continua com o seu jeito de falar e de convencer. Quero lhe dizer que, após esse mandato presidencial, nós temos de mergulhar em um novo sistema, em um novo modelo político; um modelo político que mantenha algumas prerrogativas do regime presidencialista, mas que haja um maior compartilhamento da responsabilidade do Congresso com o Poder Executivo.

Que o Poder Judiciário continua independente, soberano como é, mas que haja uma integração perfeita entre o que decide o Executivo partilhado com o Poder Legislativo. Aí, quem sabe, nós alcançaremos a paz política. E que os governantes que não estão administrando bem possam ser substituídos sem causar nenhum transtorno, nenhum constrangimento, nenhum trauma na Nação, como agora está acontecendo em nosso País.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, pelas ilustres observações que constam do seu aparte, cuja incorporação igualmente peço em meu pronunciamento. Lembrando a V. Ex^a, como Autor do instituto do *recall*, que o *recall* acaba sendo, no presidencialismo, o que é moção de desconfiança no parlamentarismo, só que, na moção de desconfiança, a queda do gabinete se dá no âmbito parlamentar. E o *recall*, no modelo norte-americano, conforme sugerido por V. Ex^a, no modelo presidencial, dá-se ouvindo os eleitores, ouvindo todos aqueles que votaram. Então, é claro que é um mecanismo mais complexo, mas muito bem acolhido. Tenho certeza, pretendo me desincumbir, com rapidez e celeridade, da missão e da honra que tenho de ser Relator desse projeto, da sua proposta de emenda à Constituição, ainda neste semestre, para que o seu debate seja bastante agudo, dada a oportunidade do assunto. Agradeço muito a V. Ex^a.

E, para concluir, o derradeiro aparte ao Senador Ronaldo Caiado. Pedindo escusas ao nosso Presidente, já encaminho para o encerramento.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado. Senador Anastasia, V. Ex^a, com muita tranquilidade e com o conhecimento profundo que tem, faz um relato, no dia de hoje, mostrando o quanto nós estamos tendo a cautela e a preocupação de seguir exatamente aquilo que é o respeito à Constituição brasileira, à manutenção do Estado democrático de direito, deixando claro, para que todos possam entender, que golpe significa exatamente o desrespeito, o descumprimento das normas legais e das normas constitucionais. Nós estamos aqui exatamente seguindo aquilo que o Supremo Tribunal Federal determinou, o parecer de todos os ministros daquela Casa, dizendo exatamente da constitucionalidade de todo o procedimento feito até esta data. E V. Ex^a, com toda a substância jurídica e o conteúdo que tem, dá um profundo detalhamento, para poder resgatar a história e também a jurisprudência brasileira, quando se trata dessa matéria. Eu quero parabenizá-lo. Concordo com o Senador Antonio Carlos Valadares em relação ao problema da mudança do sistema eleitoral brasileiro. É uma matéria que nós já debatemos longamente, e acredito que agora é o momento de nós repensarmos fortemente essas mudanças. Sei que o *recall*, como V. Ex^a coloca, é aplicado também nos Estados Unidos, mas só é viável onde nós temos o voto distrital; do contrário, é impossível fazer *recall*, quando se tem uma eleição única em todo o território. Enfim, são mudanças que acho que são de se rever: se o sistema de governo deverá ser este ou se nós iremos para um novo plebiscito e um novo formato. Mas o importante da fala de V. Ex^a nesta hora, e o parabenizo por isto, é no sentido de poder tirar totalmente qualquer dúvida, esclarecer a sociedade brasileira, desmentir e jogar por terra toda essa tese de que poderia haver algum fato que não fosse exatamente o cumprimento da Constituição.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Saúdo V. Ex^a, agradeço-lhe o aparte que me concede e o parabenizo por uma exposição lúcida, bem fundamentada, indiscutivelmente esclarecedora. Meus parabéns, Senador Anastasia.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Anastasia!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado. Meu mais recente concidadão de Belo Horizonte, onde recebeu, na semana passada, para nosso goáudio, o título de Cidadão Honorário de nossa capital, Belo Horizonte. Suas ponderações lúcidas e procedentes também recebem o meu reconhecimento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Peço vênua ao Presidente para conceder ao Senador Garibaldi a palavra.

Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Eu também quero agradecer a V. Ex^a essa aula, mas dizer que o que me impressionou foi que V. Ex^a ficou o tempo todo do seu discurso, que eu poderia chamar também de exposição, pontuando que era uma decisão política porque todos nós sabemos que é uma decisão política. Mas V. Ex^a usou uma linguagem técnico-jurídica que me deixou impressionado. Realmente, V. Ex^a detém conhecimentos de natureza jurídica, eu que sou apenas um bacharel em Direito, que me deixou, eu diria, até embevecido. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Garibaldi. As observações também muito afetuosas e generosas de V. Ex^a.

Eu queria, Sr. Presidente, concluir dizendo isto: simplesmente, fora da Constituição, não há solução. Nós devemos manter sempre os procedimentos, a defesa da democracia e a análise dos episódios, dos fatos ocorridos conforme e consoante dos ditames constitucionais. E é isso que está acontecendo agora. Tenho certeza de que é nessa toada que seguiremos aqui do Senado, caso chegue à apreciação desta Casa o processo de impedimento.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Antonio Anastasia, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

(Durante o discurso do Sr. Antonio Anastasia, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

(Durante o discurso do Sr. Antonio Anastasia, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Parabenizo o nobre Senador Antonio Anastasia pelo pronunciamento que se constituiu, conforme observações de alguns Parlamentares, não em um pronunciamento propriamente dito, mas, sim, em uma aula magistral para esta Casa e para o Brasil. Congratulo-me com V. Exª e o parabenizo pelo pronunciamento.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, queria ler dois requerimentos e submetê-los à aprovação desta Casa.

Primeiro.

Requerimentos nºs 223, 224 e 226, de 2016, dos Senadores Roberto Requião, Fátima Bezerra e Blairo Maggi. Solicitam, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal na 37ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, nos dias 24, 25 e 26 de abril do ano corrente.

Comunicam, nos termos do art. 39, item I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam os presentes requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Um outro **Requerimento de nº 227, de 2016**:

Requeremos a V. Exª, nos termos do art. 76, §1º, item I, do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por 11 Senadores titulares e 6 suplentes, para que prossigam, no prazo de prorrogação, as investigações de possíveis irregularidades na abertura de contas do HSBC de Genebra, na Suíça.

As despesas relativas à prorrogação dos trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R\$100 mil.

Leio o despacho do Presidente.

O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno.

Será publicada para que produzam os devidos efeitos legais.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de entrar, propriamente dito, ao que me traz a esta tribuna, queria fazer um registro.

No meu Estado, há uma ação da Funai e do Ministério Público Federal para extinguir dois municípios, Uiramutã e Pacaraima, por considerá-los em áreas indígenas. O Município de Pacaraima nasceu, sem nenhuma dúvida, de minhas mãos. Ajudei a criar aquele Município. De forma pacificada, foi feita uma consulta, um plebiscito junto à população indígena, e toda ela aprovou. Na verdade, o Município de Pacaraima viveu uma administração desastrosa, do atual Vice-Governador do Estado de Roraima, Sr. Paulo César. Ele plantou uma grande discórdia no Município, de forma que hoje há um sentimento, por parte de alguns povos indígenas, no sentido de tirar os dois Municípios.

Eu visitei vários ministros no Supremo Tribunal, inclusive o Relator, Celso de Mello, para colocarmos a necessidade da permanência desses Municípios. Mostramos como nasceram, a realidade, como eles podem

contribuir muito para aquela sociedade. Temos mostrado a necessidade da existência, da permanência daquele Município. Estivemos com quase todos os ministros do Supremo. Falta o Ministro Barroso, que veremos amanhã, quando, então, estará concluída a visita a todos os ministros, mostrando a necessidade da permanência dos Municípios de Uiramutã e Pacaraima.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, homens e mulheres da minha querida Roraima, ontem vocês viram a cena vergonhosa protagonizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, instituição tão defensora dos direitos do povo brasileiro, vanguarda do Estado democrático do Brasil, que manchou sua história, sua biografia, ao apresentar, sem nenhuma sustentação jurídica, um novo pedido de *impeachment*.

O Presidente da OAB, Dr. Carlos Lamachia, não conseguiu apoio da maioria dos advogados. Os que eram contra a atitude do Dr. Carlos gritavam: "Não vai ter golpe".

E a OAB apoiou a ditadura. Era o grito dos advogados, mas o Dr. Carlos fez ouvidos de mercador, porque só pensa em holofotes, só pensa em aparecer na televisão. Qualquer luzinha que ele vê ele já acha que é um holofote. Ele abre a geladeira, corre para a frente da geladeira e pensa que já é um holofote. Se tem um relâmpago, ele corre para lá e pensa que já é um holofote. E fica falando sozinho. Esse é o sentimento do atual presidente da OAB.

Ele deveria estar mais preocupado em unir aquela instituição tão importante na história brasileira na construção, na manutenção, no restabelecimento da nossa democracia. Deveria ouvir todos os membros sobre uma decisão tão séria quanto a de ontem. Ontem a OAB mais parecia aquele torcedor insatisfeito. Tem um time jogando, o torcedor está insatisfeito com o resultado e invade o campo. Ele não muda o resultado, mas ele aparece na televisão. Assim parecia ontem o presidente da OAB, invadindo ali o momento com um pedido de *impeachment* sem fundamento.

Primeiro ele usou a questão das pedaladas. Ora, se tem que tirar a Dilma por pedalada, tem que tirar mais 16 governadores. Segundo ele alega, a Presidenta fez concessões para as Olimpíadas. Então, se é para tirar a Dilma por isso, tem que tirar o Congresso todo, porque aqui foi aprovada essa medida provisória. Só não foi o Senador Medeiros e o Petecão, porque eles não estavam presentes; mas todos participaram efetivamente nessa aprovação.

Outra coisa que ele fala é que a Presidente Dilma nomeou ministro no Supremo para barrar a Lava Jato. Ele tirou isso de uma possível delação premiada do Senador Delcídio, mas, se tem que punir sem ouvir o contraditório, sem ouvir as pessoas que o Senador Delcídio declinou e acusou, tem que prender um bocado de Parlamentar, Senadores, Deputados, Ministros, ex-Ministros, etc. Mas não! Só tem que tirar o mandato da Presidente Dilma. Esse é o raciocínio desse senhor presidente hoje da OAB.

Noutra frente, Sr. Presidente, temos o PMDB. O PMDB que é sempre muito louco por cargos. Já tem a Presidência do Senado o Senador Renan. Tem a Presidência da Câmara com um denunciado de corrupção em 22 processos. Tem mais sete ministérios e mais quase mil cargos importantes no Governo.

Agora, quer a Presidência da República para o Dr. Michel Temer.

Dr. Michel Temer, não se engane! O povo não é bobo, não é marionete como pensa V. Ex^a. Se o Governo não está bem, a culpa, em grande parte, é do próprio PMDB, que ali sempre esteve ocupando os principais cargos dentro deste Governo.

V. Ex^a, que foi eleito junto com a Presidente Dilma, Dr. Michel Temer, não pode fazer cara de paisagem e articular fuga num momento difícil como estamos passando. Ninguém esperava por essa vergonhosa falta de compromisso. Ninguém vivo, mas, se o Aureliano Chaves estivesse vivo, se Itamar Franco estivesse vivo, que conhecem a traição do Michel Temer, eles naturalmente, ambos, esperariam isso.

Se o Governo estivesse em alta, sabe quantas vezes o Dr. Michel Temer articularia a fuga do PMDB do Governo? Nenhuma, nenhuma. O Vice-Presidente Michel Temer esqueceu que foi eleito por causa da Presidente Dilma, na mesma chapa.

Ora, tenhamos bom senso e mais compromisso com este País.

O Dr. Michel Temer, apesar de estar há muito tempo no poder, ainda não se acostumou com os holofotes. Antes mesmo do desfecho do *impeachment*, que não vai passar nesta Casa pelas pessoas de bom senso, ele já monta um time de conselheiros e preparou documento intitulado "Ponte para o Futuro" – que o Senador Requião diz: "Ponte para os Poderosos, não para o Futuro do Brasil" –, que seria a plataforma de seu governo.

Vejamos quatro membros desse time dele: Delfim Netto...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Concedido o aparte.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Telmário, vejam só. A decisão ainda há pouco do PMDB durou três minutos, no máximo quatro. E eu não vi, da parte do PMDB, ne-

nhuma autocrítica por ter sido sócio, por ter se consorciado com o Governo do PT ao longo desses últimos 13 anos, 14 anos. É a lógica da poesia do Chico Buarque de “jogar pedra na Geni” logo depois de degustar todo o sorvete e, agora, a duas semanas da votação do *impeachment*, desembarcar do Governo por ver nisso uma possibilidade. Nós estamos assistindo, Senador Telmário, a uma cena de oportunismo explícito por parte de um Partido que tem tido uma tradição, desde a redemocratização, de sempre apoiar governos e está vendo, nesta situação, uma possibilidade de assumir governos. Ora, é uma situação simples: o PMDB preside a Câmara dos Deputados; o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados é réu na Operação Lava Jato; o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, acabou de vir da Suíça descobrindo mais tantas contas do Sr. Eduardo Cunha lá, e não tem nenhuma providência em relação a isso, não tem uma autocrítica. É como se, nos erros que eles acusam, no grito de ódio que ecoou, lá do encontro, “Fora PT”, eles não tivessem participação nenhuma. Ora, eles apoiaram a eleição da Presidente Dilma em 2010. Eles estavam lá, juntos, e agora, há menos de dois anos, foram reeleitos juntos. Participaram desse consórcio governista, governam juntos, e os erros foram responsabilidade deles. Hoje, nós assistimos, lamentavelmente, a uma cena que em nada constrói a nossa República, uma cena deprimente da corrosão do sistema político brasileiro: o desembarque oportunista de um governo, quando o barco desse governo já está afundando, por parte de um Partido que, ao se comportar dessa forma, salvo honrosas exceções... Eu acho que há honrosas exceções nesse Partido...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Várias.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Há várias honrosas exceções, mas, com essa atitude de hoje, a sua história, que já foi outrora uma história honrada... A história do então MDB teve uma participação decisiva, fundamental, foi abrigo de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela, dos partidos comunistas na luta contra a ditadura, mas não tem nada, nenhuma relação, nenhuma simbiose, nenhuma aparência com este PMDB de agora. Hoje, nós vimos uma cena lamentável para a nossa democracia e para a República, uma cena de oportunismo político explícito.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Randolfe, eu incorporo ao meu discurso essa belíssima colocação de V. Ex^a, sempre com muita lucidez nesta Casa.

Eu, que fui militante do MDB, fico imaginando Ulysses Guimarães, Teotônio, Franco Montoro e outros grandes nomes, estadistas brasileiros, vendo aquela cena patética de dois denunciados de corrupção, um no microfone e outro do lado. Somando os processos do Senador Romero Jucá com o processo do Cunha, dá 30 processos, tudo envolvendo corrupção. E eles falando que vão para o lado do povo. Que povo? O povo não quer corrupto. O povo quer limpeza em praça pública.

Então, eu nunca vi tamanha demagogia: um Partido que esteve no ninho do poder à vida inteira e, em três minutos, toma uma decisão sem se redimir com o povo brasileiro, sem olhar na cara do povo brasileiro. Eles deveriam dizer: “Povo brasileiro, perdoe-nos, nós ajudamos a afundar este navio, mas nós somos ratos de navio, nós já estamos pulando fora”. Eu acho que o mais lógico e o mais correto seria ter falado isso.

Mas, voltando ao meu discurso, quero dizer que o Sr. Temer já escolheu seus conselheiros: Delfim Netto, que defendia o crescimento do bolo para depois reparti-lo. Realmente, ele conseguiu dividir o Brasil em vários brasis: o Brasil dos ricos e o Brasil dos pobres. E até hoje é um sofrimento. Se não fosse agora um governo socialista, muitas recuperações não teriam havido. Ou seja, o filho do pobre não estaria ao lado do filho do rico, não haveria o Luz para Todos, não haveria Minha Casa, Minha Vida, não haveria o Mais Médicos, não haveria Pronatec, Prouni, enfim, não haveria uma série de programas fantásticos que existem hoje no Brasil.

O outro, Marcos Lisboa, que não se define se é do PMDB ou do PSDB, mas sei que é um dos que ajudou a formular o programa econômico do então candidato derrotado Aécio Neves.

Senador José Serra, outro candidato derrotado e entreguista, que todo dia defende a entrega do pré-sal para os estrangeiros. Esses são os conselheiros dele.

O último conselheiro é para fazer o Brasil chorar: Senador Romero Jucá, citado inúmeras vezes na Operação Lava Jato, corrupto de carteirinha, que afundou o meu Estado e responde a inquérito no Supremo Tribunal por várias denúncias, de crime, formação de quadrilha, peculato e outras coisas mais. Por último, desacatou uma juíza no meu Estado, no Município de Mucajaí, no exercício da sua função. À propósito, nesta semana, mostrarei, detalhadamente, como ele e seu grupo político dilapidaram Roraima nos últimos 20 anos.

O PMDB tem integrantes da mais alta qualidade: Requião, Garibaldi, Senadora Rose e tantos outros. Há bons Senadores, bons políticos, bom quadro. Por esses bons quadros, o PMDB ora é partido, mas, ao mesmo tempo, tem um monte de bandidos; por isso, ora é facção. No meu Estado é facção: só pensa em roubar o meu povo.

Senhores, eu aqui quero finalizar dizendo que, se é de tirar a Presidente Dilma e deixar o Sr. Michel Temer, que façamos uma nova eleição, porque, se tirarem a Presidente Dilma pelo ato político agora, para deixarem o Michel Temer e alguns quadrilheiros que estão ao redor dele, eu vou entrar também com um pedido de

impeachment contra o Sr. Michel Temer. Se a Dilma não tem nenhum processo, como ele, que é denunciado, rodeado por políticos denunciados em corrupção neste País, vai governar o Brasil?

É a hora de o Brasil ser passado a limpo. Se querem limpar, tirem todos e punam todos os culpados. Mas, por trás disso, está muito clara uma fumaça: querem tirar a Dilma, porque o Governo de São Paulo, nas denúncias de corrupção lá, botou sigilo na Polícia Militar, no Metrô, por 25 anos. A Dilma não fez isso. Então, querem tirá-la e, quem sabe, fazer um grande acordo institucional para proteger os larápios da cadeia.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a ao tempo em que, pela ordem, eu concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, do Rede, do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – S. Ex^a Presidente Elmano Férrer, senhoras e senhores que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, hoje à tarde, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, foi realizado um importante ato, organizado pela sociedade civil, que visou apresentar ao Congresso Nacional, trazer aqui para o Congresso Nacional as chamadas “10 medidas de combate à corrupção”.

As dez medidas chegam ao Congresso Nacional a partir de um amplo apoio da sociedade civil brasileira, que, ao longo dos últimos meses, mobilizou-se, e traz mais de 1,6 milhão de assinaturas, ou seja, próximo de 2 milhões de assinaturas de apoio a um conjunto de medidas propostas pelo Ministério Público Federal que visam pôr fim ou, pelo menos, inibir em definitivo, na estrutura do Estado brasileiro, na triste tradição patrimonialista brasileira, o crime de corrupção.

Sr. Presidente, não me parece que a solução de todos os problemas e males da corrupção que há em nosso País se resolverá com o *impeachment* simplesmente, como alguns alegam. É como se toda a corrupção que existe no Brasil tivesse surgido nos últimos 14 anos e, afastando-se o Governo do PT, ela não existisse mais. A corrupção é um mal endêmico que está na estrutura do Estado brasileiro. Não há um governo do pós-rede-mocratização que não tenha tido mais de um escândalo de corrupção envolvendo agentes do Poder Público. Então, o que tem de ser modificada é a estrutura do Estado brasileiro. É preciso criar mecanismos legais que combatam a corrupção.

É por isso que a mobilização de hoje da sociedade civil não pode se limitar à mobilização que houve, no Auditório Nereu Ramos, para apresentar as dez medidas. As dez medidas se traduzem em projetos de lei e é necessário que nós os apreciemos o quanto antes aqui, no Congresso Nacional.

Permita-me, Sr. Presidente, rapidamente, discorrer sobre os eixos temáticos propostos pelo Ministério Público e pela sociedade civil e sobre os respectivos projetos de lei de cada um desses dez eixos temáticos para o combate à corrupção.

O primeiro eixo temático se define como prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação. Esse primeiro eixo temático parte de uma constatação: nós vivemos, no Brasil, um círculo vicioso de corrupção, Presidente Elmano Férrer. Esse círculo vicioso de corrupção se dá na esfera privada e também na esfera pública. Existe uma cultura deturpada e racionalizadora em que, de um lado, muitos particulares aceitam a corrupção como um modo de fazer negócios. Do outro lado, os agentes públicos aceitam a corrupção porque foram empregados para garantir a propina ou o benefício de quem os colocou lá. Quem os colocou lá? Aqueles que financiam as campanhas dos agentes públicos. Ou seja, é uma cultura que induz, que torna inevitável a participação no esquema, no círculo vicioso, como já disse, que beneficia e favorece o sistema de corrupção.

Inverter esse ciclo, inverter essa situação é uma possibilidade concreta e que já teve antecedente no mundo democrático. Um dos países mais corruptos no mundo, até bem pouco tempo, era Hong Kong, que passou da circunstância de ser uma das sociedades mais corruptas para hoje ser o 17º país ou sociedade mais honesta do mundo, segundo o *ranking* da Transparência Internacional.

E o que foi necessário ocorrer para essa inversão na realidade de Hong Kong? Foram três medidas. A primeira, investigação e punição efetiva da corrupção; a segunda, implementação de controles internos, transparências, auditorias, estudos e pesquisas de percepção da corrupção; e a terceira, educação e conscientização e *marketing* sobre a corrupção.

Esse primeiro eixo, Sr. Presidente, está apresentado, está traduzido aqui, no Congresso Nacional, a partir de quatro projetos de lei. Aqui, no Senado, eu tive a honra de apresentar esses quatro projetos de lei que dizem respeito a esse primeiro eixo de combate à corrupção, proposto pelo Ministério Público. São estes os projetos de lei relativos a esse primeiro eixo: O PLS 109, de 2016, que prevê regras de *accountability* no âmbito dos tribunais regionais federais, dos tribunais de justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e dos Ministérios Públicos; o segundo é o PLS 104, de 2016, que cria o texto de integridade de agentes públicos, já existente em outros Estados democráticos e em outras sociedades; o terceiro é o PLS 105, de 2016, que cria percentuais de publicidade – na verdade, ele disciplina percentuais de publicidade para ações e programas de combate à

corrupção por parte das instituições públicas; o quarto, nós disciplinamos o art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, estabelecendo o sigilo da fonte da informação que for responsável, que deu causa à investigação e à prática de ato de corrupção. Esse quarto projeto é o Projeto de Lei nº 97, de 2016. Esses quatro projetos de lei, de minha autoria – 109, 104, 105 e 97 – visam atender a esse primeiro eixo temático, essa primeira das dez medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público.

O segundo eixo temático, a segunda medida de combate à corrupção proposta pelo Ministério Público e pela sociedade civil: a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos. Há uma constatação, Sr. Presidente: hoje provar a corrupção no País é de uma dificuldade imensa. A impunidade e a dificuldade em provar a corrupção geram impunidade e incentivam o comportamento corrupto.

O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, é a criminalização do enriquecimento ilícito. Essa proposta já foi apresentada aqui, na Comissão do Código Penal, pelo meu amigo, meu companheiro Senador Pedro Taques. Essa segunda medida propõe a alteração do art. 312-A do Código Penal. E, na proposta aqui apresentada, nós apresentamos esse segundo eixo temático, conforme o Projeto de Lei nº 106, de 2016, que modifica o art. 312-A e tipifica o crime de enriquecimento ilícito de agentes públicos.

O terceiro eixo temático é óbvio: o aumento das penas e a transformação de corrupção em crime hediondo para corrupção de altos valores. Nessa proposta, partimos de uma constatação: é difícil descobrir o crime de corrupção; quando se descobre, é mais difícil provar o crime de corrupção; e, via de regra, no crime de corrupção, quando vai para ser julgado, a condenação acaba prescrevendo e o corrupto sai ileso.

Nós estabelecemos, no Projeto de Lei nº 98, de 2016, também de nossa autoria, que a corrupção passa a ser crime hediondo. Alteramos o art. 312 e seus parágrafos e os arts. 313, 316, 317 e 333 do Código Penal e ampliamos a pena, para o crime de corrupção, de quatro, como pena mínima, em regime semiaberto, e doze, como pena máxima. Ampliando a pena e o crime de corrupção, não vai ser mais possível o corrupto fazer o cumprimento de pena em liberdade, como, via de regra, acontece hoje no País. O projeto de lei referente a essa medida é o Projeto de Lei nº 98, deste ano, que apresentamos.

A quarta medida: o aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal. Hoje a regra de um corrupto é contratar um bom advogado. Contrata-se um bom advogado, e a regra do bom advogado é protelar a sentença condenatória, em última instância, ou protelar o julgamento do corrupto. Protelando, ele está baseado no protelamento do processo para adquirir, conquistar a sua impunidade.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós alteramos o Código de Processo Penal, no art. 580-A, para disciplinar o trânsito em julgado de recursos manifestamente protelatórios e, para isso, apresentamos o Projeto de Lei nº 94, de 2016; nós disciplinamos o pedido de vista nos tribunais, que também serve para protelar processos por corrupção e, para isso, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 95, de 2016; e nós sustamos a revisão somente para recursos que sejam cabíveis, alterando o Código de Processo Penal e, para isso, apresentamos o Projeto de Lei nº 96, de 2016.

Além disso, nós temos aqui, no Senado, a proposta de emenda à Constituição do Senador Ricardo Ferraço, relatada pelo Senador Aloysio Nunes, que nós temos que votar porque simplesmente consagra o entendimento já pacificado do Supremo Tribunal Federal de que aquele condenado, entre outros crimes, pelo crime de corrupção, já na segunda instância, a partir dali já deve iniciar o seu cumprimento de pena. Ora, Sr. Presidente, nada mais lógico do que aquele condenado, na segunda instância, iniciar de imediato o cumprimento de sua pena para inibir, inclusive, os recursos protelatórios.

A quinta medida: celeridade nas ações de improbidade administrativa. Existem duas causas de morosidade, Sr. Presidente, nas ações de improbidade. São elas a duplicação da fase inicial do processo, a concorrência de casos que são complexos com outros que são mais simples e que acabam ganhando prioridade em varas judiciais já sobrecarregadas.

Nessa medida cinco, Sr. Presidente, nós propomos a agilização da ação de improbidade administrativa, com a prioridade para ser julgada, e a criação de varas especializadas para as ações de improbidade administrativa. E modificamos o acordo de leniência, para que ele não passe a beneficiar as empresas que cometeram atos de corrupção como beneficia hoje. Para isso, nós apresentamos os Projetos de Lei nº 108, de 2016, 91, de 2016, e 92, de 2016.

Sexta medida, a reforma no sistema de prescrição penal.

Nessa medida, Sr. Presidente, nós propomos alterações em artigos do Código Penal que regem o sistema prescricional, com o objetivo de corrigir as distorções do sistema prescricional. Uma das alterações, Sr. Presidente, diz respeito ao art. 110, modificado com um conjunto de finalidades. A essa medida que altera o sistema de prescrição penal, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 93, de 2016.

Sétima medida, os ajustes nas unidades penais.

Nós propomos nessa medida uma série de alterações no capítulo de nulidades do Código Penal. Neste caso, especificamente, Sr. Presidente, as alterações têm os seguintes objetivos: ampliar as preclusões de alegações de nulidade e condicionar a superação das preclusões.

Esses ajustes são necessários, Sr. Presidente, para que as nulidades não sejam instrumentos alegados pela defesa para beneficiar, em especial, os corruptos.

A oitava medida, Sr. Presidente, tem sido defendida por nós há muito tempo: a responsabilização dos partidos políticos e a criminalização dos caixa dois.

É inaceitável, inadmissível, Sr. Presidente. Num período em que o Supremo Tribunal Federal já definiu que a contribuição de empresas para campanhas eleitorais não é mais aceita, não basta que se ajuste e fique somente nessa medida. É necessário, é fundamental que o caixa dois seja criminalizado, senão nós vamos ter caixa dois nas eleições, vamos ter novamente candidatos eleitos por esquemas de caixa dois nas eleições. E o resultado direto dos esquemas de caixa dois nas eleições é a permanência do político beneficiado por esse sistema.

Não basta proibir a doação de empresas. É necessário que o esquema de contribuição de empresas, de contribuição de empreiteiras, contribuição de políticos por esse sistema seja criminalizado.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 100, de 2016.

A nona medida, Sr. Presidente.

A prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado.

Consideramos esse um instrumento necessário e que tem sido, em parte, utilizado muito bem na Operação Lava Jato como uma variação, não dentro do tipo penal, do tipo legal que nós temos, porque nós ainda não temos no nosso arcabouço jurídico. Por isso estamos apresentando os Projetos de Lei nºs 101 e 102, para estabelecer a possibilidade de prisão preventiva para o corrupto, a fim de que o dinheiro desviado, resultado da corrupção, seja restaurado para os cofres públicos. Só é possível a devolução do dinheiro roubado se nós estabelecermos o mecanismo da prisão preventiva.

Por fim, Sr. Presidente, a décima medida.

A recuperação do lucro derivado do crime.

Essa medida traz duas inovações legislativas que fecham brechas na lei para evitar que o criminoso, Sr. Presidente, alcance vantagens indevidas. A primeira delas é a criação do confisco, alargado mediante a introdução do art. 91-A.

Sr. Presidente, em todas as democracias do mundo, em todas as experiências de Estado democrático de direito existe a possibilidade de o Estado recuperar o dinheiro que foi roubado pelo corrupto mediante o confisco dos bens que foram adquiridos indevidamente por parte daqueles corruptos.

Sr. Presidente, essas são as dez medidas propostas pelo Ministério Público Federal e apresentadas hoje por entidades da sociedade civil brasileira no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, como instrumentos de combate à corrupção.

Deixo aqui um alerta para a sociedade civil. Em um Congresso Nacional em que o Presidente da Câmara dos Deputados é réu em quase todo o Código Penal por crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e formação de quadrilha, dentre outros, eu lhes digo: não esperem boa vontade para a tramitação, na Câmara, desse projeto. Vai ser necessário pressão e mobilização mais e melhor do que foi a de hoje, melhor e mais organizada do que foi a mobilização de hoje. Uma simples reunião no Auditório Nereu Ramos não fará essas matérias serem aprovadas.

Eu tive a oportunidade e a honra de apresentar 18 dessas matérias, que são do Projeto de Lei nº 91, do Senado, até o Projeto de Lei nº 109, do Senado. E tenho certeza de uma coisa: se não houver pressão da sociedade, se não houver a mobilização do Ministério Público – porque o Ministério Público é quem foi o autor dessas medidas, e são iniciativas necessárias para combater a corrupção –, se ficar aguardando, esta Casa não vai aprovar, não vai apreciar nenhuma dessas matérias. Se ficarem aguardando a boa vontade do Congresso Nacional, os 18 projetos que aqui apresentamos vão dormir nas gavetas do Congresso Nacional, e sequer serão designados relatores. Não basta o Ministério Público ter incentivado a sociedade civil a pressionar, apresentar e recolher mais de um milhão e seiscentas mil assinaturas. Não basta. É necessário vir para cá, dialogar com os Parlamentares e fazer vigília permanente.

Eu repito, Sr. Presidente, a corrupção não reside somente naquele partido que está no Governo. A corrupção não reside unicamente naquele corrupto que preside a Câmara dos Deputados hoje em dia. A corrupção não está aí. A corrupção está no sistema legal, que favorece a corrupção. A corrupção está no aparato legal que beneficia o corrupto. E eu quero reiterar ao Ministério Público e às entidades da sociedade civil...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... não basta foto do ato de hoje. Se não houver mobilização aqui, para que esses projetos andem, avancem e tramitem, esses projetos – eu repito – não terão nem designação de relatoria e, daqui a algum tempo, nós voltaremos a lamentar o mais novo escândalo de corrupção que existe.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Randolfe, quando puder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Raimundo Lira, a honra é toda minha de ouvir o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Presidente, meu amigo Elmano Férrer. V. Ex^a falou em corrupção e me estimulou a fazer este aparte. Eu tenho dito sempre que nós temos dois instrumentos vigentes, na atividade política do País, que proporcionam essas condições de gerar um alto índice de corrupção na atividade. Podia haver isso, e não acontecer. Eu falo da reeleição e falo do financiamento empresarial de campanha. Eu fui Relator aqui da PEC da Reforma Política. A Senadora Fátima Bezerra, minha conterrânea, da paraíba, representando o nosso querido Estado do Rio Grande do Norte, sabe que fui muito firme naquela decisão de não colocar no meu relatório o que foi aprovado na Câmara, que era continuar o financiamento empresarial de campanha. O financiamento deve ser de pessoa física. Não são os eleitores que dão mandato ao Parlamentar, ao Governador, ao Senador, ao Presidente da República? Então, tem que ser o eleitor que vai também financiar, dentro das suas condições, o candidato. Já que ele dá o voto, que é o que há de mais sagrado em uma democracia, ele também vai dar a sua contribuição – repito – de acordo com as suas condições. E a reeleição criou também essas condições facilitadoras da corrupção. Eu verifiquei em alguns casos, por exemplo, que, quando o governador se elege, o primeiro dia é dia de festa e o segundo dia já é o dia da preparação da sua reeleição, trazer o maior número de partidos, o maior número de Deputados Estaduais, o maior número de empresas de comunicação, o maior número de prefeitos, ex-prefeitos e vereadores. Quer dizer, começa toda essa instrumentalização para que ele garanta a sua reeleição. É claro que nem todos fazem isso, mas é o que tem sido usual na atividade política do País. Então, a culpa de quem fez a corrupção, de quem promoveu a corrupção é das pessoas, mas nós temos que reduzir ao mínimo os instrumentos que possam proporcionar isso. Então, temos de acabar com a reeleição, temos de acabar com o financiamento empresarial de campanha e temos que equalizar os partidos, reduzir o número de partidos. Nós temos partidos que são pequenos, mas são ideológicos, são partidos que têm um programa de governo, que têm um estatuto bem elaborado. E nós temos muitos partidos pequenos que as pessoas montam para depois negociar principalmente o tempo de televisão. Isso também leva a um enfraquecimento da atividade política e tira um pouco da seriedade da atividade que é a mais importante no sistema democrático.

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Então, não sou contra partido pequeno. Eu sou contra partido que não tem ideologia, que não tem programa, que não tem objetivo, porque todo partido grande começou pequeno. Então, nós não podemos ser contra os partidos pequenos. Temos que ser contra aquilo que usualmente, Sr. Presidente, as pessoas chamam de partido de aluguel. Eram essas considerações que eu queria fazer, aproveitando o discurso de V. Ex^a, que é um dos Senadores mais brilhantes e respeitados desta Casa. Eu não poderia deixar passar esta oportunidade. Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Raimundo Lira, concordo com V. Ex^a sobre as duas medidas que também considero inevitáveis para termos instrumentos contrários à corrupção. A reeleição surge no Brasil emanada de um esquema de corrupção. Não é de agora o escândalo da adoção da emenda da reeleição em nosso País. Então, uma medida primeira, imediata deveria ser tomada por nós, deveria ser essa tomada por nós. E reputo que V. Ex^a tem sido alguém que tem defendido isso aqui, no plenário do Senado.

O Supremo deu uma contribuição importante, avançou quando definiu que a eleição deste ano não terá doação empresarial para os candidatos. Mas eu concordo com V. Ex^a que não basta a aprovação do projeto de lei que está aqui, no Senado, que é uma das dez medidas do combate à corrupção. É fundamental, é necessário criminalizar o caixa dois, senão nós transformaremos a eleição deste ano, que pode ser a primeira exitosa experiência da nossa democracia sem o financiamento empresarial de campanha, em um enorme laranjal, ou seja, cada um faz de conta que não recebeu de nenhuma grande empresa, de nenhum grande empresário, mas, na contabilidade paralela, no caixa dois, acaba recebendo...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...e utiliza um conjunto de laranjas para justificar as suas contas de campanha. Então, não basta proibir a doação empresarial de campanha. É fundamental, complementarmente, nós termos a criminalização do caixa dois.

Sr. Presidente, eu queria agradecer o tempo e a tolerância concedida por V. Ex^a. E eu quero reiterar: hoje é uma data importante, resultado da mobilização proposta pela sociedade civil, que trouxe aqui mais de 1 milhão de 600 mil assinaturas e dez medidas concretas para termos instrumentos de combate à corrupção. Repito: se não houver mobilização permanente e se o próprio Ministério Público, autor intelectual responsável pela iniciativa dessas dez medidas, não vieram para o Congresso Nacional e pressionarem pela aprovação, pela apreciação desses projetos de lei...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...que já foram apresentados, seja na Câmara, seja no Senado, acabará sendo a data de hoje um dia em vão.

Que não o seja! Que a sociedade se mobilize, e que possamos aprovar esses instrumentos, esses 18 projetos de lei como mecanismos concretos para combater a corrupção em nosso País!

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Congratulo-me com o nobre Senador Randolfe Rodrigues pelo oportuno e brilhante pronunciamento feito aqui nesta noite.

Pela ordem de oradores e oradoras inscritos, concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas, do PMDB, do Estado do Espírito Santo, Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Fátima, senhores funcionários desta Casa, eu queria, antes de tudo, registrar que hoje se encerrou o trabalho da Comissão de Orçamento, da qual V. Ex^a fez parte como Relator e membro. Eu queria aqui fazer um registo importante do quanto essa atividade implicou em que todos nós honrássemos o compromisso de fazer funcionar uma Comissão que, há muito tempo, deixava a desejar não votando o Orçamento anual, para o que foi destinada a própria Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Então, estou aqui, no dia de hoje, como Parlamentar, para dizer que sabemos – e o senhor sabe muito mais ainda – que metas possíveis são, de certa maneira, sempre um desafio que temos de superar todos os dias. Mas quero registrar que, há exatamente 365 dias, assumi a Comissão Mista de Orçamento, uma das comissões importantes, a mais importante Comissão desta Casa. É uma Comissão que estava travando internamente uma luta contra os desajustes da sua eficiência e da sua capacidade de cumprir seus compromissos. É uma das comissões que não poderia falhar nunca com o País. Sabíamos também, Sr. Presidente, que estávamos entrando em uma dessas lutas políticas para se conquistar e realizar um trabalho considerado por muitos como impossível.

Hoje, minha palavra aqui, ao lado de V. Ex^a, do Presidente que agora assume, Senador Raimundo Lira, é uma palavra de agradecimento mesmo, porque é um agradecimento a cada membro, titular ou suplente, daquela Comissão, aos Líderes, aos Relatores, a todos, que, como V. Ex^a, Senador Elmano Férrer, deram sua colaboração, num trabalho de diálogo, com presença, com dedicação e com compreensão. E, no final, conseguimos cumprir essa tarefa, que era tida como impossível de ser realizada.

Imagine o que é um País chegar ao final do ano e não ter o Orçamento para nenhuma área! O Governo, é lógico, como todo governo, ainda mais em crise, aproveita-se deste momento e trabalha com o duodécimo. Vai pagando aos pouquinhos, vai deixando de pagar, vai tirando investimento daqui, paralisando parcialmente o Brasil.

O resultado desse trabalho foi gratificante, não só pela companhia de V. Ex^{as} mas também pelo levantamento que foi mostrado antes daquilo que não foi realizado. Por exemplo, o levantamento feito anteriormente pela Secretaria da Comissão Mista de Orçamento apontava um crescimento de 139%, em média, de proposições aprovadas em 2015 e neste ano em relação ao número de 2014. Ao todo, Senador, 332 matérias foram apreciadas e votadas entre abril do ano passado e março deste ano, contra apenas 139 matérias em 2014, ano em que não houve Orçamento aprovado.

Nesse período, aprovamos também 45 mensagens da Presidência da República ao Congresso Nacional, que foram relatórios de avaliação do PPA, prestação de contas, mudança de meta fiscal e outras matérias, 105% a mais do que o ano anterior, quando o Orçamento, como eu disse aqui, não foi sequer votado, mostrando desrespeito ao povo brasileiro e ao próprio Congresso Nacional.

Quando assumimos, todos nós juntos, na condição de Presidente, eu me deparei com uma lamentável situação. Havia análise de prestação de contas presidenciais, como citei na oportunidade, pendentes há mais de 25 anos, o que é inadmissível!

Das sete que estavam pendentes, nós conseguimos votar as quatro restantes, e as outras já haviam sido iniciadas. Poderíamos ter lançado mais. Hoje, só faltou um pouquinho de tempo para que arquivássemos a conta que já havia sido apreciada do ex-Presidente Fernando Collor. Todas as contas da Presidente Dilma, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Itamar e do Presidente Lula foram votadas.

Deixamos de fazer a prestação de contas de 2014 em relação àquelas contas julgadas pelo TCU. Não foi possível levantar a questão de fundo da técnica usada para rejeitar as contas com as pedaladas fiscais, para que houvesse, como nas outras, um entendimento em um debate democrático, porque o nosso Relator, que havia feito o relatório com decisão contrária, não tinha os elementos dos balanços trimestrais para que pudesse apreciá-la. Nem tivemos a presença completa do Relator Augusto Nardes, que deveria estar naquela Comissão, como esteve o ex-Advogado-Geral da União, para esclarecer quais foram os elementos que ele usou para apreciar favoravelmente as contas da Presidente e negativamente o outro.

Então, apenas quanto às contas que estavam pendentes de parecer na Comissão – aliás, havia parecer de apreciação –, não conseguimos realizar a votação.

A CMO, Sr. Presidente, analisou e aprovou 71 avisos, que foram encaminhados ao Congresso Nacional: três do TCU sobre obras e serviços com graves indícios de irregularidade; quatro pareceres prévios do Governo Federal; e 64 outras matérias, representando, inclusive, novamente, um aumento de produtividade de cerca de 105% dos nossos trabalhos, se comparado com os da Legislatura passada, com apenas 26 avisos.

Foram aprovados 15 projetos de lei, oito medidas provisórias, sendo três créditos extraordinários. Segundo levantamento que está disponível na página da Comissão, foram realizadas 40 reuniões de comitês permanentes e de colegiados afins na Comissão. Tivemos 23 reuniões de colegiados, de líderes, produzindo 14 relatórios; duas reuniões do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COLI); quatro reuniões do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas da CAE; e uma do Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais.

Essa Comissão realizou, durante o período, 34 reuniões, duas de instalação, uma de eleição, uma não deliberativa, quatro ordinárias e 19 extraordinárias.

Esse número pode ser multiplicado por três vezes, uma vez que dezenas de reuniões foram suspensas e retomadas no dia seguinte, algumas delas até no mesmo dia, não entrando na computação geral do levantamento.

Em 2015, a Comissão de Orçamento também registrou outro recorde histórico, o aumento de 650% no quesito aprovação de ofícios encaminhados ao Congresso Nacional. Não deixamos de atender a um só requerimento para qualquer tipo de esclarecimento ou para a anexação de outros documentos importantes para a avaliação das matérias orçamentárias.

Nos últimos 12 meses, Presidente e Senador Elmano, foram analisados e aprovados 173 ofícios, sendo 34 sobre prestações de contas e 139 sobre matérias diversas, contra apenas 26 no mesmo período do ano anterior. Também teve rápida tramitação e análise – a todo momento, acontece este tipo de procedimento interno – a votação dos requerimentos de informações e de proposições. Todos foram encaminhados ao Senado e foram respondidos por qualquer autoridade componente do Governo Federal que precisava oferecer esclarecimentos à Comissão.

Não deixamos de fazer uma reunião ministerial. Levamos várias autoridades à Comissão, como o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Ministros de diversas áreas, para atender à demanda dos Srs. Parlamentares, Senadores ou Deputados, no intuito de esclarecer quais eram as matérias, a destinação daquelas matérias, o objetivo da suspensão da matéria, recursos que tiveram de ser remanejados e tudo o mais.

Então, digo que foram apresentados, em que pese registrar o laborioso trabalho dos técnicos daquela Comissão, 12.392 emendas e destaques no conjunto das peças orçamentárias.

Esses são os números que eu queria expor aqui e que revelam, por si só, o ritmo acelerado, o enorme volume de trabalho executado durante todo o ano passado pela Comissão Mista de Orçamento.

Faço aqui este parêntese não só para agradecer a dedicação e o empenho do Secretário da Comissão, de todos os membros e de todos os servidores da CMO, mas também para reconhecer que temos uma equipe de trabalho muito diligente nesta Casa. Ressalto a responsabilidade que eles têm em ajudar a elaborar pareceres permanentemente, pareceres esclarecedores. Eles são responsabilizados pela verdade, pela teórica que é colocada nesses documentos.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senadora, a senhora me permite um aparte?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – A senhora, no seu pronunciamento, agradece àqueles que contribuíram, Senadores e Deputados, com o trabalho na Comissão Mista de Orçamento. Eu, como membro

também dessa Comissão, esta Casa, a Câmara dos Deputados e o povo brasileiro é que temos de agradecer a V. Exª pelo trabalho diuturno, pelo trabalho dedicado e persistente. Foi uma Presidente durona na condução dos trabalhos, na cobrança. O trabalho que V. Exª realizou como Presidente da Comissão me impressionou. Aliás, essa é a impressão que tenho de V. Exª ainda na sua passagem pela Câmara dos Deputados, com uma brilhante atuação. É reconhecida pelo Brasil inteiro: Rose de Freitas! Quem não ouviu na Voz do Brasil, várias vezes, citações diárias da atuação de V. Exª na Câmara dos Deputados, lutando pela grandeza do Estado do Espírito Santo? Nesta Casa, a senhora, como Presidente da Comissão, impressionou-me sob todos os aspectos, inclusive pelos resultados que V. Exª está apresentando neste plenário aos Senadores, às Senadoras e ao Brasil. V. Exª, como eu já disse uma vez, tem o perfil – ouviu, meu nobre Senador Raimundo Lira? – de Presidente desta Casa. Aliás, não sei se alguma mulher já presidiu o Senado da República. Parece-me que não. Rose de Freitas, meu nobre Senador, é uma pessoa com o perfil de conduzir esta Casa para o bem do Brasil. Nesta oportunidade, eu queria parabenizar V. Exª. Sou testemunha da grandeza e do trabalho que V. Exª realizou como Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Parabéns! Que Deus ilumine, guarde e guie a senhora sempre no seu trabalho, em prol da grandeza do Espírito Santo e do Brasil.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Senador, eu conhecia tantas qualidades do senhor, mas não conhecia essa generosidade toda. V. Exª foi um dos últimos companheiros que conheci nesta Casa. Conheci sua história, e sua história é tão emocionante quanto suas palavras que deixa aqui agora. É um homem simples, humilde, sempre solidário, cativante. Eu lhe quero agradecer.

Não sou merecedora de todas elas, mas, por certo, o senhor me chama ao dever e à responsabilidade para tentar chegar perto daquilo que o senhor acaba de dizer.

Muito obrigada ao senhor pela companhia na Comissão, pela dedicação, pelo trabalho que fez, um trabalho irretocável. Todos os trabalhos tinham sempre uma polêmica, e V. Exª não teve.

Eu agradeço muito essa feliz coincidência de estarmos juntos nesta sessão de prestação de contas.

Ao fazer a homenagem, quero fazê-la também a todos que trabalharam conosco na Comissão, a todos os secretários, a todas as pessoas que lá estiveram.

Quero dizer a essa equipe de Consultoria de Orçamento que não devem nada a nenhuma equipe do Ministério da Fazenda, do Planejamento. Eles são dedicados a assessorar os Parlamentares das duas Casas e sempre contribuíram para aquele orçamento. E ficaram tão felizes ao ver o orçamento chegar ao final! Depois de tantos anos sem ter sido votado, por várias vezes foram omitidas as verdadeiras, as grandes informações e requisitos necessários para funcionar melhor o País. Muitas vezes, um pouco de displicência, talvez; até de compromisso com a realidade do Brasil.

Então, eu queria agradecer, falar do Perezino, do pessoal, mas falar sobretudo desse excelente trabalho, que não posso deixar de registrar. Quem nos vê trabalhando pensa: “a Senadora trabalha muito, o Senador Elmano é um lutador, o Senador Raimundo Lira é dedicado.” Mas saibam que conosco, em todos os momentos, como estão vendo aqui pela televisão, nós temos técnicos, integrantes, membros que trabalham, que fundamentalmente nos dão elementos para qualificarmos os trabalhos que nós fazemos. Portanto, tenho segurança para chegar aqui e falar que todos os embates travados com Ministérios, técnicos do Governo, na elaboração do processo do orçamento, contam com a ajuda dessa equipe toda que esta Casa tem.

Quero destacar também que não é fácil fazer esta prestação de contas em um País em crise. Talvez tenha sido a única Comissão Mista desta Casa que tenha funcionado todo o tempo; uma crise como essa, cheia de perplexidades, cheia de indagações e fundamentando muita insegurança para este Brasil inteiro.

Todos soubemos o que aconteceu hoje com o PMDB, mas nós não sabemos o que acontecerá amanhã. Todos estamos estagnados, este Congresso amordaçado, a sociedade.

Chamou-me muito a atenção o movimento que houve no Rio de Janeiro. Um garoto de quatro anos foi morto por uma bala perdida, e o povo foi para a rua, em grande número, posicionando-se.

Há uma palavra que está na boca dos brasileiros, que eu vi estampada num jornal e que me sugere que ela seja dita sempre agora por nós mesmos, por nós que somos representantes do povo aqui, no Congresso. A palavra é “chega”! Não é possível tantas coisas que deixam de fazer e que podem ajudar a população brasileira.

Nós temos que ter argumentos, nós temos que travar as nossas lutas, mas temos um padrão, um chefe, que é o povo brasileiro. Foi ele que nos colocou nesta Casa, que nos deu tarefa.

Eu fui Presidente dessa Comissão não por coincidência do destino. Foi uma delegação que meus companheiros de todos os partidos me deram, mas eu não posso deixar de lado o mérito dessa questão, que é exatamente você representar, em todo momento, a toda hora, em qualquer lugar, os interesses da Nação brasileira.

Portanto, eu queria destacar que, nesse cenário de crise, nós procuramos, mais do que nunca, cumprir o nosso dever. V. Exª esteve lá, está aqui. Chama-me a atenção como são dedicados os seus gestos nesta Casa

em relação a superar as dificuldades que são postas diante do Congresso Nacional, tão desgastado diante da opinião pública.

Eu não gosto, Senador, jamais, de dizer o que eu vou dizer aqui agora: a classe política está desgastada, uma crise sem nenhuma solução e nenhuma saída, e parece que só o gestual político vai nos tirar dela. Não vai. Não vai mais!

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Portanto, nós precisamos fazer aquilo que nós fizemos, que é apostar na superação das nossas dificuldades. Ainda que as chances sejam remotas, ainda que elas sejam pequenas, nós temos que despertar uma fagulha de interesse e de confiança na população brasileira na nossa representatividade, na nossa representação aqui.

Esse desafio, eu digo aos senhores que foi duro, foi angustiante, mas eu nunca pensei em desistir, como não penso em desistir jamais de que nós sejamos capazes de nos unir, em algum momento, e insistir que em um processo de negociação e entendimento – e aqui não estou falando de cargos, não estou falando de trocas materiais de qualquer natureza –, nós consigamos apostar com todas as nossas energias na saída dessa crise em que o País está.

Eu dei a colaboração, os senhores também deram, aprovando o Orçamento da União, aprovando o PPA, a LDO, a LOA e dizendo que cumprimos com nossas responsabilidades.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Hoje, eu vi, em um jornal, uma mensagem que foi enviada pelo ex-Ministro Joaquim Levy, com quem nós tivemos vários, inúmeros debates madrugadas adentro.

Vou concluir.

Sempre repito – inclusive, o povo capixaba, ouvindo-me, vai saber – um versículo de São Paulo, que diz: “Muito será cobrado a quem muito houver confiado.”

Tenho certeza de que estamos vivendo um momento de provação, para saber quantos de nós e quantos deles, do outro lado do passeio, da calçada, lembrar-se-ão de que temos que retribuir com gestos mais ousados, mais destemidos, mais coerentes e mais pertinentes para tirar este País da crise.

Nós fizemos o nosso trabalho na Comissão de Orçamento. Agradeço a todos. Ninguém foi protagonista sozinho. Todos protagonizaram uma cena de conluio das boas ideias e do bom comportamento político.

Nós não deixamos construir uma peça de ficção. Aliás, Senador Raimundo Lira, que está há mais tempo nesta Casa, V. Exª sabia e sempre soube que todos os anos vinham orçamentos inexecutáveis para esta Casa. Nós fizemos um orçamento transparente. A primeira palavra de todos nós foi: “queremos um orçamento verdadeiro. Se a inflação é essa, ponha o número certo; se o PIB é esse, vamos trabalhar com esse número, mas realisticamente.”

Faço um agradecimento de público ao ex-Ministro Joaquim Levy, pois em todos os momentos ele nos ofereceu os dados e os elementos necessários para concluir esse trabalho com dignidade.

A luta não acabou. É apenas um daqueles momentos em que se consegue vencer um desafio que parecia impossível. É uma etapa, mas não há tempo para se descansar. O Brasil precisa muito de que estejamos dedicados e atentos às suas aflições e aos seus desafios.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que o Brasil, Senadoras e Senadores, merece mais. Então, vamos seguir em frente e lutar juntos para que este Brasil possa, de verdade, contemplar a confiança e abafar a angústia do povo brasileiro.

Agradeço as palavras de V. Exª e agradeço a tolerância pelo tempo, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Srª. Rose de Freitas, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Rose de Freitas, por favor, fique um pouco mais na tribuna, porque quero dizer que sou testemunha do trabalho de V. Exª na Comissão de Orçamento.

Reconheço o seu trabalho por duas razões: primeiro, porque fui Presidente da Comissão de Orçamento no momento em que não havia crise econômica no País e em que a Câmara dos Deputados tinha em torno de seis ou sete líderes.

Conheço o trabalho de V. Ex^a, porque, no seu mandato, eu fui Relator do Orçamento do Ministério dos Transportes. Portanto, eu estava próximo, acompanhando o trabalho de V. Ex^a. Em um ano de grandes dificuldades econômicas, em um ano de crise política, V. Ex^a foi firme, determinada, não só sob o ponto de vista da competência técnica, mas também da competência administrativa e de liderança.

Então, este depoimento que estou dando a V. Ex^a da Presidência do Senado é um depoimento com conhecimento de causa. V. Ex^a terminou hoje o mandato de Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Portanto, pode sair desta tribuna e ir para casa, sabendo que cumpriu o seu dever, o seu papel como representante do povo do Espírito Santo. Prestou um grande serviço ao povo brasileiro, em um momento de grandes dificuldades. V. Ex^a estava no lugar certo, na hora certa.

Parabéns, Senadora Rose de Freitas!

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, mais uma vez, muito obrigada por tudo, inclusive pelo apoio que nos deu dentro da Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna a Senadora Fátima Bezerra, representante do Estado do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a, uma vez que hoje foi um dia de agenda muito intensa. Estive tratando de demandas do interesse do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, e participei de diversas reuniões. Portanto, só agora é que tenho tempo de ocupar a tribuna.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, especialmente ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, quero aqui, mais uma vez, voltar ao tema da conjuntura, neste momento delicado que o País está vivendo, momento esse em que aqueles, repito, que não se conformam com o veredicto popular, aqueles que, derrotados nas urnas, tentam agora travestir de legalidade um golpe, sob o argumento de que o *impeachment* está previsto na nossa Constituição.

A todo momento, Sr. Presidente, a gente vê o esforço da mídia tradicional, quando coloca, inclusive, no ar Ministros do Supremo Tribunal Federal, como o Presidente daquele Tribunal, Ricardo Lewandowski, o Ministro Luís Roberto Barroso, além de outros ilustres juristas, dizendo que *impeachment* não é golpe, pois tem previsão constitucional.

Ora, isso é o óbvio! Na verdade, ninguém está aqui discordando disso de maneira nenhuma. O que nós queremos deixar claro, no entanto, é que, quando dizemos que o *impeachment* da Presidenta Dilma é ilegal, não estamos falando da legalidade do instrumento em si, até porque, repito, o *impeachment* está previsto na Constituição. O que nós estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, é o mérito do *impeachment*.

O que acontece é que o instrumento constitucional, em nosso entendimento, está sendo irregularmente, indevidamente usado para tentar afastar uma Presidenta que não é acusada, até o presente momento, de crime nenhum. Por isso é que nós, mais uma vez, reafirmamos aqui que o pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma, apesar de previsto na Constituição, é flagrantemente ilegal, porque não há comprovação de crime de responsabilidade direta por parte da Presidenta. Ou seja, o fato de o instrumento do *impeachment* estar previsto em lei não significa que possa ser aplicado a qualquer pessoa, em qualquer situação, sem que haja indícios de materialidade do crime.

Aliás, aqui é importante também ressaltar que o processo, inclusive, de *impeachment* contra a Presidenta Dilma não tem nada a ver com a Operação Lava Jato, até porque a Presidenta Dilma não é alvo de qualquer denúncia de corrupção. De que acusam a Presidenta Dilma, então? Das chamadas pedaladas fiscais, que são um procedimento de gestão de orçamento público, usado rotineiramente em todos os níveis de Governo: Federal Estadual e Municipal. As chamadas pedaladas são mecanismos utilizados, inclusive no atual mandato, por 16 governadores estaduais, muitos da oposição, para garantir a execução de políticas públicas. Não se trata de crime de responsabilidade. Havia jurisprudência: Itamar fez, FHC fez, Lula fez.

E, em todos os casos, o TCU inclusive validou.

Mas também se alega como motivo, no pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma, a chamada edição de decretos de abertura, assinados pela Presidenta e pelo Vice-Presidente Michel Temer.

Eu não vou aqui discorrer sobre o mérito da edição de decretos de abertura de créditos. Quero apenas lembrar que se a assinatura desses decretos for considerada crime para apelar do poder uma Presidenta eleita, que teve o voto de mais de 54 milhões de eleitores e eleitoras pelo Brasil afora, se o argumento da edição de decretos de abertura de crédito for usado contra a Presidenta Dilma para pedir o seu *impeachment*, então é bom aqui lembrar que o Vice-Presidente Michel Temer também assinou vários deles. Ele também teria que sofrer o processo de *impeachment*.

Como lembrou o Presidente do Supremo, em declaração feita ontem, “golpe” é palavra do mundo político, e é bom que a opinião pública esteja consciente de que, ao contrário da Presidenta Dilma, os políticos que farão o seu julgamento político estão, muitos deles, sendo investigados, a começar pelo Presidente da Câmara, que, enquanto atrasa, trava, por meio de manobras regimentais, o seu próprio processo de *impeachment*, acelera o da Presidenta Dilma.

Além disso, dos 65 integrantes da Comissão que trata do pedido de *impeachment* ora instalada na Câmara dos Deputados, dos 65 Parlamentares, pasmem os senhores e as senhoras, mais da metade, portanto, 37 deles têm contas a acertar com a Justiça, na medida em que 37 dos 65 que compõem a Comissão de *impeachment* na Câmara dos Deputados estão sendo acusados, estão sendo investigados por corrupção.

Mais ainda, Sr. Presidente, o responsável pelo pedido de *impeachment*, o Presidente da Câmara, já é réu, está respondendo a vários inquéritos, acusado de ter recebido mais de R\$52 milhões em corrupção, desviados de recursos da Petrobras; está sendo acusado de ocultação de bens e patrimônio, bem como está sendo acusado também de ser dono de depósitos milionários em contas secretas na Suíça e em outros paraísos fiscais.

Isso é um escárnio, Sr. Presidente. Como é que, de repente, o atual Presidente da Câmara – repito –, o responsável pelo processo de *impeachment*, réu, respondendo a esse conjunto de crimes que está sendo atribuído a ele, responde também a processo por quebra de decoro no Conselho de Ética daquela Casa, tem se utilizado de manobras regimentais para protelar, para travar, para atrasar o seu processo de julgamento no Conselho de Ética, ao mesmo tempo em que acelera o processo de *impeachment* contra uma Presidenta sobre a qual, até o presente momento, não paira absolutamente nada que desabone a conduta ética daquela mulher?

Isso é um escárnio. É um escárnio. A convicção que eu tenho é de que o *impeachment*, além de se dar nessas circunstâncias, seu julgamento político é feito por boa parte inclusive de políticos que respondem a acusações de corrupção. Podem dizer o que quiserem dessa mulher, mas não podem, de maneira nenhuma, acusá-la do ponto de vista da seriedade, do caráter, da ética e da honestidade.

Então, um processo de *impeachment* nessas circunstâncias, além de um pedido de *impeachment* sem fundamento legal, na medida em que não há comprovação de crime de responsabilidade contra a Presidenta, não tem outro nome a não ser golpe. Golpe! Golpe! Não é golpe contra a Presidenta Dilma, é golpe contra a democracia, é golpe contra o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui dizer que tenho a convicção de que esse processo de *impeachment* será derrotado, porque o Brasil não merece isso, de maneira nenhuma.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que não tenho dúvida de que muitos que apoiam esse *impeachment* travestido pretendem abafar a Lava Jato, que já tem políticos de vários partidos denunciados, inclusive do PMDB e do PSDB. Querem abafar as investigações que os envolvem e deixar toda a culpa para o PT.

E pergunto: o que o País ganharia se o golpe vingasse? Para responder a essa pergunta, faço minhas as palavras do jornalista Igor Fuser, doutor em Ciências Políticas pela USP e professor da Universidade Federal do ABC.

Diz o Prof. Igor – abro aspas –: “O Brasil se tornará um País conflagrado, por culpa da irresponsabilidade e da ambição desmedida de meia dúzia de políticos incapazes de chegar ao poder pelo voto popular.”

Não se enganem, meus caros ouvintes, se o golpe se consumir, todas as propostas conservadoras derrotadas nas urnas de 2014 – refiro-me às propostas conservadoras que o candidato derrotado Aécio planejava colocar em prática se fosse eleito – seriam efetivadas, trazendo para o País mudanças muito diferentes do que querem os que hoje vão para as ruas pedindo inclusive o *impeachment* da Presidenta.

Peço permissão, Sr. Presidente, para rapidamente ler um trecho do artigo do Prof. Igor, que alerta justamente para esse retrocesso.

Diz o Prof. Igor Fuser, da USP – abro aspas –:

O presidente golpista irá, com toda certeza, mudar as leis trabalhistas, em prejuízo dos assalariados; revogar a política de valorização do salário mínimo; implantar a terceirização irrestrita da mão de obra; entregar as reservas de petróleo do pré-sal às empresas transnacionais (como defende o [seu parceiro] Senador José Serra); privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal; introduzir o ensino pago nas universidades federais, como primeiro passo para a sua privatização; reprimir os movimentos sociais e a liberdade de expressão na internet; expulsar os cubanos que trabalham no Programa Mais Médicos; dar sinal verde ao agronegócio para se apropriar das terras indígenas; eliminar a política externa independente, rebaixando o Brasil ao papel de serviçal dos Estados Unidos. É isso, muito mais do que o mandato da Presidenta Dilma ou o futuro político de Lula, o que está em jogo na batalha do *impeachment*.

Diz ainda o Prof. Igor:

É um engano supor que a economia irá melhorar depois de uma eventual mudança na Presidência da República. Todos os fatores que conduziram o País à atual crise continuarão presentes, com vários agravantes. A instabilidade política será a regra. Os líderes da atual campanha golpista passarão a se digladiar pelo poder, como piranhas ao redor de um pedaço de carne. E Dilma será substituída por um sujeito fraco, Michel Temer, mais interessado em garantir o seu futuro, certamente uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, e em se proteger das denúncias de corrupção do que governar efetivamente.

A inflação continuará aumentando e o desemprego também. No plano político, o Brasil mergulhará num período caótico de forte instabilidade.

Fecha aspas.

E agora pergunto: é esse o País que queremos? Tenho certeza de que não. Tenho certeza de que não é isso que querem os 54 milhões de eleitores da Presidenta Dilma. Mais do que isso, tenho certeza também de que boa parte daqueles que estão nas ruas hoje, sem saber inclusive ao certo pelo que brigam, também não quer isso para o Brasil de maneira nenhuma.

Por isso estamos confiantes de que a população está cada vez mais acordando para os riscos do que seria um processo de *impeachment* nessas condições, sem fundamento legal e, portanto, um golpe, e um golpe de consequências trágicas para as instituições democráticas do nosso País e para a imagem do próprio Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui desde já reiterar o nosso convite para, na próxima quinta-feira, aqueles que defendem a legalidade, aqueles que neste momento entendem que o que está em jogo é a defesa da democracia ocuparem as ruas deste País, para que possamos, mais uma vez, fazer uma manifestação de caráter pacífico, mas com muita convicção de defender a Constituição, de defender a democracia e de defender as conquistas sociais e trabalhistas dos últimos 13 anos.

No dia 31, Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida de que o movimento de resistência ao golpe será cada vez maior, até porque assim está se pronunciando a sociedade civil pelo Brasil afora.

Nós vimos ontem, aqui no Congresso Nacional, de um lado, a direção formal da OAB apresentando um pedido de *impeachment* e, por outro lado, a reação forte dentro da própria OAB, dentro do ambiente daqueles que militam em defesa da justiça se insurgindo cada vez mais contra a atitude equivocada e infeliz da OAB de aderir a um processo de *impeachment* sem base legal, sem fundamento legal.

Não é só a dissidência no campo da OAB que se multiplica em todo País, com atos em defesa da democracia, que está tomando conta do País, tendo à frente juristas, operadores de direitos, advogados e advogadas respeitados em todo o País.

Na verdade, esse movimento está ganhando as universidades, está ganhando as escolas, está ganhando corpo nas comunidades religiosas. Ou seja, esse movimento de resistência, em defesa da legalidade democrática e contra o golpe está cada vez mais crescendo. O Brasil está acordando para os riscos à nossa democracia ao se consumir um *impeachment* nessas condições, sem base legal e sem fundamento legal.

Por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que, no próximo dia 31 de março, data de aniversário do golpe militar que nos jogou nas sombras da ditadura por mais de 20 anos, nós daremos o nosso grito de liberdade muito mais forte ainda, para dizer que o fascismo não passará, que desta vez não vai haver golpe, até porque golpe não é a solução para a crise. Muito ao contrário: golpe é o agravamento e o prolongamento da crise.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora para ocupar a tribuna, declaro encerrada a presente sessão deliberativa ordinária deste dia.

Boa noite, muito obrigado. Meus agradecimentos a todos os colaboradores, assessores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado.

Boa noite.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 44 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2016 (nº 84/2015, na Casa de origem) vai à CRE, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

Arquivamento

Tendo sido apreciado terminativamente pela CAE, o Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015, rejeitado, vai ao Arquivo.

Aviso do Ministro de Estado da Fazenda**SENADO FEDERAL AVISO Nº 16, DE 2016**

(Nº 100/2016, NA ORIGEM)
(DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA)

Brasília, 28 de Março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

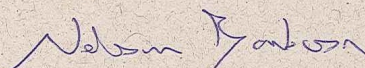
Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **fevereiro de 2016**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Informo que as consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do endereço sadipec.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito", preenchendo-se o formulário de consulta e clicando-se em "Pesquisar". Por sua vez, os Anexos 1 e 2 deste Ofício poderão ser encontrados no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>, no link "Consultar indicadores fiscais e de endividamento".

Atenciosamente,


NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 1

Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Período: de 12/2000 a 12/2015

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) até 12/2014 e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) a partir de 04/2015

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 21/03/2016																		RS mil
UF	Divida Consolidada Líquida - DCL																	
	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	30/04/15	31/12/15	
AC	705.834	653.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.022	1.498.775	1.917.189	2.335.080	3.153.725	2.884.017	3.105.702	3.825.476
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	7.599.503	7.998.416	9.186.835	9.384.444	9.677.269	10.710.404
AM	1.925.679	1.568.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.958	1.648.844	1.479.388	2.270.924	3.396.341	2.898.590	3.448.038	504.958
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	347.815	595.232	927.593	1.656.631	1.183.087	1.303.683	1.063.794
BA	8.362.657	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	10.617.350	10.877.168	10.331.578	10.536.949	13.387.755	16.171.209
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902	6.084.983	5.856.320	7.582.150	9.535.432
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.432.931	2.243.967	3.618.924	3.072.136	3.547.360	4.657.950
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.301	1.335.776	1.633.945	2.190.888	3.182.321	2.953.030	3.290.430	3.748.619
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.553.278	11.697.404	13.680.116	12.770.815	14.378.869	14.104.042	14.951.661	15.643.479	15.560.153	17.119.935
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.805.114	3.659.267	3.494.341	4.694.372	4.538.107	4.846.401	6.426.323
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.707.078	44.692.747	51.560.659	52.264.415	60.499.483	67.779.833	70.461.771	79.111.025	85.268.467	86.679.725	92.404.197	102.592.256
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.201	6.001.254	6.117.159	6.207.989	5.839.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.955.693	7.350.753	7.949.594	7.654.768	n.d.	n.d.
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.121.225	2.712.172	3.338.825	4.633.931	4.557.032	4.767.048	5.240.719
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	2.020.245	1.372.729	1.378.888	1.503.963	1.506.617	1.761.822	2.020.941
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.583.380	1.809.843	1.492.822	1.651.102	1.888.630	2.736.794	2.574.363	3.263.431	3.297.120
PE	2.961.347	4.253.625	5.495.023	5.429.048	5.495.263	5.220.444	4.920.433	4.404.193	4.249.124	4.589.102	4.760.385	5.676.720	7.143.209	9.061.039	10.702.243	10.778.899	11.250.858	12.215.361
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.389	2.561.526	2.751.157	2.380.295	2.262.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.867.500	2.815.560	3.390.108	3.776.119	3.732.678	2.902.272	3.762.714
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.950.807	13.067.786	15.215.768	16.476.233	16.204.781	15.410.576	n.d.
RJ	23.870.049	25.840.552	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.238	51.041.607	47.204.513	53.952.732	57.269.426	67.063.121	72.375.122	82.048.347	85.177.025	93.340.559	101.307.562
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.556	775.654	713.792	1.073.263	1.285.070	305.532	574.603	722.654
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.666.582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	2.155.481	3.021.794	3.410.356	3.304.789	3.161.896	3.537.255
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	506.160	73.688	-228.747	-466.022	901.315	513.457	338.832	207.395	332.350
RS	17.740.010	18.535.183	23.498.895	27.606.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.038.334	38.170.677	43.437.027	46.874.223	51.718.917	55.040.941	59.939.702	61.999.921	64.393.890	n.d.
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.445	7.464.223	6.298.321	5.898.678	7.615.242	8.051.407	7.279.968	8.763.681	10.295.409
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.755.403	-3.042.166	3.414.265	3.270.331	3.396.670	n.d.
SP	62.347.593	70.308.996	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.242	157.420.440	177.517.847	183.764.775	200.478.761	202.381.105	212.838.935	235.645.413
TO	323.219	291.442	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	255.159	340.850	374.955	634.993	939.303	1.028.809	1.365.010	1.983.737	2.242.754	2.523.597	n.d.
Total	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.027	364.848.999	353.270.448	404.273.608	421.088.425	462.172.728	499.837.984	554.429.817	558.136.710	n.d.	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 31/12/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTNS/CONFI.

Receita Corrente Líquida dos Estados

Atualizado: 21/03/2016																		RS mil
UF	Receita Corrente Líquida - RCL																	
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/8/15	31/12/15
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.973.828	3.281.195	3.700.351	4.267.231	4.210.239	4.118.882	3.949.108
AL	1.195.875	1.375.555	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.328.416	3.397.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	5.465.256	5.969.713	6.118.322	6.272.995	6.311.578
AM	1.925.171	2.288.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.332	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.960.745	11.052.244	10.998.994
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.004.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.344.164	3.535.062	4.020.130	3.987.100	3.885.352	3.875.537
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.320	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.384.607	14.337.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	21.624.181	23.080.634	25.870.225	26.359.249	26.731.074	27.207.611
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.966.435	12.130.621	13.379.882	14.418.478	14.825.245	15.063.988	15.176.417
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.742	14.312.436	15.811.905	17.504.270	18.155.900	18.291.933	18.461.481
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833	10.561.113	11.798.289	11.756.087	11.758.277	11.951.595
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	14.102.432	15.269.901	16.656.492	17.096.889	17.315.689	17.361.933
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.930.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.899.987	9.145.629	10.147.462	10.428.278	10.443.675	10.703.906
MG	9.629.796	11.412.838	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	40.371.093	43.141.299	47.644.235	47.515.061	47.326.577	51.643.236
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.993.642	6.599.714	7.178.005	8.095.589	8.126.449	n.d.	n.d.
MT	1.748.543	2.085.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.820.279	8.901.438	9.702.678	10.927.731	10.729.693	10.853.539	11.636.649
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.733	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.426.350	12.722.720	13.336.643	15.092.464	15.659.942	15.820.888	16.789.902
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.992.568	6.286.656	7.073.292	7.399.789	7.848.438	7.913.852	7.973.372
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.612.666	17.173.973	18.475.020	19.019.500	18.960.599	19.648.437
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	5.050.101	5.575.468	5.785.044	6.201.507	6.345.286	6.400.883	6.600.087
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.868.377	19.713.389	21.849.073	25.397.666	28.336.699	29.388.089	30.913.735	n.d.
RJ	11.529.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	40.613.415	47.064.198	46.045.518	47.945.332	50.274.965	51.224.317
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.551	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.432.269	5.915.554	6.761.305	7.275.809	7.801.590	7.837.365	8.035.861	7.996.957
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.789.361	4.838.655	5.489.267	5.621.481	5.724.914	5.824.977
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.023.210	2.380.344	2.403.838	2.785.141	2.825.091	2.780.484	2.824.663
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.829.597	10.756.710	12.349.552	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	23.710.654	26.387.876	28.633.466	29.088.538	29.726.107	n.d.	n.d.
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.535.174	15.892.968	17.835.511	18.321.729	18.934.320	19.409.871
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.556.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.221.654	5.524.275	5.982.485	6.038.200	6.169.964	n.d.
SP	32.298.817	35.083.659	39.673.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	115.369.738	129.472.631	135.630.165	137.441.442	138.585.441	140.398.953
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.110	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.548.795	4.991.475	5.323.440	6.071.430	6.240.454	6.256.932	6.304.772
Total	108.437.525	123.170.204	139.075.233	158.653.255	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	404.773.944	439.610.004	483.251.784	520.140.173	529.890.341	n.d.	n.d.

Obs: 1 - Os dados referentes a 31/12/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONEF.
2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente a primeira homologação e publicação no SISTN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizado: 21/03/2016

UF	Relação DCL / RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	30/4/15	31/12/15
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,30	0,58	0,69	0,74	0,69	0,75
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,50	1,46	1,54	1,53	1,54
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,15	0,22	0,31	0,26	0,31
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	0,18	0,26	0,41	0,30	0,34
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,49	0,47	0,40	0,40	0,50
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29	0,42	0,40	0,50
DF	0,16	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,10	0,16	0,21	0,17	0,19
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,15	0,21	0,27	0,25	0,28
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,02	0,92	0,90	0,91	0,90
MA	2,38	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,41	0,38	0,46	0,44	0,46
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,75	1,83	1,79	1,82	1,95
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,05	1,02	0,98	0,94	n.d.
MT	2,30	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,30	0,35	0,42	0,42	0,44
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,11	0,10	0,10	0,10	0,12
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,26	0,27	0,37	0,33	0,41
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,46	0,53	0,58	0,54	0,59
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,50	0,59	0,61	0,59	0,45
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,60	0,60	0,58	0,55	0,50
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,65	1,54	1,78	1,78	1,86
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,11	0,15	0,16	0,04	0,07
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,45	0,62	0,62	0,59	0,61
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	0,20	0,37	0,18	0,12	0,07
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,18	2,09	2,09	2,13	2,17
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,41	0,48	0,45	0,40	0,46
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,53	0,55	0,57	0,54	0,55
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,54	1,42	1,48	1,47	1,54
TO	0,35	-0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,21	0,26	0,33	0,31	0,36
Tota	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	1,05	1,03	1,06	1,05	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 31/12/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente a primeira homologação e publicação no SISTN.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 2**Posição de Endividamento dos Municípios,
incluindo suas autarquias e fundações****Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001**

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Data-base: 12/2015 (2º Semestre: para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, optantes pela forma de divulgação prevista no art. 63 da LRF)

12/2015 (3º Quadrimestre: para os demais municípios)

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2015

data-base 31/12/2015

Posição: 21/03/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 3º Quadrimestre 2015	RCL 3º Quadrimestre 2015	% DCL/RCL
AC	Cruzeiro do Sul	1200203	29.138.893,14	103.861.869,69	28,06
AC	Mâncio Lima	1200336	1.601.904,52	28.943.587,47	5,53
AC	Porto Walter	1200393	-1.788.059,23	20.757.923,44	-
AC	Rodrigues Alves	1200427	-3.213.374,96	30.844.677,95	-
AC	Sena Madureira	1200500	1.811.163,32	54.902.674,99	3,30
AC	Tarauacá	1200609	-1.327.908,43	60.551.817,44	-
AC	Xapuri	1200708	-266.681,92	23.299.361,93	-
AL	Maceió	2704302	93.082.340,32	1.657.222.600,84	5,62
AL	Marechal Deodoro	2704708	-66.583.943,61	152.244.946,77	-
AL	Messias	2705200	-9.114.386,58	38.125.253,42	-
AL	Olho d'Água das Flores	2705705	-21.197.266,01	40.161.515,81	-
AL	Olivença	2706000	-1.019.797,48	22.603.204,01	-
AL	Pão de Açúcar	2706406	-2.817.736,10	54.134.793,92	-
AL	Taquarana	2709103	0,00	38.407.508,43	0,00
AM	Manaus	1302603	314.537.443,58	3.555.877.971,61	8,85
BA	Acajutiba	2900306	7.945.806,94	24.896.201,25	31,92
BA	Água Fria	2900405	15.571.298,33	31.529.127,17	49,39
BA	Alagoinhas	2900702	19.958.582,83	271.003.972,00	7,36
BA	Alcobaça	2900801	10.786.566,07	49.079.495,68	21,98
BA	Amélia Rodrigues	2901106	23.392.671,70	42.189.721,82	55,45
BA	América Dourada	2901155	4.633.453,06	31.385.802,11	14,76
BA	Andorinha	2901353	3.740.831,24	31.901.501,77	11,73
BA	Angical	2901403	21.251.784,74	26.279.645,56	80,87
BA	Anguera	2901502	9.695.806,75	18.756.116,81	51,69
BA	Aracatu	2902005	24.373.079,11	28.639.079,93	85,10
BA	Araci	2902104	69.226.160,18	89.246.106,62	77,57
BA	Aramari	2902203	5.234.435,76	20.443.816,60	25,60
BA	Aratuípe	2902302	2.956.818,98	16.008.795,28	18,47
BA	Aurelino Leal	2902401	41.071.540,46	27.749.808,56	148,01
BA	Baianópolis	2902500	8.307.584,57	29.210.160,41	28,44
BA	Banzaê	2902658	4.780.953,23	23.488.934,94	20,35
BA	Barra da Estiva	2902807	12.347.609,23	37.789.426,66	32,67
BA	Barra do Rocha	2903102	10.855.253,87	16.948.944,60	64,05
BA	Barreiras	2903201	260.612.004,73	317.561.490,66	82,07
BA	Belmonte	2903409	44.302.358,87	50.035.494,32	88,54
BA	Biritinga	2903607	19.662.531,14	31.248.596,90	62,92
BA	Boa Nova	2903706	24.146.062,52	29.214.411,61	82,65
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904	45.656.627,80	123.387.498,50	37,00
BA	Bonito	2904050	0,00	36.208.596,73	0,00
BA	Boquira	2904100	15.413.131,87	35.309.083,60	43,65
BA	Brejolândia	2904407	5.385.612,41	20.496.258,88	26,28
BA	Brotas de Macaúbas	2904506	-245.611,65	25.972.258,72	-
BA	Buritirama	2904753	1.148.106,29	37.640.672,10	3,05
BA	Caém	2905107	8.055.572,77	23.339.234,70	34,52
BA	Caetanos	2905156	-988.407,89	22.836.510,11	-

BA	Cafarnaum	2905305	-2.829.992,11	35.399.392,65	-
BA	Cairu	2905404	7.544.814,88	78.883.600,84	9,56
BA	Caldeirão Grande	2905503	4.833.998,83	26.742.522,11	18,08
BA	Camacan	2905602	31.639.433,88	48.213.516,71	65,62
BA	Camaçari	2905701	438.841.206,15	889.512.237,50	49,34
BA	Canarana	2906204	17.032.063,38	41.268.886,19	41,27
BA	Candeias	2906501	207.162.150,08	245.666.675,24	84,33
BA	Cansanção	2906808	25.406.412,41	58.984.316,89	43,07
BA	Canudos	2906824	1.893.887,80	32.956.110,69	5,75
BA	Caravelas	2906907	-1.456.846,92	45.810.916,38	-
BA	Casa Nova	2907202	-80.871.516,69	201.744.029,22	-
BA	Catolândia	2907400	2.460.399,21	11.871.262,24	20,73
BA	Catu	2907509	36.711.934,69	95.662.086,82	38,38
BA	Central	2907608	12.641.331,31	31.532.684,16	40,09
BA	Cocos	2908101	11.969.872,84	42.220.421,75	28,35
BA	Conceição da Feira	2908200	11.348.249,07	36.265.744,24	31,29
BA	Conceição do Coité	2908408	66.501.186,75	86.160.711,77	77,18
BA	Condeúba	2908705	16.033.862,87	36.393.938,47	44,06
BA	Coração de Maria	2908903	9.521.837,91	37.495.511,27	25,39
BA	Coronel João Sá	2909208	17.224.721,48	41.513.800,14	41,49
BA	Cotegipe	2909406	654.461,23	28.818.171,16	2,27
BA	Cravolândia	2909505	-518.070,56	13.527.832,01	-
BA	Crisópolis	2909604	10.431.033,42	38.393.759,45	27,17
BA	Cristópolis	2909703	1.168.102,77	26.849.816,21	4,35
BA	Cruz das Almas	2909802	12.262.883,91	92.654.227,66	13,24
BA	Curaçá	2909901	13.369.594,68	62.372.111,68	21,44
BA	Dias d'Ávila	2910057	21.434.014,12	144.105.741,63	14,87
BA	Dom Macedo Costa	2910206	-539.656,26	10.976.684,80	-
BA	Elísio Medrado	2910305	20.001,21	15.746.543,90	0,13
BA	Encruzilhada	2910404	46.640.643,00	40.721.945,60	114,53
BA	Esplanada	2910602	58.500.886,22	77.855.511,34	75,14
BA	Fátima	2910750	0,00	32.371.801,61	0,00
BA	Gavião	2911253	0,00	13.041.565,87	0,00
BA	Governador Mangabeira	2911600	11.824.547,02	37.153.164,01	31,83
BA	Guajeru	2911659	5.316.663,10	17.018.878,38	31,24
BA	Guanambi	2911709	11.465.526,54	143.115.364,16	8,01
BA	Ibipeba	2912400	8.953.876,47	29.779.692,81	30,07
BA	Ibirapitanga	2912707	43.901.544,39	51.323.684,88	85,54
BA	Ibirapuã	2912806	4.091.628,64	22.346.412,64	18,31
BA	Ibirataia	2912905	41.982.509,14	40.227.731,66	104,36
BA	Ibitiara	2913002	-3.506.690,02	45.147.630,09	-
BA	Ibititá	2913101	-871.346,34	30.163.687,89	-
BA	Ibotirama	2913200	25.840.303,15	50.086.961,47	51,59
BA	Ichu	2913309	2.958.945,86	13.920.435,26	21,26
BA	Ilhéus	2913606	337.384.056,96	311.687.226,91	108,24
BA	Ipirá	2914000	25.783.104,95	86.733.494,00	29,73
BA	Irará	2914505	10.853.351,00	50.981.591,47	21,29
BA	Itaberaba	2914703	28.111.404,92	111.997.509,94	25,10
BA	Itacaré	2914901	56.596.738,31	50.372.928,22	112,36
BA	Itagi	2915106	16.214.902,71	22.275.128,09	72,79

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Itagibá	2915205	21.556.093,79	40.090.310,15	53,77
BA	Itamarí	2915700	22.059.055,58	19.302.372,29	114,28
BA	Itanhém	2916005	10.654.986,93	35.615.435,59	29,92
BA	Itaparica	2916104	13.703.148,31	43.226.081,58	31,70
BA	Itapicuru	2916500	12.912.670,54	57.317.470,01	22,53
BA	Itatim	2916856	25.027.818,67	32.730.620,11	76,47
BA	Itiruçu	2916906	20.802.142,50	22.138.825,13	93,96
BA	Itiúba	2917003	17.210.900,38	62.701.744,47	27,45
BA	Itororó	2917102	57.784.695,32	36.006.658,79	160,48
BA	Ituberá	2917300	4.103.718,84	50.883.246,82	8,06
BA	Jaborandi	2917359	-1.204.794,43	32.768.834,15	-
BA	Jacaraci	2917409	7.592.564,58	25.969.641,24	29,24
BA	Jacóbina	2917508	-3.851.457,54	135.466.214,15	-
BA	Jaguaquara	2917607	43.640.801,38	73.699.303,78	59,21
BA	Jaguarari	2917706	4.284.158,98	64.229.117,44	6,67
BA	Jaguaripe	2917805	-3.403.483,52	45.419.305,31	-
BA	Jandaira	2917904	13.141.441,41	24.562.695,78	53,50
BA	Jequié	2918001	44.434.792,11	259.219.137,12	17,14
BA	Juazeiro	2918407	-202.708.414,89	424.306.023,43	-
BA	Jucuruçu	2918456	20.628.269,11	20.916.732,71	98,62
BA	Lafaiete Coutinho	2918704	7.458.753,78	12.770.719,42	58,41
BA	Lagoa Real	2918753	20.072.582,62	24.330.466,02	82,50
BA	Lajedão	2918902	3.620.916,61	14.693.752,16	24,64
BA	Lajedo do Tabocal	2919058	15.191.226,51	17.137.844,94	88,64
BA	Lamarão	2919108	9.527.965,12	16.613.632,77	57,35
BA	Lapão	2919157	4.479.325,22	47.321.869,22	9,47
BA	Lauro de Freitas	2919207	44.487.897,29	416.103.734,66	10,69
BA	Livramento de Nossa Senhora	2919504	-1.687.740,01	78.780.810,43	-
BA	Luís Eduardo Magalhães	2919553	17.073.524,15	227.711.163,20	7,50
BA	Madre de Deus	2919926	26.620.875,27	139.073.487,54	19,14
BA	Mairi	2920106	7.817.539,24	34.889.036,56	22,41
BA	Manoel Vitorino	2920403	31.753.505,45	32.558.010,83	97,53
BA	Mansidão	2920452	7.471.198,16	27.384.751,18	27,28
BA	Maragogipe	2920601	34.607.115,74	82.897.149,35	41,75
BA	Mascote	2920908	32.630.726,91	27.900.727,62	116,95
BA	Mata de São João	2921005	683.571,90	154.240.513,81	0,44
BA	Medeiros Neto	2921104	38.384.905,00	45.132.549,78	85,05
BA	Milagres	2921302	3.812.639,67	21.516.994,81	17,72
BA	Mirante	2921450	-1.944.262,43	18.622.885,49	-
BA	Mucuri	2922003	67.699.092,28	109.784.170,88	61,67
BA	Mulungu do Morro	2922052	7.902.102,82	26.610.662,56	29,70
BA	Muniz Ferreira	2922201	1.285.494,50	13.987.365,63	9,19
BA	Muquém de São Francisco	2922250	3.751.992,84	27.245.651,37	13,77
BA	Muritiba	2922300	23.443.570,93	44.328.134,12	52,89
BA	Nazaré	2922508	11.415.664,01	39.977.987,84	28,55
BA	Nova Fátima	2922730	0,00	15.394.783,13	0,00
BA	Nova Itarana	2922805	6.385.339,60	15.446.967,23	41,34
BA	Nova Redenção	2922854	-1.356.483,29	15.953.154,94	-
BA	Nova Viçosa	2923001	33.329.571,88	74.094.023,38	44,98
BA	Olindina	2923100	3.136.200,58	41.947.542,13	7,48

BA	Ouriçangas	2923308	5.713.321,64	17.027.572,04	33,55
BA	Palmeiras	2923506	6.703.584,64	16.442.291,75	40,77
BA	Paratinga	2923704	21.500.237,00	54.968.975,20	39,11
BA	Pau Brasil	2923902	19.479.293,37	19.503.619,55	99,88
BA	Paulo Afonso	2924009	-22.419.902,70	209.985.928,21	-
BA	Pé de Serra	2924058	4.032.182,48	26.720.104,28	15,09
BA	Pindaí	2924504	30.669.406,36	31.402.777,21	97,66
BA	Pintadas	2924652	2.321.965,53	19.467.454,98	11,93
BA	Piritiba	2924801	8.833.589,08	33.529.649,69	26,35
BA	Poções	2925105	43.710.282,09	80.030.785,10	54,62
BA	Ponto Novo	2925253	14.121.919,85	30.945.592,56	45,63
BA	Porto Seguro	2925303	187.238.112,61	299.603.520,11	62,50
BA	Prado	2925501	211.222,51	58.349.839,52	0,36
BA	Presidente Dutra	2925600	3.223.602,77	25.951.445,99	12,42
BA	Presidente Tancredo Neves	2925758	3.301.759,65	47.179.547,86	7,00
BA	Quijingue	2925907	322.554,71	46.850.992,00	0,69
BA	Riachão das Neves	2926202	8.489.449,29	53.473.726,93	15,88
BA	Riachão do Jacuípe	2926301	29.506.538,82	46.617.019,36	63,30
BA	Riacho de Santana	2926400	26.843.583,33	55.491.258,36	48,37
BA	Rio Real	2927002	8.711.253,04	64.901.893,51	13,42
BA	Rodelas	2927101	7.582.458,84	20.857.602,13	36,35
BA	Salinas da Margarida	2927309	1.859.756,51	32.737.595,24	5,68
BA	Salvador	2927408	1.209.445.760,87	4.967.066.974,05	24,35
BA	Santa Bárbara	2927507	10.108.079,19	30.364.888,53	33,29
BA	Santa Luzia	2928059	28.095.521,63	22.856.848,95	122,92
BA	Santa Maria da Vitória	2928109	20.708.179,70	80.374.192,61	25,76
BA	Santa Rita de Cássia	2928406	25.072.718,70	46.317.526,58	54,13
BA	Santo Amaro	2928604	52.086.941,51	90.837.247,36	57,34
BA	Santo Estêvão	2928802	-5.320.203,35	75.285.945,82	-
BA	São Desidério	2928901	2.240.917,58	129.152.137,30	1,74
BA	São Félix	2929008	-375.867,17	30.028.859,21	-
BA	São Félix do Coribe	2929057	-7.600.826,79	33.696.101,66	-
BA	São Francisco do Conde	2929206	178.619.669,49	450.612.375,85	39,64
BA	São Gabriel	2929255	-701.515,49	32.566.714,52	-
BA	São Sebastião do Passé	2929503	28.291.973,96	84.773.553,35	33,37
BA	Sátiro Dias	2929701	6.994.951,71	35.710.859,37	19,59
BA	Saúde	2929800	7.577.408,46	20.997.318,89	36,09
BA	Sebastião Laranjeiras	2930006	15.249.148,22	21.648.499,42	70,44
BA	Serrinha	2930501	0,00	120.905.095,87	0,00
BA	Sítio do Mato	2930758	-13.867.546,71	51.633.687,31	-
BA	Sobradinho	2930774	12.661.948,30	53.360.795,69	23,73
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	1.188.524,60	24.388.771,34	4,87
BA	Taperoá	2931202	19.894.367,47	39.804.138,17	49,98
BA	Teixeira de Freitas	2931350	-3.039.269,63	279.252.121,67	-
BA	Teodoro Sampaio	2931400	1.766.748,20	15.432.542,51	11,45
BA	Tucano	2931905	70.072.296,14	85.235.870,13	82,21
BA	Uibaí	2932408	6.136.321,80	23.375.315,26	26,25
BA	Valença	2932903	20.141.387,81	133.272.576,53	15,11
BA	Valente	2933000	32.714.000,63	40.656.174,79	80,47
BA	Várzea do Poço	2933109	304.771,08	15.643.247,24	1,95

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Vera Cruz	2933208	18.060.686,58	75.221.145,54	24,01
BA	Vereda	2933257	4.792.124,11	16.127.457,24	29,71
BA	Vitória da Conquista	2933307	161.679.836,35	535.084.404,50	30,22
BA	Wanderley	2933455	1.606.166,97	24.746.436,65	6,49
CE	Acarape	2300150	15.806.227,26	27.593.065,19	57,28
CE	Aiuaba	2300408	14.221.164,57	29.178.022,06	48,74
CE	Alto Santo	2300705	8.912.660,77	29.057.122,74	30,67
CE	Apuiarés	2300903	2.539.416,31	27.174.796,35	9,34
CE	Aquiraz	2301000	-793.508,62	188.942.526,79	-
CE	Aracati	2301109	13.551.788,06	137.917.574,65	9,83
CE	Aratuba	2301406	8.402.210,45	25.780.870,85	32,59
CE	Assaré	2301604	-1.115.752,44	11.896.002,16	-
CE	Baturité	2302107	40.941.099,56	56.569.141,78	72,37
CE	Beberibe	2302206	11.211.329,34	94.984.994,45	11,80
CE	Bela Cruz	2302305	10.781.412,99	49.451.510,47	21,80
CE	Brejo Santo	2302503	-14.404.160,52	37.436.974,42	-
CE	Capistrano	2302909	10.145.724,89	37.372.335,33	27,15
CE	Caridade	2303006	12.639.017,40	36.854.623,37	34,29
CE	Caririaçu	2303204	18.502.291,64	45.754.621,03	40,44
CE	Cascavel	2303501	38.119.900,54	121.198.134,96	31,45
CE	Catarina	2303600	2.239.972,00	31.153.891,65	7,19
CE	Caucaia	2303709	68.569.962,80	511.616.893,34	13,40
CE	Cedro	2303808	32.527.636,63	45.255.025,62	71,88
CE	Chaval	2303907	17.499.771,52	24.660.035,35	70,96
CE	Choró	2303931	9.895.278,22	26.064.764,89	37,96
CE	Chorozinho	2303956	10.323.796,86	37.654.424,83	27,42
CE	Coreaú	2304004	8.727.132,24	40.229.757,51	21,69
CE	Crateús	2304103	35.148.608,80	119.289.378,21	29,46
CE	Crato	2304202	24.714.981,94	201.457.426,27	12,27
CE	Croatá	2304236	5.809.604,80	34.421.711,97	16,88
CE	Cruz	2304251	8.950.653,76	45.652.374,25	19,61
CE	Eusébio	2304285	-113.490.797,06	226.765.075,80	-
CE	Fortaleza	2304400	788.131.298,28	5.229.991.502,10	15,07
CE	Fortim	2304459	-6.082.508,95	48.547.363,62	-
CE	Frecheirinha	2304509	6.705.111,65	27.177.744,94	24,67
CE	Granja	2304707	10.167.398,50	89.335.168,32	11,38
CE	Groaíras	2304905	6.767.726,17	24.888.387,43	27,19
CE	Guaiúba	2304954	3.856.918,00	43.961.331,87	8,77
CE	Horizonte	2305233	21.607.235,83	158.854.937,02	13,60
CE	Ibiapina	2305308	3.171.203,61	41.343.481,49	7,67
CE	Ibicuitinga	2305332	6.134.983,37	25.761.820,96	23,81
CE	Icapuí	2305357	24.143.529,58	61.785.775,40	39,08
CE	Icó	2305407	74.088.677,39	108.687.686,47	68,17
CE	Iguatu	2305506	85.564.476,39	165.948.273,42	51,56
CE	Ipueiras	2305902	7.519.916,59	66.618.483,85	11,29
CE	Iracema	2306009	17.915.604,50	31.394.975,82	57,07
CE	Irauçuba	2306108	9.994.085,64	44.535.449,63	22,44
CE	Itaíçaba	2306207	8.075.701,26	16.580.746,14	48,71
CE	Itaitinga	2306256	-13.300.432,44	107.412.946,40	-
CE	Itapipoca	2306405	32.028.253,00	204.881.278,52	15,63

CE	Itapiúna	2306504	15.291.101,01	34.466.848,30	44,36
CE	Itarema	2306553	3.734.893,01	73.909.397,65	5,05
CE	Jaguaribe	2306900	809.375,08	66.997.547,66	1,21
CE	Jaguaruana	2307007	14.123.416,19	56.121.182,27	25,17
CE	Jardim	2307106	-1.660.510,25	22.377.332,69	-
CE	Jijoca de Jericoacoara	2307254	10.178.658,29	40.219.252,06	25,31
CE	Juazeiro do Norte	2307304	131.224.532,85	390.505.785,17	33,60
CE	Lavras da Mangabeira	2307502	17.440.789,29	53.447.636,00	32,63
CE	Limoeiro do Norte	2307601	38.321.014,36	98.268.188,67	39,00
CE	Maracanaú	2307650	10.322.917,86	554.397.097,56	1,86
CE	Martinópolis	2307908	3.284.990,55	23.885.780,80	13,75
CE	Massapê	2308005	15.853.599,95	55.564.395,45	28,53
CE	Milagres	2308302	1.186.395,24	44.402.409,45	2,67
CE	Milhã	2308351	12.445.316,73	25.474.717,66	48,85
CE	Miraima	2308377	-944.054,65	25.077.402,52	-
CE	Mombaça	2308500	37.742.239,91	62.251.628,17	60,63
CE	Morada Nova	2308708	35.025.812,07	102.508.623,25	34,17
CE	Moraújo	2308807	2.512.564,68	18.248.992,52	13,77
CE	Morrinhos	2308906	2.642.002,11	38.716.471,97	6,82
CE	Mulungu	2309102	9.511.346,84	20.532.126,88	46,32
CE	Nova Russas	2309300	1.341.750,53	51.124.448,13	2,62
CE	Novo Oriente	2309409	13.015.723,79	50.402.062,13	25,82
CE	Pacajus	2309607	58.700.726,48	104.265.574,17	56,30
CE	Paracuru	2310209	30.754.420,94	71.265.887,09	43,15
CE	Pentecoste	2310704	16.593.387,03	66.270.621,82	25,04
CE	Pindoretama	2310852	6.557.776,20	40.885.979,48	16,04
CE	Piquet Carneiro	2310902	5.077.651,13	28.863.714,84	17,59
CE	Porteiras	2311108	-183.862,20	34.181.384,56	-
CE	Potiretama	2311231	3.825.203,45	16.337.898,47	23,41
CE	Quixadá	2311306	45.394.194,75	128.178.085,74	35,41
CE	Quixelô	2311355	7.276.437,08	30.430.724,69	23,91
CE	Russas	2311801	16.592.895,32	123.185.397,83	13,47
CE	Saboeiro	2311900	1.407.814,09	12.946.082,01	10,87
CE	Santana do Acaraú	2312007	24.903.125,13	51.955.095,05	47,93
CE	São João do Jaguaribe	2312502	2.905.615,46	17.318.725,27	16,78
CE	São Luís do Curu	2312601	1.013.807,31	24.384.253,50	4,16
CE	Senador Pompeu	2312700	6.964.578,37	42.362.252,05	16,44
CE	Sobral	2312908	-14.597.969,39	487.277.853,16	-
CE	Tabuleiro do Norte	2313104	18.193.302,01	45.137.353,71	40,31
CE	Tejuçuoca	2313351	8.029.616,68	37.434.589,97	21,45
CE	Tianguá	2313401	13.272.642,70	123.004.991,54	10,79
CE	Traini	2313500	-1.820.232,07	83.725.849,00	-
CE	Ubajara	2313609	-1.610.662,36	57.140.403,90	-
CE	Umirim	2313757	10.192.764,69	36.083.372,85	28,25
CE	Uruburetama	2313807	35.260.256,00	38.959.957,79	90,50
CE	Viçosa do Ceará	2314102	-9.590.733,31	104.073.835,99	-
ES	Aracruz	3200607	-56.916.703,55	373.728.121,09	-
ES	Atilio Vivacqua	3200706	-7.875.341,00	31.683.242,90	-
ES	Brejetuba	3201159	-2.748.486,05	31.468.915,17	-
ES	Colatina	3201506	8.554.222,81	278.351.904,66	3,07

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

ES	Linhares	3203205	917.186,44	513.463.416,43	0,18
ES	Nova Venécia	3203908	-6.583.241,03	107.720.140,67	-
ES	Santa Teresa	3204609	-24.505.676,13	62.126.648,12	-
ES	São Mateus	3204906	16.165.501,93	263.259.547,08	6,14
ES	Vila Velha	3205200	100.969.101,20	769.988.560,05	13,11
ES	Vitória	3205309	137.313.519,02	1.311.325.889,61	10,47
GO	Aloândia	5200506	1.216.457,90	9.037.507,35	13,46
GO	Alto Paraíso de Goiás	5200605	-2.477.192,30	23.180.720,55	-
GO	Anápolis	5201108	149.820.384,83	765.067.531,49	19,58
GO	Aparecida de Goiânia	5201405	-197.008.529,54	745.330.970,14	-
GO	Avelinópolis	5202809	755.544,11	10.980.755,05	6,88
GO	Bela Vista de Goiás	5203302	106.814.986,95	53.482.537,59	199,72
GO	Bonópolis	5203575	340.839,79	13.329.244,15	2,56
GO	Buriti Alegre	5203906	3.662.458,52	25.132.081,43	14,57
GO	Caçu	5204300	-2.199.648,37	39.166.677,02	-
GO	Caiapônia	5204409	-2.641.346,67	40.806.973,12	-
GO	Caldas Novas	5204508	55.292.042,64	186.639.203,64	29,63
GO	Campinaçu	5204656	1.648.380,95	16.661.589,37	9,89
GO	Campo Limpo de Goiás	5204854	-703.286,46	16.909.361,37	-
GO	Campos Belos	5204904	33.173.921,43	35.799.290,40	92,67
GO	Campos Verdes	5204953	19.381.699,38	11.498.653,65	168,56
GO	Catalão	5205109	12.544.015,07	290.620.984,69	4,32
GO	Damianópolis	5206701	-1.096.946,80	11.700.916,81	-
GO	Edéia	5207402	-5.697.637,85	31.023.799,62	-
GO	Estrela do Norte	5207501	1.714.247,09	12.401.113,03	13,82
GO	Fazenda Nova	5207600	10.940.794,37	12.713.660,53	86,06
GO	Goianésia	5208608	-15.916.908,09	126.348.867,98	-
GO	Goiânia	5208707	642.130.707,86	3.325.052.386,22	19,31
GO	Goianira	5208806	6.703.714,90	74.758.846,10	8,97
GO	Hidrolândia	5209705	-15.481.871,35	44.963.981,89	-
GO	Itumbiara	5211503	-203.266.483,83	231.576.482,95	-
GO	Jaraguá	5211800	18.088.340,51	68.520.241,94	26,40
GO	Jataí	5211909	60.813.118,43	249.795.702,82	24,35
GO	Jesúpolis	5212055	-26.005,98	9.169.580,40	-
GO	Joviânia	5212105	-7.407.235,97	18.739.577,35	-
GO	Jussara	5212204	139.357,37	39.220.978,23	0,36
GO	Moiporá	5213400	942.301,49	9.221.428,99	10,22
GO	Montividiu	5213756	5.340.634,96	42.940.489,93	12,44
GO	Montividiu do Norte	5213772	2.176.807,10	13.030.413,35	16,71
GO	Mutunópolis	5214101	1.474.071,87	11.988.355,57	12,30
GO	Nazário	5214408	-869.098,60	15.956.435,32	-
GO	Nerópolis	5214507	4.779.409,65	77.681.045,47	6,15
GO	Nova América	5214705	1.055.787,48	10.721.816,15	9,85
GO	Nova Glória	5214861	1.383.038,01	12.742.733,25	10,85
GO	Nova Iguaçu de Goiás	5214879	-333.683,00	10.666.376,00	-
GO	Palmeiras de Goiás	5215702	26.716.952,12	61.023.806,99	43,78
GO	Petrolina de Goiás	5216809	7.088.084,11	18.866.124,75	37,57
GO	Pilar de Goiás	5216908	3.003.648,60	15.375.863,13	19,53
GO	Piranhas	5217203	2.387.370,08	23.835.729,17	10,02
GO	Pontalina	5217708	-676.893,88	36.033.333,73	-

GO	Porteirão	5218052	-572.531,56	16.801.993,69	-
GO	Quirinópolis	5218508	7.864.589,91	108.702.874,02	7,23
GO	Rialma	5218607	2.103.645,72	21.527.740,57	9,77
GO	Rianópolis	5218706	201.526,86	12.855.287,38	1,57
GO	Rio Verde	5218805	-62.256.830,01	603.884.566,71	-
GO	Santo Antônio da Barra	5219712	2.982.585,99	16.379.830,76	18,21
GO	São Luís de Montes Belos	5220108	11.242.945,65	58.217.209,38	19,31
GO	São Luiz do Norte	5220157	4.795.830,48	17.005.310,14	28,20
GO	São Simão	5220405	-138.010.106,60	76.732.105,91	-
GO	Sítio d'Abadia	5220702	-210.914,47	11.239.747,06	-
GO	Trindade	5221403	22.590.060,24	141.254.115,03	15,99
GO	Trombas	5221452	1.928.482,72	13.328.179,29	14,47
GO	Uirapuru	5221577	3.147.528,56	10.714.246,75	29,38
GO	Vila Propício	5222302	-121.562,62	16.631.145,45	-
MA	Arari	2101004	-6.493.990,77	52.466.704,78	-
MA	Bacabeira	2101251	619.238,78	45.325.451,82	1,37
MA	Cajari	2102507	0,00	33.689.073,92	0,00
MA	Chapadinha	2103208	0,00	118.836.659,03	0,00
MA	Cidelândia	2103257	-837.063,93	27.385.626,34	-
MA	Codó	2103307	-20.173.620.717,97	191.206.759,32	-
MA	Cururupu	2103703	0,00	47.064.059,39	0,00
MA	Davinópolis	2103752	0,00	22.522.386,57	0,00
MA	Dom Pedro	2103802	-1.809.610,83	35.048.803,20	-
MA	Estreito	2104057	0,00	79.191.607,32	0,00
MA	Gonçalves Dias	2104404	-1.090.242,53	30.127.699,26	-
MA	Itapecuru-Mirim	2105401	-1.269.639,30	104.606.939,11	-
MA	Matinha	2106508	-788.476,67	39.432.875,20	-
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	-299.558,95	41.355.980,69	-
MA	Olinda Nova do Maranhão	2107456	0,00	27.017.142,31	0,00
MA	Pedro do Rosário	2108256	-4.727.590,91	50.344.822,60	-
MA	Peritoró	2108454	-910.750,22	41.758.817,22	-
MA	Pinheiro	2108603	8.142.907,63	115.755.804,30	7,03
MA	Presidente Dutra	2109106	-3.345.647,46	65.497.786,42	-
MA	Santa Luzia	2110005	0,00	116.506.719,61	0,00
MA	São Bento	2110500	0,00	37.767.127,30	0,00
MA	São João do Carú	2111029	329.850,37	33.451.008,58	0,99
MA	São José de Ribamar	2111201	2.315.778,05	235.996.334,91	0,98
MA	São Luís	2111300	550.835.190,06	2.215.293.016,52	24,87
MA	Tuntum	2112308	-7.444.745,24	60.791.644,04	-
MA	Viana	2112803	0,00	79.790.273,18	0,00
MA	Vitória do Mearim	2112902	-3.817.997,14	43.106.253,83	-
MG	Água Boa	3100609	0,00	21.925.222,67	0,00
MG	Alfenas	3101607	45.170.352,26	190.328.764,55	23,73
MG	Alpinópolis	3101904	2.284.824,27	29.907.970,38	7,64
MG	Arcos	3104205	-464.499,60	84.796.759,69	-
MG	Belo Horizonte	3106200	4.127.854.193,59	7.825.485.297,77	52,75
MG	Betim	3106705	571.933.108,95	1.318.787.984,31	43,37
MG	Brasilândia de Minas	3108552	-2.020.771,77	25.295.012,54	-
MG	Bueno Brandão	3109105	-3.027.011,34	16.869.819,01	-
MG	Cabo Verde	3109501	2.303.229,40	21.334.123,27	10,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Cachoeira da Prata	3109600	1.374.318,84	11.302.120,39	12,16
MG	Campo do Meio	3111309	989.475,29	21.825.666,93	4,53
MG	Campos Gerais	3111606	-416.712,78	39.985.414,46	-
MG	Cana Verde	3111903	1.341.996,99	11.492.373,51	11,68
MG	Capelinha	3112307	-3.215.161,52	48.730.993,68	-
MG	Capinópolis	3112604	3.483.315,19	34.060.691,01	10,23
MG	Carmo da Mata	3114006	6.311.440,58	21.678.526,13	29,11
MG	Cássia	3115102	1.787.193,68	33.575.865,97	5,32
MG	Cataguases	3115300	6.962.561,49	109.355.325,54	6,37
MG	Catas Altas da Noruega	3115409	0,00	3.035.070,75	0,00
MG	Caxambu	3115508	-3.547.271,37	36.893.142,38	-
MG	Cláudio	3116605	6.722.149,52	48.921.772,60	13,74
MG	Conceição do Rio Verde	3117702	1.100.175,76	19.184.064,13	5,73
MG	Contagem	3118601	369.747.745,23	1.258.344.668,28	29,38
MG	Coronel Fabriciano	3119401	-3.623.600,25	142.265.253,00	-
MG	Divinópolis	3122306	87.044.747,71	431.561.135,01	20,17
MG	Formiga	3126109	11.439.426,90	118.496.533,26	9,65
MG	Frutal	3127107	14.611.181,09	117.636.512,04	12,42
MG	Gonzaga	3127503	-1.007.621,68	13.281.749,85	-
MG	Governador Valadares	3127701	142.466.385,35	668.993.329,32	21,30
MG	Guaraciaba	3128204	3.332.513,61	16.464.940,84	20,24
MG	Guaxupé	3128709	-2.201.389,96	91.112.710,35	-
MG	Ibirité	3129806	-8.907.077,83	269.136.402,65	-
MG	Inhapim	3130903	-8.280.213,89	35.725.368,70	-
MG	Ipatinga	3131307	95.296.827,71	595.314.226,65	16,01
MG	Iraí de Minas	3131604	475.811,62	17.810.318,04	2,67
MG	Itajubá	3132404	-9.560.605,15	159.877.138,55	-
MG	Itaúna	3133808	27.095.564,47	193.135.330,14	14,03
MG	Itinga	3134004	-97.261,20	23.101.049,18	-
MG	Ituiutaba	3134202	11.825.185,75	220.100.981,77	5,37
MG	Jacuí	3134806	194.370,58	14.638.059,14	1,33
MG	Juiz de Fora	3136702	24.804.446,72	1.229.441.286,20	2,02
MG	Leopoldina	3138401	-5.635.336,23	75.769.161,17	-
MG	Machado	3139003	-3.315.735,39	66.059.389,63	-
MG	Manhuaçu	3139409	2.986.361,68	143.492.459,60	2,08
MG	Mariana	3140001	-17.592.757,23	283.395.065,98	-
MG	Matias Barbosa	3140803	-3.674.574,61	36.901.899,81	-
MG	Minduri	3141900	1.494.247,85	11.754.260,29	12,71
MG	Monte Belo	3143005	247.228,11	21.301.107,99	1,16
MG	Monte Santo de Minas	3143203	-3.619.093,44	35.606.076,44	-
MG	Nova Serrana	3145208	4.344.527,30	136.879.186,21	3,17
MG	Ouro Preto	3146107	-21.281.835,98	272.279.208,16	-
MG	Pará de Minas	3147105	23.028.052,65	171.628.439,55	13,42
MG	Paraisópolis	3147303	756.312,64	36.574.606,91	2,07
MG	Patrocínio	3148103	41.929.282,99	188.208.190,41	22,28
MG	Pedro Leopoldo	3149309	1.800.779,30	133.457.709,19	1,35
MG	Piranguinho	3151008	-2.030.417,47	16.184.074,95	-
MG	Poços de Caldas	3151800	92.984.329,42	521.714.777,09	17,82
MG	Ponte Nova	3152105	-3.321.850,33	154.171.932,19	-
MG	Pouso Alegre	3152501	40.574.350,30	358.879.890,71	11,31

MG	Pratinha	3153004	-21.763,60	11.315.763,05	-
MG	Sabará	3156700	-26.010.668,63	200.861.697,66	-
MG	Sacramento	3156908	53.644,00	78.311.740,19	0,07
MG	Santa Luzia	3157807	-133.038.681,24	315.395.201,87	-
MG	Santa Rita do Sapucaí	3159605	-10.139.318,38	67.664.340,03	-
MG	Santo Antônio do Monte	3160405	443.446,23	49.230.331,40	0,90
MG	São Domingos das Dores	3160959	-2.117.343,08	13.196.232,55	-
MG	São Francisco	3161106	14.544.941,63	81.512.973,90	17,84
MG	São João del Rei	3162500	4.045.677,67	166.435.164,88	2,43
MG	São José da Barra	3162948	-8.992.470,25	22.095.227,66	-
MG	São José da Lapa	3162955	5.158.163,71	48.602.029,64	10,61
MG	São Sebastião do Anta	3164472	185.821,73	13.597.764,53	1,37
MG	São Sebastião do Paraíso	3164704	10.932.977,13	141.835.823,17	7,71
MG	Sarzedo	3165537	3.181.642,04	84.391.876,51	3,77
MG	Seritinga	3166402	-458.525,72	9.394.885,47	-
MG	Serra Azul de Minas	3166501	1.923.758,45	10.726.190,18	17,94
MG	Teófilo Otoni	3168606	45.836.006,59	259.887.795,91	17,64
MG	Timóteo	3168705	137.973.197,64	148.603.675,45	92,85
MG	Tiradentes	3168804	-5.483.311,89	17.008.707,26	-
MG	Três Corações	3169307	26.431.565,35	132.569.051,43	19,94
MG	Três Marias	3169356	0,00	75.704.715,42	0,00
MG	Três Pontas	3169406	10.911.611,81	104.898.621,00	10,40
MG	Tupaciguara	3169604	154.272,09	57.743.189,58	0,27
MG	Turmalina	3169703	727.704,73	39.189.137,89	1,86
MG	Ubá	3169901	865.109,96	158.322.507,33	0,55
MG	Uberaba	3170107	197.999.740,72	788.963.813,57	25,10
MG	Uberlândia	3170206	10.683.047,04	1.570.382.863,98	0,68
MG	Unai	3170404	6.371.107,83	167.866.815,19	3,80
MG	Varginha	3170701	116.285.344,84	289.845.854,54	40,12
MG	Vespasiano	3171204	10.687.511,81	214.557.631,06	4,98
MG	Viçosa	3171303	-18.725.109,84	166.134.425,34	-
MS	Campo Grande	5002704	119.515.366,57	2.444.179.748,87	4,89
MS	Corumbá	5003207	-26.247.080,25	379.907.278,45	-
MS	Dourados	5003702	-129.197.306,85	622.457.485,55	-
MS	Eldorado	5003751	-4.141.843,90	28.433.847,96	-
MS	Jateí	5005103	-7.398.909,11	24.706.910,85	-
MS	Maracaju	5005400	-8.062.973,15	123.107.885,74	-
MS	Navirai	5005707	9.954.073,85	135.299.070,73	7,36
MS	Nova Andradina	5006200	-14.236.062,57	123.500.481,78	-
MS	Três Lagoas	5008305	-46.866.732,19	357.711.634,65	-
MT	Alto Araguaia	5100300	-35.608.012,82	74.920.104,96	-
MT	Alto Garças	5100409	-6.141.816,09	30.961.871,17	-
MT	Alto Paraguai	5100508	-3.948.419,38	17.049.854,74	-
MT	Alto Taquari	5100607	-642.134,12	37.013.139,50	-
MT	Apiacás	5100805	-2.096.291,36	23.609.958,11	-
MT	Araguaiana	5101001	0,00	13.487.015,87	0,00
MT	Barra do Garças	5101803	12.797.207,28	129.846.249,90	9,86
MT	Bom Jesus do Araguaia	5101852	0,00	17.194.999,08	0,00
MT	Canarana	5102702	-510.958,47	55.677.538,65	-
MT	Cuiabá	5103403	576.678.114,26	1.583.243.810,82	36,42

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	Diamantino	5103502	12.529.701,75	67.309.737,07	18,61
MT	Jangada	5104906	-1.381.086,69	13.582.996,35	-
MT	Lambari D'Oeste	5105234	-766.621,08	16.814.993,98	-
MT	Lucas do Rio Verde	5105259	1.733.489,84	178.927.172,66	0,97
MT	Nova Brasilândia	5106208	-3.999.137,20	15.211.685,00	-
MT	Nova Guarita	5108808	-3.459.590,12	13.467.933,18	-
MT	Nova Monte Verde	5108956	-5.736.863,78	19.784.446,72	-
MT	Nova Xavantina	5106257	13.924.555,50	129.846.249,90	10,72
MT	Paranatinga	5106307	-2.945.330,73	52.248.677,06	-
MT	Sinop	5107909	-22.071.016,96	276.913.284,25	-
MT	Sorriso	5107925	-14.402.590,38	213.160.681,47	-
MT	Tangará da Serra	5107958	-17.220.536,04	183.745.270,38	-
MT	Tesouro	5108105	-1.708.896,38	12.381.034,13	-
MT	Várzea Grande	5108402	68.836.679,53	418.537.371,69	16,45
MT	Vila Rica	5108600	-6.425.811,15	44.894.249,66	-
PA	Abel Figueiredo	1500131	0,00	16.525.955,31	0,00
PA	Afuá	1500305	2.064.865,53	70.381.500,84	2,93
PA	Água Azul do Norte	1500347	-846.337,62	38.973.726,68	-
PA	Ananindeua	1500800	42.864.086,15	544.211.664,91	7,88
PA	Belém	1501402	480.718.883,00	2.457.620.778,00	19,56
PA	Cachoeira do Pirá	1501956	-729.902,59	44.398.467,32	-
PA	Castanhal	1502400	-35.054.112,83	313.898.374,91	-
PA	Colares	1502608	66.345,38	18.616.350,21	0,36
PA	Dom Eliseu	1502939	580.749,98	88.278.999,74	0,66
PA	Igarapé-Miri	1503309	-2.141.417,76	101.227.564,70	-
PA	Inhangapi	1503408	486.735,55	17.928.287,07	2,71
PA	Ourém	1505403	-1.122.612,05	28.753.319,23	-
PA	Parauapebas	1505536	13.834.890,22	939.280.316,87	1,47
PA	Pau D'Arco	1505551	0,00	20.563.363,39	0,00
PA	Peixe-Boi	1505601	3.119.793,40	16.321.741,25	19,11
PA	Piçarra	1505635	676.845,83	29.130.798,97	2,32
PA	Redenção	1506138	-6.835.715,69	128.052.224,12	-
PA	Rio Maria	1506161	2.201.118,55	34.530.518,11	6,37
PA	Santo Antônio do Tauá	1507003	-416.854,97	32.855.627,64	-
PA	São Félix do Xingu	1507300	11.537.453,70	128.374.275,25	8,99
PA	São Miguel do Guamá	1507607	-5.108.855,42	83.906.798,69	-
PA	Tailândia	1507953	845.059,19	121.259.638,60	0,70
PA	Trairão	1508050	-25.412,72	32.401.119,11	-
PA	Vigia	1508209	-9.158.173,76	56.569.458,14	-
PB	Alcantil	2500536	138.123,03	12.457.954,21	1,11
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	5.131.458,49	24.658.921,85	20,81
PB	Boqueirão	2502508	22.264.856,60	31.426.505,34	70,85
PB	Caaporã	2503001	14.780.931,35	52.552.102,99	28,13
PB	Cabaceiras	2503100	6.087.660,40	12.355.717,26	49,27
PB	Cabedelo	2503209	-81.751.403,48	201.145.603,01	-
PB	Camalaú	2503902	2.718.214,01	12.970.720,02	20,96
PB	Caturité	2504355	-886.938,38	12.262.306,67	-
PB	Congo	2504702	-1.160.930,66	11.580.327,82	-
PB	Cuité	2505105	3.281.655,78	33.980.057,49	9,66
PB	Diamante	2505600	6.528.797,78	13.325.139,21	49,00

PB	Gado Bravo	2506251	3.098.098,96	17.320.625,27	17,89
PB	Guarabira	2506301	25.167.580,29	79.357.335,95	31,71
PB	Gurjão	2506509	145.155,75	10.697.320,48	1,36
PB	Ibiara	2506608	-750.901,58	12.400.321,05	-
PB	João Pessoa	2507507	-76.185.704,44	1.662.042.521,42	-
PB	Juru	2508000	-336.787,94	18.022.739,80	-
PB	Lagoa Seca	2508307	13.308.987,42	40.311.013,12	33,02
PB	Marcação	2509057	2.353.412,51	14.782.145,71	15,92
PB	Massaranduba	2509206	14.049.910,05	21.111.445,25	66,55
PB	Mogeiro	2509404	5.594.841,33	24.709.711,64	22,64
PB	Monteiro	2509701	11.816.803,21	58.622.100,56	20,16
PB	Patos	2510808	56.055.039,92	142.840.370,31	39,24
PB	Piancó	2511301	32.765.953,55	35.950.292,98	91,14
PB	Pilar	2511509	22.561.549,16	19.448.990,23	116,00
PB	Pocinhos	2512002	31.799.672,85	32.588.306,39	97,58
PB	Poço Dantas	2512036	1.503.929,31	12.572.022,97	11,96
PB	Pombal	2512101	5.453.655,13	53.583.968,05	10,18
PB	Riachão do Bacamarte	2512754	2.991.248,83	11.357.296,51	26,34
PB	Santa Cecília	2513158	634.532,42	14.478.317,75	4,38
PB	Santa Rita	2513703	68.167.877,43	173.760.144,75	39,23
PB	São José dos Ramos	2514453	1.990.250,78	14.391.039,15	13,83
PB	Sapé	2515302	26.871.219,34	69.001.338,99	38,94
PB	Serra Redonda	2515807	6.451.097,13	11.890.214,76	54,26
PB	Sossêgo	2516151	-310.108,64	10.146.519,23	-
PB	Umbuzeiro	2517001	7.082.536,42	16.944.163,47	41,80
PE	Abreu e Lima	2600054	30.659.859,05	121.182.121,86	25,30
PE	Afrânio	2600203	-10.849.161,63	37.762.608,69	-
PE	Agrestina	2600302	13.372.847,50	45.916.614,04	29,12
PE	Água Preta	2600401	10.748.045,51	55.116.769,09	19,50
PE	Águas Belas	2600500	28.987.515,23	61.752.316,95	46,94
PE	Alagoinha	2600609	4.713.815,90	28.509.276,47	16,53
PE	Aliança	2600708	-2.464.903,81	54.189.032,58	-
PE	Altinho	2600807	14.561.155,73	33.807.914,91	43,07
PE	Amaraji	2600906	19.001.758,76	39.781.998,84	47,76
PE	Araçoiaba	2601052	-6.423.411,00	33.017.905,56	-
PE	Araripina	2601102	-7.188.402,32	130.279.305,04	-
PE	Arcoverde	2601201	4.269.904,04	104.697.049,85	4,08
PE	Barreiros	2601409	20.778.596,31	70.597.715,42	29,43
PE	Belém de Maria	2601508	3.208.045,95	22.929.635,82	13,99
PE	Belém do São Francisco	2601607	-6.591.985,76	37.276.425,78	-
PE	Belo Jardim	2601706	27.229.708,78	121.487.731,65	22,41
PE	Betânia	2601805	715.825,96	23.593.764,60	3,03
PE	Bezerras	2601904	7.461.138,42	90.475.510,42	8,25
PE	Bom Conselho	2602100	14.914.826,06	71.580.549,30	20,84
PE	Bom Jardim	2602209	2.751.050,61	55.372.622,78	4,97
PE	Bonito	2602308	25.518.930,72	62.589.634,72	40,77
PE	Brejão	2602407	-1.579.534,80	20.592.586,53	-
PE	Brejo da Madre de Deus	2602605	71.734,68	93.647.437,37	0,08
PE	Buenos Aires	2602704	-3.910.536,95	22.526.691,34	-
PE	Buíque	2602803	2.141.605,87	73.424.007,54	2,92

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Cabo de Santo Agostinho	2602902	18.768.199,00	515.442.483,43	3,64
PE	Cabrobó	2603009	-1.314.829,53	55.989.426,08	-
PE	Cachoeirinha	2603108	-8.568.251,19	34.835.113,08	-
PE	Calumbi	2603405	-1.243.925,90	13.439.322,89	-
PE	Camarágibe	2603454	22.734.606,53	203.238.034,72	11,19
PE	Camocim de São Félix	2603504	4.210.448,45	33.944.887,63	12,40
PE	Canhotinho	2603702	3.864.287,25	41.238.057,77	9,37
PE	Capoeiras	2603801	-5.646.550,00	35.679.851,75	-
PE	Carnaíba	2603900	2.277.479,78	34.981.048,65	6,51
PE	Carpina	2604007	1.689.262,81	102.124.575,91	1,65
PE	Caruaru	2604106	66.395.776,85	491.414.104,54	13,51
PE	Casinhas	2604155	8.179.465,86	28.213.775,23	28,99
PE	Catende	2604205	7.458.595,94	58.662.834,29	12,71
PE	Cedro	2604304	-630.983,14	7.894.164,39	-
PE	Chã de Alegria	2604403	5.670.987,47	23.757.937,61	23,87
PE	Chã Grande	2604502	6.364.195,13	39.092.823,26	16,28
PE	Condado	2604601	31.968.904,19	39.010.719,03	81,95
PE	Cumarú	2604908	30.921.632,06	26.848.976,50	115,17
PE	Cupira	2605004	42.007.434,22	38.471.394,15	109,19
PE	Custódia	2605103	15.615.225,48	53.933.952,17	28,95
PE	Dormentes	2605152	8.383.982,33	33.493.124,12	25,03
PE	Escada	2605202	-2.926.853,73	87.070.573,47	-
PE	Exu	2605301	-2.845.069,93	52.401.607,24	-
PE	Feira Nova	2605400	14.243.210,33	34.258.441,70	41,58
PE	Ferreiros	2605509	-383.703,40	21.321.920,67	-
PE	Flores	2605608	2.690.037,53	36.964.881,02	7,28
PE	Floresta	2605707	14.700.540,41	65.597.011,47	22,41
PE	Frei Miguelinho	2605806	5.395.725,89	24.723.312,70	21,82
PE	Gameleira	2605905	36.137.048,26	39.574.223,40	91,31
PE	Garanhuns	2606002	-9.354.388,19	237.364.976,49	-
PE	Glória do Goitá	2606101	17.307.695,52	40.272.464,25	42,98
PE	Goiana	2606200	54.722.556,35	152.935.380,15	35,78
PE	Granito	2606309	-3.227.465,82	17.614.349,54	-
PE	Gravatá	2606408	102.014.412,98	113.394.471,79	89,96
PE	Iati	2606507	2.105.370,12	39.754.891,49	5,30
PE	Ibimirim	2606606	171.802,20	42.351.336,96	0,41
PE	Ibirajuba	2606705	-573.874,00	15.837.076,92	-
PE	Igarassu	2606804	-13.406.019,06	166.541.477,87	-
PE	Ilha de Itamaracá	2607604	27.000,00	45.566.226,14	0,06
PE	Inajá	2607000	320.597,73	32.044.710,28	1,00
PE	Ipojuca	2607208	-162.439.391,31	612.154.284,13	-
PE	Ipubi	2607307	830.482,23	49.421.117,36	1,68
PE	Itacuruba	2607406	6.180.630,78	22.784.617,91	27,13
PE	Itambé	2607653	-2.936.162,08	51.516.450,48	-
PE	Itapissuma	2607752	553.072,78	58.854.890,07	0,94
PE	Itaquitinga	2607802	0,00	26.565.795,33	0,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	2607901	37.387.090,87	951.202.206,33	3,93
PE	Jaqueira	2607950	14.512.745,50	30.047.363,98	48,30
PE	Jatobá	2608057	1.535.692,26	26.481.897,40	5,80
PE	João Alfredo	2608107	4.662.671,13	47.830.790,61	9,75

PE	Joaquim Nabuco	2608206	738.363,37	33.962.198,46	2,17
PE	Jucati	2608255	1.343.284,25	24.288.039,23	5,53
PE	Jurema	2608404	0,00	29.037.163,01	0,00
PE	Lagoa do Carro	2608453	13.387.828,23	29.565.985,59	45,28
PE	Lagoa do Ouro	2608602	-2.186.464,37	27.463.413,06	-
PE	Lagoa dos Gatos	2608701	3.473.337,51	26.934.163,26	12,90
PE	Lagoa Grande	2608750	1.162.670,19	45.068.939,94	2,58
PE	Lajedo	2608800	-324.872,67	63.731.109,15	-
PE	Limoeiro	2608909	40.325.935,20	80.528.594,11	50,08
PE	Macaparana	2609006	4.414.014,43	38.859.159,12	11,36
PE	Machados	2609105	3.234.413,60	25.359.528,91	12,75
PE	Manari	2609154	112.974,64	35.350.450,08	0,32
PE	Maraial	2609204	9.785.668,14	22.684.356,37	43,14
PE	Moreilândia	2614303	777.967,85	23.911.743,34	3,25
PE	Moreno	2609402	61.497.057,03	74.871.939,10	82,14
PE	Nazaré da Mata	2609501	96.536.694,68	43.574.806,93	221,54
PE	Olinda	2609600	45.807.283,98	496.817.524,93	9,22
PE	Orobó	2609709	21.580.020,94	43.766.036,30	49,31
PE	Orocó	2609808	4.751.593,83	27.666.272,63	17,17
PE	Ouricuri	2609907	5.200.973,78	87.606.900,12	5,94
PE	Palmares	2610004	-4.665.546,51	105.405.038,97	-
PE	Panelas	2610202	15.389.001,01	54.969.637,29	28,00
PE	Paranatama	2610301	1.715.236,35	32.109.980,26	5,34
PE	Parnamirim	2610400	-7.633.714,50	40.385.359,87	-
PE	Passira	2610509	15.985.591,42	42.001.956,00	38,06
PE	Paudalho	2610608	31.319.856,34	78.642.263,98	39,83
PE	Paulista	2610707	86.062.480,76	354.541.443,50	24,27
PE	Pedra	2610806	-16.808,71	34.576.914,08	-
PE	Pesqueira	2610905	38.478.838,16	85.391.701,03	45,06
PE	Petrolândia	2611002	-5.358.953,89	78.277.405,72	-
PE	Poção	2611200	6.884.008,52	22.982.093,08	29,95
PE	Recife	2611606	977.847.715,17	3.691.298.260,40	26,49
PE	Riacho das Almas	2611705	6.129.037,75	35.184.237,31	17,42
PE	Rio Formoso	2611903	27.058.055,05	46.658.334,81	57,99
PE	Sairé	2612000	15.303.684,06	23.661.156,33	64,68
PE	Salgadinho	2612109	7.869.591,51	18.129.946,46	43,41
PE	Salgueiro	2612208	-10.485.878,17	97.031.782,50	-
PE	Saloá	2612307	2.187.937,77	30.567.602,59	7,16
PE	Sanharó	2612406	5.498.687,65	38.143.204,83	14,42
PE	Santa Cruz	2612455	-1.514.363,37	29.290.707,96	-
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	2612471	-1.116.613,72	21.425.326,39	-
PE	Santa Cruz do Capibaribe	2612505	43.660.041,39	120.256.700,49	36,31
PE	Santa Filomena	2612554	4.696.258,59	26.823.040,61	17,51
PE	Santa Maria da Boa Vista	2612604	8.799.819,48	77.787.757,87	11,31
PE	Santa Maria do Cambucá	2612703	644.332,74	24.634.685,19	2,62
PE	São Benedito do Sul	2612901	4.995.689,51	26.149.449,19	19,10
PE	São Bento do Una	2613008	6.051.786,05	76.388.446,10	7,92
PE	São João	2613206	2.039.929,27	40.770.309,56	5,00
PE	São Joaquim do Monte	2613305	6.804.479,00	37.812.902,22	18,00
PE	São Lourenço da Mata	2613701	39.854.918,72	130.513.572,43	30,54

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	São Vicente Ferrer	2613800	5.492.050,82	30.106.161,88	18,24
PE	Serra Talhada	2613909	-5.461.910,21	133.824.944,38	-
PE	Serrita	2614006	0,00	36.732.393,20	0,00
PE	Sertânia	2614105	1.707.693,20	55.140.260,65	3,10
PE	Sirinhaém	2614204	19.586.173,35	70.935.791,00	27,61
PE	Solidão	2614402	781.617,19	15.270.369,65	5,12
PE	Surubim	2614501	3.725.409,59	85.914.211,97	4,34
PE	Tabira	2614600	-535.288,75	41.396.182,13	-
PE	Tacaimbó	2614709	7.137.207,66	21.651.937,60	32,96
PE	Tacaratu	2614808	-2.662.924,67	36.671.380,34	-
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	23.723.592,11	38.341.874,56	61,87
PE	Terezinha	2615102	804.828,80	15.312.273,79	5,26
PE	Terra Nova	2615201	-781.438,48	17.316.935,39	-
PE	Timbaúba	2615300	15.442.736,52	52.310.437,68	29,52
PE	Toritama	2615409	-3.228.841,52	62.133.847,22	-
PE	Tracunhaém	2615508	-1.670.179,35	21.216.910,74	-
PE	Trindade	2615607	2.545.487,04	51.739.556,73	4,92
PE	Tuparetama	2615904	3.251.035,91	17.146.201,94	18,96
PE	Venturosa	2616001	5.840.370,29	31.457.620,13	18,57
PE	Verdejante	2616100	1.715.897,60	19.354.359,94	8,87
PE	Vertente do Lério	2616183	218.468,76	17.488.638,63	1,25
PE	Vertentes	2616209	-1.681.585,22	33.364.652,00	-
PE	Vicência	2616308	-4.346.459,04	48.531.815,48	-
PE	Xexéu	2616506	2.990.112,66	34.160.090,75	8,75
PI	Acauã	2200053	0,00	12.175.729,65	0,00
PI	Agricolândia	2200103	0,00	9.717.738,82	0,00
PI	Betânia do Piauí	2201739	-68.185,79	14.244.416,39	-
PI	Brasileira	2201960	-658.571,45	28.587.751,54	-
PI	Curral Novo do Piauí	2203271	-439.871,71	11.801.531,49	-
PI	Elesbão Veloso	2203503	72.321,77	22.793.444,56	0,32
PI	Itainópolis	2205003	110.838,93	19.414.795,83	0,57
PI	Lagoa do Piauí	2205581	-172.917,83	10.520.680,26	-
PI	Milton Brandão	2206357	-335.996,02	13.448.369,33	-
PI	Monsenhor Gil	2206407	-252.052,98	21.363.663,84	-
PI	Olho D'Água do Piauí	2207108	0,00	8.091.158,93	0,00
PI	Paes Landim	2207306	-139.996,99	11.618.144,18	-
PI	Patos do Piauí	2207777	-552.933,87	10.798.437,79	-
PI	Pio IX	2208205	-658.571,45	28.587.751,54	-
PI	Piracuruca	2208304	651.489,25	41.695.015,35	1,56
PI	Queimada Nova	2208650	-864.496,49	14.824.747,75	-
PI	Riacho Frio	2208858	-90.295,01	11.588.311,16	-
PI	Santa Filomena	2209203	-452.310,98	15.226.864,29	-
PI	Santa Rosa do Piauí	2209377	-75.400,23	10.642.324,70	-
PI	São Miguel do Tapuio	2210409	-946.682,52	29.644.836,34	-
PI	São Pedro do Piauí	2210508	16.868,13	35.023.842,84	0,05
PI	Teresina	2211001	-280.423.208,54	1.941.219.269,69	-
PR	Anahy	4101051	755.366,33	11.936.638,81	6,33
PR	Antonina	4101200	7.775.757,58	41.202.294,63	18,87
PR	Apucarana	4101408	57.164.928,43	250.803.499,01	22,79
PR	Arapongas	4101507	-8.426.990,06	206.776.287,67	-

PR	Araucária	4101804	12.483.965,57	633.752.805,62	1,97
PR	Barracão	4102604	-1.516.673,13	23.889.408,88	-
PR	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	-31.259,76	13.487.305,59	-
PR	Bocaiúva do Sul	4103107	-3.776.769,66	24.882.208,36	-
PR	Bom Jesus do Sul	4103156	-1.590.730,40	13.600.124,37	-
PR	Cambé	4103701	-18.130.347,07	191.926.642,14	-
PR	Campo Largo	4104204	9.828.173,48	211.333.764,70	4,65
PR	Campo Mourão	4104303	-13.082.900,93	211.434.239,98	-
PR	Carambei	4104659	2.532.462,54	63.196.857,48	4,01
PR	Carlópolis	4104709	-87.020,69	29.493.312,70	-
PR	Cascavel	4104808	-47.114.113,04	588.638.219,16	-
PR	Castro	4104907	-176.082,28	154.638.999,65	-
PR	Chopininho	4105409	589.789,15	58.484.273,47	1,01
PR	Cianorte	4105508	-27.418.493,04	188.794.895,60	-
PR	Colombo	4105805	-92.011.963,58	317.156.202,22	-
PR	Cruzeiro do Sul	4106704	192.606,00	15.191.068,52	1,27
PR	Curitiba	4106902	520.654.671,27	6.241.325.255,58	8,34
PR	Fazenda Rio Grande	4107652	11.472.879,29	157.592.632,71	7,28
PR	Foz do Iguaçu	4108304	58.342.370,34	647.472.074,66	9,01
PR	Foz do Jordão	4108452	-151.353,47	17.188.510,52	-
PR	Francisco Beltrão	4108403	13.481.969,37	194.177.642,48	6,94
PR	Guaira	4108809	-17.389.652,28	77.323.356,42	-
PR	Guarapuava	4109401	-3.839.946,75	303.846.220,75	-
PR	Irati	4110706	-9.778.049,09	100.826.962,92	-
PR	Ivaiporã	4111506	943.591,40	61.419.726,14	1,54
PR	Ivatuba	4111605	39.903,66	11.778.940,70	0,34
PR	Londrina	4113700	113.062.571,41	1.315.541.531,99	8,59
PR	Mamborê	4114005	-2.688.840,40	38.923.766,63	-
PR	Marechal Cândido Rondon	4114609	-26.880.637,26	140.567.009,62	-
PR	Maringá	4115200	-92.238.126,79	1.057.167.678,32	-
PR	Medianeira	4115804	9.688.843,39	98.076.096,18	9,88
PR	Miraselva	4116000	1.471.608,54	10.376.178,54	14,18
PR	Morretes	4116208	-21.117,69	38.228.491,19	-
PR	Novo Itacolomi	4117297	-3.103.665,32	11.371.519,04	-
PR	Paranavaí	4118402	50.976.503,44	159.432.958,78	31,97
PR	Pato Branco	4118501	20.820.065,08	210.206.501,32	9,90
PR	Perobal	4118857	94.008,85	19.096.163,15	0,49
PR	Pérola d'Oeste	4119004	-664.711,93	16.042.550,16	-
PR	Pinhais	4119152	-52.740.879,95	291.468.924,35	-
PR	Pinhão	4119301	-3.516.366,31	67.584.795,47	-
PR	Piraquara	4119509	2.920.781,78	164.545.006,97	1,78
PR	Ponta Grossa	4119905	183.285.356,72	608.003.273,76	30,15
PR	Porto Barreiro	4120150	-6.568.378,73	16.060.150,11	-
PR	Prudentópolis	4120606	-12.715.464,46	89.394.151,33	-
PR	Quarto Centenário	4120655	-867.100,57	17.188.122,13	-
PR	Rancho Alegre D'Oeste	4121356	-2.000.405,38	12.862.746,99	-
PR	Ribeirão do Pinhal	4121901	-3.043.866,61	25.024.701,92	-
PR	Sabáudia	4122701	-974.855,81	20.721.054,27	-
PR	Salgado Filho	4122800	-1.105.824,88	13.492.505,10	-
PR	Salto do Lontra	4123006	3.038.168,66	30.225.508,70	10,05

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Santa Mariana	4123907	2.982.369,96	25.769.043,88	11,57
PR	Santa Tereza do Oeste	4124020	3.195.269,54	27.427.989,30	11,65
PR	Santo Antônio do Sudoeste	4124400	1.691.024,25	39.780.461,45	4,25
PR	São Sebastião da Amoreira	4126009	842.184,39	18.067.672,98	4,66
PR	Serranópolis do Iguaçu	4126355	315.278,59	20.613.662,59	1,53
PR	Tamarana	4126678	-3.781.578,18	26.869.938,10	-
PR	Toledo	4127700	7.276.034,51	304.031.008,59	2,39
PR	Umuarama	4128104	1.085.659,06	241.265.956,86	0,45
PR	União da Vitória	4128203	-84.369.593,63	127.358.923,58	-
PR	Virmond	4128658	-2.272.013,89	13.966.684,16	-
RJ	Angra dos Reis	3300100	111.181.255,40	871.676.195,90	12,75
RJ	Conceição de Macabu	3301405	-5.158.177,10	61.926.394,70	-
RJ	Itaboraí	3301900	-70.701.986,20	570.313.670,70	-
RJ	Macaé	3302403	30.096.396,50	2.039.205.822,40	1,48
RJ	Magé	3302502	-35.738.860,70	393.994.848,30	-
RJ	Mangaratiba	3302601	-1.859.516,40	230.770.860,00	-
RJ	Nilópolis	3303203	-3.664.129,20	234.542.251,20	-
RJ	Niterói	3303302	347.978.937,30	1.753.928.144,40	19,84
RJ	Paraíba do Sul	3303708	-12.090.866,30	103.218.215,80	-
RJ	Petrópolis	3303906	-7.116.970,00	766.057.757,60	-
RJ	Pinheiral	3303955	5.016.918,08	58.185.625,32	8,62
RJ	Resende	3304201	93.431.591,30	421.965.455,80	22,14
RJ	Rio de Janeiro	3304557	15.109.934.132,09	20.127.298.018,47	75,07
RJ	Santa Maria Madalena	3304607	2.748.821,20	50.637.760,00	5,43
RJ	São João da Barra	3305000	20.501.206,10	346.266.361,10	5,92
RJ	São João de Meriti	3305109	-67.554.295,90	445.196.515,90	-
RJ	Volta Redonda	3306305	120.524.800,00	749.406.900,00	16,08
RN	Jucurutu	2406106	6.788.347,98	34.108.884,71	19,90
RN	Mossoró	2408003	128.690.864,95	453.779.220,42	28,36
RN	Natal	2408102	180.925.989,17	1.657.205.941,45	10,92
RN	Pendências	2409902	12.870.873,66	34.290.748,43	37,53
RN	Porto do Mangue	2410256	-169.476,97	17.498.021,91	-
RN	Santana do Matos	2411403	8.498.593,17	25.245.339,40	33,66
RN	São Vicente	2413003	5.022.512,87	13.729.221,72	36,58
RO	Ariquemes	1100023	-32.100.445,64	181.555.515,09	-
RO	Cacoal	1100049	-5.734.503,55	143.013.365,92	-
RO	Cerejeiras	1100056	-4.668.718,36	35.139.896,27	-
RO	Chupinguaia	1100924	-4.722.041,12	30.727.757,02	-
RO	Ji-Paraná	1100122	14.389.390,65	177.093.093,99	8,13
RO	Ministro Andreazza	1101203	-3.018.418,27	19.667.996,78	-
RO	Nova Mamoré	1100338	-5.940.557,77	43.189.882,19	-
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155	-14.914.277,42	71.453.408,56	-
RO	Pimenta Bueno	1100189	9.861.567,34	64.499.205,58	15,29
RO	Porto Velho	1100205	106.029.477,25	1.004.585.265,46	10,55
RO	Theobroma	1101609	-80.526,84	22.220.875,74	-
RO	Vale do Paraíso	1101807	-2.395.208,66	17.485.575,50	-
RO	Vilhena	1100304	37.494.035,35	187.818.736,37	19,96
RR	Bonfim	1400159	-5.906.846,35	23.797.172,86	-
RR	Pacaraima	1400456	-830.261,84	18.395.233,28	-
RR	Uiramutã	1400704	-4.987.595,14	11.904.167,68	-

RS	Alegrete	4300406	-31.463.943,68	148.755.856,92	-
RS	Arroio dos Ratos	4301107	-6.722.500,67	29.889.228,97	-
RS	Bagé	4301602	-15.059.050,44	248.563.222,10	-
RS	Barão	4301651	678.223,87	17.663.786,40	3,84
RS	Bento Gonçalves	4302105	26.013.500,19	319.530.773,04	8,14
RS	Bom Jesus	4302303	12.419.977,75	29.622.481,37	41,93
RS	Cachoeira do Sul	4303004	8.895.243,63	155.054.624,97	5,74
RS	Caibaté	4303301	-653.992,87	13.808.741,17	-
RS	Camaquã	4303509	-2.251.040,01	116.668.380,18	-
RS	Campo Bom	4303905	549.987,46	179.519.404,64	0,31
RS	Candelária	4304200	-1.249.347,21	60.194.159,54	-
RS	Cândido Godói	4304309	-1.686.860,62	17.399.577,25	-
RS	Canguçu	4304507	-7.458.516,57	106.524.758,47	-
RS	Canoas	4304606	258.668.471,27	1.122.971.649,62	23,03
RS	Capão do Leão	4304663	-3.321.483,30	46.935.470,01	-
RS	Carazinho	4304705	-1.093.254,56	135.049.875,06	-
RS	Caxias do Sul	4305108	44.698.883,19	1.380.979.291,26	3,24
RS	Chiapetta	4305405	456.523,53	14.230.272,42	3,21
RS	Coqueiros do Sul	4305850	-2.153.568,59	10.986.552,66	-
RS	Cruz Alta	4306106	16.324.931,75	120.236.873,35	13,58
RS	Encruzilhada do Sul	4306908	-4.521.396,81	55.441.608,97	-
RS	Erechim	4307005	-26.861.713,10	201.081.855,20	-
RS	Esteio	4307708	-32.254.969,50	181.092.803,79	-
RS	Farroupilha	4307906	28.550.618,19	173.185.926,98	16,49
RS	Gravataí	4309209	280.844.449,07	516.249.595,39	54,40
RS	Guaíba	4309308	32.214.752,18	202.411.955,98	15,92
RS	Ibirubá	4310009	101.548,54	52.690.516,62	0,19
RS	Ijuí	4310207	-37.210.262,58	257.732.432,04	-
RS	Imbé	4310330	55.588.265,19	72.668.010,58	76,50
RS	Itaara	4310538	-2.104.820,28	13.885.788,39	-
RS	Itaqui	4310603	-4.668.344,58	83.107.149,88	-
RS	Jacutinga	4310900	-7.058.490,84	12.618.644,32	-
RS	Lajeado	4311403	-44.540.683,58	230.662.156,45	-
RS	Lajeado do Bugre	4311429	568.501,91	10.687.546,76	5,32
RS	Monte Alegre dos Campos	4312377	-1.281.466,65	13.763.046,77	-
RS	Morrinhos do Sul	4312443	-724.177,82	10.058.378,19	-
RS	Nova Brésia	4313003	-254.370,93	15.268.994,46	-
RS	Nova Santa Rita	4313375	-9.183.063,50	72.312.520,27	-
RS	Novo Hamburgo	4313409	224.115.482,11	673.046.014,69	33,30
RS	Parobé	4314050	24.711.557,01	93.164.956,54	26,52
RS	Passo Fundo	4314100	-26.411.562,84	411.588.262,80	-
RS	Pedro Osório	4314209	-3.227.337,15	14.941.679,57	-
RS	Pelotas	4314407	47.911.506,71	658.488.334,24	7,28
RS	Pinheiro Machado	4314506	-1.992.554,78	31.000.620,29	-
RS	Pinto Bandeira	4314548	-1.117.398,61	10.328.642,43	-
RS	Piratini	4314605	954.194,43	37.100.011,28	2,57
RS	Porto Alegre	4314902	825.478.129,77	4.924.553.538,38	16,76
RS	Rio Grande	4315602	-28.331.847,55	537.445.591,73	-
RS	Rolante	4316006	5.583.260,90	41.926.269,42	13,32
RS	Santa Cruz do Sul	4316808	41.825.480,96	334.811.261,33	12,49

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Santa Margarida do Sul	4316972	-302.356,74	13.393.764,89	-
RS	Santa Maria	4316907	-62.345.152,50	403.054.886,34	-
RS	Santa Vitória do Palmar	4317301	16.102.570,14	76.828.040,85	20,96
RS	Sant'Ana do Livramento	4317103	13.627.955,78	147.822.181,17	9,22
RS	Santiago	4317400	6.152.252,82	92.874.911,31	6,62
RS	Santo Ângelo	4317509	-1.887.829,49	119.521.428,31	-
RS	Santo Antônio das Missões	4317707	1.872.121,64	24.413.330,31	7,67
RS	São Borja	4318002	16.704.317,74	138.685.584,09	12,04
RS	São Francisco de Paula	4318200	-5.444.328,29	43.206.800,98	-
RS	São Gabriel	4318309	45.062.171,35	111.436.592,62	40,44
RS	São Leopoldo	4318705	265.667.298,75	581.116.123,08	45,72
RS	São Martinho da Serra	4319125	-431.827,25	11.427.903,23	-
RS	São Paulo das Missões	4319307	-2.528.245,41	15.140.920,43	-
RS	São Pedro das Missões	4319364	-5.779.344,45	12.539.327,93	-
RS	Sapiranga	4319901	-4.031.939,91	158.941.055,92	-
RS	Sapucaia do Sul	4320008	21.375.667,61	293.947.960,14	7,27
RS	Sério	4320453	-1.265.582,68	11.369.849,45	-
RS	Taquara	4321204	16.364.714,37	96.525.635,04	16,95
RS	Torres	4321501	16.307.910,59	89.693.295,08	18,18
RS	Três Coroas	4321709	-3.128.335,24	59.924.719,63	-
RS	Uruguaiana	4322400	154.231.209,70	204.534.385,48	75,41
RS	Vacaria	4322509	-23.274.763,57	139.640.859,06	-
RS	Venâncio Aires	4322608	-9.165.857,42	149.625.540,80	-
RS	Viamão	4323002	30.596.572,85	288.734.279,29	10,60
RS	Vila Nova do Sul	4323457	-918.043,01	12.779.109,87	-
SC	Araquari	4201307	716.796,13	76.043.666,04	0,94
SC	Araranguá	4201406	-3.335.958,19	112.840.620,68	-
SC	Balneário Arroio do Silva	4201950	-2.227.268,07	25.384.969,89	-
SC	Blumenau	4202404	172.955.680,68	1.046.974.914,43	16,52
SC	Bombinhas	4202453	-9.791.943,89	77.532.289,21	-
SC	Braço do Norte	4202800	297.044,09	61.958.608,50	0,48
SC	Brusque	4202909	27.846.223,59	300.787.944,60	9,26
SC	Caçador	4203006	11.492.260,78	140.585.187,02	8,17
SC	Calmon	4203154	2.027.537,76	13.870.567,96	14,62
SC	Camboriú	4203204	-10.388.769,75	144.223.233,37	-
SC	Campo Erê	4203501	-929.008,32	23.031.987,69	-
SC	Concórdia	4204301	-20.421.038,52	209.448.396,17	-
SC	Criciúma	4204608	85.426.979,88	533.350.009,75	16,02
SC	Galvão	4205605	-1.128.892,13	12.122.734,23	-
SC	Gaspar	4205902	-27.716.968,34	153.725.246,57	-
SC	Ibiam	4206751	-1.748.459,74	10.570.638,66	-
SC	Indaial	4207502	-152.766,74	142.467.097,01	-
SC	Ipira	4207601	-1.572.247,46	14.206.074,95	-
SC	Itajaí	4208203	-40.727.953,45	995.272.059,71	-
SC	Itapoá	4208450	-7.429.303,49	71.376.568,58	-
SC	Ituporanga	4208500	-2.661.167,67	49.665.320,10	-
SC	Jaborá	4208609	-737.551,97	15.434.014,10	-
SC	Jaraguá do Sul	4208906	54.106.713,30	548.123.455,83	9,87
SC	Joaçaba	4209003	-14.469.103,78	105.668.173,08	-
SC	Joinville	4209102	346.199.163,85	1.469.360.614,29	23,56

SC	Lebon Régis	4209706	-1.198.577,09	22.784.497,99	-
SC	Mafra	4210100	-220.800.066,73	106.437.285,36	-
SC	Matos Costa	4210704	-946.368,08	10.448.624,95	-
SC	Monte Castelo	4211108	-299.837,96	17.512.076,86	-
SC	Nova Veneza	4211603	-1.468.778,59	34.765.085,48	-
SC	Otacílio Costa	4211751	22.899.509,58	48.044.810,38	47,66
SC	Palhoça	4211900	-52.273.568,41	342.525.490,43	-
SC	Ponte Serrada	4213401	-2.432.319,87	24.672.456,12	-
SC	Rio do Sul	4214805	-2.997.865,94	198.631.881,67	-
SC	Salete	4215307	-669.319,64	17.672.461,44	-
SC	Santa Terezinha	4215679	-1.786.617,35	16.218.825,57	-
SC	São Bento do Sul	4215802	724.485,88	215.094.568,25	0,34
SC	São Cristovão do Sul	4216057	-1.368.019,44	15.276.593,68	-
SC	São José	4216602	-13.190.631,07	480.375.158,79	-
SC	Siderópolis	4217600	-420.051,56	29.181.380,38	-
SC	Tangará	4217907	-1.748.372,46	24.628.370,43	-
SC	Treze Tilias	4218509	-2.819.008,41	26.551.623,55	-
SC	Urussanga	4219002	-177.534,72	53.588.612,24	-
SC	Vargeão	4219101	-2.647.704,96	14.008.229,34	-
SC	Videira	4219309	37.716.264,15	131.473.541,51	28,69
SC	Xanxerê	4219507	17.057.693,89	90.507.109,38	18,85
SC	Zortéa	4219853	-904.841,80	14.710.147,59	-
SE	Aracaju	2800308	268.952.683,14	1.449.944.856,78	18,55
SE	Estância	2802106	5.078.888,67	155.377.628,51	3,27
SE	Itabaiana	2802908	377.596,54	134.440.006,40	0,28
SE	Lagarto	2803500	16.625.083,63	152.751.640,07	10,88
SP	Adamantina	3500105	371.146,08	112.536.311,33	0,33
SP	Aguai	3500303	7.222.245,02	68.009.277,58	10,62
SP	Americana	3501608	544.466.124,54	584.310.443,11	93,18
SP	Amparo	3501905	3.449.968,32	206.930.570,27	1,67
SP	Analândia	3502002	-1.822.796,81	22.228.136,82	-
SP	Andradina	3502101	33.265.935,61	129.083.097,82	25,77
SP	Angatuba	3502200	4.409.984,36	64.157.979,53	6,87
SP	Araçatuba	3502804	201.732.187,63	433.655.927,53	46,52
SP	Araçoiaba da Serra	3502903	-241.568,24	75.103.782,35	-
SP	Arandu	3503109	4.170.903,01	22.210.246,59	18,78
SP	Arujá	3503901	-24.583.630,84	219.164.553,50	-
SP	Atibaia	3504107	12.180.515,54	374.613.729,71	3,25
SP	Avanhandava	3504404	3.507.657,99	28.255.760,42	12,41
SP	Balbinos	3504701	5.253.496,10	12.600.848,76	41,69
SP	Bálsamo	3504800	1.109.566,85	19.064.297,85	5,82
SP	Bananal	3504909	7.440.422,96	28.016.945,00	26,56
SP	Barbosa	3505104	-3.580,10	17.784.526,09	-
SP	Bariri	3505203	151.168,94	79.048.878,47	0,19
SP	Barra do Turvo	3505401	2.130.297,35	26.859.711,10	7,93
SP	Barretos	3505500	49.189.581,37	415.427.678,39	11,84
SP	Barueri	3505708	-14.969.737,71	2.033.869.622,08	-
SP	Bastos	3505807	857.496,11	47.712.798,40	1,80
SP	Batatais	3505906	11.249.442,65	138.001.930,02	8,15
SP	Bauru	3506003	119.597.711,49	859.422.389,68	13,92

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Bento de Abreu	3506201	-17.423,05	15.742.343,42	-
SP	Bernardino de Campos	3506300	-108.475,49	25.134.202,87	-
SP	Bertioga	3506359	16.403.354,97	327.318.115,60	5,01
SP	Birigui	3506508	2.625.801,52	263.754.627,97	1,00
SP	Biritiba-Mirim	3506607	-2.067.688,99	59.883.362,65	-
SP	Boa Esperança do Sul	3506706	-300.561,06	38.162.679,73	-
SP	Bofete	3506904	-562.603,96	29.772.032,93	-
SP	Boituva	3507001	2.647.713,32	176.058.863,07	1,50
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	1.398.097,40	12.407.847,23	11,27
SP	Borebi	3507456	46.770,86	14.364.558,17	0,33
SP	Bragança Paulista	3507605	-214.637,82	393.002.651,48	-
SP	Brejo Alegre	3507753	0,00	16.132.882,50	0,00
SP	Brotas	3507902	-3.503.401,27	73.126.991,01	-
SP	Cabreúva	3508405	-13.470.986,54	163.648.048,74	-
SP	Caçapava	3508504	29.271.235,51	208.292.872,90	14,05
SP	Caiabu	3508900	-16.339,79	14.516.947,65	-
SP	Caieiras	3509007	-5.027.931,39	207.418.661,47	-
SP	Caiuá	3509106	12.306.217,71	20.304.201,51	60,61
SP	Cajamar	3509205	128.483.514,75	349.766.702,02	36,73
SP	Cajati	3509254	-25.159.674,77	95.686.748,68	-
SP	Cajuru	3509403	723.319,48	52.547.060,40	1,38
SP	Campinas	3509502	1.489.979.236,38	3.706.454.081,15	40,20
SP	Campo Limpo Paulista	3509601	31.317.996,59	163.387.010,99	19,17
SP	Campos Novos Paulista	3509809	693.146,96	16.794.426,59	4,13
SP	Canas	3509957	746.720,29	15.614.563,91	4,78
SP	Cândido Mota	3510005	-3.520.553,58	80.295.492,75	-
SP	Canitar	3510153	1.278.815,80	15.526.877,64	8,24
SP	Capão Bonito	3510203	23.896.355,55	105.751.950,41	22,60
SP	Capela do Alto	3510302	2.428.045,86	45.636.565,27	5,32
SP	Capivari	3510401	27.623.134,52	150.709.069,50	18,33
SP	Carapicuíba	3510609	41.757.728,85	406.515.127,42	10,27
SP	Casa Branca	3510807	1.794.630,64	68.848.256,72	2,61
SP	Castilho	3511003	-13.121.599,95	76.411.682,06	-
SP	Catanduva	3511102	48.920.684,95	331.554.598,88	14,75
SP	Cerqueira César	3511409	4.370.640,88	49.254.118,63	8,87
SP	Cerquillo	3511508	-10.973.260,70	126.269.961,91	-
SP	Cesário Lange	3511607	-481.391,57	43.671.289,01	-
SP	Conchal	3512209	9.596.484,89	72.196.134,59	13,29
SP	Conchas	3512308	1.359.091,30	44.454.833,12	3,06
SP	Cordeirópolis	3512407	-1.328.808,67	109.619.005,03	-
SP	Coronel Macedo	3512605	1.248.345,57	16.788.164,75	7,44
SP	Corumbatai	3512704	-283.218,02	19.794.358,85	-
SP	Cravinhos	3513108	3.430.991,03	94.841.205,97	3,62
SP	Cruzália	3513306	0,00	13.696.767,58	0,00
SP	Descalvado	3513702	-316.602,31	87.475.384,83	-
SP	Diadema	3513801	152.570.316,94	956.306.040,27	15,95
SP	Dobrada	3514007	80.623,86	16.830.677,25	0,48
SP	Dourado	3514304	-29.910,74	24.239.558,41	-
SP	Eldorado	3514809	-954.479,41	40.250.788,74	-
SP	Elias Fausto	3514908	653.420,66	45.700.428,68	1,43

SP	Espírito Santo do Turvo	3515194	-2.146.841,31	16.118.923,70	-
SP	Estiva Gerbi	3557303	0,00	28.754.863,54	0,00
SP	Fernando Prestes	3515608	-1.719.187,33	17.486.164,12	-
SP	Fernandópolis	3515509	-6.801.405,76	143.337.674,74	-
SP	Floreal	3515905	-830.576,75	13.204.403,92	-
SP	Franca	3516200	-135.715.052,21	594.085.198,47	-
SP	Francisco Morato	3516309	-8.996.677,96	242.620.896,71	-
SP	Franco da Rocha	3516408	-39.213.148,99	235.731.096,30	-
SP	Gastão Vidigal	3516804	1.087.240,92	13.077.763,85	8,31
SP	Gavião Peixoto	3516853	-8.470.040,45	23.519.683,40	-
SP	General Salgado	3516903	3.519.111,55	30.692.188,16	11,47
SP	Getulina	3517000	810.092,70	24.817.389,45	3,26
SP	Glicério	3517109	-1.236.119,28	16.864.506,33	-
SP	Guaíçara	3517208	2.858.690,22	26.072.963,15	10,96
SP	Guaíra	3517406	5.127.014,13	139.595.192,93	3,67
SP	Guapiaçu	3517505	180.561,68	53.690.210,53	0,34
SP	Guará	3517703	-65.177,00	54.761.802,66	-
SP	Guaraçaí	3517802	1.714.881,66	23.965.943,96	7,16
SP	Guaraci	3517901	4.694.532,95	37.398.119,26	12,55
SP	Guarani d'Oeste	3518008	1.499.553,29	11.188.919,54	13,40
SP	Guararema	3518305	2.294.841,85	140.141.208,86	1,64
SP	Guaratinguetá	3518404	7.903.393,27	257.181.509,41	3,07
SP	Guareí	3518503	398.616,26	31.830.848,57	1,25
SP	Guarujá	3518701	469.773.129,31	1.046.333.456,77	44,90
SP	Guataporã	3518859	1.358.033,41	24.666.537,98	5,51
SP	Guzolândia	3518909	-3.353.946,22	15.059.290,91	-
SP	Hortolândia	3519071	72.789.612,96	573.378.110,10	12,69
SP	Iacanga	3519105	-19.461,52	35.314.080,14	-
SP	Iaras	3519253	-1.528.546,29	20.793.097,75	-
SP	Ibaté	3519303	19.433.929,39	69.112.495,40	28,12
SP	Ibirarema	3519501	-3.029.680,08	20.794.505,50	-
SP	Ibitinga	3519600	-6.494.088,90	107.115.789,68	-
SP	Ibiúna	3519709	35.324.353,77	148.378.631,96	23,81
SP	Icém	3519808	425.186,16	30.411.388,81	1,40
SP	Igarapu do Tietê	3520004	-7.759.237,85	47.712.674,74	-
SP	Igarapava	3520103	20.684.823,45	71.328.639,39	29,00
SP	Igaratá	3520202	-783.725,99	29.251.759,27	-
SP	Ilha Comprida	3520426	-25.248.305,39	110.275.089,93	-
SP	Ilhabela	3520400	-198.686.637,79	417.416.619,40	-
SP	Indaiatuba	3520509	-307.708.289,37	791.428.869,29	-
SP	Indiaporã	3520707	-847.449,01	16.534.476,40	-
SP	Inúbia Paulista	3520806	-1.954.917,31	13.530.693,31	-
SP	Ipaussu	3520905	5.678.378,18	37.039.821,46	15,33
SP	Ipeúna	3521101	-2.274.108,31	24.078.846,39	-
SP	Ipiranga	3521150	1.815.954,74	15.130.402,76	12,00
SP	Iporanga	3521200	4.537.850,78	19.016.882,17	23,86
SP	Ipuã	3521309	2.086.223,08	46.097.209,64	4,53
SP	Itaberá	3521705	-998.618,05	40.739.094,22	-
SP	Itaí	3521804	1.602.859,89	66.749.245,61	2,40
SP	Itaju	3522000	-89.896,68	16.366.684,65	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Itapecerica da Serra	3522208	-46.925.254,15	330.068.371,79	-
SP	Itapetininga	3522307	50.145.553,24	344.200.386,09	14,57
SP	Itapeva	3522406	16.904.710,80	244.700.866,32	6,91
SP	Itapira	3522604	41.066.677,48	198.408.604,83	20,70
SP	Itápolis	3522703	-4.689.678,06	95.340.505,87	-
SP	Itaquaquecetuba	3523107	156.382.572,58	498.808.306,83	31,35
SP	Itararé	3523206	13.812.046,52	93.425.479,61	14,78
SP	Itariri	3523305	3.023.717,07	29.984.520,50	10,08
SP	Itatiba	3523404	22.278.310,57	319.840.838,06	6,97
SP	Itirapina	3523602	-3.106.822,36	52.867.510,60	-
SP	Itu	3523909	6.688.289,58	459.580.879,75	1,46
SP	Itupeva	3524006	29.835.298,26	189.351.534,99	15,76
SP	Jaboticabal	3524303	84.045.552,13	196.886.602,13	42,69
SP	Jacaré	3524402	-81.059.307,34	612.695.135,50	-
SP	Jacupiranga	3524600	1.904.953,70	39.214.486,11	4,86
SP	Jaguariúna	3524709	15.732.086,16	244.620.711,78	6,43
SP	Jandira	3525003	-20.130.723,80	219.357.954,87	-
SP	Jardinópolis	3525102	-22.574.361,22	107.161.725,50	-
SP	Jarinu	3525201	6.293.336,12	88.699.587,51	7,10
SP	Jaú	3525300	80.811.740,59	319.274.783,17	25,31
SP	Joanópolis	3525508	-4.646.976,69	28.840.088,55	-
SP	Júlio Mesquita	3525805	2.941.973,16	12.957.796,73	22,70
SP	Leme	3526704	21.168.416,23	236.974.296,69	8,93
SP	Lençóis Paulista	3526803	-12.866.757,04	187.922.206,75	-
SP	Limeira	3526902	19.042.431,47	739.171.545,78	2,58
SP	Lindóia	3527009	-1.270.702,09	29.862.991,48	-
SP	Lins	3527108	16.002.651,30	164.134.838,70	9,75
SP	Lorena	3527207	-1.990.821,79	167.535.939,13	-
SP	Lourdes	3527256	-212.581,38	11.580.037,09	-
SP	Louveira	3527306	-223.213.917,79	434.067.986,97	-
SP	Lucélia	3527405	443.558,03	43.727.022,70	1,01
SP	Lucianópolis	3527504	-63.398,16	12.753.922,84	-
SP	Mairiporã	3528502	-779.097,26	189.160.461,15	-
SP	Maracá	3528809	-1.364.956,69	39.253.858,99	-
SP	Mariópolis	3528908	-694.931,95	12.151.954,74	-
SP	Marília	3529005	187.727.162,25	623.282.335,49	30,12
SP	Martinópolis	3529203	3.190.011,92	60.897.731,89	5,24
SP	Matão	3529302	68.986.650,99	175.718.809,46	39,26
SP	Mauá	3529401	953.825.033,38	818.532.045,23	116,53
SP	Mineiros do Tietê	3529807	2.596.866,67	24.965.797,44	10,40
SP	Mirante do Paranapanema	3530201	-517.440,54	45.708.526,13	-
SP	Mirassolândia	3530409	0,00	13.261.182,74	0,00
SP	Mogi das Cruzes	3530607	-24.164.187,95	1.029.098.994,08	-
SP	Mogi Mirim	3530805	65.283.496,05	303.895.161,36	21,48
SP	Mombuca	3530904	238.778,25	14.364.978,81	1,66
SP	Monte Mor	3531803	19.802.408,48	168.165.451,19	11,78
SP	Morungaba	3532009	-676.925,23	31.253.882,70	-
SP	Nhandeara	3532603	1.711.331,57	29.333.209,43	5,83
SP	Nova Castilho	3532868	-83.724,18	11.538.683,33	-
SP	Nova Europa	3532900	-188.216,49	29.007.499,61	-

SP	Nova Guataporanga	3533106	-731.098,49	10.563.892,65	-
SP	Nova Luzitânia	3533304	-280.333,57	11.817.702,87	-
SP	Nova Odessa	3533403	7.679.781,86	139.635.465,74	5,50
SP	Novo Horizonte	3533502	3.614.322,66	95.230.644,36	3,80
SP	Olimpia	3533908	-63.079.084,25	169.681.865,70	-
SP	Onda Verde	3534005	-11.090.213,70	18.933.507,11	-
SP	Osasco	3534401	1.145.396.513,19	1.706.828.433,93	67,11
SP	Oscar Bressane	3534500	-467.857,21	12.181.282,58	-
SP	Osvaldo Cruz	3534609	-5.522.877,41	63.442.471,30	-
SP	Ouroeste	3534757	4.494.565,96	60.465.841,80	7,43
SP	Pacaembu	3534906	2.925.166,21	29.765.231,96	9,83
SP	Palmital	3535309	854.664,53	60.562.751,21	1,41
SP	Paraíso	3535705	-1.576.829,06	23.978.749,04	-
SP	Patrocínio Paulista	3536307	701.157,14	40.842.176,06	1,72
SP	Paufistânia	3536570	-1.699.818,62	12.183.894,27	-
SP	Pederneiras	3536703	0,00	107.796.233,76	0,00
SP	Pedranópolis	3536901	988.340,66	11.880.195,38	8,32
SP	Pedregulho	3537008	802.613,71	40.970.801,04	1,96
SP	Pedreira	3537107	20.020.570,60	109.365.052,05	18,31
SP	Penápolis	3537305	52.892.377,22	164.866.586,22	32,08
SP	Peruibe	3537602	18.041.700,85	184.505.513,60	9,78
SP	Piedade	3537800	-9.957.194,86	93.499.860,04	-
SP	Pindamonhangaba	3538006	-22.834.146,14	359.669.863,36	-
SP	Piquerobi	3538303	1.021.964,25	15.406.816,00	6,63
SP	Piracaia	3538600	685.654,59	62.958.357,50	1,09
SP	Piracicaba	3538709	7.665.941,34	1.244.242.258,98	0,62
SP	Pirajui	3538907	4.192.060,68	49.988.880,96	8,39
SP	Pirassununga	3539301	10.581.534,10	184.111.941,20	5,75
SP	Pitangueiras	3539509	-2.564.313,86	92.464.172,54	-
SP	Platina	3539707	-970.093,04	14.257.056,43	-
SP	Poá	3539806	-7.108.490,87	387.507.407,21	-
SP	Populina	3540408	1.630.466,98	17.857.349,06	9,13
SP	Porto Feliz	3540606	-4.568.339,46	178.583.798,02	-
SP	Porto Ferreira	3540705	18.869.370,74	128.779.304,90	14,65
SP	Potim	3540754	2.957.276,90	37.651.312,72	7,85
SP	Praia Grande	3541000	-22.517.121,37	1.032.596.540,88	-
SP	Presidente Prudente	3541406	-28.421.846,96	480.920.875,97	-
SP	Promissão	3541604	672.918,38	92.129.579,31	0,73
SP	Quadra	3541653	-772.357,35	15.663.633,30	-
SP	Queiroz	3541802	532.873,00	16.593.603,27	3,21
SP	Quintana	3542008	437.545,20	18.674.373,53	2,34
SP	Rafard	3542107	-1.307.596,86	25.426.828,89	-
SP	Redenção da Serra	3542305	3.548.491,64	14.274.629,38	24,86
SP	Reginópolis	3542503	344.681,37	19.737.625,62	1,75
SP	Registro	3542602	5.589.031,28	146.827.853,97	3,81
SP	Restinga	3542701	3.435.874,44	20.892.674,44	16,45
SP	Ribeirão Corrente	3543105	-1.859.440,52	16.675.030,10	-
SP	Ribeirão dos Índios	3543238	-108.333,34	11.795.788,23	-
SP	Ribeirão Pires	3543303	55.868.610,41	235.746.822,77	23,70
SP	Ribeirão Preto	3543402	407.146.654,20	1.888.919.790,56	21,55

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Rio Claro	3543907	170.107.441,81	606.286.305,78	28,06
SP	Rio das Pedras	3544004	18.578.976,75	83.622.065,12	22,22
SP	Riolândia	3544202	38.759,28	29.876.928,21	0,13
SP	Riversul	3543501	-209.918,25	15.358.590,18	-
SP	Sabino	3544608	6.216.062,07	20.141.675,09	30,86
SP	Salmourão	3545100	1.301.972,38	12.860.619,46	10,12
SP	Salto	3545209	27.723.113,04	284.555.826,29	9,74
SP	Salto de Pirapora	3545308	-16.068.317,55	108.895.022,91	-
SP	Salto Grande	3545407	2.176.106,87	23.178.074,60	9,39
SP	Santa Cruz da Conceição	3546207	-1.809.133,60	18.536.032,67	-
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	3546405	-2.537.170,68	119.396.575,90	-
SP	Santa Fé do Sul	3546603	1.071.464,78	111.989.438,18	0,96
SP	Santa Gertrudes	3546702	-993.548,85	81.336.450,62	-
SP	Santana de Parnaíba	3547304	-38.785.364,05	677.968.887,18	-
SP	Santo André	3547809	1.109.231.005,19	1.849.267.129,93	59,98
SP	Santo Antônio do Aracanguá	3548054	-2.183.210,92	38.710.257,63	-
SP	Santo Antônio do Jardim	3548104	-256.106,67	17.000.575,46	-
SP	Santos	3548500	107.050.084,99	1.926.664.678,51	5,56
SP	São Bernardo do Campo	3548708	1.219.480.020,78	2.980.682.916,40	40,91
SP	São Caetano do Sul	3548807	103.870.173,86	1.317.246.511,94	7,89
SP	São João da Boa Vista	3549102	10.629.100,87	232.335.685,03	4,57
SP	São João do Pau d'Alho	3549300	-284.368,84	11.641.504,02	-
SP	São Joaquim da Barra	3549409	8.322.047,88	102.832.973,34	8,09
SP	São José do Rio Preto	3549805	-21.573.169,08	1.261.460.085,50	-
SP	São José dos Campos	3549904	76.272.739,68	2.185.613.382,35	3,49
SP	São Miguel Arcanjo	3550209	-13.222.714,06	62.172.941,21	-
SP	São Paulo	3550308	79.954.480.420,58	43.188.822.500,60	185,13
SP	São Pedro do Turvo	3550506	-1.088.763,17	22.460.601,47	-
SP	São Vicente	3551009	215.370.995,87	724.174.524,34	29,74
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	-395.372,02	17.739.423,20	-
SP	Serra Azul	3551405	-2.241.933,99	23.827.767,91	-
SP	Serra Negra	3551603	8.190.706,20	73.421.047,27	11,16
SP	Sertãozinho	3551702	5.253.473,81	352.462.008,35	1,49
SP	Socorro	3552106	-8.150.568,65	78.850.703,25	-
SP	Sorocaba	3552205	123.322.571,47	2.132.610.654,97	5,78
SP	Sud Meninucci	3552304	219.414,48	30.191.430,73	0,73
SP	Sumaré	3552403	452.616.234,74	584.396.916,58	77,45
SP	Suzano	3552502	23.135.557,79	546.135.304,22	4,24
SP	Tabatinga	3552700	-1.052.234,73	32.489.251,95	-
SP	Taboão da Serra	3552809	36.432.257,66	611.284.511,10	5,96
SP	Taiacçu	3553104	-223.815,98	16.127.171,55	-
SP	Taiúva	3553203	-228.274,82	17.125.950,40	-
SP	Tambaú	3553302	2.994.036,66	64.989.857,78	4,61
SP	Tarumã	3553955	-4.272.979,70	48.300.083,60	-
SP	Taubaté	3554102	-56.516.284,98	816.955.994,82	-
SP	Tietê	3554508	18.143.193,75	117.934.288,01	15,38
SP	Trabiju	3554755	-1.022.153,04	10.066.553,43	-
SP	Tupã	3555000	4.088.052,55	126.045.580,91	3,24
SP	Tupi Paulista	3555109	458.422,70	34.931.925,68	1,31
SP	Turiúba	3555208	3.902.483,69	12.153.750,03	32,11

SP	Turmalina	3555307	1.333.594,48	12.823.182,57	10,40
SP	Ubatuba	3555406	-16.287.446,83	244.857.243,22	-
SP	Uchoa	3555604	9.478.068,38	28.630.964,96	33,10
SP	Uru	3555901	-186,16	11.992.176,10	-
SP	Vargem Grande do Sul	3556404	-3.008.094,54	80.700.755,47	-
SP	Vinhedo	3556701	47.126.177,98	354.069.481,09	13,31
SP	Viradouro	3556800	-1.018.670,01	46.281.607,37	-
SP	Vista Alegre do Alto	3556909	-2.640.300,57	22.972.110,52	-
SP	Votorantim	3557006	1.128.524,71	248.568.840,44	0,45
SP	Votuporanga	3557105	20.584.171,11	219.078.069,37	9,40
TO	Gurupi	1709500	-16.783.265,11	217.981.719,30	-
TO	Miracema do Tocantins	1713205	499.799,20	45.593.425,26	1,10
TO	Palmas	1721000	-21.201.457,26	796.924.520,61	-
TO	Porto Nacional	1718204	10.077.575,54	104.770.749,31	9,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2015

data-base 31/12/2015

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

21/03/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 2º Semestre 2015	RCL 2º Semestre 2015	% DCL/RCL
AC	Jordão	1200328	-3.373.723,07	19.181.958,41	-
BA	Abaira	2900108	13.506.781,39	15.250.376,85	88,57
BA	Anagé	2901205	-6.648.216,32	55.654.366,03	-
BA	Belo Campo	2903508	4.026.889,13	34.116.466,03	11,80
BA	Bom Jesus da Serra	2903953	11.677.746,16	21.891.958,40	53,34
BA	Cândido Sales	2906709	46.583.810,96	50.189.370,62	92,82
BA	Conceição do Jacuípe	2908507	15.389.021,32	60.349.737,90	25,50
BA	Cordeiros	2909000	7.441.114,79	17.877.017,27	41,62
BA	Dom Basílio	2910107	8.356.027,65	42.884.265,01	19,49
BA	Irajuba	2914208	7.953.768,22	17.398.460,85	45,72
BA	Itapé	2916203	24.184.466,00	19.584.064,35	123,49
BA	Itaquara	2916708	4.573.385,41	15.132.317,23	30,22
BA	Licínio de Almeida	2919405	6.468.029,77	22.966.132,68	28,16
BA	Maetinga	2919959	1.276.068,15	28.077.100,57	4,54
BA	Mortugaba	2921807	-4.854.026,35	22.064.928,39	-
BA	Planaltino	2924900	2.324.027,94	17.745.234,26	13,10
BA	Planalto	2925006	53.719.947,81	41.848.739,15	128,37
BA	Presidente Jânio Quadros	2925709	16.494.321,46	34.666.332,78	47,58
BA	Santa Inês	2927903	9.799.071,62	18.133.601,31	54,04
BA	Tremedal	2931806	13.604.073,05	32.487.909,66	41,87
BA	Una	2932507	56.296.796,36	45.253.697,60	124,40
CE	Altaneira	2300606	8.177.133,84	18.989.523,85	43,06
CE	Ararendá	2301257	2.716.067,18	24.834.966,90	10,94
CE	Araripe	2301307	10.766.407,25	45.573.954,84	23,62
CE	Aurora	2301703	529.159,52	43.015.392,83	1,23
CE	Baixio	2301802	1.550.107,77	16.269.571,15	9,53
CE	Barro	2302008	9.302.415,15	34.340.151,78	27,09
CE	Cariús	2303303	18.056.972,87	33.033.446,21	54,66
CE	Farias Brito	2304301	-2.187.314,62	40.679.881,92	-
CE	General Sampaio	2304608	3.854.672,81	19.380.298,59	19,89
CE	Graça	2304657	1.166.508,46	30.307.687,17	3,85
CE	Guaramiranga	2305100	9.444.585,35	17.071.070,35	55,33
CE	Ipaporanga	2305654	15.630.898,10	23.897.354,13	65,41
CE	Ipaumirim	2305704	2.072.345,33	24.034.758,16	8,62
CE	Itatira	2306603	318.798,03	40.329.799,90	0,79
CE	Jaguaretama	2306702	24.417.608,00	33.029.164,52	73,93
CE	Mauriti	2308104	10.489.804,65	86.981.522,12	12,06
CE	Missão Velha	2308401	32.634.231,53	61.521.913,24	53,04
CE	Mucambo	2309003	3.164.591,75	31.171.553,56	10,15
CE	Nova Olinda	2309201	-5.885.685,47	34.346.848,10	-
CE	Parambu	2310308	4.212.261,74	65.424.884,72	6,44
CE	Pereiro	2310803	3.734.070,61	31.482.652,58	11,86

CE	Poranga	2311009	34.059,06	25.847.292,20	0,13
CE	Potengi	2311207	12.758.744,74	22.950.653,27	55,59
CE	Quixeré	2311504	3.268.210,68	40.084.264,67	8,15
CE	Reriutaba	2311702	10.091.053,57	35.293.124,86	28,59
CE	Salitre	2311959	0,00	35.420.660,81	0,00
CE	Santana do Cariri	2312106	12.577.085,21	35.509.481,55	35,42
CE	Senador Sá	2312809	2.074.423,98	15.707.237,82	13,21
CE	Tarrafas	2313252	16.430.886,02	19.246.509,18	85,37
CE	Umari	2313708	3.163.262,87	16.409.728,78	19,28
ES	Afonso Cláudio	3200102	-6.681.417,22	68.115.332,31	-
ES	Baixo Guandu	3200805	-11.607.838,36	70.615.475,78	-
ES	Castelo	3201407	-18.078.975,53	84.047.320,36	-
ES	Domingos Martins	3201902	-10.462.668,02	91.942.797,90	-
ES	Governador Lindenberg	3202256	-6.814.259,89	29.175.928,26	-
ES	Itaguaçu	3202702	-4.039.962,75	35.326.601,71	-
ES	Itarana	3202900	-3.127.002,78	27.898.403,70	-
ES	Marataizes	3203320	-101.780.735,81	168.756.832,58	-
ES	Marechal Floriano	3203346	-6.539.471,61	43.666.896,41	-
ES	Pancas	3204005	-8.309.876,67	42.481.059,26	-
ES	Piúma	3204203	-14.007.800,68	66.619.392,36	-
ES	Rio Bananal	3204351	-5.353.978,78	60.305.461,88	-
ES	Santa Leopoldina	3204500	-11.054.166,56	31.028.966,93	-
ES	Santa Maria de Jetibá	3204559	-14.133.943,54	92.959.193,10	-
ES	São José do Calçado	3204807	-6.747.823,88	28.058.259,85	-
ES	São Roque do Canaã	3204955	-6.275.571,54	26.422.738,61	-
ES	Sooretama	3205010	-4.100.751,04	61.689.547,01	-
GO	Colinas do Sul	5205521	0,00	7.676.667,19	0,00
GO	Sanclerlândia	5219001	0,00	8.481.161,38	0,00
GO	Santa Helena de Goiás	5219308	15.209.707,05	76.336.536,72	19,92
GO	Santa Terezinha de Goiás	5219704	0,00	9.164.209,08	0,00
GO	Vicentinópolis	5222054	0,00	12.123.252,23	0,00
MA	Alto Parnaíba	2100501	-2.972.703,38	23.103.472,13	-
MA	Arame	2100956	-5.041.623,28	48.704.807,54	-
MA	Bernardo do Mearim	2101939	-697.905,91	13.775.738,72	-
MA	Buritirana	2102358	-3.344.903,20	26.854.339,99	-
MA	Igarapé Grande	2105203	-131.360,27	21.128.790,51	-
MA	Itinga do Maranhão	2105427	-1.785.275,55	49.142.796,81	-
MA	João Lisboa	2105500	-4.184.953,53	44.584.378,59	-
MA	Lima Campos	2106003	-4.177.623,23	27.376.460,37	-
MA	Paulo Ramos	2108108	-1.311.170,46	36.590.648,76	-
MA	Sambaíba	2109700	-2.859.460,45	15.867.652,36	-
MA	Tufilândia	2112274	-559.335,76	19.654.162,71	-
MG	Abadia dos Dourados	3100104	5.802.980,86	15.692.551,15	36,98
MG	Abre Campo	3100302	16.752.183,97	23.947.407,45	69,95
MG	Açucena	3100500	1.193.694,55	17.622.596,25	6,77
MG	Alfredo Vasconcelos	3101631	258.059,10	12.449.222,79	2,07
MG	Almenara	3101706	7.351.150,83	58.820.182,88	12,50
MG	Alterosa	3102001	-1.393.577,01	24.241.889,40	-
MG	Alto Rio Doce	3102100	0,00	18.823.647,15	0,00
MG	Alvorada de Minas	3102407	-4.686.919,85	24.797.631,62	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Amparo do Serra	3102506	120.346,98	11.121.936,18	1,08
MG	Angelândia	3102852	-233.568,06	16.475.380,84	-
MG	Antônio Carlos	3102902	4.697.962,83	18.770.828,86	25,03
MG	Araçuaí	3103405	953.831,02	53.067.421,19	1,80
MG	Araújos	3103900	-101.133,24	15.986.269,90	-
MG	Arceburgo	3104106	2.165.157,23	22.948.157,46	9,43
MG	Areão	3104304	-1.559.195,35	22.894.123,18	-
MG	Argirita	3104403	-611.212,61	10.260.011,73	-
MG	Bambuí	3105103	9.756.618,86	40.884.006,02	23,86
MG	Barra Longa	3105707	325.039,45	11.200.951,86	2,90
MG	Bela Vista de Minas	3106002	2.275.025,79	24.475.865,64	9,29
MG	Belo Oriente	3106309	22.063.927,10	66.012.482,21	33,42
MG	Berilo	3106507	1.376.250,05	18.526.519,89	7,43
MG	Berizal	3106655	1.015.346,53	10.781.204,72	9,42
MG	Bias Fortes	3106804	462.432,57	9.502.081,48	4,87
MG	Boa Esperança	3107109	21.086.396,32	68.678.825,22	30,70
MG	Bocaiúva	3107307	22.155.900,94	76.139.050,04	29,10
MG	Bom Despacho	3107406	-2.245.156,37	90.786.636,09	-
MG	Bom Jesus da Penha	3107604	-322.710,03	13.635.435,07	-
MG	Bom Repouso	3107901	2.080.161,71	19.049.089,46	10,92
MG	Bonfim	3108107	-1.261.028,82	14.047.309,05	-
MG	Bonito de Minas	3108255	2.765.709,18	19.325.578,96	14,31
MG	Botelhos	3108404	-2.586.858,59	24.685.016,66	-
MG	Botumirim	3108503	1.432.421,36	12.716.004,61	11,26
MG	Brasília de Minas	3108602	5.090.420,52	59.973.395,62	8,49
MG	Brasópolis	3108909	-371.746,49	22.446.750,10	-
MG	Buenópolis	3109204	791.861,42	19.469.200,90	4,07
MG	Buritizinho	3109402	8.086.053,76	45.864.102,29	17,63
MG	Cabeceira Grande	3109451	3.437.699,78	20.603.963,14	16,68
MG	Cachoeira de Minas	3109709	-3.821.599,27	19.701.757,50	-
MG	Cachoeira de Pajeú	3102704	3.002.869,81	15.749.762,08	19,07
MG	Cachoeira Dourada	3109808	1.214.644,07	24.929.756,89	4,87
MG	Caetanópolis	3109907	37.760,04	18.298.331,37	0,21
MG	Caeté	3110004	-674.195,63	67.733.423,98	-
MG	Caldas	3110301	1.387.728,57	25.230.728,86	5,50
MG	Camacho	3110400	823.783,97	10.090.637,00	8,16
MG	Camanduiba	3110509	-370.436,78	42.907.904,95	-
MG	Cambu	3110608	-1.650.219,29	54.706.604,85	-
MG	Cambuquira	3110707	4.508.216,02	21.174.162,20	21,29
MG	Campanha	3110905	256.762,74	29.923.027,57	0,86
MG	Campo Azul	3111150	-197.209,38	11.493.147,76	-
MG	Campo Florido	3111408	360.583,01	25.836.187,39	1,40
MG	Capetinga	3112406	746.351,82	13.091.691,17	5,70
MG	Capim Branco	3112505	3.117.121,57	15.572.954,32	20,02
MG	Capitão Andrade	3112653	376.326,54	13.435.917,62	2,80
MG	Capitão	3112802	-2.946.599,99	24.695.558,02	-
MG	Caputira	3112901	2.746.073,12	15.903.331,22	17,27
MG	Carandá	3113206	5.275.912,89	47.776.004,10	11,04
MG	Carbonita	3113503	2.231.170,71	16.691.767,56	13,37
MG	Caraçu	3113602	1.660.000,00	14.977.770,18	11,08

MG	Carmo da Cachoeira	3113909	-995.460,76	23.107.068,34	-
MG	Carmo do Cajuru	3114204	-16.900.969,51	38.068.335,82	-
MG	Carneirinho	3114550	0,00	36.907.584,61	0,00
MG	Carrancas	3114600	-809.061,81	12.307.535,62	-
MG	Carvalhópolis	3114709	491.100,58	12.114.370,22	4,05
MG	Catas Altas	3115359	-4.179.302,13	28.675.330,77	-
MG	Cedro do Abaeté	3115607	-736.656,44	8.723.944,48	-
MG	Centralina	3115805	2.942.589,34	19.618.105,48	15,00
MG	Comercinho	3117009	851.659,04	14.736.118,20	5,78
MG	Conceição da Aparecida	3117108	1.248.341,56	19.287.480,54	6,47
MG	Conceição da Barra de Minas	3115201	-197.233,43	9.970.602,49	-
MG	Conquista	3118205	3.012.706,56	18.700.989,12	16,11
MG	Consolação	3118502	-191.921,41	8.724.749,89	-
MG	Cordisburgo	3118908	1.364.039,59	13.174.074,68	10,35
MG	Córrego Fundo	3119955	-1.255.729,39	16.332.099,38	-
MG	Couto de Magalhães de Minas	3120102	205.523,22	11.963.248,12	1,72
MG	Cristais	3120201	-1.957.444,17	23.704.649,02	-
MG	Crucilândia	3120607	1.895.536,76	12.252.599,87	15,47
MG	Curral de Dentro	3120870	0,00	13.989.996,97	0,00
MG	Desterro do Melo	3121506	-535.252,28	11.114.926,99	-
MG	Diamantina	3121605	-43.758.415,95	79.936.202,74	-
MG	Diogo de Vasconcelos	3121704	125.874,11	11.196.019,09	1,12
MG	Dionísio	3121803	754.033,05	13.518.667,18	5,58
MG	Divinésia	3121902	1.149.282,59	10.588.890,89	10,85
MG	Divisa Alegre	3122355	-3.170.815,93	15.022.445,27	-
MG	Divisa Nova	3122405	-2.346.652,40	12.509.345,04	-
MG	Divisópolis	3122454	2.268,97	14.412.802,04	0,02
MG	Dom Silvério	3122702	-820.237,35	11.678.209,51	-
MG	Dom Viçoso	3122801	-295.339,75	9.230.892,82	-
MG	Dores do Turvo	3123304	0,00	10.914.047,56	0,00
MG	Doresópolis	3123403	3.518.210,13	10.207.929,73	34,47
MG	Douradoquara	3123502	1.837.306,67	10.733.934,67	17,12
MG	Entre Folhas	3123858	384.310,15	10.853.237,91	3,54
MG	Espera Feliz	3124203	-6.734.170,98	36.364.324,89	-
MG	Espinosa	3124302	7.368.993,96	41.349.864,63	17,82
MG	Espírito Santo do Dourado	3124401	-759.828,50	11.139.324,02	-
MG	Faria Lemos	3125309	2.254.568,04	10.636.014,60	21,20
MG	Felício dos Santos	3125408	170.983,46	12.705.604,16	1,35
MG	Francisco Badaró	3126505	1.008.703,70	15.274.022,63	6,60
MG	Fronteira	3127008	8.541.334,53	41.767.349,18	20,45
MG	Fronteira dos Vales	3127057	707.590,23	10.154.675,78	6,97
MG	Fruta de Leite	3127073	561.644,71	12.053.226,20	4,66
MG	Funilândia	3127206	220.792,87	13.260.039,97	1,67
MG	Gameleiras	3127339	76.569,58	13.634.698,93	0,56
MG	Glaucilândia	3127354	628.342,93	9.254.465,48	6,79
MG	Guanhães	3128006	-2.553.978,81	67.965.886,15	-
MG	Guaranésia	3128303	-9.702.561,72	33.213.861,84	-
MG	Guarda-Mor	3128600	-1.403.573,38	23.771.534,99	-
MG	Guidoval	3128808	5.190.795,60	12.755.286,21	40,70
MG	Heliodora	3129202	314.402,32	12.838.069,65	2,45

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Ibiaí	3129608	-451.120,26	14.032.245,59	-
MG	Ibiraci	3129707	2.171,26	26.463.989,75	0,01
MG	Ibitiúra de Minas	3129905	2.154.490,11	9.704.997,49	22,20
MG	Inconfidentes	3130606	411.923,23	14.024.134,14	2,94
MG	Indaiabira	3130655	2.435.688,91	14.599.011,76	16,68
MG	Ingaí	3130804	-967.586,38	10.490.406,99	-
MG	Inimutaba	3131109	1.887.114,79	13.441.971,91	14,04
MG	Ipuiúna	3131505	2.372.777,00	17.078.522,13	13,89
MG	Itamogi	3132909	1.780.168,99	21.177.015,03	8,41
MG	Itamonte	3133006	9.114.083,99	27.896.929,85	32,67
MG	Itanhandu	3133105	-4.385.057,56	29.571.450,55	-
MG	Itapagipe	3133402	6.010.347,65	36.149.655,04	16,63
MG	Itapeva	3133600	1.199.156,91	22.842.050,71	5,25
MG	Iturama	3134400	26.250.753,72	97.141.815,15	27,02
MG	Jaboticatubas	3134608	-4.999.179,19	35.756.082,68	-
MG	Jacutinga	3134905	583.074,86	52.559.594,53	1,11
MG	Jaguaraçu	3135001	0,00	11.037.708,61	0,00
MG	Jaíba	3135050	7.711.858,68	51.012.309,90	15,12
MG	Japaraíba	3135308	-124.369,04	12.033.369,55	-
MG	Joanésia	3136108	976.306,62	11.654.818,89	8,38
MG	João Pinheiro	3136306	7.879.686,01	81.730.301,16	9,64
MG	Jordânia	3136504	879.391,38	15.596.732,23	5,64
MG	Josenópolis	3136579	2.063.159,47	12.007.412,45	17,18
MG	Juruiaia	3136900	2.710.462,03	18.067.256,45	15,00
MG	Juvenília	3136959	-166.170,89	13.032.693,52	-
MG	Ladainha	3137007	3.821.830,43	27.122.246,45	14,09
MG	Lagoa Grande	3137536	-331.575,70	18.426.190,83	-
MG	Lajinha	3137700	3.699.182,17	31.585.203,59	11,71
MG	Lambari	3137809	-5.482.106,51	37.927.452,86	-
MG	Lamim	3137908	260.184,30	9.952.498,69	2,61
MG	Leme do Prado	3138351	345.849,70	13.121.032,43	2,64
MG	Lima Duarte	3138609	4.846.571,05	27.980.835,57	17,32
MG	Lontra	3138658	5.375.091,92	14.723.377,50	36,51
MG	Luislândia	3138682	1.077.216,77	12.041.953,45	8,95
MG	Luminárias	3138708	-2.825.988,53	12.516.526,66	-
MG	Luz	3138807	2.640.490,10	35.094.136,13	7,52
MG	Malacacheta	3139201	3.279.852,78	30.551.321,19	10,74
MG	Mar de Espanha	3139805	-1.227.683,37	17.496.301,91	-
MG	Maravilhas	3139706	3.419.046,84	14.722.653,14	23,22
MG	Maria da Fé	3139904	-160.989,16	24.256.514,77	-
MG	Mário Campos	3140159	-164.332,21	25.954.845,45	-
MG	Marliéria	3140308	211.522,24	13.133.487,51	1,61
MG	Martins Soares	3140530	203.754,89	13.909.350,90	1,46
MG	Mata Verde	3140555	452.252,93	14.133.999,21	3,20
MG	Matias Cardoso	3140852	1.058.470,74	22.243.175,91	4,76
MG	Matipó	3140902	6.925.591,78	29.344.164,09	23,60
MG	Matutina	3141207	-935.434,32	10.983.154,55	-
MG	Medina	3141405	9.697.060,30	30.014.785,78	32,31
MG	Mendes Pimentel	3141504	3.853.266,90	12.992.103,93	29,66
MG	Mesquita	3141702	3.589.757,46	11.707.817,57	30,66

MG	Miravânia	3142254	2.040.561,27	12.432.031,00	16,41
MG	Montalvânia	3142700	-852.712,68	22.075.740,57	-
MG	Monte Alegre de Minas	3142809	-1.926.820,83	46.824.786,99	-
MG	Munhoz	3143807	2.000.781,60	12.074.619,94	16,57
MG	Mutum	3144003	2.549.063,30	36.826.773,59	6,92
MG	Muzambinho	3144102	-226.418,59	37.154.162,73	-
MG	Naque	3144359	2.329.794,92	12.712.279,07	18,33
MG	Natércia	3144409	336.593,64	10.936.271,48	3,08
MG	Nazareno	3144508	-833.889,85	19.048.615,35	-
MG	Nepomuceno	3144607	4.317.574,43	36.796.312,01	11,73
MG	Nova Ponte	3145000	3.377.377,44	23.025.464,08	14,67
MG	Nova Porteirinha	3145059	-1.989.834,46	14.754.330,96	-
MG	Nova União	3136603	-2.683.843,28	11.780.562,05	-
MG	Novorizonte	3145372	0,00	12.445.997,98	0,00
MG	Oliveira	3145604	-12.004.641,58	78.579.695,48	-
MG	Onça de Pitangui	3145802	-859.416,85	10.957.297,84	-
MG	Ouro Fino	3146008	-8.450.294,12	56.810.925,40	-
MG	Padre Paraíso	3146305	-7.309.737,78	31.416.544,32	-
MG	Papagaios	3146909	859.093,21	26.867.254,62	3,20
MG	Paraguaçu	3147204	-2.855.252,79	35.683.452,28	-
MG	Patis	3147956	1.091.522,17	13.394.325,58	8,15
MG	Pedra Azul	3148707	8.583.908,78	40.214.929,03	21,35
MG	Pedra Bonita	3148756	947.098,08	14.408.281,56	6,57
MG	Pedra do Indaiá	3148905	302.512,99	11.863.149,43	2,55
MG	Pedralva	3149101	-1.545.579,01	17.305.084,51	-
MG	Pedras de Maria da Cruz	3149150	-2.484.502,14	17.944.525,98	-
MG	Perdões	3149903	-23.114.178,01	36.794.434,71	-
MG	Piau	3150109	-3.126.964,72	9.404.435,01	-
MG	Piedade de Caratinga	3150158	-54.829,34	15.129.107,94	-
MG	Piedade do Rio Grande	3150307	-528.704,00	10.963.166,40	-
MG	Pimenta	3150505	3.655.525,65	19.061.479,18	19,18
MG	Pintópolis	3150570	680.344,23	15.366.696,21	4,43
MG	Pirajuba	3150703	2.192.174,39	18.559.748,60	11,81
MG	Piranga	3150802	986.296,03	27.673.686,41	3,56
MG	Piumhi	3151503	-10.014.839,79	68.868.796,67	-
MG	Planura	3151602	1.609.349,25	26.655.489,18	6,04
MG	Poço Fundo	3151701	-23.768.664,09	26.407.846,27	-
MG	Pompéu	3152006	19.910.245,18	58.439.772,69	34,07
MG	Ponto Chique	3152131	-1.007.067,58	11.086.565,16	-
MG	Porto Firme	3152303	140.874,42	14.096.693,98	1,00
MG	Prados	3152709	677.165,41	15.158.438,55	4,47
MG	Prata	3152808	7.001.062,65	54.037.877,56	12,96
MG	Pratápolis	3152907	10.130.714,48	17.785.494,43	56,96
MG	Presidente Bernardes	3153103	0,00	4.992.092,14	0,00
MG	Presidente Juscelino	3153202	116.648,27	11.816.753,31	0,99
MG	Presidente Kubitschek	3153301	2.322.902,40	10.558.091,99	22,00
MG	Prudente de Moraes	3153608	175.848,02	19.290.111,72	0,91
MG	Rio Doce	3155009	1.126.744,01	10.521.463,90	10,71
MG	Rio Piracicaba	3155702	2.473.829,71	33.921.126,83	7,29
MG	Rio Vermelho	3156007	8.547.424,19	23.656.484,22	36,13

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Rubim	3156601	8.168.727,32	18.438.942,29	44,30
MG	Salinas	3157005	3.011.405,54	57.176.995,08	5,27
MG	Santa Cruz de Minas	3157336	-769.490,13	11.674.144,39	-
MG	Santa Cruz de Salinas	3157377	0,00	12.101.992,52	0,00
MG	Santa Fé de Minas	3157609	4.966.645,59	11.446.933,54	43,39
MG	Santa Margarida	3157906	491.098,57	24.873.906,50	1,97
MG	Santa Maria de Itabira	3158003	-2.607.083,56	18.972.744,50	-
MG	Santa Maria do Salto	3158102	7.050.032,81	11.817.312,98	59,66
MG	Santa Rita de Caldas	3159209	1.119.641,70	16.630.299,04	6,73
MG	Santa Vitória	3159803	22.877.055,59	84.868.469,52	26,96
MG	Santana do Deserto	3158607	-77.061,63	22.176.386,04	-
MG	Santana do Garambéu	3158706	378.451,68	9.505.699,06	3,98
MG	Santana do Manhuaçu	3158904	-803.077,04	13.845.403,71	-
MG	Santo Antônio do Itambé	3160207	1.570.470,40	11.443.149,81	13,72
MG	Santo Antônio do Retiro	3160454	533.314,44	15.018.048,73	3,55
MG	São Francisco de Paula	3161205	3.919.061,04	13.692.838,22	28,62
MG	São Francisco de Sales	3161304	5.783.458,94	18.907.187,63	30,59
MG	São Gonçalo do Rio Preto	3125507	1.986.810,94	11.186.473,39	17,76
MG	São Gonçalo do Sapucaí	3162005	336.581,70	38.150.519,42	0,88
MG	São Gotardo	3162104	1.366.203,68	53.828.725,92	2,54
MG	São João das Missões	3162450	4.233.941,62	20.332.827,94	20,82
MG	São João do Manhuaçu	3162559	2.535.924,96	19.419.956,45	13,06
MG	São João do Pacuí	3162658	-1.215.132,09	11.011.003,80	-
MG	São Joaquim de Bicas	3162922	6.191.033,61	56.474.596,93	10,96
MG	São José da Varginha	3163102	1.021.264,50	12.097.037,77	8,44
MG	São José do Mantimento	3163607	71.401,00	9.630.605,40	0,74
MG	São Lourenço	3163706	4.158.296,55	117.220.737,39	3,55
MG	São Pedro da União	3163904	-181.434,94	12.411.683,65	-
MG	São Romão	3164209	1.369.307,02	19.278.303,70	7,10
MG	São Roque de Minas	3164308	6.406.220,36	16.640.387,16	38,50
MG	São Sebastião da Bela Vista	3164407	245.352,68	13.026.503,83	1,88
MG	São Tiago	3165008	-882.967,73	17.373.516,27	-
MG	São Tomás de Aquino	3165107	3.169.450,86	15.367.374,86	20,62
MG	São Vicente de Minas	3165305	-285.875,78	14.355.014,62	-
MG	Sapucaí-Mirim	3165404	-1.748.246,14	13.750.695,37	-
MG	Sem-Peixe	3165560	287.863,67	10.154.208,59	2,83
MG	Senador Amaral	3165578	234.125,46	12.523.349,56	1,87
MG	Senador Firmino	3165701	-1.435.439,82	14.128.288,11	-
MG	Senador José Bento	3165800	-95.224,87	9.108.975,86	-
MG	Senhora de Oliveira	3166006	-1.040.635,19	11.865.216,48	-
MG	Serrania	3166907	-939.267,30	14.741.959,91	-
MG	Serro	3167103	-4.864.106,19	33.997.280,98	-
MG	Setubinha	3165552	-866.023,20	18.630.022,33	-
MG	Tabuleiro	3167905	390.006,74	9.935.628,75	3,93
MG	Tiros	3168903	-1.174.581,00	16.797.060,11	-
MG	Toledo	3169109	0,00	12.402.121,35	0,00
MG	Vargem Bonita	3170602	2.027.832,76	10.177.850,80	19,92
MG	Vargem Grande do Rio Pardo	3170651	1.067.915,53	11.442.645,64	9,33
MG	Verdelândia	3171030	118.254,98	16.218.262,11	0,73
MG	Virgem da Lapa	3171600	2.086.703,23	21.943.649,82	9,51

MG	Virgolândia	3171907	-1.060.028,09	12.647.604,55	-
MS	Alcinópolis	5000252	-2.918.816,40	26.706.926,63	-
MS	Amambai	5000609	6.119.818,74	85.137.193,29	7,19
MS	Anastácio	5000708	-2.502.083,86	45.222.380,23	-
MS	Anaurilândia	5000807	5.446.949,13	24.307.488,90	22,41
MS	Antônio João	5000906	-1.288.089,56	24.307.077,38	-
MS	Aparecida do Taboado	5001003	-26.613.280,56	67.571.354,06	-
MS	Aquidauana	5001102	-16.296.201,96	104.270.236,36	-
MS	Bataguassu	5001904	-15.978.785,77	75.461.853,04	-
MS	Brasilândia	5002308	-2.472.055,25	45.040.405,31	-
MS	Caarapó	5002407	-7.910.565,17	70.714.540,38	-
MS	Cassilândia	5002902	-6.430.913,34	57.206.014,27	-
MS	Corguinho	5003108	2.461.493,82	18.480.233,59	13,32
MS	Costa Rica	5003256	-13.169.794,81	82.926.199,31	-
MS	Coxim	5003306	-5.471.987,17	80.312.262,25	-
MS	Figueirão	5003900	-2.313.193,62	16.103.079,55	-
MS	Itaquiraí	5004601	-3.518.114,09	49.143.154,43	-
MS	Ivinhema	5004700	-3.201.972,05	58.155.865,09	-
MS	Japorã	5004809	195.637,79	25.247.134,56	0,77
MS	Ladário	5005202	-4.784.706,68	46.971.215,94	-
MS	Laguna Carapã	5005251	-64.252,27	31.422.150,45	-
MS	Nioaque	5005806	11.348.780,76	34.428.973,40	32,96
MS	Novo Horizonte do Sul	5006259	351.248,95	18.629.636,79	1,89
MS	Paraíso das Águas	5006275	-4.654.916,49	26.117.603,47	-
MS	Pedro Gomes	5006408	4.021.501,50	22.510.772,47	17,86
MS	Rio Brilhante	5007208	-7.975.399,85	120.087.510,72	-
MS	Rio Negro	5007307	-11.725.857,72	16.313.981,03	71,88
MS	Rio Verde de Mato Grosso	5007406	19.226.179,46	48.224.410,77	39,87
MS	Rochedo	5007505	-12.867.612,02	18.064.039,69	-
MS	Santa Rita do Pardo	5007554	-326.740,38	25.695.793,90	-
MS	São Gabriel do Oeste	5007695	-932.249,76	97.771.114,22	-
MS	Selvíria	5007802	-1.173.801,07	26.597.377,21	-
MS	Sete Quedas	5007703	-25.465.616,38	26.669.337,85	-
MS	Sidrolândia	5007901	-8.588.787,68	116.179.887,39	-
MS	Sonora	5007935	-2.292.894,26	55.101.327,99	-
MS	Tacuru	5007950	-13.424.839,66	28.397.453,69	-
MS	Taquarussu	5007976	-576.522,68	21.701.676,48	-
MS	Terenos	5008008	-18.376.317,00	46.858.162,54	-
MT	Araguainha	5101209	840.485,52	8.464.398,78	9,93
MT	Carlinda	5102793	-1.658.985,81	22.535.641,55	-
MT	Cláudia	5103056	-4.317.317,88	33.515.508,67	-
MT	Colider	5103205	-26.272.570,00	60.863.223,46	-
MT	Conquista D'Oeste	5103361	-2.704.117,25	16.536.923,79	-
MT	Figueirópolis D'Oeste	5103809	0,00	10.762.650,61	0,00
MT	Itanhangá	5104542	-185.347,60	15.823.968,21	-
MT	Jaciara	5104807	-5.898.975,34	55.910.413,92	-
MT	Marcelândia	5105580	-17.577.296,24	29.182.454,73	-
MT	Mirassol d'Oeste	5105622	-11.778.628,37	46.633.137,25	-
MT	Nova Canaã do Norte	5106216	-13.876.603,54	37.056.101,72	-
MT	Nova Maringá	5108907	-588.142,72	22.392.159,37	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	Nova Nazaré	5106174	0,00	16.604.849,80	0,00
MT	Nova Santa Helena	5106190	-5.836.796,14	15.001.064,38	-
MT	Novo Mundo	5106265	-772.240,48	20.955.935,53	-
MT	Paranaíta	5106299	-22.850.329,89	45.955.908,71	-
MT	Pedra Preta	5106372	884.712,85	39.859.076,60	2,22
MT	Pontes e Lacerda	5106752	-22.727.389,33	72.941.522,50	-
MT	Reserva do Cabaçal	5107156	0,00	10.356.954,26	0,00
MT	Rio Branco	5107206	-206.269,86	14.029.520,46	-
MT	Salto do Céu	5107750	4.225.333,83	13.421.027,31	31,48
MT	Santa Carmem	5107248	-909.215,49	18.332.991,84	-
MT	São José do Povo	5107297	-1.164.086,55	11.353.935,23	-
MT	São José do Rio Claro	5107305	-23.206.127,60	40.003.837,43	-
PA	Canaã dos Carajás	1502152	-23.834.568,08	326.455.376,12	-
PA	Jacareacanga	1503754	-4.239.046,16	78.919.618,16	-
PA	Primavera	1506104	-2.099.437,84	25.663.750,53	-
PA	Rondon do Pará	1506187	1.002.573,60	75.350.156,07	1,33
PA	Terra Santa	1507979	-611.656,07	45.098.518,76	-
PB	Água Branca	2500106	-6.797.303,06	18.954.030,08	-
PB	Alagoa Nova	2500403	0,00	31.304.835,32	0,00
PB	Algodão de Jandaira	2500577	0,00	10.408.345,87	0,00
PB	Aparecida	2500775	1.804.075,55	14.233.610,40	12,67
PB	Areial	2501203	0,00	13.636.176,53	0,00
PB	Baraúna	2501534	472.143,10	11.483.378,95	4,11
PB	Belém	2501906	-2.476.097,89	28.818.930,84	-
PB	Belém do Brejo do Cruz	2502003	4.034.867,27	16.121.599,04	25,03
PB	Bernardino Batista	2502052	-2.590.322,06	12.982.086,48	-
PB	Boa Ventura	2502102	3.163.148,44	11.555.012,14	27,37
PB	Bonito de Santa Fé	2502409	11.396.031,76	17.806.946,36	64,00
PB	Cacimba de Areia	2503407	-941.624,44	10.052.752,58	-
PB	Cacimba de Dentro	2503506	13.103.275,32	27.844.085,93	47,06
PB	Cacimbas	2503555	-1.308.244,10	16.846.199,20	-
PB	Caiçara	2503605	8.825.650,60	13.824.909,71	63,84
PB	Cajazeirinhas	2503753	-414.053,36	11.487.398,52	-
PB	Caldas Brandão	2503803	2.942.832,26	12.417.850,41	23,70
PB	Caraúbas	2504074	-554.016,63	10.497.258,00	-
PB	Conceição	2504405	-2.213.714,23	30.592.464,16	-
PB	Condado	2504504	5.722.434,09	12.523.903,74	45,69
PB	Coremas	2504801	29.765.747,46	23.276.816,14	127,88
PB	Coxixola	2504850	0,00	8.115.637,83	0,00
PB	Cuité de Mamanguape	2505238	5.465.481,25	14.409.265,05	37,93
PB	Curral de Cima	2505279	-1.995.156,76	12.270.455,05	-
PB	Curral Velho	2505303	-128.935,58	9.640.911,42	-
PB	Damião	2505352	1.096.255,81	12.756.504,46	8,59
PB	Dona Inês	2505709	7.508.024,38	20.849.001,97	36,01
PB	Emas	2505907	3.099.268,73	10.145.141,68	30,55
PB	Esperança	2506004	8.351.838,31	53.625.869,75	15,57
PB	Frei Martinho	2506202	1.665.648,80	9.591.011,10	17,37
PB	Gurinhém	2506400	14.776.978,75	25.052.703,97	58,98
PB	Igaracy	2502607	-881.115,67	12.650.393,61	-
PB	Itapororoca	2507101	19.209.329,82	27.141.354,79	70,78

PB	Jacaraú	2507309	8.063.016,24	27.395.129,57	29,43
PB	Juripiranga	2507903	3.606.201,48	18.783.087,89	19,20
PB	Lagoa de Dentro	2508208	14.360.954,17	17.450.041,44	82,30
PB	Lucena	2508604	4.066.991,49	24.937.734,07	16,31
PB	Mãe d'Água	2508703	736.897,89	10.698.619,10	6,89
PB	Malta	2508802	4.292.393,07	12.210.407,18	35,15
PB	Mamanguape	2508901	20.026.507,14	59.433.161,60	33,70
PB	Mataraca	2509305	4.018.123,35	24.448.337,12	16,44
PB	Matinhas	2509339	2.024.398,49	10.750.287,56	18,83
PB	Maturéia	2509396	-657.458,54	14.331.887,84	-
PB	Nova Floresta	2510105	7.319.720,85	16.596.352,74	44,10
PB	Nova Olinda	2510204	1.784.542,97	12.970.080,30	13,76
PB	Olivedos	2510501	0,00	10.756.800,98	0,00
PB	Pedra Branca	2511004	860.052,17	10.906.674,20	7,89
PB	Pedra Lavrada	2511103	13.610.698,46	16.462.191,78	82,68
PB	Pedro Régis	2512721	-75.523,58	12.541.591,88	-
PB	Picuí	2511400	-158.312,28	33.925.235,20	-
PB	Pirpirituba	2511806	5.694.723,45	16.821.397,03	33,85
PB	Pitimbu	2511905	0,00	32.951.134,70	0,00
PB	Remígio	2512705	-1.330.651,00	30.957.896,49	-
PB	Riachão	2512747	2.376.886,60	10.975.990,01	21,66
PB	Rio Tinto	2512903	23.726.326,08	39.349.681,26	60,30
PB	Salgado de São Félix	2513109	23.421.219,34	21.149.616,84	110,74
PB	Santa Inês	2513356	-1.332.030,28	10.069.202,51	-
PB	Santa Luzia	2513406	5.811.272,87	24.298.905,17	23,92
PB	Santa Teresinha	2513802	0,00	12.010.394,72	0,00
PB	Santanã de Mangueira	2513505	6.234.023,07	12.234.042,22	50,96
PB	São Bentinho	2513927	-540.369,75	10.636.855,50	-
PB	São Domingos	2513968	689.113,39	10.262.246,23	6,72
PB	São Domingos do Cariri	2513943	0,00	9.223.030,14	0,00
PB	São Francisco	2513984	-779.214,02	10.560.875,67	-
PB	São João do Cariri	2514008	-2.126.834,24	12.513.104,83	-
PB	São José de Caiana	2514305	7.433.779,07	12.227.325,36	60,80
PB	São José de Princesa	2514552	-755.799,95	9.659.728,82	-
PB	São José do Sabugi	2514701	1.560.093,78	11.245.256,95	13,87
PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	2515104	0,00	20.246.916,14	0,00
PB	Serra da Raiz	2515609	4.294.174,15	10.424.199,16	41,19
PB	Serra Grande	2515708	3.886.872,03	10.269.797,30	37,85
RB	Solânea	2516003	29.014.798,51	35.014.029,30	82,87
PB	Tacima	2516409	3.038.341,10	17.649.461,03	17,21
PB	Taperoá	2516508	5.294.791,57	23.074.744,88	22,95
PB	Várzea	2517100	-207.961,61	9.956.744,57	-
PB	Vieirópolis	2517209	164.507,36	11.302.419,17	1,46
PB	Vista Serrana	2505501	852.253,16	9.944.840,94	8,57
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	7.885.215,48	58.918.879,41	13,38
PE	Bodocó	2602001	-3.408.122,08	59.027.587,50	-
PE	Brejinho	2602506	-802.496,47	17.842.421,16	-
PE	Camutanga	2603603	2.535.963,81	23.721.842,66	10,69
PE	Iguaraci	2606903	-9.840,66	20.770.181,51	-
PE	Ingazeira	2607109	252.534,86	14.462.421,80	1,75

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Itapetim	2607703	567.044,83	27.164.745,23	2,09
PE	Jatáuba	2608008	-386.656,58	30.816.505,52	-
PE	Jupi	2608305	-1.901.059,63	30.519.059,64	-
PE	Quixaba	2611533	3.463.758,81	17.633.890,65	19,64
PE	Santa Terezinha	2612802	4.441.089,04	20.712.688,57	21,44
PE	São José da Coroa Grande	2613404	3.325.196,31	34.833.347,89	9,55
PE	São José do Egito	2613602	931.402,85	50.663.612,41	1,84
PE	Tamandaré	2614857	43.818.334,42	48.660.130,62	90,05
PE	Triunfo	2615706	-3.753.687,29	28.487.956,06	-
PI	Água Branca	2200202	76.501,17	32.440.551,97	0,24
PI	Castelo do Piauí	2202604	-827.307,35	33.706.460,44	-
PI	Francinópolis	2204006	0,00	9.538.477,47	0,00
PI	Jatobá do Piauí	2205276	10.000,00	11.659.648,21	0,09
PI	Monte Alegre do Piauí	2206605	-642.454,30	21.552.075,24	-
PI	Novo Santo Antônio	2206951	-16.690,14	8.894.544,65	-
PI	Pajeú do Piauí	2207355	-1.242.697,57	8.976.204,63	-
PI	Palmeirais	2207504	19.190,64	24.864.162,55	0,08
PI	Santo Antônio dos Milagres	2209450	-1.481.479,21	7.669.759,58	-
PI	Sebastião Leal	2210631	-1.250.432,67	12.527.968,88	-
PR	Agudos do Sul	4100301	-85.815,56	16.992.191,49	-
PR	Altamira do Paraná	4100459	1.926.317,09	13.204.358,70	14,59
PR	Altônia	4100509	-2.588.303,33	43.362.528,12	-
PR	Alvorada do Sul	4100806	3.947.128,12	30.105.418,57	13,11
PR	Amaporã	4100905	-2.253.745,45	15.663.666,25	-
PR	Ampére	4101002	1.737.159,61	37.608.036,98	4,62
PR	Ângulo	4101150	-69.470,36	12.377.005,42	-
PR	Arapoti	4101606	-9.604.678,80	60.252.773,83	-
PR	Arapuã	4101655	-1.943.994,94	12.976.101,73	-
PR	Ariranha do Ivaí	4101853	-326.614,76	11.117.760,09	-
PR	Assaí	4101903	2.509.510,56	38.037.465,96	6,60
PR	Assis Chateaubriand	4102000	1.791.030,68	72.496.158,50	2,47
PR	Balsa Nova	4102307	-10.660.353,54	41.124.209,87	-
PR	Barbosa Ferraz	4102505	2.034.375,96	24.657.590,89	8,25
PR	Bituruna	4102901	2.888.275,27	42.744.982,82	6,76
PR	Boa Vista da Aparecida	4103057	-526.242,92	22.949.844,11	-
PR	Bom Sucesso	4103206	3.099.017,03	16.872.367,54	18,37
PR	Bom Sucesso do Sul	4103222	543.619,20	15.137.641,54	3,59
PR	Borrazópolis	4103305	5.267.189,18	17.881.529,76	29,46
PR	Braganey	4103354	2.046.729,71	16.435.960,52	12,45
PR	Brasilândia do Sul	4103370	783.755,38	15.578.524,91	5,03
PR	Cafelândia	4103453	-3.737.705,51	48.324.875,76	-
PR	Cafezal do Sul	4103479	-178.060,64	13.721.110,62	-
PR	Califórnia	4103503	-2.554.679,13	18.014.249,10	-
PR	Cambará	4103602	1.062.642,87	44.633.866,03	2,38
PR	Campina da Lagoa	4103909	4.726.045,82	33.793.284,77	13,99
PR	Campo Bonito	4104055	-452.194,45	15.879.647,25	-
PR	Campo do Tenente	4104105	1.248.077,02	19.561.888,05	6,38
PR	Campo Magro	4104253	5.220.614,65	54.852.655,78	9,52
PR	Cantagalo	4104451	2.927.201,46	25.787.874,87	11,35
PR	Céu Azul	4105300	-3.539.575,55	36.393.997,50	-

PR	Cidade Gaúcha	4105607	0,00	27.235.887,43	0,00
PR	Clevelândia	4105706	2.551.313,08	36.501.751,15	6,99
PR	Colorado	4105904	-1.778.726,93	50.844.311,24	-
PR	Confenda	4106209	-4.677.494,25	34.770.231,46	-
PR	Corbélia	4106308	-125.188,02	42.792.663,20	-
PR	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	-440.306,90	16.712.783,03	-
PR	Cruzmaltina	4106852	-2.009.132,89	12.385.536,61	-
PR	Diamante D'Oeste	4107157	-2.008.960,97	16.968.630,64	-
PR	Dois Vizinhos	4107207	8.231.430,43	87.679.802,93	9,39
PR	Douradina	4107256	-5.093.385,22	21.900.165,27	-
PR	Entre Rios do Oeste	4107538	-2.055.232,15	27.389.743,22	-
PR	Esperança Nova	4107520	3.749,16	11.077.381,66	0,03
PR	Espigão Alto do Iguaçu	4107546	644.406,84	15.457.517,84	4,17
PR	Flor da Serra do Sul	4107850	-1.316.550,71	17.286.989,68	-
PR	Floresta	4107900	-3.388.915,20	18.929.442,14	-
PR	Formosa do Oeste	4108205	1.254.164,63	18.456.500,14	6,80
PR	Godoy Moreira	4108551	-1.962.321,80	10.980.116,81	-
PR	Goioxim	4108650	-650.226,14	17.368.264,50	-
PR	Grandes Rios	4108700	10.030.370,45	15.024.949,10	66,76
PR	Guamiranga	4108957	-625.596,85	18.441.292,96	-
PR	Guaporema	4109104	-94.234,78	10.981.221,05	-
PR	Guaranaçu	4109302	-3.107.549,95	34.926.112,97	-
PR	Guaratuba	4109609	34.401.296,52	103.113.159,99	33,36
PR	Honório Serpa	4109658	-1.123.837,70	17.277.303,73	-
PR	Ibema	4109757	-237.035,84	15.720.782,42	-
PR	Icaraima	4109906	1.271.060,77	22.541.822,62	5,64
PR	Iguaraçu	4110003	689.241,62	15.883.736,16	4,34
PR	Iguatu	4110052	116.756,41	10.642.571,34	1,10
PR	Inácio Martins	4110201	-1.421.212,72	25.099.019,26	-
PR	Ipiranga	4110508	-5.631.960,84	35.656.114,24	-
PR	Iretama	4110805	3.297.693,01	25.674.008,38	12,84
PR	Itaguajé	4110904	911.073,83	14.134.601,98	6,45
PR	Itambaracá	4111001	-1.413.649,63	16.723.364,71	-
PR	Itapejara d'Oeste	4111209	2.198.661,88	26.423.999,66	8,32
PR	Itaperuçu	4111258	1.065.136,67	42.428.104,90	2,51
PR	Jaboti	4111704	-436.353,34	13.633.411,17	-
PR	Jaguariaíva	4112009	1.041.443,45	70.062.972,73	1,49
PR	Janiópolis	4112207	-935.471,39	17.430.946,97	-
PR	Jesuítas	4112751	1.705.519,86	21.615.795,03	7,89
PR	Jussara	4113007	-647.110,91	22.025.354,56	-
PR	Lapa	4113205	2.599.822,90	96.771.255,08	2,69
PR	Laranjal	4113254	-216.495,51	15.098.805,44	-
PR	Lindoeste	4113452	-955.520,82	15.535.999,21	-
PR	Lobato	4113601	-898.157,07	16.040.084,44	-
PR	Mallet	4113908	9.202.373,48	28.332.377,97	32,48
PR	Mandaguaçu	4114104	-1.989.016,27	43.041.971,25	-
PR	Mandaguari	4114203	9.729.504,56	78.663.862,55	12,37
PR	Mandirituba	4114302	8.770.616,04	49.554.252,42	17,70
PR	Manoel Ribas	4114500	295.033,62	32.360.545,66	0,91
PR	Maria Helena	4114708	-2.229.022,90	14.603.623,05	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Marialva	4114807	-48.302,62	72.033.958,82	-
PR	Marilena	4115002	-315.447,95	16.048.743,43	-
PR	Mariluz	4115101	1.718.314,50	23.201.082,84	7,41
PR	Mariópolis	4115309	-963.867,67	18.751.808,05	-
PR	Maripá	4115358	-2.009.572,63	23.295.392,28	-
PR	Marumbi	4115507	1.809.586,47	13.697.821,11	13,21
PR	Matinhos	4115705	-20.221.421,59	100.314.158,30	-
PR	Mercedes	4115853	-3.777.159,28	24.723.944,96	-
PR	Mirador	4115903	7.055.560,92	11.421.487,05	61,77
PR	Missal	4116059	-1.575.533,38	40.944.307,84	-
PR	Munhoz de Melo	4116307	-21.952,65	14.475.572,18	-
PR	Nova Aliança do Ivaí	4116505	-279.712,25	9.832.007,70	-
PR	Nova Aurora	4116703	-757.477,06	32.966.869,24	-
PR	Nova Esperança	4116901	2.999.016,58	51.134.698,26	5,86
PR	Nova Esperança do Sudoeste	4116950	1.036.677,33	15.731.586,08	6,59
PR	Nova Laranjeiras	4117057	-2.201.853,39	26.153.875,92	-
PR	Nova Londrina	4117107	13.041.072,33	25.394.761,65	51,35
PR	Nova Prata do Iguaçu	4117255	4.134.802,92	28.995.793,24	14,26
PR	Nova Santa Bárbara	4117214	-1.983.517,73	13.860.092,36	-
PR	Nova Santa Rosa	4117222	-2.184.138,76	24.289.296,03	-
PR	Nova Tebas	4117271	53.014,79	18.610.163,84	0,28
PR	Ouro Verde do Oeste	4117453	-4.653.892,38	18.990.598,87	-
PR	Paiçandu	4117503	-18.277.378,20	56.855.890,07	-
PR	Palmeira	4117701	35.843.624,90	73.912.004,56	48,49
PR	Paraíso do Norte	4118006	-1.041.929,32	25.820.414,33	-
PR	Paranapoema	4118303	3.114.926,14	10.979.772,56	28,37
PR	Pato Bragado	4118451	-11.585.541,47	31.475.089,06	-
PR	Paula Freitas	4118600	-1.662.025,21	16.192.953,67	-
PR	Pérola	4118907	-1.670.960,17	27.632.499,02	-
PR	Piên	4119103	2.212.666,05	31.290.248,67	7,07
PR	Pinhalão	4119202	-2.323.132,61	16.433.442,97	-
PR	Pitangueiras	4119657	268.108,75	12.596.599,32	2,13
PR	Planalto	4119806	-1.013.831,39	29.546.645,16	-
PR	Pontal do Paraná	4119954	-17.335.970,43	64.837.352,71	-
PR	Porto Amazonas	4120101	-2.534.813,89	14.923.085,92	-
PR	Prado Ferreira	4120333	-377.687,10	12.600.084,00	-
PR	Primeiro de Maio	4120507	-3.004.817,00	27.212.167,96	-
PR	Quatiguá	4120705	-3.714.346,90	17.442.189,71	-
PR	Quatro Barras	4120804	208.732,60	68.557.818,20	0,30
PR	Quatro Pontes	4120853	-3.685.847,94	16.349.227,51	-
PR	Quedas do Iguaçu	4120903	6.251.635,86	61.520.185,03	10,16
PR	Quitandinha	4121208	620.426,80	35.015.587,93	1,77
PR	Ramilândia	4121257	-747.117,96	13.675.683,17	-
PR	Realeza	4121406	-10.027.480,04	36.906.552,19	-
PR	Renascença	4121604	-2.074.342,55	21.263.307,77	-
PR	Reserva	4121703	-3.704.094,38	51.245.836,65	-
PR	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	790.113,16	34.536.373,17	2,29
PR	Rio Negro	4122305	-4.575.711,28	65.553.378,23	-
PR	Rondon	4122602	-1.317.385,73	24.160.509,06	-
PR	Santa Fé	4123402	-1.468.217,47	24.905.952,73	-

PR	Santa Izabel do Oeste	4123808	3.434.783,51	30.422.602,19	11,29
PR	Santa Terezinha de Itaipu	4124053	-10.135.838,49	60.381.179,94	-
PR	Santo Antônio da Platina	4124103	-262.448,09	76.994.022,42	-
PR	Santo Antônio do Paraíso	4124301	-3.799.467,76	12.814.564,55	-
PR	São Carlos do Ivaí	4124608	469.873,45	19.396.179,58	2,42
PR	São Jerônimo da Serra	4124707	-1.826.429,99	23.927.245,73	-
PR	São João	4124806	2.098.451,30	29.601.051,65	7,09
PR	São João do Ivaí	4125001	381.505,98	24.195.070,26	1,58
PR	São Jorge do Ivaí	4125308	-3.319.462,79	18.305.981,26	-
PR	São Jorge do Patrocínio	4125357	-1.004.160,74	23.866.767,69	-
PR	São Jorge d'Oeste	4125209	1.281.117,01	37.337.255,24	3,43
PR	São José das Palmeiras	4125456	-94.821,16	12.463.059,09	-
PR	São Mateus do Sul	4125605	3.351.945,90	85.975.077,13	3,90
PR	São Pedro do Ivaí	4125803	-2.879.517,35	25.024.240,93	-
PR	Saudade do Iguaçu	4126272	-46.145.998,16	102.381.584,90	-
PR	Sengés	4126306	1.649.516,99	38.068.737,96	4,33
PR	Sertaneja	4126405	-4.170.437,90	22.723.828,02	-
PR	Sertãozinho	4126504	7.771.517,74	44.290.938,80	17,55
PR	Sulina	4126652	645.016,41	13.754.115,45	4,69
PR	Terra Rica	4127304	2.308.376,06	35.897.059,46	6,43
PR	Tibagi	4127502	-6.267.053,63	61.699.794,67	-
PR	Tijucas do Sul	4127601	8.453.308,46	38.895.995,48	21,73
PR	Três Barras do Paraná	4127858	5.346.699,97	33.806.561,92	15,82
PR	Tupãssi	4127957	-6.029.438,72	24.439.453,27	-
PR	Vera Cruz do Oeste	4128559	129.104,00	19.092.580,37	0,68
PR	Vitorino	4128708	-2.283.499,80	19.688.145,83	-
PR	Wenceslau Braz	4128500	-950.233,83	36.297.342,54	-
PR	Xambê	4128807	842.104,91	16.054.041,83	5,25
RJ	Itatiaia	3302254	11.848.761,00	141.676.773,40	8,36
RJ	Natividade	3303104	21.508.633,80	52.829.047,10	40,71
RJ	Pirai	3304003	-3.202.834,40	158.512.911,97	-
RJ	Porto Real	3304110	11.882.017,30	168.746.451,90	7,04
RJ	Quatis	3304128	-8.641.264,60	50.150.177,50	-
RJ	Rio das Flores	3304508	-3.684.108,30	42.445.295,50	-
RJ	São Sebastião do Alto	3305307	-434.842,20	38.014.231,00	-
RJ	Vassouras	3306206	-3.621.745,80	109.679.923,90	-
RN	Acari	2400109	3.636.976,07	20.003.055,18	18,18
RN	Apodi	2401008	-11.140.190,96	51.437.888,30	-
RN	Areia Branca	2401107	8.372.695,14	78.306.153,15	10,69
RN	Bodó	2401651	877.033,23	12.664.294,57	6,93
RN	Bom Jesus	2401701	6.638.883,94	17.568.148,95	37,79
RN	Coronel Ezequiel	2402808	-606.495,61	11.898.961,04	-
RN	Coronel João Pessoa	2402907	58.274,96	13.793.448,08	0,42
RN	Cruzeta	2403004	268.385,76	15.782.695,31	1,70
RN	Doutor Severiano	2403202	2.837.467,33	15.246.501,46	18,61
RN	Fernando Pedroza	2403756	-265.227,94	9.871.429,78	-
RN	Governador Dix-Sept Rosado	2404309	3.105.847,38	27.312.551,91	11,37
RN	Jaçanã	2405009	-1.379.183,87	13.918.352,06	-
RN	Jardim do Seridó	2405702	-1.255.796,39	19.406.192,87	-
RN	José da Penha	2406007	0,00	13.115.482,45	0,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RN	Lagoa d'Anta	2406205	232.489,61	13.821.608,50	1,68
RN	Lagoa de Pedras	2406304	4.244.672,82	16.142.709,66	26,29
RN	Lucrécia	2406908	3.805.561,30	10.935.773,65	34,80
RN	Paraná	2408607	-684.180,72	12.133.854,97	-
RN	Paraú	2408706	-565.135,63	10.825.900,16	-
RN	Parelhas	2408904	6.245.439,54	31.831.972,40	19,62
RN	Portalegre	2410207	0,00	14.250.205,73	0,00
RN	Presidente Juscelino	2410306	456.213,38	20.502.548,08	2,23
RN	Rio do Fogo	2408953	0,00	27.523.552,95	0,00
RN	Rodolfo Fernandes	2411007	204.161,94	12.290.100,21	1,66
RN	Santana do Seridó	2411429	344.406,24	9.946.463,90	3,46
RN	São Fernando	2411809	1.690.704,83	10.821.233,08	15,62
RN	São Francisco do Oeste	2411908	-252.992,91	10.498.393,15	-
RN	São João do Sabugi	2412104	-2.752.118,03	12.373.597,35	-
RN	São José do Seridó	2412401	-1.499.332,62	12.451.235,21	-
RN	São Miguel	2412500	3.850.101,31	37.579.126,02	10,25
RN	São Miguel do Gostoso	2412559	9.543.679,00	26.070.798,69	36,61
RN	São Paulo do Potengi	2412609	0,00	31.856.301,50	0,00
RN	São Pedro	2412708	550.454,52	13.879.778,62	3,97
RN	Senador Elói de Souza	2413102	2.478.926,16	14.469.907,89	17,13
RN	Serra de São Bento	2413300	397.242,77	11.883.124,98	3,34
RN	Severiano Melo	2413607	-562.392,37	13.568.667,68	-
RN	Timbaúba dos Batistas	2414308	-821.586,94	9.868.158,03	-
RN	Upanema	2414605	0,00	25.839.447,66	0,00
RN	Várzea	2414704	0,00	10.472.295,17	0,00
RN	Venha-Ver	2414753	-379.094,15	12.588.205,66	-
RO	Alta Floresta D'Oeste	1100015	-7.351.336,70	47.179.777,35	-
RO	Alvorada D'Oeste	1100346	-2.689.882,32	30.192.527,57	-
RO	Buritis	1100452	-6.681.294,77	58.133.599,22	-
RO	Cabixi	1100031	-5.854.718,41	17.318.785,59	-
RO	Campo Novo de Rondônia	1100700	7.264.453,95	28.835.086,82	25,19
RO	Colorado do Oeste	1100064	-1.758.368,25	30.967.353,11	-
RO	Cujubim	1100940	-4.122.018,50	37.507.373,06	-
RO	Espigão D'Oeste	1100098	-9.228.101,33	56.674.372,56	-
RO	Governador Jorge Teixeira	1101005	-4.373.246,99	21.786.833,63	-
RO	Nova União	1101435	-7.227.782,32	16.785.854,63	-
RO	Parecis	1101450	-2.379.034,56	15.165.752,14	-
RO	Primavera de Rondônia	1101476	-2.103.515,17	11.761.894,73	-
RO	Rio Crespo	1100262	-329.784,44	12.326.159,49	-
RO	Santa Luzia D'Oeste	1100296	-4.367.465,28	20.074.698,43	-
RO	São Francisco do Guaporé	1101492	-4.399.892,76	38.656.317,13	-
RO	Seringueiras	1101500	-3.197.023,39	26.418.785,98	-
RO	Teixeirópolis	1101559	-3.874.573,37	12.896.916,64	-
RO	Urupá	1101708	-3.675.405,60	23.985.575,46	-
RO	Vale do Anari	1101757	-2.063.412,77	19.885.713,00	-
RS	Aceguá	4300034	-2.977.322,93	20.913.255,47	-
RS	Água Santa	4300059	-438.864,28	15.239.313,26	-
RS	Alecrim	4300307	-2.268.422,30	14.067.662,99	-
RS	Almirante Tamandaré do Sul	4300471	-1.204.602,47	11.458.905,79	-
RS	Alpestre	4300505	0,00	32.474.917,18	0,00

RS	Alto Alegre	4300554	-1.882.700,29	10.976.987,11	-
RS	Alto Feliz	4300570	-1.287.879,72	11.975.944,26	-
RS	Amaral Ferrador	4300638	2.412.869,27	14.186.857,00	17,01
RS	Ametista do Sul	4300646	-17.690.340,63	18.237.955,43	-
RS	André da Rocha	4300661	-1.286.144,97	10.396.974,36	-
RS	Anta Gorda	4300703	390.094,06	16.725.277,65	2,33
RS	Antônio Prado	4300802	-2.768.269,70	34.671.225,01	-
RS	Arambaré	4300851	-2.840.022,65	14.199.515,40	-
RS	Araricá	4300877	234.528,95	17.779.118,44	1,32
RS	Aratiba	4300901	-5.870.439,25	39.845.208,45	-
RS	Arroio do Meio	4301008	-3.212.209,96	53.689.170,81	-
RS	Arroio do Sal	4301057	-5.314.564,77	36.099.077,46	-
RS	Arroio Grande	4301305	1.986.157,12	42.301.839,56	4,70
RS	Arvorezinha	4301404	-1.773.800,43	23.246.668,49	-
RS	Augusto Pestana	4301503	-1.514.218,84	19.378.815,24	-
RS	Áurea	4301552	-1.632.688,69	11.456.094,61	-
RS	Balneário Pinhal	4301636	609.793,19	35.190.743,47	1,73
RS	Barra do Quaraí	4301875	-1.540.844,94	17.375.629,80	-
RS	Barra do Rio Azul	4301925	-1.071.445,22	9.450.812,96	-
RS	Barra Funda	4301958	-315.614,04	14.304.927,78	-
RS	Barracão	4301800	205.173,65	17.365.157,42	1,18
RS	Benjamin Constant do Sul	4302055	-257.600,73	10.643.310,64	-
RS	Boa Vista das Missões	4302154	-12.289.198,36	10.831.839,56	-
RS	Boa Vista do Buricá	4302204	-2.273.637,87	17.170.636,91	-
RS	Boa Vista do Cadeado	4302220	-1.523.729,68	14.842.631,80	-
RS	Boa Vista do Incra	4302238	-880.265,09	14.053.965,09	-
RS	Boa Vista do Sul	4302253	-1.981.318,23	15.170.653,21	-
RS	Bom Princípio	4302352	1.854.782,47	40.861.307,73	4,54
RS	Bom Retiro do Sul	4302402	-1.277.431,93	23.795.936,39	-
RS	Boqueirão do Leão	4302451	-18.851.632,53	17.741.600,00	-
RS	Bossoroca	4302501	-2.263.732,98	20.161.245,24	-
RS	Bozano	4302584	-1.115.648,77	10.036.231,62	-
RS	Braga	4302600	-214.599,73	11.506.267,28	-
RS	Brochier	4302659	120.648,44	14.351.597,57	0,84
RS	Butiá	4302709	7.780.814,11	39.558.644,30	19,67
RS	Caçapava do Sul	4302808	2.404.592,76	66.256.573,32	3,63
RS	Cacequi	4302907	505.305,85	30.582.223,50	1,65
RS	Cacique Doble	4303202	-293.664,65	12.691.583,52	-
RS	Caiçara	4303400	-10.041.786,80	14.697.571,03	-
RS	Camargo	4303558	-285.146,18	12.277.012,74	-
RS	Campestre da Serra	4303673	-913.544,78	14.239.059,25	-
RS	Campina das Missões	4303707	-1.611.671,49	15.606.685,29	-
RS	Campinas do Sul	4303806	-5.739.438,36	16.355.561,12	-
RS	Campo Novo	4304002	166.122,37	14.457.788,43	1,15
RS	Candiota	4304358	7.688.042,06	44.329.241,51	17,34
RS	Canela	4304408	-12.242.955,65	106.251.658,43	-
RS	Canudos do Vale	4304614	-1.759.759,39	9.912.992,05	-
RS	Capão Bonito do Sul	4304622	-1.167.827,83	12.141.688,43	-
RS	Capão do Cipó	4304655	871.526,00	15.714.555,15	5,55
RS	Capela de Santana	4304689	-1.373.469,81	22.348.070,24	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Capitão	4304697	-958.486,12	14.546.110,81	-
RS	Capivari do Sul	4304671	-4.121.392,91	15.646.895,05	-
RS	Carlos Barbosa	4304804	2.086.416,23	82.814.761,24	2,52
RS	Carlos Gomes	4304853	-880.499,94	8.690.886,18	-
RS	Caseiros	4304952	-1.771.054,90	11.958.701,28	-
RS	Catuípe	4305009	-895.711,02	21.050.979,20	-
RS	Centenário	4305116	-828.787,54	11.641.119,76	-
RS	Cerro Grande	4305157	550.782,10	10.294.981,97	5,35
RS	Chapada	4305306	-872.792,69	24.467.776,09	-
RS	Charqueadas	4305355	5.024.997,10	87.939.879,13	5,71
RS	Charrua	4305371	-1.750.078,22	10.407.070,35	-
RS	Chувиска	4305447	-534.769,30	13.121.417,65	-
RS	Cidreira	4305454	18.015.927,93	50.549.673,77	35,64
RS	Colinas	4305587	-702.570,10	12.298.828,01	-
RS	Colorado	4305603	-10.844.254,25	14.318.409,26	-
RS	Condor	4305702	-1.230.569,21	18.833.102,48	-
RS	Constantina	4305801	2.758.997,77	23.981.327,92	11,50
RS	Coqueiro Baixo	4305835	-1.241.792,28	9.749.433,06	-
RS	Coronel Barros	4305871	-1.753.834,76	13.631.124,17	-
RS	Coronel Bicaco	4305900	-7.953.940,30	19.611.346,54	-
RS	Coronel Pilar	4305934	-2.166.056,81	9.961.162,39	-
RS	Cotiporã	4305959	-1.368.744,89	14.787.078,33	-
RS	Coxilha	4305975	-2.433.492,53	14.484.700,41	-
RS	Crissiumal	4306007	2.887,04	29.809.520,42	0,01
RS	Cristal	4306056	-4.479.059,32	18.562.538,19	-
RS	Cruzeiro do Sul	4306205	-1.440.552,36	25.279.022,26	-
RS	David Canabarro	4306304	-131.709,13	12.623.769,11	-
RS	Derrubadas	4306320	-2.593.514,11	13.152.349,58	-
RS	Dois Irmãos	4306403	-3.606.522,93	72.629.251,76	-
RS	Dois Irmãos das Missões	4306429	-356.718,66	11.509.360,79	-
RS	Dois Lajeados	4306452	-662.887,08	12.680.923,49	-
RS	Dom Feliciano	4306502	-2.055.933,94	31.496.594,36	-
RS	Dom Pedrito	4306601	-7.932.086,48	82.336.032,33	-
RS	Dom Pedro de Alcântara	4306551	-427.097,83	10.229.888,89	-
RS	Doutor Ricardo	4306759	742.245,20	10.029.793,16	7,40
RS	Eldorado do Sul	4306767	1.021.530,55	87.346.418,34	1,17
RS	Encantado	4306809	-3.059.185,74	54.424.009,54	-
RS	Entre Rios do Sul	4306957	-937.654,27	16.200.190,04	-
RS	Entre-Ijuís	4306932	-620.441,65	23.101.074,38	-
RS	Ernestina	4307054	-7.208.461,80	13.767.601,44	-
RS	Erval Grande	4307203	242.557,36	15.693.372,59	1,55
RS	Esmeralda	4307401	-2.081.372,07	16.047.262,21	-
RS	Esperança do Sul	4307450	-2.182.974,06	12.280.278,55	-
RS	Estância Velha	4307609	-3.929.896,22	99.682.382,95	-
RS	Estrela	4307807	-401.747,14	77.921.242,69	-
RS	Eugênio de Castro	4307831	-484.817,20	12.997.037,34	-
RS	Fagundes Varela	4307864	-10.218.719,82	12.847.606,68	-
RS	Faxinal do Soturno	4308003	569.704,81	14.951.821,64	3,81
RS	Fazenda Vilanova	4308078	-1.275.300,53	14.573.246,82	-
RS	Feliz	4308102	-2.950.221,05	33.746.557,25	-

RS	Flores da Cunha	4308201	-9.892.587,12	79.029.746,59	-
RS	Fontoura Xavier	4308300	704.292,38	20.532.944,02	3,43
RS	Forquethina	4308433	-3.177.974,10	10.359.125,02	-
RS	Fortaleza dos Valos	4308458	-722.681,74	22.860.333,02	-
RS	Garibaldi	4308607	-14.560.138,49	85.023.776,04	-
RS	Garruchos	4308656	-188.029,40	14.009.967,47	-
RS	Gaurama	4308706	-8.201.801,10	16.621.792,22	-
RS	Getúlio Vargas	4308904	4.006.671,76	33.668.048,29	11,90
RS	Girua	4309001	-8.629.491,21	50.228.009,01	-
RS	Glorinha	4309050	-2.947.026,57	26.963.295,10	-
RS	Gramado	4309100	-8.924.693,28	181.549.405,22	-
RS	Gramado dos Loureiros	4309126	1.322.927,07	10.245.205,43	12,91
RS	Gramado Xavier	4309159	-1.602.328,09	12.143.562,33	-
RS	Guabiju	4309258	-1.630.415,25	9.045.651,75	-
RS	Guaporé	4309407	-1.171.526,19	64.995.407,94	-
RS	Guarani das Missões	4309506	846.374,98	17.216.473,72	4,92
RS	Harmonia	4309555	-539.143,51	17.954.097,70	-
RS	Herval	4307104	83.032,03	19.676.563,21	0,42
RS	Herveiras	4309571	-1.220.480,02	10.488.771,34	-
RS	Horizontina	4309605	-8.638.123,47	65.510.271,49	-
RS	Hulha Negra	4309654	-4.125.941,86	17.331.409,49	-
RS	Humaitá	4309704	-21.394.413,32	14.230.392,63	-
RS	Ibarama	4309753	-580.939,20	13.390.902,78	-
RS	Ibiaçá	4309803	-1.509.388,01	17.174.017,94	-
RS	Ibiraiaras	4309902	-483.775,56	18.168.777,35	-
RS	Ibirapuitã	4309951	-349.665,76	14.548.569,70	-
RS	Igrejinha	4310108	6.058.398,66	87.730.459,05	6,91
RS	Ilópolis	4310306	-1.254.743,95	13.051.078,85	-
RS	Imigrante	4310363	64.197,06	16.056.531,62	0,40
RS	Independência	4310405	3.907.868,88	16.661.830,24	23,45
RS	Inhacorá	4310413	1.384.357,62	10.446.395,94	13,25
RS	Ipê	4310439	-734.917,76	18.002.189,31	-
RS	Ipiranga do Sul	4310462	-3.493.435,59	11.297.215,05	-
RS	Iraí	4310504	-2.816.436,41	14.706.393,61	-
RS	Itacurubi	4310553	-3.762.547,98	13.592.375,72	-
RS	Itati	4310652	-2.489.182,53	10.866.750,56	-
RS	Itatiba do Sul	4310702	-339.414,65	12.866.341,63	-
RS	Ivorá	4310751	0,00	10.110.209,97	0,00
RS	Ivoti	4310801	231.999,52	57.599.468,27	0,40
RS	Jacuizinho	4310876	-837.904,34	11.117.673,90	-
RS	Jaguarão	4311007	-24.744.723,00	53.910.265,21	-
RS	Jaguari	4311106	-4.083.934,82	26.661.912,81	-
RS	Jari	4311130	-1.810.932,41	14.032.782,38	-
RS	Jóia	4311155	-1.254.414,85	26.517.723,98	-
RS	Júlio de Castilhos	4311205	-2.591.680,16	51.525.585,03	-
RS	Lagoa Bonita do Sul	4311239	-857.824,24	9.628.171,11	-
RS	Lagoa dos Três Cantos	4311270	58.069,65	10.721.172,35	0,54
RS	Lagoa Vermelha	4311304	-10.534.786,22	56.166.542,81	-
RS	Lagoão	4311254	632.111,04	13.960.364,42	4,53
RS	Lavras do Sul	4311502	-1.892.007,96	22.162.236,55	-

RS	Liberato Salzano	4311601	0,00	15.708.242,50	0,00
RS	Lindolfo Collor	4311627	-878.363,43	16.889.367,09	-
RS	Linha Nova	4311643	-3.322.095,44	8.895.092,09	-
RS	Machadinho	4311700	-1.874.809,16	18.072.584,94	-
RS	Mampituba	4311734	-1.940.051,56	11.201.011,75	-
RS	Maratá	4311791	-3.030.660,89	12.503.132,22	-
RS	Marau	4311809	-5.214.154,67	99.145.993,10	-
RS	Marcelino Ramos	4311908	-8.022.780,66	15.587.434,81	-
RS	Marques de Souza	4312054	-1.066.902,85	14.758.038,55	-
RS	Mata	4312104	234.079,79	14.477.938,83	1,62
RS	Mato Leitão	4312153	-18.795.677,84	16.263.958,64	-
RS	Mato Queimado	4312179	-2.090.330,09	12.094.578,98	-
RS	Maximiliano de Almeida	4312203	-1.261.139,14	13.817.606,48	-
RS	Minas do Leão	4312252	-5.831.079,08	20.535.116,92	-
RS	Miraguaí	4312302	1.562.389,44	16.831.928,53	9,28
RS	Montauri	4312351	-2.495.265,48	10.431.603,88	-
RS	Monte Belo do Sul	4312385	-3.306.908,07	12.887.765,90	-
RS	Morro Redondo	4312450	-3.182.377,69	14.612.036,43	-
RS	Morro Reuter	4312476	-1.106.354,79	15.921.869,91	-
RS	Mostardas	4312500	1.970.676,65	28.830.451,89	6,84
RS	Muçum	4312609	-23.901,82	14.353.796,91	-
RS	Muitos Capões	4312617	-1.102.379,30	18.128.250,18	-
RS	Muliterno	4312625	-160.218,00	10.869.694,87	-
RS	Não-Me-Toque	4312658	-13.049.707,70	50.452.846,74	-
RS	Nicolau Vergueiro	4312674	213.875,67	10.104.628,89	2,12
RS	Nonoai	4312708	4.010.305,24	27.139.199,07	14,78
RS	Nova Alvorada	4312757	-1.783.055,97	14.366.877,02	-
RS	Nova Araçá	4312807	0,00	16.697.351,38	0,00
RS	Nova Boa Vista	4312955	-1.657.130,18	11.747.385,18	-
RS	Nova Candelária	4313011	-2.309.458,62	13.996.590,44	-
RS	Nova Esperança do Sul	4313037	-149.639,64	12.901.411,08	-
RS	Nova Hartz	4313060	2.446.510,65	42.442.341,21	5,76
RS	Nova Pádua	4313086	-1.832.698,20	11.864.242,78	-
RS	Nova Palma	4313102	287.241,89	18.663.240,79	1,54
RS	Nova Petrópolis	4313201	-7.995.146,74	53.149.513,81	-
RS	Nova Prata	4313300	-6.264.763,06	76.612.368,19	-
RS	Nova Ramada	4313334	-4.976.725,99	11.838.768,78	-
RS	Nova Roma do Sul	4313359	-2.365.908,66	17.035.873,76	-
RS	Novo Barreiro	4313490	-7.853.288,71	12.501.757,02	-
RS	Novo Cabrais	4313391	-879.982,46	11.981.141,65	-
RS	Novo Machado	4313425	-1.961.303,38	13.454.083,09	-
RS	Novo Tiradentes	4313441	-490.958,70	10.314.247,60	-
RS	Novo Xingu	4313466	133.283,76	10.380.961,60	1,28
RS	Osório	4313508	-31.133.979,84	160.414.687,75	-
RS	Paim Filho	4313607	-864.059,34	12.926.928,50	-
RS	Palmitinho	4313805	-816.051,34	16.874.535,99	-
RS	Panambi	4313904	-199.721,68	112.030.242,65	-
RS	Pantano Grande	4313953	1.786.932,85	22.631.603,30	7,90
RS	Parai	4314001	-1.484.008,17	21.452.251,18	-
RS	Paraíso do Sul	4314027	-1.167.966,88	15.999.998,86	-

RS	Pareci Novo	4314035	-2.292.021,62	15.559.495,81	-
RS	Passa Sete	4314068	-3.114.045,68	13.879.570,83	-
RS	Passo do Sobrado	4314076	-1.591.242,80	16.193.928,65	-
RS	Paulo Bento	4314134	-1.951.444,26	11.272.940,76	-
RS	Paverama	4314159	-1.520.957,52	16.010.979,69	-
RS	Pedras Altas	4314175	-2.713.031,21	13.956.433,27	-
RS	Pejuçara	4314308	78.485,48	16.528.922,12	0,47
RS	Picada Café	4314423	-2.157.355,25	21.160.699,36	-
RS	Pinhal da Serra	4314464	-2.569.310,24	26.115.223,36	-
RS	Pinhal Grande	4314472	-2.296.960,58	19.748.330,28	-
RS	Pinheirinho do Vale	4314498	-482.995,40	13.458.528,56	-
RS	Pirapó	4314555	-1.236.163,94	11.233.392,79	-
RS	Planalto	4314704	0,00	20.458.580,11	0,00
RS	Poço das Antas	4314753	-1.358.608,78	11.633.417,61	-
RS	Pontão	4314779	-734.541,18	19.372.492,38	-
RS	Ponte Preta	4314787	-2.826.472,80	9.483.772,24	-
RS	Portão	4314803	6.074.773,71	68.784.973,02	8,83
RS	Porto Mauá	4315057	-914.333,30	11.020.937,53	-
RS	Porto Vera Cruz	4315073	-413.856,86	10.104.287,26	-
RS	Porto Xavier	4315107	-919.088,49	21.317.748,08	-
RS	Pouso Novo	4315131	-1.155.875,12	9.873.005,73	-
RS	Progresso	4315156	-996.094,83	14.971.907,01	-
RS	Protásio Alves	4315172	-827.059,96	10.471.968,01	-
RS	Putinga	4315206	-3.891.330,97	12.910.861,24	-
RS	Quatro Irmãos	4315313	-502.198,19	10.665.034,00	-
RS	Quinze de Novembro	4315354	-734.480,84	16.161.659,69	-
RS	Redentora	4315404	1.814.429,39	18.733.853,49	9,69
RS	Relvado	4315453	-676.922,95	10.141.029,28	-
RS	Restinga Seca	4315503	-1.529.115,86	34.284.078,54	-
RS	Rio dos Índios	4315552	0,00	13.147.046,19	0,00
RS	Rio Pardo	4315701	9.274.291,95	91.990.892,89	10,08
RS	Roca Sales	4315800	402.091,99	24.675.925,21	1,63
RS	Rolador	4315958	-2.067.972,13	11.820.705,91	-
RS	Ronda Alta	4316105	-478.097,85	24.668.685,83	-
RS	Rondinha	4316204	-536.681,60	17.339.976,83	-
RS	Roque Gonzales	4316303	-1.864.459,62	16.963.703,49	-
RS	Saldanha Marinho	4316436	1.587.016,88	12.418.305,53	12,78
RS	Salto do Jacuí	4316451	-3.951.778,27	30.707.463,42	-
RS	Salvador das Missões	4316477	-809.566,87	11.923.437,62	-
RS	Salvador do Sul	4316501	-2.469.876,14	19.975.578,49	-
RS	Sananduva	4316600	-1.332.184,36	34.134.555,13	-
RS	Santa Bárbara do Sul	4316709	877.902,65	28.054.650,46	3,13
RS	Santa Cecília do Sul	4316733	-760.732,02	11.790.071,36	-
RS	Santa Clara do Sul	4316758	-5.655.479,50	17.184.742,43	-
RS	Santa Maria do Herval	4316956	-813.815,83	16.886.924,97	-
RS	Santa Tereza	4317251	-312.352,19	9.260.797,22	-
RS	Santana da Boa Vista	4317004	-1.327.812,73	17.623.983,18	-
RS	Santo Antônio da Patrulha	4317608	-1.788.933,07	81.555.031,17	-
RS	Santo Antônio do Palma	4317558	-1.171.860,34	11.152.686,30	-
RS	Santo Cristo	4317905	11.822,48	31.299.901,70	0,04

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Santo Expedito do Sul	4317954	-141.857,83	10.947.415,94	-
RS	São Domingos do Sul	4318051	306.580,48	11.077.977,19	2,77
RS	São Francisco de Assis	4318101	-779.773,87	42.229.569,56	-
RS	São Jerônimo	4318408	-5.260.856,02	36.067.475,89	-
RS	São Jorge	4318440	-1.144.710,26	10.066.720,76	-
RS	São José do Inhacorá	4318499	-2.506.679,31	11.389.460,82	-
RS	São José do Norte	4318507	-8.969.349,53	58.755.736,24	-
RS	São José do Ouro	4318606	231.774,83	16.775.071,83	1,38
RS	São José do Sul	4318614	-1.725.257,61	12.815.424,59	-
RS	São José dos Ausentes	4318622	1.298.858,13	13.848.512,14	9,38
RS	São Lourenço do Sul	4318804	-16.067.836,83	91.134.953,46	-
RS	São Marcos	4319000	-192.085,35	54.123.382,24	-
RS	São Martinho	4319109	-411.060,51	15.860.488,22	-
RS	São Miguel das Missões	4319158	-1.386.300,93	22.343.755,97	-
RS	São Pedro da Serra	4319356	-1.305.761,33	14.192.252,28	-
RS	São Pedro do Butiá	4319372	-13.284.638,15	14.183.503,31	-
RS	São Pedro do Sul	4319406	-6.657.426,58	34.308.009,40	-
RS	São Sebastião do Cai	4319505	696.699,84	57.635.345,33	1,21
RS	São Sepé	4319604	-31.679.438,53	50.584.353,88	-
RS	São Valentim do Sul	4319711	-1.228.574,61	9.950.044,39	-
RS	São Valério do Sul	4319737	-194.969,11	9.917.126,13	-
RS	São Vendelino	4319752	-1.692.129,77	13.056.867,71	-
RS	São Vicente do Sul	4319802	525.308,95	21.222.305,14	2,48
RS	Sarandi	4320107	-3.202.609,43	44.167.040,69	-
RS	Seberí	4320206	-17.203.201,51	24.869.912,70	-
RS	Sede Nova	4320230	-2.000.431,32	12.039.487,95	-
RS	Selbach	4320305	1.351.066,97	16.576.407,77	8,15
RS	Senador Salgado Filho	4320321	-361.358,81	11.331.984,14	-
RS	Serafina Corrêa	4320404	-3.473.061,05	41.552.022,74	-
RS	Sete de Setembro	4320578	409.017,57	10.299.119,33	3,97
RS	Severiano de Almeida	4320602	-1.430.514,78	10.245.205,43	-
RS	Silveira Martins	4320651	-705.686,37	10.707.220,73	-
RS	Sinimbu	4320677	-7.440.013,84	22.312.164,70	-
RS	Sobradinho	4320701	2.256.621,39	31.690.121,91	7,12
RS	Soledade	4320800	4.306.801,67	60.165.924,06	7,16
RS	Tabaí	4320859	0,00	11.852.201,95	0,00
RS	Tapejara	4320909	-3.318.474,85	48.287.774,83	-
RS	Tapera	4321006	957.003,52	27.678.917,34	3,46
RS	Tapes	4321105	-1.077.289,64	35.463.335,72	-
RS	Taquari	4321303	6.433.075,51	48.811.977,32	13,18
RS	Taquaruçu do Sul	4321329	-1.785.169,04	11.628.632,16	-
RS	Tavares	4321352	956.183,33	13.130.520,45	7,28
RS	Tenente Portela	4321402	-2.858.127,49	29.958.024,45	-
RS	Terra de Areia	4321436	7.450.649,99	23.802.763,55	31,30
RS	Teutônia	4321451	3.990.460,84	70.272.398,26	5,68
RS	Tio Hugo	4321469	1.483.279,55	12.348.255,00	12,01
RS	Tiradentes do Sul	4321477	-2.185.889,74	13.833.737,85	-
RS	Tramandaí	4321600	3.500.242,97	140.975.786,12	2,48
RS	Travesseiro	4321626	-1.686.145,93	11.299.931,60	-
RS	Três Arroios	4321634	58.233,69	11.970.792,43	0,49

RS	Três Cachoeiras	4321667	-4.505.919,21	21.357.108,45	-
RS	Três de Maio	4321808	-2.443.301,51	46.218.805,26	-
RS	Três Forquilhas	4321832	1.077.595,61	11.284.598,68	9,55
RS	Três Palmeiras	4321857	455.100,46	13.813.846,17	3,29
RS	Três Passos	4321907	-1.484.278,83	48.757.341,76	-
RS	Trindade do Sul	4321956	-568.785,42	14.846.224,65	-
RS	Tucunduva	4322103	48.564,99	15.274.737,55	0,32
RS	Tupanci do Sul	4322186	-488.939,90	9.867.827,60	-
RS	Tupanciretã	4322202	7.495.265,79	57.104.067,87	13,13
RS	Tupandi	4322251	-677.172,63	24.156.937,24	-
RS	Tuparendi	4322301	1.082.060,73	18.833.730,49	5,75
RS	Turuçu	4322327	-3.346.113,13	13.614.285,08	-
RS	Ubiretama	4322343	-681.125,47	10.069.987,63	-
RS	União da Serra	4322350	-1.346.268,39	9.529.504,75	-
RS	Unistalda	4322376	-309.275,05	10.223.341,40	-
RS	Vale do Sol	4322533	-3.456.154,00	25.262.621,39	-
RS	Vale Real	4322541	-582.520,32	15.646.708,66	-
RS	Vale Verde	4322525	-1.046.483,30	12.618.593,27	-
RS	Vanini	4322558	-864.380,68	10.639.112,22	-
RS	Vera Cruz	4322707	-8.072.481,34	58.133.410,19	-
RS	Veranópolis	4322806	-6.031.475,82	72.039.892,15	-
RS	Vespasiano Correa	4322855	-1.852.194,91	10.952.644,89	-
RS	Viadutos	4322905	-1.963.250,98	14.664.096,82	-
RS	Vicente Dutra	4323101	-1.911.800,20	12.698.092,12	-
RS	Vila Flores	4323309	-1.863.871,71	15.180.574,68	-
RS	Vila Lângaro	4323358	-405.305,38	12.650.738,45	-
RS	Vila Maria	4323408	-290.144,63	16.746.182,37	-
RS	Vista Alegre	4323507	-629.350,85	10.880.259,81	-
RS	Vista Alegre do Prata	4323606	-1.256.010,35	12.335.385,00	-
RS	Westfalia	4323770	-2.211.117,25	16.861.936,14	-
RS	Xangri-lá	4323804	-6.148.169,42	82.642.336,25	-
SC	Abelardo Luz	4200101	-2.229.170,52	47.245.207,29	-
SC	Agrolândia	4200200	-1.199.785,67	20.740.073,81	-
SC	Agronômica	4200309	-4.683,97	14.208.617,89	-
SC	Água Doce	4200408	-6.270.513,27	22.124.800,46	-
SC	Águas de Chapecó	4200507	-659.654,53	14.272.684,28	-
SC	Águas Frias	4200556	-1.439.781,58	11.189.088,36	-
SC	Anchieta	4200804	-1.614.695,23	14.951.476,69	-
SC	Antônio Carlos	4201208	-3.240.620,65	27.350.011,39	-
SC	Apiúna	4201257	-1.635.003,23	30.362.009,38	-
SC	Arabutã	4201273	957.999,05	15.914.483,89	6,02
SC	Arvoredo	4201653	-1.610.805,26	12.151.030,94	-
SC	Ascurra	4201703	-950.374,60	15.911.865,76	-
SC	Atalanta	4201802	-150.137,64	11.366.921,91	-
SC	Aurora	4201901	1.042.958,22	15.817.434,02	6,59
SC	Balneário Rincão	4220000	-2.547.603,76	32.967.331,94	-
SC	Bandeirante	4202081	-1.726.504,06	11.166.945,86	-
SC	Barra Velha	4202107	-9.424.245,73	70.579.346,02	-
SC	Bela Vista do Toldo	4202131	646.213,58	15.862.668,79	4,07
SC	Belmonte	4202156	-400.944,61	10.757.819,33	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Benedito Novo	4202206	-1.693.758,20	19.852.035,47	-
SC	Bocaina do Sul	4202438	-1.691.851,23	11.925.872,66	-
SC	Bom Jesus	4202537	-1.232.135,33	11.362.501,52	-
SC	Bom Jesus do Oeste	4202578	-1.004.824,13	10.752.260,01	-
SC	Botuverá	4202701	-5.185.613,50	15.295.299,55	-
SC	Braço do Trombudo	4202859	-1.347.752,79	14.582.614,27	-
SC	Caibi	4203105	-625.326,58	15.928.795,31	-
SC	Campo Alegre	4203303	-752.431,83	32.343.362,34	-
SC	Campo Belo do Sul	4203402	-680.049,30	17.656.029,13	-
SC	Capão Alto	4203253	-623.121,77	15.914.710,08	-
SC	Capinzal	4203907	-7.525.678,06	63.627.776,49	-
SC	Catanduvas	4204004	-2.690.488,96	27.107.904,53	-
SC	Caxambu do Sul	4204103	391.407,24	15.931.575,57	2,46
SC	Celso Ramos	4204152	495.453,79	14.315.163,90	3,46
SC	Cerro Negro	4204178	-1.035.875,03	12.592.332,93	-
SC	Chapadão do Lageado	4204194	-1.384.485,23	10.726.365,08	-
SC	Cocal do Sul	4204251	1.745.937,31	41.261.252,12	4,23
SC	Cordilheira Alta	4204350	-1.146.152,96	17.596.809,08	-
SC	Coronel Freitas	4204400	-7.078.947,72	27.316.930,12	-
SC	Coronel Martins	4204459	-246.746,10	10.272.784,74	-
SC	Correia Pinto	4204558	-1.085.579,40	39.956.273,23	-
SC	Corupá	4204509	685.943,63	33.847.344,46	2,03
SC	Cunha Porã	4204707	-1.226.570,64	24.193.686,13	-
SC	Cunhataí	4204756	-1.566.098,80	9.870.751,26	-
SC	Curitibanos	4204806	-12.536.847,97	74.607.102,22	-
SC	Descanso	4204905	-695.594,99	17.896.710,47	-
SC	Dionísio Cerqueira	4205001	-3.367.314,45	35.427.560,47	-
SC	Dona Emma	4205100	-1.146.416,53	11.806.403,15	-
SC	Doutor Pedrinho	4205159	-1.804.624,44	11.059.151,76	-
SC	Entre Rios	4205175	-1.306.324,82	11.345.043,04	-
SC	Ermo	4205191	-87.578,50	10.577.552,89	-
SC	Erval Velho	4205209	-3.247.682,67	14.290.059,37	-
SC	Faxinal dos Guedes	4205308	-3.445.958,02	30.329.652,70	-
SC	Flor do Sertão	4205357	-777.877,42	10.731.426,12	-
SC	Forquilha	4205456	-3.254.904,76	59.441.899,48	-
SC	Fraiburgo	4205506	-6.558.510,45	81.227.773,50	-
SC	Frei Rogério	4205555	-1.719.282,46	10.868.327,25	-
SC	Garopaba	4205704	-6.595.288,10	50.565.905,03	-
SC	Governador Celso Ramos	4206009	288.874,39	45.021.819,81	0,64
SC	Grão Pará	4206108	894.126,68	16.783.221,39	5,33
SC	Gravatal	4206207	-342.102,26	21.676.127,10	-
SC	Guabiruba	4206306	-2.087.927,04	45.890.571,84	-
SC	Guaraciaba	4206405	613.361,90	24.648.750,73	2,49
SC	Guaramirim	4206504	-2.563.034,88	97.996.505,50	-
SC	Guarujá do Sul	4206603	-2.297.082,73	14.181.269,01	-
SC	Guatambú	4206652	0,00	17.980.464,50	0,00
SC	Ibirama	4206900	-7.003.931,10	42.596.641,04	-
SC	Imbituba	4207304	-9.621.304,06	105.018.742,80	-
SC	Imbuia	4207403	-2.311.155,37	15.250.037,79	-
SC	Iomerê	4207577	-686.517,43	14.069.392,86	-

SC	Iporã do Oeste	4207650	-2.607.509,18	21.118.657,47	-
SC	Ipuçu	4207684	387.122,94	18.059.839,10	2,14
SC	Ipumirim	4207700	-1.667.511,31	22.978.827,35	-
SC	Iraceminha	4207759	444.048,26	12.348.448,13	3,60
SC	Irani	4207809	75.081,03	21.059.303,04	0,36
SC	Irati	4207858	-780.974,81	9.743.855,49	-
SC	Irineópolis	4207908	1.713.770,16	25.654.600,39	6,68
SC	Itá	4208005	153.979,22	33.493.081,49	0,46
SC	Itaiópolis	4208104	-5.439.897,21	7.678.997,33	-
SC	Itapiranga	4208401	-1.788.751,98	44.291.689,67	-
SC	Jacinto Machado	4208708	-1.354.569,21	23.105.684,40	-
SC	Jaguaruna	4208807	2.036.629,83	41.608.432,54	4,89
SC	Jardinópolis	4208955	-971.137,92	11.881.079,12	-
SC	José Boiteux	4209151	877.388,73	13.874.844,52	6,32
SC	Jupia	4209177	-375.833,96	10.004.572,67	-
SC	Lajeado Grande	4209458	-1.254.435,12	10.277.413,12	-
SC	Laurentino	4209508	-214.244,68	15.470.385,98	-
SC	Leoberto Leal	4209805	-1.574.736,27	12.023.725,68	-
SC	Lindóia do Sul	4209854	-1.990.875,32	14.990.323,84	-
SC	Lontras	4209904	-1.084.950,65	24.859.784,86	-
SC	Luzerna	4210035	-790.647,38	16.753.215,36	-
SC	Macieira	4210050	-5.365.728,55	10.953.281,84	-
SC	Maravilha	4210506	-2.549.163,65	55.636.420,60	-
SC	Marema	4210555	-835.463,89	11.563.325,30	-
SC	Massaranduba	4210605	-2.826.344,13	37.994.138,69	-
SC	Meleiro	4210803	-1.206.726,70	20.055.559,04	-
SC	Mirim Doce	4210852	-75.003,74	10.935.710,24	-
SC	Monte Carlo	4211058	-1.808.283,80	21.881.585,97	-
SC	Morro da Fumaça	4211207	-1.679.390,80	41.431.055,53	-
SC	Morro Grande	4211256	-1.353.615,16	14.505.656,93	-
SC	Nova Erechim	4211405	-656.260,82	15.942.013,05	-
SC	Nova Itaberaba	4211454	-3.022.400,30	14.801.673,19	-
SC	Novo Horizonte	4211652	-1.048.018,88	11.263.540,88	-
SC	Ouro	4211801	-2.624.250,56	17.253.893,82	-
SC	Ouro Verde	4211850	-800.691,88	11.535.769,25	-
SC	Paial	4211876	-1.959.183,30	10.452.008,19	-
SC	Palmeira	4212056	1.470.028,29	11.940.842,08	12,31
SC	Palmitos	4212106	-2.472.933,25	32.956.931,06	-
SC	Passo de Torres	4212254	-769.443,81	18.345.890,45	-
SC	Paulo Lopes	4212304	-1.064.160,19	15.514.594,48	-
SC	Pedras Grandes	4212403	-768.461,89	11.566.061,13	-
SC	Penha	4212502	-8.269.282,94	65.839.411,86	-
SC	Perituba	4212601	-2.007.432,03	11.746.039,84	-
SC	Petrolândia	4212700	-1.072.749,22	15.159.894,01	-
SC	Rinhalzinho	4212908	-1.504.961,41	46.892.499,82	-
SC	Pinheiro Preto	4213005	-3.137.626,07	14.219.708,33	-
SC	Piratuba	4213104	-2.009.288,07	28.839.620,34	-
SC	Planalto Alegre	4213153	473.788,48	10.911.366,42	4,34
SC	Ponte Alta	4213302	-755.490,57	13.612.154,84	-
SC	Ponte Alta do Norte	4213351	-2.367.175,35	12.114.108,45	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Praia Grande	4213807	-62.845,31	16.749.790,50	-
SC	Presidente Castello Branco	4213906	101.499,58	10.096.357,94	1,01
SC	Presidente Getúlio	4214003	-2.623.722,55	38.512.751,82	-
SC	Presidente Nereu	4214102	-254.020,14	9.785.338,37	-
SC	Princesa	4214151	-3.873.364,14	11.320.019,71	-
SC	Quilombo	4214201	-2.739.539,04	23.618.803,61	-
SC	Rio das Antas	4214409	-1.775.784,62	20.698.807,09	-
SC	Rio do Campo	4214508	-1.480.117,55	15.594.686,27	-
SC	Rio do Oeste	4214607	-1.765.830,83	17.152.862,20	-
SC	Rio dos Cedros	4214706	-4.358.745,90	23.468.748,61	-
SC	Rio Fortuna	4214904	-165.460,55	13.444.354,11	-
SC	Riqueza	4215075	-1.543.001,13	13.016.590,91	-
SC	Rodeio	4215109	-1.288.307,23	22.034.426,22	-
SC	Romelândia	4215208	1.648.399,76	12.563.073,74	13,12
SC	Salto Veloso	4215406	-16.173.944,81	15.698.286,51	-
SC	Sangão	4215455	-250.171,95	22.332.608,50	-
SC	Santa Cecília	4215505	4.060.812,06	34.701.918,45	11,70
SC	Santa Helena	4215554	-1.222.823,57	10.440.621,91	-
SC	Santa Rosa de Lima	4215604	99.917,42	9.838.801,53	1,02
SC	Santa Rosa do Sul	4215653	-168.928,63	15.900.175,23	-
SC	Santa Terezinha do Progresso	4215687	-1.923.077,13	10.086.757,40	-
SC	Santiago do Sul	4215695	-793.663,66	9.657.064,79	-
SC	Santo Amaro da Imperatriz	4215703	239.429,51	44.102.096,35	0,54
SC	São Bernardino	4215752	-717.264,26	11.396.682,81	-
SC	São Bonifácio	4215901	-1.868.408,01	10.662.735,22	-
SC	São Carlos	4216008	347.600,06	23.880.790,65	1,46
SC	São Domingos	4216107	-4.407.075,37	20.949.735,77	-
SC	São João Batista	4216305	-8.686.339,99	60.902.671,43	-
SC	São Joaquim	4216503	-8.317.184,10	44.643.522,34	-
SC	São José do Cedro	4216701	-2.742.743,83	32.242.155,35	-
SC	São José do Cerrito	4216800	-3.380.892,59	20.232.580,03	-
SC	São Lourenço do Oeste	4216909	-5.497.561,79	56.478.701,42	-
SC	São Ludgero	4217006	-2.371.141,27	31.380.145,53	-
SC	São Martinho	4217105	-1.414.067,18	11.150.051,70	-
SC	São Miguel da Boa Vista	4217154	-1.113.416,91	9.480.992,73	-
SC	São Miguel do Oeste	4217204	-164.350,67	84.544.891,34	-
SC	Saudades	4217303	-1.173.003,12	22.026.515,37	-
SC	Schroeder	4217402	-5.993.133,57	40.108.212,43	-
SC	Seara	4217501	-373.461,09	45.062.524,18	-
SC	Serra Alta	4217550	-813.459,17	12.007.794,21	-
SC	Sombrio	4217709	5.689.856,23	54.265.758,54	10,49
SC	Sul Brasil	4217758	-1.392.922,56	10.815.984,28	-
SC	Taió	4217808	176.992,59	40.515.889,40	0,44
SC	Tigrinhos	4217956	-356.704,39	9.914.000,62	-
SC	Timbê do Sul	4218103	-1.054.274,80	13.602.230,41	-
SC	Timbó	4218202	-26.801.246,71	107.879.330,21	-
SC	Três Barras	4218301	2.067.563,06	53.085.430,58	3,89
SC	Treviso	4218350	-287.416,89	20.564.916,15	-
SC	Treze de Maio	4218400	-1.326.034,19	15.438.687,98	-
SC	Trombudo Central	4218608	-745.769,65	18.551.325,24	-

SC	Tunápolis	4218756	-974.330,05	15.624.416,82	-
SC	Turvo	4218806	-207.718,27	29.476.002,12	-
SC	União do Oeste	4218855	-810.292,79	11.483.855,59	-
SC	Vargem Bonita	4219176	-2.831.310,93	20.016.065,68	-
SC	Vidal Ramos	4219200	-171.349,70	19.632.218,53	-
SC	Vitor Meireles	4219358	-1.440.654,97	14.240.625,79	-
SC	Witmarsum	4219408	-1.495.808,59	12.281.681,73	-
SC	Xavantina	4219606	-983.715,76	15.656.225,67	-
SE	Amparo de São Francisco	2800100	-34.566,07	10.338.475,68	-
SE	Aquidabã	2800209	3.547.256,96	30.133.730,58	11,77
SE	Araúá	2800407	-2.502.297,18	24.571.776,83	-
SE	Areia Branca	2800506	-447.612,22	32.482.921,54	-
SE	Boquim	2800670	-2.594.332,23	42.024.360,92	-
SE	Campo do Brito	2801009	-1.451.487,55	32.458.335,07	-
SE	Canhoba	2801108	500.652,02	12.495.158,18	4,01
SE	Carira	2801405	-3.796.099,44	22.158.388,78	-
SE	Carmópolis	2801504	4.904.300,95	68.253.926,59	7,19
SE	Cumbe	2801900	-1.066.901,41	12.656.701,16	-
SE	Divina Pastora	2802007	-9.427.579,62	22.748.829,62	-
SE	Frei Paulo	2802304	-2.252.684,04	28.978.444,91	-
SE	General Maynard	2802502	4.157.027,04	11.024.262,71	37,71
SE	Gracho Cardoso	2802601	-43.601,81	13.393.193,30	-
SE	Indiaroba	2802809	-4.438.832,32	33.430.510,28	-
SE	Itabaianinha	2803005	-2.410.330,24	68.815.999,98	-
SE	Japaratuba	2803302	-9.641.908,21	65.021.241,99	-
SE	Japoatã	2803401	-3.517.646,22	24.797.661,39	-
SE	Laranjeiras	2803609	-9.599.182,01	22.158.388,78	-
SE	Macambira	2803708	113.764,98	15.802.699,41	0,72
SE	Malhada dos Bois	2803807	68.221,96	12.645.338,88	0,54
SE	Malhador	2803906	-4.216.925,11	21.437.255,86	-
SE	Moita Bonita	2804102	-1.876.457,00	22.158.388,78	-
SE	Nossa Senhora Aparecida	2804458	1.504.099,62	17.199.135,28	8,75
SE	Nossa Senhora de Lourdes	2804706	-91.554,82	12.949.471,53	-
SE	Pedra Mole	2805000	-933.096,41	11.797.768,79	-
SE	Pedrinhas	2805109	2.451.440,89	18.585.422,18	13,19
SE	Pirambu	2805307	3.648.374,26	34.539.465,28	10,56
SE	Poço Verde	2805505	3.767.031,43	35.427.585,29	10,63
SE	Ribeirópolis	2806008	-188.359,18	32.202.327,87	-
SE	Rosário do Catete	2806107	4.914.417,19	59.818.258,46	8,22
SE	São Domingos	2806800	-1.519.756,90	18.500.457,63	-
SE	São Miguel do Aleixo	2807006	84.049,76	11.908.673,45	0,71
SE	Simão Dias	2807105	20.951.000,13	24.571.776,83	85,26
SE	Umbaúba	2807600	1.784.976,31	42.574.653,88	4,19
SP	Águas de São Pedro	3500600	-54.966,70	19.417.159,91	-
SP	Agudos	3500709	-20.900,00	127.649.916,67	-
SP	Alto Alegre	3501103	-1.092.743,03	16.429.146,40	-
SP	Álvares Florencie	3501202	7.864,54	15.897.952,79	0,05
SP	Américo Brasileiro	3501707	-2.967.029,43	79.601.914,38	-
SP	Américo de Campos	3501806	5.601.604,18	17.719.604,44	31,61
SP	Apiáí	3502705	22.910.784,87	52.982.146,70	43,24

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Areias	3503505	-1.809.077,24	13.675.061,34	-
SP	Ariranha	3503703	9.087.724,86	32.553.109,66	27,92
SP	Artur Nogueira	3503802	34.426.414,19	104.472.551,69	32,95
SP	Aspásia	3503950	484.375,37	10.782.162,75	4,49
SP	Bady Bassitt	3504602	1.615.379,54	44.850.482,21	3,60
SP	Barrinha	3505609	32.124.002,66	62.305.576,42	51,56
SP	Bocaina	3506805	-1.059.790,05	31.551.700,88	-
SP	Braúna	3507704	541.817,37	15.349.420,43	3,53
SP	Buritama	3508108	-3.066.472,22	51.609.870,20	-
SP	Buritizal	3508207	-6.121,69	19.272.850,05	-
SP	Caconde	3508702	-3.403.011,94	39.598.399,77	-
SP	Cândido Rodrigues	3510104	-91.053,86	12.238.064,53	-
SP	Cardoso	3510708	-21.925.923,26	34.665.758,96	-
SP	Cedral	3511300	-450.029,50	28.468.982,52	-
SP	Charqueada	3511706	-87.353,29	36.458.000,34	-
SP	Clementina	3511904	-1.303.459,29	20.163.477,02	-
SP	Colina	3512001	5.807.734,31	57.889.118,29	10,03
SP	Colômbia	3512100	3.656.616,25	32.409.739,03	11,28
SP	Cosmorama	3512902	-2.019.919,22	22.595.519,39	-
SP	Cunha	3513603	-1.478.427,55	43.320.820,12	-
SP	Dois Córregos	3514106	-506.721,66	63.884.056,73	-
SP	Dolcinópolis	3514205	723.839,12	10.480.172,13	6,91
SP	Dracena	3514403	564.133,29	100.512.446,61	0,56
SP	Echaporã	3514700	-31.377,27	19.221.634,95	-
SP	Elisiário	3514924	-2.129.584,93	13.348.756,86	-
SP	Estrela d'Oeste	3515202	-992.660,76	24.817.576,17	-
SP	Gália	3516606	-1.327.159,82	17.576.840,98	-
SP	Guariba	3518602	-16.879.242,87	88.377.848,69	-
SP	Iacri	3519204	640.576,06	17.232.736,65	3,72
SP	Ibirá	3519402	2.980.518,95	31.887.857,65	9,35
SP	Iracemápolis	3521408	8.373.462,17	54.295.243,74	15,42
SP	Irapuã	3521507	-3.419.197,51	17.524.680,46	-
SP	Itajobi	3521903	1.092.696,58	46.047.591,58	2,37
SP	Itapura	3523008	49.179,24	18.874.604,01	0,26
SP	Itobi	3523800	123.751,13	13.738.697,49	0,90
SP	Jaborandi	3524204	1.485.423,77	20.839.878,02	7,13
SP	Jales	3524808	34.224.641,05	93.968.167,33	36,42
SP	Jambeiro	3524907	-2.690.039,14	27.928.138,38	-
SP	José Bonifácio	3525706	7.310.583,23	78.992.100,85	9,25
SP	Jumirim	3525854	-32.920,34	15.353.485,40	-
SP	Junqueirópolis	3526001	-3.529.058,22	49.160.308,47	-
SP	Lagoinha	3526308	-1.300.316,06	15.040.556,54	-
SP	Laranjal Paulista	3526407	1.662.424,96	68.650.734,01	2,42
SP	Lavinia	3526506	-2.565.197,48	25.974.445,77	-
SP	Lavrinhas	3526605	-84.670,69	19.186.391,97	-
SP	Macatuba	3528007	-1.811.698,46	49.628.223,89	-
SP	Macaubal	3528106	3.957.356,50	18.151.978,93	21,80
SP	Macedônia	3528205	-2.601.288,44	13.621.088,33	-
SP	Meridiano	3529609	-134.444,48	17.775.422,61	-
SP	Mesópolis	3529658	539.565,01	12.973.722,43	4,16

SP	Mira Estrela	3530003	-564.018,83	15.464.526,17	-
SP	Miracatu	3529906	-2.545.276,27	58.346.887,60	-
SP	Monte Alegre do Sul	3531209	-816.243,50	21.834.905,74	-
SP	Monte Alto	3531308	-5.352.155,00	112.133.927,82	-
SP	Monte Aprazível	3531407	7.403.563,49	49.816.660,74	14,86
SP	Monte Castelo	3531605	-14.569,66	15.317.628,86	-
SP	Monteiro Lobato	3531704	0,00	13.665.846,48	0,00
SP	Murutinga do Sul	3532108	986.392,46	15.639.744,61	6,31
SP	Natividade da Serra	3532306	2.481.006,33	21.537.498,38	11,52
SP	Nova Aliança	3532801	-146.919,13	18.195.981,64	-
SP	Nova Campina	3532827	-2.457.995,30	23.808.860,07	-
SP	Nova Granada	3533007	107.326,30	39.182.273,32	0,27
SP	Nova Independência	3533205	-900.957,80	18.885.263,84	-
SP	Novais	3533254	278.765,29	14.879.788,69	1,87
SP	Oriente	3534104	1.343.775,80	15.425.015,55	8,71
SP	Oriñdiúva	3534203	-2.377.895,49	27.953.332,65	-
SP	Orlândia	3534302	3.151.726,84	126.434.245,31	2,49
SP	Palmares Paulista	3535101	7.729.474,48	23.061.304,66	33,52
SP	Paranapuã	3535903	-465.459,84	12.803.621,88	-
SP	Parapuã	3536000	505.233,29	24.175.391,49	2,09
SP	Pardinho	3536109	76.825,22	25.230.397,01	0,30
SP	Pariquera-Açu	3536208	-4.546.950,53	37.023.024,25	-
SP	Pedra Bela	3536802	94.360,31	15.326.623,32	0,62
SP	Pedro de Toledo	3537206	-1.566.774,93	27.383.362,12	-
SP	Pilar do Sul	3537909	-4.339.169,00	55.922.554,64	-
SP	Pirangi	3539004	-2.248.534,09	24.265.801,06	-
SP	Pirapozinho	3539202	-444.387,19	51.233.558,20	-
SP	Planalto	3539608	364.925,41	21.191.419,81	1,72
SP	Porangaba	3540507	-1.269.548,18	10.564.258,80	-
SP	Potirendaba	3540804	1.834.322,85	48.324.405,99	3,80
SP	Pracinha	3540853	786.787,80	10.549.640,26	7,46
SP	Pratânia	3541059	-1.022.140,68	15.265.246,46	-
SP	Presidente Alves	3541109	2.123.854,12	13.587.297,12	15,63
SP	Presidente Epitácio	3541307	0,00	88.576.617,74	0,00
SP	Quatã	3541703	0,00	36.274.478,69	0,00
SP	Ribeirão Grande	3543253	-1.247.966,73	23.858.832,78	-
SP	Rincão	3543709	6.103.303,31	26.052.663,11	23,43
SP	Rinópolis	3543808	-35.948,50	22.396.685,18	-
SP	Rio Grande da Serra	3544103	41.110.285,07	59.703.638,46	68,86
SP	Sales	3544806	-62.916,64	22.710.586,66	-
SP	Saltinho	3545159	-1.188.964,65	21.783.827,97	-
SP	Santa Adélia	3545605	-891.255,90	37.881.569,60	-
SP	Santa Albertina	3545704	0,00	20.078.291,30	0,00
SP	Santa Clara d'Oeste	3546108	-425.232,13	12.572.820,34	-
SP	Santa Ernestina	3546504	-283.910,93	14.949.898,29	-
SP	Santa Maria da Serra	3547007	139.473,76	17.187.978,52	0,81
SP	Santa Salete	3547650	-255.628,88	10.975.279,99	-
SP	Santópolis do Aguapeí	3548401	124.048,69	14.567.769,61	0,85
SP	São João das Duas Pontes	3549201	847.274,00	11.379.882,11	7,45
SP	São João de Iracema	3549250	-5.128.659,12	2.539.663,51	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	São José do Barreiro	3549607	-827.423,09	16.243.663,87	-
SP	São Manuel	3550100	993.164,50	96.046.967,10	1,03
SP	São Pedro	3550407	-39.447.191,65	92.801.465,96	-
SP	Suzanópolis	3552551	-215.308,68	20.315.374,90	-
SP	Tabapuã	3552601	1.166.669,77	30.594.394,39	3,81
SP	Taguai	3553005	-110.905,55	26.366.491,30	-
SP	Taquarituba	3553807	-1.478.789,68	54.320.751,86	-
SP	Torre de Pedra	3554656	-709.283,08	9.735.103,81	-
SP	Torrinha	3554706	-347.147,64	20.826.395,05	-
SP	Ubarana	3555356	776.454,76	21.976.489,13	3,53
SP	Urânia	3555802	275.199,51	18.846.931,13	1,46
SP	Urupês	3556008	0,00	33.552.526,56	0,00
SP	Valentim Gentil	3556107	-2.141.639,75	28.966.405,35	-
SP	Valparaíso	3556305	-1.011.589,00	62.230.982,96	-
SP	Vitória Brasil	3556958	639.996,95	9.991.939,03	6,41
SP	Zacarias	3557154	-3.676.754,50	17.861.421,01	-
TO	Aliança do Tocantins	1700350	0,00	11.438.836,87	0,00
TO	Brasilândia do Tocantins	1703602	-93.901,88	8.289.570,06	-
TO	Chapada da Natividade	1705102	1.530.391,43	8.643.043,10	17,71
TO	Nova Olinda	1714880	1.579.930,01	21.152.615,21	7,47
TO	Tupiratis	1721307	-653.193,33	8.784.342,00	-

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 3

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras

Em atendimento aos inc. II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Resumo das operações agrupadas por:**
 - arquivadas a pedido¹;
 - deferidas;
 - pendentes de regularização²; e
 - arquivadas por decurso de prazo³.

Período: 01 a 29 de fevereiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

¹ O pleito foi arquivado a pedido do credor/interessado.

² O pleito foi arquivado com status “pendente de regularização”, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes. Neste caso, a contratação de novas operações de crédito pelo ente fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão.

³ O pleito foi arquivado, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes.

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Operação Contratual Interna

Número do Processo: 17944.000555/2012-46
Tipo de Ente: Município
Interessado: Águas Vermelhas
UF: MG
Credor: Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Prazo (meses): 234
Moeda: Real
Valor: R\$ 738.470,79
Taxa de juros: 0,17% a.m. acrescidos do IPCA
Indexador: IPCA
Status: Pendente de regularização
Data: 16/02/2016

Número do Processo: 17944.000717/2014-16
Tipo de Ente: Município
Interessado: Anápolis
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 258
Moeda: Real
Valor: R\$ 16.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 17/02/2016

Número do Processo: 17944.001230/2015-23
Tipo de Ente: Município
Interessado: Arroio do Meio
UF: RS
Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Taxa de juros: 5% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 19/02/2016

Número do Processo: 17944.000197/2016-03
Tipo de Ente: Município
Interessado: Bom Repouso
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 25/02/2016

Número do Processo: 17944.000201/2016-25
Tipo de Ente: Município
Interessado: Bueno Brandão
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 26/02/2016

Número do Processo: 17944.000180/2016-48
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caiçara
UF: RS

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 54
Moeda: Real
Valor: R\$ 350.000,00
Taxa de juros: 4% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 22/02/2016

Número do Processo: 17944.001223/2015-21
Tipo de Ente: Município
Interessado: Camaçari
UF: BA
Credor: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses): 120
Moeda: Real
Valor: R\$ 27.064.340,45
Taxa de juros: CDI
Indexador: Outra
Status: Deferido
Data: 24/02/2016

Número do Processo: 17944.000054/2015-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cambuí
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 264
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.700.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 17/02/2016

SADIPEMSISTEMA DE ANÁLISE DA LÍQUIDA PÚBLICA,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16


Número do Processo: 17944.001024/2007-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cataguases
UF: MG
Credor: Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Prazo (meses): 356
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.858.643,76
Taxa de juros: 7,56% a.a. acrescidos de 0,63% a.m.
Indexador: Não se aplica
Status: Pendente de regularização
Data: 17/02/2016

Número do Processo: 17944.000960/2013-45
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caucaia
UF: CE
Credor: Banco do Brasil S/A
Prazo (meses): 54
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: 4,00% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador: TJLP
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 17/02/2016

Número do Processo: 17944.001071/2015-67
Tipo de Ente: Município
Interessado: Charrua
UF: RS
Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 700.000,00
Taxa de juros: 4% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**


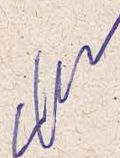
Período de 01/02/16 a 29/02/16

Data: 23/02/2016

Número do Processo: 17944.001227/2015-18
Tipo de Ente: Município
Interessado: Farroupilha
UF: RS
Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: 4% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 15/02/2016

Número do Processo: 17944.000063/2016-84
Tipo de Ente: Município
Interessado: Glorinha
UF: RS
Credor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 800.000,00
Taxa de juros: 5,70%a.a. + 0,48a.a.
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado a pedido
Data: 26/02/2016

Número do Processo: 17944.000114/2015-97
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itajubá
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 259
Moeda: Real



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 16/02/2016

Número do Processo: 17944.000186/2016-15
Tipo de Ente: Município
Interessado: Jesuítas
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.200.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 23/02/2016

Número do Processo: 17944.001406/2011-13
Tipo de Ente: Município
Interessado: Mossoró
UF: RN
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 256
Moeda: Real
Valor: R\$ 35.822.124,45
Taxa de juros: 6% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado a pedido
Data: 29/02/2016

Número do Processo: 17944.000205/2016-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Santa Bárbara

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL



Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 650.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/02/2016

Número do Processo: 17944.000450/2008-19
Tipo de Ente: Município
Interessado: Novo São Joaquim
UF: MT
Credor: Pessoa Jurídica
Prazo (meses): 20
Moeda: Real
Valor: R\$ 76.959,96
Taxa de juros: Não há, não será cobrado juros
Indexador: Não se aplica
Status: Pendente de regularização
Data: 03/02/2016

Número do Processo: 17944.000165/2015-19
Tipo de Ente: Município
Interessado: Pouso Alegre
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 257
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 16/02/2016



SADIPEMSISTEMA DE ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA:
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Número do Processo: 17944.000185/2016-71
Tipo de Ente: Município
Interessado: Prudentópolis
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.400.000,00
Taxa de juros: 5,50% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 24/02/2016

Número do Processo: 17944.000725/2014-54
Tipo de Ente: Município
Interessado: Remanso
UF: BA
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 255
Moeda: Real
Valor: R\$ 7.786.176,16
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 25/02/2016

Número do Processo: 17944.000722/2014-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Remanso
UF: BA
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 255
Moeda: Real
Valor: R\$ 11.372.547,62
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios





Período de 01/02/16 a 29/02/16

Data: 25/02/2016

Número do Processo: 17944.000806/2015-35
Tipo de Ente: Município
Interessado: Riacho de Santana
UF: BA
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 258
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.700.000,00
Taxa de juros: 6%a.a
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 25/02/2016


Número do Processo: 17944.000074/2016-64
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ronda Alta
UF: RS
Credor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 454.564,33
Taxa de juros: 5,7% ao ano
Indexador: Selic
Status: Arquivado a pedido
Data: 26/02/2016

Número do Processo: 17944.000156/2015-28
Tipo de Ente: Município
Interessado: Rondonópolis
UF: MT
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 96
Moeda: Real



SADIPEMSistema de Análise da União Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Valor:	R\$ 4.248.155,00
Taxa de juros:	Efetiva: 4,074% a.a. acrescidos da TJLP BNDES: 0,900% a.a.
Indexador:	TJLP
Status:	Arquivado por decurso de prazo
Data:	17/02/2016
Número do Processo:	17944.000097/2016-79
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	Santa Cruz do Sul
UF:	RS
Credor:	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses):	96
Moeda:	Real
Valor:	R\$ 4.000.000,00
Taxa de juros:	5,7% a.a.
Indexador:	Selic
Status:	Arquivado a pedido
Data:	29/02/2016
Número do Processo:	17944.001636/2013-44
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	São José do Rio Claro
UF:	MT
Credor:	Banco do Brasil S/A
Prazo (meses):	54
Moeda:	Real
Valor:	R\$ 1.250.000,00
Taxa de juros:	4,00% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador:	TJLP
Status:	Arquivado por decurso de prazo
Data:	19/02/2016
Número do Processo:	17944.000032/2015-42
Tipo de Ente:	Município
Interessado:	São Vicente do Sul

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL



Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

UF: RS
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 254
Moeda: Real
Valor: R\$ 999.948,19
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 16/02/2016


Número do Processo: 17944.001233/2015-67
Tipo de Ente: Município
Interessado: Sapiranga
UF: RS
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 102
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.574.525,00
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 29/02/2016

Número do Processo: 17944.000115/2015-31
Tipo de Ente: Município
Interessado: Sapucaí-Mirim
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 200
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos de atualização igual às contas do FGTS
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 16/02/2016



SADIPEMSistema de Análise da Unidade Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Número do Processo: 17944.001950/2014-16
Tipo de Ente: Município
Interessado: Teófilo Otoni
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 258
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 19/02/2016

Número do Processo: 17944.000466/2014-61
Tipo de Ente: Município
Interessado: Triunfo
UF: RS
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 144
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.900.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. acrescidos de TR
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 16/02/2016

Número do Processo: 17944.000085/2016-44
Tipo de Ente: Município
Interessado: Vera Cruz
UF: RS
Credor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.025.000,00
Taxa de juros: 6,2% ao ano
Indexador: Selic
Status: Arquivado a pedido

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Data: 29/02/2016

Número do Processo: 17944.000079/2016-97
Tipo de Ente: Município
Interessado: Westfalia
UF: RS
Credor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 222.223,00
Taxa de juros: 5,7% ao ano
Indexador: Selic
Status: Arquivado a pedido
Data: 26/02/2016

Operação Contratual Interna (com garantia da União)

Número do Processo: 17944.000702/2014-40
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fortaleza
UF: CE
Credor: Banco do Brasil S/A
Prazo (meses): 108
Moeda: Real
Valor: R\$ 57.312.000,00
Taxa de juros: 2,10% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 26/02/2016

Número do Processo: 17944.000158/2016-06
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Rio de Janeiro
UF: RJ
Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

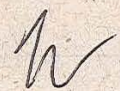
Período de 01/02/16 a 29/02/16

Prazo (meses): 328
Moeda: Real
Valor: R\$ 444.811.123,92
Taxa de juros: Subcrédito 1, no valor de R\$ 222.405.561,96
Remuneração básica = 1,1% + TJLP
Taxa de Risco de Crédito = 0,0%
Taxa DE Juros Total = 1,1% + TJLP

Subcrédito 2, no valor de R\$ 222.405.561,96
Remuneração básica = 1,1%
Sobretaxa fixa = 0,0%
Taxa de Risco de Crédito = 0,0%
Taxa de Juros Total = 1,1%
Atualização do Saldo Devedor = Taxa Selic

A Taxa de Risco de Crédito nula está conforme a
previsão de Fiança da União como garantia.

Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 23/02/2016



Número do Processo: 17944.000766/2015-21
Tipo de Ente: Município
Interessado: Torres
UF: RS
Credor: Banco do Brasil S/A
Prazo (meses): 105
Moeda: Real
Valor: R\$ 531.751,18
Taxa de juros: 2,1 % a.a.
Indexador: TJLP
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 17/02/2016

**Operação Contratual Externa (com garantia da União)**

Número do Processo: 17944.000944/2014-33
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Acre
UF: AC



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Prazo (meses): 300
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 150.000.000,00
Taxa de juros: LIBOR de 6 meses acrescida de Spread variável.
Indexador: Variação cambial
Status: Deferido
Data: 23/02/2016

Ciliny


Número do Processo: 17944.001849/2014-57
Tipo de Ente: Município
Interessado: Manaus
UF: AM
Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Prazo (meses): 288
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 150.000.000,00
Taxa de juros: Libor de 6 meses para o dólar norte americano + spread (margem variável) a ser definido pelo BIRD acrescidos de atualização cambial da moeda do financiamento
Indexador: Não se aplica
Status: Deferido
Data: 17/02/2016

Número do Processo: 17944.000219/2015-46
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Piauí
UF: PI
Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Prazo (meses): 240
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 120.000.000,00
Taxa de juros: Libor de 6 (seis) meses mais spread variável.
Indexador: Variação cambial
Status: Deferido

*DM**W**1**R*

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Data: 17/02/2016

Número do Processo: 17944.000220/2015-71

Tipo de Ente: Estado

Interessado: Piauí

UF: PI

Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Prazo (meses): 240

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: US\$ 200.000.000,00

Taxa de juros: Libor de 6 meses mais spread variável

Indexador: Variação cambial

Status: Deferido

Data: 17/02/2016

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Resumo**Operação Contratual Interna - Arquivado a pedido**

Credor	Operações	Valor (R\$)
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	5	7.501.787,33
Caixa Econômica Federal	1	35.822.124,45

Operação Contratual Interna - Arquivado por decurso de prazo

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	12	67.706.826,97
Banco do Brasil S/A	2	4.250.000,00

Operação Contratual Interna - Deferido

Credor	Operações	Valor (R\$)
BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	4	5.050.000,00
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	2	1.800.000,00
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	1	27.064.340,45
Agência de Fomento do Paraná S/A	3	5.250.000,00
Caixa Econômica Federal	1	1.574.525,00

Operação Contratual Interna - Pendente de regularização

Credor	Operações	Valor (R\$)
Companhia de Saneamento de Minas Gerais	2	2.597.114,55
Pessoa Jurídica	1	76.959,96

Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Arquivado por decurso de prazo

Credor	Operações	Valor (R\$)
Banco do Brasil S/A	1	531.751,18


Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Deferido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Banco do Brasil S/A	1	57.312.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	444.811.123,92

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Deferido

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/02/16 a 29/02/16

Credor	Operações	Valor (US\$)
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	4	620.000.000,00



Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado por decurso de prazo	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado a pedido	O pleito foi arquivado por solicitação do ente federativo ou da instituição financeira
Pendente de Regularização	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento de documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Deferido	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Indeferido	O pleito sob exame não atendeu os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

Observação:

Tendo em vista que o Anexo 3 (Demonstrativo das Operações de Créditos de Estados e Municípios) é extraído do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantia da União, Estados e Municípios (SADIPEM) em formato PDF, em relação às operações abaixo mencionadas, cumpre esclarecer que:

1- Quanto aos processos nº 17944.000555/2012-46 (Águas Vermelhas – MG) e nº 17944.001024/2007-11 (Cataguases – MG), com status “Pendente de regularização”, informa-se que as comunicações previstas nos §§ 1º e 2º, art. 24 da RSF nº 43/2001 foram realizadas no exercício de 2013, tendo em vista o arquivamento dos referidos processos à época.

2- No processo nº 17944.000450/2008-19 (Novo São Joaquim – MT), entende-se que inexistem elementos suficientes nos autos para a caracterização de operação irregular. Entretanto, o processo foi arquivado com o status “Pendente de Regularização”, até o encaminhamento pelo ente das informações solicitadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, com vistas à observância da condição prevista no § 4º, art. 24 da RSF nº 43/2001.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 4**Relação das irregularidades constatadas no período**

**Em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e
à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011**

- São consideradas irregularidades, para fins deste Anexo, operações realizadas sem a prévia verificação de limites e condições ou operações vedadas nos termos do artigo 35 e 37 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- As operações de crédito e as equiparadas a operações de crédito nos termos do § 1º do art. 29 da LRF realizadas sem a prévia verificação de limites e condições são submetidas a processo de regularização nos termos do art. 24 da RSF nº 43/2001 antes da comunicação aos órgãos de controle;

Período: 01 a 29 de fevereiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/02/2016 a 29/02/2016

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Total de operações			

A piece of aged, textured paper with several handwritten marks. In the top left, there are initials 'M' and 'A' in dark ink. In the center, the word 'Group' is written in blue ink, with a large blue 'S' below it. On the right side, there is a large, stylized signature in blue ink.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 5

Operações Regularizadas e Arquivadas Pendentes de Regularização no período

Conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 29 de fevereiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/02/2016 a 29/02/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
 Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES REGULARIZADAS E ARQUIVADAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO (Anexo 5)

Operações arquivadas pendentes de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

Operações regularizadas (art. 24 da RSF 43/2001) ou arquivadas por quitação

Arquivados – Regularizados ou Quitados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

[Handwritten signature]

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 6**Operações Vedadas Canceladas e
Pendentes de Cancelamento no período****Conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e
Portaria STN nº 227/2011****Período: 01 a 29 de fevereiro/2016****Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias
da União, Estados e Municípios – SADIPEM**



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/02/2016 a 29/02/2016

OPERAÇÕES VEDADAS CANCELADAS E PENDENTES DE CANCELAMENTO (Anexo 6)

Operações Vedadas Pendentes de Cancelamento (art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados - a Cancelar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
Total de operações						

Operações Vedadas Canceladas (art. 35 ou 37 c/c § 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados - Cancelados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
Total de operações						

(À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS)

Comunicações



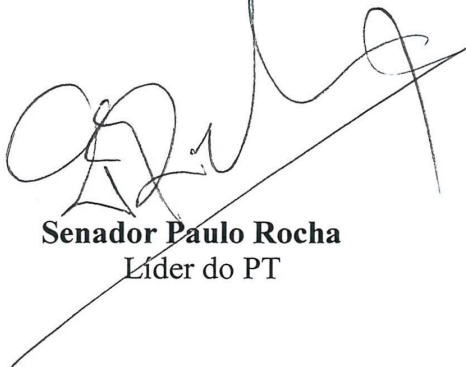
SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PT
Ofício nº 006/2016 – GLDPT

Brasília, 28 de março de 2016

A publicação.
Em 29/03/16
Paulo:

Senhor Presidente,

Em face do desligamento do Partido dos Trabalhadores pelo **Senador Delcídio do Amaral** em comunicação endereçada ao Diretório Regional do Mato Grosso do Sul, cumpre-me informar a Vossa Excelência que o referido parlamentar deixa de integrar a bancada do PT nesta Casa.



Senador Paulo Rocha
Líder do PT

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido
em 29/03/16
4639

Após suspensão, Delcídio do Amaral não integra mais bancada do PT no Senado

Em um e-mail de 19 palavras, o senador Delcídio do Amaral (MS) pediu, nesta terça-feira (15), desfiliação ao Partido dos Trabalhadores. O parlamentar já estava suspenso pelo partido. A mensagem foi enviada para o diretório do PT no Mato Grosso do Sul.

Leia a íntegra:

Ao senhor Antonio Carlos Biffi
Presidente do Diretório Regional do Partido

Sirvo-me do presente para informar minha decisão de desfiliação do Partido dos Trabalhadores.

Desde já agradeço as providências necessárias.

Atenciosamente,

Delcídio do Amaral Gomez

**SENADO FEDERAL**

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 025/2016 – GLDBAG

Brasília, 28 de março de 2016

A publicação
Em 29/03/16
E. A. A. A.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador **Delcídio do Amaral** deixa de compor a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional – CEDN em vaga de Suplente, destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.


Senador Paulo Rocha

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido
29/03/16
J. A. A. A.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 026/2016 – GLDBAG

Brasília, 28 de março de 2016

*A publicações
em 29/03/16.
B. B. B.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador **Delcídio do Amaral** deixa de compor a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI em vaga de Titular, destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Paulo Rocha
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

*Renan Calheiros
29/03/16
1652
46390*



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 027/2016 – GLDBAG

Brasília, 28 de março de 2016

A publicação
em 29/03/16
R. A. S.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador **Delcídio do Amaral** deixa de compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em vaga de Suplente, destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Paulo Rocha
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido
29/03/16
R. A. S.
46390



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 028/2016 – GLDBAG

Brasília, 28 de março de 2016

A publicação
em 29/03/16
At. Pub.:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador **Delcídio do Amaral** deixa de compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em vaga de Titular, destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Paulo Rocha
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido
em 29/03/16
JL 46
46790



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 029/2016 – GLDBAG

Brasília, 28 de março de 2016

A publicação
em 29/03/16
Publ.:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador **Delcídio do Amaral** deixa de compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE em vaga de Suplente, destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Paulo Rocha
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recb do
em 29/03/16
1686
46390



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALTER PINHEIRO

Ofício nº. 001/2015 – GSWPIN

Brasília, 29 de março de 2016

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
DD. Presidente do Senado Federal

A publicação.
Em 29/03/16.
[Assinatura]

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência, para as devidas providências, minha desfiliação do Partido dos Trabalhadores, conforme documentação anexa.

Respeitosamente,

Senador **Walter Pinheiro**

[Assinatura]
Heitor do
em 29/03/16
[Assinatura]
1600

1ª Zona - 3373-7251
2ª Zona - 3373-7252
3ª Zona - 3373-7253
4ª Zona - 3373-7254
5ª Zona - 3373-7255
6ª Zona - 3373-7256
7ª Zona - 3373-7257
8ª Zona - 3373-7258
9ª Zona - 3373-7259
10ª Zona - 3373-7260

11ª Zona - 3373-7261
12ª Zona - 3373-7262
13ª Zona - 3373-7263
14ª Zona - 3373-7264
15ª Zona - 3373-7265
16ª Zona - 3373-7266
17ª Zona - 3373-7267
18ª Zona - 3373-7268
19ª Zona - 3373-7269
20ª Zona - 3373-7270

UTORA

R

TRE-BA
PROTOCOLO DAS ZONAS ELEITORAIS DE SALVADOR

17.938/2016 Cópia.

29/03/2016-15:34



**ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE
SALVADOR, BAHIA**

Eu **WALTER DE FREITAS PINHEIRO**, filho (a) de Julio Nunes Pinheiro e Anatildes de Freitas Pinheiro, casado, Técnico em Telecomunicações, inscrito no CPF sob o nº 14264790506, RG nº 175970645, residente e domiciliado em Salvador – Bahia, portador do Título Eleitoral nº 41320860574 - Zona 002 - Seção 0193, venho mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo determinação do disposto no artigo 21 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, com a finalidade de comunicar meu **DESLIGAMENTO** do **PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT**, a partir desta data, conforme exigência prevista por lei.

Outrossim, requeiro se digne Vossa Excelência determinar as anotações de praxe, com a expedição dos atos de ofício decorrentes.

Salvador, 29 de março de 2016.


WALTER DE FREITAS PINHEIRO

ILUSTRÍSSIMA SENHORA

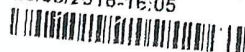
MARTA RODRIGUES

M. D. PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES – PTDE SALVADOR/BAHIA

Senhora Presidente,

TRE-BA
PROTOCOLO DAS ZONAS ELEITORAIS DE SALVADOR

17.960/2016 Cópia.
29/03/2016-16:05



WALTER DE FREITAS PINHEIRO, filho de Julio Nunes Pinheiro e de Anatildes de Freitas Pinheiro, casado, Técnico em Telecomunicações, inscrito no CPF sob o nº 14264790506, RG nº 175970645, residente e domiciliado em Salvador – Bahia, portador do Título Eleitoral n.º 41320860574 - Zona 002 - Seção 0193, em atenção à disposição legal contida no artigo 21 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), vem à presença de Vossa Senhoria, por razões de foro íntimo, requerer a DESFILIAÇÃO desta respeitável agremiação partidária, a partir desta data, consoante determinação prescrita na legislação supracitada, para os fins de direito.

Salvador, 29 de março de 2016.

WALTER DE FREITAS PINHEIRO

Recebido em
29/03/2016
Sandra Gomes
EXEQUENTE



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO COLLOR**

Brasília, 29 de março de 2016.

Senhor Prêssidente,

*À publicação
em 29/03/16
[assinatura]*

Nos termos do §2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, passo a integrar a bancada do **Partido Trabalhista Cristão – PTC**, ao qual me filiei oficialmente no dia 28 de março de 2016.

Atenciosamente,

[assinatura]
Senador FERNANDO COLLOR
PTC/AL

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF
Nesta

*Recebido
em 29/03/16
[assinatura]
46370*

Deliberações da Mesa do Senado Federal

Em sua 1ª Reunião, realizada no dia 23 de março de 2016, a Mesa do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

Pelo deferimento dos Requerimentos de Informação nºs 866, 1150, 1222, 1280, 1282, 1303, 1321, 1322, 1346, 1347, 1356, 1363, 1366, 1367, 1390, 1391, 1392, 1393, 1397, 1405, 1423, 1429, 1446, 1447, 1450, do ano de 2015, bem como dos Requerimentos de Informação nº 1, 21, 29, 31, 61, 67, 85, 106, 108, 111, 120 e 216 do ano de 2016;

Com a aprovação dos Requerimentos nº 1363, 1366, 1367, 1390, 1391, 1392, 1393, 1423, ficam interrompidas, respectivamente, as tramitações do OFS 35/2015, OFS 40/2015, OFS 41/2015, PDS 119/2015, OFS 37/2014, OFS 44/2014, OFS 49/2015 e OFS 16/2015, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal;

Pelo deferimento dos Requerimentos de Informações nº 1125, de 2015, bem como dos Requerimentos de Informação nº 37, 58, 87, 88, 107, de 2016, nos termos das alterações propostas em seus relatórios;

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2014, que institui a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 289, de 2016, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Parecer nº 290 de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 23, de 2014.

- Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante à Mesa.

Pela aprovação, com emendas, do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2015, que altera o art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 278, de 2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o Parecer nº 279, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 12, de 2015.

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2015, que institui a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 283, de 2016, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Parecer nº 283- A, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 49, de 2015.

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015, que institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções;

- Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 293, de 2016, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Parecer nº 294, da Comissão Diretora do Senado Federal, referente ao Projeto de Resolução nº 35, de 2015.

- Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante à Mesa.

Pela aprovação do parecer favorável à emenda nº 1 - PLEN ao Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2015, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal;

Pela aprovação do parecer favorável nº 8, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, ao Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 9, de 2015, que cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional junto à União Européia.

Pela aprovação do Requerimento nº 1457, de 2015, de tramitação conjunta dos PLS's nºs 588, 616 e 639, todos de 2015;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

Pela aprovação do Requerimento nº 123, de 2016, de tramitação conjunta do PLS nº 454 com o PLS 715, ambos de 2015;

As matérias vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta emitir decisão terminativa;

Pela aprovação do Requerimento nº 192, de 2016, de desapensamento das PEC's nº 8 e 21, ambas de 2015, para que tenham tramitação autônoma;

As matérias voltam a tramitar em separado e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ;

Ao Plenário.

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Democracia Progressista/PP - AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não sou magistrado. Sou um legislador. E tenho muito orgulho porque estou hoje na condição de Senador da República, sob a confiança de 218.756 votos, o que corresponde a 58,36% dos votos válidos do Acre, em 2014. E quero nesta tarde, expressar minha preocupação com os últimos acontecimentos em nossa economia, nosso país e o mundo. Leio nos jornais, sigo as redes sociais e, principalmente, tenho acompanhado atentamente os debates dos nobres senadores e senadoras nas últimas sessões.

É insustentável ver como o nosso país está paralisado nestes últimos meses, à espera do desfecho de uma disputa no campo político nacional, onde a derrota se faz sentir a cada dia no bolso do trabalhador. A manifestação popular do último treze de março levou mais de cinco milhões às ruas. E outras vieram de forma espontânea. Eu peço uma reflexão sobre o que inquieta os brasileiros. Vivemos a maior crise econômica das últimas décadas, marcada por taxas astronômicas de desemprego e ainda pela queda, ladeira abaixo, do

Para se ter uma ideia do tamanho da crise, 7,3% dos desempregados estavam há mais de dois anos procurando uma vaga em janeiro. Em 2014, essa parcela era 5,5%. A taxa de desemprego em seis grandes metrópoles, em janeiro deste ano, era 7,6%. Há um ano, era de 5,3%/ segundo dados oficiais.

Em relação aos trabalhadores que deixaram de contribuir para Previdência Social no início do ano, frente a janeiro de 2015, o patamar era de 377 mil contribuintes.

Trago à tona estes números com objetivo de convocar Vossas Excelências para jogar a favor do Brasil. Aqui neste plenário, não estamos para apontar o dedo um ao outro. Não! Estamos aqui para trabalhar pelo país. Vamos olhar para o brasileiro; que não nos elegeu para o Judiciário e sim para legislar. Precisamos enfrentar as matérias da pauta positiva, enfrentar o procedimento de impeachment de maneira serena. E isso que estão nos cobrando.

Sr. Presidente, reitero, precisamos agir, não há mais espaço para salvador da pátria. Nosso país virou terra pantanosa, onde a segurança nas relações comerciais, no mercado financeiro, no dia-a-dia do brasileiro, oscila conforme o cenário político e as especulações acerca do futuro do governo Dilma.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para registrar, com muita tristeza, as mortes e os feridos vistos nos dias passados, em atentados terroristas na Bélgica e Paquistão. Não temos no Brasil os desafios vividos pelo terrorismo, como os tem o Oriente Médio e agora a Europa. Os brasileiros vão às ruas e, fora um caso isolado aqui ou acolá, colocam as suas posições de maneira pacífica, senhor presidente. Os homens-bomba em nosso país são virtuais.

Então, para concluir, mais uma vez conclamo esta Casa para ser proativa. Vamos, senhoras senadoras, senhores senadores, tirar o Brasil da UTL. Vamos parar com essas ofensas como as vistas várias vezes neste plenário, com a polarização, com os antagonismos. Estamos todos no mesmo barco chamado Brasil. Fomos eleitos porque confiaram em nosso trabalho, em nossas propostas. Sejam responsáveis neste momento em que a Nação pede dos seus representantes uma solução.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 4, DE 2016

(Nº 173/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência

Art. 2º Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência, previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006:

Pena – detenção de três meses a dois anos.

§ 1º Configura-se o crime, independentemente:

I – da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas;

II – de outras sanções cabíveis.

§ 2º Aplicam-se as disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 3º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial

poderá conceder fiança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=015F9CAAE2688131409DB7FF20704141.proposicoesWeb2?codteor=1297696&filename=PL+173/2015

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 5, DE 2016

(Nº 4.409/2016, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 2º da Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Quando existirem condições técnicas, a reconstrução será efetuada no mesmo tempo cirúrgico e abrangerá as duas mamas.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1433772&filename=PL+4409/2016

(À COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2016

(Nº 84/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Texto alterado pelas disposições constantes do Protocolo de alteração à Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária que entrou em vigor em 1º de Junho de 2011.

PREÂMBULO

Os Estados Membros do Conselho da Europa e os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), signatários da presente Convenção;

Considerando que o desenvolvimento dos movimentos internacionais de pessoas, de capitais, de bens e de serviços – conquanto largamente benéfico em si mesmo – veio aumentar as possibilidades de elisão e evasão fiscal, exigindo assim uma cooperação crescente entre as autoridades tributárias;

Congratulando-se com todos os esforços desenvolvidos ao longo dos últimos anos, em nível internacional, quer a título bilateral quer a título multilateral, para combater a evasão e a elisão fiscais;

Considerando a necessidade da coordenação de esforços entre os Estados no sentido de incentivar todas as formas de assistência administrativa em matéria de tributos de qualquer espécie, assegurando ao mesmo tempo a proteção adequada dos direitos dos contribuintes;

Reconhecendo que a cooperação internacional pode desempenhar um papel importante, na medida em que facilita a correta determinação das obrigações tributárias e contribui para que os direitos do contribuinte sejam respeitados;

Considerando que os princípios fundamentais, em virtude dos quais toda e qualquer pessoa tem direito ao procedimento legal adequado com vista à determinação dos seus direitos e obrigações, devem ser reconhecidos em todos os Estados como sendo aplicáveis em matéria tributária, e que os Estados deveriam esforçar-se no sentido de proteger os legítimos interesses dos contribuintes, inclusive quanto à proteção adequada contra a discriminação e a dupla tributação;

Convencidos, pois, de que os Estados devem tomar medidas ou prestar informações, tendo em conta a necessidade de proteger o sigilo das informações, e bem assim os instrumentos internacionais relativos à proteção da privacidade e ao fluxo de dados de carácter pessoal;

Considerando que surgiu um novo ambiente de cooperação e que é desejável dispor de um instrumento multilateral que permita que o maior número de Estados se beneficie do novo ambiente de cooperação e, ao mesmo tempo, implemente os padrões internacionais mais elevados de cooperação no campo tributário;

Desejando celebrar uma Convenção sobre assistência mútua administrativa em matéria tributária,

Acordaram o seguinte:

CAPÍTULO 1

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO

ARTIGO 1º

OBJETO DA CONVENÇÃO E PESSOAS VISADAS

1. Com ressalva do disposto no Capítulo IV, as Partes prestarão entre si assistência administrativa em matéria tributária. Esta assistência abrange, quando aplicável, as medidas tomadas por órgãos judiciais.
2. A assistência administrativa referida compreende:
 - a) a troca de informações, incluindo fiscalizações tributárias simultâneas e a participação em fiscalizações tributárias levadas a efeito no estrangeiro;
 - b) a cobrança de créditos tributários, incluindo as medidas cautelares; e
 - c) a notificação de documentos.
3. As Partes prestar-se-ão assistência administrativa, quer a pessoa em causa seja residente ou nacional de uma Parte, ou de qualquer outro Estado.

ARTIGO 2º

TRIBUTOS VISADOS

1. Esta Convenção aplica-se:
 - a) aos seguintes tributos:
 - i) tributos sobre a renda ou lucros,
 - ii) tributos sobre ganhos de capital que incidem separadamente do tributo sobre a renda ou lucros,
 - iii) tributos sobre o patrimônio, estabelecidos por conta de uma Parte; e
 - b) aos seguintes tributos:
 - i) tributos sobre a renda, os lucros ou os ganhos de capital, ou sobre o patrimônio, estabelecidos por conta das subdivisões políticas ou autoridades locais de uma Parte,
 - ii) contribuições obrigatórias para a seguridade social pagáveis às administrações públicas ou aos organismos de seguridade social de direito público, e
 - iii) tributos de outras categorias, com exceção dos direitos aduaneiros, estabelecidos por conta de uma Parte, designadamente:
 - A) tributos sobre sucessões ou doações,
 - B) tributos sobre a propriedade imobiliária,
 - C) tributos sobre o consumo em geral, tais como tributos sobre o valor agregado ou sobre vendas,
 - D) tributos específicos sobre determinados bens e serviços, tais como aqueles sobre consumos específicos (*excise taxes*),
 - E) tributos sobre a utilização ou a propriedade de veículos a motor,

- F) tributos sobre a utilização ou a propriedade de bens móveis, com exceção dos veículos a motor,
 - G) quaisquer outros tributos;
- iv) tributos das categorias visadas na alínea iii) acima, estabelecidos por conta das subdivisões políticas ou autoridades locais de uma Parte.
2. Os tributos em vigor a que a presente Convenção se aplica são enunciados no Anexo A, de acordo com as categorias mencionadas no parágrafo 1º.
3. As Partes notificarão o Secretário-Geral do Conselho da Europa e o Secretário-Geral da OCDE (a seguir designados por «Depositários») de qualquer alteração que deva ser introduzida no Anexo A, resultante de modificação feita na lista mencionada no parágrafo 2º. A referida alteração produzirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um prazo de três meses a contar da data da recepção da notificação pelo Depositário.
4. A Convenção será igualmente aplicável, a contar da sua adoção, a quaisquer tributos de natureza idêntica ou similar que venham a ser estabelecidos num Estado Contratante após a entrada em vigor da Convenção relativamente a essa Parte, em aditamento aos tributos existentes constantes do Anexo A ou em sua substituição. Nesse caso, a Parte interessada notificará um dos Depositários da introdução do tributo em questão.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES GERAIS

ARTIGO 3º

DEFINIÇÕES

1. Para efeitos da presente Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:
- a) as expressões «Estado requerente» e «Estado requerido» significam, respectivamente, qualquer Parte que solicite assistência administrativa em matéria tributária e qualquer Parte à qual essa assistência administrativa seja solicitada;
 - b) o termo «tributo» significa qualquer tributo ou contribuição para a seguridade social visados pela presente Convenção em conformidade com o disposto no Artigo 2º.
 - c) a expressão «crédito tributário» significa qualquer montante de tributo e bem assim os juros, multas administrativas e despesas de cobrança com ele conexas, que sejam devidos e ainda não tenham sido pagos;
 - d) a expressão «autoridade competente» significa as pessoas e autoridades constantes do Anexo B;
 - e) o termo «nacionais», relativamente a uma Parte, significa:
 - i) todas as pessoas físicas que tenham a nacionalidade dessa Parte, e
 - ii) todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas, associações e outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor nessa Parte.

Relativamente a uma Parte que apresente uma declaração para esse efeito, as expressões supramencionadas deverão ser entendidas no sentido das definições constantes do Anexo C.

2. Para efeitos da aplicação da Convenção por uma Parte, qualquer expressão não definida na Convenção terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído pela legislação dessa Parte relativa aos tributos a que a Convenção se aplica.
3. As Partes notificarão a um dos Depositários qualquer alteração a ser feita nos Anexos B e C. A referida alteração produzirá efeito no primeiro dia do mês imediatamente a seguir ao termo de um prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação pelo Depositário em questão.

CAPÍTULO III
FORMAS DE ASSISTÊNCIA
SEÇÃO 1
TROCA DE INFORMAÇÕES
ARTIGO 4º

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. De acordo com o disposto na presente Seção, as Partes trocarão quaisquer informações previsivelmente relevantes para a administração ou o cumprimento de suas legislações internas relativas aos tributos abrangidos pela presente Convenção.
2. *[Suprimido]*
3. Qualquer Parte pode indicar, mediante declaração dirigida a um dos Depositários, que, em conformidade com o seu direito interno, as autoridades respectivas podem informar os seus residentes ou nacionais antes de prestarem as informações que lhes digam respeito, nos termos do disposto nos Artigos 5º e 7º.

ARTIGO 5º
TROCA DE INFORMAÇÕES A PEDIDO

1. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido fornecer-lhe-á todas as informações visadas no Artigo 4º relativas a uma pessoa ou a uma transação determinada.
2. Se as informações disponíveis nos arquivos do Estado requerido não lhe permitirem dar cumprimento ao pedido de informações, esse Estado deverá tomar todas as medidas necessárias a fim de fornecer ao Estado requerente as informações solicitadas.

ARTIGO 6º
TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES

Relativamente a determinadas categorias de casos e de acordo com os procedimentos que estabeleçam de comum acordo, duas ou mais Partes procederão automaticamente à troca de informações referidas no Artigo 4º.

ARTIGO 7º

TROCA ESPONTÂNEA DE INFORMAÇÕES

1. Uma Parte fornecerá, sem pedido prévio, à outra Parte as informações de que tenha conhecimento, nas seguintes circunstâncias:
 - a) a primeira Parte mencionada tem razões para presumir que possa haver uma perda de receita tributária na outra Parte;
 - b) uma pessoa sujeita a tributação obtém, na primeira Parte mencionada, uma redução ou isenção de tributo suscetível de gerar uma majoração de tributo ou uma sujeição a tributo na outra Parte;
 - c) as transações comerciais entre uma pessoa sujeita a tributação em uma Parte e uma pessoa sujeita a tributação na outra Parte são conduzidas através de um ou mais países, de tal modo que daí pode resultar uma diminuição do tributo numa ou na outra Parte ou em ambas;
 - d) uma Parte tem razões para presumir que uma redução de tributo possa resultar de transferências fictícias de lucros no seio de grupos de empresas;
 - e) na sequência de informações fornecidas a uma Parte por outra Parte, a primeira Parte mencionada pôde recolher informações que se revelam de interesse para a determinação do tributo na outra Parte.
2. Cada Parte tomará as medidas e implementará os procedimentos necessários para que as informações visadas no parágrafo 1º sejam disponibilizadas com vista à comunicação à outra Parte.

ARTIGO 8º

FISCALIZAÇÕES TRIBUTÁRIAS SIMULTÂNEAS

1. A pedido de uma delas, duas ou mais Partes consultar-se-ão com vista à determinação dos casos e procedimentos que devam ser objeto de fiscalização tributária simultânea. Cada uma das Partes decidirá se pretende, ou não, participar de uma determinada fiscalização tributária simultânea.
2. Para efeitos da presente Convenção, por fiscalização tributária simultânea entende-se a fiscalização levada a cabo em virtude de um acordo nos termos do qual duas ou mais Partes concordam em fiscalizar simultaneamente, cada uma delas no respectivo território, a situação tributária de uma ou mais pessoas, que se revista de interesse comum ou relacionado, com vista à troca de informações relevantes assim obtidas.

ARTIGO 9º

FISCALIZAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO EXTERIOR

1. A pedido da autoridade competente do Estado requerente, a autoridade competente do Estado requerido poderá autorizar representantes da autoridade competente do Estado requerente a presenciarem a parte apropriada da fiscalização tributária no Estado requerido.
2. Se o pedido for aceito, a autoridade competente do Estado requerido dará conhecimento, logo que possível, à autoridade competente do Estado requerente da data e do local da fiscali-

zação, da autoridade ou do funcionário encarregado dessa fiscalização, e bem assim dos procedimentos e condições exigidos pelo Estado requerido relativamente à realização da fiscalização. Todas as decisões relativas à realização da fiscalização tributária serão tomadas pelo Estado requerido.

3. Uma Parte poderá informar um dos Depositários de sua intenção de não aceitar, como regra geral, os pedidos referidos no parágrafo 1º. Essa declaração poderá ser efetuada ou retirada em qualquer momento.

ARTIGO 10

INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS

Se uma Parte obtiver de outra Parte informações sobre a situação tributária de uma pessoa que se lhe afigurem em contradição com as informações de que dispõe, comunicará o fato à Parte que tiver fornecido as informações.

SEÇÃO II

ASSISTÊNCIA À COBRANÇA

ARTIGO 11

COBRANÇA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

1. Com ressalva do disposto nos Artigos 14 e 15, a pedido do Estado requerente, o Estado requerido procederá à cobrança dos créditos tributários do primeiro Estado mencionado como se se tratasse dos seus próprios créditos tributários.

2. O disposto no parágrafo 1º aplicar-se-á apenas aos créditos tributários que sejam objeto de um instrumento que permita a respectiva execução no Estado requerente e, salvo se as Partes interessadas acordarem de outro modo, não sejam impugnados.

Todavia, se o crédito disser respeito a uma pessoa que não for residente do Estado requerente, o disposto no parágrafo 1º aplicar-se-á apenas se o crédito não for passível de impugnação, salvo se as Partes interessadas acordarem de outro modo.

3. A obrigação da prestação de assistência com vista à cobrança de créditos tributários respeitantes a uma pessoa falecida ou ao seu espólio está limitada ao valor do espólio ou dos bens recebidos por cada um dos beneficiários do espólio, consoante o crédito seja cobrável do espólio ou dos respectivos beneficiários.

ARTIGO 12

MEDIDAS CAUTELARES

A pedido do Estado requerente, o Estado requerido tomará medidas cautelares com vista à cobrança de um montante de tributo, ainda que o crédito seja impugnado ou o título executivo ainda não tenha sido emitido.

ARTIGO 13

DOCUMENTOS ANEXOS AO PEDIDO

1. O pedido de assistência administrativa, apresentado nos termos desta Seção, será acompanhado por:
 - a) uma declaração atestando que o crédito tributário diz respeito a um tributo visado pela Convenção e, no que se refere à cobrança, com ressalva do disposto no parágrafo 2º do artigo 11, não é nem pode ser impugnado,
 - b) uma cópia oficial do título executivo do Estado requerente, e
 - c) qualquer outro documento exigido para efeitos de cobrança ou de medidas cautelares.
2. O título executivo do Estado requerente, se for o caso e em conformidade com as disposições em vigor no Estado requerido, será aceito, reconhecido, completado ou substituído logo que possível, a contar da data de recepção do pedido de assistência, por um título executivo no Estado requerido.

ARTIGO 14

PRAZOS

1. As questões respeitantes aos prazos para além dos quais o crédito tributário não pode ser exigido serão reguladas pela legislação do Estado requerente. O pedido de assistência incluirá informações quanto ao prazo referido.
2. Os atos de cobrança realizados pelo Estado requerido na sequência de um pedido de assistência e que, de acordo com a legislação deste Estado, teriam como efeito a suspensão ou a interrupção do prazo mencionado no parágrafo 1º, terão o mesmo efeito face à legislação do Estado requerente. O Estado requerido informará o Estado requerente sobre tais atos.
3. Em qualquer caso, o Estado requerido não é obrigado a dar cumprimento a um pedido de assistência que seja formulado depois de decorrido um período de 15 (quinze) anos a contar da data do título executivo original.

ARTIGO 15

PRIVILÉGIOS

O crédito tributário para cuja cobrança é prestada assistência não se beneficiará, no Estado requerido, de nenhum dos privilégios especialmente conexos com os créditos tributários desse Estado, ainda que o processo de cobrança utilizado seja o mesmo aplicável aos seus próprios créditos tributários.

ARTIGO 16

PAGAMENTO DIFERIDO

O Estado requerido poderá permitir o diferimento ou o escalonamento do pagamento, se a sua legislação ou prática administrativa o permitirem em circunstâncias similares, devendo, porém, informar previamente o Estado requerente.

SEÇÃO III
NOTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
ARTIGO 17
NOTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido notificará ao destinatário os documentos, incluindo os que digam respeito a decisões judiciais, emanados do Estado requerente e que digam respeito a um tributo abrangido pela presente Convenção.
2. O Estado requerido procederá à notificação dos documentos:
 - a) de acordo com o procedimento previsto pela sua legislação interna relativa à notificação de documentos de natureza substancialmente similar;
 - b) na medida do possível, de acordo com um procedimento especial solicitado pelo Estado requerente, ou segundo o procedimento mais aproximado previsto pela respectiva legislação interna.
3. Uma Parte pode promover a notificação de um documento, diretamente, por via postal, a uma pessoa que se encontre dentro do território de outra Parte.
4. Nenhuma disposição da Convenção poderá ser interpretada no sentido de invalidar uma notificação de documentos efetuada por uma Parte em conformidade com a respectiva legislação.
5. Quando um documento é notificado nos termos do presente Artigo, não é exigida a respectiva tradução. Todavia, se for presumível que o destinatário não conhece a língua na qual o documento está redigido, o Estado requerido promoverá a respectiva tradução ou um resumo na sua língua oficial ou numa das suas línguas oficiais. Alternativamente, poderá solicitar ao Estado requerente que o documento seja traduzido ou acompanhado de um resumo numa das línguas oficiais do Estado requerido, do Conselho da Europa ou da OCDE.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS DIVERSAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA
ARTIGO 18

INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS PELO ESTADO REQUERENTE

1. Um pedido de assistência indicará, quando for o caso:
 - a) a autoridade ou agência que originou o pedido formulado pela autoridade competente;
 - b) o nome, endereço ou quaisquer outros elementos que possibilitem a identificação da pessoa relativamente à qual o pedido é formulado;
 - c) no caso de um pedido de informação, a forma como o Estado requerente deseja receber a informação de modo a satisfazer às suas necessidades;
 - d) no caso de um pedido de assistência para fins de cobrança ou de medidas cautelares, a natureza do crédito tributário, os elementos constitutivos do crédito e os bens sobre os quais a cobrança pode ser efetuada;

- e) no caso de um pedido de notificação de documentos, a natureza e o objeto do documento a notificar;
 - f) se o pedido é conforme com a legislação e a prática administrativa do Estado requerente e se se justifica face às exigências do Artigo 21, parágrafo 2º, alínea g).
2. O Estado requerente comunicará ao Estado requerido quaisquer outras informações relevantes relativas ao pedido de assistência logo que tenha conhecimento das mesmas.

ARTIGO 19

[SUPRIMIDO]

ARTIGO 20

RESPOSTA AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA

1. Se o pedido de assistência for atendido, o Estado requerido informará o Estado requerente, logo que possível, sobre as medidas tomadas e bem assim sobre o resultado da assistência prestada.
2. Se o pedido for rejeitado, o Estado requerido informará ao Estado requerente logo que possível, indicando os motivos da rejeição.
3. No caso de um pedido de informação, se o Estado requerente tiver especificado a forma como deseja receber a informação e o Estado requerido estiver apto a fazê-lo, esse Estado prestará a informação segundo a forma solicitada.

ARTIGO 21

PROTEÇÃO DAS PESSOAS E LIMITES À OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA

1. Nenhuma disposição da presente Convenção poderá afetar os direitos e as salvaguardas garantidos às pessoas pela legislação ou pela prática administrativa do Estado requerido.
2. Salvo no que diz respeito ao Artigo 14, as disposições da presente Convenção não poderão ser interpretadas no sentido de impor ao Estado requerido a obrigação de:
 - a) tomar medidas em desacordo com sua legislação ou sua prática administrativa, ou com a legislação ou a prática administrativa do Estado requerente;
 - b) tomar medidas que sejam contrárias à ordem pública;
 - c) fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua própria legislação ou prática administrativa, ou na legislação ou prática administrativa do Estado requerente;
 - d) fornecer informações suscetíveis de revelar um segredo comercial, industrial, profissional ou um processo comercial, ou informações cuja divulgação seja contrária à ordem pública;
 - e) prestar assistência administrativa, se e na medida em que se considere que a tributação do Estado requerente é contrária aos princípios tributários geralmente acei-

tos, ou às disposições de uma convenção destinada a evitar a dupla tributação ou de qualquer outra convenção celebrada com o Estado requerente;

- f) prestar assistência administrativa tendo em vista a implementação ou o cumprimento de uma disposição da legislação tributária do Estado requerente, ou a satisfação de uma obrigação conexa, que seja discriminatória face a um nacional do Estado requerido em confronto com um nacional do Estado requerente em idênticas circunstâncias;
- g) prestar assistência administrativa, se o Estado requerente não tiver esgotado todas as medidas razoáveis previstas pela sua legislação ou prática administrativa, salvo se o recurso a tais medidas causar dificuldades desproporcionais;
- h) prestar assistência à cobrança nos casos em que os encargos administrativos para esse Estado sejam claramente desproporcionais face aos benefícios que possam ser obtidos pelo Estado requerente.

3. Se o Estado requerente solicitar informações ao abrigo da presente Convenção, o Estado requerido recorrerá aos poderes de que dispõe para obter as informações solicitadas, mesmo que o Estado requerido não necessite dessas informações para os seus próprios fins tributários. A obrigação constante do período anterior está sujeita aos limites previstos na presente Convenção, mas tais limites, designadamente os limites previstos nos parágrafos 1º e 2º, não devem, em caso algum, ser interpretados no sentido de permitir que o Estado requerido se recuse a prestar tais informações pelo simples fato de essas informações não se revestirem de interesse para si, no âmbito interno.

4. As disposições da presente Convenção, designadamente o disposto nos parágrafos 1º e 2º, não poderão em caso algum ser interpretadas no sentido de permitir que o Estado requerido se recuse a prestar informações unicamente porque essas são detidas por um banco, outra instituição financeira, um mandatário ou por uma pessoa agindo na qualidade de agente ou fiduciário, ou porque essas informações são conexas com os direitos de propriedade de uma pessoa.

ARTIGO 22

SIGILO

1. Quaisquer informações obtidas por uma Parte nos termos da presente Convenção serão consideradas sigilosas e protegidas do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna dessa Parte e, na medida necessária para garantir o nível necessário de proteção de dados de caráter pessoal, em conformidade com as salvaguardas exigidas por força da legislação interna da Parte que presta as informações e por ela especificadas.

2. Em qualquer caso, as referidas informações só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos de administração ou supervisão) encarregadas do lançamento, arrecadação, ou cobrança dos tributos dessa Parte, ou dos procedimentos de execução ou persecução, ou das decisões de recursos relativos a esses tributos, ou da supervisão das atividades precedentes. Apenas as pessoas ou autoridades referidas acima poderão utilizar essas informações e exclusivamente para os fins acima mencionados. Não obstante o disposto no parágrafo 1º, essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou em decisões judiciais relativas a esses tributos.

3. Se uma Parte tiver formulado uma reserva nos termos previstos na alínea a) do parágrafo 1º do Artigo 30, qualquer outra Parte que obtenha informações da primeira Parte mencionada não poderá utilizá-las para efeitos de um tributo incluído numa categoria objeto de reserva. De igual modo, a Parte que formulou a reserva não poderá utilizar, para efeitos de um tributo incluído na categoria objeto de reserva, as informações obtidas nos termos do disposto na presente Convenção.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º, as informações obtidas por uma Parte poderão ser utilizadas para outros fins, quando a utilização de tais informações para esses fins seja possível, de acordo com a legislação da Parte que forneceu as informações, e a autoridade competente dessa Parte autorize essa utilização. As informações fornecidas por uma Parte a outra Parte podem ser transmitidas por esta a uma terceira Parte, sujeita a autorização prévia da autoridade competente da primeira Parte mencionada.

ARTIGO 23

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS

1. As ações relativas às medidas tomadas pelo Estado requerido de acordo com o disposto na presente Convenção serão instauradas apenas na instância competente desse Estado.

2. As ações relativas às medidas tomadas pelo Estado requerente de acordo com o disposto na presente Convenção, particularmente aquelas que, em matéria de cobrança, dizem respeito à existência ou ao montante do crédito tributário ou ao título executivo, serão instauradas apenas na instância competente desse Estado. Se tal ação for instaurada, o Estado requerente informará imediatamente o Estado requerido, que suspenderá a ação enquanto aguarda a decisão da instância em questão. Todavia, o Estado requerido, se o Estado requerente o solicitar, tomará medidas cautelares para resguardar a cobrança. O Estado requerido poderá também ser informado sobre tal ação por qualquer pessoa interessada. Quando do recebimento da informação em causa, o Estado requerido consultará, se necessário, o Estado requerente sobre a matéria.

3. Assim que tenha sido pronunciada sentença definitiva sobre a ação instaurada, o Estado requerido ou o Estado requerente, consoante o caso, notificará o outro Estado da decisão proferida e as respectivas implicações quanto ao pedido de assistência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

ARTIGO 24

IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO

1. As Partes comunicar-se-ão, através das respectivas autoridades competentes, tendo em vista a implementação da presente Convenção. As autoridades competentes poderão comunicar-se diretamente para este efeito e autorizar as autoridades a elas subordinadas a agir em seu nome. As autoridades competentes de duas ou mais Partes poderão estabelecer de comum acordo o modo de aplicação da Convenção.

2. Quando o Estado requerido considerar que a aplicação da presente Convenção, num caso concreto, poderia ter consequências sérias e indesejáveis, as autoridades competentes do

Estado requerido e do Estado requerente consultar-se-ão e esforçar-se-ão por resolver a situação através de acordo mútuo.

3. Um órgão coordenador constituído por representantes das autoridades competentes das Partes acompanhará, sob a égide da OCDE, a implementação da Convenção e bem assim o seu desenvolvimento. Para este efeito, o órgão de coordenação recomendará qualquer medida suscetível de contribuir ainda mais para a consecução dos objetivos gerais da Convenção. Particularmente, deverá agir como um fórum para o estudo de novos métodos e procedimentos tendentes a incrementar a cooperação internacional em matéria tributária e, se for o caso, poderá recomendar revisões ou emendas à Convenção. Os Estados que assinaram, mas ainda não ratificaram, aceitaram ou aprovaram a Convenção, poderão fazer-se representar nas reuniões do órgão de coordenação como observadores.

4. Uma Parte pode solicitar ao órgão de coordenação a emissão de pareceres quanto à interpretação das disposições da Convenção.

5. Se se suscitarem dificuldades ou dúvidas entre duas ou mais Partes quanto à implementação ou à interpretação da Convenção, as autoridades competentes dessas Partes esforçar-se-ão por resolver a questão através de acordo amigável. O entendimento acordado será comunicado ao órgão coordenador.

6. O Secretário-Geral da OCDE informará as Partes e os Estados signatários que ainda não ratificaram, aceitaram ou aprovaram a Convenção sobre os pareceres emitidos pelo órgão de coordenação em conformidade com o disposto no parágrafo 4º e nos acordos de procedimento amigável celebrados nos termos do parágrafo 5º.

ARTIGO 25

LÍNGUAS

Os pedidos de assistência e as respectivas respostas serão redigidos numa das línguas oficiais da OCDE e do Conselho da Europa ou em qualquer outra língua acordada bilateralmente entre as Partes interessadas.

ARTIGO 26

CUSTOS

Salvo se as Partes interessadas acordarem de outro modo, por via bilateral:

- a) os custos ordinários incorridos em conexão com a prestação de assistência ficarão a cargo do Estado requerido;
- b) os custos extraordinários incorridos em conexão com a prestação de assistência ficarão a cargo do Estado requerente.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 27

OUTROS ACORDOS INTERNACIONAIS

1. As possibilidades de assistência proporcionadas pela presente Convenção não limitarão nem serão limitadas pelas que decorram de acordos internacionais celebrados ou que venham a ser celebrados entre as Partes interessadas ou de outros instrumentos que respeitem à cooperação em matéria tributária.
2. Não obstante o disposto no parágrafo 1º, as Partes que sejam Estados Membros da União Europeia poderão aplicar, nas suas relações recíprocas, as modalidades de assistência proporcionadas pela Convenção, na medida em que permitam uma cooperação mais ampla do que as modalidades previstas pelas regras aplicáveis da União Europeia.

ARTIGO 28

ASSINATURA E ENTRADA EM VIGOR DA CONVENÇÃO

1. A presente Convenção estará aberta para assinatura pelos Estados Membros do Conselho da Europa e pelos países membros da OCDE. Está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto de um dos Depositários.
2. A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data na qual cinco Estados tenham manifestado o seu consentimento no sentido da respectiva vinculação à Convenção em conformidade com o disposto no parágrafo 1.
3. No que diz respeito a qualquer Estado Membro do Conselho da Europa ou país membro da OCDE que manifeste posteriormente o seu consentimento no sentido da respectiva vinculação à Convenção, esta entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.
4. Qualquer Estado Membro do Conselho da Europa ou qualquer país membro da OCDE que se torne Parte da Convenção após a entrada em vigor do Protocolo que altera a presente Convenção, aberto para assinatura em 27 de maio de 2010 (o "Protocolo de 2010"), será uma Parte da Convenção conforme alterada por esse Protocolo, salvo se manifestar intenção diferente mediante notificação, por escrito, dirigida a um dos Depositários.
5. Após a entrada em vigor do Protocolo de 2010, qualquer Estado não membro do Conselho da Europa ou da OCDE pode solicitar que lhe seja endereçado convite com vista à assinatura e à ratificação da presente Convenção conforme alterada pelo Protocolo de 2010. Qualquer pedido neste sentido deverá ser dirigido a um dos Depositários, que o transmitirá às Partes. O Depositário informará igualmente o Comitê de Ministros do Conselho da Europa e o Conselho da OCDE. A decisão de convidar os Estados que solicitem tornar-se Partes da presente Convenção será tomada mediante consenso das Partes da Convenção, por meio do órgão de coordenação. Relativamente a cada Estado que ratifique a Convenção conforme alterada pelo Protocolo de 2010, nos termos do presente parágrafo, a presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de depósito do instrumento de ratificação junto de um dos Depositários.
6. As disposições da presente Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, produzirão efeitos no que diz respeito à assistência administrativa abrangendo os exercícios fiscais com início em ou após 1 de janeiro do ano seguinte àquele em que a Convenção, confor-

me alterada pelo Protocolo de 2010, entrou em vigor no que diz respeito a uma das Partes ou, na ausência de exercício fiscal, serão aplicáveis à assistência administrativa respeitante a obrigações fiscais geradas em ou após 1 de janeiro do ano seguinte àquele em que a Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, entrar em vigor no que diz respeito a uma das Partes. Duas ou mais Partes poderão acordar que a Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, produzirá efeitos no que diz respeito à assistência administrativa relativa a exercícios fiscais ou a obrigações tributárias anteriores.

7. Não obstante o disposto no parágrafo 6º, as disposições da presente Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, produzirão efeitos a partir da data da sua entrada em vigor em relação a uma Parte, no que respeita a questões tributárias que envolvam uma conduta intencional passível de ação penal por força do direito penal da Parte requerente, relativamente a exercícios fiscais ou a obrigações tributárias anteriores

ARTIGO 29

APLICAÇÃO TERRITORIAL DA CONVENÇÃO

1. No momento da assinatura ou do depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, cada Estado poderá especificar qual o território ou territórios a que a presente Convenção se aplica.
2. Qualquer Estado poderá, em qualquer data posterior, mediante declaração dirigida a um dos Depositários, tornar a aplicação da presente Convenção extensiva a qualquer outro território especificado na declaração. No que respeita ao referido território, a Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de recepção da declaração pelo Depositário.
3. Qualquer declaração feita nos termos de um dos dois parágrafos precedentes poderá ser suspensa, no que respeita a qualquer território especificado na referida declaração, mediante notificação dirigida a um dos Depositários. A suspensão produzirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de recepção da notificação pelo Depositário.

ARTIGO 30

RESERVAS

1. No momento da assinatura ou do depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, ou em qualquer data posterior, qualquer Estado poderá declarar que se reserva o direito de:
 - a) não prestar qualquer forma de assistência em relação aos tributos de outras Partes incluídos numa das categorias enunciadas na alínea b) do parágrafo 1º do Artigo 2º, desde que a referida Parte não tenha incluído no Anexo A da Convenção nenhum dos seus próprios tributos dessa categoria;
 - b) não prestar assistência em matéria de execução de créditos tributários, ou de multas administrativas, em relação a todos os tributos ou em relação apenas aos tributos de uma ou de mais categorias enunciadas no parágrafo 1º do Artigo 2º;
 - c) não prestar assistência relativamente a qualquer crédito tributário existente à data da entrada em vigor da Convenção nesse Estado, ou, se tiver sido previamente for-

mulada uma reserva nos termos do disposto na alínea a) ou na alínea b), à data da suspensão da referida reserva em relação aos tributos da categoria em questão;

- d) não prestar assistência em matéria de notificação de documentos em relação a todos os tributos, ou apenas em relação aos tributos de uma ou mais categorias enunciadas no parágrafo 1º do Artigo 2º;
- e) não aceitar as notificações por via postal, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do Artigo 17.
- f) aplicar o disposto no parágrafo 7º do Artigo 28 exclusivamente no caso de assistência administrativa que abranja os exercícios fiscais com início em ou após 1 de janeiro do terceiro ano anterior àquele em que Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, entrou em vigor no que diz respeito a uma Parte, ou, na ausência de exercício fiscal, no caso de assistência administrativa relativa a obrigações tributárias geradas em ou após 1º de janeiro do terceiro ano anterior àquele em que a Convenção, conforme alterada pelo Protocolo de 2010, entrou em vigor no que diz respeito a uma Parte.

2. Não será admitida qualquer outra reserva.

3. Após a entrada em vigor da Convenção em relação a uma Parte, essa Parte poderá formular uma ou mais reservas mencionadas no parágrafo 1º, que não tenha formulado no momento da ratificação, aceitação ou aprovação. Tais reservas entrarão em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de recepção da reserva por um dos Depositários.

4. Qualquer Parte que tenha formulado uma reserva nos termos dos parágrafos 1º e 3º poderá suspendê-la, total ou parcialmente, mediante notificação dirigida a um dos Depositários. A suspensão produzirá efeito na data de recepção da notificação pelo Depositário.

5. Uma Parte que tenha formulado uma reserva relativamente a uma disposição da presente Convenção não poderá requerer a aplicação dessa disposição por outra Parte. Todavia, se a reserva for parcial, poderá requerer a aplicação da disposição nos termos da respectiva aceitação.

ARTIGO 31

DENÚNCIA

1. Qualquer Parte poderá denunciar a presente Convenção, a qualquer momento, mediante notificação dirigida a um dos Depositários.

2. A denúncia produzirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses a contar da data de recepção da notificação pelo Depositário.

3. A Parte que denunciar a presente Convenção manter-se-á vinculada ao disposto no Artigo 22 enquanto permanecerem na sua posse quaisquer documentos ou informações obtidos sob a Convenção.

ARTIGO 32

DEPOSITÁRIOS E SUAS FUNÇÕES

1. O Depositário, junto do qual tenha sido levado a efeito um ato, uma notificação ou uma comunicação, notificará aos Estados Membros do Conselho da Europa e aos países membros da OCDE e a qualquer Parte da presente Convenção:

- a) qualquer assinatura;
- b) o depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação;
- c) a data de entrada em vigor da presente Convenção em conformidade com o disposto nos Artigos 28 e 29;
- d) qualquer declaração formulada por força do disposto no parágrafo 3º do Artigo 4º ou do parágrafo 3º do Artigo 9º e a suspensão da referida declaração;
- e) qualquer reserva formulada por força do disposto no Artigo 30 e a suspensão de qualquer reserva efetuada de acordo com o disposto no parágrafo 4º do Artigo 30;
- f) qualquer notificação recebida por força do disposto nos parágrafos 3º ou 4º do Artigo 2º, no parágrafo 3º do Artigo 3º, no Artigo 29 ou no parágrafo 1º do Artigo 31;
- g) qualquer outro ato, notificação ou comunicação relativos à presente Convenção.

2. O Depositário que receba uma comunicação ou que efetue uma notificação em conformidade com o disposto no parágrafo 1º informará imediatamente o outro Depositário.

EM TESTEMUNHO DO QUAL, os signatários, devidamente autorizados para tanto, assinaram a presente Convenção.

FEITO EM Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1988, em inglês e francês, sendo os dois textos igualmente autênticos, em dois exemplares, um dos quais será depositado nos arquivos do Conselho da Europa e o outro nos arquivos da OCDE. Os Secretários Gerais do Conselho da Europa e da OCDE entregarão cópias autenticadas a cada um dos Estados Membros do Conselho da Europa e dos países membros da OCDE.

Mensagem nº 270

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

Brasília, 4 de setembro de 2014.

EMI nº 00136/2013 MRE MF

Brasília, 22 de Outubro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o texto da “Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010”, assinada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 3 de novembro de 2011, à margem da Cúpula de Cannes do G-20.

2. A Convenção visa a promover a cooperação em matéria fiscal no âmbito multilateral, equilibrando o intercâmbio de informações entre as autoridades tributárias signatárias com rigoroso respeito aos direitos fundamentais do contribuinte. Referido ato é, também, instrumento para a aplicação efetiva da legislação brasileira, permitindo a obtenção de informações necessárias à comprovação de ilícitos tributários previstos no ordenamento jurídico pátrio.

3. A Convenção coaduna-se com a percepção crescente de que a internacionalização das economias deve ser acompanhada de melhor coordenação entre os Estados, especialmente no campo tributário, para coibir a subtração de recursos do Poder Público. A adesão à Convenção reflete, ademais, a posição assumida pelo Brasil no âmbito do G-20, desde a Cúpula de Londres (2008), no sentido de intensificar o combate à fraude e à evasão fiscal, bem como reduzir espaço para práticas de planejamento fiscal agressivo, em detrimento da necessária arrecadação.

4. Durante a Cúpula de Cannes, todos os membros do G-20 comprometeram-se com o instrumento e exortaram as demais jurisdições a tornarem-se parte. Assinaram a Convenção em 3 de novembro, ao lado do Brasil, África do Sul, Argentina, Austrália, Indonésia, Rússia e Turquia. China e Índia comprometeram-se perante os demais membros do G-20 a aderir ao instrumento ainda no ano corrente.

5. A Convenção decorre da experiência do Conselho da Europa e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a Convenção Tributária de 1988. O diploma de 1988 foi atualizado pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, de modo a permitir que todos os países que resguardem a confidencialidade das informações tributárias possam tornar-se membros.

6. Em conformidade com o Artigo 30 da Convenção, recomendamos sejam apresentadas duas reservas. A primeira diz respeito à cobrança de créditos tributários no exterior, regulada, sobretudo, pelos Artigos 11 a 16. As informações disponíveis indicam que a cobrança não terá efeito substantivo para a arrecadação brasileira, podendo, também, representar ofensa à legislação nacional.

7. A segunda cícunscrever-se-ia ao serviço de notificação de documentos, previsto, principalmente, no Artigo 17. O direito interno contempla meios de notificação e intimação do contribuinte, de modo que, em princípio, esses dispositivos apenas gerariam o ônus administrativo para o Brasil de atender a demandas estrangeiras, sem o correspondente benefício.

8. A Convenção também permite sejam feitas declarações individuais, a constarem nos anexos que, embora citados no corpo da Convenção, não são parte integrante dela – consistem de agrupamento das declarações unilaterais de cada Parte e são, atualmente, disponibilizados e atualizados no sítio eletrônico do depositário. No Anexo A, sobre os tributos aos quais a Convenção se aplicada, conviria garantir que o Imposto de Renda seja o único tributo abrangido. No Anexo B, que relaciona as autoridades competentes para a troca de informações, poder-se-ia designar o Secretário da Receita Federal do Brasil, ou pessoa por ele indicada. No Anexo C, que delimita o conceito de “nacional”, não seria necessária nenhuma declaração específica, uma vez que a definição da Convenção é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro. Feitas essas reservas e declarações, a Convenção possuirá conteúdo praticamente igual ao dos artigos relativos ao intercâmbio de informações dos Acordos para Evitar Dupla Tributação, reproduzindo a ampla experiência brasileira com a troca de dados fiscais.

9. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 84, inciso VIII, combinado com o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem, acompanhado de cópias autenticadas da Convenção.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega, Luiz Alberto Figueiredo Machado

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

Pareceres**PARECER Nº 288, DE 2016**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 106, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado, que *requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro-chefe da Casa Civil informações relativas aos gastos efetuados, direta ou indiretamente, a qualquer título, para o atendimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2011 e 2014.*

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador Ronaldo Caiado solicita que o Ministro-chefe da Casa Civil preste *informações relativas aos gastos efetuados, direta ou indiretamente, a qualquer título, para o atendimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2011 e 2014.*

Na justificação, o autor defende a relevância de trazer ao conhecimento público “o montante dos gastos realizados, direta ou indiretamente, com o ex-Presidente Lula, de forma a avaliar se essas despesas observam a norma legal e se os montantes são ou não compatíveis com os preços de mercado e com a atual situação fiscal do Estado brasileiro”.

II – ANÁLISE

A Carta Magna, em seu art. 49, inciso X, dá ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Ao mesmo tempo, conforme o art. 50, § 2º, pode a Mesa do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de

Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Em consonância com o RISF, art. 216, inciso I, os referidos pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa. Posto isso, consideramos que o requerimento em pauta trata de assunto atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo e que sua divulgação se afigura compatível com o princípio da publicidade que deve reger a administração pública.

As informações solicitadas são estatísticas agregadas, não podendo ser caracterizadas como de natureza sigilosa, pois não compreendem o detalhamento de operações ativas e passivas de instituições financeiras, de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001. Se fosse o caso, o requerimento exigiria rito mais complexo de apreciação e não poderia ser deliberado no âmbito desta Mesa.

Adicionalmente, o RQS nº 106, de 2016, não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige, hipóteses em que haveria impedimento à sua aprovação. Por último, o requerimento é dirigido a um Ministro de Estado, conforme as normas legais, no caso o Ministro-chefe da Casa Civil, que é a autoridade competente para fornecer as informações solicitadas.

III – VOTO


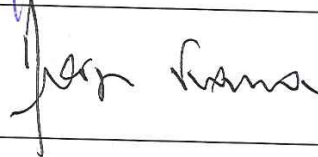

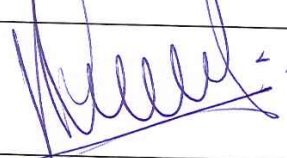
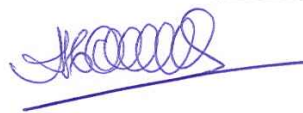
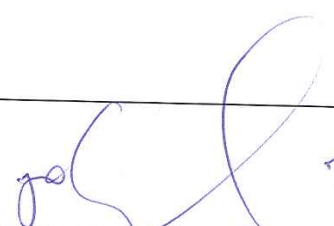
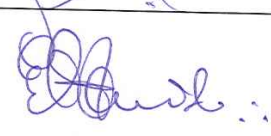
Em face do exposto, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 106, de 2016, e pelo seu encaminhamento à autoridade competente.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL

Patricia de Oliveira Nobrega

**SENADO FEDERAL****PARECERES NºS 289 E 290 , DE 2016****PARECER Nº 289, DE 2016, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal*.

Relator: Senador **PAULO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Nos termos do art. 1º da proposição, a Frente tem por finalidade defender os interesses da Amazônia Legal, priorizar o desenvolvimento sustentável e proteger os recursos naturais e os interesses socioeconômicos da região, promover o debate sobre políticas públicas voltadas para a área, e promover o debate e a aprovação de proposições legislativas que visem à defesa da Amazônia Legal.

A Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal. Pode, entretanto, por conveniência e necessidade, reunir-se em outro local.

A nova Frente Parlamentar será integrada, inicialmente, pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal.

A Frente rege-se por seu regulamento interno, observado o disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Até que esse regimento interno seja aprovado, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus integrantes.

Ao justificar sua iniciativa, a Senadora Vanessa Grazziotin recorda que a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e perfaz mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Engloba sete estados de forma integral: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima; e, além disso, a maior parte do Estado de Tocantins, além de partes do Maranhão e um pequeno território de Goiás.

Geograficamente imensa, essa região do Brasil é pouco povoada: seus habitantes correspondem a 13% da população do País. Nessa área, entretanto, vive 46% da população indígena brasileira.

O ecossistema amazônico constitui, assinala a autora, “um grande reservatório da biodiversidade do planeta”. Essa região possui um significativo potencial de recursos naturais ainda não explorados, além de abrigar imensas quantidades de minérios, terras agricultáveis e recursos hídricos, com alto potencial energético.

Entretanto, a exploração dessa região brasileira, nas últimas décadas, somada ao modelo tradicional de ocupação do território, causou um aumento exponencial das taxas de desmatamento e perda da biodiversidade. Há urgência, portanto, em debater a conservação e o uso dos recursos naturais da Amazônia Legal, além da necessidade de discutir e repensar as políticas de desenvolvimento da região.

Por todas essas razões, e outras, discriminadas na justificação do PRS, é necessário constituir a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal, com a finalidade de reunir Senadores que têm preocupação especial sobre o tema do desenvolvimento sustentável dessa região.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, “opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas” em diversas situações, como determina o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Projeto de Resolução nº 23, de 2014, em nada ofende o nosso ordenamento jurídico constitucional, por destinar-se, de modo singelo, apenas a instituir, no âmbito do Senado Federal, uma nova frente parlamentar, desta feita destinada a defender a Amazônia Legal brasileira.

Com efeito, existem e funcionam no Congresso Nacional brasileiro inúmeras frentes parlamentares, que constituem instituição regular das casas parlamentares aqui e alhures, e cumprem papel relevante nos debates parlamentares, seja para amplificar o debate sobre temas importantes e específicos, tais como saúde, educação, segurança pública, seja para tratar de assuntos regionais que ocupam papel central nos debates brasileiros, como o de que ora se trata.

Apenas se poderia questionar se é efetivamente necessário o manejo do instrumento legislativo projeto de resolução para dispor sobre essa matéria, uma vez que existem compreensões razoáveis conforme as quais bastaria um simples requerimento dirigido à Mesa Diretora para realizar esse propósito.

Entretanto, a esse respeito, cabe entender que existem dois fortes argumentos em sentido contrário: em primeiro lugar, a prática parlamentar brasileira contempla, com regularidade, o uso de projeto de resolução para instituir frente parlamentar; e, em segundo lugar, se essa espécie legislativa pode o mais, quanto a essa matéria, certamente pode o menos, que é o tema de que aqui se trata.

Optamos por seguir a tradição, nesse passo, por entender que não se trata de algo ofensivo às boas práticas parlamentares. Entretanto, com o propósito de aperfeiçoar a disciplina legislativa da matéria, sugerimos aprovar

o PRS nº 23, de 2014, aproveitando parcialmente a emenda substitutiva, tal como sugerido pelo Senador Donizeti Nogueira, em relatório apresentado, mas não apreciado por esta Comissão.

Apenas sugerimos acrescentar ao bem lançado relatório do Senador Donizeti Nogueira a determinação de que as frentes parlamentares possam ter caráter regional. Entendemos que essa norma não conflita com a necessária harmonia que deve presidir as relações entre os entes da federação, pois caráter regional, nesse contexto, refere-se ao tema que a frente prestigia, e não à sua composição, já que essa pode ser integrada por Senador ou Senadora de qualquer unidade federada.

Por outra parte, acrescentamos ao texto do projeto a hipótese de constituição de frente parlamentar por assunto, além das frentes regionais.

III – VOTO

Opinamos, portanto, em conclusão, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2014, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, acatando parcialmente a emenda substitutiva apresentada pelo Senador Donizeti Nogueira, adotando, então, a seguinte emenda:

EMENDA Nº 2 – CDR (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, DE 2014**

Estabelece normas para a constituição de frentes parlamentares no âmbito do Senado Federal e determina a criação da Frente Parlamentar da Amazônia.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica criado o registro de Frente Parlamentar perante a Mesa do Senado Federal.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, constitui Frente Parlamentar do Senado Federal a associação destinada a promover o aprimoramento da ordem jurídica ou das políticas públicas pertinentes a determinado tema, assunto ou região do País.

Art. 3º As Frentes Parlamentares serão encerradas no final da legislatura.

Art. 4º O requerimento de registro de Frente Parlamentar será instruído com a sua ata da fundação e constituição e o seu estatuto.

Parágrafo único. O requerimento de registro informará o nome da Frente Parlamentar, e indicará sua composição inaugural e o nome de seu representante, que será responsável, perante a Mesa Diretora, pelas informações prestadas.

Art. 5º As Frentes Parlamentares registradas na forma desta Resolução poderão requerer a utilização do espaço físico do Senado Federal para a realização de suas reuniões e outras atividades.

Art. 6º As atividades da Frente Parlamentar constituída nos termos desta Resolução poderão ser objeto de divulgação pelos meios de comunicação da Casa, observadas as prioridades legais e regimentais.

Art. 7º Fica criada a Frente Parlamentar da Amazônia Legal, cujas atividades terão início com a apresentação do requerimento de registro a que se refere o art. 1º.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de setembro de 2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Presidente

Senador PAULO ROCHA, Relator

PARECER Nº 290 , DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal*.

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, de autoria da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Nos termos do projeto, a Frente visa a defender os interesses da Amazônia Legal, priorizar o desenvolvimento sustentável, proteger os recursos naturais e os interesses socioeconômicos da região, promover o debate sobre políticas públicas voltadas para a área e sobre as proposições legislativas que visem à defesa da Amazônia Legal.

A Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, mas poderá, por conveniência e necessidade, reunir-se em outro local. Será integrada inicialmente pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Senado Federal.

A Frente rege-se por seu regulamento interno, observado o disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Até que esse regimento

interno seja aprovado, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus integrantes.

Na justificação, a autora destaca que a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e perfaz mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, onde vivem 46% da população indígena brasileira. Além disso, é uma região com um significativo potencial de recursos naturais ainda não explorados, que abriga imensas quantidades de minérios, terras agricultáveis e recursos hídricos, com alto potencial energético.

Acrescenta que a exploração dessa região brasileira, nas últimas décadas, somada ao modelo tradicional de ocupação do território, causou um aumento exponencial das taxas de desmatamento e perda da biodiversidade, razão pela qual há urgência em debater a conservação e o uso dos recursos naturais da Amazônia Legal e de discutir e repensar as políticas de desenvolvimento sustentável da região.

Enviada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposição recebeu substitutivo que amplia o escopo inicial do projeto, para também estabelecer normas gerais para a constituição de frentes parlamentares nesta Casa Legislativa. Nos termos do substitutivo, fica criado o registro de Frente Parlamentar perante a Mesa do Senado Federal, que deverá ser instruído com a ata da fundação e o estatuto para que a frente parlamentar possa requerer a utilização do espaço físico desta Casa para suas atividades, bem como ser objeto de divulgação pelos meios de comunicação do Senado Federal.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão Diretora, nos termos do inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, oferecer parecer à proposição.

O Projeto de Resolução nº 23, de 2014, que trata de matéria de interesse interno do Senado Federal, não apresenta vício de constitucionalidade ou de juridicidade.

Como ficou consignado no parecer da CDR, já funcionaram ou funcionam no Congresso Nacional inúmeras frentes parlamentares, que cumprem papel relevante nos debates parlamentares, seja para amplificar o debate sobre temas importantes e específicos, tais como saúde, educação, segurança pública, seja para tratar de assuntos regionais que ocupam papel central nos debates brasileiros, como o de que ora se trata.

Juridicamente, por se tratar de uma associação entre parlamentares para fins comuns, a formação da frente parlamentar prescinde da apresentação e aprovação de projeto de resolução com esse teor, bastando um requerimento à Mesa Diretora nesse sentido.

No entanto, entendo que não há óbice à aprovação da proposição, uma vez que esta Casa Legislativa tem optado por manejar esse instrumento para a criação de frentes parlamentares, tendo sido, inclusive recentemente editadas as Resoluções nºs 5 e 13, de 2005, que instituem, respectivamente, a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante e a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos.

Ademais, como consta do parecer da CDR, se a espécie legislativa denominada Resolução pode o mais, quanto a essa matéria, certamente pode o menos, que é o tema de que aqui se trata.

Todavia, a fim de manter coerência com as referidas Resoluções já aprovadas por esta Casa sobre o tema, considero inoportuno reunir, em uma só proposição legislativa, dispositivos que fixam normas gerais para a constituição de frentes parlamentares, bem como que criam a Frente Parlamentar específica da Amazônia Legal.

Dessa forma, julgo mais adequado levar adiante exclusivamente a proposta inicial da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, restrita à criação da referida Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

III – VOTO

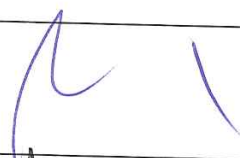
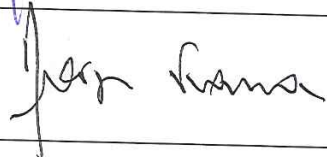

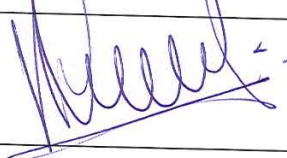
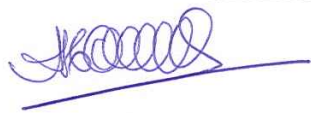
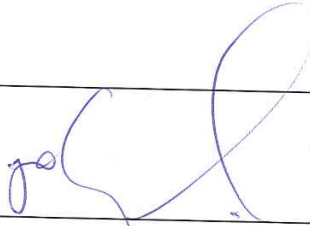

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2014.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL*Patrícia de Oliveira Nóbrega*

PARECER Nº 291 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 107, de 2016, pelo qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requer à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 107, de 2016, pelo qual solicita ao Ministério do Meio Ambiente todos os dados disponíveis quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vêm sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros

de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

No entanto, observamos que as informações sobre as providências que vêm sendo tomadas a fim de evitar a queda do movimento turístico e sobre as obras de saneamento básico das cidades daquela região deveriam ser solicitadas aos Ministros de Estado do Turismo e das Cidades, respetivamente, pois os temas são de competência daqueles ministérios, e não à Ministra do Meio Ambiente.

A proposição atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

Propomos apenas sugestão de alteração redacional quanto à denominação da titular do Ministério do Meio Ambiente, já que atualmente é a Ministra Izabella Teixeira, portanto substituindo a expressão “Sr. Ministro do Meio Ambiente” pela “Sra. Ministra do Meio Ambiente”.

III – VOTO

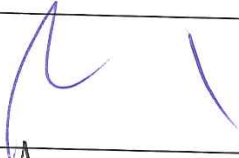
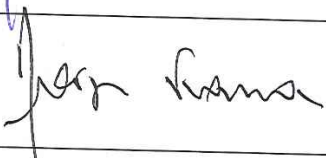
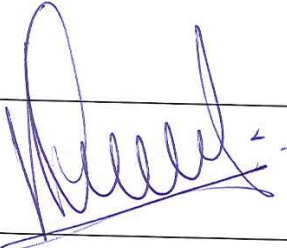
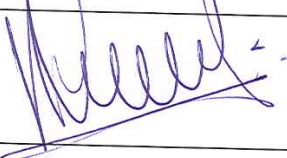
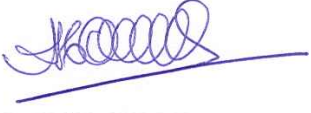
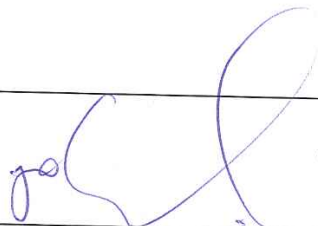

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 107, de 2016, com a sugestão redacional proposta.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 292, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 108, de 2016, do Senador Lasier Martins, que requer pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades para envio de todos os dados disponíveis quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico na região.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

O Senador Lasier Martins requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), “o encaminhamento ao Sr. Ministro das Cidades, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

A matéria foi distribuída à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

De acordo com a Constituição Federal, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas (art. 50, § 2º).

Segundo o RISF, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora (art. 216, inciso I). Não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija (art. 216, inciso II).

O Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta o RISF no tocante à apresentação de requerimento de informações, determina que as solicitações deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer, nos termos do que dispõe o § 2º de seu art. 1º.

Quanto aos requisitos constitucionais e regimentais, não se identificam óbices para que o requerimento seja aprovado.

Por essas razões, a proposição merece prosperar.

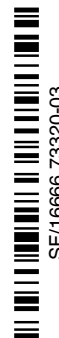
III – VOTO

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 108, de 2016.

Sala das Reuniões,

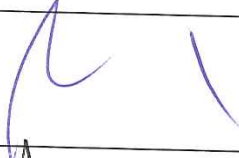
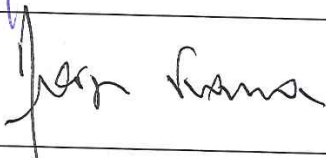
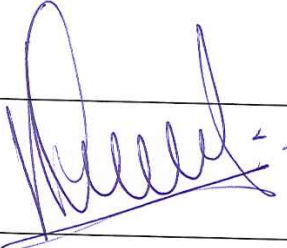
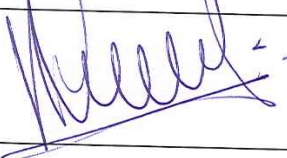
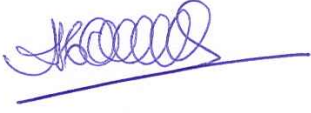
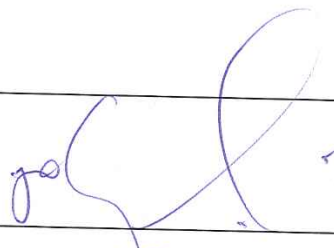

, Presidente

, Relatora



SF/16666.73320-03

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

**SENADO FEDERAL****PARECERES Nº 293 e Nº 294 , DE 2016****PARECER Nº 293, DE 2016, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015, que institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

RELATOR *AD HOC*: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

Vem à esta Comissão, para efeito de exame, o Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que institui, no âmbito do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Rota das Emoções, visando a criação de instrumento legislativo que faça a promoção dos debates, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, visando aprimorar a legislação federal para atuar em defesa da Rota das Emoções, situada nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

A Frente será inicialmente integrada pelos senadores subscritores de sua ata de instalação, estando aberta à adesão de outros parlamentares com mandato eletivo e será regida por Regulamento Interno.

Na justificativa, o autor argumenta que a Rota é um roteiro turístico entre os citados estados da Federação abrangendo paraísos naturais como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), o Delta do Parnaíba (PI) e o Parque Nacional de Jericoacoara (CE). O Roteiro é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização –

1ª Edição, implementado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Ministério do Turismo.

A matéria ainda retornará à Mesa Diretora.

II - ANÁLISE

Embora não possua previsão regimental, há diversos precedentes da criação de frentes parlamentares, que têm como objetivo precípua, promover a atuação conjunta de um grupo de membros do Poder Legislativo em prol de determinados temas. Historicamente, são mais comuns no âmbito de Assembleias Constituintes, a exemplo das várias criadas, mesmo que informalmente, na Constituinte de 1988, com o legítimo objetivo de atuação parlamentar conjunta em defesa de temas específicos.

No presente caso, é relevante destacar que a ideia de roteiros turísticos integrados representa significativo avanço na exploração econômica de regiões turísticas limítrofes, reunindo esforços, recursos e estratégias em proveito de todos os setores envolvidos. Especialmente em regiões carentes de recursos em termos de indústria e agricultura, o turismo se apresenta como opção primordial na atração de investimentos e, por consequência, na geração de emprego e renda.

Não foi ao acaso, portanto, que, reconhecendo o enorme potencial da exploração conjunta daqueles destinos turísticos, a Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª Edição, implementado pelo SEBRAE e pelo Ministério do Turismo, propôs a integração dos três roteiros. A aprovação do projeto demanda, agora, o trabalho igualmente integrado dos órgãos e entidades envolvidos, em termos de planejamento, investimentos em infraestrutura, divulgação, aperfeiçoamento de mão-de-obra, etc.

Neste sentido, a criação de uma frente parlamentar em defesa da Rota das Emoções, certamente constituirá um fórum qualificado, reunindo a força política de destacados líderes da região, trabalhando de forma a integrar os esforços nos três Estados e junto ao Governo Federal. Além de discutir, no âmbito do legislativo, as alterações normativas que impulsionem o seu desenvolvimento, a frente pode vir a se tornar uma instância a que poderiam acorrer todos os setores envolvidos, conjugando esforços para o máximo aproveitamento das oportunidades econômicas naquele magnífico cenário natural.

III – VOTO

Ante o exposto, por considerar a conveniência e oportunidade do interesse nacional, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015.

Sala da Comissão, em 16/12/2015

Senador José Medeiros, Presidente eventual

Senador Ronaldo Caiado, Relator *ad hoc*



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 44ª Reunião, Extraordinária, da CDR

Data: 16 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
José Pimentel (PT)	1. Walter Pinheiro (PT)
Paulo Rocha (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Humberto Costa (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	4. VAGO
Gladson Cameli (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Hélio José (PMB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	5. Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Ricardo Franco (DEM)
Dalirio Beber (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSB)
Ronaldo Caiado (DEM)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB)	2. Douglas Cintra (PTB)

PARECER Nº 294, DE 2016

DA COMISSÃO DIRETORA

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015, que institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem a exame da Mesa do Senado Federal, para efeito de exame, o Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que institui, no âmbito do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Rota das Emoções, visando à criação de instrumento legislativo que promova os debates, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, no sentido de aprimorar a legislação federal para

atuar em defesa da Rota das Emoções, situada nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

A Frente será inicialmente integrada pelos senadores subscritores de sua ata de instalação, estando aberta à adesão de outros parlamentares com mandato eletivo e será regida por Regulamento Interno .

Na justificativa, o autor argumenta que a Rota é um roteiro turístico entre os citados estados da Federação, abrangendo paraísos naturais como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), o Delta do Parnaíba (PI) e o Parque Nacional de Jericoacoara (CE). O Roteiro é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª Edição, implementado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Ministério do Turismo.

II - ANÁLISE

Embora não possua previsão regimental, há diversos precedentes da criação de frentes parlamentares, que têm como objetivo precípuo promover a atuação conjunta de um grupo de membros do Poder Legislativo em prol de determinados temas. Historicamente, são mais comuns no âmbito da Câmara dos Deputados, a exemplo das várias criadas com o legítimo objetivo de atuação parlamentar conjunta em defesa de temas específicos.

No presente caso, é relevante destacar que a ideia de roteiros turísticos integrados representa significativo avanço na exploração econômica de regiões turísticas limítrofes, reunindo esforços, recursos e estratégias em proveito de todos os setores envolvidos. Especialmente em regiões carentes de recursos em termos de indústria e agricultura; o turismo

se apresenta como opção primordial na atração de investimentos e, por consequência, na geração de emprego e renda.

Não foi ao acaso, portanto, que, reconhecendo o enorme potencial da exploração conjunta daqueles destinos turísticos, a Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª Edição, implementado pelo SEBRAE e pelo Ministério do Turismo, propôs a integração dos três roteiros. A aprovação do projeto demanda, agora, o trabalho igualmente integrado dos órgãos e entidades envolvidos, em termos de planejamento, investimentos em infraestrutura, divulgação, aperfeiçoamento de mão-de-obra, etc.

Nesse sentido, a criação de uma frente parlamentar em defesa da Rota das Emoções, certamente constituirá um fórum qualificado, reunindo a força política de destacados líderes da região, trabalhando de forma a integrar os esforços nos três Estados e junto ao Governo Federal. Além de discutir, no âmbito do legislativo, as alterações normativas que impulsionem o seu desenvolvimento, a frente pode vir a se tornar uma instância a que poderiam acorrer todos os setores envolvidos, conjugando esforços para o máximo aproveitamento das oportunidades econômicas naquele magnífico cenário natural.

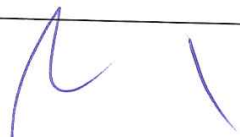
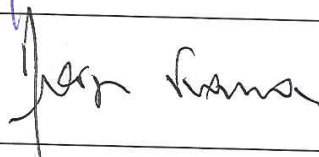
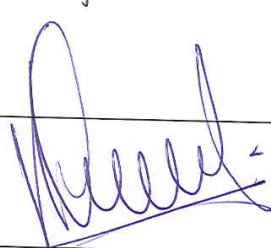
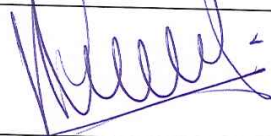
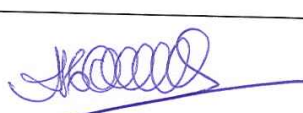
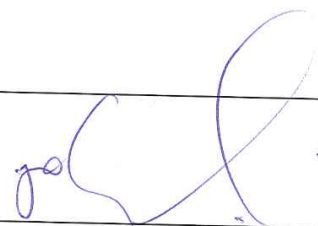
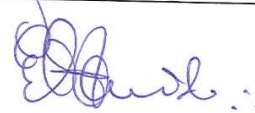
III – VOTO

Ante o exposto, por considerar a conveniência e oportunidade do interesse nacional, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 295, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 111, de 2016, do Senador Jorge Viana, *que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes, informações sobre as obras de manutenção e de reparação nas rodovias federais no Acre, especialmente em trechos das BR-317 e BR-364.*

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

O Senador Jorge Viana, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 111, de 2016, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, por meio do qual pede a prestação de informações sobre:

- os contratos, as empresas contratadas, os valores disponibilizados, executados e liberados, bem como os cronogramas de execução das obras da BR-364 e da BR-317, no Acre, notadamente, nos trechos entre Xapuri e Brasiléia, e entre Brasiléia e Epitaciolândia;
- a previsão de recuperação do trecho da BR-364, na divisa entre Acre e Rondônia, cuja trafegabilidade está comprometida devido ao inverno amazônico.
- a previsão para o início de obras da BR-317 no trecho entre Brasiléia e Assis Brasil;

- as empresas atuantes na obra da construção do Anel Viário e da Ponte para evitar o tráfego de veículos pesados por dentro das cidades de Brasiléia e Epiplaciolândia, bem como o valor já disponibilizado, o percentual de execução, o valor pendente de liberação e o cronograma de execução dessas obras;
- a possibilidade de o DNIT ceder trecho de 1km da BR-317, na Avenida Marinho Monte, na cidade de Brasiléia, ao Governo do Estado do Acre para que este recupere a via pública em substituição à Prefeitura Municipal, que firmou convênio com o Ministério das Cidades com este propósito, mas que não realizou as obras, apesar de ter recebido R\$ 800.000 da União.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

De acordo com o art. 215, I, a, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Mesa do Senado Federal deliberar sobre requerimentos visando a obter informações de Ministro de Estado ou de qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República. Nesse sentido, o Requerimento analisado insere-se na competência do Congresso Nacional de acompanhar a atuação do Ministério dos Transportes.

O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimentos de informação.

Vinculado ao Ministério dos Transportes, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) administra os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição das rodovias federais, bem como gerencia suas obras de construção e ampliação.

O RQS nº 111, de 2016 é meritório, pois a recuperação da BR-317 e da BR-364 é importante não apenas para as comunidades locais, mas também para o País, pois o Acre apresenta-se como importante rota de

ligação do mercado brasileiro com a Ásia e oeste das Américas através dos portos do Peru.

Em conclusão, entendemos que o RQS nº 111, de 2016, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

III – VOTO

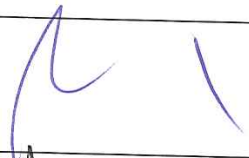
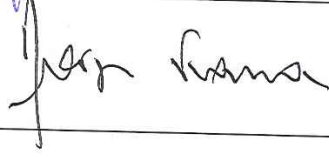
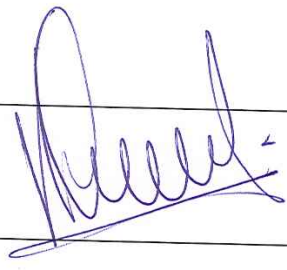
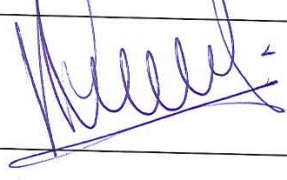
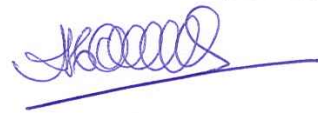
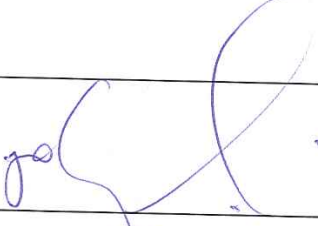

Diante do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO do RQS nº 111, de 2016.**

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL*Patrícia de Oliveira Nóbrega*

PARECER Nº 296, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 120, de 2016, em que o Senador Antonio Carlos Valadares requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações relativas à atuação daquela Pasta sobre a epidemia de dengue, a infecção pelo vírus Zica e a incidência de microcefalia no País.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 120, de 2016, o Senador Antonio Carlos Valadares requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações, relativas à atuação daquela Pasta sobre a epidemia de dengue, a infecção pelo vírus Zica e a incidência de microcefalia no País:

1. Montante de recursos orçamentários federais da Pasta, repassados para estados e municípios, destinados a ações de saneamento voltadas para o controle do *Aedes aegypti*;
2. Situação dos estados e municípios em relação aos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: i) abastecimento de água potável; ii) esgotamento sanitário; iii) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e iv) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
3. Principais dificuldades enfrentadas pelo Ministério da Integração Nacional para implementar medidas de saneamento básico e ambiental, essenciais para o controle do *Aedes aegypti*;
4. Formas de monitoramento e avaliação, adotadas pelo Ministério da Integração Nacional, da situação de infestação pelo *Aedes aegypti* nos centros urbanos do País.

II – ANÁLISE

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido ao exame da Mesa desta Casa o Requerimento nº 120, de 2016, do Senador Antonio Carlos Valadares.

A proposição encontra fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do RISF, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A proposição atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – VOTO

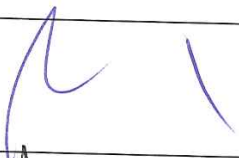
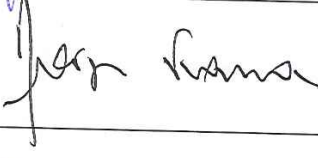
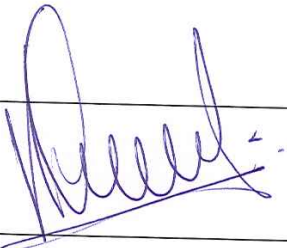
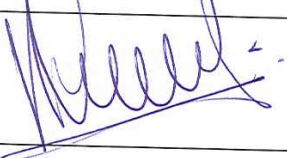
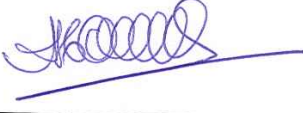
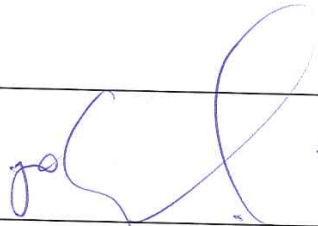

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 120, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL*Patrícia de Oliveira Nóbrega*

PARECER Nº297, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, para instar o Ministro de Estado das Relações Exteriores a prestar informações.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Mesa Diretora o Requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, para instar o Ministro de Estado das Relações Exteriores a prestar informações.

Designado Relator perante a Mesa, estou propondo o deferimento do Requerimento.

O pleito busca instar o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Luiz Iecker Vieira, a apresentar informações relativas à matéria noticiada no periódico O Globo, em sua edição de quarta-feira, 22 de março de 2016, intitulada “ITAMARATY ENVIOU A EMBAIXADAS CIRCULARES COM ALERTA DE ‘GOLPE’”.

A matéria jornalística alega, entre outras informações, ter havido por parte daquele Ministério o envio de telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior, recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de suposto golpe político no país.

II – ANÁLISE

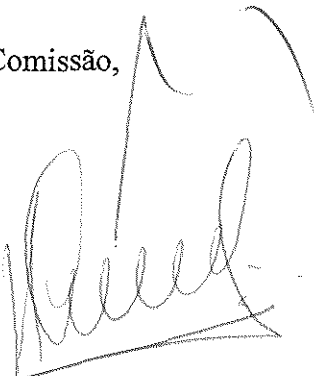

A finalidade do requerimento é esclarecer se realmente teria ocorrido o fato noticiado; quais providências teriam sido tomadas em função disso; e, ainda, se houve envolvimento de outras autoridades (e quais seriam estas) no encaminhamento das supostas mensagens.

Com efeito, o requerimento se reveste dos limites de atuação parlamentar do requerente, sem interferir na atuação do Ministério das Relações Exteriores, sendo premente e imperioso o esclarecimento a respeito do ocorrido.

III – VOTO

Destarte, votamos pela aprovação do Requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati.

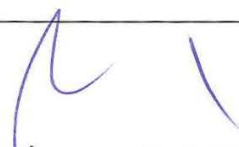
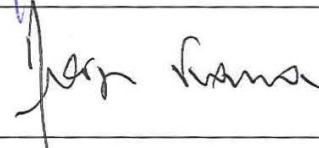

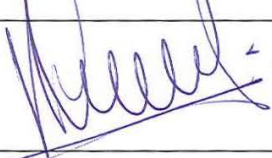
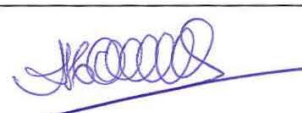
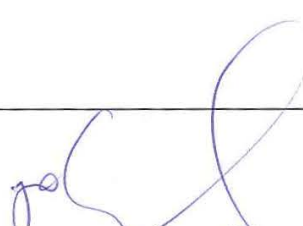

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº298, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 866, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que *requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a estrutura de cargos da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL e outras informações.*

Relator: **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

O Senador Cássio Cunha Lima, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 866, de 2015, dirigido ao Ministro dos Transportes.

Sua Excelência requer esclarecimentos acerca da estrutura de cargos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do custo mensal da folha de pagamentos, da quantidade de cargos ocupados por servidores cedidos, da quantidade de cargos ocupados por pessoas sem vínculo com a administração e os critérios adotados para a escolha de seus ocupantes.

II – ANÁLISE

O art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabelecem condições para a apresentação desses requerimentos.

As referidas normas estabelecem que os requerimentos de informação são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Os itens constantes do requerimento em análise estão de acordo com as determinações regimentais, e têm amparo no poder fiscalizatório constitucional do Congresso Nacional quanto aos atos do Poder Executivo.

III – VOTO

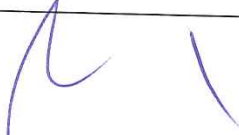
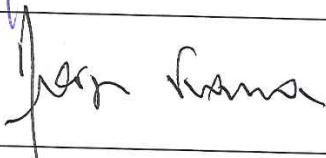
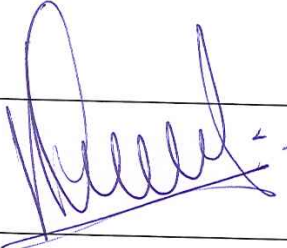
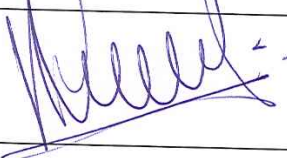
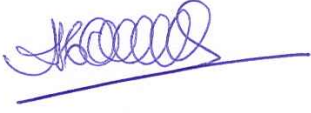
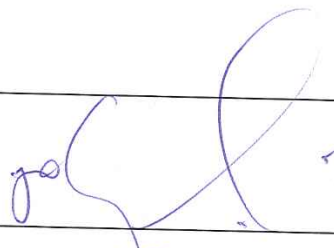

À luz do exposto, voto favoravelmente à **aprovação** do Requerimento nº 866, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº 299, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.125, de 2015, do Senador Delcídio do Amaral, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à previsão orçamentária e a conveniência de aprovação do PLC nº 69, de 2015, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à Mesa do Senado Federal, para apreciação, nos termos regimentais, do Requerimento nº 1.125, de 2015, do Senador Delcídio do Amaral, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à previsão orçamentária e a conveniência de aprovação da PEC nº 69, de 2015, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

A solicitação em tela se encontra fundamentada no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

As informações solicitadas são as seguintes:

1. Com fundamento no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), qual será a estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que a Lei entrar em vigor?

2. Na justificação de apresentação do projeto, a despesa estimada representaria 15,52% do Orçamento de Pessoal consignado ao Tribunal Superior Eleitoral na Lei Orçamentária de 2014, essa previsão se manteve para o Orçamento de 2015, ainda em fase de análise do Congresso Nacional?

3. Com o atual cenário econômico e o inevitável contingenciamento de despesas anunciado pelo Poder Executivo, haverá indicativo de veto para a matéria, caso se conclua o processo de votação no Senado Federal?

4. Qual o impacto que a aprovação desta matéria causará nas metas de ajuste fiscal e no déficit primário?

5. Quais os outros Tribunais que estão pleiteando aumento de cargos efetivos, de cargos em comissão e funções comissionadas em seu Quadro de Pessoal e como a aprovação deste PLC nº 69, de 2015, poderá dinamizar a demanda destas categorias?

Na justificação da iniciativa está posto que o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2015, de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apresentado na Câmara dos Deputados, sob o nº 7.889, de 2014, teve sua tramitação iniciada no Senado em 14 de julho de 2015 e, embora meritório e devidamente embasado tecnicamente, o cenário econômico do País sofreu abalo acentuado, sendo inevitável que se façam ajustes e remanejamento de despesas ante a previsão de contingenciamento iminente.

A justificação prossegue ponderando que, com vistas a subsidiar os Senadores a se pronunciarem seguramente no processo de aprovação da matéria, está-se solicitando as informações elencadas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Mesa decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, *a*, combinado com art. 216, do Regimento Interno, bem como do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos

escritos de informação a Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 215, I, da Carta regimental estatui que dependem de decisão desta Mesa os requerimentos de informação a Ministro de Estado, e o art. 216, I, também do Regimento Interno, preceitua que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, condições também constantes do art. 1º, *caput*, do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Outrossim, o art. 16, I, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (chamada Lei da Responsabilidade Fiscal), referido como fundamento específico para a primeira questão formulada acima, estatui que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

Conforme entendemos, o requerimento em pauta diz respeito à hipótese de esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado (art. 216, I, do RISF c/c art. 1º, *caput*, do Ato da Mesa nº 1, de 2001), no caso, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 69, de 2015, da iniciativa do TSE, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

Ademais, consoante avaliamos, as questões formuladas são questões objetivas e compõem área de atuação da autoridade a quem estão dirigidas.

Todavia, parece-nos que há impedimento no que diz respeito à informação que é objeto da questão nº 3, que indaga se haverá indicativo de veto, para o PLC nº 69, de 2015, por parte do Senhor Ministro da Fazenda, se concluída a votação da matéria nesta Casa.

Ocorre que o inciso II do art. 216 do RISF (também o art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001) veda que requerimento de informação contenha interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Por essa imposição legal, estamos propondo a retirada da questão nº 3 do rol das informações ora solicitadas.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.125, de 2015, com a supressão da questão nº 3.

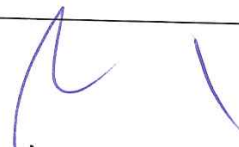
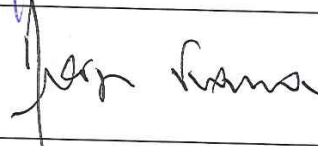

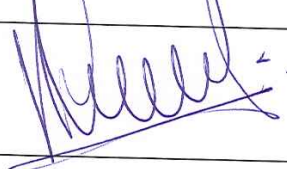
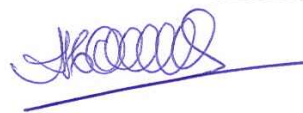
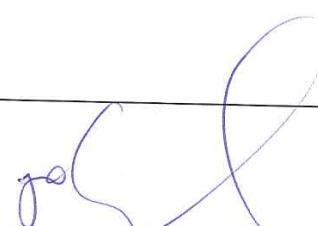

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

23 de março de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 300, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.150, de 2015, do Senador AÉCIO NEVES, que requer, *nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações sobre o Programa Bolsa Família.*

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 1.150, de 2015, que solicita à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Senhora Tereza Campello, informações a respeito do montante mensal de recursos distribuídos pelo Programa Bolsa Família, bem como do número de beneficiários, no período de 2011 a 2015.

Em sua justificação, o autor esclarece ser necessário o acompanhamento detalhado, pelo Congresso, do desempenho do Programa Bolsa Família, seja em razão de sua importância social, seja para evitar que o mesmo seja usado para fins distintos dos seus objetivos.

II – ANÁLISE

A Carta Magna, em seu art. 50, § 2º, atribui à Mesa do Senado Federal a prerrogativa de encaminhar a Ministros de Estado pedidos de informações, o que torna constitucional o RQS nº 1.150, de 2015. E o

Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 215, inciso I, alínea *a*, determina o caráter escrito dos pedidos de informação a ministros de Estado, o que faz regimental o requerimento ora examinado. Ainda, o Requerimento segue os ditames do art. 216 do Risf.

Em suma, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informações, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo e se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, tendo em vista a responsabilidade da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na condução do Programa Bolsa Família.

III – VOTO

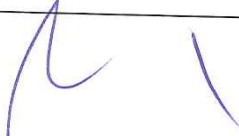
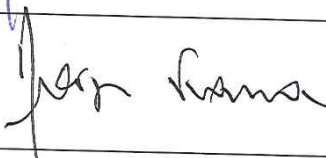

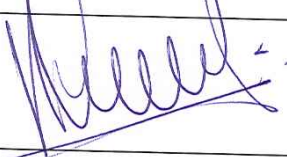
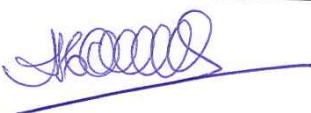
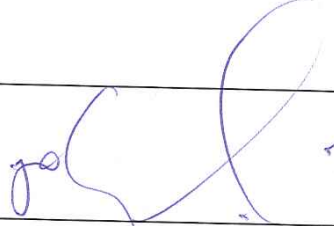

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 1.150, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 301, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.222, de 2015, que visa a obter do Ministro de Estado da Educação esclarecimentos sobre a Nota Técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, com o título: *Dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação*.

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 1.222, de 2015, do Senador Magno Malta, que tem por finalidade o esclarecimento, pelo Ministro de Estado da Educação, de informações da Nota Técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI-MEC), de 1º de setembro de 2015, com o título: *Dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação*.

O autor destaca na justificação da iniciativa que, segundo a Nota Técnica mencionada, há mais de mil grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que têm gênero como eixo de estudo. Assevera não ser contrário aos avanços das pesquisas e estudos, mas entende ser necessário saber quanto o poder público gasta por ano para sustentar e promover estudos sobre gênero e sexualidade. A finalidade é poder comparar o investimento público em tais estudos e em estudos de outras áreas, de modo que a sociedade saiba quais estão sendo as prioridades de gasto em pesquisa.

O requerimento é fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, alínea *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal, atribui ao Congresso Nacional e às suas Casas competência para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da Constituição dispõe, mais objetivamente, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, *importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

Os incisos I e II do art. 216 do Risf admitem requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, desde que não contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf, submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal.

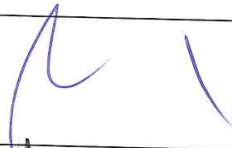
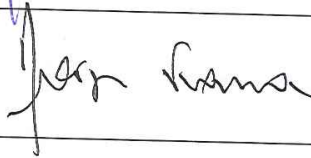
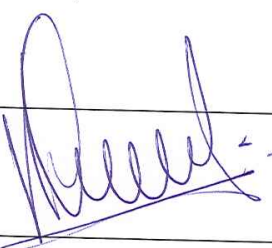
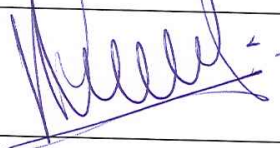
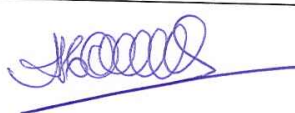
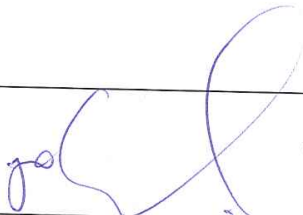

Nesse sentido, a proposição se enquadra nos requisitos constitucionais e regimentais, e atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa. Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Requerimento nº 1.222, de 2015.

Sala das Reuniões,

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº302, DE2016

Da MESA, sobre o Requerimento nº 1.280, de 2015, do Senador Paulo Bauer, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre o rastreamento do câncer de mama.

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Chega à apreciação desta Mesa o Requerimento nº 1.280, de 2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, que, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde a respeito do rastreamento do câncer de mama e, especificamente, da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, editada por esse Ministério, que *altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde*:

1. Qual o fundamento técnico da Portaria nº 1.253, de 2013, no que se refere à priorização de mulheres na faixa etária entre 50 e 69 anos de idade?
2. Qual o efeito prático da Portaria nº 1.253, de 2013, sobre o financiamento das mamografias realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)? Houve alguma alteração no financiamento das mamografias realizadas em pacientes fora da faixa etária recomendada pelo Ministério da Saúde, compreendida entre 50 e 69 anos de idade?
3. Quais estudos embasaram a decisão do Ministério da Saúde de priorizar a realização do rastreamento mamográfico do câncer de mama nas mulheres da faixa etária de 50 a 69 anos de idade, conforme o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253, de 2013?
4. Desde o início da vigência da Portaria nº 1.253, de 2013, já foi possível detectar alguma mudança no perfil etário das pacientes submetidas ao rastreamento mamográfico no âmbito do SUS? A medida surtiu o efeito esperado de aumentar o percentual de mamografias para rastreamento em mulheres com idades entre 50 e 69 anos?

Em sua justificativa, o autor argumenta que a Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde, instituiu financiamento diferenciado para as mamografias realizadas em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos de idade. O Senador proponente entende que essa priorização é equivocada e prejudicará o rastreamento do câncer de mama em mulheres mais jovens, motivo que enseja a busca de informações a respeito do tema.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), os requerimentos de informações de que trata o art. 50, § 2º, da Constituição Federal serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

Além disso, o inciso II do art. 216 do RISF define que requerimentos de informações não poderão conter pedido de providências, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

A nosso ver, o requerimento sob análise atende aos dispositivos do RISF acima citados, bem como aos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

III – VOTO

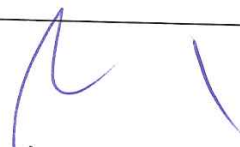
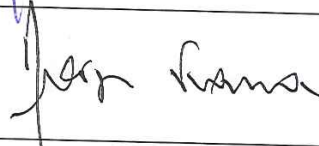
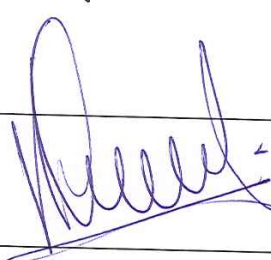
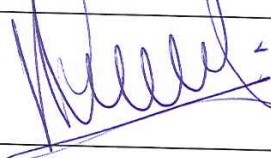
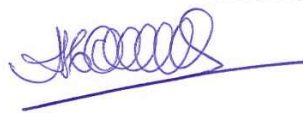
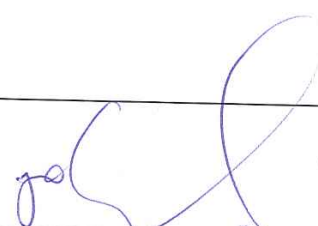

Opinamos, assim, pela **aprovação** do Requerimento nº 1.280, de 2015, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Saúde.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 303, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.282, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, que visa a obter da Ministra do Meio Ambiente informações acerca da aprovação do montante de US\$ 65 milhões por parte do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente em favor da Amazônia brasileira.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.282, de 2015, pelo qual requer sejam solicitadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente, informações acerca da aprovação do montante de US\$ 65 milhões por parte do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) em favor da Amazônia brasileira, bem como sobre a aplicação desses recursos.

As informações solicitadas são:

- 1) Quando o recurso aprovado estará à disposição do Governo Federal?
- 2) Quais estados da federação serão contemplados por essa verba e qual o montante a ser repassado para cada estado?
- 3) Como se dará a distribuição dos valores para os respectivos estados?
- 4) Já existe algum programa ou plano norteador para a aplicação dos recursos em comento?

A autora argumenta que os meios de comunicação divulgaram a disponibilização de US\$ 115 milhões aos países da região amazônica, para utilização em ações de conservação, corte de carbono e gestão sustentável da terra, sendo US\$ 65 milhões apenas para a Amazônia brasileira.

II – ANÁLISE

O requerimento em análise está amparado pelo inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, e fundamenta-se, ainda, na competência constitucional da Mesa do Senado Federal, conferida pelo art. 50, § 2º, da CF.

A proposição tem previsão regimental no art. 215, inciso I, alínea *a*, do RISF e atende aos requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 216, incisos I e II.

O requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.282, de 2015.

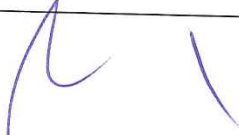
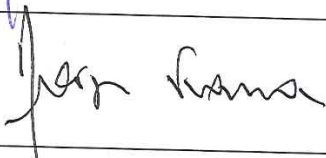
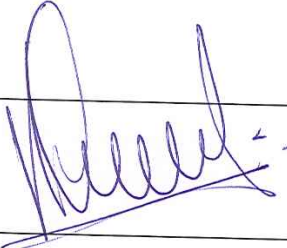
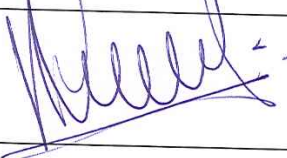
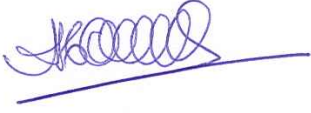
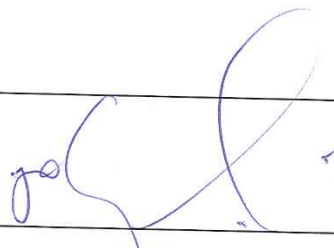

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

23 de março de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº304 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.303, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.*

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.303, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à *Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O presente Requerimento, que visa instruir a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2015, contém os seguintes questionamentos:

a) houve aprovação da renovação da outorga em questão relativa ao decênio 1999–2009 no âmbito do Ministério das Comunicações? Essa renovação foi submetida à apreciação do Congresso Nacional?

b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão relativo ao decênio 1999–2009, apresentado intempestivamente pelo interessado após o vencimento da outorga, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?

Os questionamentos visam a esclarecer inconsistências verificadas no processado em análise na CCT.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, notadamente os que dizem respeito às outorgas de radiodifusão.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento da solicitação ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que o órgão que dirige é responsável pelas outorgas e renovações para exploração dos serviços de radiodifusão.

III – VOTO


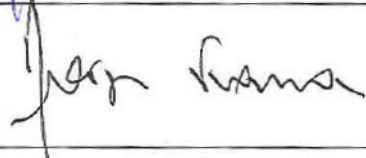

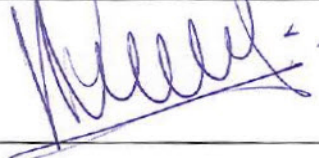
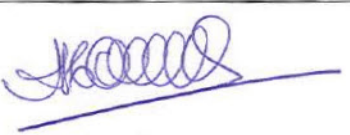
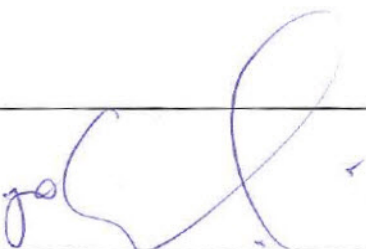
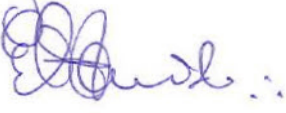
Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.303, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 305, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1321 de 2015, do Senador Jorge Viana, *que requer, com fundamento no art. § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário: “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”, adotada na Cidade do México em 2004 e “Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”, de 2010.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1321 de 2015, do Senador Jorge Viana, por meio do qual solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário:

- “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”, adotada na Cidade do México em 2004; e
- “Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”, de 2010.

O autor justifica que diante do atual cenário internacional, caracterizado por graves crises humanitárias que vêm desencadeando novos fluxos de deslocamentos para o nosso País, oriundos da Síria, Costa do Marfim, Mali, da República Democrática do Congo e outros, é fundamental que resgatemos os documentos internacionais acima referidos, que preconizam

ações a serem levadas a cabo pelo Poder Público com o objetivo de minorar o sofrimento dos refugiados e possibilitar o seu reassentamento sem sacrificar as populações locais.

II – ANÁLISE

Nos termos da alínea *a* do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações a Ministro de Estado ou qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República.

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do RISF reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o pedido é de grande relevância, dada a grave crise humanitária que vem ocorrendo no mundo. O Brasil possui hoje cerca de 8.500 refugiados reconhecidos de várias nacionalidades e os sírios representam a maior parcela desse montante, com quase 2.100. É importante saber que medidas estão sendo tomadas e até que ponto o Brasil vem colocando em prática as iniciativas contempladas pelos atos internacionais de que é signatário.

III – VOTO

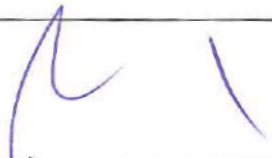
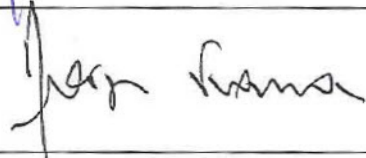

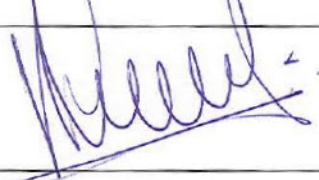
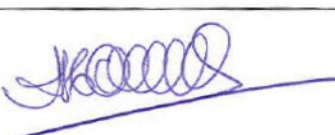
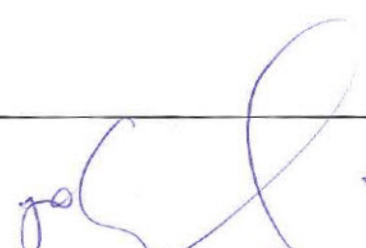

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1321 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 306, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 1.322, de 2015, do Senador Jorge Viana, que requer, *com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário:*

- “*Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina*”, adotada na Cidade do México em 2004; e
- “*Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano*”, de 2010.

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

O Senador JORGE VIANA requer, *com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário:*

- “*Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina*”, adotada na Cidade do México em 2004; e
- “*Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano*”, de 2010.

Na Justificação, o autor afirma que o mundo vive uma crise humanitária e que o Brasil, mais especificamente, o Acre, a partir do final de 2010, passou a receber milhares de refugiados [principalmente haitianos], de modo mais acolhedor que os países europeus.

O autor destaca que a Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, assinada por vinte países da América Latina na Cidade do México, durante a Reunião Comemorativa do Vigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados, realizada em 15 e 16 de novembro de 2004, estabeleceu uma série de medidas para identificar soluções duradouras e inovadoras para os refugiados que vivem na região, tais como o Programa de Autossuficiência e Integração “Cidades Solidárias”, o Programa Integral “Fronteiras Solidárias” e o Programa Regional de “Reassentamento Solidário”.

O autor também recorda que, posteriormente, em 11 de novembro de 2010, os governos de dezoito países latino-americanos adotaram a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano, cujos objetivos eram revitalizar os programas do Plano de Ação do México, fomentar o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas na região no marco da Declaração e Plano de Ação do México e recomendar a aplicação do Plano de Ação do México com um enfoque regional.

O autor conclui argumentando que, em face de novos fluxos migratórios para o nosso País, oriundos da Síria, Costa do Marfim, Mali, República Democrática do Congo e outros, é adequado saber até que ponto o Brasil vem colocando em prática as iniciativas previstas nas duas Declarações, para atenuar o sofrimento dos refugiados e promover seu reassentamento sem prejuízo das populações locais.

II – ANÁLISE

O requerimento de informações a Ministro de Estado tem previsão expressa no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 215, I, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), depende de decisão da Mesa.

O presente requerimento é compatível com os requisitos contidos nos incisos I e II do art. 216 do RISF e no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, pois trata de assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem se dirige, e não se refere a mais de um Ministério.

No mérito, é, de fato, importante para o Senado Federal, do ponto de vista humanitário e social, conhecer as medidas que o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça, vem tomando no sentido de concretizar as disposições da Declaração e Plano de Ação do México e da Declaração de Brasília, até porque nosso País teve um crescimento de mais de 2.000% no número de pedidos de refúgio entre 2010 e 2014; recebeu mais de dois mil refugiados sírios desde 2011; e possui, atualmente, mais de oito mil refugiados reconhecidos, de mais de oitenta nacionalidades.

III – VOTO

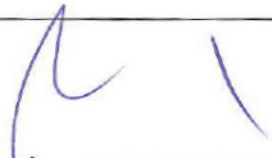
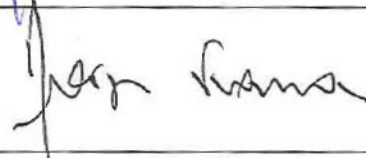
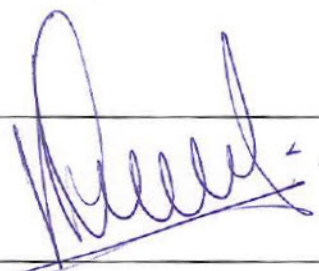
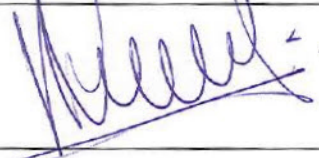
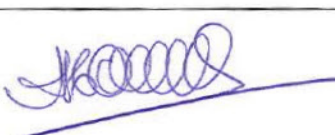
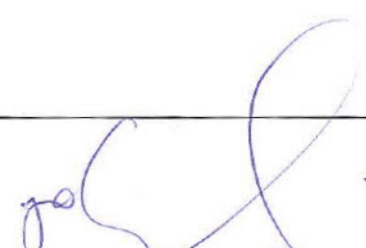

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento (RQS) nº 1.322, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 307 , DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 1.346, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, que *requer, com base nos art. 49, inciso X, e art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno, do Senado Federal, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito de barragens de rejeitos cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como, da fiscalização, do risco de rompimento e dos planos de contingência.*

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

O Senador Ronaldo Caiado, com fundamento *nos art. 49, inciso X, e art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno, do Senado Federal, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001*, requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito de barragens de rejeitos cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como, da fiscalização, do risco de rompimento e dos planos de contingência.

O Senador está chocado e indignado com a tragédia que destruiu o distrito de Bento Rodrigues e comprometeu gravemente o Rio Doce. Naturalmente, quer que seja feito o possível para evitar a repetição de desastres como esse. Por essa razão, quer saber em que medida o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) vem conseguindo cadastrar todas as barragens de rejeitos no País e fiscalizá-las

adequadamente. Pergunta, em particular, sobre o risco de rompimento de outras barragens cadastradas por esse Departamento e a existência de planos de contingência, em caso de rompimento. Indaga também se o DNPM utilizou integralmente os recursos reservados para fiscalização nos orçamentos de 2014 e 2015.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF), no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Esse papel fiscalizador é ainda reforçado pelo disposto no art. 70 da CF. Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a atuação do Ministério de Minas e Energia, por intermédio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O Brasil já tem uma legislação, aparentemente abrangente e completa, que cuida de estabelecer uma Política Nacional de Segurança de Barragens. Trata-se da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que, além de estabelecer uma política nacional, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e tem objetivos ambiciosos no que diz respeito a padrões de segurança de barragens, regulamentação das ações de segurança e monitoramento e acompanhamento das ações de segurança.

A lei prevê o cadastramento das barragens, a regulamentação das ações de segurança, a atribuição de responsabilidades de fiscalização e até Plano de Ação de Emergência. A lei foi promulgada há mais de 5 anos e é imprescindível saber se a legislação está sendo implementada adequadamente e, caso contrário, quais os obstáculos surgidos.

O desastre ocorrido em Mariana é gravíssimo, mas, infelizmente, não é um evento isolado. Somente na última década, ocorreram pelos menos outros seis grandes rompimentos. O Congresso Nacional

precisa saber se a legislação está sendo cumprida e quais os desafios enfrentados pelos órgãos que são responsáveis pelo cadastro, monitoramento e fiscalização das barragens.

Do exposto, concluímos que o Requerimento encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

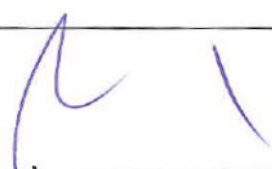
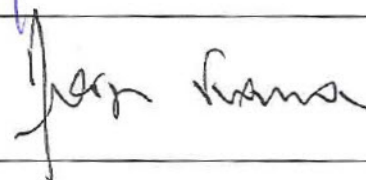
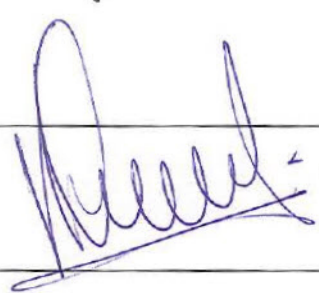

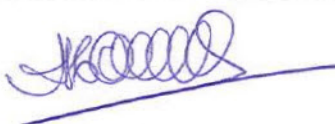
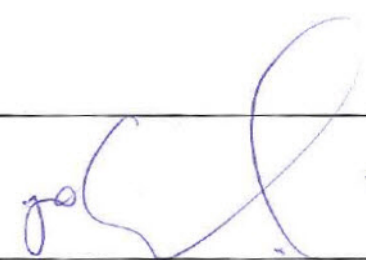
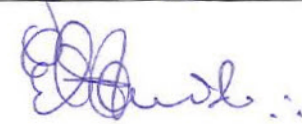
Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.346, de 2015

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 308, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1347 de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre o processo PA 08700.004633/2015-04, junto ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE, que investiga suposto cartel na manipulação de taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras, assim como os índices de referência de mercado de câmbio, como o PTAX do Banco Central do Brasil.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1347 de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, por meio do qual solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o processo PA 08700.004633/2015-04, junto ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, que investiga suposto cartel na manipulação de taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras, assim como os índices de referência de mercado de câmbio, como o PTAX do Banco Central do Brasil. Além disso, solicita cópias do parecer do CADE sobre o caso, da denúncia do participante do suposto cartel no acordo de leniência, assim como de outras informações relevantes do processo.

O autor justifica que em 02/07/2015 foi aberto processo administrativo para investigar o suposto cartel e que a investigação teve início a partir de acordo de leniência celebrado entre a Superintendência-Geral do CADE e o Ministério Público Federal.

Segundo o Senador, o parecer aponta que existem fortes indícios de práticas anticompetitivas de fixação de preços e condições comerciais entre as instituições financeiras concorrentes. Segundo as evidências, os representados teriam feito um cartel para fixar níveis de preços (spread

cambial); coordenar compra e venda de moedas e propostas de preços para clientes; além de dificultar e/ou impedir a atuação de outros operadores no mercado de câmbio envolvendo a moeda brasileira.

As instituições financeiras acusadas também teriam se coordenado para influenciar índices de referência dos mercados cambiais, por meio do alinhamento de suas compras e vendas de moeda.

Além disso, foram encontrados indícios de práticas anticompetitivas de compartilhamento de informações comercialmente sensíveis sobre o mercado de câmbio.

II – ANÁLISE

Nos termos da alínea *a* do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações a Ministro de Estado ou qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República.

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do RISF reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação. É de grande importância para o Senado, cumprindo sua função fiscalizadora, acompanhar e verificar o andamento deste processo administrativo, haja vista que as supostas condutas, se comprovadas, podem comprometer a concorrência nesse mercado,

prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes em suas operações de câmbio, de forma a aumentar os lucros das empresas representadas, além de distorcer os índices de referência do mercado de câmbio.

III – VOTO

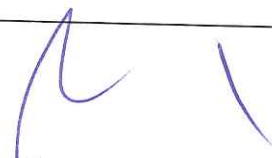
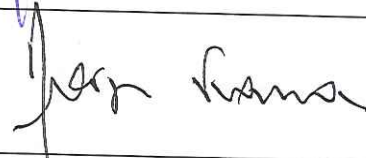
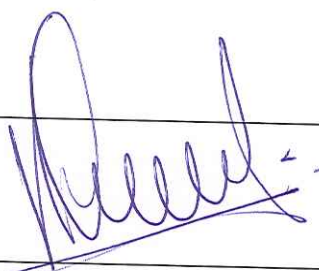
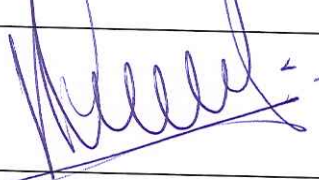
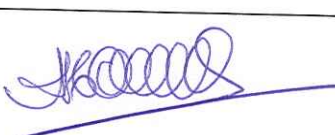
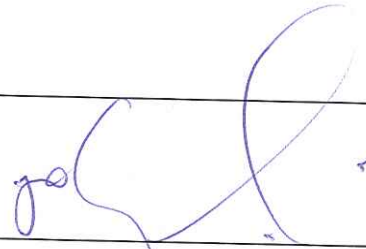

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1347 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECERNº309,DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 1.356, de 2015, da Senadora LÍDICE DA MATA, que *requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o Acórdão nº 3.493, de 2014 - TCU - Plenário, e das providências adotadas nas Tomadas de Contas 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

A Senadora LÍDICE DA MATA, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento (RQS) nº 1.356, de 2015, por meio do qual solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações acerca do Acórdão nº 3.493, de 2014 - TCU – Plenário e das providências adotadas nas Tomadas de Contas 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3, no que tange aos seguintes aspectos:

- 1) comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, abordando questões fundiárias e socioambientais;
- 2) possibilidade de comprometimento da continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica; e
- 3) comprometimento da modicidade tarifária.

Na justificativa, a autora relata que o Tribunal de Contas da União (TCU) “constatou vários atrasos na ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da Região Nordeste” e que “o surgimento de questões fundiárias e socioambientais deveria ter sido previsto no planejamento das obras de expansão da transmissão, tendo em vista a natureza da região em que a obra se desdobrará”. Em razão disso, assevera que é necessário identificar “as ações tomadas no processo TC-019.948/2014-0 relacionados a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão n.º 003/2012-Aneel”.

II – ANÁLISE

A CRFB, no seu art. 49, inciso X, estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização e o controle, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos aqueles da administração indireta. Ademais, no art. 50, § 2º, a CRFB prevê que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O art. 215, I, “a”, do RISF estabelece que o requerimento de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República depende de decisão da Mesa.

Já o RISF, art. 216, determina as normas as quais os requerimentos estão sujeitos. *In verbis*:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferidos, irão ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por fim, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, disciplina a tramitação de requerimento de informação no âmbito do Senado Federal.

Constata-se que o Requerimento em análise obedece à legislação mencionada, pois: é dirigido a Ministro de Estado, é precedido de decisão da Mesa, é destinado a esclarecer assunto submetido à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e solicita informações relacionadas com o assunto que se procura esclarecer.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do RQS nº 1.356, de 2015.

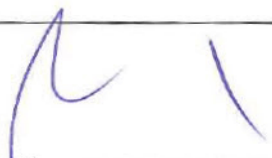
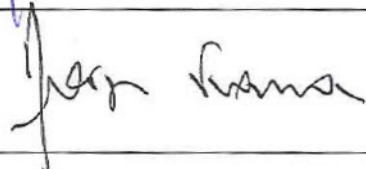
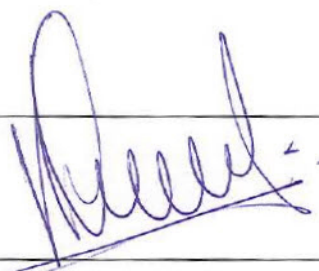
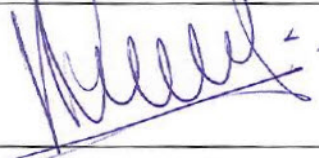
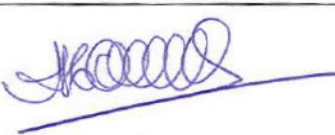
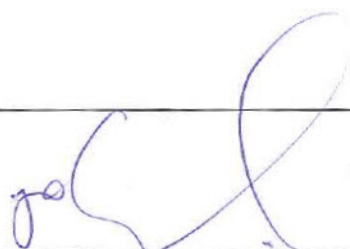

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

23 de março de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 310, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.363, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, *nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário da RÁDIO TÉCNICA DE ATIBAIA LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Atibaia, Estado do São Paulo, de que trata o Ofício “S” nº 35, de 2015.*

Relator: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.363, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta do controle societário da RÁDIO TÉCNICA DE ATIBAIA LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Atibaia, Estado do São Paulo:

I – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Registre-se que a referida transferência societária foi autorizada pelo Poder Executivo e comunicada ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

No Senado Federal, a matéria é objeto do Ofício “S” nº 35, de 2015.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, notadamente os que dizem respeito à aferição do cumprimento do mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento deste pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que compete ao respectivo órgão instruir os pedidos de transferência de concessão do serviço de radiodifusão.

Saliente-se, ademais, que o presente requerimento alinha-se com o Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT, segundo o qual os Ofícios “S”

devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

III – VOTO

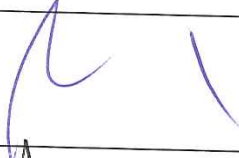
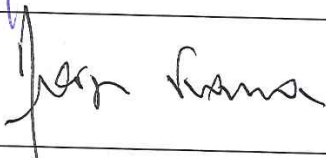
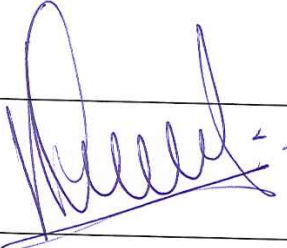
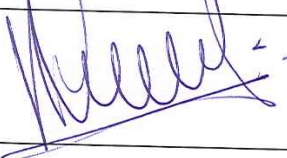
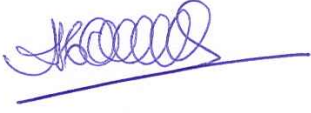
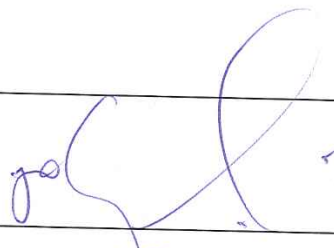

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.363, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº 311, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.366, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam *solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário da **Multisom Rádio Cataguases Ltda.**, no município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, de que trata o Ofício “S” nº 40, de 2015.*

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.366, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Multisom Rádio Cataguases Ltda.*, concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, de que trata o Ofício “S” nº 40, de 2015.

O requerimento solicita as seguintes informações:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II- comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

II – ANÁLISE

O requerimento em análise vem à apreciação e decisão deste Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf, segundo o qual o encaminhamento de requerimentos de informação a Ministro de Estado depende de decisão da Mesa do Senado.

O requerimento atende aos requisitos constitucionais, particularmente aqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Magna, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Ademais, apresenta-se como instrumento para concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, seja diretamente, seja por qualquer de suas Casas, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Constituição.

Complementarmente, a iniciativa está em conformidade com as disposições com os arts. 215 e 216, I, do Risf e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos nesta Casa. O requerimento sob exame satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado ato, uma vez que: i) é dirigido a Ministro de Estado; ii) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; iii) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e iv) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que é da competência dessa Pasta a comunicação ao Congresso Nacional de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão e que o Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), estabelece as informações mínimas que devem constar nos Avisos Ministeriais que tratam dessa matéria.

III – VOTO


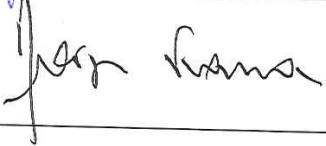
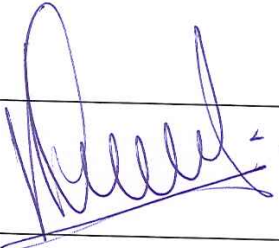
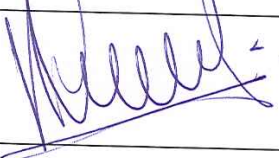
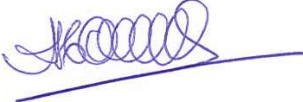
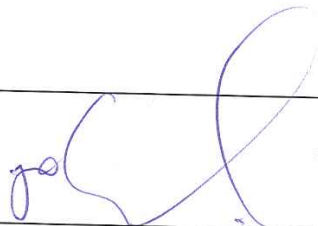

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.366, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 312, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.367, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam *solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário da **Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda.**, no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, de que trata o Ofício “S” nº 41, de 2015.*

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.367, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda.*, concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, de que trata o Ofício “S” nº 41, de 2015.

O requerimento solicita as seguintes informações:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

II – ANÁLISE

O requerimento em análise vem à apreciação e decisão deste Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf, segundo o qual o encaminhamento de requerimentos de informação a Ministro de Estado depende de decisão da Mesa do Senado.

O requerimento atende aos requisitos constitucionais, particularmente aqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Magna, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Ademais, apresenta-se como instrumento para concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, seja diretamente, seja por qualquer de suas Casas, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Constituição.

Complementarmente, a iniciativa está em conformidade com as disposições dos arts. 215 e 216, I, do Risf e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos nesta Casa. O requerimento sob exame satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado ato, uma vez que: i) é dirigido a Ministro de Estado; ii) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; iii) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e iv) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que é da competência dessa Pasta a comunicação ao Congresso Nacional de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão e que o Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), estabelece as informações mínimas que devem constar nos Avisos Ministeriais que tratam dessa matéria.

III – VOTO

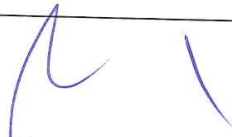
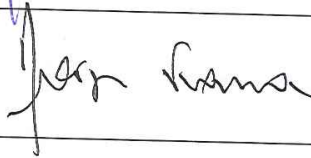
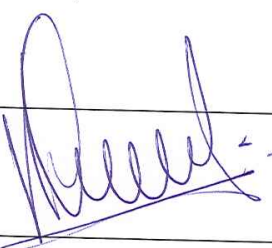
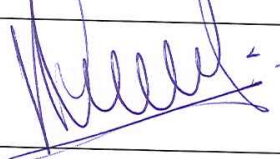
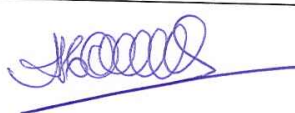
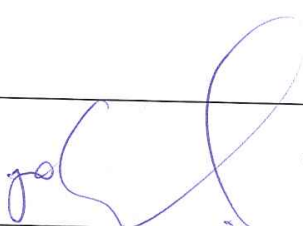
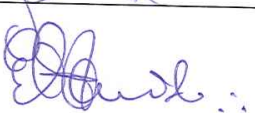
Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.367, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 313, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1390 de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações cópia integral do processo que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo (PDS 119/2015).*

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1390 de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por meio do qual ela solicita o envio de cópia integral do processo que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Auriflama – SP.

No parecer aprovado na Comissão, o relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 119 de 2015, Senador Aloysio Nunes Ferreira, expõe que o processo encaminhado ao Senado Federal está incompleto. Relata que o único volume do processado contém apenas a documentação inicial apresentada pela entidade interessada, não havendo nos autos, entre outros documentos essenciais, a análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações, a documentação atestando a idoneidade moral dos diretores da entidade ou os pareceres da Advocacia-Geral da União.

II – ANÁLISE

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação. Uma vez que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 119 de 2015 evidenciou que o processo encontra-se incompleto, não estando presentes documentos essenciais à sua avaliação, justifica-se a relevância do requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações para embasar qualquer posicionamento do Senado Federal sobre o processo que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Auriflama-SP, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 45, de 18 de fevereiro de 2013.

III – VOTO

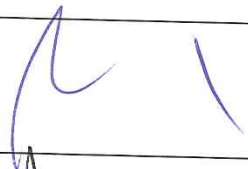
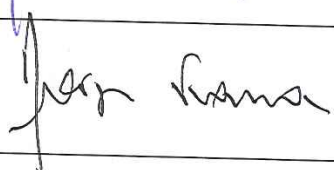
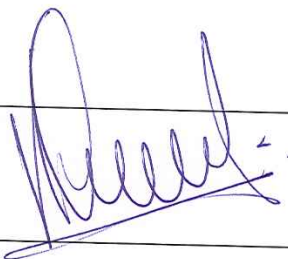
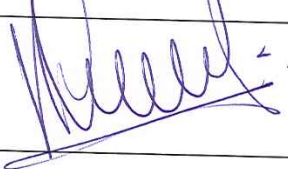
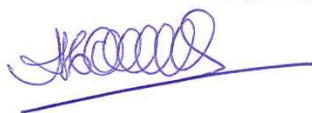
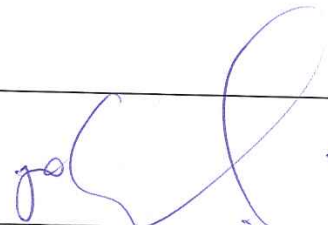

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1390 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 314, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.391, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, *nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 37, de 2014.*

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.391, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta do controle societário da **Televisão Anhanguera S.A.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação

no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Registre-se que a referida transferência societária foi autorizada pelo Poder Executivo e comunicada ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

No Senado Federal, a matéria é objeto do Ofício “S” nº 37, de 2014.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, notadamente os que dizem respeito à aferição do cumprimento do mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a

tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento deste pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que compete ao respectivo órgão instruir os pedidos de transferência de concessão do serviço de radiodifusão.

Saliente-se, ademais, que o presente requerimento alinha-se com o Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT, segundo o qual os Ofícios “S” devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

III – VOTO

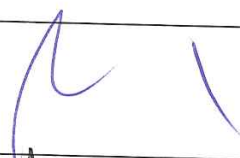
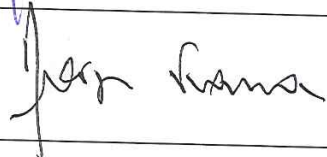

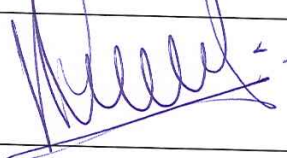
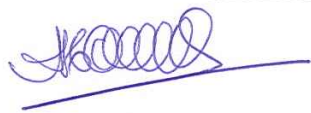
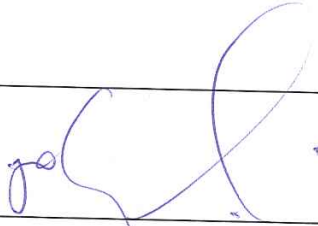

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.391, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 315, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.392, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, *nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 44, de 2014.*

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.392, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta do controle societário da **TV Subaé Ltda.**, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Feira de Santana, Estado da Bahia:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica

que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Registre-se que a referida transferência societária foi autorizada pelo Poder Executivo e comunicada ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

No Senado Federal, a matéria é objeto do Ofício “S” nº 44, de 2014.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, notadamente os que dizem respeito à aferição do cumprimento do mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento deste pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que compete ao respectivo órgão instruir os pedidos de transferência de concessão do serviço de radiodifusão.

Saliente-se, ademais, que o presente requerimento alinha-se com o Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT, segundo o qual os Ofícios “S” devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

III – VOTO

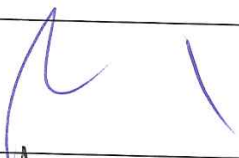
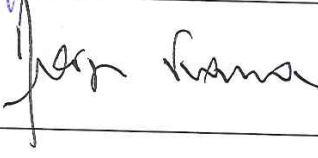
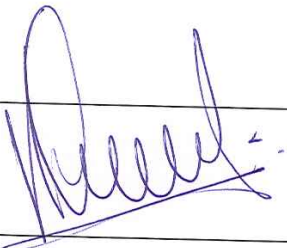
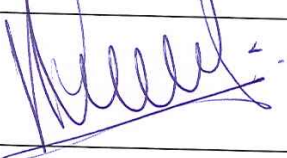
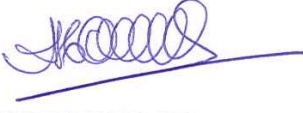
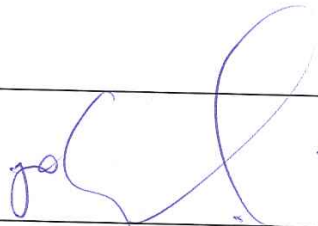

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.392, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL*Patrícia de Oliveira Nóbrega*

PARECER Nº 316, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.393, de 2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, *nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 49, de 2015.*

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 1.393, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e no Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta do controle societário da SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Manaus, Estado do Amazonas:

I – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Registre-se que a referida transferência societária foi autorizada pelo Poder Executivo e comunicada ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

No Senado Federal, a matéria é objeto do Ofício “S” nº 49, de 2015.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, notadamente os que dizem respeito à aferição do cumprimento do mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento deste pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que compete ao respectivo órgão instruir os pedidos de transferência de concessão do serviço de radiodifusão.

Saliente-se, ademais, que o presente requerimento alinha-se com o Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT, segundo o qual os Ofícios “S” devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

III – VOTO

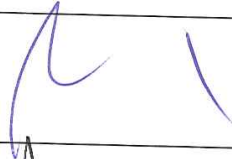
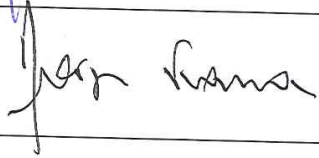
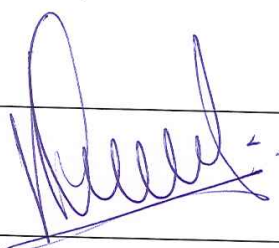
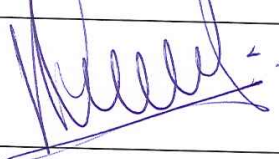
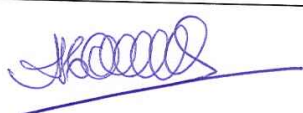
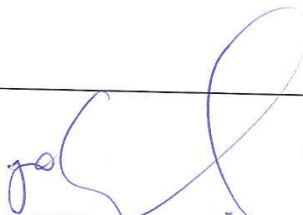

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.393, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 317, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 1.397, de 2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores relativas ao contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas, ao Japão e ao Vietnã.*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O eminente Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, com base no art. 50, § 2º, da Carta Magna, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a viagem realizada por Sua Excelência a Senhora Presidente da República a Paris, e das visitas programadas, mas recentemente canceladas, ao Japão e ao Vietnã.

O Requerimento justifica-se pela prerrogativa de controle externo que o Poder Legislativo tem sobre os atos do Poder Executivo. Nesse sentido, Sua Excelência assinala que “o motivo alegado para o cancelamento das duas viagens foi a falta de recursos”, mas que “esse cálculo desconsidera o custo de oportunidade de cancelar a viagem a países com os quais o Brasil mantém laços políticos e comerciais promissores”. Observa, ainda, que “são desconhecidos os montantes efetivamente economizados com a não realização da visita, uma vez que essas despesas são mantidas em segredo”. Assim, as informações requeridas são:

1. Cópia dos expedientes telegráficos relativos a gastos programados e realizados no contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas, ao Japão e ao Vietnã.
2. Cópia dos expedientes telegráficos entre o Itamaraty e as Embaixadas em Tóquio e Hanói referentes à preparação da viagem da Presidente da República ao Japão e ao Vietnã, inclusive relativos aos resultados esperados e à reação das autoridades locais ao cancelamento da visita.
3. Cópia das eventuais instruções enviadas aos chefes de missão diplomática e consulares referentes à reclassificação para secreto e reservado de expedientes e documentos relacionados com visitas da presidente realizadas a partir de 1º de janeiro de 2011.
4. Justificativa para a expedição dessas instruções e cópia de eventual parecer jurídico do MRE que tenha embasado o envio das referidas instruções.
5. Volume de gastos realizados antecipadamente na preparação dessas viagens e gastos que poderão ser recuperados com o cancelamento das viagens.

No que concerne à justificativa de que essas despesas teriam caráter sigiloso, o Senador Aloysio Nunes observa que:

“Ocultar os custos das viagens presidenciais nada tem a ver com a proteção da presidente – ainda mais falando-se de viagens já realizadas. A menos que nós estejamos falando de outros tipos de proteção. A presidente Dilma Rousseff pode cancelar todas as viagens internacionais que quiser, mas o povo do Brasil tem, pelo menos, o direito de saber o quanto isso lhe está custando.”

Por último, vale assinalar que Sua Excelência destaca a importância estratégica e política do Japão e do Vietnã e que esses países já sofreram desfeitas por parte da Chefe do Executivo, causando

constrangimentos para as relações entre o Brasil e as duas nações asiáticas. Isso, certamente, prejudica a imagem do País perante seus pares.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

Ainda que haja informações de caráter sigiloso, essas não podem ser negadas aos membros do Parlamento, legitimamente constituídos para representar os interesses do titular máximo do poder em uma democracia, o povo. Quaisquer dados sigilosos devem ser fornecidos sob a forma de transferência de sigilo ao Parlamento.

III – VOTO

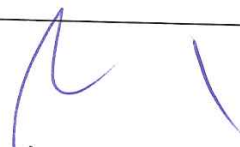
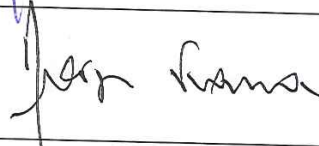
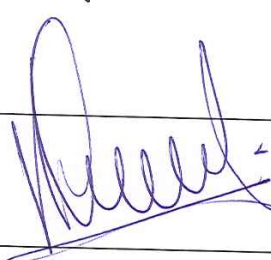
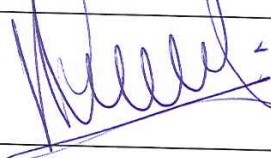
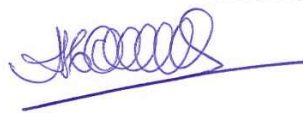
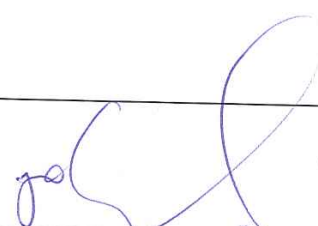

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.397, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 318 DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1405 de 2015, do Senador Gladson Cameli, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, informações sobre as obras na BR - 319, nos termos que especifica.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1405 de 2015, do Senador Gladson Cameli, por meio do qual ele solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro dos Transportes sobre as obras na rodovia BR-319.

Em resumo, o autor solicita informações sobre a trafegabilidade da rodovia, a existência de previsão orçamentária para a conclusão da obra, o cronograma de execução e a existência de licença ambiental.

Na justificação, o autor do Requerimento esclarece que o atraso na conclusão das obras na rodovia BR-319 tem provocado dificuldades de escoamento da produção na região, uma vez que é a única ligação entre Manaus/AM e Boa Vista/RR a Porto Velho/RO e ao restante do Brasil.

II – ANÁLISE

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação. A BR-319 é uma rodovia federal que liga Manaus (AM) e Boa Vista (RR) a Porto Velho (RO) e é o único acesso terrestre ao restante do país. No mês de outubro/2015, o Ibama embargou obras do DNIT no trecho entre os quilômetros 250 e 655,7 por irregularidades na execução das obras. Conforme o Ibama, a decisão foi baseada em relatório concluído em agosto, que apontou a execução de obras sem licença ambiental adequada, além de outras irregularidades. Tendo em vista a importância da BR-319 para toda a Região Norte, é pertinente solicitar esclarecimentos sobre a trafegabilidade da rodovia, a existência de previsão orçamentária para a conclusão da obra, o cronograma de execução e a existência de licença ambiental.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1405 de 2015.

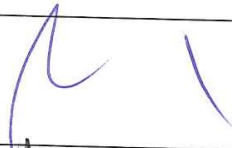
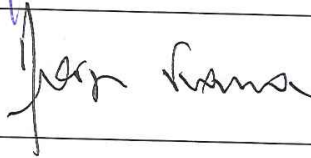
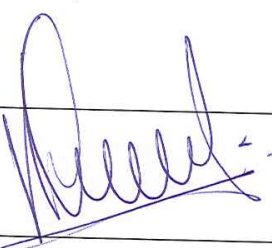
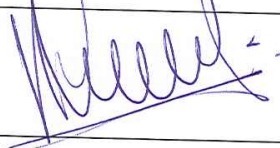
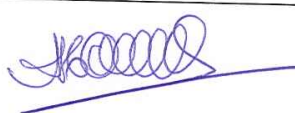
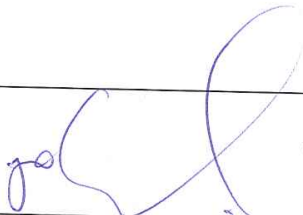

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

23 de março de 2016, às 11:00h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 319, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1423 de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1423 de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por meio do qual solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, Sr. Miguel Soldatelli Rossetto, sobre a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Em resumo, a Comissão solicita informações sobre quantos focos com trabalho de crianças ou adolescentes, desde 1995, foram encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho, a cada ano, em suas ações de combate ao trabalho escravo; o percentual de tais focos, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho escravo; quantas foram as diligências, em cada ano, desde 2003, que encontraram focos de trabalho dentre as piores formas de trabalho infanto-juvenil e qual o percentual, ano a ano, dentro do total de focos que exploram trabalho infanto-juvenil; se o próximo cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo incluirá os que exploram mão de obra infanto-juvenil; quais metas do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foram ou não alcançadas em 2015 e qual a razão para não alcançá-las; se há déficit de auditores-fiscais do trabalho no Brasil e o que motiva a demora no lançamento de novo concurso para a carreira.

No parecer aprovado na Comissão, a relatora *ad hoc* do Ofício “S” nº 16 de 2015, Senadora Fátima Bezerra, destaca alguns aspectos relevantes do

relatório da CPI do Trabalho Escravo realizada na Câmara dos Deputados. Informa que, ao contrário do que acontecia em outros tempos, o trabalho de crianças e adolescentes, hoje, dá-se em situações invisíveis ou não-alcançáveis pelas políticas assistenciais, como o trabalho doméstico, atividades ilícitas como tráfico de drogas e prostituição, atividades artísticas, desporto de alto rendimento e agricultura familiar.

O documento traça um histórico do combate ao trabalho infantil e mostra que, após aderir ao Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, houve uma redução de aproximadamente 60% na quantidade de crianças e adolescentes trabalhadores. Em que pese tal avanço, o relatório ressalta que certos tipos de trabalho infantil não têm sofrido retração, como no trabalho doméstico, no tráfico de drogas e na prostituição.

II – ANÁLISE

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação. Uma das conclusões do relatório da Senadora Fátima Bezerra solicita que os projetos de lei mencionados no relatório da CPI sejam encaminhados à Comissão para que, em conjunto com as informações recebidas, possa emitir parecer sobre o Ofício “S” nº 16 de 2015. Por isso, o recebimento dessas informações é extremamente relevante para embasar qualquer posicionamento da Comissão, dado os

esforços parlamentares na identificação e combate a todas as formas de exploração do trabalho infanto-juvenil.

III – VOTO

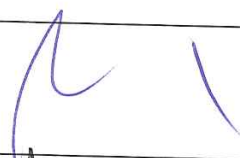
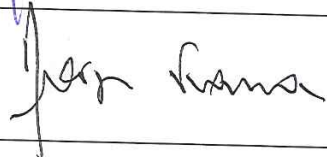
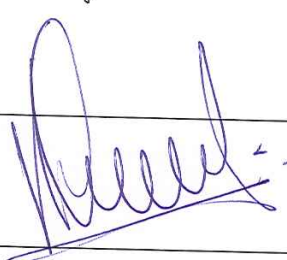
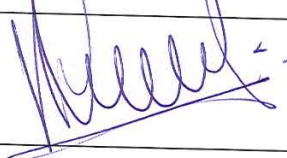
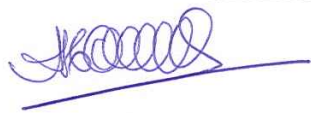
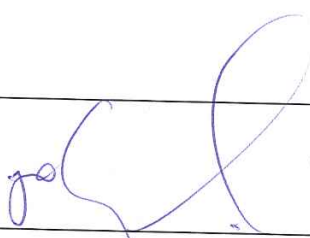

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.423 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL

Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 320 DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1429 de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Srº Ministro de Estado da Educação acerca de supostas irregularidades em processo licitatório no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.*

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1429 de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por meio do qual solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro de Estado da Educação sobre supostas irregularidades em processo licitatório no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado veiculadas na edição de 15/11/2015 do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

Em resumo, a Comissão solicita a relação individualizada, por escola, dos equipamentos cuja demanda deu origem ao procedimento licitatório objeto da denúncia; o levantamento de preços realizado pela Comissão de Licitação responsável pela instrução do procedimento licitatório em questão e pela elaboração do edital do certame; a ata de resultado do certame licitatório, onde constem os preços de todos os itens cotados pelas vencedoras CONLABOR e LABMEC; e as providências adotadas pelo Ministério da Educação com vistas à apuração de eventuais irregularidades no certame.

Na justificação, a Comissão esclarece que dada a gravidade da denúncia veiculada em reportagem do Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, levada ao ar na edição de 15 de novembro último, que apontam indícios de superfaturamento em pregão eletrônico realizado pelo Ministério da Educação para aquisição de equipamentos a serem usados nas escolas técnicas beneficiárias, é urgente a necessidade de apuração e esclarecimento dos fatos relatados.

II – ANÁLISE

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar,

diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações. Além disso, o art. 217 enuncia que o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação. É imperioso para o Senado, cumprindo sua função fiscalizadora, obter elementos para apuração e esclarecimento dos fatos relatados. Os indícios de superfaturamento em pregão para aquisição de equipamentos a serem usados nas escolas técnicas beneficiárias comprometem a gestão do Programa Brasil Profissionalizado. Se confirmada a veracidade da denúncia, fica evidente a afronta aos princípios da eficiência, economicidade e da efetividade, que devem orientar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

III – VOTO

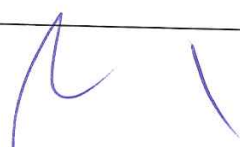
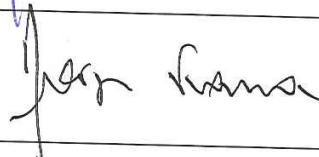
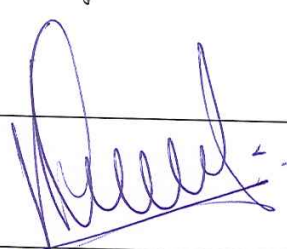
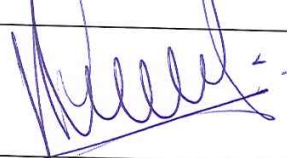
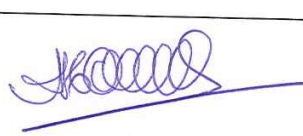
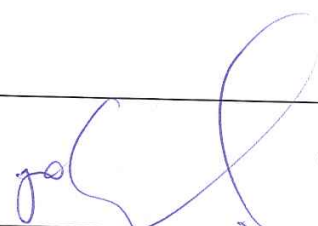
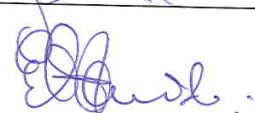
Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1429 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº 321, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.446, de 2015, do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, que solicita informações ao Ministro da Educação sobre indicadores das regiões e municípios que têm maior deficiência no setor educacional e as razões dos respectivos desempenhos deficientes no setor.

RELATOR: Senador ELMANO FÉRRER

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador Fernando Bezerra Coelho apresentou o Requerimento nº 1.446, de 2015, em que dirige perguntas ao Ministro da Educação sobre indicadores das regiões e municípios que têm maior deficiência no setor educacional e sobre quais fatores são identificados como condicionantes dos desempenhos desse setor nas localidades mencionadas.

Em sua justificação, o autor faz referência às deficiências educacionais do País e lembra nossa posição insatisfatória nesse campo, em perspectiva internacional. Argumenta, ainda, que os dados solicitados visam permitir a elaboração de propostas legislativas para o aprimoramento da educação no Brasil.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição foi enviada para deliberação desta Mesa.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF, que regulamenta, no âmbito desta Casa, os requerimentos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, determina que tais pedidos são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Estipula, ademais, que eles não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigir.

A obtenção de dados oficiais geograficamente discriminados sobre as deficiências educacionais brasileiras, bem como de informações sobre as razões dos respectivos desempenhos, permite que se adquira uma visão mais apurada do setor e, por conseguinte, da adequação das políticas públicas pertinentes. Trata-se de passo essencial para que o legislador possa exercer suas funções de forma mais dinâmica e apropriada.

A obtenção dos dados requeridos constitui, sem dúvida, prerrogativa do Parlamentar, e os termos de seu requerimento obedecem aos pressupostos de admissibilidade prescritos nas normas regimentais.

III – VOTO


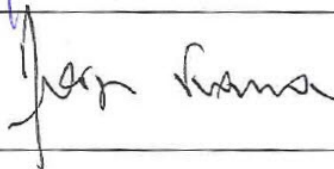

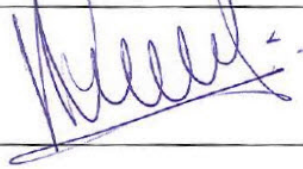
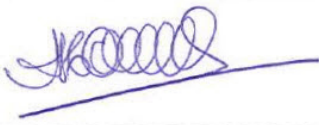
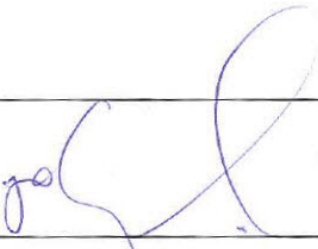

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.446, de 2015.

Sala da Mesa do Senado Federal,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 322, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.447, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre indicadores das regiões e dos municípios que têm maior deficiência de atendimento de saúde.

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Fernando Bezerra Coelho solicita, ao Ministro de Estado da Saúde, informações porventura existentes sobre os indicadores das regiões e municípios que têm maior deficiência de atendimento de saúde, questionando-o também sobre quais são as razões e os fatores identificados como condicionantes dos desempenhos dos serviços de saúde nas localidades mencionadas.

Na justificação do requerimento, o Senador menciona que, a despeito de o Sistema Único de Saúde (SUS) estar previsto no art. 198 da Constituição Federal, ancorado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade dos serviços e das ações de saúde, é notória a insatisfação da população com o Sistema, em virtude da crônica indisponibilidade de serviços e da espera exorbitante pelo atendimento oferecido.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, dá ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; em seu art. 50, § 2º, confere à Mesa do Senado Federal a

competência de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 216, inciso I, especifica que esses pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa. Consideramos que o requerimento em pauta cuida de assunto atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo e que, ademais, as informações solicitadas não têm caráter sigiloso, sendo sua divulgação compatível com o princípio da publicidade que rege a administração pública.

O inciso II do art. 216 do RISF enumera as únicas razões para esta Mesa indeferir um requerimento de informações: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Entendemos que o requerimento ora analisado não incorre em qualquer das hipóteses supramencionadas, razão pela qual não vislumbramos óbices à sua aprovação.

III – VOTO

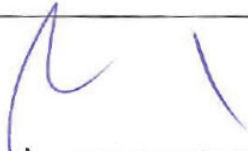
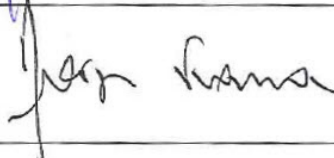
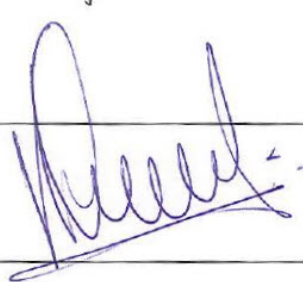
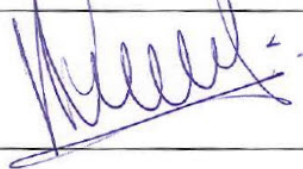
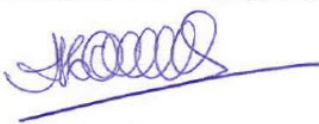
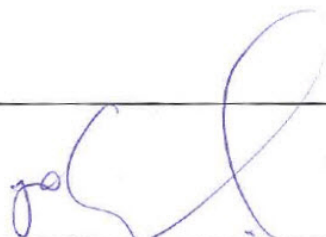

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.447, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 323 DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1450 de 2015, do Senador Dário Berger, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre os municípios que receberam recursos advindos do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3, regulamentado pela Portaria nº 53, de 1º de fevereiro de 2013, do Ministério das Cidades, nos termos que especifica.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame o Requerimento nº 1450 de 2015, do Senador Dário Berger, por meio do qual ele solicita o envio de pedido escrito de informações ao Ministro das Cidades sobre os recursos advindos do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3.

Em resumo, o autor solicita informações sobre quais municípios receberam recursos advindos do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3; qual o volume de recursos destinado a cada um dos municípios contemplados e de que forma foram aplicados os critérios de hierarquização previstos no manual anexo à Portaria nº 53, de 2013, às propostas cujos termos de habilitação foram emitidos pelo Ministério das Cidades.

Na justificção, o autor esclarece que a identificação dos municípios que receberam recursos advindos do Programa e a análise do volume de recursos destinados pode contribuir para o aprimoramento dos critérios de hierarquização das propostas submetidas ao Ministério das Cidades.

II – ANÁLISE

Quanto à **constitucionalidade**, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Já o § 2º do art. 50 da Carta Magna dispõe que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Em relação à **regimentalidade**, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal reza que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora. Em atendimento ao inciso II do mesmo artigo, o requerimento em análise não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade. O Requerimento observa ainda o Ato da Mesa nº 1 de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

No **mérito**, o Requerimento merece aprovação, pois, como destaca o autor, trata-se de importante programa para a plena funcionalidade das vias urbanas, envolvendo sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, passeios com acessibilidade, sistemas de ciclovias, medidas de moderação de tráfego e sinalização viária, além de outros elementos que promovam a acessibilidade universal. A análise das informações solicitadas, inclusive quanto aos critérios de hierarquização utilizados na seleção das propostas, fornecerá subsídios importantes para o eventual aprimoramento da legislação pertinente.

III – VOTO

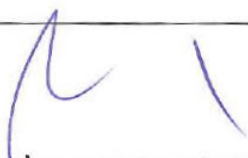
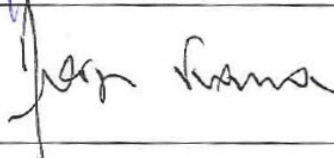


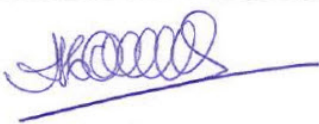
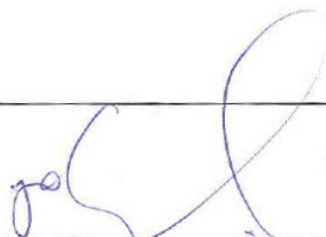

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 1450 de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

Publicado no DSF em __/__/2016

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº 324, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 1, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a real situação financeira e administrativa da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).*

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), submeteu, para apreciação da Mesa do Senado Federal, o Requerimento de Informações nº 1, de 2016, em que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a real situação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Eu sua justificação, o autor releva que a estatal foi criada sob elevada expectativa, uma vez que seria responsável por gerenciar a riqueza do pré-sal e, por consequência, garantir recursos para a educação e para a saúde. Ainda, expõe que a empresa acumulou prejuízo de R\$ 20,3 milhões nos exercícios de 2013 e 2014.

É o relatório.

II – ANÁLISE

O requerimento de informações que o ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira submete tem previsão expressa no art. 50, § 2º, da Constituição Federal. Assim, não há vício formal de constitucionalidade.

O RISF, no seu art. 216, inciso I, determina que os requerimentos de informações a Ministros de Estado dependem de decisão da Mesa. Estabelece como admissíveis àqueles que visem a esclarecer qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou que vise ao exercício da sua função fiscalizadora.

É exatamente o objeto do requerimento submetido para apreciação da Mesa: o exercício da função legislativa de fiscalizar toda e qualquer órgão ou entidade controlados pela União, por intermédio do Ministro de Estado a quem estejam vinculados.

Por fim, a proposição está de acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o assunto no âmbito do Senado Federal.

III – VOTO

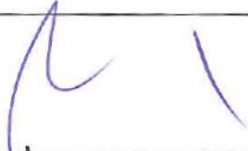
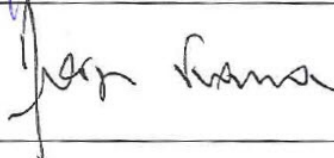
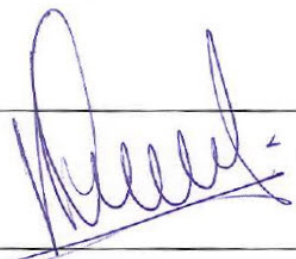
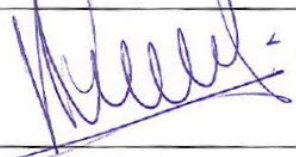
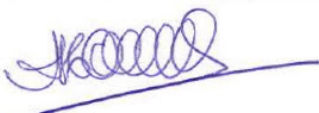
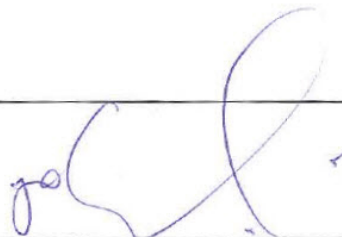

Em face disso, opino pela admissibilidade do Requerimento de Informações nº 1, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 325, DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 21, de 2016, do Senador José Medeiros, que *requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito do total de recursos sob administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e a inadimplência de suas operações, nos termos que especifica.*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o ilustre Senador JOSÉ MEDEIROS encaminhou à Mesa o Requerimento (RQS) nº 21, de 2016, no qual solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário dados anuais sobre o total de recursos sob administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e sobre a inadimplência de suas operações.

Em sua justificação, o Requerimento destaca que as informações solicitadas subsidiarão não apenas a função fiscalizadora do Parlamento brasileiro, mas também a avaliação da adequação e oportunidade de eventuais medidas saneadoras que se mostrarem necessárias.

II – ANÁLISE

Cabe, inicialmente, destacar que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ademais, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem encaminhar pedido de informações a Ministros de Estado e a qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição.

O RQS nº 21, de 2016, ora em análise, atende ao que dispõe o art. 50, § 2º, da Carta Magna, bem como ao art. 216 do RISF, obedecendo, portanto, às normas de admissibilidade dos requerimentos de informações a Ministros de Estado. Especificamente, quanto ao disposto no inciso I do art. 216, não há o que obstar, uma vez que o tema “reforma agrária” encontra-se entre aqueles sujeitos à competência fiscalizadora do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, não se trata de informações de natureza sigilosa, o que exigiria rito de tramitação específico. Com efeito, em consonância com o art. 215, I, o requerimento depende somente de decisão da Mesa.

Portanto, a nosso ver, o Requerimento conforma-se aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

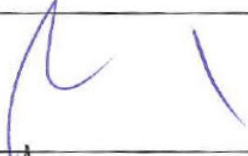
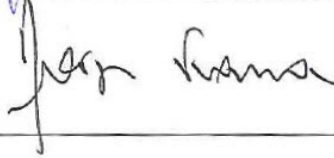
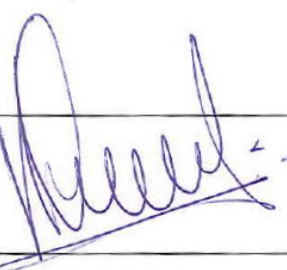

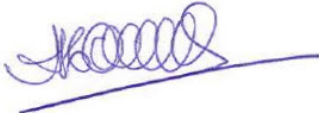
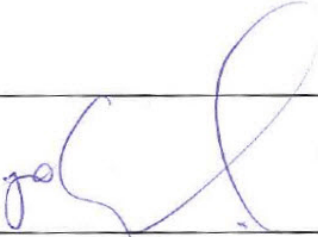

Pelo exposto, opinamos pela admissibilidade e consequente encaminhamento do Requerimento nº 21, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 326, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 29, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a redução da dívida da CELG e seus beneficiários.*

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Ronaldo Caiado apresentou à Mesa o Requerimento nº 29, de 2016, no qual solicita ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, esclarecimento sobre quem serão os beneficiados pela redução da dívida da Companhia Energética de Goiás (CELG), decorrente de nova fórmula de cálculo: se os consumidores do Estado de Goiás ou se todos os consumidores do Brasil. Para tanto, requer os seguintes documentos:

- i) Cópia integral do processo e da decisão que fundamentou a redução da dívida da Celg;
- ii) Cópia do instrumento legal que especifica formalmente para quem será repassado o excedente da redução calculada.

Na justificação, o nobre Senador argumenta que, em função do recálculo da dívida, foi gerado um excedente de cerca de R\$ 400 milhões em favor de Goiás. Contudo, não se sabe exatamente quem se apropriará desse excedente. É importante saber se a população goiana irá, de fato, se beneficiar da redução da dívida.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição foi enviada para deliberação desta Mesa.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido ao exame da Mesa o Requerimento nº 29, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

A proposição encontra fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que prevê que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado. Os incisos I e II do art. 216 do RISF, bem como os arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabelecem que o requerimento de informações deverá tratar de matérias atinentes à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não devem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Por sua vez, o art. 217 do RISF prevê que “o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações”. O requerimento sob análise obedece a todos esses requisitos.

Concordamos com a importância do pleito, qual seja, saber quem será beneficiado pela redução da dívida da Celg, se os consumidores de Goiás ou se algum outro grupo. O Requerimento sob análise é o instrumento correto para se obter as informações necessárias.

III – VOTO

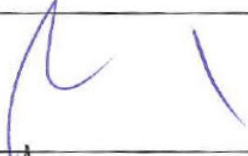
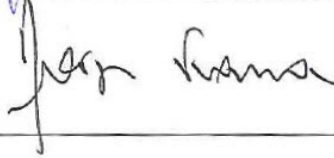
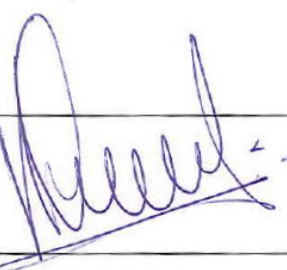

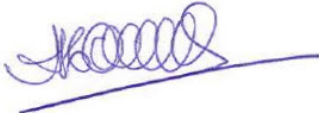
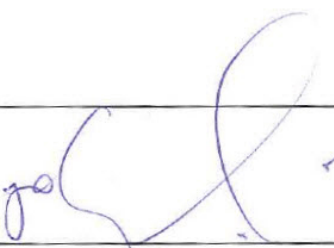

Diante do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 29, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 327, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 31, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado, que *requer, em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos do art. 215, inciso I, alínea a, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) informações sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), nos termos que especifica.*

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento (RQS) nº 31, de 2016, o Senador Ronaldo Caiado solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) as seguintes informações:

- 1) a metodologia adotada para mensurar os resultados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- 2) o número total de assentados do PNRA atualmente;
- 3) a identificação de cada assentado do PNRA atualmente, constando, pelo menos, nome e CPF;
- 4) a localização dos assentamentos beneficiados pelo PNRA atualmente;
- 5) a produção, a produtividade e a renda auferida pelos assentados do PNRA atualmente.

Em sua Justificação, o autor ressalta que as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares são imprescindíveis para o País. No entanto, argumenta que o Poder Público não disponibiliza informações detalhadas sobre a produção, a produtividade e a renda auferida pelos

assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, o que dificulta a avaliação dos resultados concretos dessa política pública. Assinala ainda que “a divulgação dos efeitos do PNRA no cotidiano de seus beneficiários é de fundamental importância para compreendermos, com detalhes, as reais necessidades de reforma agrária no Brasil”.

II – ANÁLISE

Entre as competências exclusivas do Congresso Nacional atribuídas pela Constituição Federal (CF) no seu art. 49 está a de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

No exercício dessas competências, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm, conforme as disposições do § 2º do art. 50 da CF e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, a prerrogativa de formular pedido de informações a ministros de Estado e a qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

Nesses termos, o RQS nº 31, de 2016, atende às disposições constitucionais e regimentais mencionadas e, adicionalmente, não trata de informações sigilosas e coloca-se em harmonia com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, não se apresentando qualquer óbice à sua aprovação.

III – VOTO

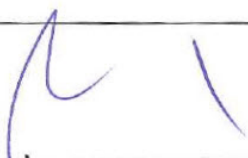
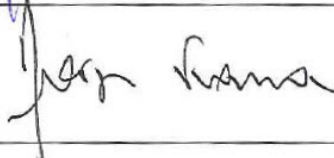
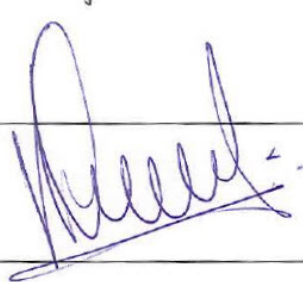
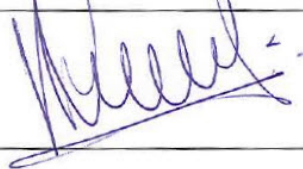
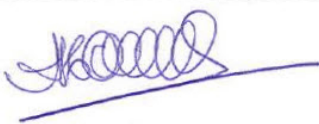
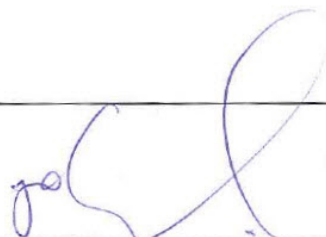
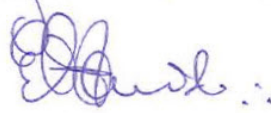
Pelo exposto, somos favoráveis à admissibilidade e ao encaminhamento do Requerimento nº 31, de 2016, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

PARECER Nº 328, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 37, de 2016, do Senador Magno Malta, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca do atendimento do Programa Rede Cegonha às mulheres ciganas.*

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 37, de 2016, de autoria do Senador Magno Malta, que tem por finalidade obter do Senhor Ministro de Estado da Saúde informações acerca do atendimento provido pelo Programa Rede Cegonha às mulheres ciganas.

Conforme a justificação do requerimento, há notícias de que o Rede Cegonha, embora seja um programa louvável, pautado pela assistência ao pré-natal e pela humanização do parto e que tem como públicos-alvo gestantes e recém-nascidos, não está atingindo as comunidades ciganas.

Nessa trilha, o autor solicita informações sobre a execução do programa, especialmente no que se refere ao atendimento às comunidades ciganas. Além disso, requer que sejam explicitadas as razões que justificam a atuação do Ministério da Saúde, bem como a forma por meio da qual o órgão pretende organizar o atendimento e a logística voltados para esse grupo social.

II ANÁLISE

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal, atribui ao Congresso Nacional e às suas Casas competência para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da Constituição preconiza que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Por seu turno, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) admite requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. O inciso II do mesmo artigo dispõe que tais iniciativas não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal.

Da mesma forma, o inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, dispõe que o requerimento de informações não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Voltando-nos à análise do RQS nº 37, de 2016, identificamos duas indagações dotadas de caráter especulativo, a saber, a de nº 4 (“*Quais as razões que justificam o não atendimento, no caso do questionamento anterior?*”) e a de nº 5 (“*Como o Ministério da Saúde pretende organizar o atendimento e a logística, no que se refere as comunidades ciganas?*”). Outrossim, percebemos que a pergunta nº 7 não guarda paralelismo gramatical com as demais.

Por esses motivos, recomendamos a aprovação do requerimento com alguns ajustes necessários à observância dos requisitos regimentais supra referidos.

III VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Requerimento nº 37, de 2016, com os seguintes ajustes de redação:

- a) Alteração das perguntas nº 3, 5 e 7, que passarão a consignar os seguintes textos:

“3. Quantas comunidades ciganas ainda não foram atendidas? Qual a previsão para o atendimento? Quais os óbices para realização do atendimento a essas comunidades?”

“5. Que ações o Ministério da Saúde programou com vistas a incluir as comunidades ciganas entre os beneficiários do Programa Rede Cegonha?”

“7. Quais os valores orçados, empenhados e pagos no âmbito do Programa Rede Cegonha desde abril de 2011 até a presente data?”

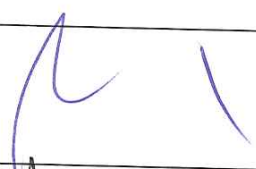
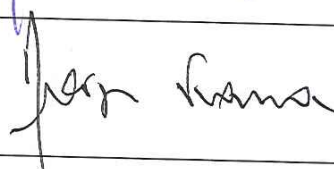

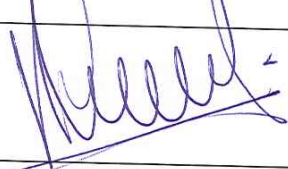
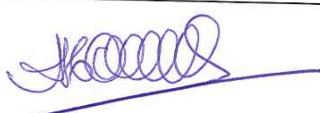
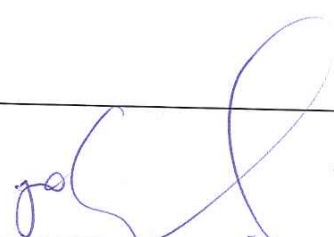

- b) Supressão da pergunta nº 4.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 329, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 58, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações sobre quais providências estão sendo tomadas acerca da regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.*

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Fernando Bezerra Coelho *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações sobre quais providências estão sendo tomadas acerca da regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.*

Na Justificação, o autor afirma que a Lei nº 12.608, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, completará, em abril deste ano, quatro anos.

Para ele, a lei em questão é fundamental para o enfrentamento de desastres causados por fenômenos naturais, porém, sem sua regulamentação, alguns dos seus dispositivos não podem ser postos em prática.

II – ANÁLISE

O requerimento de informações a Ministro de Estado tem previsão expressa no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e, de acordo com a alínea *a* do inciso primeiro do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), depende de decisão da Mesa.

Tal requerimento deve ser compatível com os requisitos contidos nos incisos primeiro e segundo do art. 216 do RISF e no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001:

- tratar de assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal;
- não conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem se dirige; e
- não se referir a mais de um Ministério.

O presente requerimento atende a quase todos esses requisitos, mas foi redigido de modo semelhante a um pedido de providência, razão pela qual deve ser emendado.

No mérito, é, de fato, importante para o Senado Federal, obter do Ministro de Estado da Integração Nacional informações sobre as medidas que o Governo Federal vem adotando para regulamentar e concretizar as disposições da Lei nº 12.608, de 2012, que organiza a Defesa Civil no Brasil.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 58, de 2016, na forma do seguinte substitutivo:

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2016 (SUBSTITUTIVO)


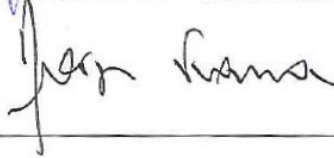
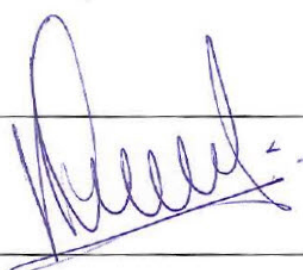
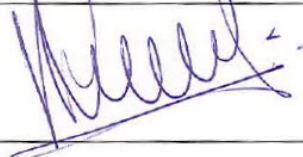
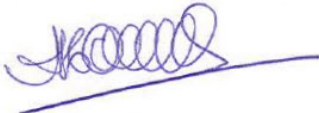
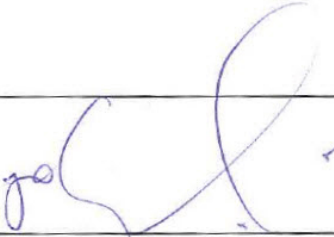
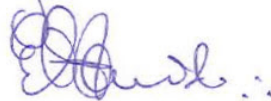
Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações sobre o andamento do processo de regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 330, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 61, de 2016, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério.

RELATOR: Senador **ZEZÉ PERRELA**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal o Requerimento nº 61, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Pretende-se com o requerimento que o Ministério da Fazenda preste informações relativas às garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação, lastreadas pelos recursos do Fundo de Garantia à Exportação.

Para tanto, solicita as seguintes informações e documentos: (i) as atas de todas as reuniões deliberativas do Fundo de Garantia à Exportação – FGE entre 2011-2015, a fim de analisar como as garantias à exportação estão sendo feitas; e (ii) uma planilha resumo com todas os projetos garantidos, o valor da garantia, o tipo da garantia, local de execução do projeto, prazos, bases técnicas para a decisão da garantia, além de outras informações relevantes.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

A proposição sob exame tem fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Encontra fundamento, também, no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que, combinado com o referido art. 216 regula a admissibilidade e a tramitação dos requerimentos de informações.

Conforme essas normas, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimentos de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora e não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Entendemos que, quanto ao aspecto processual, o requerimento em exame satisfaz os requisitos de admissibilidade para a sua tramitação.

De fato, como sabemos, a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que ele possa, de forma plena, exercer sua competência legislativa e fiscalizadora.

Com efeito, ao empreender a função fiscalizadora, o legislativo necessita ter acesso às ações do Poder Executivo para conhecer o ato praticado na sua extensão e, assim, tomar medidas corretivas, se necessárias.

No presente requerimento, as informações visam conhecer as garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação e são compatíveis e necessárias ao exercício dessa competência fiscalizadora que, entre outras matérias, adquire conteúdo na avaliação da legitimidade, legalidade e economicidade de ações do Governo Federal.

Com efeito, o princípio da publicidade, inscrito na Constituição Federal, cf. seu art. 37, rege a Administração Pública direta, indireta e fundacional em todos os níveis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando ao administrado o conhecimento dos assuntos que lhe interessam direta ou indiretamente.

Assim, quanto ao aspecto formal e material, não há dúvida de que as informações requeridas se destinam à autoridade competente e dizem respeito ao exercício da fiscalização e do controle de atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal.

III – VOTO

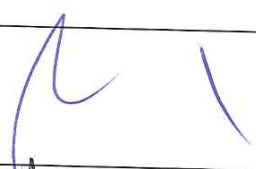
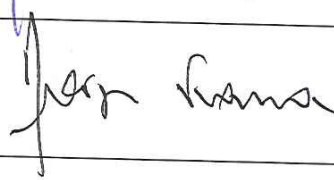

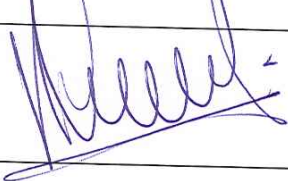
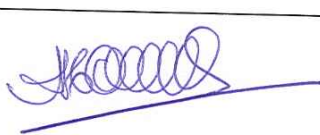
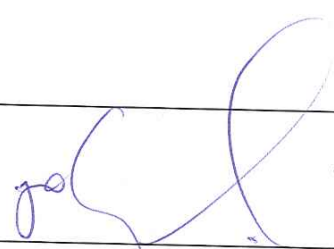

Pelas razões expostas, e em conformidade com o art. 215, I, a, combinado com o art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela aprovação do Requerimento nº 61, de 2016, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

PARECER Nº 331, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 67, de 2016, do Senador Lasier Martins, que *requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca de todos os dados estatísticos disponíveis, de maneira pormenorizada, sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, informações que permitam o cálculo do valor da produção de cada um dos assentamentos, bem como o rendimento físico por área de assentamento.*

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Senador LASIER MARTINS requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, em consonância com o art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca de todos os dados estatísticos disponíveis, de maneira pormenorizada, sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, informações que permitam o cálculo do valor da produção de cada um dos assentamentos, bem como o rendimento físico por área de assentamento.

Em sua justificativa, o autor da proposição observa que, embora a Nota Técnica emitida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último censo agropecuário tenha indicado os assentamentos rurais

como área de apuração de dados censitários, isso não parece condizente com a extensa área, de cerca de 88 milhões de hectares, destinada aos assentamentos.

O autor ainda pondera que os dados são apresentados na forma quantitativa e comparados aos totais nacionais, e não permitem o cálculo do valor da produção de cada um deles, nem do rendimento físico por área.

Registra finalmente o autor que o objetivo da desapropriação do latifúndio improdutivo, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) constitua um assentamento rural, é a transferência da terra aos trabalhadores rurais, a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. No entanto, diante da falta de dados, não há a devida fiscalização.

II – ANÁLISE

A matéria em análise encontra amplo suporte nas disposições constitucionais e regimentais vigentes.

Com efeito, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Adicionalmente, o § 2º do art. 50 da mencionada Carta atribui à Mesa do Senado Federal competência para encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

No mesmo sentido, o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no inciso I do art. 216, explicita que esses pedidos são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal.

Não se contesta que a matéria em evidência trata de temática atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo cujo teor não constitui informação de caráter sigiloso, estando, portanto sob o manto do princípio da publicidade que norteia a administração pública.

Finalmente, o Requerimento nº 67, de 2016, não cuida de pedido de providência, consulta ou sugestão relativa à autoridade a qual se dirige, em conformidade com o que prescreve o inciso II do art. 216 do RISF.

III – VOTO

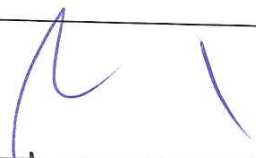
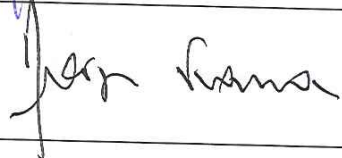
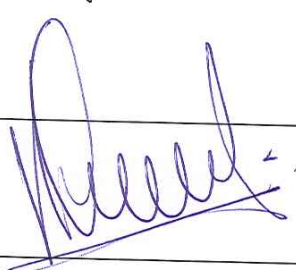
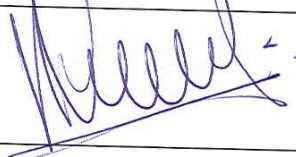
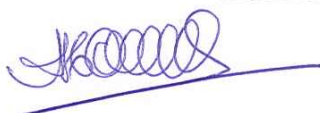
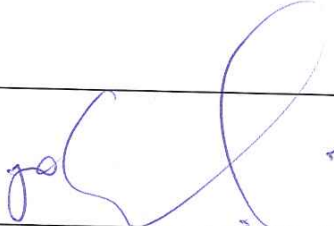

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 67, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 332, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 85, de 2016, em que o Senador Randolfe Rodrigues requer que *sejam solicitadas informações, à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP*.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 85, de 2016, o Senador Randolfe Rodrigues requer que, “ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações, à Ministra do Meio Ambiente, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP”.

Segundo o autor, o desastre consiste na “misteriosa morte de milhares de peixes” ocorrida no rio Araguari entre agosto e novembro de 2015. Além disso, ainda segundo o autor, em maio de 2015, a cidade de Ferreira Gomes ficou submersa em função de acidente ocorrido na construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão, que implicou a abertura “inconsequente” dos vertedouros de duas usinas em operação a jusante.

II – ANÁLISE

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido ao exame da Mesa desta Casa o Requerimento nº 85, de 2016, do Senador Randolfe Rodrigues.

A proposição encontra fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Risf, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A proposição atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – VOTO

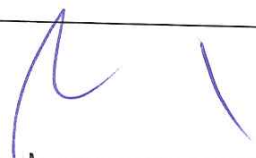
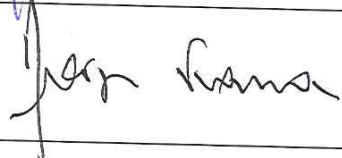
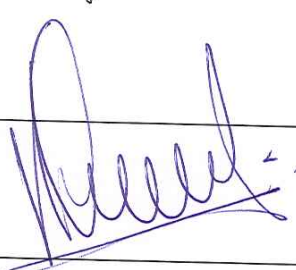
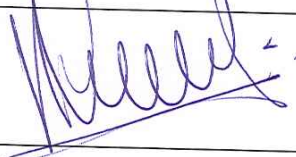
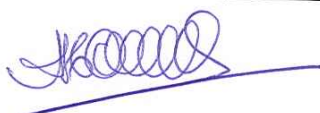
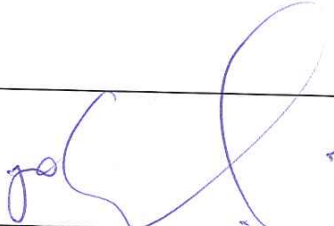

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 85, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nóbrega

PARECER Nº 333, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 87, de 2016, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana (MG).*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I. RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 87, de 2016, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que tem por finalidade obter do Senhor Ministro de Estado da Justiça informações acerca das medidas punitivas adotadas para os responsáveis pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Mariana (MG).

Conforme a justificação do requerimento, o referido rompimento deu causa a um dos maiores desastres ambientais de que se tem notícia na contemporaneidade, ocasionando uma enxurrada de lama e dejetos que, além de causar assoreamento e contaminação de rios, morte em grande escala de plantas, peixes, aves e mamíferos, desalojou centenas de pessoas e foi responsável pela morte de mais de uma dezena de brasileiros.

Nessa linha, a CDH solicita informações sobre as medidas punitivas adotadas pelo poder público, o indiciamento de algum responsável

da empresa Samarco, o número de famílias desabrigadas indenizadas e o cumprimento da decisão judicial do bloqueio dos bens da empresa.

II. ANÁLISE

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal, atribui ao Congresso Nacional e às suas Casas competência para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da Constituição preconiza que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, “importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”.

Por seu turno, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) admite requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. O inciso II do mesmo artigo dispõe que tais iniciativas não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal.

Da mesma forma, o inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, dispõe que o requerimento de informações não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Não identificamos óbices à aprovação do RQS nº 87, de 2016. Pelo contrário, todos os requisitos formais foram diligentemente atendidos.

Todavia, com vistas a maior clareza e objetividade, sugerimos algumas alterações redacionais pontuais. Na ementa: supressão, por redundância, da expressão "ouvida a Mesa"; substituição de “Ministério” por “Ministro”; e grafia da unidade da federação entre parênteses. Na primeira questão, substituição do termo "Quase" por "Quais". Finalmente, na última questão, substituição da expressão “já foram adotadas as medidas

operacionais para o cumprimento dessa sentença” por “quais medidas operacionais foram adotadas para o cumprimento dessa sentença”.

III VOTO

Em razão do que foi exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 87, de 2016, com os ajustes redacionais sugeridos acima.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 334, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 88, de 2016, em que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa requer que sejam solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem de rejeito da mineradora Samarco, em Mariana/MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 88, de 2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa requer que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem de rejeito da mineradora Samarco, em Mariana/MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015. O requerimento especifica as seguintes questões:

1. Quase (*sic*) punições foram aplicadas, haja vista já terem se passado mais de cem dias do ocorrido?
2. Algum dirigente da empresa Samarco já foi indiciado?
3. Entre as famílias desabrigadas, quantas já receberam algum tipo de indenização?
4. Diante da Decisão da Justiça Estadual de Minas Gerais de bloquear os bens da empresa Samarco, já foram adotadas as medidas operacionais para o cumprimento dessa sentença?

II ANÁLISE

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é submetido ao exame da Mesa desta Casa o Requerimento nº 88, de 2016, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A proposição encontra fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do RISF, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A proposição atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir um pequeno erro formal na primeira pergunta, substituindo a palavra “quase” por “quais”.

III VOTO

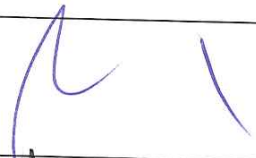
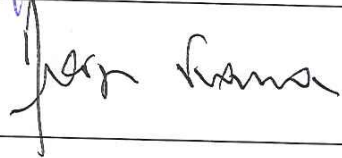
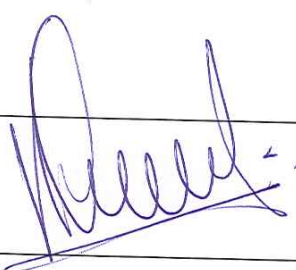
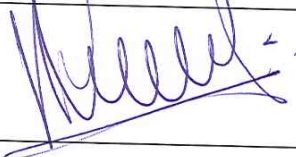
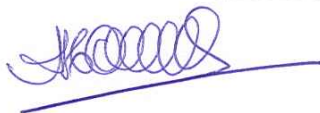
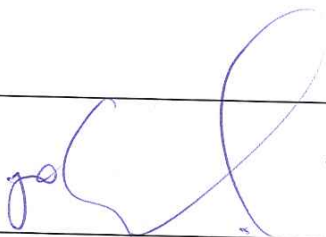
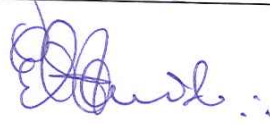
Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 88, de 2016, substituindo-se, na primeira pergunta, a palavra “quase” por “quais”.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

1ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**23 de março de 2016, às 11:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	Art. 13 RISF

CONFERE COM O ORIGINAL
Patrícia de Oliveira Nobrega

Projetos de Decreto Legislativo**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12 , DE 2016**

Susta a Portaria Normativa n.º 2.047/MD, de 17 de setembro de 2015, do Ministro de Estado da Defesa, que *subdelega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a Portaria nº 2.047/MD, de 17 de setembro de 2015, do Ministro de Estado da Defesa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 03 de Setembro de 2015, a Presidente da República, Dilma Rousseff, fez publicar o Decreto nº 8.515/2015 com a finalidade de delegar competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos ao pessoal militar.

Supostamente ancorada no art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da CF/88 - a atual Chefe do Poder executivo transferiu ao aludido Ministro de Estado, **COMPETÊNCIA (DELEGADA) PARA EDITAR ATOS NORMATIVOS, INCLUSIVE COMPLEMENTARES**, sobre: “(...) organização, permanência, exclusão e transferência de corpos, quadros, arma, serviços e categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos(...)”;

Observe-se que, ainda, que restou formalmente normatizado neste diploma, o INSTITUTO DA “FACULDADE” DE SUBDELEGAÇÃO aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no que se refere aos poderes contidos nos incisos I e II do mencionado dispositivo. Vejamos:

Art. 2º O Ministro de Estado da Defesa editará:

I - os atos normativos sobre organização, permanência, exclusão e transferência de corpos, quadros, armas, serviços e categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos; e

II - os atos complementares necessários para a execução deste Decreto.

Parágrafo único. A competência prevista nos incisos I e II poderá ser subdelegada aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Diante da ampla repercussão negativa, e como se a reverter o sentido idealizado em sua gênese, o Palácio do Planalto fez publicar no D.O.U do dia 10 de setembro de 2015, retificação, que apenas reiterou a possibilidade de subdelegação do Ministro em relação aos Comandantes das Forças Armadas.



SF/16784.52247-20

Em quaisquer circunstâncias, os membros das Forças Armadas, por imposição da ordem constitucional vigente, estão sob a chefia e a autoridade suprema e indelegável do Presidente da República, na forma das disposições estatuídas no Art. 84, XIII e parágrafo único, todos da CF/88, a saber:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Grifos e negritos nossos

A impossibilidade de delegação, como bem se destaca, decorre de vedação constitucional, prevista no parágrafo único do artigo alhures transcrito, por meio do qual restaram expressamente relacionados os poderes submetidos à faculdade de delegação, por parte do Chefe do Poder Executivo.



SF/16784.52247-20

Não fosse o bastante, pode-se afirmar, ainda, que a delegação e/ou subdelegação preconizada nos artigos 1º e 2º do mencionado decreto presidencial também investem frontalmente contra a limitação formal subjetiva prevista nos incisos I e II (alínea “f”) do §1º do Art. 61 da Carta Magna, litteris:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a

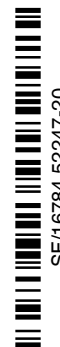


SF/16784.52247-20

organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.



SF/16784.52247-20

Numa viva demonstração de despreço à boa técnica e ordem normativa válida, cumpre ressaltar que, a despeito do vício formal de origem a tornar-lhe insanável, o decreto colide, frontal e materialmente, com a existência de diploma legal válido e compatível com o retro mencionado dispositivo constitucional.

Trata-se da vigente Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999 (alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010), da qual se infere, já nos Capítulo I e II e parte de suas respectivas Seções, a sintonia constitucional necessária ao regular exercício da Chefia das Forças Armadas.

A esse respeito, importa notar que – sem perder o vínculo de subordinação em relação ao Ministro de Estado da Defesa, mas respeitada a autonomia diretiva essencial à sua própria existência e efetividade – é certo que a lei complementar em referência dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e guarda perfeita sintonia não apenas com o dispositivo constitucional previsto no Art. 61, mas com os Artigos 84, XIII, parágrafo único e 142 (caput), todos da CF/88.

É imperiosa, pois, a inequívoca percepção e declaração de que sendo inconstitucional o Decreto nº 8.515, de 03 de setembro de 2015, que delegou poderes ao Ministro, inconstitucional também são os atos praticados em decorrência desse ato.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares.

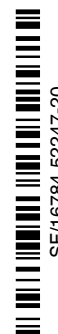
Sala das Sessões, de março de 2016.

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Senador **RONALDO CAIADO**
Líder do DEM

Senador **RICARDO FERRAÇO**
PSDB/ES

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



SF/16784.52247-20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13 , DE 2016

Susta o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, da Presidente da República, que *delega competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos a pessoal militar*.



SF/16544.85496-01

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 03 de Setembro de 2015, a Presidente da República, Dilma Rousseff, fez publicar o Decreto nº 8.515/2015 com a finalidade de delegar competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos ao pessoal militar.

Supostamente ancorada no art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da CF/88 - a atual Chefe do Poder executivo transferiu ao aludido Ministro de Estado, **COMPETÊNCIA (DELEGADA) PARA EDITAR ATOS NORMATIVOS, INCLUSIVE COMPLEMENTARES**, sobre: “(...) organização, permanência, exclusão e transferência de corpos, quadros, arma, serviços e categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos(...)”;

Observe-se que, ainda, que restou formalmente normatizado neste diploma, o INSTITUTO DA “FACULDADE” DE SUBDELEGAÇÃO aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no que se refere aos poderes contidos nos incisos I e II do mencionado dispositivo. Vejamos:

Art. 2º O Ministro de Estado da Defesa editará:

I - os atos normativos sobre organização, permanência, exclusão e transferência de corpos, quadros, armas, serviços e categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos; e

II - os atos complementares necessários para a execução deste Decreto.

Parágrafo único. A competência prevista nos incisos I e II poderá ser subdelegada aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Diante da ampla repercussão negativa, e como se a reverter o sentido idealizado em sua gênese, o Palácio do Planalto fez publicar no D.O.U do dia 10 de setembro de 2015, retificação, que apenas reiterou a possibilidade de subdelegação do Ministro em relação aos Comandantes das Forças Armadas.



SF/16544.85496-01

Em quaisquer circunstâncias, os membros das Forças Armadas, por imposição da ordem constitucional vigente, estão sob a chefia e a autoridade suprema e indelegável do Presidente da República, na forma das disposições estatuídas no Art. 84, XIII e parágrafo único, todos da CF/88, a saber:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Grifos e negritos nossos

A impossibilidade de delegação, como bem se destaca, decorre de vedação constitucional, prevista no parágrafo único do artigo alhures transcrito, por meio do qual restaram expressamente relacionados os poderes submetidos à faculdade de delegação, por parte do Chefe do Poder Executivo.



SF/16544.85496-01

Não fosse o bastante, pode-se afirmar, ainda, que a delegação e/ou subdelegação preconizada nos artigos 1º e 2º do mencionado decreto presidencial também investem frontalmente contra a limitação formal subjetiva prevista nos incisos I e II (alínea “f”) do §1º do Art. 61 da Carta Magna, litteris:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a



SF/16544.85496-01

organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.



SF/16544.85496-01

Numa viva demonstração de despreço à boa técnica e ordem normativa válida, cumpre ressaltar que, a despeito do vício formal de origem a tornar-lhe insanável, o decreto colide, frontal e materialmente, com a existência de diploma legal válido e compatível com o retro mencionado dispositivo constitucional.

Trata-se da vigente Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999 (alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010), da qual se infere, já nos Capítulo I e II e parte de suas respectivas Seções, a sintonia constitucional necessária ao regular exercício da Chefia das Forças Armadas.

A esse respeito, importa notar que – sem perder o vínculo de subordinação em relação ao Ministro de Estado da Defesa, mas respeitada a autonomia diretiva essencial à sua própria existência e efetividade – é certo que a lei complementar em referência dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e guarda perfeita sintonia não apenas com o dispositivo constitucional previsto no Art. 61, mas com os Artigos 84, XIII, parágrafo único e 142 (caput), todos da CF/88.

É imperiosa, pois, a inequívoca percepção e declaração de incompatibilidade formal e material do Decreto nº 8.515, de 03 de setembro de 2015, duplamente ferido pelo vício de inconstitucionalidade, pois precursor de inválida delegação e subdelegação de poder reservado ao Presidente da República e de afronta à lei complementar plenamente vigente.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões, de março de 2016.

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Senador **RONALDO CAIADO**
Líder do DEM

Senador **RICARDO FERRAÇO**
PSDB/ES

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



SF/16544.85496-01

Projetos de Lei do Senado**SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2016**

Altera o art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para regular a aceitação da oferta de bens e serviços ao consumidor por meio de mensagem telefônica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 33.

§ 1º

§ 2º A aceitação da oferta de bens e serviços por meio de mensagem telefônica será precedida pela digitação do número do telefone celular ou do número no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do consumidor.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo regular a aceitação de oferta veiculada por meio de mensagem eletrônica ao consumidor.

Existem muitas reclamações dos consumidores detentores de celulares pré-pagos relacionadas a cobranças indevidas. A operadora de telefonia envia uma mensagem telefônica sobre a oferta de bens e serviços. Ao constatar a mensagem, os consumidores se confundem e terminam clicando de forma incorreta na aceitação da oferta, sendo por esse motivo “fisgadas” em uma promoção por meio da internet, em maior limite de envio de mensagens e em outros “pacotões” de supostas vantagens. O pagamento se dá na hora se o consumidor tiver crédito no celular pré-pago ou no momento em que ele efetua uma recarga.

2

A solução para esse problema, a nosso ver, é obrigar uma maior reflexão do consumidor no momento da aceitação da oferta. Desse modo, propomos que seja necessária a inserção do número do telefone do consumidor ou do número do seu CPF como forma de dar mais garantias a ele sobre o seu real consentimento a respeito da oferta.

É necessário destacar que o projeto de lei não cerceia a liberdade de iniciativa da operadora telefônica na atividade de ofertar bens e serviços, mas tem por objetivo garantir a aceitação refletida do consumidor sobre os produtos que estão sendo oferecidos. Muitas vezes as mensagens que veiculam a oferta se confundem com outras mensagens contendo informações sobre o saldo restante, a bateria fraca, a ligação não completada e o alarme despertador. A proposição vai ajudar sobretudo os consumidores hipervulneráveis, como os idosos e as pessoas com dificuldade na visão.

Caso o consumidor incorra em erro na aceitação do produto, a burocracia para cancelar o contrato é tamanha que boa parte dos consumidores termina por não reclamar administrativa ou judicialmente a cobrança dos valores indevidos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990

Art. 33. Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

Parágrafo único. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.(Incluído pela Lei nº 11.800, de 2008).

Senador **VALDIR RAUPP**

3
LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90](#)
[artigo 33](#)

[Lei nº 11.800, de 29 de Outubro de 2008 - 11800/08](#)

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2016

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71-A.....

§ 1º O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pelo empregador, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva que o empregador antecipe o pagamento do salário-maternidade ao segurado ou à segurada da Previdência Social, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança.

2

Considerando que o salário-maternidade tem natureza previdenciária, o pagamento realizado pelo empregador, na prática, é posteriormente compensado, *quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço*, razão pela qual a alteração proposta não causa qualquer prejuízo ao empresariado.

Além disso, o Projeto está em conformidade com o princípio constitucional da isonomia, porquanto trata de maneira igual as mães biológicas, que, atualmente, auferem o salário-maternidade diretamente do patrão, e o segurado ou segurada que opta pela adoção ou guarda judicial com o intuito de adoção, não havendo, a toda evidência, justificativa plausível para tratamento desigual no caso, sobretudo porque a Constituição não distingue filhos naturais e adotivos.

De outro lado, imperioso salientar que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não sofreria qualquer impacto em seu orçamento, caso aprovada a proposição em referência, pois a obrigação de arcar com o pagamento do salário-maternidade permanecerá a cargo da Previdência Social.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do Projeto de Lei ora proposto.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)
[artigo 248](#)

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)
[parágrafo 1º do artigo 71-](#)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2016

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 71-A.** Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, até os 18 anos, é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 392-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 392-A.** À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, até os 18 anos, será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva conferir máxima efetividade ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tratando de maneira igual os efeitos trabalhista e previdenciário advindos da adoção de crianças e adolescentes, o que está em conformidade com o princípio constitucional da isonomia e com a política protetiva prevista no citado Estatuto.

De fato, o ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) não distingue a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, registrando, em seu art. 3º, que *a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.*

A toda evidência, a lei nº 8.069, de 1990, ao dispor sobre o instituto da guarda e da adoção, busca integrar a criança e também o adolescente ao convívio familiar, motivo pelo qual não nos parece adequado, nem, tampouco, razoável, que a concessão da licença-maternidade e o deferimento do salário-maternidade estejam restritos somente à adoção ou à guarda judicial de “criança”, com idade até 8 anos.

Noutra seara, é preciso reconhecer que a adoção ou guarda judicial para fins de adoção do adolescente (pessoa que possui entre 12 e 18 anos de idade - art. 2º da Lei nº 8.069, de 1990) afigura-se sobremaneira difícil, pois não há a disponibilidade integral dos adotantes em investir na construção deste vínculo haja vista que a lei não lhe confere o direito ao salário maternidade.

Nesse quadro, o Projeto também tem o mérito de incentivar a adoção do adolescente, ao possibilitar ao adotante o usufruto da licença-maternidade e o gozo do salário-maternidade, sem prejuízo do emprego, sem discriminar a adoção em qualquer idade da criança ou do adolescente. Tal medida, em última instância, tem o condão de estreitar os laços afetivos entre o adotante e o adotando.

3

Pelo exposto, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do Projeto de Lei do Senado ora proposto.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - 5452/43](#)
[artigo 392-](#)

[Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -](#)
[ECA - 8069/90](#)

[artigo 2º](#)

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)
[artigo 71-](#)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, DE 2016

Isenta as pessoas reconhecidamente pobres do pagamento de emolumentos pelo reconhecimento de firmas e autenticações. Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e o art. 45-A à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A. O reconhecimento de firmas e a autenticação de documentos serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.

§ 1º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, acompanhada, neste caso, da assinatura de duas testemunhas.

§ 2º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado.”

Art. 2º O Título III da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 45-A:

“Art. 45-A. São gratuitos o reconhecimento de firmas e a autenticação de documentos em benefício dos que se declararem pobres sob as penas da lei.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É dever do Estado proteger as pessoas pobres e menos favorecidas. E já chegou a hora de livrar esses cidadãos menos favorecidos do pesado ônus de pagar pela autenticação de documentos e reconhecimento de firmas perante os cartórios extrajudiciais.

Atualmente, quando uma pessoa reconhecidamente pobre precisa reconhecer assinaturas ou autenticar documentos para seus compromissos pessoais, sofre a tormenta de arcar com os custos dos serviços notariais e de registro. Em muitos casos, essas pessoas deixam de realizar diversos atos comuns da vida civil porque não dispõem de recursos para pagar os emolumentos por eles cobrados.

Neste projeto de lei, isentamos aqueles que, sob as penas da lei, se declararem pobres do pagamento dos emolumentos pelo reconhecimento de firmas e autenticações. Caberá ao cartório prestar, sem qualquer custo, ao interessado que se ache nessas condições, o serviço que lhe for solicitado, como forma de se reconhecer nesse ato um derivativo da solidariedade social, que deve sempre acompanhar a atuação do poder público e dos seus delegatários.

Tendo em conta a elevada relevância da proposição para a sociedade brasileira, conclamamos os nobres parlamentares a aderirem à célere aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - 8935/94](#)

[Lei nº 10.169, de 29 de Dezembro de 2000 - 10169/00](#)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 145, DE 2016

Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibido a comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º O material citado no Art.1º só poderá ser vendido a maiores de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação de documento de identidade.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará na aplicação de multa ao estabelecimento comercial no montante de 01 (um) salário mínimo vigente. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Toda nota fiscal lançada sobre a venda desse produto deve possuir identificação do comprador

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um novo tipo de droga vem ganhando espaço entre os jovens de todo o Brasil. Uma mistura dos gases butano e propano, derivado do petróleo, normalmente utilizados em tubos de aerossol produz efeitos alucinógenos quando inalado.

2

O gás é altamente perigoso. A inalação da substância, que chega a entrar no organismo a - 20°C, pode causar queimaduras no sistema respiratório, produzindo efeitos alucinógenos semelhantes ao conhecido lança perfume, cuja venda já é proibida no Brasil. O produto também causa náuseas, vômitos, riscos severos ao sistema cardiorrespiratório e ao sistema nervoso central podendo ocasionar morte súbita.

Hoje o produto é vendido livremente no Brasil. E embora os avisos do rótulo alertem para os riscos da inalação do gás, seu consumo é livre e sem critérios.

A vítima mais recente desta prática, foi uma estudante que morreu na madrugada sábado (26/03/2016) depois de inalar o gás de buzina durante uma festa em um condomínio na cidade paulista de São José do Rio Preto, ela teve uma parada cardíaca e veio a óbito.

Um mês antes, em Rio Preto, também no interior de São Paulo, uma adolescente de 17 anos teve uma parada cardíaca e passou nove dias em UTI depois de inalar o gás durante uma festa com amigos.

Visando proteger e zelar pela saúde de muitos jovens em nosso país, a presente proposta visa restringir a venda do produto a maiores de 18 (dezoito) anos, seguindo as premissas impostas a bebida alcóolica e ao cigarro.

Em face de sua relevância contamos com o apoio dos nossos Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das sessões,

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 146, DE 2016

(Complementar)

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”, bem como cumprir e fazer

2

cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em geral, bancos centrais atuam na economia através da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação e procedimentos de fiscalização do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia: uma decisão de política monetária pode afetar o crescimento, o investimento, o consumo, a produção e a geração de empregos. Por exemplo, quando a taxa básica de juros é aumentada para conter a inflação em condições de superaquecimento econômico, primeiramente, são atingidas as variáveis reais, tais como o investimento e o consumo, depois o emprego, e só, por último, a demanda é contida e os preços são estabilizados.

Não existe Banco Central ou política monetária que possam ser neutros em relação à vida real de cada cidadão. É uma falácia dizer que bancos centrais fazem política monetária e com isso só atingem a inflação e os números da economia. Nada mais equivocado. A vida real de cada cidadão depende também das decisões tomadas pelo Banco Central. Os resultados da atuação de um banco central não se restringem a esfera monetária e financeira. A evidência de que existe um canal de ligação entre a esfera monetária-financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais.

O Federal Reserve Bank, o Banco Central dos Estados Unidos, afirma em sua missão que é dever da instituição atuar para influenciar: “...as condições monetárias e de crédito na

3

economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo-termo moderadas”.

O Banco Central da Austrália afirma, em sua missão, que a atuação da instituição deve contribuir para: *“a estabilidade da moeda, a manutenção do pleno emprego, a prosperidade econômica e o bem-estar do povo da Austrália”.*

Diferentemente dos bancos centrais mencionados, o Banco Central do Brasil, possui a seguinte missão: *“assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”.* Um banco central é um organismo de Estado. A sua missão é o seu encargo que é decorrente da sua competência estabelecida em lei. Logo, a missão de um banco central, em um país democrático, deve refletir o poder que os governantes e a instituição receberam da sociedade.

Na competência aqui proposta: *“perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”* há três objetivos estabelecidos para o Banco Central. Os dois primeiros objetivos estão relacionados à esfera monetária-financeira e o último se refere à esfera real da economia.

No primeiro, o Banco Central do Brasil não pode sozinho assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda. Ele pode perseguir sim este objetivo. Mas a inflação tem diversas causas e muitas delas não são sequer alcançáveis pelos instrumentos de política monetária, por exemplo, um aumento de preços administrados é insensível a uma elevação da taxa de juros. A inflação tem causas diversas que devem ser atacadas pelo conjunto de organismos públicos e pela própria sociedade. Enfim, assegurar a estabilidade monetária deve ser um

4

objetivo de governo e também da sociedade – ao Banco Central cabe contribuir com o Governo e a sociedade perseguindo este objetivo.

Além disso, o Banco Central do Brasil deve garantir um sistema financeiro sólido e eficiente: (i) – *sólido*, para que não seja o epicentro de crises e para que seja imune a crises externas (ii) – *eficiente*, para atender à dinâmica da economia com taxas de juros moderadas para financiar o investimento, a produção, a comercialização, a exportação, a importação, o consumo e a aquisição de bens - sem deixar de atender as necessidades de liquidez, rendimento e proteção de correntistas e poupadores. Portanto, a política de regulação e fiscalização do Banco Central é vital.

Por fim, além de reconhecer explicitamente que seus instrumentos de política monetária e sua regulação financeira provocam mudanças no lado real da economia, o Banco deve colocar-se, de forma explícita, dentro do projeto de desenvolvimento do país. Tal projeto almeja, entre outros objetivos, manter a inflação sob controle com a economia crescendo e gerando empregos. Tem que ficar claro o que é óbvio: a taxa básica de juros e outros instrumentos de política monetária podem contribuir para melhorar (ou piorar) as condições econômicas para o crescimento e a geração de empregos.

E, por último, cabe ser destacado que o Banco Central do Brasil tem atuado nos últimos tempos dentro do balizamento teórico e de políticas monetária e de regulação aqui expostos. Portanto, a competência proposta neste Projeto para o Banco Central do Brasil dará respaldo legal para a manutenção e fortalecimento das políticas e procedimentos já adotados.

Sala da Comissão,

Senador **LINDBERGH FARIAS**
Senadora **ANGELA PORTELA**

5

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senador **DOUGLAS CINTRA**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senadora **GLEISI HOFFMANN**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **JOSÉ PIMENTEL**
Senador **OTTO ALENCAR**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **PAULO ROCHA**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - LEI DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 4595/64](#)
[artigo 9º](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Proposta de Emenda à Constituição**SENADO FEDERAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2016**

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 195.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159

IV – do produto da arrecadação das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *b* e *c*, 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal (CF) estabelece que a União entregue 49% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos demais entes da Federação. Na partilha estabelecida pelo art. 159 da Carta Magna, 21,5% são destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo que 1% será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano e 1% no

2

primeiro decênio do mês de julho de cada ano, e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entretanto, a cada ano as unidades da Federação vêm sentindo uma sensível perda nas transferências obrigatórias, haja vista o aumento da participação das contribuições sociais na arrecadação federal. Com efeito, na CF não existe a mesma redistribuição desses recursos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, razão pela qual o Governo Federal tem preferido aumentar sua receita com base nessa espécie tributária. Para termos uma ideia da amplitude da distorção ocasionada por essa prática, os impostos representam aproximadamente 39,28% do total de tributos arrecadados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, enquanto as contribuições representam mais de 50%.

A proposta que ora apresentamos torna obrigatória a partilha dos recursos das contribuições sociais incidentes sobre a receita ou o faturamento e o lucro com os Municípios, de maneira a permitir que mantenham sua autonomia financeira.

A emenda que se originar da proposição entrará em vigor apenas em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação, para que haja tempo suficiente para a elaboração dos ajustes necessários a sua implementação por parte da União Federal.

Portanto, tendo em vista a relevância da matéria, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **BLAIRO MAGGI**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senador **DOUGLAS CINTRA**
Senador **EDUARDO AMORIM**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **JOSÉ AGRIPINO**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **MARCELO CRIVELLA**
Senador **PAULO BAUER**
Senador **PAULO ROCHA**
Senador **REGUFFE**

3

Senador **RICARDO FRANCO**
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Senador **RONALDO CAIADO**
Senador **SÉRGIO PETECÃO**
Senador **TELMÁRIO MOTA**
Senador **VALDIR RAUPP**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)
[parágrafo 3º do artigo 60](#)
[artigo 159](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Requerimentos

Aprovado em 29/3/2016
[Assinatura]

**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO****REQUERIMENTO Nº ²²³, DE 2016**

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 24 e 26 de abril de 2016, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Mesa Diretora e XXXVII Sessão Ordinária, a serem realizadas no dia 25 do referido mês e ano, na cidade de Montevideo, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 24 a 26 de abril de 2016.

Sala das Sessões, 23 de março de 2016.

[Assinatura]
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Recebido em 23/03/16
Hora 16:50
[Assinatura]
Débora Rodrigues Matos - Mat. 25769
SGM - Senado Federal



SF/16467.28896-85

Página: 1/1 23/03/2016 15:33:05

c89435b095e7263852e394fb444e3db6274612fd



00100.042812/2016-70

*Aprovado em 29/3/2016**Wild:*

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

REQUERIMENTO *n.º 224 de 2016*

Requerimento nº /2016/GSFBEZER

Senhor Presidente,

1. Requeiro com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 26 de abril de 2016, para participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai, conforme convocatória do Presidente do ParlaSul.

Sala das Sessões, de março de 2016.

MARIA DE
FATIMA
BEZERRA

Assinado de forma digital por MARIA DE
FATIMA BEZERRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Física A3,
ou=ARSPRO, ou=Autoridade Certificadora
SERPROACF, cn=MARIA DE FATIMA BEZERRA
Dados: 2016.03.28 10:35:33 -03'00'

FÁTIMA BEZERRA

Senadora da República pelo Rio Grande do Norte

*Realizado via SENAD
em 28/3/2016 às
11:41 Wilder*

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 – fatima.bezerra@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 30B85569000EF282.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 225, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, à cientista química Elisa Orth, bem como seja encaminhado o referido voto ao Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico - Jardins das Américas - Caixa Postal 190332 - CEP: 81.531-980 Curitiba/PR.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição das mulheres na ciência começou antes de existir o Dia das Mulheres e a revolução feminista, o rol de cientistas mulheres ainda é pouco mas ganhando cada vez mais espaço.

A cientista Elisa Orth, docente da Universidade Federal do Paraná, foi escolhida para fazer parte de um grupo de 15 jovens cientistas para participar de uma agenda com reuniões e palestras em Paris, capital da França. O prêmio, *For Women in Science*, foi criado pelo Unesco e pela Fundação L'Oréal para incentivar o trabalho de pesquisadoras de grande potencial.

Elisa Orth é bacharel, mestre e doutora em Química pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mas realizou seu pós-doutorado, na mesma área, na UFPR. Em 2012, recebeu o Grande Prêmio CAPES de Tese Milton Santos na área de Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar Materiais e Biotecnologia. Atua na coordenação do Grupo de Catálise e Cinética, também colabora com os grupos de Química de Materiais; e de Pesquisa em Macromoléculas e Interfaces; além dos laboratórios de Síntese Química e Enzimática e Ressonância Magnética Nuclear.

Nos congratulamos à conquista de Elisa, que em breve terá seu nome na lista de mulheres cientistas que contribuíram para evolução da sociedade.

Sala das Sessões, de março de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Blairo Maggi**

Aprovado em 29/3/2016
Blairo Maggi

REQUERIMENTO Nº 226, DE 2016

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, e tendo em vista que fui convocado para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul pelo Brasil, da "XXXVII Sesión Ordinaria", a realizar-se no dia 25 de abril de 2016, em Montevidéu, Uruguai (conforme documento anexo), requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 24 e 26 do referido mês.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País entre os dias 23 a 26 de abril de 2016.

Sala das Sessões, 29 de março de 2016.


Senador **BLAIRO MAGGI**

Recebido em 29/03/16
Hora 17:58

Débora Rodrigues Matos - Mat. 257695
SGM - Senado Federal



SF/16034.25301-95

Página: 1/1 29/03/2016 16:57:07

8a4185bd4f86fcb6f2a10f4d7e74839eeca4c258b





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 227, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Art. 76, §1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da comissão parlamentar de inquérito do HSBC, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, para que prossigam, no prazo de prorrogação, as investigações de possíveis irregularidades na abertura de contas no HSBC de Genebra, na Suíça.

As despesas relativas à prorrogação dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

A CPI HSBC, instalada para apurar possíveis crimes fiscais, evasão de divisas e atuação de organizações criminosas que agiam através da abertura de contas irregularmente pelo banco HSBC, na Suíça, com a cooperação desta instituição financeira, teve como fato impulsionador a divulgação de uma lista contendo informações sobre cerca de oito mil contas de brasileiros, abertas naquela instituição financeira, em Genebra.

Essas informações foram divulgadas em fevereiro de 2015, após uma vasta apuração promovida pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ – sigla em inglês), em parceria com o jornal francês Le Monde.

Todavia, ainda que os trabalhos desta comissão tenham avançado, muitas medidas foram adiadas para que se aguardasse a decisão das autoridades francesas sobre a autorização para o compartilhamento da lista oficial (validada pela justiça daquele país) com os membros desta Casa.

Essa decisão só veio recentemente, em 08 de janeiro p.p., quando o Ministério da Justiça francês encaminhou a autorização ao Ministério da Justiça brasileiro, e somente na última de fevereiro que a Procuradoria-Geral da República providenciou o compartilhamento dos dados.

Dessa forma, o efetivo trabalho de análise dos dados oficiais relativos às contas dos correntistas brasileiros no HSBC de Genebra, deverá iniciar-se em breve e tendo em vista o volume e a complexidade das informações, esta Comissão precisará de um tempo maior do que o prazo final estabelecido para a conclusão dos trabalhos desta CPI.

Diante de todo o relatado e com o apoio dos demais membros desta Comissão, solicitamos a Vossa Excelência que, em consonância com o precitado Art. 76, §1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, e no § 2º, art. 5º da Lei 1579, de 1952, seja submetido ao Plenário do Senado Federal o pedido de prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias.

Sala das Sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANGELA PORTELA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**

Senador **LASIER MARTINS**
Senador **LINDBERGH FARIAS**
Senador **MAGNO MALTA**
Senador **MARCELO CRIVELLA**
Senador **OMAR AZIZ**
Senador **OTTO ALENCAR**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**
Senador **RICARDO FERRAÇO**
Senador **RICARDO FRANCO**
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Senador **ROMÁRIO**
Senador **WALDEMIR MOKA**
Senador **WALTER PINHEIRO**

(À publicação)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 228, DE 2016

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2016, de autoria do Senador Eduardo Amorim que “veda a cobrança, em academias de ginástica e estabelecimentos similares, de valores adicionais de alunos ou professores particulares de educação física (personal trainers) nas hipóteses que especifica” seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões,

Senador **ROMÁRIO**

(Inclua-se em ordem do dia oportunamente.)

Término de prazos

Encerrou-se em 28 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2012.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 28 de março o prazo, sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015).

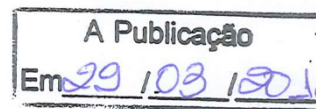
Tendo sido apreciados terminativamente pela CAE, o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015, vai à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015, rejeitado, vai ao Arquivo.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Comunicações



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria no Congresso Nacional



LMCN OF Nº 002 /2016

Brasília, 28 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Nesta.

Assunto: Indicação de Vice-Líder

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para indicar Excelentíssimo Senhor Senador **RONALDO CAIADO/DEM-GO**, para ocupar o Cargo de **1º VICE-LÍDER** na Liderança da Minoria no Congresso Nacional.

Agradeço antecipadamente a atenção e presteza dispensada por Vossa Excelência, e aproveito a oportunidade para renovar protestos de profundo respeito.

Atenciosamente,

Dep. **MENDONÇA FILHO**
Líder



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada

Em 29 / 03 / 16

Of. nº 205 /2016/PSDB

Brasília, 29 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **ROCHA**, em substituição ao Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 717/16, que cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

Respeitosamente,

Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**
Líder do PSDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC/PHS

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 29.03.2016

Ofício/LID.PP/ nº 56/2016

Brasília, 29 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso

Assunto: Indicação de parlamentares para Medida Provisória 717/16

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB-MA)** para integrar como **TITULAR** no lugar do Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB-GO)** e o Deputado **ARNON BEZERRA (PTB-CE)** para integrar como **SUPLENTE** no lugar do Deputado **WILSON FILHO (PTB-PB)** a **MP 717/16** que cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

Atenciosamente,

Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada

Em 29 / 03 / 16

Of. nº 206 /2016/PSDB

Brasília, 29 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **OTAVIO LEITE**, em substituição ao Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 718/16, que Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

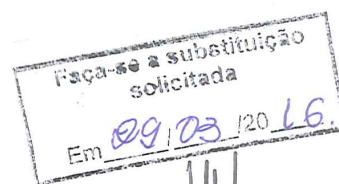
Respeitosamente,

Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**
Líder do PSDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC/PHS



Ofício/LID.PP/ nº 57/2016

Brasília, 29 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso

Assunto: **Indicação de parlamentares para Medida Provisória 718/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **DELEY (PTB-RJ)** para integrar como **TITULAR** no lugar do Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB-GO)** a **MP 718/16** que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências.

Atenciosamente,



Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 8/2016



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 8, de 2016 - Oswaldo Biato Júnior (Ucrânia e Moldova)

Indicação do sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e na Moldova.

Matéria **MSF 8/2016**

Início Votação **29/03/2016 17:31:13** Término Votação **29/03/2016 17:40:31**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 8, de 2016 - Oswaldo Biato Júnior (Ucrânia e Moldova)

Indicação do sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e na Moldova.

Matéria **MSF 8/2016**

Início Votação **29/03/2016 17:31:13** Término Votação **29/03/2016 17:40:31**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:47

NÃO:2

ABST.: 1

PRESIDENTE:0

TOTAL:50



Primeiro-Secretario

Parecer nº 272/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 272, de 2016 - Ricardo Sérgio Maia Bezerra (ANAC)**

Indicação do sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 272/2016**Início Votação **29/03/2016 17:41:24** Término Votação **29/03/2016 17:49:41**Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 272, de 2016 - Ricardo Sérgio Maia Bezerra (ANAC)

Indicação do sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 272/2016**

Início Votação **29/03/2016 17:41:24** Término Votação **29/03/2016 17:49:41**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:48 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:51



Primeiro-Secretario

Parecer nº 270/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 270, de 2016 - Juliano Alcântara Noman (ANAC)**

Indicação do sr. Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 270/2016**Início Votação **29/03/2016 17:50:35** Término Votação **29/03/2016 17:56:40**Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO

Emissão 29/03/2016 17:56:42

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 270, de 2016 - Juliano Alcântara Noman (ANAC)

Indicação do sr. Juliano Alcântara Noman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 270/2016**

Início Votação **29/03/2016 17:50:35** Término Votação **29/03/2016 17:56:40**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:48

NÃO:1

ABST.: 0

PRESIDENTE:0

TOTAL:49


Primeiro-Secretário

Parecer nº 271/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 271, de 2016 - Hélio Paes de Barros Júnior (ANAC)**

Indicação do sr. Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 271/2016**Início Votação **29/03/2016 17:57:27** Término Votação **29/03/2016 18:03:56**Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO

Emissão 29/03/2016 18:03:58

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 271, de 2016 - Hélio Paes de Barros Júnior (ANAC)

Indicação do sr. Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Matéria **PAR 271/2016**

Início Votação **29/03/2016 17:57:27** Término Votação **29/03/2016 18:03:56**

Sessão **39ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:49

NÃO:7

ABST.: 0

PRESIDENTE:0

TOTAL:56


Primeiro-Secretário

Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015-Complementar**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 287, DE 2016**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 – Complementar (nº 278, de 2013, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 – Complementar (nº 278, de 2013, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*, consolidando a Emenda nº 1 – CAE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 29 de março de 2016.

JOÃO ALBERTO SOUZA, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

DOUGLAS CINTRA

GLADSON CAMELI

ANEXO AO PARECER Nº 287, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 – Complementar (nº 278, de 2013, na Casa de origem).

Acrescenta § 25 ao art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 25:

“Art. 18-A.

.....

§ 25. O MEI poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015 (Complementar) e Emenda nº 1 - CAE(Redação)

Permissão para que o microempresário possa utilizar sua residência como sede da empresa.

Matéria **PLC 167/2015**

Início Votação **29/03/2016 18:17:16** Término Votação **29/03/2016 18:31:00**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PSB	SIM
PR	SIM
DEM	SIM
PCdoB	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PT	TO	Donizeti Nogueira	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015 (Complementar) e Emenda nº 1 - CAE(Redação)

Permissão para que o microempresário possa utilizar sua residência como sede da empresa.

Matéria **PLC 167/2015**

Início Votação **29/03/2016 18:17:16**

Término Votação **29/03/2016 18:31:00**

Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

29/03/2016 14:00:00

PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
DEM	SE	Ricardo Franco	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
-	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:59

NÃO:0

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:60

Primeiro-Secretario

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 2 - Plen, de parecer contrário ao PLC nº 167, de 2015 (Complementar)

Matéria **PLC 167/2015**Início Votação **29/03/2016 18:31:32** Término Votação **29/03/2016 18:38:39**Sessão **39º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

Partido	Orientação		
PMDB	NÃO		
PT	NÃO		
PSDB	NÃO		
PSB	NÃO		
PP	NÃO		
DEM	NÃO		
PR	NÃO		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
PV	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	NÃO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSB	SE	Antônio C Valadares	NÃO
PP	AL	Benedito de Lira	NÃO
PR	MT	Blairo Maggi	NÃO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	NÃO
PSDB	SC	Dalírio Beber	NÃO
PMDB	SC	Dário Berger	NÃO
PT	TO	Donizeti Nogueira	NÃO
PTB	PE	Douglas Cintra	NÃO
PSC	SE	Eduardo Amorim	NÃO
PTB	PI	Elmano Férrer	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	NÃO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	NÃO
PP	AC	Gladson Cameli	NÃO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PP	RO	Ivo Cassol	NÃO
PMDB	MA	João Alberto Souza	NÃO
DEM	RN	José Agripino	NÃO
PMDB	PB	José Maranhão	NÃO
PSD	MT	José Medeiros	NÃO
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PDT	RS	Lasier Martins	NÃO
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	NÃO
PR	ES	Magno Malta	NÃO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	ABSTENÇÃO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 2 - Plen, de parecer contrário ao PLC nº 167, de 2015 (Complementar)

Matéria **PLC 167/2015** Início Votação **29/03/2016 18:31:32** Término Votação **29/03/2016 18:38:39**

Sessão **39ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **29/03/2016 14:00:00**

PMDB	SP	Marta Suplicy	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
PSDB	SC	Paulo Bauer	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PMDB	PB	Raimundo Lira	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
DEM	SE	Ricardo Franco	NÃO
PSB	RJ	Romário	NÃO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
PMDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PDT	RR	Telmário Mota	NÃO
PMDB	RO	Valdir Raupp	NÃO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PMDB	MS	Waldemir Moka	NÃO
-	BA	Walter Pinheiro	NÃO
PR	MT	Wellington Fagundes	NÃO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:3 NÃO:47 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:52


 Primeiro-Secretario

DECRETOS LEGISLATIVOS

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2016

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de outubro de 2005, a concessão outorgada à Rádio Educadora de Piracicaba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2016

Aprova o ato que outorga permissão à RBC – REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 29 de março de 2011, que outorga permissão à RBC – Rede Brasileira de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 2016

Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010, que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA STÚDIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Stúdio FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 953, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Aliança – ACNA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2016

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297, de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2010, a permissão outorgada à INTERSOM - Emissoras de Frequência Modulada Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 239, de 7 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 292, de 27 de setembro de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTO DOS VOLANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 204, de 10 de julho de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária de Ponto dos Volantes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ABSFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 339, de 17 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Beneficente São Francisco de Assis – ABSFA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.052, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Boa Vista para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEJUÇARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 946, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Pejuçara para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador Renan Calheiros, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITAPUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.060, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social de Itapuca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA STILUS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 168, de 20 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Radiofônica Comunitária Stilus FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador Renan Calheiros, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MINUANO DE SARANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 25, de 8 de março de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Rádio Adonai FM Estéreo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA LÚCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GUARUJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 247, de 7 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação Cultural Guarujá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COCAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2014, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PADROEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação Padroeira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador Renan Calheiros, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 1.097, de 16 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Ipojuca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 2016

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA. - ME para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 441, de 13 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Aliança Igarapava Ltda. - ME para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 171, de 20 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Manitiba de Quixeramobim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 592, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização ao Grupo Broto d'Água para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 2016

Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 316, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA PARAISOPOLENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 1.236, de 30 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO DO JEREMIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 1.058, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural do Bairro do Jeremias para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CONQUISTA D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 785, de 26 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Conquista d'Oeste para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 121, de 2 de março de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Religiosa e Artística, Gazeta FM, de Formiga para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2016

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 303, de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Rádio Pranchita FM Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 17, de 20 de janeiro de 2012, que outorga autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2016

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 203, de 10 de julho de 2013, que outorga autorização à Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2016

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 366, de 17 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de fevereiro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

RESOLUÇÕES

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2016

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e os cargos de Analista Legislativo, especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico, e estabelecer as respectivas atribuições.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e os cargos de Analista Legislativo, especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico, e estabelecer as respectivas atribuições.

Art. 2º Os arts. 235 e 400 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 235.

§ 2º
.....

II – Instituto de Pesquisa DataSenado:

a) Serviço de Pesquisa e Análise;

c) Observatório da Mulher contra a Violência;

§ 3º
.....

II – ao Instituto de Pesquisa DataSenado compete reunir e analisar estatísticas oficiais para subsidiar a atuação parlamentar; atuar em conjunto com a Consultoria Legislativa e com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal e com as Comissões Parlamentares na produção de relatórios com análises estatísticas para avaliação de políticas públicas e programas governamentais; avaliar a imagem e a formação do conceito do Senado Federal e do Congresso Nacional perante a opinião pública; realizar pesquisas de opinião ou pesquisas em dados secundários sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso; acompanhar estudos que tenham o Senado Federal por objeto; e executar outras atividades correlatas;

a) ao Serviço de Pesquisa e Análise compete planejar, coordenar e executar pesquisas de opinião, inclusive qualitativas, enquetes, sondagens e outras pesquisas de interesse do Senado Federal; propor indicadores e estatísticas de transparência que permitam avaliar o nível de transparência das informações públicas referentes ao Senado Federal, em comparação com outros órgãos da Administração Pública; consolidar relatórios estatísticos e analíticos sobre informações administrativas e legislativas de interesse público e sobre dados primários ou secundários; elaborar instrumentos de coleta de dados e plano amostral; realizar análises estatísticas dos dados identificados nas pesquisas, bem como elaborar relatórios a partir delas; contratar coleta de dados quantitativos ou qualitativos realizada por institutos de pesquisa; demandar à Ouvidoria do Senado Federal pesquisas e relatórios; e executar outras atividades correlatas;

c) ao Observatório da Mulher contra a Violência compete reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; estudar a situação da violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir de dados oficiais e públicos; elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre políticas de prevenção e de combate à violência contra a mulher e de atendimento às vítimas; propor e calcular indicadores específicos; propor medidas de melhoria nas políticas estatais; promover estudos, pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, que levem em consideração o grau de parentesco, a dependência econômica e a cor ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a

serem unificados nacionalmente, e para a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e executar outras atividades correlatas." (NR)

"Art. 400. Ao Analista Legislativo, Especialidade Comunicação Social, competem atividades de execução e assessoramento, de nível superior e especializado, em matérias de comunicação social; atividades relacionadas a supervisão, planejamento, controle, acompanhamento, proposição de normas internas, coordenação e execução especializada, em graus variados de complexidade, referentes a trabalhos em comunicação social em rádio e TV, relações públicas, assessoria de imprensa, marketing, publicidade e propaganda, mídias sociais, jornalismo e produção de conteúdos para serem divulgados e distribuídos por meios impressos e eletrônicos; e outras atividades correlatas." (NR)

Art. 3º O Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 400-A e 400-B:

"Art. 400-A. Ao Analista Legislativo, Especialidade Pesquisador de Opinião, competem atividades de execução e assessoramento, de nível superior e especializado, em matérias de coordenação, planejamento e execução de pesquisa de opinião; elaboração de questionários de pesquisa; coordenação da atividade de coleta de dados; análise e interpretação de dados de pesquisa; elaboração de relatórios de pesquisa; realização de auditoria das pesquisas de opinião; realização de estudos comparados; acompanhamento de pesquisas e estudos de interesse do Senado Federal; coordenação e execução de sondagens qualitativas e quantitativas; apoio às ações de opinião pública e interatividade do Senado Federal; acompanhamento da evolução da opinião pública nacional a respeito dos temas legislativos; e outras atividades correlatas."

"Art. 400-B. Ao Analista Legislativo, Especialidade Estatístico, competem atividades de elaboração de plano amostral para pesquisas de opinião; realização de levantamentos estatísticos; análise de questionários de pesquisa; elaboração de gráficos e planilhas de escala; tabulação de dados; análise de dados estatísticos; desenvolvimento de sistemas de amostragem e de modelos matemáticos; realização de testes estatísticos nos dados das pesquisas; análise de base de dados; montagem de listas telefônicas para uso em software de discagem automática; acompanhamento da realização de pesquisas; e outras atividades correlatas."

Art. 4º São criados, no quadro de servidores efetivos do Senado Federal, constante do item 2 do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal, 5 (cinco) cargos da especialidade Pesquisador de Opinião e 2 (dois) cargos da especialidade Estatístico, na categoria Analista Legislativo, Nível III, mediante a supressão de 4 (quatro) cargos da especialidade Odontologia e 3 (três) cargos da especialidade Medicina, de mesma categoria e nível.

Parágrafo único. Enquanto não se der o provimento dos cargos referidos no caput, os servidores efetivos da especialidade Comunicação Social, da categoria Analista Legislativo, Nível III, atualmente em exercício no Serviço de Pesquisa DataSenado, terão lotação no Instituto de Pesquisa DataSenado.

Art. 5º O item 3.1.2 do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1.2. SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA

FUNÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	FC	Nº
COORDENADOR	INSTITUTO DE PESQUISA DATA SENADO	FC-3	1
ASSESSOR TÉCNICO	OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PESQUISA E ANÁLISE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	FC-3	1

Art. 6º As despesas decorrentes da criação do Observatório da Mulher contra a Violência serão custeadas mediante remanejamento de cargos e reorganização administrativa, de maneira a não gerar novos custos para o Senado Federal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2016

Acrescenta parágrafo único ao art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a apresentação de requerimento de destaque pelas bancadas dos partidos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 312.

.....

Parágrafo único. Independência de aprovação do Plenário o requerimento de destaque apresentado por bancada de partido, observada a seguinte proporcionalidade:

I – de 3 (três) a 8 (oito) Senadores: 1 (um) destaque;

II – de 9 (nove) a 14 (quatorze) Senadores: 2 (dois) destaques;

III – mais de 14 (quatorze) Senadores: 3 (três) destaques.”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATA**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 5ª REUNIÃO DE 2016

*Aprovada na 6ª reunião,
realizada em 29.03.2016.
Publique-se.*

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2016, realizada em 23 de março de 2016, quarta-feira, às 10h, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do depoimento pessoal do Representado, Senador Delcídio do Amaral, no âmbito da Representação nº 1, de 2015.

Estiveram presentes os Srs.(as) Senadores(as) membros do Conselho:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PT)

José Pimentel
Lasier Martins
Paulo Rocha e
Angela Portela

MAIORIA (PMDB)

João Alberto Souza
Romero Jucá
Otto Alencar e
Sérgio Petecão

BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM, PV)

Cássio Cunha Lima e
Dalirio Beber

BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Randolfe Rodrigues
João Capiberibe e
Vanessa Grazziotin

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PSC, PTB, PRB)

Telmário Mota



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (5ª Reunião)

SF - 2

23/03/2016

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, destinada a colher o depoimento do Representado, Senador Delcídio do Amaral, em face da Representação nº 1, de 2015.

Inicialmente submeto à deliberação deste Conselho a ata da 4ª Reunião de 2016, dispensada a sua leitura.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre a mesa petição de autoria do representado informando da renovação de sua licença médica por mais 15 dias e, ao mesmo tempo, requerendo o adiamento de sua oitiva para data futura, de cujo teor passou à leitura:

Delcídio do Amaral Gomez, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus bastantes procuradores infrascriptários, vem, respeitosamente, por esta e na melhor forma de direito, perante Vossa Excelência, expor e requerer o que se segue:

1. O Senador Delcídio do Amaral Gomez encontra-se atualmente licenciado de suas atividades parlamentares por conta de problemas de saúde. Sua licença médica venceria no próximo dia 22 de março do corrente ano.

2. Por tal razão, na última sessão do Conselho de Ética, foi deliberado que o Conselho ouviria o ora requerente na próxima quarta-feira, dia 23 de março. Ocorre que tal licença médica que, em princípio, findaria na data de amanhã foi prorrogada pelo período de mais quinze dias. O pleito de prorrogação foi devidamente protocolizado perante o Senado Federal junto ao órgão competente (doc. 2).

3. Dessa forma, por motivos de saúde, o Senador Delcídio do Amaral estará inabilitado para comparecer à mencionada assentada aprazada para essa semana perante o Conselho de Ética. Por tal razão, atravessa-se o presente petitório para, em primeiro lugar, informar Vossa Excelência de tal situação e, em segundo lugar, requerer seja resignada a oitiva do representado para momento vindouro, após o término de sua licença médica.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba/PR, 21 de março de 2016.

Antonio Augusto Figueiredo Basto, Luís Gustavo Rodrigues Flores, Tracy Joseph Reinaldet e Adriano Bretas, advogados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente, permite uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Concedo já a questão de ordem a V. Ex^a.

A Presidência informa às senhoras e aos senhores membros do Conselho que foi encaminhada hoje à Secretaria do Conselho, via *e-mail*, às 8h27min, solicitação da defesa do Representado no sentido de que seja suspenso o presente processo disciplinar até o esgotamento do período de licença médica do Senador representado.

Pergunto aos senhores, consulto os membros do Conselho, se desejam ouvir a leitura do inteiro teor do documento. Eu já encaminhei cópia aos Srs. Senadores...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, ouço o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu apenas queria saber, Presidente, se o defensor do acusado está presente ou não, ou seus advogados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O advogado do defensor não está presente, não há nenhum advogado, nenhum se apresentou a mim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É para que conste em ata a ausência da defesa do acusado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu faço constar em ata a solicitação do Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Já que há sobre a mesa um atestado médico, eu gostaria que V. Ex^a pudesse dar aos Senadores conhecimento do nome do médico, código da doença relatada, CID, nome completo e também o que consta no atestado médico. Gostaria que V. Ex^a o lesse.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Peço que o Sr. Relator preste as informações solicitadas.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nome do médico, consultório, diagnóstico e prazo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente, primeiro, eu queria acrescentar na ata, relativamente à solicitação do Senador Lasier, que os advogados do Senador Delcídio foram intimados a comparecer. Não vieram nem apresentaram atestado. Eu só queria fazer constar isso.

Quanto à questão do atestado, como se trata de algo pessoal, é preciso haver algum cuidado para não expor ninguém, mas eu queria colocar dados que acho interessantes.

Por exemplo, o médico que dá o atestado a ele – isso é público –, o Dr. Plínio...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Plínio de quê?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Dr. Plínio Caldeira Brant.

O atestado é do dia 18 de março para valer a partir de hoje – no período em que o Senador Delcídio estava de licença, quer dizer, 5 dias antes desse atestado. E ele diz que o Senador Delcídio está sob cuidado médico e não pode comparecer às suas atividades. Ou seja, o atestado é dirigido à atividade dele.

Eu queria também que fosse registrado em ata que, normalmente, um servidor, quando pega 15 dias – e o Senador Delcídio já pegou 15 dias –, os outros 15 dias têm que ser através de uma junta médica. Ou seja, estamos aqui abrindo uma grande exceção, porque hoje ele deveria estar apresentando um atestado expedido por uma junta médica. Ele não deixou nem terminar os 15 dias dele, a data é do dia 18, ia terminar dia 22.

Outro fato que nos chama atenção é que, no dia do atestado, dia 18, o Senador Delcídio estava dando uma entrevista na TV Globo, no mesmo dia do atestado. Além disso, no período em que ele estava enfermo, no período anterior, dia 13, ele diz na revista *Veja* que ele estava numa carreata em São Paulo, numa moto, ele dirigindo a

moto – inclusive não tirava nem o capacete para não ser visto, para não ser hostilizado, ele mesmo fala isso. E no dia 15 ele dá uma entrevista para a revista *IstoÉ*. Ou seja, de repente ele está enfermo para a atividade dele, mas, para dar entrevista, não. O próprio atestado dele diz isto: que ele está incapacitado para exercer suas atividades profissionais.

Há algo que me chama mais a atenção: que, nesse mesmo período, o gabinete dele está fazendo movimentações, exonerações e nomeações – são várias.

Queria só registrar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estou com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por favor, me inscreva em seguida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se eu entendi, o médico deu mais 15 dias, e, no dia 13, ele teve atividade, dirigindo uma moto numa passeata...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele dirigiu a moto no dia 13; no dia 15 ele deu entrevista, no dia 18 ele deu entrevista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, certamente, não estaria impossibilitado de estar aqui. Mas vamos aceitar. No caso, seria até importante, não sei se os Senadores concordam, chamar até... Se não vier um atestado da junta médica, convidar o próprio Dr. Plínio para falar a respeito da situação de saúde do Senador.

Mas eu queria, me dirigindo ao Presidente, nobre Senador João Alberto, dizer: Presidente, o Regimento é muito claro. No art. 15, inciso II, na alínea "b", é muito claro o Regimento: transcorrido o prazo de apresentação de defesa – que é o caso, ele deveria estar hoje com o advogado dele aqui o defendendo; se ele não pudesse vir, mandar o advogado, ele tem advogado, consta dos autos o advogado que vai fazer sua defesa –, o Presidente do Conselho, no caso, V. Ex^a, nomeará defensor dativo para oferecê-la, oferecer a defesa, reabrindo-lhe igual prazo, ressaltando o direito do representado de a todo tempo nomear outro de sua confiança ou a si mesmo se defender em abertura de novo prazo de defesa. Então, o que o Regimento quer aqui é que, não vindo seu advogado, seja nomeado um advogado dativo para não se postergar e postergar uma decisão do Conselho de Ética do Senado Federal, o que seria uma coisa muito negativa.

Então, pergunto se V. Ex^a vai seguir o Regimento nomeando um advogado dativo ou vai, de alguma forma, aguardar, dando uma oportunidade, outra oportunidade ao Senador de defesa ou através dele ou através de seus advogados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar, eu vou ouvir o Senador Lasier Martins, depois o Senador Randolfe Rodrigues e depois eu respondo a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Presidente, diante dos termos desse atestado médico, há uma evidente intenção de procrastinação, porque, veja que coisa curiosa e – por que não? – abusiva: o médico examina o seu paciente no dia 18 e dá um atestado médico de que ele estará impedido de atividades uma semana depois. Ora, se estava doente, era no dia 18. E exatamente marca o dia para impedimento das atividades no dia 23, quando deveria comparecer aqui. É evidente: isso é abuso.

Então, desde logo, Presidente, eu quero alertar V. Ex^a para que não se repita aqui, na nossa Comissão do Senado, o que acontece há meses ou aconteceu há meses na Câmara dos Deputados. Que não se repita aqui o mesmo abuso.

Bom, em segundo lugar, o advogado, uma vez não comparecendo, deveria ter mandado atestado médico porque também está doente. Se não mandou é porque quer impedir o andamento do processo.

Mas nada disso impede os atos de hoje que serão atos meramente administrativos, sem nenhum prejuízo para o acusado, porque V. Ex^a provavelmente abrirá o prazo para instrução, para produção de provas. Eu, por exemplo, tenho interesse em requerer uma testemunha que desde já eu posso identificar: Bernardo Cerveró. Tenho interesse em ouvir.

Então, nesse sentido, a nossa audiência poderá ser muito bem avançada com os atos administrativos de registro da ausência do advogado sem prova dos motivos para sua ausência e a intimação dele para acompanhar a instrução a partir da próxima data que V. Ex^a vai marcar, com ouvida de testemunha.

E quanto ao depoimento pessoal, conforme o processo penal, isso é um ato meramente facultativo. O órgão acusador ouve o réu se quiser. Se não quiser, não precisa. Então, isso não vai permitir que o acusado proteja indefinidamente o nosso processo.

De tal modo que, independentemente do que mais tiver a relatar o Senador Telmário, V. Ex^a abra hoje o prazo para instrução do processo, com indicação de testemunhas ou outras provas que melhor convierem a cada um dos Senadores.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Excelência, eu queria sugerir um procedimento que me parece ser o mais lógico a essa altura, em face do que dispõe, inclusive, a nossa Resolução nº 20/1993, que rege este Conselho de Ética.

Ora, a ausência, hoje, do Senador não prejudica, como já foi dito pelo Senador Lasier e como V. Ex^a tem conhecimento, o rito administrativo e o rito que temos de seguir. Obviamente, a partir de agora, o Relator dá sequência à instrução do processo, chama, para serem ouvidas pelo Conselho, as testemunhas que entender por bem para instruir o processo, isso sem prejuízo da defesa, e nós marcamos uma nova data para o depoimento de S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral. E eu queria sugerir, Presidente, a V. Ex^a e ao Conselho, que déssemos encaminhamento ao art. 17-F, do Conselho de Ética, que diz o seguinte: "Art. 17-F. Se necessária a realização de perícia, o Conselho, em decisão fundamentada, designará perito, que poderá ser de órgão externo ao Senado Federal."

Ou seja, Sr. Presidente, é possível, cabe a nós, ao Conselho designar uma perícia médica para submeter S. Ex^a o Senador Delcídio, para diligenciar até S. Ex^a o Senador Delcídio e certificar qual seu estado de saúde, isso sem prejuízo de nós marcarmos uma nova data para o depoimento dele, e, caso ele volte a se ausentar e a defesa também não esteja presente, obviamente seguimos o rito previsto na Resolução nº 20, que seria a designação do defensor dativo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho certeza que nós temos dois objetivos muito nítidos nesta Comissão. O primeiro é revelar a verdade plena de tudo que está sendo investigado, não permitindo procrastinações indevidas nem açosamentos desnecessários. O caminho da prudência é sempre a melhor trilha em instantes como este.

Portanto, sob a condução de V. Ex^a, com a participação decisiva do Relator, a sugestão que eu trago é de que possamos dar sequência, e acredito que esse também é o pensamento do Senador Paulo Rocha, com quem já conversamos, de forma a tomarmos decisões administrativas na presente reunião, estabelecendo a oitiva de testemunhas que farão a instrução do processo, fixando uma nova data para que o Senador Delcídio possa, pessoalmente ou através dos seus advogados, apresentar o seu testemunho – e definitivamente estará caracterizado o direito de defesa que ele já vem tendo, hoje era um dia em que ele poderia exercer o direito de defesa, como preserva a nossa legislação –, sem que isso represente uma procrastinação indevida.

Agiremos, assim, com prudência; agiremos, assim, dentro dos ditames do nosso Regimento e daremos a resposta que não apenas o Senado Federal deseja, mas que é uma exigência da Nação brasileira quanto ao desfecho desse procedimento.

É a contribuição, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, após o Senador Paulo, eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Petecão em seguida.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu acho que a Presidência tem a responsabilidade, assim como o Conselho de Ética e todos nós, perante a sociedade brasileira, de resolver esse problema que se processa sobre o Senado Federal. Está aqui em questionamento o comportamento de um Senador, e o que nós temos que fazer? Acho que esses encaminhamentos que os colegas já estão fazendo são processo de uma discussão anterior de que o Conselho não pode ficar submetido a procrastinações e, ao mesmo tempo, tem que assegurar o amplo direito de defesa do que está sendo julgado aqui por nós.

Nesse sentido, sem prejuízos e para não ficarmos submetidos à procrastinação, o próprio Regimento nos assegura de dar continuidade ao processo, na ouvida de testemunhas, na apresentação de provas ou contraprovas, enfim. E nós o convocariamos em outro momento para que ele venha depor, aí já sob uma condição mais firme do que a que o Regimento nos autoriza. E vamos prestando contas à sociedade da continuidade de um processo normal, aqui assegurando o amplo direito de defesa, mas, ao mesmo tempo, sem estar submetido a qualquer procrastinação do representante ou do representado.

Então, acho que o melhor encaminhamento seria este, Sr. Presidente: que o nosso Relator continue firme no processo, assegurando as investigações, as testemunhas, enfim, qualquer prova documental, e a Comissão dá o encaminhamento tranquilo e correto, assegurando, sem se submeter à procrastinação, as condições de amplo direito de defesa para que não se venha a colocar em xeque qualquer posicionamento ou decisão posterior ao final da nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, embora seja repetitivo, na mesma linha do Senador Cássio e na mesma linha do Senador Paulo Rocha, até porque na nossa reunião conversamos também nessa linha, peço a V. Ex^a que tome todos os cuidados possíveis para que esta Comissão não cometa nenhum tipo de injustiça, não dê celeridade para atender qualquer tipo de interesse político pessoal ou de grupo e que também não caiamos nessas armadilhas, nesses subterfúgios, nesses instrumentos, que são, às vezes, colocados aqui. Esse é o exemplo que estamos vendo lá na Câmara Federal, e isso é muito ruim, depõe contra a imagem desses Conselhos. Não tenho dúvida da sua determinação, da sua vontade de resolver isso dentro da maior transparência possível, mas, para que não pare dúvida sobre a minha posição, eu digo que ela é neste

sentido: não darmos celeridade e podermos cumprir todos os prazos regimentais, mas, também, não aceitarmos, de forma alguma, qualquer tipo de subterfúgio que prejudique o trabalho desta Comissão. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber o CRM e também o número da CID, que acho que o Senador Otto já solicitou, para tomarmos conhecimento.

Outra questão que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente – sei que vamos ter uma reunião administrativa, com sugestões de pessoas a serem ouvidas, aqui, da Comissão e vou ter que correr ali na CCJ porque estão pedindo quórum para votação – é a sugestão para ouvirmos também o Advogado Edson Ribeiro, advogado do Cerveró, que foi preso também juntamente com o Senador Delcídio e que estava no momento da gravação. É o Dr. Edson Ribeiro, essa é a minha sugestão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ao tomar assento aqui, na bancada, recebi – não sei se V. Ex^{as} também receberam – um requerimento do escritório Figueiredo Bastos, assinado pelo Dr. Adriano Sérgio Nunes Bretas, com data de hoje, em que comunica que o acusado está em tratamento médico em São Paulo e que não poderá ser ouvido enquanto não estiver recuperado e que tem direito a licença por 120 dias sem remuneração. Ora, 120 dias, Presidente, se completarão no dia 23 de julho, casualmente a época em que normalmente ocorre o recesso parlamentar. Não sei se ano o recesso será suspenso e acho que até deverá ser suspenso.

Mas, nesse documento, relembra-se aquilo que já sabemos, ou seja, que o art. 17 da Resolução nº 25, de 2008, diz: "O Conselho poderá – vou enfatizar bem: "poderá" – convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal".

Muito bem; se depender do meu voto, eu não quero ouvi-lo; não precisa. Ele faz a sua defesa pelo advogado. Nós podemos, como eu disse há pouco, dispensar o depoimento pessoal. Agora, se o acusado insistir muito em ser ouvido, V. Ex^a poderá escolher uma parcela da Comissão e mandar a São Paulo para ouvir o acusado em data por ele marcada, dentro desse prazo, para impedir isso que se está vislumbrando claramente: há um sentido protelatório desse processo. Enquanto isso, vamos começar a ouvir as testemunhas – se é que haverá testemunhas, no plural – e eventual outra prova técnica.

Essa, a minha sugestão: dispensar o depoimento pessoal e iniciar a instrução com a ouvida de testemunhas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, eu queria continuar fazendo uso da palavra e, depois, com a anuência aqui do nosso Relator, dialogaremos a respeito das questões de ordem levantadas por V. Ex^a.

Esclareço ao Plenário que estamos na fase de instrução probatória, prevista no Capítulo VI, letra "a", do Regimento desta Conselho. A convocação do representado para prestar depoimento pessoal é uma faculdade do Conselho, conforme disposto no art. 17-B do Regimento deste Colegiado.

Como afirmou o Senador Lasier, o Conselho "poderá convocar o representado ou denunciado para depoimento pessoal". Assim sendo, a ampla defesa do representado poderá ser contemplada na fase de produção de provas, podendo apresentar requerimentos, com as diligências que entender necessárias, conforme consta do art. 17-A, formular quesitos em caso de perícia, requerer a juntada de documentos novos, até o encerramento da instrução probatória.

Sobre a petição que a Secretaria do Conselho recebeu às 18h27min, em caráter de urgência, que acaba de ler o Senador Lasier, resumidamente, passo a informar a este Conselho.

A defesa alega que o Senador Delcídio do Amaral se encontra licenciado por imperiosa razão de ordem médica e que, por essa razão, o Senador não tem condições de se fazer presente a este Conselho para ser ouvido nesta data.

Alega a defesa que o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Teori Zavascki, já autorizou que o tratamento médico, sob o qual se encontra o Senador Delcídio do Amaral, seja feito em São Paulo.

Contudo, a Presidência esclarece que o processo não será interrompido em decorrência do atestado médico, conforme já foi decidido pelo Ministro Celso de Mello em questão pertinente a esse mesmo processo. Já foi decidido, pois, que não para o processo.

Ainda: que a defesa foi intimada somente para o depoimento pessoal do representado e ressalta que irá solicitar a impugnação de qualquer deliberação que, eventualmente, ocorra na presente reunião.

É o que a defesa pretende fazer, ou seja, impugnar qualquer deliberação que se tome nesta reunião que ela quer que seja suspensa.

A defesa requer a suspensão do presente processo até o término da licença médica do representado.

Eu tenho aqui o que diz a legislação a esse respeito. A jurisprudência levantada está toda aqui conosco.

Mas nós tivemos várias questões de ordem, e eu queria...

Foram protocolados ainda requerimentos de autoria dos Senadores João Capiberibe e Romero Jucá solicitando cópia do inteiro teor da delação premiada. Queria colocar em votação essa parte para que seja incluída no processo a delação premiada, que ainda não foi incluída. São duas representações, do Senador João Capiberibe e do Senador Romero Jucá.

A Secretaria já distribuiu cópia dos requerimentos às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Eu quero colocá-los em votação porque nós temos que fazer essa inclusão, fazer com que faça parte do processo a delação premiada.

ITEM

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº 2, de 2016

[Requeiro, como base no art. 214, caput, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); nos arts. 17-A, caput, e 26-B, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 17 de março de 1993; e nos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, seja remetido por este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao Exmº Sr. Ministro Teori Zavascki – relator no Supremo Tribunal Federal dos processos relacionados à chamada "Operação Lava-Jato" – ofício solicitando inteiro teor da proposta de colaboração premiada feita pela defesa do Senador Delcídio do Amaral.]

Autoria: Senador João Capiberibe.

ITEM

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº 3, de 2016

[Solicita a adoção de providências para encaminhamento de documentos que oferecem suporte ao trabalho do CEDP, inclusive o acordo de delação.]

Autoria: Senador Romero Jucá.

Estão todos de acordo?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Aprovados.

Agora, o Relator vai dar sua opinião sobre as questões de ordem levantadas e, para que o processo tenha um encaminhamento mais rápido, vai dar sua opinião também sobre qual deverá ser o nosso comportamento daqui para frente diante de uma conversa que já tivemos anteriormente, tanto com ele, como com os Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, V. Ex^a colocou em votação os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Já foram aprovados.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já foram aprovados.

Embora eles não estejam presentes, é bom a gente subscrevê-los para poderem ter validade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estiveram presentes? Está bem.

Bem, Sr. Presidente, nós estamos na fase de instrução processual, e o processo não vai, naturalmente, parar por conta do atestado do Senador Delcídio.

Eu estou entrando com dois requerimentos.

Um deles, que estou encaminhando a V. Ex^a, é requerimento com fundamento no art. 17-A, da Resolução nº 20, de 1993, para a juntada dos documentos anexos, que dizem respeito às diligências e à instrução probatória do processo disciplinar contra o Senador Delcídio do Amaral Gomez:

1 – Entrevista do Senador Delcídio do Amaral Gomez concedida ao Jornal Nacional, TV Globo, veiculada dia 19 de março de 2016 – está aqui já o *pen drive* com essa entrevista.

2 – Matéria da revista *Veja*, editora Abril, edição nº 2.470, ano 49, nº 12, de 23 de março de 2016 – também está apenso aqui.

Então, eu encaminho esse requerimento a V. Ex^a e, junto com ele, encaminho outro requerimento, Sr. Presidente, com fundamento no art. 17-C, inciso I, da Resolução nº 20, de 1993, para a convocação dos Srs. Bernardo Cerveró, Edson Ribeiro e Diogo Ferreira, a fim de serem ouvidos como testemunhas no processo disciplinar instaurado contra o Senador Delcídio do Amaral Gomez, em reunião a ser designada por este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Então, eu encaminho a V. Ex^a esses dois requerimentos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu queria aqui que V. Ex^a submetesse à Comissão que, no novo prazo do Senador Delcídio, que está previsto, como nós já recebemos dois atestados dele – num primeiro momento, de 15 dias, feito só por um médico; o segundo atestado também só por um médico – e levando em consideração que, conforme a lei, para todo servidor, o segundo atestado já tem que ser de uma junta médica... Então, estou aqui querendo colocar para V. Ex^a que, caso o Senador tenha que apresentar outro atestado, que esse atestado seja encaminhado por uma junta médica. Segundo: que ele, mesmo apresentando atestado, de acordo com o que está previsto no Código de Processo Penal, art. 185...

Esse artigo diz o seguinte:

Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado [se o advogado não vier, V. Ex^a poderá nomear um].

Aí, diretamente o art. 185, § 2º, inciso III, diz que ele poderá ser interrogado por videoconferência mesmo em caso de enfermidade. Para isso, ele teria um prazo de

dez dias. Então, a partir de hoje, V. Ex^a vai dar os 15 dias solicitados. Ele já tem cinco dias a mais. Então, no próximo prazo ele terá que ser ouvido por videoconferência mesmo com a enfermidade. Essa é uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz também que, caso não seja possível realizar a videoconferência, uma comissão poderá ouvi-lo onde quer que ele esteja, mas ele não pode passar da próxima convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acrescento, Senador, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Permita-me um momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... decorridos os 15 dias, a designação...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos colocar ordem nos trabalhos. Vamos fazer o seguinte: o Senador Lasier fez um levantamento aqui para se dispensar a oitiva.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Oitiva, não! Oitiva é para a testemunha. Dispensar o depoimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O depoimento dele. Seria a oitiva dele.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É. Tecnicamente, depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Seria para dispensar o depoimento dele. Eu tenho aqui vários requerimentos que me parecem ter uma aceitação generalizada, mas eu tenho que colocá-los em votação. Depois nós iríamos para o rito, discutir qual seria o rito, o que nós iríamos fazer...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – ... como nós iríamos nos comportar daqui para frente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não, Senador Paulo Rocha, Vice-Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só para formalizar nosso processo aqui. Esta comissão convocou uma reunião de oitiva, mas ele não compareceu. Então, acho que temos que formalizar agora o momento de a comissão passar a tomar... Pelos requerimentos e a consequente ausência, nós temos agora uma convocação extrapauta para processar essas decisões que sejam administrativas, para termos uma formalização das nossas ações aqui, para evitar qualquer problema. Então, o primeiro momento foi o da questão da oitiva de testemunhas, e agora estamos sendo convocados a decidir regimentalmente a questão extrapauta. Então, é importante formalizar isso, inclusive em ata, para a tranquilidade do processo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O processo disciplinar tem o processo penal como subsidiário. Então, não precisamos da presença do acusado para instrução quando das testemunhas. Não precisamos. Agora, precisamos da defesa, que ele tenha defesa.

Então, primeiro ponto, sugeri a V. Ex^a que já se previna, até, quem sabe, requisitando à OAB de Brasília, com a indicação, para esse processo, de um advogado dativo, como precaução, na hipótese de, na próxima audiência, a defesa não comparecer.

Segundo...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas ele tem advogado constituído!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, tem advogado constituído, mas que não comparece.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas não compareceu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se não comparece, nós não podemos ficar submissos a...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas nós iríamos substituir o advogado constituído?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós não vamos substituí-lo. Nós vamos dar andamento, porque o advogado deveria estar aqui hoje. Eu nunca tinha visto isto: estar em julgamento um réu importantíssimo em julgamento, que manda atestado médico, e o advogado não vir para se prevenir, para acompanhar o que está acontecendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Só um minutinho.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mandou, mas tem que estar presente para poder contestar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu queria ler o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois me permita concluir!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não.
Não interrompe o processo a ausência do advogado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pode mandar. Não interrompe. Ele constituiu advogado. Ele pode mandar por escrito... E o processo não é interrompido, continua.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor me permite concluir?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A defesa preliminar dele foi por escrito, feita por advogado. E nós aqui a apreciamos. O Relator a apreciou. Eu queria colocar os requerimentos que é preciso colocar em votação para constar da ata, e depois o Relator iria conosco, aqui, decidir o rito, qual seria o rito daqui para frente, o que vamos fazer daqui para frente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O que nós vamos fazer daqui para a frente?

Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Existe uma resolução, a Resolução nº 20, de 1991, que eu acho que deve ser seguida. E ela é muito clara no art. 15º, inciso II, alínea "b": na ausência do acusado ou do seu advogado, V. Exª pode indicar um advogado dativo para substituir. Se fizer isso, está cumprindo o Regimento, não está deixando de cumprir o Regimento.

Na minha opinião, o Regimento é para ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, já há uma defesa prévia feita por advogado constituído.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Fazendo-se isso, vai se evitar, amanhã ou depois, que ele venha a dizer que não teve direito de defesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite? Só para um esclarecimento.

O advogado dativo é para ausência do advogado. Neste processo, já ficou demonstrado a existência de defesa por parte do representado. Então, já temos uma defesa. O que temos que fazer é o encaminhamento. E quero aqui defender o encaminhamento que a Mesa está dando. O que nós temos que fazer agora é dar sequência ao rito, ou seja, o Relator tem que designar quem deve ser ouvido, o tempo que decorrerá os 15 dias desse último atestado do representado. Decorrido esses 15 dias, aí, sim, se o representado entrar com outra justificativa médica, outro atestado, nós podemos e deveremos designar perícia médica para esse fim e, aí, sim, designar defensor dativo na ausência do representado.

Mas a reunião de hoje não fica prejudicada. Nós temos que dar sequência aqui ao rito, conforme for estabelecido pelo Relator, seguindo a Resolução nº 20. Só para deixar claro que nos autos do processo consta a existência de advogado do representado. Então, são 15 dias, tempo em que instruiremos o processo, com a oitiva das pessoas que o Relator aqui designar. E vamos seguindo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E vamos continuar. É a decisão neste sentido do Supremo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permite que eu conclua, agora, Presidente?

Na mesma linha do Senador Randolfe. De fato, nós temos que tomar decisões nesta reunião de hoje. Eu quero propor o seguinte roteiro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Depois da votação dos requerimentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Ex^a não deixa eu falar!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não, me desculpe, Senador. Continue.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Primeiro, que V. Ex^a submeta ao Colegiado os requerimentos que estão sobre a mesa, para ver se aprovamos ou não ou se alguém quiser pedir vista, que haja vista coletiva ou individual.

Segundo, que V. Ex^a se previna para que não tenhamos a frustração de, na nova audiência, aí sim, sem advogado, não valer a audiência. V. Ex^a se previna buscando um advogado dativo, pedindo que a OAB de Brasília indique a fim de que venha alguém sem qualquer suspeita para cá.

Terceiro, se não há nenhum requerimento de prova técnica, nenhuma prova pericial, por exemplo, nós podemos partir já para a próxima etapa, que vem normalmente depois de prova técnica – V. Ex^a sabe –, a prova testemunhal. Então, iniciemos a oitiva das testemunhas, com presença de advogados, seja o titular, seja o dativo.

Feito isso, V. Ex^a dará o prazo para as razões finais do acusado e o voto de cada um. É tudo muito simples. E nós, com isso, vamos impedir a procrastinação, que é uma ameaça que já sente, já se vislumbra por aí e nós temos que defender a dignidade desta Comissão, que seja efetiva. E não a Comissão da Câmara que, até hoje, não resolveu nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, quero esclarecer a V. Ex^a que a defesa é comunicada dos atos nossos. Ela se apresenta para defender se quiser. Ela não quis apresentar, não apresenta a defesa!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Com todo respeito, não podemos submeter nenhum acusado sem defesa, por isso existe advogado dativo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas ele tem advogado constituído.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas ele não veio, doutor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ele já fez a defesa!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas agora que vai começar a instrução. Durante a instrução, o acusado tem que ter defesa. Nós precisamos de um advogado dativo. Se não, é nulo esse processo. Esse processo é anulável em instância do Judiciário comum.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Olha, Senador, eu tenho uma opinião diferente da de V. Ex^a, mas o Plenário é soberano.

Eu vou, agora, ler os requerimentos do Relator e, em seguida, os outros requerimentos.

Requerimentos do Relator.

Entrevista do Senador Delcídio do Amaral Gomes, concedida ao Jornal Nacional, O Globo, veiculado no dia 19 de março de 2016; matéria da revista *Veja*, de 23 de março de 2016.

Todos esses requerimentos são extrapauta.

Do Senador Telmário Mota, Relator:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº , DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 17, a, da Resolução nº 20, de 1993, a juntada dos documentos anexos, que dizem respeito às diligências e instrução probatória do processo disciplinar contra o Senador Delcídio do Amaral Gomez.

Autoria: Senador Telmário Mota.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº , DE 2016

Requer a juntada de entrevista do Senador Delcídio do Amaral Gomez, concedida ao Jornal Nacional; O Globo, veiculado no dia 19 de março de 2016; matéria da revista Veja, de 23 de março de 2016.

Autoria: Senador Telmário Mota.

São todos requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº 5, DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 17, c, I da Resolução nº 20, de 1993, convocando Bernardo Cerveró, Edson Ribeiro e Diogo Ferreira, a fim de serem ouvidos como testemunhas no processo disciplinar instaurado contra o Senador Delcídio do Amaral.

Autoria: Senador Telmário Mota.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, permite uma observação nesse item, Sr. Presidente, que é muito importante?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só um minutinho, Senador Lasier. Estamos lendo aqui o meu requerimento, e há um requerimento oral que fiz aqui, que é exatamente a oitiva do Senador Delcídio no dia 7. Se ele não comparecer, ele será ouvido em duas alternativas: ou por videoconferência, ou uma comissão irá até ele para ouvi-lo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nesse particular, eu gostaria, Senador Telmário, que o Presidente submetesse ao colegiado, aqui, se quer ou não quer ouvir o depoimento pessoal do acusado. V. Ex^a é o Relator, mas o colegiado...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Lasier, é obrigatório ouvi-lo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, não é obrigatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É obrigatório. Nós não podemos...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está escrito no art. 17: "poderá ouvir, se quiser".

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, V. Ex^a está confundindo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso se refere ao primeiro momento. Neste momento, temos de ouvi-lo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está errado!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a submetesse o nosso requerimento, da oitiva, no dia 7 com ele nessas duas situações: presencial, ou videoconferência, se ele não vier, ou uma comissão designada para ouvi-lo. Não podemos mais protelar isso.

Era o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – ... (*Falha na gravação.*)

... providenciasse... esse requerimento...

Coloco em discussão diante da argumentação do Senador Lasier Martins.

Pois bem; temos outro requerimento do Senador Lasier Martins, solicitando o depoimento pessoal do Sr. Bernardo Cerveró. Já há outro requerimento nesse sentido, mas vou colocá-lo em votação.

Há um requerimento do Senador João Capiberibe, convocando também Nestor Cerveró e o advogado Edson Ribeiro.

Eu vou colocar esses requerimentos apresentados, itens extrapauta, em votação em globo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, nós temos um problema. Não temos quórum para decidir neste momento. Aí, sim, é anulável. Então, quero sugerir a V. Ex^a que marque nova audiência para a próxima quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Espere aí, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... com todas as decisões que estamos tomando.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A votação é simbólica, e nós temos quórum. E a votação é simbólica.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, está bem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É simbólica a votação.

Pois bem; então, os Srs. Senadores que estão de acordo com os requerimentos lidos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Todos aprovados.

Nós temos, agora, o requerimento do Senador Telmário, de modo que ficam marcadas as oitivas das testemunhas, já aprovadas pelo requerimento de hoje, para o dia 30/3. Todos esses aqui para o dia 30/03.

Agora, vamos marcar o horário.

Qual é o melhor horário? O dia 30/03 quarta-feira. Pela manhã? Às 14h30min?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Às 14h30min, teremos as matérias da Agenda Brasil. Às 10 horas da manhã, não há nenhum impedimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, às 9h da manhã.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de estar nesta audiência. Eu sou o Relator do processo das drogas e no dia 30, de manhã, nós temos audiência pública durante a manhã inteira. Então, eu queria a encarecer a V. Ex^a e aos colegas da possibilidade fazer no dia 30, de tarde.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De tarde tem o horário da Agenda Brasil. Há várias matérias para serem votadas em segunda votação, inclusive, e outras importantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, quem sabe, no dia 31.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Dia 31 é uma quinta-feira. É bem melhor na quarta-feira. E tem também a Ordem do Dia. Nós temos que sacrificar alguma coisa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão. Na Agenda Brasil nem todos os Senadores estão restritos e nas outras agendas nós estamos. Por exemplo, eu tenho um relatório importante na CCJ no dia 30, que hoje adiei para o dia 30 como último prazo. O Senador Lasier também tem. Então, naturalmente, acho que na Agenda Brasil só está o Senador Otto. Ele podia sacrificar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ficaria marcado para que horas? Às 15h? Por que não às 14h30min, que já é praxe nossa?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode ser dia 29, terça-feira, às 14h? Não tem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pode. Dia 29, às 14h. Então, está marcado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A finalidade, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Todas as testemunhas aqui aprovadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A respeito das testemunhas, Presidente, eu queria fazer uma cogitação com V. Ex^a. Eu acho que seria conveniente que V. Ex^a requisitasse proteção a essas testemunhas, principalmente ao Cerveró, porque pelo noticiário que li esta semana, ele está em local não sabido e nós não podemos correr o risco de fazer uma audiência e não comparecer uma testemunha importante. Então, no momento da intimação para comparecer, V. Ex^a já comunicaria que ele avise, no tempo oportuno, para ter garantia de segurança, para ter proteção de testemunha para vir e voltar a esse depoimento. É uma sugestão e gostaria que fosse submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Cerveró... É o filho do Cerveró.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas também é Cerveró, casualmente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, não, é só o filho.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bernardo Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É. É o filho.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas eu peço, eu sugiro, eu submeto a V. Ex^a proteção à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ah! Sim. A todas as testemunhas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas eles não têm normalmente? Não é automática a proteção?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, é um cidadão comum.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Esta Casa dará cobertura.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, mas tem que sair de casa protegido, tem que descer aqui na garagem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Nós vamos oficialar a Polícia Federal nesse sentido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela Presidência do Congresso.

Então, ficaria marcado para o dia 29, terça-feira, às 14h30min. Em seguida, já ficaria marcada para o dia 7, novamente, a presença do Senador Delcídio do Amaral.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu insisto, Presidente, que V. Ex^a se previna com o defensor dativo, para não correremos o risco de vir aqui em vão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim. Primeiro, marcado para o dia 7. Que horas nós marcaremos no dia 7? Dia 7 dias cai em que dia da Semana? Quinta?

Então, às 10h de quinta-feira, dia 7.

Agora nós temos, ainda, um requerimento do Senador Telmário Mota, que eu mandei elaborar.

Já foi elaborado? (*Pausa.*)

Já.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Nº 6, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 17-B da Resolução nº 20, de 1993, a convocação do Senador Delcídio do Amaral para prestar depoimento pessoal na CEDP, no dia 07/04/2016. Não sendo possível o comparecimento, por questões de saúde, requeiro alternativamente o depoimento por meio de videoconferência ou no local em que o Representado se encontre.

Autoria: Senador Telmário Mota.

O que V. Ex^{as} acham desse requerimento? Todos o aprovam?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olhe, no caso de ele se negar à videoconferência, deveria ter uma alternativa: ou a presença do advogado dele aqui para fazer a defesa ou do advogado dativo. Não pode deixar o espaço aberto para isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – São três alternativas: presencial, videoconferência ou *in loco*, lá onde ele estiver.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, mas se ele se negar às três, deveria ter o advogado dele aqui, para defendê-lo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aí eu volto a sugerir: dispensa o depoimento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a dispensa do depoimento, seria o advogado dele ou o advogado dativo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, eu pergunto: se ele não disser nada e não comparecer?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor está vendo que... Sim, se ele não comparecer e não quiser fazer a videoconferência, nós vamos ficar como? Sem uma alternativa. Então, deveria colocar aí...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria dar uma sugestão, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...a presença do advogado dele ou do advogado dativo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidente, eu queria dar uma sugestão. Aprovado este relatório das três alternativas, a presencial, a videoconferência e a ida *in loco*, se ele se recusar, aí a gente entra na decisão do encaminhamento...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – À revelia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ...que libera o depoimento dele.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aí corre-se o risco de dar direito de recorrer à justiça. Então, acrescentando-se a presença do advogado de defesa ou do advogado dativo, não teria nenhum problema.

Estou só fazendo uma vacina contra a possibilidade de recorrer à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Otto, foram dadas a ele diversas alternativas. Então, não tem mais o que recorrer, até porque os advogados dele estão constituídos e estão presentes.

Se o advogado não veio, para a presencial ele não veio, por videoconferência ele não quis e *in loco* ele não quis, o advogado não teve, ele praticou a revelia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não entendi por que não se dá oportunidade do que está no Regimento. Na ausência, o Presidente indicar um advogado dativo, que pode ser a OAB, pode ser da Assessoria Jurídica do Senado. Não vejo nenhum problema para isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, essa indicação só se ele não tivesse constituído advogado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, mas se o advogado não vem?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O advogado já fez a defesa. Ele não quis vir.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, mas presencial não. Aqui não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Doutor, não é possível ouvir testemunha sem advogado da defesa, é anulável o ato. Então, para não correremos esse risco, temos que ter alguém já prevenido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se não tiver a presença dele aqui, não adianta nada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, há uma jurisprudência que eu teria que procurar para o senhor,...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Ex^a vai procurar muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – ...do Supremo, em que só pode desconstituir o advogado quem o constituiu! Ele tem um advogado constituído.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Ele vai continuar com o advogado dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas como? Eu coloco outro?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós apenas não vamos permitir que sejam proteladas as audiências por alguém que quer procrastinar. Então, por precaução V. Ex^a... Isso é muito comum no processo penal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ele está sendo intimado a comparecer!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas não vem nem manda dizer o porquê. Então, tem que ter um dativo preparado para isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, vamos fazer o seguinte, eu quero consultar o Relator.

Nós consultaríamos o advogado do Senado nesse sentido, entendeu? Sobre o que ele nos diz nesse sentido. Porque eu vejo uma aberração eu desconstituir o meu advogado. Eu vejo uma aberração.

O advogado está constituído. Ele já apresentou a defesa. Ele está vindo aqui apresentando requerimentos. Ele não comparece, aí eu coloco outra pessoa?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Aí eu estaria desconstituindo o advogado!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não! V. Ex^a não pode...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Salvo melhor juízo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Ex^a não pode processar ninguém sem defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu aceito a decisão de V. Ex^{as}.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Queria, *ad argumentandum*, dizer ao Senador Lasier que eu não sou da área jurídica nem sei quais são os requisitos de advogados, ou de OAB, etc., mas o advogado não está ausente. Ele está presente aqui atuando, inclusive, com requerimento. Oito e meia da manhã entrou aqui...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só um instante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só um instante. Deixe, um instante, eu argumentar. O senhor não deixa o pessoal argumentar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Desculpe.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, o que acontece? Ele está presente, presente em todos os momentos dos atos. Inclusive, oito e meia da manhã mandou um requerimento, uma coisa para cá. A presença oficial do advogado nos tribunais, em que há defesa oral, etc., etc... Tem razão o Presidente: não se está colocando a ausência aqui. Está presente na defesa. O dativo, aí, é para não haver prejuízos da defesa do interrogado, do que está... É se ele estivesse ausente. Mas ele está presente na defesa.

Agora, o que acontece...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Meu eminente Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O que acontece? Se querem a presença do advogado pela ausência... A presença pessoal pela ausência pessoal do seu... É outra coisa. Eu não sei qual é o argumento jurídico da ausência do advogado. Mas o advogado não está ausente para poder justificar a nomeação de outro. É isso que o Presidente está argumentando.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Meu prezado Senador, nós estamos falando agora na fase instrutória. Até aqui, sem problema. Nada de hoje é anulável. Agora, quando começar a prova de testemunha, é preciso

que a defesa esteja presente para impugnar ou para perguntar também. Aí precisa de advogado, porque aí é instrução do processo. Então, na fase instrutória, é indispensável advogado de defesa, senão é audiência nula.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Mas eles serão intimados, Senador. Serão intimados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E se ele não vier?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Mas aí é aquela história: e se Deus fizesse o mundo um pouquinho diferente? Olha, presta atenção: o cara vai ser intimado. Ele vai estar presente aqui. Essa aqui é uma situação. O advogado não pode, no dia 30, dizer: "Eu não vou porque estou doente". Aí é uma outra situação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É. Imagina... Nós vamos intimá-lo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tem três e não vem nenhum?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Dia 30 nós vamos intimá-lo. Ele deve estar aqui... Ele quer apreciar, as testemunhas vão estar aqui, ele quer ouvir, eles vão participar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador, e se o Dr. Plínio mandar um atestado para o advogado? Está doente?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele tem três.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele tem três.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É muito difícil de três.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Dr. Plínio mandar três atestados que eles não podem vir. Sem a presença física do advogado, não pode defender o réu aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu, primeiramente, parto do princípio de que todo médico é honesto, inclusive, V. Ex^a. Então, ele não ia fazer uma coisa dessas. Agora, o que eu entendo é que o Presidente pode deixar, sim, uma pessoa aqui para, numa ausência dessa, ele indicar. Isso eu acho que é cabível, e é louvável. Agora, se o Delcídio quiser essa defesa, se no dia as testemunhas vierem e os advogados não quiserem estar presentes, eles vão ser ouvidos. Porque as testemunhas... Vou dizer uma coisa aqui: se o advogado dele estiver aqui para ajudar, vai estar. Eles vão ser intimados. Se não, nós vamos depois usar a fala das testemunhas para poder ouvir o Senador Delcídio e os próprios defensores dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sr. Relator, eu gostaria que V. Ex^a – ou pode ser a própria Mesa, a Presidência – uma consulta a esse respeito ao Advogado do Senado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós estamos com dois Consultores aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Dois Consultores do Senado estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É. Nós estamos aqui com eles....

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Acabamos de ouvir a Consultoria aqui. Não há necessidade nesse sentido. Entendido?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há necessidade de quê?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para esclarecer o Senador Lasier, porque ele tem dificuldade, queria, Sr. Presidente, permitir que o Consultor jurídico do Senado respondesse às perguntas do Senador Lasier.

O SR. TIAGO IVO ODON – É importante que os advogados sejam intimados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro. Nenhuma objeção.

O SR. TIAGO IVO ODON – No momento da oitiva das testemunhas, não há necessidade nenhuma da presença obrigatória de um advogado deles.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há o quê?

O SR. TIAGO IVO ODON – Presença obrigatória de advogado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas, aí, o acusado fica sem defesa.

O SR. TIAGO IVO ODON – Tem advogados nomeados nos autos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas tem que ter defesa.

O SR. TIAGO IVO ODON – Eles precisam ser intimados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nenhum juiz de direito, numa ação penal ou disciplinar, ou um delegado... Nem um delegado faz hoje uma instrução sem ter o advogado de defesa junto. Aí vai ser anulado isso aqui.

Depois, Senador Telmário, o dativo que será chamado não vem para atuar, ele vem por precaução. Se o advogado titular, constituído, estiver presente, o dativo não faz nada, vai embora.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Advogado do Senado já falou... Eu estava aqui com um ofício consultando S. S^a sobre o procedimento adequado para a designação de advogado dativo, no âmbito da Resolução nº 20, de 1993, nos casos em que o advogado constituído do representado não comparecer nos atos e reuniões do nosso Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Eu faço essa consulta por escrito.

O que os senhores acham? Senador Otto?

Senador, eu faria a consulta ao Advogado do Senado por escrito sobre como proceder...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Qualquer consulta adia, Sr. Presidente. O Senador Lasier quer adiar para o dia 30; ele quer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos obedecer ao Senador Lasier, vamos suspender tudo e, dia 30, vem a consulta, a gente submete de novo...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, porque aqui vai ser submetido até o dia 28; ele me responde até o dia 28.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, já que o Consultor jurídico do Senado assim se manifestou – e todos eles têm alto nível de conhecimento jurídico –, eu acato a decisão deles sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E eu reforço com o documento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não entendi. Gostaria de ouvir de novo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu reforço, com um pedido, por escrito, ao Advogado do Senado a esse respeito, isto é, sobre a ausência do advogado aqui. Até o dia 28 eles me dão uma resposta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas não precisa consultar o Advogado. V. Ex^a pode consultar o Código de Processo Penal, que é subsidiário ao processo disciplinar, todo mundo sabe disso.

Num processo penal, doutor, quando há alguém respondendo uma audiência, o juiz pergunta: "Onde está o advogado de defesa?" "Não veio." Aí, diz assim: "Eu quero

levar adiante". "Procura aí no corredor ou procura um advogado que venha aqui atuar como dativo". Tem que ter defesa, sempre tem que ter defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Lasier, eu concordo com V. Ex^a, mas é o Advogado da Casa que vai nos dizer isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pode perguntar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos ficar estribados...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – É um órgão acessório da Casa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Deixem eu explicar uma coisa. Imaginem se o juiz não pudesse condenar ninguém porque o réu não comparece e o advogado do réu não comparece... Ninguém iria comparecer e estariam livres! Não existe essa protelação. O cara foi intimado, tem horário e data para se apresentar.

Eu acho que a intenção é boa, é uma proteção.

Presidente, solicite hoje, para termos uma resposta já amanhã sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, Senadores, vamos novamente...

Queria apenas que o Relator voltasse a dizer qual será o rito. Dia 29, as testemunhas todas; dia 28 nós receberemos do Senado...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Peça hoje, e eles dão amanhã isso aí.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim, mas pedi até o dia 28, porque é antes do dia 29.

E dia 7, novamente, nós vamos ouvir o Senador Delcídio do Amaral – agora vamos ver o que chega dia 7 para nós decidirmos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A notificação das testemunhas... Também serão notificados os advogados...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Todos... Sobre tudo o que fazemos aqui, nós notificamos a defesa, e a defesa está ativa, nós temos vários requerimentos da defesa. A defesa não está omissa; ela está sempre presente.

DOCUMENTOS DA 5ª REUNIÃO DO CEDP

1. Lista de Presença das Senhoras e Senhores Membros do Conselho;
2. Cópia de e-mail enviado em 21 de março de 2016 (17h26) pelo Sr. Adriano Sérgio Nunes Breta, Procurador do Representado, encaminhando, anexa, petição e documentos do Representado requerendo a redesignação da sua oitiva para data vindoura, por motivos médicos;
3. Cópia de e-mail enviado em 23 de março de 2016 (8h30) pelo Srs. Procuradores do Representado, Dr. Antonio Augusto Figueiredo Basto e Adriano Sérgio Nunes Bretas, encaminhando Petição que requer a suspensão do processo disciplinar em face do Representado até o esgotamento do período de licença médica do Senador Delcídio do Amaral;
4. Requerimento nº 2, de 2016 – CEDP, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado na presente reunião;
5. Requerimento nº 3, de 2016 – CEDP, de autoria do Senador Romero Jucá, aprovado na presente reunião;
6. Requerimento nº 4, de 2016 – CEDP, de autoria do Relator, Senador Telmário Mota, aprovado na presente reunião;
7. Requerimento nº 5, de 2016 – CEDP, de autoria do Relator, Senador Telmário Mota, aprovado na presente reunião;
8. Requerimento nº 6, de 2016 – CEDP, de autoria do Relator, Senador Telmário Mota, aprovado na presente reunião;
9. Ofício nº 132/2016 – CEDP, de 23 de março de 2016, dirigido ao Advogado-Geral do Senado, de consulta à possibilidade de nomeação de advogado dativo, medida aprovada na presente reunião.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Reunião: 5ª Reunião do CEDP

Data: 23 de março de 2016 (quarta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - CEDP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
José Pimentel (PT) <i>[Assinatura]</i>	1. Angela Portela (PT) <i>[Assinatura]</i>
Regina Sousa (PT)	2. VAGO
Lasier Martins (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT) <i>[Assinatura]</i>	4. VAGO
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB) <i>[Assinatura]</i>	1. Omar Aziz (PSD)
Romero Jucá (PMDB) <i>[Assinatura]</i>	2. Raimundo Lira (PMDB)
Otto Alencar (PSD) <i>[Assinatura]</i>	3. VAGO
Sérgio Petecão (PSD) <i>[Assinatura]</i>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Ricardo Franco (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Randolfe Rodrigues (REDE)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
João Capiberibe (PSB)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>[Assinatura]</i>
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. VAGO
Telmário Mota (PDT)	2. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	1. VAGO

SGM-SAOP - Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento**Assunto:**

ENC: PETIÇÃO DELCÍDIO DO AMARAL

Anexos:

Petição.pdf; doc.01.pdf; doc.02.pdf

**De:** adriano sergio nunes bretas [<mailto:bretasadvocacia@yahoo.com.br>]**Enviada em:** segunda-feira, 21 de março de 2016 17:26**Para:** SGM-SAOP - Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento**Assunto:** PETIÇÃO DELCÍDIO DO AMARAL

Prezados, boa tarde!

Conforme contato telefônico com a Senhorita Cíntia do gabinete do Senador João Alberto de Souza, estou enviando o presente e-mail com a anexa petição e documentos em que estamos requerendo a redesignação da oitiva do Senador Delcídio do Amaral para data vindoura em razão de motivos médicos.

Favor confirmar recebimento.

Att.

Matteus Macedo
Bretas Advogados



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA
DO SENADO FEDERAL SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA

REPRESENTAÇÃO Nº 01/2015

DELÍCIDIO DO AMARAL GOMEZ, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus bastantes procuradores infra-signatários, vem, respeitosa-mente, por esta e na melhor forma de direito, perante Vossa Excelência, **expor e requerer** o que se segue:



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

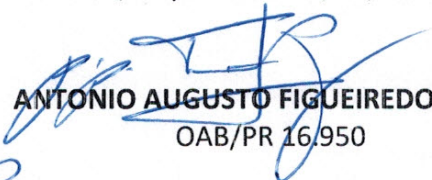
1. O Senador DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ encontra-se atualmente licenciado de suas atividades parlamentares por conta de problemas de saúde. Sua licença médica venceria no próximo dia 22 de março do corrente ano.

2. Por tal razão, na última sessão do Conselho de Ética, foi deliberado que o Conselho ouviria o ora requerente na próxima quarta-feira, dia 23 de março. Ocorre que tal licença médica que em princípio findaria na data de amanhã foi prorrogada pelo período de mais quinze dias (**doc. 01**). O pleito de prorrogação foi devidamente protocolizado perante o Senado Federal junto ao órgão competente (**doc. 02**).

3. Dessa forma, por motivos de saúde, o Senador DELCÍDIO DO AMARAL estará inabilitado para comparecer à mencionada assentada aprazada para essa semana perante o Conselho de Ética. Por tal razão, atravessa-se o presente petítório para, em *primeiro lugar*, informar Vossa Excelência de tal situação e, em *segundo lugar*, **requerer** seja resignada a oitiva do representado para momento vindouro, após o término de sua licença médica.


Nestes termos, pede deferimento.

De Curitiba/PR para Brasília/DF, 21 de março de 2016.


ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO
OAB/PR 16.950


LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES
OAB/PR 27.865

TRACY JOSEPH REINALDET
OAB/PR 56.300



ADRIANO BRETAS
OAB/PR 38.524



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO DO SENADO FEDERAL**

*Ciente. Junte-se
aos autos da Rep.
nº 01, de 2015.*



Representação n. 01/2015

DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ, já devidamente qualificado nos autos de Representação em epígrafe, por seu bastante procurador infra-signatário, vem, respeitosamente, por esta e na melhor forma de direito, expor e, ao final, requerer o que se segue :

1. Em primeiro lugar, de antemão, insta esclarecer que o Senador Requerente encontra-se licenciado por imperiosa razão de ordem médica. Num primeiro momento, houve uma licença inicial, que se expirou em data de ontem (22/03). Entrementes, ocorre que seu quadro clínico exigiu prorrogação da licença, conforme prova documental carreada ao seu pedido de prorrogação da licença. A propósito, impende obtemperar que o pedido restou deferido pelo Senado Federal.

2. Em consequência da licença médica sob a qual se encontra, o Senador Requerente não tem condições de se fazer presente, perante esse r. Conselho de Ética e Decoro, para ser interrogado na data de hoje. Aliás, não custa deixar consignado que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, na pessoa de Sua Excelência, o Ministro TEORI ZAVASCKI já autorizou que o tratamento médico sob o qual se encontra o Senador DELCÍDIO DO AMARAL seja realizado em São Paulo, onde, no momento, está hospedado o Senador.

Recebida por email em 23/03/2016, às 8h30.

*Carlos Cruz
50936*



3. De outra arte, do quanto se depreende do ofício de intimação, datado de 17/03/2016 (of. CEDP n. 108/2016), a Defesa técnica só foi intimada para o "depoimento pessoal" do Senador DELCÍDIO DO AMARAL. Nada mais. Senão vejamos o teor literal do ofício:

"Senhor Advogado,
Comunico que, nos termos do Requerimento CEDP n. 1, de 2016, aprovado na 4a. Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, convoquei o Senador Delcídio do Amaral para prestar depoimento pessoal nos autos da Representação n. 1, de 2015, no próximo dia 23 de março, quarta-feira, às 10h, na sala n. 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.
Atenciosamente "

4. Como se vê, o ofício de intimação limita-se, exclusivamente, a intimar a Defesa técnica acerca da convocação de DELCÍDIO DO AMARAL, "para prestar depoimento pessoal".

5. Portanto, considerando-se, *de um lado*, que o objeto do ato do qual restou intimada a defesa restringe-se ao "depoimento pessoal" do Senador, considerando-se que o Senador não irá comparecer ao ato, por imperiosa razão de ordem médica, ensejadora de sua licença, resta esvaziado o motivo do ato. Por esta razão, a Defesa técnica comunica que não irá comparecer ao ato, até mesmo para evitar um deslocamento inócuo até Brasília. Que tal ausência não seja (mal) interpretada como ato de insolência injustificada, mas sim como uma motivada recalcitrância ao ato. De toda sorte, a Defesa, desde logo, vem IMPUGNAR qualquer eventual deliberação que, porventura, seja feita na sessão, porquanto o ofício de intimação – repita-se, à exaustão – restringia-se ao "depoimento pessoal" do ora Requerente. Com efeito, olhos postos no ofício de intimação, em última análise, a Defesa não restou intimada para qualquer outro evento. Portanto, à minguada de intimação da Defesa para outras deliberações, considerando-se que a Defesa só restou intimada para um ato que está fadado a não ser realizado, não é possível que o feito tenha prosseguimento na presente data.

5. Some-se a isso que o art. 56 da Constituição da República não permite cassação de Senador enquanto estiver em licença médica inferior ao lapso temporal de cento e vinte dias, *verbis*:

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

(...)

II - Licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

6. A “*mens legis*” do Constituinte é clara! É impossível a cassação do mandato do parlamentar enquanto vigorar o interregno temporal da licença médica inferior ao período de cento e vinte dias, vez que tal medida afrontaria os direitos de ampla defesa e contraditório previstos na Carta Cidadã, e isso por variegadas razões, vejamos cada uma delas isoladamente.

7. Primeiramente, insta salientar que diversos dispositivos constitucionais e regimentais asseguram a ampla defesa e o contraditório no bojo do processo disciplinara para apuração de quebra do decoro parlamentar, veja-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (Constituição Federal).

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:
(...)

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. (Constituição Federal)

Art. 34. O acusado poderá assistir, pessoalmente ou por procurador, a todos os atos e diligências, e



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

requerer o que julgar conveniente aos interesses da defesa. (Regimento Interno do Senado Federal)

Art. 16. Ao representado e ao denunciado é assegurado amplo direito de defesa e o contraditório, devendo ser intimados pelos respectivos gabinetes no Senado Federal ou por intermédio de procurador, para acompanhar todos os atos e termos do processo disciplinar. (Código de Ética e Decora Parlamentar do Senado Federal)

Art. 17-B. O Conselho poderá convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal. *(Incluído pela Resolução n.º 25, de 2008)*

Parágrafo único. Se forem inquiridas testemunhas, o depoimento pessoal do representado ou denunciado, quando colhido, poderá precedê-las, desde que respeitado o seu direito de ser ouvido também posteriormente a elas. (Código de Ética e Decora Parlamentar do Senado Federal)

8. Uma vez licenciado por razões médicas, o Senador se encontra em situação de cristalina hipossuficiência, não podendo exercer os sacrossantos direitos de defesa e do contraditório em sua plenitude, falecendo-lhe a possibilidade de se autodefender da acusação que lhe foi imputada. Ora, bem se sabe que a ampla defesa não se resume a defesa técnica exercida pelos advogados, mas também inclui a denominada autodefesa, desempenhada pelo próprio representado.

9. Outrossim, insta salientar que em razão da licença médica, o Senador não poderá comparecer pessoalmente aos atos processuais, contrariando o seu direito de presença e comprometendo severamente a sua defesa perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, violando frontalmente o artigo 34 do Regimento Interno do Senado Federal e 16 do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal que além de assegurarem os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, garantem o direito do representado assistir pessoalmente todos os atos e diligências do processo disciplinar.



FIGUEIREDO | BASTO
ADVOCACIA

Art. 34. O acusado poderá assistir, pessoalmente ou por procurador, a todos os atos e diligências, e requerer o que julgar conveniente aos interesses da defesa.

Art. 16. Ao representado e ao denunciado é assegurado amplo direito de defesa e o contraditório, devendo ser intimados pelos respectivos gabinetes no Senado Federal ou por intermédio de procurador, para acompanhar todos os atos e termos do processo disciplinar.

10. Nem se alegue a eventual possibilidade de presença de algum procurador do Senador sanaria o cerceamento de defesa ora indigitado, pois o Regimento Interno prevê expressamente o direito do acusado assistir pessoalmente todos os atos do processo.

11. Mas não é só! O prosseguimento do processo disciplinar no período de licença do Senador DELCÍDIO DO AMARAL também afronta a ampla defesa do acusado de outra maneira, pois além de incapacitar o exercício da ampla defesa pela impossibilidade de que o requerente desempenhe sua autodefesa e lhe tolher o seu direito de comparecer em todos os atos processuais, pode vedar o direito do Senador ser ouvido antes das testemunhas da representação, conforme permite o artigo 17-B do Código de Ética e Decoro Parlamentar, *verbis*:

Art. 17-B. O Conselho poderá convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal. (Incluído pela Resolução n.º 25, de 2008)

Parágrafo único. Se forem inquiridas testemunhas, o depoimento pessoal do representado ou denunciado, quando colhido, poderá precedê-las, desde que respeitado o seu direito de ser ouvido também posteriormente a elas.

12. Com efeito, o prosseguimento do processo durante a licença médica incapacitaria severamente as garantias processuais do Senador.



FIGUEIREDO BASTO
ADVOCACIA

13. Portanto, a correta interpretação teleológica do artigo 56, II da Magna Carta é pela necessidade de suspensão de todo e qualquer ato processual no período de ausência temporária do representado por motivos médicos, vez que ao afirmar que nenhum Senador poderia ser cassado durante o período de licença médica, em verdade, a "*mens legis*" quis garantir o direito do acusado de exercer seus direitos constitucionais da ampla defesa em contraditório em sua plenitude, não podendo ser realizado qualquer ato durante o seu período de licença.

14. Desta forma, conclui-se que, estando de licença, o Senador não consegue se defender plenamente e exercer plenamente o direito ao contraditório, configurando violação a direito líquido e certo, devendo, portanto, ser suspenso qualquer procedimento administrativo até que o requerente retorne da licença médica, pois não se pode obrigar o Senador a acompanhar os atos enquanto doente.

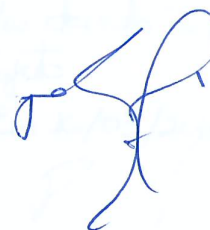
15. Destarte, em homenagem aos princípios da ampla defesa e contraditório, dos quais são corolários os direitos de presença e de audiência e toda a *principiologia*, por assim dizer, que anima as garantias individuais inerentes ao Estado Democrático de Direito, o processo disciplinar contra DELCÍDIO DO AMARAL não pode ter prosseguimento enquanto Delcídio não retornar da licença médica.

16. Diante do exposto, **REQUER-SE** seja suspenso o presente processo disciplinar até o exaurimento do período de licença médica do Senador Representado.

Nestes termos, pede deferimento.
De Curitiba/PR para Brasília/DF, 23 de março de 2016.

Antonio Augusto Figueiredo Basto
OAB/PR n. 16.950

Adriano Sérgio Nunes Bretas
OAB/PR n. 38.524

REQUERIMENTO Nº 2 , DE 2016

Requeiro, com base no art. 214, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); nos arts. 17-A, *caput*, e 26-B da Resolução do Senado Federal nº 20, de 17 de março de 1993; e nos arts. 4º a 7º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, seja remetido por este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki – relator no Supremo Tribunal Federal dos processos relacionados à chamada “Operação Lava-Jato” – ofício solicitando inteiro teor da proposta de colaboração premiada feita pela defesa do Senador Delcídio do Amaral.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 3 de março, a revista IstoÉ noticiou que a defesa do Senador Delcídio do Amaral – representado perante este Conselho pela prática, em tese, de infração punível com a cassação do mandato parlamentar, por quebra de decoro – teria ofertado ao Supremo Tribunal Federal (STF) proposta de colaboração premiada (art. 3º, I, da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013). O citado periódico divulgou, ainda, trechos que estariam contidos nessa proposta de delação, o que sem dúvida alguma tem total pertinência com o caso que será objeto de análise por este Conselho.

Não desconheço, obviamente, o teor do art. 7º da Lei nº 12.850, de 2013, o qual estabelece o sigilo da proposta de delação, bem como de seu conteúdo, mesmo após firmado o compromisso, segredo esse que dura até o oferecimento da denúncia. Todavia, essa disposição deve logicamente ser interpretada à luz da Constituição, de modo que os órgãos de fiscalização da conduta parlamentar tenham, nos termos do art. 55 da Lei Maior, acesso a esses documentos – que são, como no caso em tela, absolutamente imprescindíveis à regular, segura e devida apuração da conduta ética do Senador Delcídio. Deve-se, portanto, dar uma interpretação ampliativa ao citado art. 7º, de modo a permitir também a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o acesso às declarações, desde que mantida nesse órgão a obrigação de guardar sigilo.

Demais disso, uma vez que os termos da proposta de colaboração já foram amplamente noticiados em toda a imprensa, creio que

não há mais se falar em sigilo, de modo que a proposta deve ser compartilhada com o Conselho, sem prejuízo da punição criminal de quem promoveu a indevida divulgação dessas informações.

Por todos esses motivos, apresento este Requerimento, a fim de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por intermédio de seu Presidente, o Senador João Alberto, encaminhe ao Ministro Teori Zavascki, do STF (relator, naquela Corte, dos processos relacionados à chamada “Operação Lava-Jato”), ofício solicitando acesso ao inteiro teor da proposta de colaboração premiada oferecida pela defesa do Senador Delcídio do Amaral.

Sala da Comissão,



Senador JOÃO CAPIBERIBE



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Requerimento nº 3, de 2016 - Ap.
Voto na 5ª Reunião do CEDP.

Memorando 19/2016 - GSRJ

Brasília, 9 de março de 2016

À Sua Excelência o Senhor
Senador João Alberto Souza
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senhor Presidente,

Fazemos referência à 3ª reunião, em 2016, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se neste 9 de março, quarta-feira, às 14:30h, na qual será apresentado o relatório preliminar da Representação nº 1, de 2015. Como Vossa Excelência bem sabe, a referida matéria trata da instauração de procedimento disciplinar, por quebra do decoro parlamentar, em face do senador Delcídio do Amaral.

De muito bom proveito seria contar com todos os elementos de convicção para que possamos analisar e concluir, mediante juízo de valor, acerca da representação. Esses elementos incluem, naturalmente, tanto a manifestação formal da relatoria da matéria quanto os dados e as informações que, na origem e no curso dos acontecimentos, têm oferecido embasamento à hipótese de quebra do decoro parlamentar, assim como aos trabalhos dessa Comissão. Importante conjunto de dados e informações estaria reunido em acordo de delação premiada, que se cogita celebrado pelo senador Delcídio com o Poder Público e homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

À vista disso, solicitamos sejam adotadas providências para que nos sejam encaminhados todos os documentos que oferecem suporte ao trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inclusive o acordo de delação. Reputamos esses dados e informações imprescindíveis à missão que nos aguarda.

Renovamos a Vossa Excelência votos de grande estima e consideração.

ROMERO JUCÁ
Senador

Recebido na SAOP em 09/03/2016, às 10h53. *mf*
50936.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 4 , DE 2016

APPROVADO NA 5ª RE-
UNIÃO, REALIZADA EM
23.03.2016.



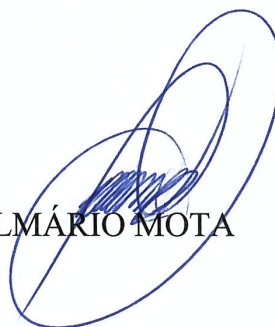
Requeiro, com fundamento no art. 17-A da Resolução nº 20, de 1993, a juntada dos documentos anexos que dizem respeito às diligências e à instrução probatória do processo disciplinar contra Senador **Delcídio do Amaral Gomez**.

1 - Entrevista do Senador Delcídio do Amaral Gomez, concedida ao Jornal Nacional- TV GLOBO, veiculada no dia 19 de março de 2016;

2- Matéria da Revista Veja – Editora Abril, edição 2470- ANO 49 – n. 12 – 23 de março de 2016.

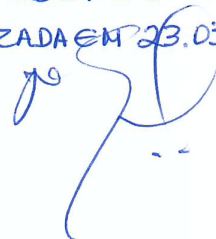
Sala do Conselho,

Senador TELMÁRIO MOTA



CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

APROVADO NA 5ª REUNIÃO
REALIZADA EM 23.03.2016

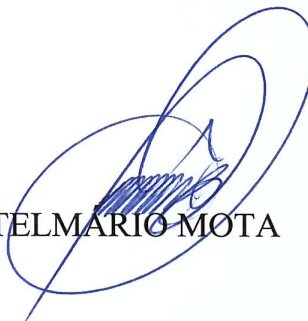


REQUERIMENTO Nº 5 , DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 17-C, I, da Resolução nº 20, de 1993, a convocação de Bernardo Cerveró, Edson Ribeiro e Diogo Ferreira, a fim de serem ouvidos como testemunhas no processo disciplinar instaurado contra Senador **Dalcídio do Amaral Gomez**, em reunião a ser designada por este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Sala do Conselho,

Senador TELMARIO MOTA



APROVADO NA 5ª REUNIÃO
REALIZADA EM 23.03.2016



REQUERIMENTO

Nº 6, de 2016

Requeiro, nos termos do art. 17-B da Resolução nº 20, de 1993, a convocação do Senador Delcídio do Amaral para prestar depoimento pessoal no CEDP no dia 07/04/2016. Não sendo possível o comparecimento, por questões de saúde, requeiro alternativamente o depoimento por meio de videoconferência ou no local em que o Representado se encontre.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala do Conselho, em 23 de março de 2016.



Telmário Motta
Senador



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP nº 132/2016

Brasília, 23 de março de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor
Alberto Cascais
Advogado-Geral do Senado Federal

Assunto: **Consulta sobre advogado dativo.**

Senhor Advogado,

Consulto Vossa Senhoria sobre os procedimentos adequados para a designação de advogado dativo no âmbito da Resolução nº 20, de 1993, nos casos em que o advogado constituído do Representado não comparecer aos atos e reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Dada a urgência do tema, solicito que Vossa Senhoria responda até 28/03/2016.

Atenciosamente,

Senador **João Alberto Souza**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Germana
Germana Rodrigues
Matr. 10731
Secretária

11:54
23/03

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Cumpridas as finalidades da presente reunião, convoco o Conselho para a próxima terça-feira, dia 29, às 14h30min, para uma nova reunião.

Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado, Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ATOS**ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****CONGRESSO NACIONAL****ATO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 02, DE 2016**

Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 4 de março de 2015, destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal e à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVEM:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 4 de março de 2015, destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal e à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de março de 2016.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2016

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 31, do mesmo mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2016

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do mesmo dia mês e ano, em Edição Extra, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2016

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 711, de 18 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 do mesmo mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 419.460.681,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 29 de março de 2016. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Publicado em
8 m 29/03/16
2030
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

**ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 6 , DE
2016**

Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão de Especialistas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2015.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 14 de abril de 2016, o prazo de funcionamento da Comissão de Especialistas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de março de 2016.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
S/Partido - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 16

PT-13 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
---------------------------	----------

Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Zeze Perrella.	MG

PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco de Apoio ao Governo.	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (S/Partido-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (S/Partido-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 16</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33) Lindbergh Farias (35,74,76) Telmário Mota (4,31,42,52,70) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Regina Sousa (41) </p> <p>Líder do PT - 13 Paulo Rocha (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (35,74,76) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Fátima Bezerra (34,72) Donizeti Nogueira (71)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,33)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (39,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (38) Antonio Anastasia (46) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (12,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (10)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39,63)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (20,78)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (15,27)</p> <p>Vice-Líder Vanessa Grazziotin (22,24) </p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (45,67)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (77)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (25,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (17,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (11,16,44,53,57) Otto Alencar (60) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (11,16,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (17,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (18)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,6)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,6)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (51,56)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (55)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,9)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (21,26,62,65)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50,59) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Wellington Fagundes (51,56) Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n-2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
76. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
77. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
78. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
79. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**.. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
VAGO ⁽³²⁾	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. VAGO ^(7,13)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,23)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMDB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - PSD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PMDB/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PHS/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA ⁽¹³⁾	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PSB/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PHS/AL ⁽¹¹⁾
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtênir Pereira - PMDB/MT ^(1,12)
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PDT/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - PTdoB/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (-)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PSB-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMDB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PSB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMDB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.

20. Mesa eleita em 16-03-2016.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PR/RR
Edio Lopes - PR/RR	5. Mainha - PP/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PPS/PR ⁽¹⁸⁾
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (S/Partido/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

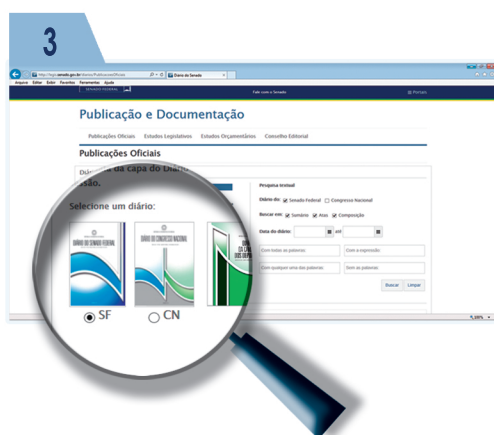
Siga o passo a passo!



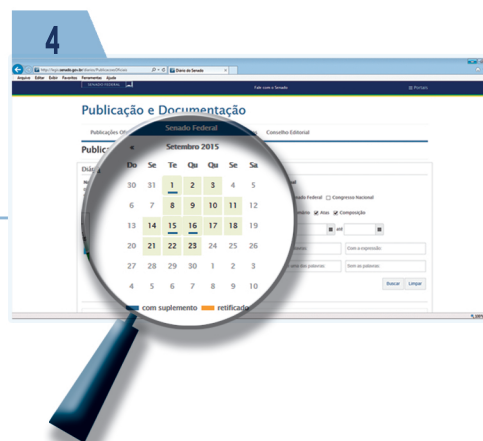
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

